Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário 0085100-81.1998.5.10.0003

PARA ACESSAR O SUMÁRIO, CLIQUE AQUI

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 28/07/1998
Valor da causa: R$ 0,01

Partes:
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO: MARCELO RIBAS DE AZEVEDO BRAGA
ADVOGADO: ABADIO FERREIRA DA SILVA
RECLAMANTE: EXEQUENTES HABILITADOS NA PLANILHA CONSOLIDADA
ADVOGADO: VITAL DA COSTA GUIMARAES NETO
ADVOGADO: ADELVAIR PEGO CORDEIRO
ADVOGADO: PAULO AYRTON CAMPOS JUNIOR
ADVOGADO: VIRGILIO RODRIGUES BIJOS MORAIS
ADVOGADO: JAIRO RODRIGUES BIJOS
ADVOGADO: JOSEFINA SERRA DOS SANTOS
ADVOGADO: William de Araujo Falcomer dos Santos
ADVOGADO: ROBSON FREITAS MELO
ADVOGADO: MARCELLO FERREIRA MELO
ADVOGADO: SARA CICERA MENDES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: IVONE CRISPIM MOURA OGLIARI
REPRESENTANTE: CLAUDINEY FERNANDO NOGUEIRA
ADVOGADO: PAULO AYRTON CAMPOS
ADVOGADO: CLAUDINEY FERNANDO NOGUEIRA
ADVOGADO: MARCELO RIBAS DE AZEVEDO BRAGA
ADVOGADO: LUIZ PAULO FERREIRA
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA
ADVOGADO: JOAQUIM LIMA RIBEIRO
ADVOGADO: LEANDRO PACIFICO SOUZA OLIVEIRA

ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: SABEP SAO BENTO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES SA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: IRFATUR TURISMO E HOTELARIA SA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: IRFASA SA CONSTRUCOES INDUSTRIA E COMERCIO
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: FAZENDAS DA PRATA SA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: BETONMIX SERVICOS DE CONCRETAGEM LIMITADA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: WAYNE DO CARMO FARIA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
TERCEIRO INTERESSADO: UNIÃO FEDERAL (PGFN) - DF
TERCEIRO INTERESSADO: REGIVAL LOPES FERREIRA
ADVOGADO: LUIZ DOMINGOS DA SILVA
TERCEIRO INTERESSADO: CARLOS ALBERTO BASTOS DE BARROS
ADVOGADO: LUIZ DOMINGOS DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
3ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF **ATOrd**
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA SANTOS
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA

TERMO DE ABERTURA DE EXECUÇÃO

Certifico que, nesta data, em cumprimento à determinação judicial proferida nos autos do processo físico, realizei a conferência dos dados existentes no Sistema de Acompanhamento Processual de 1º grau do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região - SAP1 e procedi ao cadastro da autuação dos presentes autos eletrônicos por meio do Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento - CCLE, nos termos da Resolução CSJT nº 185/2017 e da Portaria PRE-SGJUD n.º 04, de 22 de maio de 2019.

Certifico, ainda, que em cumprimento ao artigo 4º da mencionada Portaria, será feita a juntada de certidão específica contendo o resumo da tramitação processual até a presente data.

Certifico, por fim, que foi lançado o movimento "Convertida a tramitação do processo do meio físico para o eletrônico".

BRASILIA/DF, data informada na assinatura digital abaixo.

BRASILIA/DF, 06 de novembro de 2020. EDUARDO CHAVARRY DA SILVA, Diretor de Secretaria

Assinado eletronicamente por: EDUARDO CHAVARRY DA SILVA - Juntado em: 06/11/2020 08:48:03 - 054b6cd
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/20110608480191600000024147935?instancia=1
Número do documento: 20110608480191600000024147935

PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
3ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF **ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003**
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA SANTOS
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA

CERTIDÃO

Trata-se de processo convertido para o meio eletrônico, via sistema híbrido, nos termos da Portaria PRE-SGJUD nº 04/2019, art. 4º, § 1º.

Doravante, fica vedada a utilização de qualquer outro sistema de peticionamento, conforme Resolução 185/2017 do CSJT, ART. 51, implicando o descumprimento no descarte dos documentos recebidos.

Os autos físicos encontram-se no arquivo provisório, desde o dia 25/03/2014, por frustrada a execução.

Os autos foram recentemente movimentados em razão do Projeto 100% digital, que instituiu força tarefa para proceder à inclusão de todos os processos físicos no sistema de processo eletrônico, via sistema híbrido.

BRASILIA/DF, 10 de novembro de 2020. SANDOVAL JULIANO DA SILVA, Assessor

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
3ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA SANTOS
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA

Seguem anexas as peças processuais extraídas dos autos físicos

BRASILIA/DF, 20 de junho de 2022.

SANDOVAL JULIANO DA SILVA
Assessor

851/98

Ex 130.0... Fls.: 6-1

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

10ª REGIÃ(

CNDT - RA 1470/2011 - TST

(X) INCLUSÃO ==> ( ) Executada ( ) Sóci

( ) ALTERAÇÃO

( ) EXCLUSÃO

RECLAMACAO T

Nº PJDAAS - 00851 - 1998 - 003 - 10 - 00 - 0

PROCESSO Nº 03 . 0851 /98 - 01

Nº de Rectes 1

Nº de Recdos 1

03ª JCJ DE BRASILIA

Reclamante JOSE DOMINGOS FERREIRA SANTOS

Endereço QR 123 CONJUNTO 05 LOTE 18

SAMAMBAIA DF 70000-000

Advogado OAB 10180 / DF

MARCELO RIBAS DE AZEVEDO BRAGA

Endereço SCN Q.06 ED.VENANCIO 3000 BL.A SALA 618

ASA NORTE

BRASILIA DF

Reclamado URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA

Endereço RODOVIA DF 150 KM 5,5

SOBRADINHO DF 73001-970

Objeto PAGAMENTO DE MULTA ETC..

FLS. 20

AUTUAÇÃO

Em 28/07/1998 , autuo a presente Reclamação que segue com 09 documentos.

W... F... dos Santos

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - b739c54

EXMO. SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BRASÍLIA-DF.

181-96-5

3ª
851

JOSÉ DOMINGOS FERREIRA SANTOS, brasileiro, solteiro, vigia, CPF nº 418.727.895-87, residente e domiciliado na QR. 123, conj. 05, lote 18 - Samambáia - DF, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., por seu advogado signatário, *ut* mandato junto, propor a presente

RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

Contra **URBRÁS - URBANIZAÇÃO E PREMOLDADOS LTDA.**, com sede na Rodovia DF 150, Km 5,5, CEP.: 73001-970, Sobradinho - DF, pelos fatos e fundamentos a seguir elencadas:

01. O Reclamante foi admitido em 05/09/96, como servente e demitido em 01/11/97, sem as reparações legais, com salário de R$218,40, por mês.

02. Determina a cláusula 29, parágrafo 7º, da CCT que as diferenças verificadas na data da homologação da rescisão devem ser solvidas no prazo de 10 (dez) dias sob pena de aplicação do disposto no §8º do artigo 477 da CLT.

Verifica-se no verso do TRCT que foram lançadas ressalvas que até a presente data não foram solvidas.

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - b739c54

03. O reclamante laborava das 07 h às 19 h com uma hora de intervalo. Nos meses de setembro e outubro/97 trabalhou das 19 h às 07 h sem folga semanal, como vigia.

Como se verifica, houve labor em sobrejornada que jamais foi integralmente remunerado, bem como o adicional noturno.

Destarte, são devidas horas extras que ultrapassarem a jornada diária de 08 horas e a semanal de 44 horas, bem como o adicional noturno.

Determina a CCT da Categoria em sua cláusula 08 que as horas extras prestadas no dia de repouso terá o adicional de 100%.

04. Nos últimos dois meses de labor o reclamante foi promovido à vigia cuja remuneração era R$338,40, porém não recebeu a respectiva contrapartida.

05. Não era fornecido café da manhã que é determinado pela cláusula 47 da CCT e nem tampouco reembolsava os valores gastos que são equivalentes, hoje, a R$1,20 diários num total de 26 mensais.

06. Em face do descumprimento de várias cláusulas da CCT anexa, deverá a reclamada pagar as multas da CCT 97/98, pertinentes.

Pelo exposto requer:

01. Seja a Reclamada citada, para, querendo, apresentar contestação sob pena de revelia e confissão;

02. A aplicação do disposto no artigo 467 da CLT no que couber.

03. Seja a reclamada condenada ao pagamento das parcelas abaixo discriminadas apuráveis em liquidação de sentença:
3.1. Multa da cláusula 29, parágrafo 7º, da CCT;
3.2. tantas horas extras quantas ultrapassarem a jornada diária de oito horas e a semanal de quarenta e quatro horas com

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - b739c54

os acréscimos legais e normativos, além da integração à remuneração obreira para efeito de FGTS, RSR, férias, 13º, aviso prévio e verbas rescisórias em face da não eventualidade, todo período, deduzidos os valores solvidos para tais fins;

3.3. reembolso do café da manhã no valor diário de R$1,20, durante todo o pacto laboral;

3.4. adicional noturno com reflexos em FGTS, RSR, férias, 13º, aviso prévio e verbas rescisórias em face da não eventualidade, todo período, deduzidos os valores solvidos para tais fins;

3.5. multas convencionais, conforme fundamentação retro.

3.6. diferença salarial entre a função de vigia exercida e de servente com reflexos em FGTS, RSR, férias, 13º, aviso prévio e verbas rescisórias em face da não eventualidade, todo período;

04. A produção de todo o gênero de provas em direito admitidas, notadamente a testemunhal, oitiva do representante legal da reclamada sob pena de confissão, pericial e etc..., bem como aplicação de juros e correção monetária ao pedido.

05. **Sejam concedidos os benefícios da gratuidade da justiça, por ser o reclamante juridicamente pobre como se declara.**

06. Pelo princípio da eventualidade, sejam compensadas as parcelas acaso pagas com aquelas pleiteadas.

Finalmente, requer seja a presente julgada PROCEDENTE *in totum,* condenando-se a reclamada nos pleitos supra, bem como no pagamento das custas processuais, por ser esta medida da mais lídima JUSTIÇA !!!

Dá-se à causa o valor de R$1.000,00 (um mil reais) para efeitos meramente fiscais e de alçada.

Termos em que
Pede deferimento

Brasília-DF, 28 de julho de 1.998

MARCONE GUIMARAES VIEIRA
OAB/DF 9.336

OAB/DF nº 10.180

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - b739c54

DECLARAÇÃO

Eu JOSÉ DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS., declaro, para os efeitos da Lei nº 5.584/70, nos termos e sob as cominações da Lei nº 7.115/83, que sou juridicamente pobre, não podendo arcar com o ônus das custas processuais, sem prejuízo do sustento próprio e familiar.

Brasília, 09 de julho de 1998,

José Domingos
ASSINATURA

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - b739c54

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - b739c54

2.º OFÍCIO
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS, FICOU CÓPIA ARQUIVADA EM MICROFILME SOB Nº 228662

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, CELEBRADA NOS TERMOS DO TÍTULO VI DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Entre o SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE BRASÍLIA com base territorial em todo o Distrito Federal e nos Municípios de Cristalina, Luziânia, Olho D'água e Formosa, do estado de Goiás, com sede na SCRN Quadra 706/707, Bloco "B", Entrada 12, BRASÍLIA-DF e o SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO DISTRITO FEDERAL com Sede no SIA, Trecho 02 Lote 1.125, 2º andar, BRASÍLIA-DF, representados neste ato por seus Presidentes, fica acordado a celebração da seguinte CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO.

CAPÍTULO I - DA VIGÊNCIA E ABRANGÊNCIA

CLÁUSULA 01 - A vigência da presente Convenção Coletiva é de 1º de maio de 1997 a 30 de abril de 1998.

CLÁUSULA 02 - Esta avença normativa abrange a todos os empregados e empregadores na Área da Construção na base territorial das Entidades Convenentes.

PARÁGRAFO ÚNICO - Consideram-se empregadores, também os proprietários de obras particulares e os que contratam, eventual ou temporariamente empregados da categoria.

CAPÍTULO II - DA REMUNERAÇÃO E DO PAGAMENTO

CLÁUSULA 03 - Os empregadores concederão a todos os empregados, em 1º de maio de 1997, reajuste salarial de 8,5% (oito vírgula cinco por cento) sobre os salários devidos em maio de 1996, compensando-se eventuais antecipações compulsórias ou expontâneas concedidas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os empregadores praticarão, a partir de 1º de maio de 1997, os seguintes pisos salariais:

Servente	R$ 0,91 por hora	R$ 218,40 mensal
Guardião de Obra	R$ 0,91 por hora	R$ 218,40 mensal
Meio-Oficial	R$ 1,03 por hora	R$ 247,20 mensal
Oficial	R$ 1,41 por hora	R$ 338,40 mensal

Fls.: 11

Pje Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - b739c54

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para os empregados admitidos após a data-base, na inexistência de paradigma funcional, o reajuste estabelecido no caput desta cláusula será aplicado observando-se a seguinte tabela de proporcionalidade:

Data de Admissão	Percentual de Reajuste
Até 31 de julho de 1996	8,5 %
de 1º de agosto de 1996 a 31 de outubro de 1996	6,3 %
de 1º de novembro de 1996 a 31 de janeiro de 1997	4,2 %
de 1º de fevereiro de 1997 a 31 de março de 1997	2,1 %
de 1º de abril de 1997 a 30 de abril de 1997	0,7 %

CLÁUSULA 04 - Os empregadores efetuarão o pagamento mensalmente, entre os dias 30 do mês trabalhado e o dia 05 do mês subseqüente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Até o mês de agosto de 1997, os empregadores continuarão a efetuar o adiantamento quinzenal de 40% (quarenta por cento) sobre o salário recebido pelo empregado no mês anterior, devendo ser pago entre os dias 15 e 20 do mês trabalhado. No caso do empregado ter sido admitido até o dia 10 (dez) do mês em curso o adiantamento será proporcional ao valor dos dias trabalhados, não podendo ser inferior a 40% (quarenta por cento) da remuneração correspondente ao período trabalhado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A partir do mês de setembro de 1997 os empregadores ficam desobrigados de efetuar o adiantamento quinzenal.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os pagamentos serão efetuados, imediatamente após o encerramento do expediente, salvo por motivo de força maior, devidamente justificada, devendo o pagamento estar disponível na meia hora subseqüente ao encerramento da jornada de trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO - Os pagamentos de que tratam o caput desta Cláusula e o Parágrafo Primeiro serão efetuados na sexta-feira imediatamente anterior, quando coincidirem nos sábados, e na segunda-feira imediatamente posterior quando coincidirem nos domingos.

PARÁGRAFO QUINTO - As empresas que eventualmente queiram efetuar o pagamento semanal, mesmo que temporariamente, deverão realizá-lo sempre na sexta-feira, imediatamente após o encerramento do expediente, salvo por motivo de força maior devidamente justificado, devendo o pagamento estar disponível entre as 16:00 e 16:30 horas.

PARÁGRAFO SEXTO - Caso o índice acumulado do INPC venha a ultrapassar 10% (dez por cento) nos seis meses anteriores ao pagamento, os empregadores voltarão a adotar o regime de adiantamento quinzenal, na forma estabelecida no Parágrafo Primeiro.

CLÁUSULA 05 - Os empregadores fornecerão, mensalmente, a seus empregados, envelope ou documento hábil semelhante, caracterizando o empregador, do qual conste, obrigatoriamente, o salário recebido por hora, dia, semana, quinzena ou mês e, especificadamente as horas extras e os descontos efetuados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A execução de trabalhos dentro da base territorial do Sindicato Laboral, que não implique em mudança de domicílio do empregado, não acarreta transferência do empregado para efeito do art. 469, § 3º, da CLT.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Será permitido ao empregador, quando expressamente autorizado pelo empregado, o desconto direto em folha de pagamento, quando oferecida contraprestação de seguro de vida em grupo, farmácia, plano médico-odontológico, convênios diversos, com participação total ou parcial do empregado nos custos.

CLÁUSULA 06 - O empregado fará jus a um adicional por tempo de serviço na mesma empresa e na mesma base territorial, à razão de 5% (cinco por cento) quando completar o primeiro triênio, 10% (dez por cento) quando completar o segundo triênio, 15% (quinze por cento) quando completar o terceiro triênio, 20% (vinte por cento) quando completar o quarto triênio, 25% (vinte e cinco por cento) quando completar o quinto triênio, 30% (trinta por cento) quando completar o sexto triênio, 35% (trinta e cinco por cento) quando completar o sétimo triênio e 40% (quarenta por cento) quando completar o oitavo triênio.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para os empregados que, na vigência das Convenções Coletivas anteriores, tenham adquirido o adicional por tempo de serviço superior aos 40% (quarenta por cento) acima estipulados, fica assegurado o direito adquirido.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O adicional não é parcela integrante do salário, devendo ser pago juntamente com o mesmo, de forma destacada, constando o seu registro no documento de pagamento e na CTPS.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ficam isentos os empregadores que já concedem tal vantagem nas proporções ou em proporções superiores.

PARÁGRAFO QUARTO - A interrupção do contrato de trabalho por período igual ou superior a 06 (seis) meses ensejará reinício da contagem dos triênios.

CAPÍTULO III - DA JORNADA DE TRABALHO

CLÁUSULA 07 - A atividade de trabalho totalizará 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com descanso nos dias de sábado e domingo, com trabalho de 09 (nove) horas diárias nos dias de 2ª, 3ª, 4ª e 5ª feira e de 08 (oito) horas no dia de 6ª feira, sendo o sábado compensado pelas horas excedentes trabalhadas nos primeiros 04 (quatro) dias da semana.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Deverá ser observada 01 (uma) hora de intervalo, das 11 às 12 horas ou de 12 às 13 horas, havendo necessidade de concordância dos trabalhadores para definição deste intervalo, assim como do horário de trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O repouso semanal remunerado será aos domingos equivalente a uma jornada diária de 08 (oito) horas.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caso o sábado seja feriado, as quatro horas destinadas à compensação serão pagas como hora normal.

PARÁGRAFO QUARTO - Coincidindo o feriado com um dos quatro primeiros dias da semana (2ª a 5ª feira) não haverá reposição da hora faltante da compensação.

PARÁGRAFO QUINTO - A comprovação da jornada de trabalho poderá ser feita através de relógio de ponto ou por anotação manual em cartão de ponto, desde que devidamente vistado pelo empregado.

CLÁUSULA 08 - O serviço extraordinário será remunerado em 50% (cinqüenta por cento) do valor da hora normal, exceto o realizado no dia do repouso semanal, que será remunerado em 100% (cem por cento).

PARÁGRAFO ÚNICO - O serviço extraordinário será registrado no mesmo cartão de ponto que acolher o registro do horário normal.

CLÁUSULA 09 - Os empregados ficarão dispensados de registrar, e os empregadores de assinalar, nos cartões de ponto ou registros equivalentes, o intervalo de 01 (uma) hora mencionada no Parágrafo Primeiro da Cláusula 07, desde que o empregador assegure o repouso no intervalo mencionado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Assegurado o repouso, o empregado não poderá reivindicar, sob nenhuma hipótese, remuneração de serviço extraordinário neste intervalo.

CLÁUSULA 10 - Para o empregado horista serão acrescentadas semanalmente 04 (quatro) horas normais de remuneração, a título de "Complemento da redução da Jornada de Trabalho - ARTIGO 7º, XIII da Constituição", de tal forma que o mesmo não sofra redutibilidade de salário, desde que tenha completado regularmente a jornada semanal de 44 (quarenta e quatro) horas, sob pena de perdimento de 01 (uma) hora para cada dia não trabalhado na semana, salvo a falta justificada.

CLÁUSULA 11 - O dia 19 (dezenove) de março é o dia consagrado a São José, Padroeiro da categoria e do trabalhador da construção e do mobiliário na base territorial da categoria laboral.

PARÁGRAFO ÚNICO - O dia do Padroeiro da Construção Civil e do Mobiliário será comemorado na segunda-feira de Carnaval, vedado o expediente em todo o estabelecimento, sendo o dia remunerado como se fosse trabalhado, ficando definido o retorno ao trabalho na quarta-feira de cinzas, à hora regular de início da jornada.

Fls.: 12

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - b739c54

2.º OFÍCIO
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS, FICOU CÓPIA ARQUIVADA EM MICROFILME SOB Nº 228662

CAPÍTULO VI - DA ESTABILIDADE E DA SUSPENSÃO E INTERRUPÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA 26 - Ficam asseguradas ao empregado indicado para exercer função de delegado Sindical, na conformidade do Artigo 523 da CLT, as prerrogativas do Artigo 543, da CLT, vigente a partir da notificação feita pelo representante legal do Sindicato Laboral. As prerrogativas acima serão asseguradas ao empregado, se feita a notificação ao empregador, com recibo de entrega.

PARÁGRAFO ÚNICO - Se o empregado for afastado do serviço, em razão desta clausula terá direito a 45 (quarenta e cinco) dias de aviso prévio, caso seja demitido no decorrer dos primeiros 15 (quinze) dias após encerrado o período de estabilidade, salvo no caso comprovado de enquadramento no que dispõe o Artigo 482 da CLT.

CLÁUSULA 27 - Ao empregado indicado pelo Sindicato da Classe Laboral para participar de cursos, palestras, simpósios, encontros e congressos, desde que de interesse da categoria, é garantida a interrupção do contrato de trabalho considerando-se o período de afastamento como serviço efetivo, sem quaisquer ônus para o empregador, comprometendo-se este a assegurar-lhe quando do retorno, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, o cargo, vantagens e funções em que se encontrava investido, desde que exiba qualquer documento hábil que comprove a sua participação no evento.

PARÁGRAFO ÚNICO - O valor do vencimento, incluídos os encargos sociais, referentes ao período de afastamento, a ser pago pelo Sindicato Laboral, poderá ser efetuado diretamente ao empregado afastado ou reembolsado ao empregador, mediante documentação apropriada.

CLÁUSULA 28 - Ao empregado acidentado no trabalho será garantida estabilidade na forma da legislação vigente.

CAPÍTULO VII - DA ADMISSÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA 29 - O contrato de experiência obedecerá as disposições contidas na CLT, em especial o Art. 451 e o Parágrafo Único do Art. 445.

PARÁGRAFO ÚNICO - O contrato de experiência celebrado com o empregado readmitido na mesma função e na mesma empresa passa a ter o caráter de contrato por prazo indeterminado.

CLÁUSULA 30 - Todo empregador é obrigado a submeter à assistência do Sindicato Laboral as rescisões de contrato de trabalho quando de sua iniciativa, independentemente do tempo de serviço, dentro do prazo legal após a cessação da prestação do trabalho. A assistência será feita mediante a exibição do FGTS, salvo motivo de força maior comprovada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO- A rescisão de que trata esta cláusula só será valida se submetida à assistência do Sindicato da categoria laboral, ficando quitadas as parcelas ali discriminadas, de acordo com o Enunciado nº 330 do TST.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Nas rescisões de contrato de trabalho, os pagamentos serão efetuados em moeda corrente no horário das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas, e por liberalidade do Sindicato Laboral, os pagamentos poderão ser efetuados em cheque, ate às 14:30 horas, exceto no caso de empregado não alfabetizado.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em qualquer circunstância que ocorrer a rescisão do contrato de trabalho, o empregador fornecerá ao demissionário a declaração de rendimentos para efeito de Imposto de Renda e o Atestado de Afastamento e Salário - ASS, para fins de benefício previdenciário.

PARÁGRAFO QUARTO - Nas rescisões de contrato de trabalho em que os pagamentos forem efetuados, por liberalidade do Sindicato Laboral ate às 14:30 horas, com cheque de banco sacado estabelecido fora do Plano Piloto, os empregadores fornecerão ao empregado demissionário um passe de transporte coletivo, no ato da homologação da rescisão.

PARÁGRAFO QUINTO - O Sindicato Patronal poderá indicar preposto para acompanhar as homologações das rescisões a que se refere esta Clausula, com objetivo de orientar o Representante do empregador no ato homologatório.

PARÁGRAFO SEXTO - O empregador comunicará, por escrito, ao empregado, o dia, hora e local para efetuar a homologação da Rescisão do Contrato de Trabalho. Cumprida essa formalidade, o empregador ficará isento de

2.º OFÍCIO
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS, FICOU CÓPIA ARQUIVADA EM MICROFILME SOB Nº 228662

penalidades previstas na Lei nº 7.855/89 e Parágrafo 8º do Art. 477 da CLT, caso o empregado não compareça no horário determinado, ficando o Sindicato Laboral com incumbência de fornecer um atestado comprobatório da presença do empregador e da ausência do empregado.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As diferenças apuradas na rescisão do contrato de trabalho serão pagas em até 10 (dez) dias após a homologação ou conhecimento do fato gerador de tais diferenças, sob pena da multa prevista no Parágrafo 8º do Artigo 477 da CLT.

CLÁUSULA 31 - Os empregados estarão desobrigados do cumprimento do aviso prévio apenas nos casos em que os empregadores mencionarem tal liberalidade no próprio documento de Aviso.

CLÁUSULA 32 - O reajuste salarial previsto na Clausula 03, determinado no curso do aviso prévio, beneficia o empregado, mesmo que tenha recebido antecipadamente a indenização correspondente ao período do aviso, que integra o seu tempo de serviço para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA 33 - Os empregadores são obrigados a utilizar impressos na cor "rosa" para Pedido de Demissão do empregado ao empregador, proibida a utilização de qualquer impresso nesta cor por ocasião da admissão do empregado.

CLÁUSULA 34 - O prazo de dispensa da realização de exame médico demissional fica ampliado para 180 (cento e oitenta) dias, em conformidade com a Portaria nº 08, de 08/05/96, da SSST/MTb.

PARÁGRAFO ÚNICO - Constituirão exceção os casos do trabalhador que permanecer mais de 15 (quinze) dias afastado do trabalho por motivo de doença e do trabalhador que manifestar doença profissional ou ocupacional, devidamente comprovada por atestação médica do SECONCI-DF ou do SESI-DF, dentro do período mencionado no *caput* desta Cláusula.

CLÁUSULA 35 - O aviso prévio será de, no mínimo, 30 (trinta) dias.

CAPÍTULO VIII - DOS DEMAIS DIREITOS E DEVERES DO EMPREGADO

CLÁUSULA 36 - Ficam os empregadores obrigados a fornecer recibo dos documentos entregues por seus empregados, para quaisquer finalidades, discriminando os documentos recebidos e as datas de recebimento e de devolução.

CLÁUSULA 37 - O desconto para cobrir os danos praticados pelo empregado somente poderá ocorrer quando devidamente comprovada a culpa ou dolo.

CLÁUSULA 38 - Quando ocorrer falecimento do empregado, sem a sua provocação será concedido ao herdeiro legal uma ajuda financeira na importância equivalente a 05 (cinco) salários mínimos e no caso de falecimento do cônjuge ou de filho menor, sob sua guarda e que resida no Distrito Federal ou região Geoeconômica, será concedida ao empregado uma ajuda financeira na importância equivalente a 01 (um) salário mínimo, desde que apresentada a certidão de óbito, em qualquer dos casos.

PARÁGRAFO ÚNICO - O empregador que arcar com o pagamento do prêmio de seguro em grupo para seus empregados, está dispensado das obrigações decorrentes desta cláusula.

CLÁUSULA 39 - Ficam os empregadores obrigados a fornecer o transporte gratuito para os seus empregados, por meios próprios ou mediante o vale-transporte, entre o local de sua residência e do trabalho, e vice-versa.

CLÁUSULA 40 - A partir de 01 de julho de 1993 é proibido o transporte de operários em caminhão nas linhas que tiverem transporte regular de Ônibus, com exceção para o transporte de operários das equipes móveis de produção e de manutenção, quando será permitida a utilização de caminhões.

CLÁUSULA 41 - Os empregadores fornecerão alimentação gratuita ao empregado que trabalhar além das duas primeiras horas extraordinárias.

PARÁGRAFO ÚNICO - A alimentação fornecida pelos empregadores na forma prevista nesta cláusula não integrará o salário do empregado para quaisquer efeitos.

Fls.: 13

Pje Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - b739c54

CLÁUSULA 42 - O trabalho por tarefa, constituindo-se em exceção ao trabalho normal (trabalho por hora, dia ou mês) deverá ser ajustado por escrito entre as partes.

CLÁUSULA 43 - Serão descontados o tempo e o repouso semanal remunerado, se o empregado iniciar os preparativos para largar o serviço mais de 10 (dez) minutos da hora prevista para o término da jornada, desde que seja cientificado dessa penalidade, antecipadamente, através de aviso no local de trabalho.

CLÁUSULA 44 - É assegurado aos empregadores apresentarem como prova "juris tantum" perante a Justiça do Trabalho, cópia do Inquérito Policial ou Boletim de Ocorrência passado por autoridade policial, em fatos determinantes da dispensa com justa causa.

CLÁUSULA 45 - As cantinas instaladas no local de trabalho deverão ser pintadas e arejadas, providas de mesas e de água potável devidamente filtrada.

CLÁUSULA 46 - Os empregadores que fornecerem refeição aos empregados, por meios próprios ou por intermédio de cantineiro, poderão cobrar como valor máximo de ressarcimento, o percentual de 10% (dez por cento) por refeição, do preço do bandejão fornecido pelo SESI/DF.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O empregador que já estiver praticando preço inferior ao máximo estipulado, manterá sua política de subsídio nos canteiros onde, atualmente, haja fornecimento de refeição.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A alimentação fornecida pelos empregadores na forma prevista nesta cláusula não integrará o salário do empregado para quaisquer efeitos.

CLÁUSULA 47 - O empregador concederá um abono ao empregado que se aposentar, equivalente a 04 (quatro) salários mínimos, desde que conte com um ano de serviço na empresa.

CLÁUSULA 48 - A data do início do gozo de férias será comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, com pagamento da remuneração das mesmas até 05 (cinco) dias antes do início do gozo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A data do início do gozo das férias só poderá ser marcada para dia útil.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os empregadores que concederem férias coletivas em período que compreender o dia de comemoração do Dia da Construção Civil deverá conceder o dia de folga correspondente em outra data no mesmo ano-calendário.

CLÁUSULA 49 - Os empregadores fornecerão a todos os seus empregados gratuitamente, café ou leite com pão e manteiga, antes do início da jornada de trabalho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica facultado ao empregador reembolsar ao empregado o equivalente ao custo de aquisição do café ou leite com pão e manteiga ao invés de fornecer ele próprio o benefício, somente nos canteiros de obras com efetivo igual ou inferior a 15 (quinze) empregados e para todos os empregados do setor administrativo da empresa.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O Sindicato Patronal recomendará aos empregadores para fornecerem gratuitamente, aos seus empregados uma cesta básica, mensalmente, com pelo menos 15 (quinze) quilos de alimento, com 06 (seis) produtos diferentes, dentre eles, obrigatoriamente, arroz, feijão e açúcar.

CLÁUSULA 50 - Será recomendado ao empregador para que forneça "crachá" aos seus empregados, no modelo que preferir, para fins de identificação interna, no local do trabalho.

CAPÍTULO IX - DA CONTRIBUIÇÃO FEDERATIVA PATRONAL

CLÁUSULA 51 - Conforme deliberação tomada na Assembléia do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal, realizada em, 29/04/97, todos os empregadores atuantes na Indústria da Construção (empresas associadas ou não, construtores particulares e autônomos, empresas governamentais e outros) recolherão para este Sindicato até o dia 30 de abril de 1998 uma contribuição denominada "Contribuição Confederativa Patronal", equivalente a 1/30 (hum trinta avos) da folha bruta de salários do mês de março de 1998.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor mínimo a ser recolhido por empregador associado ou não ao SINDUSCON-DF, será o equivalente a 05 (cinco) vezes a menor mensalidade social que vigorar para o mês de março/98.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os recolhimentos deverão ser efetuados em guia própria, fornecida pelo SINDUSCON-DF.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento após o prazo acarretará os seguintes acréscimos, a) Atualização monetária pela variação da UFIR - Unidade Fiscal de Referência diária ou por outro índice oficial que a substitua na eventualidade de sua extinção, até o dia do efetivo pagamento; b) Juros de mora 1% (hum por cento) ao mês, ou fração; c) Multa de mora de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado.

PARÁGRAFO QUARTO - Do total arrecadado em abril/98 o SINDUSCON-DF repassará 5% (cinco por cento) ao Serviço Social do Distrito Federal - SECONCI/DF, 20% (vinte por cento) a favor da Federação das Indústrias do Distrito Federal - FIBRA e 5% (cinco por cento) para a Confederação Nacional da Indústria - CNI, até o dia 31 de maio de 1998.

PARÁGRAFO QUINTO - O recolhimento da Contribuição Confederativa Patronal é obrigatório nos termos do artigo 8º, inciso IV da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor.

CAPÍTULO X - DAS PENALIDADES

CLÁUSULA 52 - Aos infratores dos dispositivos desta Convenção serão aplicadas as seguintes multas: a) 20% (vinte por cento) ao ano sobre os triênios não pagos, acrescida de juros legais e da atualização monetária, e b) 10% (dez por cento) do valor de um salário mínimo por empregado na infringência das demais cláusulas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os valores das multas aplicadas aos empregadores, de acordo com a presente Cláusula, reverterão em favor do empregado, salvo aqueles em que a infração não atingir diretamente o empregado, quando, então reverterão em favor do Sindicato Laboral.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os empregadores terão prazo de 05 (cinco) dias para efetuarem o pagamento de qualquer multa por infração de norma desta Convenção, sob pena de pagamento em dobro.

CLÁUSULA 53 - Os empregadores que não cumprirem o disposto no Artigo 545 da CLT serão responsáveis pelos valores devidos, sem ônus para os empregados, e ainda, sem prejuízo de sanção prevista no parágrafo único do referido artigo.

CAPÍTULO XI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 54 - Os empregadores permitirão o acesso de pessoas credenciadas pelo Sindicato Laboral, em seus escritórios ou locais de trabalho, para procederem a sindicalização dos trabalhadores interessados, devendo o Sindicato Laboral comunicar a visita de seus prepostos ao empregador, com antecedência mínima de 03 (três) dias.

PARÁGRAFO ÚNICO - O acesso ao canteiro de obra será permitido desde que acompanhado de representante da empresa.

CLÁUSULA 55 - Os empregadores permitirão a fixação de boletins e avisos do Sindicato Laboral em pontos convenientes, nos locais de trabalho.

CLÁUSULA 56 - Entre os deveres das partes convenentes fica expressamente ajustado o de afixar a presente Convenção em todos os locais de trânsito obrigatório dos empregados, nos locais de trabalho.

CLÁUSULA 57 - É obrigação dos empregados, dos empregadores e das entidades convenentes cumprir e fazer cumprir as normas aqui estabelecidas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Às partes convenentes é assegurado o direito de efetuar convênios e ajustar acordos com entidades e organismos públicos e privados, visando o cumprimento desta Convenção Coletiva de Trabalho.

Fls.: 14

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - b739c54

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os empregadores se comprometem ao fiel cumprimento de suas obrigações sindicais, inclusive junto ao SECONCI-DF, competindo ao Sindicato Patronal o exercício do controle e da emissão de certidões comprobatórias de quitação dos referidos encargos.

CLÁUSULA 58 - Fica assegurado o direito de proposta para negociação e acordo de qualquer reivindicação que não conste deste instrumento.

CLÁUSULA 59 - Em caso de greve deverá ser mantido em atividade o mínimo de 30% (trinta por cento) do efetivo dos trabalhadores, com vistas à manutenção de atividades básicas do canteiro de obras.

CLÁUSULA 60 - O Sindicato Patronal recomenda aos empregadores, face à criação em sua Sede da Delegacia Regional da CONSTRUPREV - Associação Previdenciária e Assistencial da Construção, que as contratações de seguros e de previdência privada por eles efetuadas sejam realizadas através do referido Sistema.

CLÁUSULA 61 - A presente Convenção Coletiva de Trabalho não pode ser revogada ou prorrogada, total ou parcialmente sem as formalidades do Artigo 615 da CLT.

CLÁUSULA 62 - Todas as exigências do Artigo 613 da CLT foram regularmente cumpridas, de sorte que as partes reconhecem expressamente nesta Convenção.

CLÁUSULA 63 - As controvérsias resultantes da aplicação das normas desta Convenção serão dirimidas pela Justiça do Trabalho do Distrito Federal

E assim, por estarem de acordo com as cláusulas constantes do presente instrumento, assinam o mesmo em 05 (cinco) vias de igual teor e forma para que produza os efeitos jurídicos, inclusive de acordo com o Artigo 614 da CLT.

Brasília-DF, 30 de abril de 1997.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE BRASÍLIA - STICMB
EDGARD DE PAULA VIANA - Presidente

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO DISTRITO FEDERAL SINDUSCON-DF
ADALBERTO CLEBER VALADÃO - Presidente

2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos
SCS Ed. Ant.º Venâncio da Silva - Lojas 09/10 - Fone: 223-4988
Oficial ANTÔNIO FERNANDES QUIRINO DE SOUSA
APRESENTADO HOJE, PROTOCOLADO E REGISTRADO EM MICROFILME SOB N.º 228662
BRASÍLIA, (DF) 14 MAI 1997
SERVENTUÁRIO
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
TÍTULOS, DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
José Jorge Quirino de Souza
Escrevente Substituto
D. F.
BRASÍLIA

M.H.EXT. I

06/97 = -o-
07/97 = 51:00
08/97 = 21:00
09/97 = 63:00
10/97 = -o-
11/97 = -o-

135 ÷ 6 = 22,50

M.H.EXT.

06/97 = 12:00
07/97 = 14:00
08/97 = -o-
09/97 = -o-
10/97 = -o-
11/97 = -o-

26 ÷ 6 = 4,33

M.AD.NOTURNO

06/97 = -o-
07/97 = 72:00
08/97 = -o-
09/97 = -o-
10/97 = -o-
11/97 = -o-

72:00 ÷ 6 = 12:00

SALÁRIO	R$ 218,40	
M.H.EXT. I	R$ 33,53	
M.H. EXT II	R$ 8,57	
M.AD.NOTURNO	R$ 2,40	
M.TAREFA	R$ 6,60	
	269,50	
1/3 sobre férias		
Saldo Salário		
Lei 7.238/S. Art 9º		
Art. 477 § 6.º CLT		
Multas ( )% s/		
Média H/E		

M.TAREFA

06/97 = -o-
07/97 = -o-
08/97 = -o-
09/97 = 40:00
10/97 = -o-

DIF. M H/E 06/97 a 11/97

40:00 ÷ 6 = 6,67

PAGAMENTO COM CHEQUE
Nº 660734 BANCO 222

S.T.I.C.M.B.

S.T.I.C.M.B.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE BRASÍLIA

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICO TRABALHISTA
LEI N.º 5.584, DE 26-06-1970

A ASSISTÊNCIA prestada aos empregados obedece ao previsto no artigo 477 e parágrafos da C.L.T. e cláusula 30 da Convenção Coletiva do Trabalho em vigor.

Brasília-DF, 03 de 11 de 19 97

LÚCIO B. OLIVEIRA

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - b739c54

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO
DISTRIBUICAO DE FEITOS DE BRASILIA

C E R T I D A O

PROCESSO :03-0851/98
RECLAMANTE:JOSE DOMINGOS FERREIRA SANTOS
RECLAMADO :URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA

Certifico que a audiencia relativa a esta reclamatoria foi designada para o dia 12/08/1998 as 13.39 horas na sala de audiencias da 03ª Junta de Conciliacao e Julgamento.

Certifico que o advogado do reclamante se comprometeu a comparecer a esta Secao para tomar ciencia da data designada para a audiencia.

Certifico que foi confeccionada notificacao ao reclamado com advertencia sobre as consequencias do nao comparecimento a audiencia.

Brasilia, 28 de JULHO de 1998.

ANTONIO AUGUSTO LUCAS ILHA FILHO
Chefe da Secao Distribuicao de Feitos

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - b739c54

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

03 ª JUNTA DE CONCILIACAO E JULGAMENTO DE BRASÍLIA

NOTIFICACAO - RECLAMADO Nº Not: 2923/98

PROCESSO : 03-0851/98
RECLAMANTE : JOSE DOMINGOS FERREIRA SANTOS

Fica V.Sa. notificado(a) a comparecer a audiencia que se realizara no dia 12/08/1998 as 13.39 horas na sala de audiencias da 03 ª Junta de Conciliacao e Julgamento desta cidade sita a:

SHLN Q. 516, L.02,CONJ. B, BL.01

quando podera apresentar sua defesa (CLT, Art. 846), devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado, sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no art. 843 consolidado. O nao comparecimento de V.Sa. importara na aplicacao de revelia e confissao quanto a materia de fato.

Segue em anexo copia da inicial.

Brasilia, 28 de JULHO de 1998.

DIRETOR DE SECRETARIA

Auxiliar Judiciário

A(O)
URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA
RODOVIA DF 150 KM 5,5

SOBRADINHO
DF

, 73001970

CERTIFICO QUE O PRESENTE EXPEDIENTE FOI ENCAMINHADO AO DESTINATARIO VIA POSTAL EM 29/7/98 - (4ª f.)

DIRETOR DE SECRETARIA

Paula Rocha
Auxiliar Judiciário

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - b739c54

Notificacao: 2923/98 PROCESSO:03-0851/98

AUDIENCIA INAUGURAL 12/08/1998 AS 13.39 Hs

COMPROVANTE DE ENTREGA DE SEED Registro: _____

---------- DESTINATARIO ----------

URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA

CDD Brasília Norte 29 JUL 1998 Brasília-BSB

---------- ENDERECO ----------

Logradouro: RODOVIA DF 150 KM 5 5

Bairro :
Cidade : SOBRADINHO
Uf : DF CEP : 73001970

Brasília-DF

Recebido em : 30/07/98 Assinatura : Natal Mats

CERTIDÃO

Certifico que, na presente data (m) 01 foi (ram) EXPEDIDO (S).
Brasília-DF, 04/08/98
(6ª f)

Maria Rodrigues Santos
AUX. ESP. REQUISITADA

JUNTADA

Nesta data, faço juntada, aos presentes autos da 13.16 - 34 I
Rec 12 de agosto de 1998
4ª feira

Edite Soares de Sousa
Requisitada

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - b739c54

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

Fls. 16

ATA DE AUDIÊNCIA

PROCESSO : 03.000851/98
RECLAMANTE : JOSE DOMINGOS FERREIRA SANTOS
RECLAMADO : URBRAS

Em 12 de agosto de 1998, a Eg. 03 JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO, sob a presidência do(a) MM. Juiz (a) ODÉLIA FRANÇA NOLETO, presentes o Juiz Classista Representante dos Empregadores MILTON CARLOS DA SILVA e o Juiz Classista Representante dos Empregados LUIS MATOS RIBEIRO, realizou audiência relativa ao processo identificado em epígrafe.

A audiência teve início às 13:49 horas.

Compareceu(ram) o(s) reclamante(s), desacompanhado(s) de advogado.

Compareceu o preposto do(a) reclamado(a), Sr(a). RICARDO PEREIRA DE OLIVEIRA, desacompanhado de advogado.

Conciliação rejeitada.

Defesa escrita, com documentos. Vista ao(s) reclamante(s) por 5 dias (CPC, Art. 372), a contar de 12.08.98.

Designada para instrução a data de 19.08.98, às 14:15 horas. Cientes as partes, que deverão comparecer para depoimento pessoal, sob pena de confissão (TST - En. 74), podendo trazer espontaneamente suas testemunhas ou arrolá-las em 5 dias, a contar da presente data.

Audiência suspensa às 13:49 horas.

Nada mais.

ODÉLIA FRANÇA NOLETO
Juiz(a) Presidente

LUIS MATOS RIBEIRO
Juiz(a) Class. R. Empregados

MILTON CARLOS DA SILVA
Juiz(a) Class. R. Empregadores

Reclamante

Reclamado

Advogado(a) do Recte

Advogado(a) do Recdo

WASHINGTON CRISTIANO DOS SANTOS
Diretor(a) da Secretaria

T.R.T.1.1.165

Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - b739c54
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/22060712420858000000030890701?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 22060712420858000000030890701

Fls. 18

eis que em seu bojo trazem a assinatura do autor. Pelo que o pedido de horas extras é totalmente improcedente, eis que aquelas efetivamente realizadas foram pagas. Informa a Reclamada, por necessário, que a teor do disposto no § 5º, da cláusula 07, da Norma Coletiva de Trabalho anexa, os horários de trabalho consignados nos cartões de ponto, eram feitos por apontador da Reclamada, e espelham a verdadeira jornada de trabalho cumprida pelo Reclamante. É certo ainda, que quando eventualmente o autor laborou aos domingos, recebeu o correspondente pagamento como extra e com o adicional de 100%, conforme constam nos recibos de pagamento, na rubrica horas extras II.

4. Improcedente o pedido de integração de horas extras nas parcelas pleiteadas na inicial, eis que tal medida foi adotada quando da elaboração dos cálculos das verbas rescisórias, conforme se vê no verso do termo de rescisão anexo, devidamente homologado pelo Sindicato Laboral. Tanto é, que o salário do autor quando do seu desligamento, era de R$ 218,40 por mês, e as verbas rescisórias foram pagas com base na maior remuneração, ou seja, R$ 269,50 (vide campo nº 20, do TRCT).

5. A Reclamada sempre reembolsou os valores do café da manhã ao Reclamante, conforme se vê nos recibos de pagamento anexos, na rubrica correspondente. Além do mais, o valor de um café com pão e manteiga custa atualmente R$ 0,70 (setenta centavos) e não R$ 1,20 conforme alega o Reclamante, indo desde já impugnado.

6. Improcedente o pedido de adicional noturno, eis que o autor não era vigia noturno e sim servente. Por outro lado, quando eventualmente laborou em horário considerado noturno, recebeu o correspondente adicional, conforme consta nos recibos de pagamento anexos. O adicional noturno não foi realizado com habitualidade, o que desautoriza sua integração nas parcelas pleiteadas no ítem 3.4, do rol de pedidos. Mesmo assim, a Reclamada fez a integração da referida parcela nas verbas rescisórias do Reclamante, conforme se vê discriminado no verso do termo de rescisão contratual anexo.

7. Improcedente o pedido de multa convencionais, eis que a Reclamada não descumpriu qualquer cláusula convencional. Além do mais, o referido pedido é manifestamente inépto, eis que o autor não demonstra e não informa qual a cláusula supostamente descumprida pela Reclamada, colocando óbice à defesa da Reclamada.

8. Improcedente o pedido de diferença salarial entre a função de vigia e a de servente, uma vez que o Reclamante jamais exerceu as funções de vigia e, caso isso tivesse ocorrido, mesmo assim não haveria diferença salarial, pois não existe diferença entre o salário do guardião de obra e o de servente, conforme se constata pelo § , da cláusula 03, da Norma Coletiva de Trabalho anexa.

Pelo exposto, a Reclamada requer a essa MM. Junta, julgue pela improcedência total da reclamação, protestando desde já, por to /

Ribeiro

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 619f570

Fls. 19

por todos os meios de provas em direito fazíveis, inclusive, pelo depoimento pessoal do Reclamante sob pena de confesso, juntada de documentos, oitiva de testemunhas, como medida de inteira

JUSTIÇA

Termos em que

Pede deferimento

Brasília-DF., 12 de agosto de 1998

Dr. Joaquim Lima Ribeiro
ADVOGADO
OAB-DF 7.131 - CPF 029171221-53

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 619f570

Edite Soares de Sales
Fls 20
Rubrica

P R O C U R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento particular de mandato, UR BRÁS - URBANIZAÇÃO E PREMOLDADOS LTDA., empresa estabelecida em Brasília-DF, no SIA TRECHO 04, Nº 930, BRASÍLIA-DF, inscrita no CGC sob o nº.... nº 00474841/0001-30, neste ato representada por seu Sócio Gerente, Sr. / WAYNE DO CARMO FARIA, brasileiro, separado judicialmente, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 098.965/SEP/DE, CIC nº 000.273.911-91, nomeia e constitui seu bastante procurador, o DR. JOAQUIM LIMA RIBEIRO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/DF sob o [illegible], com endereço para receber citações e/ou notificações no SIA TRECHO 04, Nº 930, Brasília-DF, conferindo-lhe os poderes da CLÁUSULA AD JUDICIA, para representá-la perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo, para o fiel cumprimento do presente mandato, praticar todos os atos que se fizerem necessários, inclusive acordar, desistir, transigir, variar, recorrer, dar e receber quitação, firmar compromissos, requerer isenção de pagamento de / custas processuais e demais encargos e substabelecer com ou sem reserva / de iguais poderes.

Brasília-DF., 14 de outubro de 1996

WAYNE DO CARMO FARIA
Sócio Gerente

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 619f570

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 619570

urbrás

Urbanização e Pré-moldados Ltda.

Fazenda Sobradinho - Rodov'a DF 07 Km 5,5
FONES: 591-1098 e 591-1895



Ficha de Registro de Empregado Nº 011221

IDENTIFICAÇÃO

Nome Completo do Empregado: JOSÉ DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS

Estado Civil [illegible] Sexo MASCULINO Data do Nascimento 15 / 06 / 68 Estado onde Nasceu BA

Cidade de Nascimento RIACHÃO DAS NEVES Nacionalidade BRASILEIRA Se estrangeiro, ano de chegada no Brasil

Nome do Pai DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS Nome da Mãe ALZIRA DO AMOR SANTOS

Nº Filhos menores de 14 anos 01 Nº Dependentes P/IR 02 Grau de Instrução NÃO ALFABETIZADO

Ministério do Trabalho DRT / DF

DOCUMENTAÇÃO

Nº da Cart. de Trabalho 18.862 Série 007 Estado DF Nº Cart. Ident. Profs. Orgão Expedidor UF Nº Título Eleitor 284299305/35 222 0008 Zona

Certificado de Reservista Nº 604.410 Categoria C D I Cart. de Ident. Nº 1.146.424 Data 05.02.83 Estado DF/CPF 418.727.895-87

Nº do Modêlo 19 País de Origem Carteira de Motorista Nº Categoria Naturalizado

Endereço Atualizado QR 323 CONJ. 10 CASA 10 CEP: Fone:

ADMISSÃO

Data da Admissão 05 / 09 / 96 Salário inicial R$ 201,60 P/MÊS Cargo SERVENTE Código 0661 C. Custo 3301

Nº do CBO 95932 Forma de Pagamento MENSAL Nº da Conta Bancária Horário de Trabalho de 07:00 às 17:00

Com Intervalo de 01:00 hs. Data da Opção P/FGTS 05 / 09 / 96 Nº Conta Bancária FGTS Banco Depositário BANCO DE BRASÍLIA S/A

Nº do PIS 122.95278.90.4 data Banco Depositário do PIS GERAL DO COMÉRCIO Sindicato Filiado DA CLASSE

ANOTAÇÕES POSTERIORES

FÉRIAS

PERÍODO AQUISITIVO INÍCIO Dia	Mês	Ano	TÉRMINO Dia	Mês	Ano	PERÍODO DE GÔZO INÍCIO Dia	Mês	Ano	TÉRMINO Dia	Mês	Ano

AUMENTOS DE SALÁRIOS (1) ESPONTÂNEO 2) DISSÍDIO 3) PROMOÇÃO 4) OUT.

DATA Dia	Mês	Ano	NOVO SALÁRIO	%	T
01	05	97	R$ 218,40	PISO	2

ALTERAÇÃO DE CARGO

DATA Dia	Mês	Ano	NOVO CARGO

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

ANO	VALOR R$
03/97	R$ 6,72 CS

Edite Soares dos Santos Registrada Fls 28

Fls.: 24

Pje Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 619f570

CONTRATO DE TRABALHO que entre si fazem a **URBRÁS - Urbanização e Premoldados Ltda.**, Estabelecida à FAZENDA SOBRADINHO RODOVIA-DF 150 KM 5,5 BRASÍLIA neste ato representada pelo abaixo assinado e o(a) senhor(a) JOSÉ DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS, doravante designados respectivamente EMPREGADORA E EMPREGADO.

CLÁUSULA I – O EMPREGADO exercerá na EMPREGADORA a partir desta data, as funções de " SERVENTE " obrigando-se ao pleno desempenho das atribuições previstas para o cargo.

CLÁUSULA II – O regime de trabalho será de 44 (QUARENTA E QUATRO) horas semanais, permitidas compensações.

CLÁUSULA III – A EMPREGADORA pagará ao EMPREGADO JOSÉ DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS pelas atribuições e regime de trabalho acima ajustado, o salário de R$ 201,60 (DUZENTOS E UM REAIS E SESSENTA CENTAVOS) por (MÊS).

CLÁUSULA IV – Serão descontados da remuneração do EMPREGADO, além do que for previsto por lei ou convenções coletivas, os danos eventualmente causados a EMPREGADORA, assim como os prejuízos que esta deve ressarcir a terceiros, por culpa daquele.

CLÁUSULA V – Se, eventualmente, designado para função de confiança, obriga-se o EMPREGADO a exercê-lo com dedicação, responsabilidade e urbanidade, constituindo a violação de qualquer desses deveres falta grave, capaz de, igualmente, autorizar a rescisão, com justo motivo, por parte da EMPREGADORA.

CLÁUSULA VI – Será sempre possível ao EMPREGADO, recusar designações para cargos de confiança, salvo a substituição ou internidade necessária à continuidade dos serviços, a juizo da EMPREGADORA.

CLÁUSULA VII – Presume-se o consentimento do EMPREGADO a toda alteração imposta pela EMPREGADORA nas condições vigentes de seu Contrato de Trabalho, desde que o primeiro não manifeste sua desaprovação no prazo de 10 (dez) dias, contados da respectiva ocorrência ou não sendo possível determiná-la, contados da data do pagamento dos salários imediatamente posteriores a sua realização.

CLÁUSULA VIII – O presente contrato é válido por 45 (QUARENTA E CINCO) dias, prorrogando-se automaticamente, caso não seja denunciado pelas partes, por mais 45 (QUARENTA E CINCO) dias, à título de experiência.

Parágrafo Primeiro: No caso de rescisão antecipada em quaisquer dos períodos previstos nesta cláusula, a parte que o rescindir indenizará a outra de conformidade com os artigos 479 e 480 da CLT.

Parágrafo Segundo: Se dentro de experiência de que trata esta Cláusula não houver qualquer comunicação das partes contratadas, o presente contrato será automaticamente considerado por tempo indeterminado.

CLÁUSULA IX – O EMPREGADO obriga-se a cumprir e respeitar as disposições dos Estatutos da EMPREGADORA, assim como as demais disposições regimentais, Atas da Diretoria e órgãos subordinados, de cuja

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 619f570

divulgação interna se obriga a tomar conhecimento.

CLÁUSULA X – A Ordem de Serviço nº 15/75, que dispõe sobre a concessão do vestuário, objetos e artigos de prevenção à higiene e segurança do trabalho, ficando fazendo parte integrante deste contrato e seus anexos I, II e III, de pleno conhecimento por parte do EMPREGADO.

CLÁUSULA XI – Cumpre ao EMPREGADO: a) Observar as regras de segurança que forem estabelecidas pela EMPREGADORA; b) Usar os equipamentos de proteção individual; c) a falta de cumprimento das obrigações assinaladas nas letras **a** e **b** é falta grave (indisciplina e insubordinação), constituindo justa causa para dispensa do EMPREGADO, sem direito à qualquer indenização.

CLÁUSULA XII – As notificações de mútuos avisos consideram-se feitas de pleno direito nas seguintes condições:

- à EMPREGADORA quando entregue, mediante recibo, no órgão do pessoal ou na recepção da URBRÁS.
- ao EMPREGADO, quando entregue pessoalmente, ou comprovada a recusa em receber o expediente próprio.

CLÁUSULA XIII – Fica desde já concordado entre as partes, a possibilidade de prorrogação de 2 (duas) horas de jornada do trabalho, de acordo com o Artigo 59 e seus Parágrafos, da Constituição das Leis do Trabalho.

CLÁUSULA XIV – Ao presente contrato, poderão ser aditadas cláusulas ou acordos posteriormente ajustados entre as partes.

E, por estarem assim contratados, assinam o presente contrato na presença das testemunhas abaixo.

BSB, 05 de SETEMBRO de 19 96

TESTEMUNHAS:

IMPRESSÃO DIGITAL

URBRÁS – Urbanização e Patrimônios Ltda.
EMPREGADOR

José Domingos
EMPREGADO

Recebi neste ato os Documentos que entreguei à Empresa, para fins de Registro, inclusive a Carteira Profissional e estão todos em ordem e anotados corretamente, inclusive conferi as anotações desta ficha e as achei corretas.

Recebi os Documentos que entreguei para fins de baixa inclusive a carteira Profissional, nada mais tendo a reclamar.

...../...../ 19.....

Assinatura do Empregado

BSB, 05 de SETEMBRO de 19 96.

José Domingos
Assinatura do Empregado

OUTRAS ANOTAÇÕES

BENEFICIÁRIOS:

ANOTAÇÕES DE ACIDENTES NO TRABALHO

Quando Naturalizado: É Casado com Brasileira? ☐ Sim ☐ Não

Nome do Cônjuge Brasileiro

Tem Filhos Brasileiros? ☐ Sim ☐ Não - Quantos?

Edite Soares dos Santos
Assistente Administrativo
Fls. 23

DEMISSÃO	OBSERVAÇÕES GERAIS A RESPEITO DA VIDA PROFISSIONAL	ANOTAÇÕES POSTERIORES
Dedigado em 01/11/1997 Por Reclamada (Descrever suscintamente o motivo da Saída Dispensado sem justa causa E por êste motivo Pode retornar (Local) Brasília DF de Novembro 19 97 Ass.		

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 619f570

Edite Soares de Sousa
Fls. 24
Requisitada

P.J – J.T – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

URBRÁS LTDA 17 —
JOSE DOMINGO FERREIRA DOS SANTOS
SERVENTE
21/08/96 A 20/09/96

CARTÃO	EMPRESA	C/CUSTO	MATRÍCULA
5			

NORMAIS	DESCANSO	FALTAS	TAREFA	EXTRA I	EXTRA II

H ABONA	AUX DOENÇA	FERIADO	AD PERIC	AD NOTURNO	A INSAL	GRATIF

AUX ACIDENTE	MATERNIDADE	DIF SALÁRIO	DATA AV PRÉVIO	AV PRÉVIO	MOT

DATA DESLIG.	C/C EMPREGADO	ADIANTAMENTO SALÁRIO

FALTA FÉRIAS	MATERIAL PROTEÇÃO	OUTROS MATERIAIS	VALE REFEIÇÃO

TOTAL INFORMADO

Nor Dias	MANHÃ Entrada	MANHÃ Saída	TARDE Entrada	TARDE Saída	EXTRA Entrada	EXTRA Saída	Horas Extras
1							
2							
3							
4	INICIO						
5	7.00			17.00			
6	7.00			16.00			
7	COMPENSADO						
8	DOMINGO						
9	7.00			17.00			
10	7.00			17.00			
11	7.00			17.00			
12	7.00			17.00			
13	7.00			16.00			
14	COMPENSADO						
15	DOMINGO						

OBSERVAÇÕES

José Domingos 01 J.

José Domingos 02 J.

03 J.

URBRÁS LTDA 18 P.T.
JOSÉ DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS
SERVENTE
21/11/96 A 20/12/96

CARTÃO	EMPRESA	C/CUSTO	MATRÍCULA
5			

NORMAIS	DESCANSO	FALTAS	TAREFA	EXTRA I	EXTRA II

H ABONA	AUX DOENÇA	FERIADO	AD PERIC	AD NOTURNO	A INSAL	GRATIF

AUX ACIDENTE	MATERNIDADE	DIF SALÁRIO	DATA AV PRÉVIO	AV PRÉVIO	MOT

DATA DESLIG.	C/C EMPREGADO	ADIANTAMENTO SALÁRIO

FALTA FÉRIAS	MATERIAL PROTEÇÃO	OUTROS MATERIAIS	VALE REFEIÇÃO

TOTAL INFORMADO 49 = 1.00 111 = 1.00

H. Nor Dias	MANHÃ Entrada	MANHÃ Saída	TARDE Entrada	TARDE Saída	EXTRA Entrada	EXTRA Saída	Horas Extras
1		DOMINGO					
2	7.00			17.00			
3	7.00			17.00			
4	7.00			17.00			
5	7.00			17.00			
6	7.00			16.00			
7		COMPENSADO					
8		DOMINGO					
9	7.00			17.00			
10	7.00			17.00			
11	7.00			17.00			
12	7.00			17.00			
13		ATESTADO					
14		COMPENSADO					
15		DOMINGO					

OBSERVAÇÕES

José Domingos

04 J.

05 J.

06 J. José Domingos

Diretor de Secretaria

Brasília, 12 de agosto de 1998

Diretor

Edite Soares de Sousa
Requisitada

T R T. 1.1.1365

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 619f570

Fls 25

P.J – J.T – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

URBRAS LTDA — 009

NOME: JOSÈ DOMINGOS PEREIRA DOS SANTOS

CARGO: SERVENTE

PERÍODO: 21/02/97 A 20/03/97

CARTÃO	EMPRESA	CIRCUITO	MATRÍCULA
5			

NORMAIS	DESCANSO	FALTAS	TAREFA	EXTRA I	EXTRA II

H ABONA	AUX DOENÇA	FERIADO	AD PERIC	AD NOTURNO	A INSAL	GRATIF

AUX ACIDENTE	MATERNIDADE	DIF SALÁRIO	DATA AV PRÉVIO	AV PRÉVIO	MOT

DATA DESLIG	C/C EMPREGADO	ADIANTAMENTO SALÁRIO

FALTA FÉRIAS	MATERIAL PROTEÇÃO	OUTROS MATERIAIS	VALE REFEIÇÃO

TOTAL INFORMADO 112-17,00

Nº Dias	MANHÃ Entrada	MANHÃ Saída	TARDE Entrada	TARDE Saída	EXTRA Entrada	EXTRA Saída	Horas Extras
1		COMPENSADO					
2		DOMINGO					
3	7 00			17 00			
4	7.00			17.00			
5	7 00			17 00			
6	7 00			17 00			
7	7 00			16 00			
8	COMPENSADO						
9	DOMINGO						
10	7 00			17 00			
11	7 00			17 00			
	7 00			17 00			
13	FALTA						
14	7.00			16 00			
15		COMPENSADO					

OBSERVAÇÕES

José Domingos

URBRAS LTDA — 009

NOME: JOSÉ DOMINGOS PEREIRA DOS SANTOS

CARGO: SERVENTE

PERÍODO: 21/05/97 À 20/06/97

CARTÃO	EMPRESA	CIRCUITO	MATRÍCULA
5			

NORMAIS	DESCANSO	FALTAS	TAREFA	EXTRA I	EXTRA II
					12

H ABONA	AUX DOENÇA	FERIADO	AD PERIC	AD NOTURNO	A INSAL	GRATIF

AUX ACIDENTE	MATERNIDADE	DIF SALÁRIO	DATA AV PRÉVIO	AV PRÉVIO	MOT

DATA DESLIG	C/C EMPREGADO	ADIANTAMENTO SALÁRIO

FALTA FÉRIAS	MATERIAL PROTEÇÃO	OUTROS MATERIAIS	VALE REFEIÇÃO

TOTAL INFORMADO

Nº Dias	MANHÃ Entrada	MANHÃ Saída	TARDE Entrada	TARDE Saída	EXTRA Entrada	EXTRA Saída	Horas Extras
1	DOMINGO						
2	7.00			13.00			
3	7.00			17.00			
4	7 00			17.00			
5	7 00			17.00			
6	7.00			16 00			
7	COMPENSADO						
8	DOMINGO				7.00	19.00	12
9	7.00			17.00			
10	7 00			17.00			
11	7.00			17.00			
12	7.00			17.00			
13	7.00			16.00			
14	COMPENSADO						
15	DOMINGO						

OBSERVAÇÕES

José Domingos

de Se... ...ior Diretor

..., 12 de agosto de 1998

Diretor de Secretaria

Edite Tavares de Sousa
Requisitada

T R T. 1.1.1365

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 619f570

Fls. 26

Requisitada

PJ – J.T – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

0180 14

HERBAS L/TDA

JOSÉ DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS

SERVENTE

01/09/97 a 20/10/97

S

Nº	INDICADOR	FALTAS	TAREFA	EXTRA I	EXTRA II

Nº APONT.	AUX. DOENÇA	PERÍODO	AD. PERIC.	AD. NOTURNO	A. INSAL.	GRATIF.

AUX. ACIDENTE	MATERNIDADE	DIF. SALÁRIO	DATA AV. PRÉVIO	AV. PRÉVIO	HOT.

DATA DEMISS.	CIC EMPREGADO	ADIANTAMENTO SALÁRIO

FALTA FÉRIAS	MATERIAL PROTEÇÃO	OUTROS MATERIAIS	VALE REFEIÇÃO

TOTAL INFORMADO

DIAS	MANHÃ		TARDE		EXTRA		Horas Extras
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	
1	7 00			17 00			
2	7 00			17 00			
3	7 00			16 00			
4	COMPENSADO						
5	DOMINGO						
6	7 00			17 00			
7	7 00			17 00			
8	7 00			17 00			
9	7 00			17 00			
10	7 00			16 00			
11	COMPENSADO						
12	DOMINGO						
13	7 00			17 00			
14	7 00			17 00			
15	7 00			17 00			

OBSERVAÇÕES

José Domingos

RTIDÃO

ICO que constam da pre

03 documentos, nume

os por mim Diretor

de Secr

12 agosto de 1998

4ª feira

Diretor da Secretaria

Edite Soares de Sousa

Requisitada

TRT. 1.1.1365

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 619f570

Fls. 27

PJ – J.T – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

RECIBO DE PAGAMENTO DE SALÁRIO

09 URBRAS-URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA 010196-311296
001 MATRIZ 090010000/00272 291196 NOV/96

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	Fl.
09011221-0	JOSE DOMINGOS FERREIRA SANTOS					SERVENTE		

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
051	ARREDONDAMENTO DO LIQUIDO		1,40	
062	ADIANTAMENTO DO 13. SALARIO -		33,60	

Total de Vencimentos 35,00 | Total de Descontos 0,00 | Valor Líquido 35,00

URBRAS
DEP.IR=02 DEP.SF=01 CPF=418727895/87
CONFIRA O PAGTO NA PRESENCA DO PAGADOR

Salário Base	Sal. Contr IAPAS	Base Cálc. FGTS	FGTS do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
201,60	0,00	0,00	0,00		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

DATA 29/11/96

ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

DEC

Base Calc. IRRF	Faixa IRRF
0,00	
0,00	
0,00	
0,00	
16,13	

CERTIDÃO

CERTIFICO que constam da presente [illegible] 06 documentos, numerados e [illegible]cos por mim Diretor de Secretaria.

Brasília, 12 de agosto de 1998

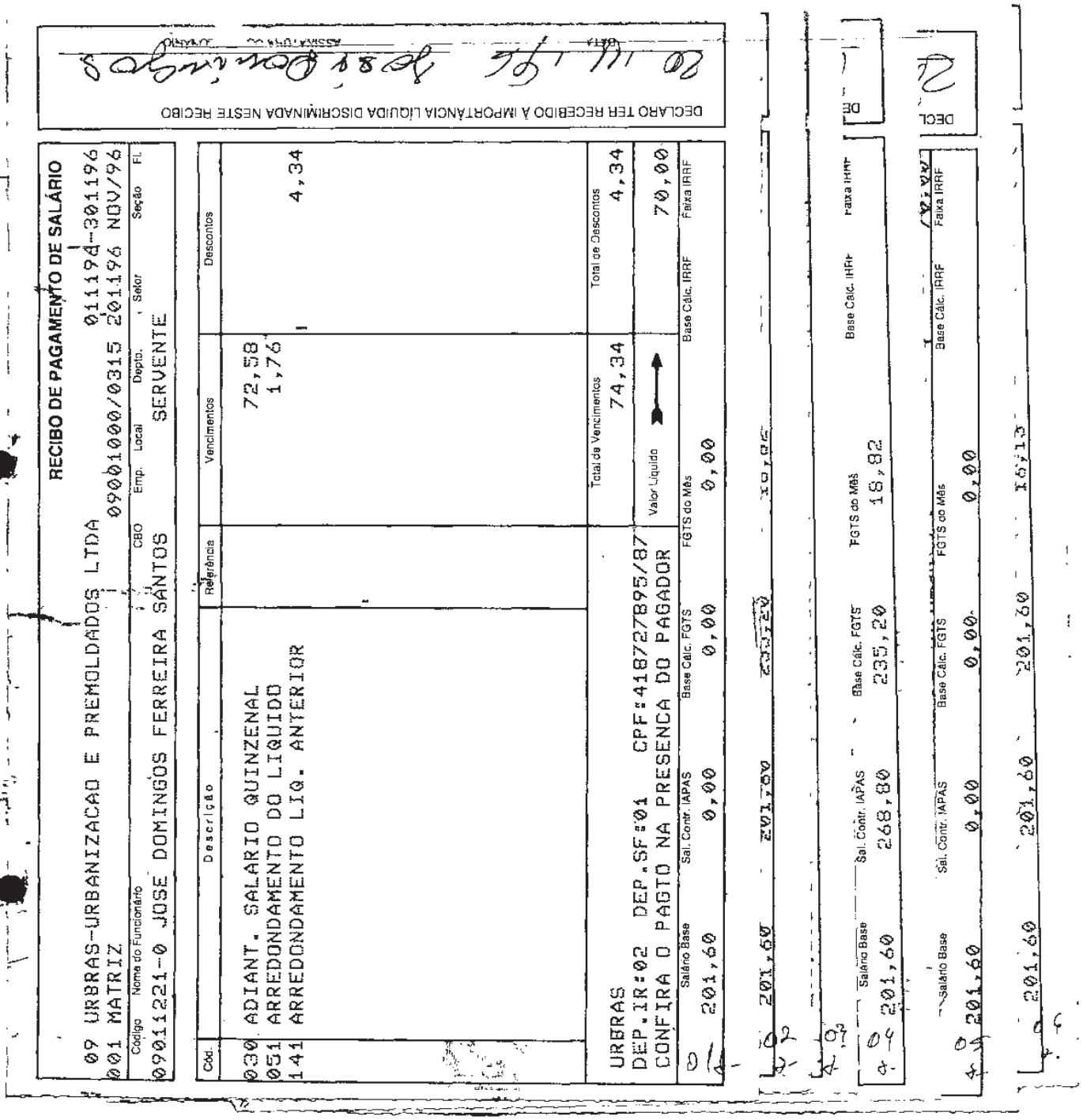
Edite Soares de Sousa
Diretora de Secretaria
Requisitada

T R T. 1.1.1365

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 619f570

Requisitada

PJ – J.T – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO



RECIBO DE PAGAMENTO DE SALÁRIO

09 URBRAS-URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA
001 MATRIZ

011194-301196
09001000/0315 201196 NOV/96

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	Fl.
09011221-0	JOSE DOMINGOS FERREIRA SANTOS					SERVENTE		

Cod.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
030	ADIANT. SALARIO QUINZENAL		72,58	
051	ARREDONDAMENTO DO LIQUIDO		1,76	
141	ARREDONDAMENTO LIQ. ANTERIOR			4,34

Total de Vencimentos 74,34 | Total de Descontos 4,34

URBRAS
DEP.IR:02 DEP.SF:01 CPF:418727895/87
CONFIRA O PAGTO NA PRESENCA DO PAGADOR

Valor Líquido 70,00

Salário Base	Sal. Contr. IAPAS	Base Cálc. FGTS	FGTS do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
201,60	0,00	0,00	0,00		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

DATA ASSINATURA DO EMPREGADO

DECL

DE

CERTIDÃO

CERTIFICO que constam da presente folha 06 documentos, numerados e rubricados por mim Diretor de Secretaria.

BSB 12 de agosto de 1998

Diretor

Edite Soares de Sousa
Requisitada

T R T. 1.1.1365

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 619f570

P.J – J.T – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

DATA ASSINA

RECIBO DE PAGAMENTO DE SALÁRIO

09 URBRAS-URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA 010297-28029/7
001 MATRIZ 09001000/0273 200297 FEV/97

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	Fl.
09011221-0	JOSE DOMINGOS FERREIRA SANTOS					SERVENTE		

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
030	ADIANT. SALARIO QUINZENAL		72,58	
051	ARREDONDAMENTO DO LIQUIDO		4,89	
141	ARREDONDAMENTO LIQ. ANTERIOR			2,47

Total de Vencimentos 77,47 | Total de Descontos 2,47 | Valor Líquido 75,00

URBRAS
DEP.IR:02 DEP.SF:01 CPF:418727895/87
CONFIRA O PAGTO NA PRESENCA DO PAGADOR

Salário Base	Sal. Contr. INPAS	Base Cálc. FGTS	FGTS do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
201,60	0,00	0,00	0,00	-	-

01 201,60 | 02 201,60 201,60 16,13 | 03 0,00 0,00 0,00 | 04 180,75 180,75 14,85 | 05 0,00 0,00 | 06

CERTIDÃO

CERTIFICO que constam da presente folha 06 documentos, numerados e rubricados por mim Diretor de Secretaria.

BSB, 12 de agosto de 1998 4ª feira

Diretor de Secretaria

Requisitada

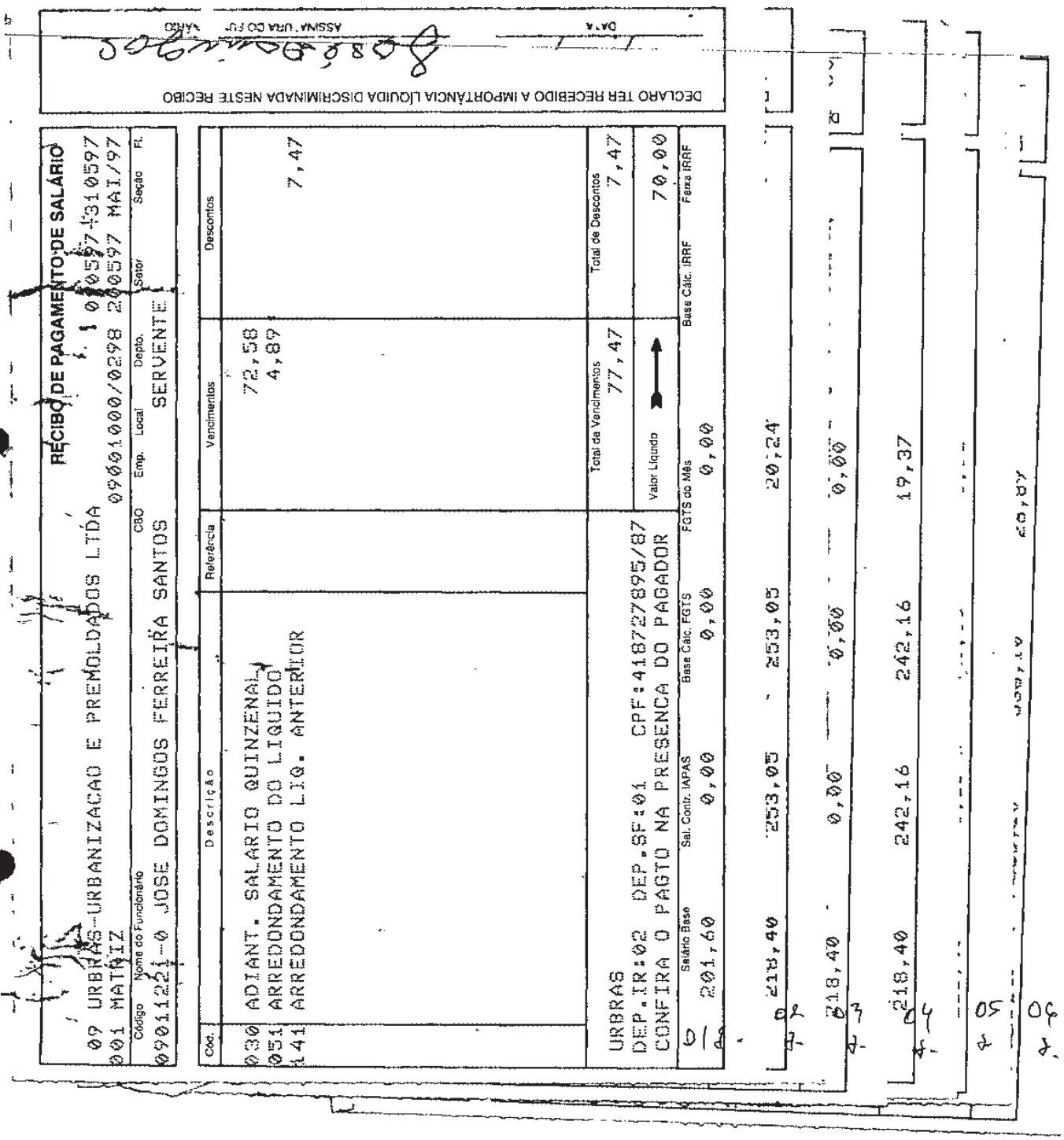
T R T. 1.1.1365

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 619f570

Fls. 30

Requisitada

PJ – J.T - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO



RECIBO DE PAGAMENTO DE SALÁRIO

02 URBRAS-URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA
001 MATRIZ

Código | Nome do Funcionário | CBO | Emp. | Local | Depto. | Setor | Seção | Fl.
09011221-0 JOSE DOMINGOS FERREIRA SANTOS | SERVENTE | 09001000/0298 | 20/05/97 | MAI/97

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
030	ADIANT. SALARIO QUINZENAL		72,58	
051	ARREDONDAMENTO DO LIQUIDO		4,89	
141	ARREDONDAMENTO LIQ. ANTERIOR			7,47

Total de Vencimentos 77,47 | Total de Descontos 7,47 | Valor Líquido 70,00

URBRAS
DEP.IR:02 DEP.SF:01 CPF:41872789587
CONFIRA O PAGTO NA PRESENCA DO PAGADOR

Salário Base	Sal. Contr. IAPAS	Base Calc. FGTS	FGTS do Mês	Base Calc. IRRF	Faixa IRRF
201,60	0,00	0,00	0,00		
218,40	253,05	253,05	20,24		
218,40	0,00	0,00	0,00		
218,40	242,16	242,16	19,37		

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

DATA | ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

CERTIDÃO

CERTIFICO que constam da presente fls. 06 documentos, numerados e rubricados por mim Diretor de Secretaria.

Brasília, 12 de agosto de 1998

Diretor da Secretaria

Edis Soares de Sousa

Requisitada

T R T. 1.1.1365

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 619f570

Edite Soares de Sousa
Fls. 31
Requisitada

PJ – J.T. – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

DATA

ASSINATURA DO EMPREGADO

RECIBO DE PAGAMENTO DE SALÁRIO

02 URBRAS-URBANIZACAO E PRENOLDADOS LTDA 010897-310897
001 MATRIZ 090010000/0295 200897 AGO/97

Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	Fl.
090111224-0	JOSE DOMINGOS FERREIRA SANTOS					SERVENTE		

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
030	ADIANT. SALARIO QUINZENAL		78,62	
051	ARREDONDAMENTO DO LIQUIDO		5,43	
141	ARREDONDAMENTO LIQ. ANTERIOR			4,05

Total de Vencimentos	Total de Descontos	Valor Líquido
84,05	4,05	80,00

URBRAS
DEP.IR=02 DEP.SF=01 CPF=410727895/87
CONFIRA O PAGTO NA PRESENCA DO PAGADOR

Salário Base	Sal. Contr. IAPAS	Base Calc. FGTS	FGTS do Mês	Base Calc. IRRF	Faixa IRRF
218,40	0,00	0,00	0,00		

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Calc. IRRF	Faixa IRRF
218,40	399,51	399,51	31,96		

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Calc. IRRF	Faixa IRRF
218,40	0,00	0,00	0,00		

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Calc. IRRF	Faixa IRRF
218,40	249,58	249,58	19,97		

CERTIDÃO

CERTIFICO que contem da presente fls. 05 documentos, todos rubricados e numerados por mim Diretor de Secretaria.

Brasília, 12 de agosto de 1998 4ª feira

Diretor de Secretaria
Edite Soares de Sousa
Requisitada

TRT. 1.1.1365

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 619f570

Fls. 34
Requisitada

STICMB

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da
Construção e do Mobiliário de Brasília
SCRN Qd. 706/707 - Bloco B - Entrada 12 - Brasília - DF
Fone: (061) 349-2165

SINDUSCON-DF
Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal

SIA - Trecho 2 - Lote 1.125 - 2º Andar
CEP 71.200-020 - Brasília - DF
Fone: (061) 234-8310

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

CONSTRUÇÃO CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

97/98

0 1 8.

C E R T I D Ã O

CERTIFICO que constam da presente folha 01 documentos, numerados e rubricados por mim Diretor de Secretaria.

Brasília, 12 de agosto de 1998

Diretor(a) de Secretaria

Requisitada

T R T. 1.1.1365

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 619f570

Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 619570

Fls. 37 Requisitada

AVISO PRÉVIO DO EMPREGADOR

Ao Sr.(a) JOSÉ DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS

C/Custo: 3301/ URBRAS -URBANIZAÇÃO E PREMOLDADOS LTDA

Pelo presente, comunicamos a V. Sa. que não mais convindo a esta empresa manter seu contrato de trabalho, vimos por meio deste, rescindi-lo, no forma da legislação pertinente, devendo V. Sa. cessar suas atividades em 01 de NOVEMBRO de 19 97

A partir do dia 03 de OUTUBRO de 19 97, até a data acima referida sua jornada de trabalho será reduzida de duas horas.

Ao término do prazo deste aviso, deverá V. Sa. apresentar-se ao Departamento de Pessoal, para recebimento das importâncias que lhe são devidas e cumprimento dos demais formalidades exigidas para cessação do Contrato de Trabalho, apresentando a sua Carteira de Trabalho para as devidas anotações.

Solicitamos a devolução da cópia deste com o seu ciente.

CIENTE: 03 / 10 / 97

José Domingos
(a) empregado

assinatura do responsável legal (quando menor)

(a) empregado

URBRAS - Urbanização e Premoldados Ltda.

(FUND.: artigos 487 a 489 da CLT, Súmulas 5, 73, Prejulgado 42 do TST, artigo 79 do Dec. nº 83.080/79, Lei n.º 5.889/73 e outros citados no contexto)

MOD. 1020 - 50 x 1

CERTIDÃO

CERTIFICO que contém da presente folha 01 documentos, rubricados e numerados por mim Diretor de Secretaria.

12/11, agosto de 1998

Requisitada

PJ – J.T – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

TRT. 1.1.1365

Fls.: 37

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

00 Para uso da Justiça do Trabalho — Fls.: 38 / Rubrica

1ª via - Branca/CEF 2ª via - Rosa/Banco 3ª via - Azul/Empregado 4ª via - Amarela/Empregador

IDENTIFICAÇÃO

01 Carimbo padronizado do CGC
00 474 841/0001-30
URBRAS - Urbanização e Premoldados Ltda.
ROD. DF 150 - KM 5,5
CEP 73001-970
Sobradinho - DF

02 Empregador: URBRAS URBANIZAÇÃO E PREMOLDADOS LTDA. | 03 Código: 0326-9
04 Endereço: FAZENDA SOBRADINHO RODOVIA DF 150 KM 5,5
05 CEP: 73001-970 | 06 Bairro: | 07 Município: SOBRADINHO | 08 UF: DF
09 Banco: B.R.B. | 10 Agência/UF: SUREG BRASILIA DF | 11 Cód. Agência: 027-9
12 Empregado: JOSÉ DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS
13 Carteira de Trabalho (nº, série e UF): 18.862 | 0007 | DF
14 PIS/PASEP: 122.952.78904 | 15 Código empregado: | 16 Data nascimento: 15/06/68 | 17 Data admissão: 05/09/96 | 18 Data opção: 05/09/96 | 19 Data afastamento: 01/11/97
20 Maior remuneração: R$ 269,50 | 21 Aviso prévio: 03/10/97 | 22 Pens. Alim.: % | 23 Causa afastamento: DISPENSA SEM JUSTA CAUSA | 24 Cód. saque: 01

DISCRIMINAÇÃO/RECIBO DAS VERBAS RESCISÓRIAS

	Valor		Valor		Valor
25 Indenização ____ anos		26 Saldo de salários 02 dias	14,56	27 FGTS-multa rescis. 40 %	117,65
28 Aviso prévio	218,40	29 Comissões		30 TOTAL BRUTO	1.039,56
31 13º salário 10 /12 avos	224,60	32 Horas extras ____ horas		DESCONTOS	79,00
33 13º sal. Inden. ____ /12 avos		34 Gratificação		35 Previdência	18,22
36 Salário-família ____ dias	8,53	37 Adicional insalubridade/periculosidade		38 Previdência 13º sal.	17,56
39 Férias vencidas 96/97	269,50	40 Adicional noturno		41 Adiantamentos	39,31
42 Férias proporc. 02 /12 avos	44,92	43		44 ARRED ANTERIOR	3,91
45 1/3 salário s/ férias	104,80	46		47	
48 Sal. maternidade ____ dias		49 FGTS-mês rescisão/mês anterior	36,60	50 TOTAL LIQUIDO RECEBIDO	960,56

51 Data de homologação

52 Carimbo e assinatura do empregado/preposto
URBRAS - Urbanização e Premoldados Ltda.
Cleber Alves dos Santos
Assistente de Depº Pessoal
CIC. 358.081.901 - 97

53 Impressão digital Empregado

54 Impressão digital Responsável legal

55 Assinatura do empregado
José Domingos

56 Assinatura do responsável legal

RECIBO DO FGTS

57 Carimbo e assinatura autorizada da empresa
URBRAS - Urbanização e Premoldados Ltda.
Milton Tavares
Gerente Financeiro
CIC. 249.253.806 - 68

58 Data recepção pelo Banco

59 Sacador - Nome

60 Carimbo da agência (norma CSA/CIEF - 47/74)

61 Valor do saque - Depósitos | 62 Juros e correção monetária | 63 Total do saque

64 Impressão digital Sacador | 65 Impressão Digital Responsável legal | 66 Assinatura do sacador | 67 Assinatura do responsável legal

Autenticação

Modelo aprovado por Instrução Normativa do SNT Nº 02/92

A ASSISTÊNCIA NA RESCISÃO CONTRATUAL É GRATUITA

Ilibre COD. 15.100-9

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 619f570

M.H.EXT: I

06/97 = -0-
07/97 = 51:00
08/97 = 21:00
09/97 = 63:00
10/97 = -0-
11/97 = -0-

135 ÷ 6 = 22,50

M.H.EXT. II

06/97 = 12:00
07/97 = 14:00
08/97 = -0-
09/97 = -0-
10/97 = -0-
11/97 = -0-

26 ÷ 6 = 4,33

M.AD.NOTURNO

06/97 = -0-
07/97 = -0-
08/97 = -0-
09/97 = -0-
10/97 = -0-
11/97 = -0-

72:00 ÷ 6 = 12:00

Com ressalva de:
Art. 479 clt
Aviso Prévio
Férias Venc.
Férias P.P.
13.º Salário
1/3 s/s Férias
Salário 12 dias
Saldo Salário
Art. 9 Lei 7.238
Art. 477 § 8.º CLT
Multas ( ) art.
Média
( )
( )
( )
( )
( )
( )
( )
( )
( )
( ) DIF. MÉDIA DE HS
( )
( )
( )
( )
( )
T I C M B

SALÁRIO R$ 218,40
M.H.EXT. I R$ 33,53
M.H. EXT II R$ 8,57
M.AD.NOTURNO R$ 2,40
M.TAREFA R$ 6,60

M.TAREFA

06/97 = -0-
07/97 = -0-
08/97 = -0-
09/97 = 40:00
10/97 = -0-
11/97 = -0-

40:00 ÷ 6 = 6,67

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE BRASÍLIA
DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICO TRABALHISTA
LEI 4.589, DE 26-06-1970

A ASSISTÊNCIA prestada aos empregados obedeceu ao previsto no artigo 477 e parágrafos da C.L.T. e cláusula 30 da Convenção Coletiva do Trabalho em vigor.

Brasília-DF, 03 de 11 de 19 97

LÚCIO B. OLIVEIRA

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

Campo 1 - Carimbo padronizado do CGC ou matrícula no INSS, INCRA ou CIC. Quando for utilizado o carimbo do CGC, o empregador fica dispensado do preenchimento dos campos 2 e 4 a 8.

Campo 3 - Número de identificação do empregador no sistema FGTS.

Campo 9 e 10 - Nome do banco e respectiva agência cadastrados no sistema FGTS.

Campo 11 - Código CIEF da agência indicada no campo 10.

Campo 15 - Número de identificação do empregado no sistema FGTS.

Campo 21 - Data do evento.

Campo 22 - Percentual a ser retido do saldo da conta vinculada do FGTS, por determinação judicial.

Campo 23 - Indicar, por extenso, a causa do afastamento. Ex.: Dispensa sem justa causa, pedido de demissão, extinção da empresa, término de contrato a termo, etc.

Campo 24 - Código de saque correspondente à causa do afastamento, de acordo com as instruções normativas/operacionais da CEF.

Campo 27 - Indicar o percentual e o respectivo valor da multa rescisória, de acordo com as disposições legais vigentes.

Campo 49 - Valor do FGTS correspondente ao mês imediatamente anterior e ao da rescisão, caso não tenha sido efetuado o seu recolhimento.

Campo 57 - Assinatura do representante do empregador devidamente habilitado junto ao banco domicílio do FGTS.

Campo 58 - Carimbo-datador indicando o código CIEF do banco/agência e a data de recepção do documento.

Campo 60 - Carimbo da agência (Norma CSA/CIEF 47/74), indicando a data do pagamento do saque que deverá coincidir com a data da autenticação mecânica.

Campos 61, 62 e 63 - Consignar os valores relativos às parcelas objeto do saque.

Observações: I - A homologação pela autoridade competente deverá constar no verso de todas as vias deste Termo.

II - Os campos 01 a 57 deverão ser preenchidos pelo empregador e/ou Órgão homologador. Os demais pelo banco pagador do FGTS.

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 619f570

Justiça Federal - TRT 10ª Região
Fls. 35

P.J – J.T – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

EM BRANCO
Washington Cristiano dos Santos
Diretor de Secretaria

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 619f570

PARTE EM BRANCO
Maria Rodrigues Santos
TRT - 10.ª Região

J U N T A D A

Nesta data, faço juntada, aos presentes autos
da 4ª 36 a 37
Bsb, 18 de 08 de 1998 (3ª-F)

Maria Rodrigues Santos
AUX. ESP. REQUISITADA

Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 619f570
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/22060712420897300000030890702?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 22060712420897300000030890702

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUÍZ PRESIDENTE DA 3°. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BRASÍLIA - DF.

JUNTE-SE (CPC, Art. 162, § 4°)
Em, 18/08/98 (3ª feira)

17:55 17/08/98 083594 [illegible]

PROCESSO Nº 851/98

JOSÉ DOMINGOS FERREIRA SANTOS, já devidamente qualificado nos autos do processo em tela em que contende com **URBRÁS - URBANIZAÇÃO E PREMOLDADOS LTDA,** vem, mui respeitosamente, à presença de V.Exa., requerer o que se segue:

Impugna-se os controles de frequência juntos aos Autos por não retratarem a efetiva jornada cumprida pelo reclamante no dia à dia de labor, até porque há horas justificadas e não há a contrapartida salarial.

Impugna-se, também, os contracheques por não retratarem os valores efetivamente devidos, máxime horas extras e café da manhã.

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - f74ae44

PARTE EM BRANCO
Edite Soares de Sousa
Requisitada

JUNTADA

Nesta data, faço juntada aos
autos
Ana 19 de agosto de 1998

Edite Soares de Sousa
Requisitada

Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - f74ae44
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/22060712420908400000030890703?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 22060712420908400000030890703

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

Edite Soares de Sousa Fls. 38 Requisitada

ATA DE AUDIÊNCIA

PROCESSO : 03.000851/98
RECLAMANTE : JOSE DOMINGOS FERREIRA SANTOS
RECLAMADO : URBRAS

Em 19 de agosto de 1998, a Eg. 03 JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO, sob a presidência do(a) MM. Juiz (a) GRIJALBO FERNANDES COUTINHO, presentes o Juiz Classista Representante dos Empregadores EDUARDO FLAESCHEN e o Juiz Classista Representante dos Empregados LUIS MATOS RIBEIRO, realizou audiência relativa ao processo identificado em epígrafe.

A audiência teve início às 14:01 horas.

Audiência antecipada com anuência das partes.

Compareceu(ram) o(s) reclamante(s) acompanhado(s) do(a) advogado(a) Dr(a). MARCONE GUIMARÃES VIEIRA - OAB Nº 9336/DF.

Compareceu o preposto do(a) reclamado(a), Sr(a). RICARDO PEREIRA DE OLIVEIRA, acompanhado(a) do(a) advogado(a) Dr(a). JOAQUIM LIMA RIBEIRO - OAB Nº 7131/DF.

Depoimento pessoal do(a) Reclamante: "Que na condição de servente trabalhava das 07:00 às 19:00 horas, com uma hora de intervalo para almoço, de segunda a sexta-feira; que o apontador era o responsável pelo registro dos horários nos cartões de ponto, achando o depoente que não eram consignados os reais horários em tais documentos; que nos dois últimos meses de vigência do contrato, além da função de servente, o depoente exercia a função de vigia , das 19:00 às 07:00 horas, diariamente, sem nenhuma folga semanal; que trabalhou em diversas obras da recda; que na qualidade de vigia, o recte trabalhou nas obras do Lago Sul, Setor Militar Urbano e Samambaia."Nada mais lhe foi perguntado.

Depoimento pessoal do Preposto do(a) Reclamado(a): "Que o recte sempre ocupou a função de servente, jamais tendo trabalhado como vigia; que o recte trabalhava na jornada convencional, qual seja: das 07:00 às 17:00 horas, de segunda a quinta feira e, até às 16:00 horas, às sextas-feiras, sempre com uma hora de intervalo; que o recte chegou a prorrogar a sua jornada, em algumas ocasiões, não sabendo o depoente precisar a respectiva média deste extrapolamento, no entanto, afirma que todo o excesso de trabalho era registrado nos cartões de ponto, o que era feito pelo apontador; que o recte chegou a trabalhar em alguns finais de semana, com o devido registro no cartão de ponto."Nada mais lhe foi perguntado.

A esta altura as partes se conciliaram.

CONCILIAÇÃO: o reclamado paga ao(s) reclamante(s) a importância de R$ 300,00, até o dia 04.09.98.

O(s) reclamante(s) dá(ão) geral e plena quitação pelo objeto da inicial e extinto contrato de trabalho, ficando estipulada a multa de 100% em caso de inadimplência.

As partes declaram que a transação é composta de 100% de parcelas indenizatórias(multa convencional e indenização do café da manhã).

ACORDO HOMOLOGADO.

Custas pelo(s) reclamante(s) no importe de R$ 6,00, calculadas sobre R$

Luis Matos Ribeiro
Juiz Classista Representante dos Empregados
T.R.T. 10ª Reg.

Eduardo Flaeschen
Juiz Classista Representante dos Empregadores

Grijalbo Fernandes Coutinho
Juiz do Trabalho Presidente da 3ª JCJ do Distrito Federal - DF

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 8ea030e

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

Edite Soares de Sousa
Fls. 39
Requisitada

300,00, dispensadas na forma da lei.
Cumprido o acordo, ao arquivo.
Audiência encerrada às 14:32 horas.
Nada mais.

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO
Juiz(a) Presidente

LUIS MATOS RIBEIRO
Juiz(a) Class. R. Empregados

EDUARDO FLAESCHEN
Juiz(a) Class. R. Empregadores

Reclamante

Reclamado

Advogado(a) do Reclte

Advogado(a) do Recdo

WASHINGTON CRISTIANO DOS SANTOS
Diretor(a) da Secretaria

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 8ea030e

Edite Soares de Sousa
Fls. 40
Requisitada

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reserva, os poderes a mim outorgados por JOSÉ DOMINGOS FERREIRA SANTOS, nos Autos do processo nº 03-0851/98, da 3ª JCJ de Brasília-DF, assistidos e representados por MARINALVA MACHADO DA SILVA, ao advogado MARCONE GUIMARÃES VIEIRA, inscrito na OAB/DF sob o nº 9.336.

Brasília-DF, 30 de julho de 1.998.

MARCELO RIBAS DE AZEVEDO BRAGA
OAB/DF 10.180

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 8ea030e

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

Vicente Grigati Filho
Fl. 47
Técnico Judiciário

CERTIDÃO

Certifico, para conhecimento do MM. Juiz Presidente, que em 04 de setembro de 1998 (6ªf) decorreu o prazo para a reclamada efetuar o pagamento do acordo, tendo a CEF devolvida a guia respectiva.

Era o que tinha a certificar e faço conclusos os presentes autos à consideração de V. Exa.

Em 08/09/98 (3ªf)

Vicente Grigati Filho
Técnico Judiciário

Vistos etc...

Intime-se o reclamante para manifestar-se sobre o recebimento do acordo, prazo de 05 dias, sendo que o silêncio importará em satisfeita a obrigação e arquivamento dos presentes autos nos termos do art. 794, I, do CPC.

Data supra.

Grijalbo Fernandes Coutinho
Juiz do Trabalho Presidente

T.R.T.1.1.165

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 8ea030e

CERTIDÃO

Certifico que o despacho/decisão de fls. 111, foi publicado no Diário da Justiça, Seção III, do dia 15/09/98 (3ª feira), página 66. Era o que tinha a certificar. Dou fé.

Brasília-DF 15/09/98 (3ª feira)

Diretor de Secretaria
3ª JCJ - DF
Vandira da Silva
Técnico Judiciário

PARTE EM BRANCO
Maria Rodrigues Santos
TRT - 10.ª Região

JUNTADA

Nesta data, faço juntada, aos presentes autos, da(s) fls. 42 — f —

Bsb, 10 de 09 de 1998 (5ª f)

Maria Rodrigues Santos
AUX. ESP. REQUISITADA

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 8ea030e

STS ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C

MARCONE GUIMARÃES VIEIRA
SÉRGIO ROBERTO RONCADOR
SÉRGIO LUIS TEIXEIRA DA SIL

EXMO. SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DA 3ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BRASÍLIA -DF.

Junte-se. Execute-se o acordo de fls. 38, observando-se a multa avençada.

Expeça-se mandado de citação, penhora e avaliação.

Em 10/09/98 (5ªf)

Odélia França Nolato
Juíza do Trabalho Substituta

14:13 09/09/98 003980 TRT-10a Reg.3a VIJ/Bsb/DF.

PROCESSO Nº 851/98

JOSÉ DOMINGOS FERREIRA SANTOS, nos Autos da reclamação trabalhista em que contende com URBRÁS, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., por seu advogado signatário, informar que a reclamada não solveu o acordo, requerendo-se a aplicação da multa e a instauração da execução forçada, incontinenti.

Esclarece que a reclamada possui obras junto à CAESB, tendo, consequentemente, faturas a receber.

Termos em que
Pede deferimento

Brasília-DF, 09 de setembro de 1.998.

MARCONE GUIMARÃES VIEIRA
OAB/DF 9336

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 8ea030e

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

Fls. 43

3ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL.

MANDADO nº 1180 /98
Processo nº **851/98 - 3ªJCJ/DF.**
Exequente: **José Domingos Ferreira Santos.**
Executada: **Urbrás - Urbanização e Premoldados Ltda.**
Juiz do Trabalho Presidente da 3ªJCJ/DF: **Grijalbo Fernandes Coutinho.**

MANDADO DE CITAÇÃO, PENHORA E AVALIAÇÃO para ser cumprido na forma abaixo:

O **DOUTOR GRIJALBO FERNANDES COUTINHO**, Juiz do Trabalho Presidente da 3ªJCJ/DF: Manda o Oficial de Justiça, a quem este, devidamente assinado, for distribuído que se dirija ao endereço da executada e, observando os dados da epígrafe, CITE-A, na pessoa de seu representante legal para, em 48 horas, pagar a quantia correspondente ao total das parcelas abaixo especificadas, devidas nos termos da Decisão/Acordo, **conforme despacho de fls. 42: "Junte-se. Execute-se o acordo de fls. 38, observando-se a multa avençada. Expeça-se mandado de citação, penhora e avaliação." Em, 10/09/98 (5ªf). Ass. Odélia França Noleto, Juíza do Trabalho Substituta da 3ª JCJ/DF.**

Valor do Acordo + Multa de 100%.....R$600,00
OBS.: Valor atualizado até 19/08/98.

Não pago o débito ou não garantida a execução no prazo supra, penhore e avalie tantos bens quantos bastem para a integral quitação da dívida.

CASO SEJA CRIADO QUALQUER OBSTÁCULO AO CUMPRIMENTO DO PRESENTE, FICA O OFICIAL AUTORIZADO A SOLICITAR AUXILIO POLICIAL, bem como a proceder às diligências necessárias em qualquer dia ou hora (C.L.T Art. 770 e § 1º e 2º).

O QUE CUMPRA, NA FORMA DA LEI.

Eu, _____, Washington Cristiano dos Santos, Diretor de Secretaria, conferi e subscrevi aos **11 dias do mês de Setembro de 1998.**

ORIGINAL ASSINADO

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO
Juiz do Trabalho Presidente da 3ªJCJ/DF

ENDEREÇO DA EXECUTADA: RODOVIA DF 150, KM 5,5, CEP. 73.001-970 - SOBRADINHO/DF.

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 8ea030e

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, nesta data, encaminhei o mandado retro à Central de Mandados Judiciais de Brasília-DF.

Brasília, 11 / 09 / 98 (6ª Feira)

Maria [illegible]
Auxiliar Judiciário
Diretor de Secretaria

PARTE EM BRANCO
Vandira da S. B. de Oliveira
Técnico Judiciário

JUNTADA

Nesta data faço juntada aos presentes autos
fls. 44/47

Aos 24 de 09 de 19 98

Diretor de Secretaria (Saf)

JUNTOS

Maria [illegible]
Auxiliar Judiciário

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 8ea030e

1709

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

3ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL.

MANDADO nº 1180 /98
Processo nº **851/98 - 3ªJCJ/DF.**
Exequente: **José Domingos Ferreira Santos.**
Executada: **Urbrás - Urbanização e Premoldados Ltda.**
Juiz do Trabalho Presidente da 3ªJCJ/DF: **Grijalbo Fernandes Coutinho.**

MANDADO DE CITAÇÃO, PENHORA E AVALIAÇÃO para ser cumprido na forma abaixo:

O **DOUTOR GRIJALBO FERNANDES COUTINHO**, Juiz do Trabalho Presidente da 3ªJCJ/DF: Manda o Oficial de Justiça, a quem este, devidamente assinado, for distribuído que se dirija ao endereço da executada e, observando os dados da epígrafe, CITE-A, na pessoa de seu representante legal para, em 48 horas, pagar a quantia correspondente ao total das parcelas abaixo especificadas, devidas nos termos da Decisão/Acordo, **conforme despacho de fls. 42: "Junte-se. Execute-se o acordo de fls. 38, observando-se a multa avençada. Expeça-se mandado de citação, penhora e avaliação." Em, 10/09/98 (5ªf). Ass. Odélia França Noleto, Juíza do Trabalho Substituta da 3ª JCJ/DF.**

Valor do Acordo + Multa de 100%.....R$600,00
OBS.: Valor atualizado até 19/08/98.

Não pago o débito ou não garantida a execução no prazo supra, penhore e avalie tantos bens quantos bastem para a integral quitação da dívida.

CASO SEJA CRIADO QUALQUER OBSTÁCULO AO CUMPRIMENTO DO PRESENTE, FICA O OFICIAL AUTORIZADO A SOLICITAR AUXILIO POLICIAL, bem como a proceder às diligências necessárias em qualquer dia ou hora (C.L.T Art. 770 e § 1º e 2º).

O QUE CUMPRA, NA FORMA DA LEI.

Eu, _____, Washington Cristiano dos Santos, Diretor de Secretaria, conferi e subscrevi aos **11 dias do mês de Setembro de 1998.**

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO
Juiz do Trabalho Presidente da 3ªJCJ/DF

ENDEREÇO DA EXECUTADA: RODOVIA DF 150, KM 5,5, CEP. 73.001-970 - SOBRADINHO/DF.

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 8ea030e

Recebido — 17/09/98

Dr. [illegible] Lima Ribeiro
ADVOGADO
OAB-DF 7.131 - CPF 029 171 221 - 53

PARTE EM BRANCO
Maria Ilcelda de Silva
Auxiliar Judiciário

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 8ea030e

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

3ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BRASÍLIA
Mandado Nº 1180/98
Processo Nº 851/98
Exeqüente: JOSÉ DOMINGOS FERREIRA SANTOS
Executado: URBRAS - URBANIZAÇÃO E PREMOLDADOS LTDA.

CERTIDÃO

Certifico que me dirigi ao SIA, Trecho 04, Lote 930, Brasília-DF, hoje, às 10:00 hs., e, lá presente, procedi à Citação da Executada, na pessoa do Doutor JOAQUIM LIMA RIBEIRO, advogado da Executada, o qual ficou ciente de tudo e recebeu contrafé.

O referido é verdade e dou fé.

Brasília-DF, 17 de setembro de 1998.

Alan Rogério Ribeiro Fialho
Oficial de Justiça Avaliador

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 8ea030e

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
10ª REGIÃO

3ª J.C.J. de Brasília-DF PROC. Nº 851 /19 98

AUTO DE PENHORA E AVALIAÇÃO

Aos 21 dias do mês de setembro do ano de 1998 na Quadra 04, Bloco A, Ed. CAESB, SCS - Brasília-DF, onde compareci, em cumprimento ao V. mandado retro, passado a favor de JOSÉ DOMINGOS FERREIRA SANTOS, contra URBRAS - URBANIZAÇÃO E PREMOLDADOS LTDA., para pagamento da importância de R$ 600,00 (Seiscentos reais), não tendo o executado, no prazo legal que lhe foi marcado, conforme certidão retro, efetuado o pagamento nem garantindo a execução, procedi à penhora dos seguintes bens, tudo para garantia do principal, juros de mora, correção monetária e custas do referido processo:

A importância de R$ 600,00 (Seiscentos reais), relativa a créditos afetos a contrato firmado entre a Executada e a Companhia de Água e Esgostos de Brasília - CAESB.

Certifico que, a liberação de tais recursos, segundo informações prestadas pelo Superintendente da Divisão Financeira, condiciona-se à fiscalização conjunta realizada pela CEF e CAESB. Informou-me, também, de que o vencimento de tais créditos é previsto para 10.11.1998.

Total da Avaliação: R$ 600,00 (Seiscentos reais)

Feita, assim, a penhora, para constar, lavrei o presente Auto, que assino.

OFICIAL DE JUSTIÇA
Oficial de Justiça Avaliador
TRT 10ª Região

TRT. 11.1216

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 8ea030e

AUTO DE DEPÓSITO

Após a lavratura do Auto de Penhora, fiz o depósito dos bens penhorados em mãos do Sr. Dairo Simão de Melo, brasileiro (nacionalidade), casado (estado civil), 34774 SSP/DF (identidade), 145.585.991-53 (CPF).

Filiação José Simão de Melo e [illegible] Idbit Bernardes

residente nesta Comarca, à QNA 26, Casa 16, Taguatinga Norte - DF.

o qual, como FIEL DEPOSITÁRIO, se obriga a não abrir mão dos mesmos, sem autorização do MM. Juiz(a) Presidente da Junta, sob as penas da lei.

Feito, assim, o depósito, para constar, lavrei o presente Auto, que assino, juntamente com o depositário.

Brasília-DF, 21 de setembro de 1998.

OFICIAL DE JUSTIÇA

Oficial de Justiça Avaliador
MAT 10ª Região

DEPOSITÁRIO

CERTIDÃO

CERTIFICO E DOU FÉ que intimei o executado para ciência da penhora e avaliação referida no Auto retro, bem assim de que tem o prazo de (5) cinco dias, a contar desta data, para apresentar embargos, tendo o mesmo recebido / recusado contra fé.

Brasília-DF, _____ de setembro de 1998.

OFICIAL DE JUSTIÇA

EXECUTADO

OBSERVAÇÃO:

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 8ea030e

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

3ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BRASÍLIA-DF
Processo: 841/98
Mandado Nº 1180/98
Exeqüente: JOSÉ DOMINGOS FERREIRA SANTOS
Executado: URBRAS URBANIZAÇÃO E PREMOLDADOS LTDA.

CERTIDÃO

CERTIFICO que me dirigi o endereço constante do r. Mandado em epígrafe, nesta data, às 12:00 hs., e, lá presente, procedi à Intimação da Executada, no que se refere à penhora, na pessoa do Doutor JOAQUIM LIMA RIBEIRO, advogado da Reclamada, o qual ficou ciente do inteiro teor da r. Ordem e aceitou contrafé.

O referido é verdade e dou fé.

Brasília-DF, 22 de setembro de 1998.

ALAN ROGÉRIO RIBEIRO FIALHO
Oficial de Justiça Avaliador

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 8ea030e

TRT 10ª REGIÃO
NESTA DATA REMETO À SECRETARIA
DA MM JUNTA O R. MANDADO
22 / 09 / 98

João Carlos Lopes Ponte
Assistente Especial

CERTIFICO que, nesta data, renumerei a contida, de fls. 44 a fls. 47 por razão do Mandado Juntado anexado
conforme Provimento Geral Consolidado.
Brasília, 24 / 09 / 98 (SAF)

Maria Lucia [illegible] Silva
Auxiliar Judiciário

PARTE EM BRANCO
Vandir da Silva
Técnico Judiciário

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 8ea030e

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

Vandira da Silva
Fls. 48
Técnico Judiciário

CERTIDÃO

Certifico para conhecimento do MM. Juiz Presidente, que em 28 de setembro de 1998 (2ªf) decorreu o prazo de 05 dias para a executada opor embargos à execução.

Era o que tinha a certificar e faço conclusos os presentes autos à consideração de V. Exa.

Em 29/09/98 (3ªf)

Luiz Gonzaga de França
Adj. Diretor de Secretaria

Vistos etc...

Aguarde-se a transferência do numerário até 10 de novembro de 1998, conforme prazo fixado no auto de penhora e avaliação de fls. 046.

No silêncio, voltem-me conclusos.

Data supra.

Grijalbo Fernandes Coutinho
Juiz do Trabalho Presidente

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 8ea030e

PARTE EM BRANCO
Vandira da Silva
Técnico Judiciário

JUNTADA

Nesta data, faço juntada, aos presentes autos, da(s) fls. 50 / 54
Sab., 15 de 10 de 98

Vandira da Silva
Técnico Judiciário

Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 8ea030e
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/22060712420927300000030890704?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 22060712420927300000030890704

Vandira da Silva
Fls. 50
Técnico Judiciário

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA

Ofício nº 157/98-SPFI/CAESB

Brasília, 14 de outubro de 1.998

Junte-se. Aguarde-se por 60 dias o depósito do crédito da executada, o qual restou constrito. No silêncio , conclusos.

Ciência ao exequente do contido na presente. Em 14/10/98 (4ª f)

Juiza do Trabalho Substituta

17:03 14/10/98 004651 RT-18 Rec.13 JCJ/Brasília-DF.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA – CAESB, por seu Superintendente Financeiro, Jairo Simão de Melo, vem, respeitosamente à presença de V.Exa., tratar da penhora realizada nos autos da reclamação trabalhista, processo nº 3ª.0851/98, movida por **José Domingos Ferreira Santos** em desfavor de **URBRÁS – Urbanização e Premoldados Ltda**, prestar as informações requeridas, na forma adiante:

I – URBRÁS – Urbanização e Premoldados Ltda, executa para esta empresa, obras no sistema de esgotamento sanitário da cidade satélite de Santa Maria, por meio do contrato de financiamento nº CT – 35.256-13, firmado entre a Caesb e a Caixa Econômica Federal, conforme atesta a cópia da Ficha de Análise e Processamento de Desembolso – FPD, elaborada pela CEF.

II – Em razão do mencionado contrato, tem a Urbrás, a receber da Caesb, quando do repasse dos recursos pela CEF, a quantia de R$ 94.695,89 (noventa e quatro mil, seiscentos e noventa e cinco reais e oitenta centavos).

EXMº SR. DOUTOR
GRIJALBO FERNANDES COUTINHO
DD JUIZ DO TRABALHO DA EGRÉGIA 3ª JCJ/DF
Brasília – DF

MADOC. 22907

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 977d0e1

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA

Vandira da Silva
Fls. 61
Técnico Judiciário

III – Por razões desconhecidas pela Caesb, a Urbrás está em débito com a CEF, porquanto não apresenta ao agente financeiro, documentos exigidos para a liberação dos recursos, conforme registro contido na mencionada FPD, submetendo a quantia supra a bloqueio, pela Caixa Econômica Federal, conforme anotação do item 7, da FPD retro citada, verbis;

> **" PARECER: Em condições de desembolso. O valor de R$ 94.695,89, referente ao pagamento das faturas nº 1397, 1509 e 1508 (URBRÁS), estará sob bloqueio, até apresentação do CRF válido"**

Com estas razões, esperam a Caesb, bem assim o fiel depositário haverem demonstrado os fatos impeditivos da transferência dos recursos, reservando-se a fazê-la tão logo a Urbrás satisfaça a exigência do agente financeiro, sem o que não haverá o repasse.

Aproveitam a oportunidade que se lhes oferece, para apresentar votos de elevada consideração.

JAIRO SIMÃO DE MELO
Superintendente Financeiro

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 977d0e1

caesb COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA

Vandira da Silva Fls. 52 Técnico Judiciário

AUTOS DE PENHORA E AVALIAÇÃO

contra a firma URBRÁS - Urbanização e Premoldados Ltda

REFERENTE: SETEMBRO/98

Nº	J.C.J.DF	DATA RECEB.	PROCESSO	MANDADO	OFÍCIO	EXEQUENTE	VALOR	SUB-TOTAIS
1	1ª	21/09/98	847/98	797/98		FÁBIO DE SOUZA GUIMARÃES	2.400,00	
2	1ª	11/09/98	322/98	986/98		IVAN DE SOUZA SANTOS	643,22	
3	1ª	11/09/98	333/98	990/98		JOERBERT RODRIGUES DE MORAIS	2.800,00	
4	1ª	11/09/98	223/98	700/98		JORGE ALVES DOS SANTOS	1.000,00	
5	1ª	24/09/98	323/98	1061/98		JOSÉ RIBAMAR RIBEIRO DA SILVA	3.594,15	
6	1ª	11/09/98	47/98	985/98		MARINALDO OLIVEIRA MIRANDA	450,00	
7	1ª	01/09/98	703/98	881/98		VALDIR SOARES MARTINS	4.582,39	15.469,76
8	2ª	01/09/98	787/98	1235/98		ABIDIEL PEREIRA SOARES	1.233,99	
9	2ª	01/10/98	333/98		1030/98	FRANCISCO ALVES DE CARVALHO	264,80	
10	2ª	05/10/98	714/98	1339/98		JOSÉ GOMES PEREIRA	2.664,51	
11	2ª	29/09/98	465/98		1004/98	MÁRIO MENDES ALVES	900,00	
12	2ª	05/10/98	832/98	1338/98		RAIMUNDO BARROSO RAMOS	913,53	5.976,83
13	3ª	05/10/98	9073/98	1190/98		JOSÉ BATISTA	1.315,53	
14	3ª	21/09/98	851/98	1180/98		JOSÉ DOMINGOS FERREIRA SANTOS	600,00	1.915,53
15	4ª	04/09/98	350/98	832/98		FRANCISCO ALCÂNTARA DA SILVA	2.200,00	
16	4ª	21/09/98	869/97	S/N		JOÃO FELISBERTO DA COSTA MELO	1.816,76	4.016,76
17	5ª	24/09/98	905/98	1097/98		ANTÔNIO OLÍMPIO DE MATOS	9.071,00	
18	5ª	08/09/98	516/98	1005/98		JOSÉ ANTONIO DE ARAÚJO	7.212,88	
19	5ª	05/10/98	394/98	1137/98		JOSÉ VIEIRA MACIEL	1.647,94	
20	5ª	02/10/98	194/98	1158/98		ANTÔNIO FERREIRA DE LIMA	3.565,74	
21	5ª	05/10/98	9075/98	1117/98		WALTER SOUZA SEVERO	5.011,22	26.508,78
22	6ª	04/09/98	508/98	975/98		JOÃO ANTÔNIO ROSA FILHO	2.685,36	
23	6ª	04/09/98	422/98	959/98		MANOEL DOS SANTOS	6.150,70	
24	6ª	08/09/98	1588/97	1062/98		MANOEL GERALDO FIRMINO DA SILVA	475,90	
25	6ª	21/09/98	759/98	1079/98		VILMAR SIQUEIRA ANDRADE	3.782,26	13.094,22
26	7ª	08/09/98	183/98	962/98		EMÍLIO FARIAS DE FRANÇA	1.142,00	
27	7ª	21/09/98	548/98	1041/98		LUCIANO DUARTE	70,19	
28	7ª	05/10/98	506/98	1053/98		MOISÉS BARBOSA DE CARVALHO	127,22	
29	7ª	05/10/98	569/98	S/N		VALMIR PEREIRA DA SILVA	51,70	1.391,11
30	8ª	04/09/98	422/98	876/98		ANTÔNIO BIBIANO FERNANDES	8.317,99	
31	8ª	04/09/98	486/98	877/98		ANTÔNIO MANOEL DE SOUSA	3.524,97	
32	8ª	04/09/98	138/98	914/98		FRANCISCO DE ASSIS CAETANO	3.285,37	
33	8ª	04/09/98	613/98	935/98		JOSÉ WILSON CARNEIRO RIBEIRO	9.360,73	24.489,06
34	9ª	01/09/98	98/98	1248/98		ILDEMAR JOSÉ DE LACERDA	348,09	
35	9ª	22/09/98	313/98	1391/98		IVAN FERREIRA DE SOUZA	2.156,89	
36	9ª	10/09/98	1434/97	1353/98		JOSÉ ALVES DOS SANTOS FILHO	1.318,78	3.823,76
37	10ª	04/09/98	515/98	868/98		CHARLES ALMEIDA SANTOS	1.845,66	1.845,66
38	11ª	01/09/98	466/98	705/98		FRANCISCO GALDINO RIBEIRO	6.110,70	
39	11ª	08/09/98	356/98	755/98		JOSÉ DE FARIAS SILVA	3.000,00	9.110,70
40	13ª	05/10/98	839/98	951/98		DEMERVAL ALVES FONSECA	5.000,00	
41	13ª	05/10/98	625/98	934/98		MANOEL MARIANO C. DE VASCONCELOS	1.600,00	
42	13ª	08/09/98	770/97	886/98		MILTON CAITANO DE SOUZA	535,32	
43	13ª	01/09/98	672/98	812/98		WILSON MARCOLINO DO NASCIMENTO	667,56	7.802,88
44	14ª	08/09/98	759/97	675/98		RAIMUNDO CRUZ DE SENA	2.246,43	
45	14ª	04/09/98	510/98	605/98		RAIMUNDO NONATO DE SOUZA	1.055,29	
46	14ª	05/10/98	9073/98	744/98		SANTANA DE ASSIS COSTA	5.325,22	8.626,94
47	15ª	04/09/98	755/98	717/98		EFRAIM JACINTO DA SILVA	463,34	
48	15ª	02/10/98	224/98	868/98	1512/98	JOÃO GONÇALVES PEQUENO	10.309,39	
49	15ª	10/09/98	1254/97	754/98	1285/98	JOÃO INÁCIO DA SILVA	9.381,90	20.154,63
50	17ª	05/10/98	840/98	799/98		DOMINGOS MATIAS DA SILVA	2.806,95	
51	17ª	09/09/98	358/98		635/98	JOSÉ BATISTA	9.289,62	
52	17ª	27/08/98	186/98	694/98		MAURÍCIO DO NASCIMENTO SOUZA	1.491,62	
53	17ª	08/09/98	230/98	744/98		WILTON SANTIAGO DE SOUSA	1.243,42	14.831,61
54	18ª	10/09/98	773/98	535/98		LACI EMIDIO CARDOSO COSTA	10.031,93	
55	18ª	05/10/98	645/98	559/98		LUCINEIDE BANDEIRA CARLOS	1.969,52	12.001,45
56	19ª	02/10/98	249/98	803/98		ANTÔNIO JUAREZ DE LACERDA	1.179,01	1.179,01
57	20ª	08/09/98	219/98	730/98		ADENALTO DOS REIS SANTOS	737,17	
58	20ª	08/09/98	156/98	712/98		ANTONIO VENANCIO NETO	3.381,98	
59	20ª	05/10/98	895/98	S/N		JOSÉ PEREIRA DE PAULA	1.617,22	5.736,37
						TOTAL	177.975,06	177.975,06

PENHORAS URBRÁS

MADOC. 22907

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 977d0e1

caesb COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA

Vandira da Silva
Fls. 54
Poder Judiciário

MENSAGEM FAC-SÍMILE – SART/DVEF/SPFI-CAESB		DATA: 05/10/98
ÁREA EMITENTE: Seção de Adm. de Recursos de Terceiros		
TRANSMITIDO: GILMAR PERES MONTEIRO		
FONE: (061) 325-7238		FAX: (061) 325-7111
PARA: URBRÁS – Urbanização e Premoldados LTDA		
ATT.: Gerente Comercial		
LOCALIDADE: Brasília	UF: DF	FAX:(061) 234-7846 Fone:(061) 233-8922
TOTAL DE FOLHAS INCLUINDO ESTA:02 AVISAR DE IMEDIATO SE NÃO RECEBER A MENSAGEM COMPLETA		

Prezados Senhores:

Informamos a V.S.ª que, devido a falta do Certificado de Regularidade Social do FGTS, a Caixa Econômica Federal não liberou recursos, oriundos do CT-35.256-13 das obras do sistema de esgotamento sanitário da cidade satélite de Santa Maria –RA XIII, para pagamento da (s) NF (s) nº(s) 1397, 1508 e 1509.

Para liberar os recursos, ainda esse mês, a C.E.F. aceitará a apresentação da documentação até o prazo máximo de 15 dias, caso contrário a liberação acontecerá somente no mês de Novembro/98.

Cordialmente,

CAESB - SPFI - DIVISÃO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA
Seção de Adm. de Recursos de Terceiros
ALEX CESAR GONÇALVES

Outros documentos: mensagem fac-símile

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 977d0e1

CERTIDÃO

Certifico que o despacho/decisão de fls. 501, foi publicado no Diário da Justiça, Seção III, do dia 20/10/98 (3ª feira), página 020. Era o que tinha a certificar. Dou fé.

Brasília-DF, 20/10/98 (3ª feira)

Diretor de Secretaria
3ª JCJ - DF

Vandira da Silva
Técnico Judiciário

PARTE EM BRANCO

Maria Rodrigues Santos
TRT - 10.ª Região

JUNTADA

Nesta data, faço juntada aos presentes autos da(s) fls. 55 a 57

Bsb. 12 de 11 de 1998 (5ª-F)

Maria Rodrigues Santos
AUX. ESP. REQUISITADA

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 977d0e1

caesb COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA

Ofício nº 228/98-SPFI/CAESB

Brasília, 11 de novembro de 1.998

Junte-se. Observe-se o despacho de fls. 50.

Em 12/11/98 (5ªf)

Odélia França Mpleto
Juiza do Trabalho Substituta

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA – CAESB, por seu Superintendente Financeiro, Jairo Simão de Melo, vem, respeitosamente à presença de V.Exa., tratar da penhora realizada nos autos da reclamação trabalhista, processo nº 3ª.0851/98, movida por **José Domingos Ferreira Santos** em desfavor de **URBRÁS – Urbanização e Premoldados Ltda**, prestar as informações requeridas, na forma adiante:

I – URBRÁS – Urbanização e Premoldados Ltda, executa para esta empresa, obras no sistema de esgotamento sanitário da cidade satélite de Santa Maria, por meio do contrato de financiamento nº CT – 35.256-13, firmado entre a Caesb e a Caixa Econômica Federal, conforme atesta a cópia da Ficha de Análise e Processamento de Desembolso – FPD, elaborada pela CEF.

II – Em razão do mencionado contrato, tem a Urbrás, a receber da Caesb, quando do repasse dos recursos pela CEF, a quantia de R$ 188.794,87 (cento e oitenta e oito mil, setecentos e noventa e quatro reais e oitenta e sete centavos).

EXMº SR. DOUTOR
GRIJALBO FERNANDES COUTINHO
DD JUIZ DO TRABALHO DA EGRÉGIA 3ª JCJ/DF
Brasília – DF

16:09 11/11/98 005107 TRT-10ª Reg.-3ª JCJ/DF.

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 977d0e1

caesb COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA

Fls. 56

III – Por razões desconhecidas pela Caesb, a Urbrás está em débito com a CEF, porquanto não apresenta ao agente financeiro, documentos exigidos para a liberação dos recursos, conforme registro contido na mencionada FPD, submetendo a quantia supra a bloqueio, pela Caixa Econômica Federal, conforme anotação do item 7, da FPD retro citada, verbis;

> **" PARECER: Em condições de desembolso. O valor de R$ 94.695,89, referente ao pagamento das faturas nº 1397, 1509 e 1508 (URBRÁS), e o valor de R$ 94.098,98, referente às NF's 1582, 1583 e 1584, estará sob bloqueio, até apresentação do CRF válido"**

Com estas razões, esperam a Caesb, bem assim o fiel depositário haverem demonstrado os fatos impeditivos da transferência dos recursos, reservando-se a fazê-la tão logo a Urbrás satisfaça a exigência do agente financeiro, sem o que não haverá o repasse.

Aproveitam a oportunidade que se lhes oferece, para apresentar votos de elevada consideração.

JAIRO SIMÃO DE MELO
Superintendente Financeiro

MADOC. 22907

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 977d0e1

PARTE EM BRANCO
Maria Rodrigues Santos
TRT - 10.ª Região

J U N T A D A

Nesta data, faço juntada, aos presentes autos, da(s) fls. 58 — 1 (frente)

Data, 15 de 01 de 2022

Maria [illegible] Saulo
AUX. ESP. REQUISITADA

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 977d0e1

Fls. 58

Brasília, 07 de janeiro de 1.999

Concluso
Em 14/01/99 (5ª F)
Juiz Presidente
Grijalbo Fernandes Coutinho
Juiz Presidente - 3ª JCJ - DF

Venho comunicar a Vossa Excelência, que estou deixando a função comissionada de Superintendente Financeiro da **COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA – CAESB,** pelo que não tenho mais condições de me responsabilizar pela movimentação financeira pertinente às penhoras determinadas por esse R. Juízo, cuja relação segue em anexo:

J.C.C./DF	PROCESSO Nº	RECLAMANTE	VALOR	RECLAMADA
[illegible]	[illegible]	José Domingos Ferreira Santos	600,00	Urbrás
3ª	9073/98	José Batista	1.315,53	Urbrás
3ª	944/98	José Wilson Estevam da Silva	3.000,00	Urbrás
		TOTAL	4.915,53	

I - Assim sendo, venho pedir a Vossa Excelência se digne a determinar à CAESB, para que proceda a substituição do fiel depositário dos créditos que foram objeto de penhora, porquanto toda a movimentação financeira será efetivada sem a minha participação.

II - Antecipo meus agradecimentos, e fico à disposição de Vossa Excelência no endereço apresentado **"in fine"**, para quaisquer informações acessórias.

JAIRO SIMÃO DE MELO
Analista de Suporte A IV

EXMº SR. DOUTOR
GRIJALBO FERNANDES COUTINHO
DD JUIZ DO TRABALHO DA EGRÉGIA 3ª JCJ/DF
Brasília – DF

16:56 08/01/99 000021 TRT-10ª Reg. 3ª JCJ/Brasília/DF.

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 977d0e1

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

Fls. 59

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos os presentes autos à consideração do MM. Juiz Presidente.

Em 15/01/99 (6ª f)

Washington Cristiano dos Santos
Diretor de Secretaria

Vistos etc...

Intime-se o reclamante para manifestar-se sobre o contido às fls. 58, prazo de 10 dias, devendo indicar nova pessoa para exercer o encargo de fiel depositário ou requerer o que entender de direito.

Data supra.

Grijalbo Fernandes Coutinho
Juiz do Trabalho Presidente

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 977d0e1

CERTIDÃO

Certifico que o despacho/decisão de fls. 59 foi publicado no Diário da Justiça, Seção III, do dia 29/01/99 (6ª feira), página 101. Era o que tinha a certificar. Dou fé.

Brasília-DF, 29/01/99 (6ª feira)

Diretor de Secretaria
3ª JCJ - DF
Vandira da Silva
Técnico Judiciário

PARTE EM BRANCO
Maria Rodrigues Santos
TRT - 10.ª Região

JUNTADA

Nesta data, faço juntada aos presentes autos
da 60 — f —
Reb. 93 ao 02 de 1999 (3ª-f)

Maria Rodrigues Santos
AUX. ESP. REQUISITADA

Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 977d0e1
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/22060712420950200000030890705?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 22060712420950200000030890705

STS ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C

MARCONE GUIMARÃES VIEIRA
SÉRGIO ROBERTO RONCADOR
SÉRGIO LUIS TEIXEIRA DA SILVA

EXMO. SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DA 3ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BRASÍLIA-DF.

Junte-se. Indefiro, por ora, o pedido de atualiação do cálculo, uma vez que o principal sequer fora quitado. Ademais, conforme planilha de fls. 52, o total de crédito boqueado é superior ao valor líquido que a executada tem a receber da CAESB (fl.53).

Intime-se a CAESB para informar a possibilidade de proceder ao depósito do valor bloqueado, decorrente do crédito da executada junto aquela instituição.

Em 23/02/99 (3ªf)

Otília Franca Poleto
Juíza do Trabalho Substituta

15:35 05/02/99 000478 TRT-10a Reg.3a JCJ/Sob/Df.

PROCESSO Nº 851/98

JOASÉ DOMINGOS FERREIRA SANTOS, nos autos da Reclamação Trabalhista em que contende com **URBRÁS**, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exª, por seu advogado signatário, expor e requerer o seguinte:

Em atenção ao despacho de fls. 59, requer a substituição do fiel depositário pelo novo Superintendente Financeiro da CAESB.

Outrossim, é verificado que o prazo determinado às fls. 50 já transcorreu sem que tenha havido o depósito dos valores penhorados.

Destarte, requer a atualiazação do débito e intimação da CAESB para que proceda ao depósito dos valores devidos.

Termos em que
Pede deferimento

Brasília-DF, 05 de fevereiro de 1.999.

MARCONE GUIMARÃES VIEIRA
OAB/DF 9.336

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 7bdffb6

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, nesta data, encaminhei o mandado para a Central de Mandados Judiciais de Brasília-DF.

Brasília, 25/02/99 (5ª Feira)

Maria Lucia da Silva
Auxiliar Judiciário
Diretor de Secretaria

PARTE EXTERNA

Vandira da S[illegible] Oliveira
Técnico Judiciário

JUNTADA

Nesta data, faço juntada, aos presentes autos, da fls. 62/64

Bsb, 11 de 03 de 19 99

(5ª F)

Maria Lucia da Silva
Auxiliar Judiciário

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 7bdffb6

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO
3ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BRASILIA - DISTRITO FEDERAL

Av. W/3 Norte Q. 516, Lote 02, Conj. "B" Bloco 01, salas 11,13,15 e 17, 1º ss., BSB-DF
CEP 70.770-550 Fones: 348-1575 FAX: 348-1578

Mandado nº 182 /99.
Processo nº 0851/98-3ªJCJ/DF.
Exequente: **José Domingos Ferreira Santos.**
Executada: **CCA - Companhia Comercial de Automóveis.**

O MANDADO DE INTIMAÇÃO, passado no forma abaixo:

A DOUTORA ODÉLIA FRANÇA NOLETO, Juíza do Trabalho Substituta da 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de Brasília-DF,

MANDA ao Oficial de Justiça Avaliador a que couber por distribuição, que a vista do presente mandado, estando devidamente assinado, que em seu cumprimento, se dirija nesta cidade, onde é encontrada a **CAESB - Companhia de Água e Esgoto de Brasília**, e sendo aí, **INTIME-A** para:

(X) **tomar ciência do seguinte despacho de fls. 60: "Junte-se. Indefiro, por ora, o pedido de atualização do cálculo, uma vez que o principal sequer fora quitado. Ademais, conforme planilha de fls. 52, o total de crédito bloqueado é superior ao valor líquido que a executada tem a receber da CAESB (fl. 53). Intime-se a CAESB para informar a possibilidade de proceder ao depósito do valor bloqueado, decorrente do crédito da executada junto àquela instituição." Em, 23/02/99 (3ªf) - As. Odélia França Noleto, Juíza do Trabalho Substituta.**

O QUE CUMPRA NA FORMA DA LEI.

Dado e passado, nesta cidade de Brasília-DF, aos 24 dias do mês de Fevereiro de 1999.

Eu _____, Diretor de Secretaria digitei e subscrevi.
Washington Cristiano dos Santos

ODÉLIA FRANÇA NOLETO
Juíza do Trabalho Presidente
da 3ªJCJ/DF

ENDEREÇO: QUADRA 04, BLOCO "A", ED. CAESB, SCS - BRASÍLIA/DF.

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 7bdffb6

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO
3ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL

Av. W/3 Norte Q. 516, Lote 02, Conj. "B" Bloco 01, salas 11,13,15 e 17, 1° ss., BSB-DF
CEP 70.770-550 Fones: 348-1575 FAX: 348-1578

Mandado nº 182 /99.
Processo nº 0851/98-3ªJCJ/DF.
Exequente: **José Domingos Ferreira Santos.**
Executada: **CCA - Companhia Comercial de Automóveis.**

O MANDADO DE INTIMAÇÃO, passado no forma abaixo:

A **DOUTORA ODÉLIA FRANÇA NOLETO,** Juíza do Trabalho Substituta da 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de Brasília-DF,

MANDA ao Oficial de Justiça Avaliador a que couber por distribuição, que a vista do presente mandado, estando devidamente assinado, que em seu cumprimento, se dirija nesta cidade, onde é encontrada a **CAESB - Companhia de Água e Esgoto de Brasília**, e sendo aí, **INTIME-A** para:

(X) **tomar ciência do seguinte despacho de fls. 60: "Junte-se. Indefiro, por ora, o pedido de atualização do cálculo, uma vez que o principal sequer fora quitado. Ademais, conforme planilha de fls. 52, o total de crédito bloqueado é superior ao valor líquido que a executada tem a receber da CAESB (fl. 53). Intime-se a CAESB para informar a possibilidade de proceder ao depósito do valor bloqueado, decorrente do crédito da executada junto àquela instituição." Em, 23/02/99 (3ªf) - As. Odélia França Noleto, Juíza do Trabalho Substituta.**

O QUE CUMPRA NA FORMA DA LEI.

Dado e passado, nesta cidade de Brasília-DF, aos 24 dias do mês de Fevereiro de 1999.

Eu _____, Diretor de Secretaria digitei e subscrevi. Washington Cristiano dos Santos

ORIGINAL ASSINADO

ODÉLIA FRANÇA NOLETO
Juíza do Trabalho Presidente
da 3ªJCJ/DF

ENDEREÇO: QUADRA 04, BLOCO "A", ED. CAESB, SCS - BRASÍLIA/DF.

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 7bdffb6

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

03ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BRASÍLIA-DF
Processo Nº: 0851/98
Exequente: JOSÉ DOMINGOS FERREIRA SANTOS
Executado: CCA - COMPANHIA COMERCIAL DE AUTOMÓVEIS

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, em cumprimento ao mandado retro, dirigi-me ao endereço nele indicado, não tendo sido possível proceder à intimação da CAESB, em virtude de o Sr. Sérgio Neves Campos, Superintendente Financeiro, ter-se negado a receber o mandado, tendo em vista o erro em relação ao nome do executado, que conforme cópia do Auto em anexo trata-se da Urbrás. Isso posto, devolvo o mandado à apreciação da Presidência da Eg. Junta de Conciliação e Julgamento, aguardando novas determinações.

Brasília, 08 de março de 1999.

SÍLVIA MARIA SOUZA RODRIGUES
Oficiala de Justiça Avaliadora

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 7bdffb6

TRT 10ª REGIÃO
NESTA DATA REMETO À SECRETARIA
DA MM JUNTA O R. MANDADO
10 / 03 / 99
João Carlos Lopes Ponte
Assistente Especial

PARTE EM BRANCO
Maria Lucia da Silva
Auxiliar Judiciário

J U N T A D A

Nesta data, faço juntada, aos presentes autos
da Pb. 05/67 —
Bsb, 11 de 03 de 99
(SPF)
Maria Lucia da Silva
Auxiliar Judiciário

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 7bdffb6

Fls. 66

caesb — COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA

AUTOS DE PENHORA E AVALIAÇÃO
Contra a firma URBRÁS - Urbanização e Premoldados Ltda
Por ordem de Junta
REFERENTE: AGOSTO/98

09/03/99 11:32

Nº	J.C.J./DF	DATA RECEB.	PROCESSO	MANDADO	OFÍCIO	EXEQÜENTE	VALOR	SUB-TOTAIS
1	17ª	27/08/98	186/98	694/98		MAURÍCIO DO NASCIMENTO SOUZA	1.491,62	1.491,62
				TOTAL			1.491,62	1.491,62

AUTOS DE PENHORA E AVALIAÇÃO
Contra a firma URBRÁS - Urbanização e Premoldados Ltda
Por ordem de Junta
REFERENTE: SETEMBRO/98

09/03/99 11:32

Nº	J.C.J./DF	DATA RECEB.	PROCESSO	MANDADO	OFÍCIO	EXEQÜENTE	VALOR	SUB-TOTAIS
1	1ª	21/09/98	847/98	797/98		FÁBIO DE SOUZA GUIMARÃES	2.400,00	
2	1ª	11/09/98	322/98	986/98		IVAN DE SOUZA SANTOS	643,22	
3	1ª	11/09/98	333/98	990/98		JOERBERT RODRIGUES DE MORAIS	2.800,00	
4	1ª	11/09/98	223/98	700/98		JORGE ALVES DOS SANTOS	1.000,00	
5	1ª	24/09/98	323/98	1061/98		JOSÉ RIBAMAR RIBEIRO DA SILVA	3.594,15	
6	1ª	11/09/98	47/98	985/98		MARINALDO OLIVEIRA MIRANDA	450,00	
[illegible]	1ª	01/09/98	703/98	881/98		VALDIR SOARES MARTINS	4.582,39	15.469,76
8	2ª	01/09/98	787/98	1235/98		ABIDIEL PEREIRA SOARES	1.233,99	
9	2ª	29/09/98	465/98		1004/98	MÁRIO MENDES ALVES	900,00	2.133,99
10	3ª	21/09/98	851/98	1180/98		JOSÉ DOMINGOS FERREIRA SANTOS	600,00	600,00
11	4ª	04/09/98	350/98	832/98		FRANCISCO ALCÂNTARA DA SILVA	2.200,00	
12	[illegible]	21/09/98	869/97	S/N		JOÃO FELISBERTO DA COSTA MELO	1.816,76	4.016,76
13	5ª	24/09/98	905/98	1097/98		ANTÔNIO OLIMPIO DE MATOS	9.071,00	
14	5ª	08/09/98	516/98	1005/98		JOSÉ ANTONIO DE ARAÚJO	7.212,88	16.283,88
15	6ª	04/09/98	508/98	975/98		JOÃO ANTÔNIO ROSA FILHO	2.685,36	
16	6ª	04/09/98	422/98	959/98		MANOEL DOS SANTOS	6.150,70	
17	6ª	08/09/98	1588/97	1062/98		MANOEL GERALDO FIRMINO DA SILVA	475,90	
18	6ª	21/09/98	759/98	1079/98		VILMAR SIQUEIRA ANDRADE	3.782,26	13.094,22
19	7ª	08/09/98	183/98	962/98		EMILIO FARIAS DE FRANÇA	1.142,00	
20	7ª	21/09/98	548/98	1041/98		LUCIANO DUARTE	70,19	1.212,19
21	8ª	04/09/98	422/98	876/98		ANTÔNIO BIBIANO FERNANDES	8.317,99	
22	8ª	04/09/98	486/98	877/98		ANTÔNIO MANOEL DE SOUSA	3.524,97	
23	8ª	04/09/98	138/98	914/98		FRANCISCO DE ASSIS CAETANO	3.285,37	
24	8ª	04/09/98	613/98	935/98		JOSÉ WILSON CARNEIRO RIBEIRO	9.360,73	24.489,06
25	9ª	01/09/98	98/98	1248/98		ILDEMAR JOSÉ DE LACERDA	348,09	
26	9ª	22/09/98	313/98	1391/98		IVAN FERREIRA DE SOUZA	2.156,89	
27	9ª	10/09/98	1434/97	1353/98		JOSÉ ALVES DOS SANTOS FILHO	1.318,78	3.823,76
[illegible]	10ª	04/09/98	515/98	868/98		CHARLES ALMEIDA SANTOS	1.845,66	1.845,66
29	11ª	01/09/98	466/98	705/98		FRANCISCO GALDINO RIBEIRO	6.110,70	
30	11ª	08/09/98	356/98	755/98		JOSÉ DE FARIAS SILVA	3.000,00	9.110,70
31	13ª	08/09/98	770/97	886/98		MILTON CAITANO DE SOUZA	535,32	
32	[illegible]	01/09/98	672/98	812/98		WILSON MARCOLINO DO NASCIMENTO	667,56	1.202,88
33	14ª	08/09/98	759/97	675/98		RAIMUNDO CRUZ DE SENA	2.246,43	
34	14ª	04/09/98	510/98	605/98		RAIMUNDO NONATO DE SOUZA	1.055,29	3.301,72
35	15ª	04/09/98	755/98	717/98		EFRAIM JACINTO DA SILVA	463,34	
36	15ª	10/09/98	1254/97	754/98	1285/98	JOÃO INÁCIO DA SILVA	9.381,90	9.845,24
37	17ª	09/09/98	358/98		635/98	JOSÉ BATISTA	9.289,62	
38	17ª	08/09/98	230/98	744/98		WILTON SANTIAGO DE SOUSA	1.243,42	10.533,04
39	18ª	10/09/98	773/98	535/98		LACI EMIDIO CARDOSO COSTA	10.031,93	10.031,93
40	20ª	08/09/98	219/98	730/98		ADENALTO DOS REIS SANTOS	737,17	
41	20ª	08/09/98	156/98	712/98		ANTONIO VENANCIO NETO	3.381,98	4.119,15
				TOTAL			131.113,94	131.113,94

TOTAL DE PENHORAS - AGOSTO E SETEMBRO/98	132.605,56

PENHORAS URBRÁS

MADOC. 2290/

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 7bdffb6

caesb COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA

AUTOS DE PENHORA E AVALIAÇÃO
contra a firma URBRÁS - Urbanização e Premoldados Ltda
Por ordem de Junta
REFERENTE: OUTUBRO/98

09/03/99 11:32

Nº	J.C.J./DF	DATA RECEB.	PROCESSO	MANDADO	OFÍCIO	EXEQUENTE	VALOR	SUB-TOTAIS
1	1ª	15/10/98	471/98	1143/98		JOSÉ RAMOS DE MOURA	1.694,41	
2	1ª	16/10/98	447/98	872/98		MESSIAS ALVES	9.748,75	11.443,16
3	2ª	01/10/98	333/98		1030/98	FRANCISCO ALVES DE CARVALHO	264,80	
4	2ª	05/10/98	714/98	1339/98		JOSÉ GOMES PEREIRA	2.664,51	
5	2ª	05/10/98	832/98	1338/98		RAIMUNDO BARROSO RAMOS	913,53	3.842,84
6	3ª	05/10/98	9073/98	1190/98		JOSÉ BATISTA	1.315,53	
7	3ª	16/10/98	944/98	1229/98		JOSÉ WILSON ESTEVAM DA SILVA	3.000,00	4.315,53
8	5ª	05/10/98	394/98	1137/98		JOSÉ VIEIRA MACIEL	1.647,94	
9	5ª	02/10/98	194/98	1158/98		ANTÔNIO FERREIRA DE LIMA	3.565,74	
10	5ª	14/10/98	886/98	1220/98		FRANCISCO REGINALDO G. SANTOS	10.140,39	
11	5ª	05/10/98	9075/98	1117/98		WALTER SOUZA SEVERO	5.011,22	20.365,29
12	7ª	05/10/98	506/98	1053/98		MOISÉS BARBOSA DE CARVALHO	127,22	
13	7ª	05/10/98	569/98	S/N		VALMIR PEREIRA DA SILVA	51,70	
14	7ª	16/10/98	636/98	1210/98		ADAILSON OLIVEIRA COSTA	4.383,76	4.562,68
15	9ª	16/10/98	841/98	1531/98		WALDEMAR CORREIA MAIA	2.034,94	2.034,94
16	11ª	16/10/98	271/98	881/98		MANUEL ROCHA	1.300,00	1.300,00
[redacted]	12ª	14/10/98	964/98	564/98		AGEU PRIMEIRO CAVALCANTE MACEDO	3.612,15	
18	12ª	14/10/98	949/98	560/98		EDILENE PEREIRA DOS SANTOS	2.611,71	
19	12ª	19/10/98	952/98	572/98		FRANCISCO PEREIRA DE LACERDA	1.222,78	7.446,64
20	13ª	05/10/98	839/98	951/98		DEMERVAL ALVES FONSECA	5.000,00	
21	13ª	05/10/98	625/98	934/98		MANOEL MARIANO C. DE VASCONCELOS	1.600,00	6.600,00
22	[redacted]	05/10/98	9073/98	744/98		SANTANA DE ASSIS COSTA	5.325,22	
23	14ª	16/10/98	817/98	802/98		EDVALDO HONORATO DE OLIVIERA	945,44	6.270,66
24	15ª	02/10/98	224/98	868/98	1512/98	JOÃO GONÇALVES PEQUENO	10.309,39	10.309,39
25	16ª	16/10/98	904/98	708/98		EUSÉBIO CORREIA MAIA	3.055,98	3.055,98
26	17ª	05/10/98	840/98	799/98		DOMINGOS MATIAS DA SILVA	2.806,95	2.806,95
27	18ª	05/10/98	645/98	559/98		LUCINEIDE BANDEIRA CARLOS	1.969,52	1.969,52
28	19ª	02/10/98	249/98	803/98		ANTÔNIO JUAREZ DE LACERDA	1.179,01	1.179,01
29	20ª	05/10/98	895/98	S/N		JOSÉ PEREIRA DE PAULA	1.617,22	1.617,22
				TOTAL			89.119,81	89.119,81

AUTOS DE PENHORA E AVALIAÇÃO
contra a firma URBRÁS - Urbanização e Premoldados Ltda
Por ordem de Junta
REFERENTE: NOVEMBRO/98

09/03/99 11:32

[redacted]	J.C.J./DF	DATA RECEB.	PROCESSO	MANDADO	OFÍCIO	EXEQUENTE	VALOR	SUB-TOTAIS
1	3ª	25/11/98	1081/98	1367/98		BELMIRO PEREIRA DA SILVA	4.000,00	4.000,00
2	5ª	25/11/98	573/98	1288/98		JULIÃO PAES LANDIM	212,60	212,60
3	7ª	25/11/98	738/98	1286/98		JÚNIOR CÉSAR DA SILVA SOARES	2.600,00	2.600,00
4	[redacted]	25/11/98	172/98	617/98		CARLOS NOGUEIRA PEREIRA	2.840,06	2.840,06
5	19ª	25/11/98	936/98	877/98		MANOEL COSTA NETO	4.800,00	4.800,00
				TOTAL			14.452,66	14.452,66

TOTAL DE PENHORAS - OUTUBRO E NOVEMBRO/98	103.572,47

TOTAL DE PENHORAS - AGOSTO, SETEMBRO, OUTUBRO E NOVEMBRO/98	*236.178,03*

MADOC: 22907
PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 7bdffb6

CERTIDÃO

Certifico que o despacho/decisão de fls. 651, foi publicado no Diário da Justiça, Seção III, do dia 19/03/99 (6ª feira), página 63. Era o que tinha a certificar. Dou fé.

Brasília-DF, 19/03/99 (6ª feira)

p/ Diretor de Secretaria
3ª JCJ - DF
Vandira da Silva
Técnico Judiciário

PARTE EM BRANCO
Hiromi Grigoli Filho
Técnico Judiciário

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 7bdffb6

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

Vicente Grigati Filho Fl. 68 Técnico Judiciário

CERTIDÃO

Certifico, para conhecimento do MM. Juiz Presidente, que venceu o prazo de 60 dias, em 11 de maio de 1999 (3ª f.), para a CAESB proceder ao depósito do valor penhorado à fl. 46, decorrente do crédito da executada junto àquela instituição.

Era o que tinha a certificar e, nesta data, faço conclusos os presentes autos à consideração do MM. Juiz Presidente.

Em 12/05/99 (4ªf)

Vicente Grigati Filho
Técnico Judiciário

Vistos etc...

Diante da certidão supra, aguarde a transferência do crédito penhorado por 120 dias. Após, conclusos.

Data supra.

Grijalbo Fernandes Coutinho
Juiz do Trabalho Presidente
da 3ª JCJ/DF

T.R.T.1.1.165

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 7bdffb6

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

Fls. 70

3ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
Av. W/3 Norte Q. 516, Lote 02, Conjunto "B", Bloco 01, salas 11,13,15 e 17, 1° ss., BSB-DF
CEP 70.770-550 Fones: 348-1575 FAX: 348-1578

Mandado nº: 1204 /99.
Processo nº 0851/98 - 3ªJCJ/DF.
Reclamante: **José Domingos Ferreira Santos.**
Reclamada: **Urbrás Urbanização e Premoldados Ltda.**

MANDADO DE INTIMAÇÃO, passado no forma abaixo:

A DOUTORA ODÉLIA FRANÇA NOLETO, Juíza do Trabalho Substituta da 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de Brasília/DF,

MANDA ao Oficial de Justiça Avaliador a que couber por distribuição, que a vista do presente mandado, estando devidamente assinado, que em seu cumprimento, se dirija à **SCS, QUADRA 04, BLOCO "A", ED. CAESB - BRASÍLIA/DF**, endereço da **CAESB - Companhia de Água e Esgoto de Brasília**, e, sendo aí, **INTIME-A,** para:

(X) Tomar ciência do seguinte despacho de fls. 69: "Vistos, etc... Intime-se a CAESB, por mandado, para informar a possibilidade de proceder o dépósito do valor bloqueado, decorrente do crédito da executada junto aquela instituição." Em 14/09/99 (3ª f.). As. João Candido, Juiz do Trabalho Substituto.

O QUE CUMPRA NA FORMA DA LEI.

Dado e passado, nesta cidade de Brasília/DF, aos 15 dias do mês de Setembro de 1999 (4ªf.).

Eu, _____, Diretor de Secretaria digitei e subscrevi.
Washington Cristiano dos Santos

ORIGINAL ASSINADO

ODÉLIA FRANÇA NOLETO
Juíza do Trabalho Substituta
da 3ª JCJ/DF

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 7bdffb6

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, nesta data, encaminhei o mandado retro à Central de Mandados Judiciais de Brasília-DF.

Brasília, 10/09/99 (5ª Feira)

Maria Lucia [illegible]
Auxiliar Judiciário
Diretor de Secretaria

PARTE [illegible] NICO
Vandira da S. [illegible] Oliveira
Técnico Judiciário

JUNTADA

Nesta data, faço juntada, aos presentes autos
fls. 71/72
Bsb, 04 de 10 de 99

[illegible] (Daf)
Auxiliar Judiciário

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 7bdffb6

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

21

3ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
Av. W/3 Norte Q. 516, Lote 02, Conjunto "B", Bloco 01, salas 11,13,15 e 17, 1º ss., BSB-DF
CEP 70.770-550 Fones: 348-1575 FAX: 348-1578

Mandado nº: 1204 **/99.**
Processo nº 0851/98 - 3ªJCJ/DF.
Reclamante: **José Domingos Ferreira Santos.**
Reclamada: **Urbrás Urbanização e Premoldados Ltda.**

MANDADO DE INTIMAÇÃO, passado no forma abaixo:

A DOUTORA ODÉLIA FRANÇA NOLETO, Juíza do Trabalho Substituta da 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de Brasília/DF,

MANDA ao Oficial de Justiça Avaliador a que couber por distribuição, que a vista do presente mandado, estando devidamente assinado, que em seu cumprimento, se dirija à **SCS, QUADRA 04, BLOCO "A", ED. CAESB - BRASÍLIA/DF,** endereço da **CAESB - Companhia de Água e Esgoto de Brasília,** e, sendo aí, **INTIME-A,** para:

(X) Tomar ciência do seguinte despacho de fls. 69: "Vistos, etc... Intime-se a CAESB, por mandado, para informar a possibilidade de proceder o dépósito do valor bloqueado, decorrente do crédito da executada junto aquela instituição." Em 14/09/99 (3ª f.). As. João Candido, Juiz do Trabalho Substituto.

O QUE CUMPRA NA FORMA DA LEI.

Dado e passado, nesta cidade de Brasília/DF, aos 15 dias do mês de Setembro de 1999 (4ªf.).

Eu, _____, Diretor de Secretaria digitei e subscrevi. Washington Cristiano dos Santos

ODÉLIA FRANÇA NOLETO
Juíza do Trabalho Substituta
da 3ª JCJ/DF

Recebemos em 28/09/99
CAESB - DIRETORIA FINANCEIRA E COMERCIAL
Superintendência Financeira
SÉRGIO NEVES CAMPOS
Superintendente em Exercício
às 16:45 hs.

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 7bdffb6

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

03ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BRASÍLIA-DF

Reclamante: JOSÉ DOMINGOS FERREIRA SANTOS
Reclamado: URBRÁS URBANIZAÇÃO E PREMOLDADOS LTDA
Processo JCJ nº: 0851/98
Mandado nº: 1204/99

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que em cumprimento às determinações contidas no r. Mandado retro, no dia 28 de setembro de 1999, às 16:45h me dirigi ao SCS QUADRA 04, BLOCO "A", ED. CAESB - Brasília/DF, onde procedi a intimação do Reclamado, na pessoa do Sr. SÉRGIO NEVES CAMPOS, Superintendente em Exercício, que de tudo ficou ciente e recebeu a contrafé.

Brasília, 28 de setembro de 1999.

WALDINEY NUNES RÊGO
Oficiala de Justiça Avaliadora

Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 7bdffb6

T.R.T.10. REGIAO
NESTA DATA, REMETO À SECRETARIA
DA MM. JUNTA, O R. MANDADO.
DF, 10 OUTUBRO 1995.

Sônia Maria Diogo
Oficial de Justiça Avaliador
TRT 10ª Região

PARTE EM BRANCO
Vandira da Silva
Técnico Judiciário

JUNTADA
Nesta data, faço juntada aos presentes auto
da P. 73189
Bsb, 14 de 10 de 95.

Diretor de Secretaria
Vandira da Silva
Técnico Judiciário

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 7bdffb6

CAIXA

CF 026/99 #00 Brasília, 09 FEV 99
JURIR / PAB JUSTIÇA DO TRABALHO, BR

Fls. 12
TRT - 10ª Região

Vandira da Silva
Fls. 44
Técnico Judiciário

Exmo. Sr
Dr. URGEL RIBEIRO PEREIRA LOPES
M.M. Juiz do Trabalho da 17ª Junta de Conciliação e Julgamento de Brasília/DF
NESTA

Assunto: Transferência de Recursos do CT-35.256-13, relativos à URBRÁS
Ref.: Ofício nº 064/99 JCJ/BSB/DF de 25 JAN 99

J. Conclusos
Em 12 / 02 / 99
Juiz Presidente
Urgel Ribeiro Pereira Lopes
Juiz do Trabalho Substituto

Mentíssimo Juiz

1 A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, por seu Gerente Geral, José Inácio Burnett Tessmann, em atenção ao respeitável Ofício em epígrafe, vem à presença de V. Exa. para prestar as informações requeridas.

2 A CAESB, por meio do OF. nº 186/98-SPFI/CAESB de 14.10.98 (fls45/48), informa que "Por razões *desconhecidas pela CAESB* a Urbrás está em débito com a CEF, porquanto não apresenta ao agente financeiro, documentos exigidos para a liberação dos recursos, conforme registro contido na mencionada FPD submetendo a quantia supra a bloqueio, pela Caixa Econômica Federal.."

2.1 Não é bem assim.

2.2 A CAIXA, na qualidade Agente Operador do FGTS e em conformidade com o Programa "PROSANEAR", instituído pelo Governo Federal, firmou com a CAESB contrato destinado à implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Santa Maria/DF, que recebeu o código CT 35.256-13.

2.3 Segundo estipula o referido contrato, compete unicamente à CAESB contratar, por meio de licitação, a empresa que efetivamente realizará as obras objeto do contrato. No caso presente a empresa vencedora da licitação foi a URBRÁS.

2.4 Ainda segundo cláusulas contratuais e normas do FGTS, é condição para o desembolso/liberação de recursos oriundos dos Programas do FGTS, a comprovação pela CAESB da regularidade de situação perante o Fundo, por meio da apresentação do CRS/FGTS (Certificado de Regularidade de Situação perante o FGTS), da empresa beneficiária, vencedora de processo licitatório.

2.4.1 Apesar de a CAIXA não ter qualquer relação com a(s) empresa(s) contratada(s) pela CAESB para a execução das obras objeto do contrato, a exigência do item anterior se justifica, pois não seria coerente se a CAIXA, que é o Agente Operador do FGTS e responsável pelo fiel cumprimento da Lei 8.036/90, permitisse que empresas em débito com o FGTS se beneficiassem de recursos oriundos deste mesmo Fundo.

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 7bdffb6

CAIXA

OF 026/99 #00
JURIR / PAB JUSTIÇA DO TRABALHO, BR

Fls. 1
FL 2
TRT - Vandoval da Silva
Fls. 45
Técnico Judiciário

2.4.2 Como bem se pode observar no "Boletim de Solicitação de Desembolso - Desco nº 9/98" datado de 09.10.98, copia anexa, a CAESB informou o CRS/FGTS (Certificado de Regularidade de Situação perante o FGTS) da URBRÁS com vencimento em 06 SET 98, ou seja, na data da solicitação de desembolso a empresa URBRÁS já estava em situação irregular perante o FGTS, pelo que não poderia a CAESB nem ter solicitado, na ocasião, recursos destinados a essa empresa.

2.4.3 Desta forma, não tendo sido apresentado pela CAESB até a data do desembolso, o CRS/FGTS revalidado referente à URBRÁS, a CAIXA providenciou em 30 SET 98, a liberação de recursos relativos ao CT 35.256-13, com o bloqueio dos valores referentes à aludida empresa, conforme se observa no campo 7 da FPD - Ficha de Processamento de Desembolso do mês de SET/98, cuja cópia está nos autos às fls. 48.

2.4.5 Em 27.10.98 os valores que seriam destinados à URBRÁS foram glosados, ou seja, voltaram à disponibilidade do FGTS, vez que a CAESB, até aquela data não apresentou CRS/FGTS válido em nome da empresa URBRÁS.

2.4.6 Subseqüentemente, todos os faturamentos apresentados pela CAESB que tinham como beneficiária a empresa URBRÁS tiveram o mesmo destino, isto é, foram liberados mediante bloqueio e posteriormente glosados, devido ao fato de a empresa ser devedora do FGTS.

2.4.7 Portanto, Excelência, a expressão contida no citado Ofício expedido pela CAESB afirmando que a empresa URBRÁS, "porquanto não *apresenta ao agente financeiro* (CAIXA), *documentos exigidos para a liberação* dos recursos" é mero sofisma, pois pretende transferir para a empresa construtora uma atribuição que é exclusiva dela CAESB, enquanto Agente Promotor no Contrato CT 35.256-13.

3 Posto isto, cabem a seguintes conclusões:

3.1 Não existem pendências de liberações destinadas à empresa URBRÁS, nem tampouco recursos bloqueados na conta vinculada do Contrato destinados à essa empresa.

3.2 Para que sejam revistos os pedidos de faturamento relativos à empresa URBRÁS, para fins de desembolso de recursos, cabe à CAESB apresentar à CAIXA solicitação de reconsideração de glosas com a devida comprovação da regularização dos débitos para com o FGTS.

3.3 Por derradeiro, cumpre reafirmar que a CAIXA não mantém qualquer relação de desembolso de recursos diretamente para a URBRÁS mas sim, com a CAESB, eqüivale dizer que, a teor do citado contrato CT 35.256-13 a CAIXA não tem compromissos contratuais ou financeiros com a URBRÁS, portanto jamais estaria

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 7bdffb6

CAIXA

CF 026/99 #00
JURIR / PAB JUSTIÇA DO TRABALHO, BR

Fls 69
Fls.

"aguardando cumprimento de exigências por parte da empresa". Os Programas do FGTS, estes sim obrigam, por norma, que a CAESB contrate e beneficie somente empresas em dia com as contribuições para com o FGTS.

3.3 É o que tinhamos a informar no momento, colocando-nos à disposição desse honrado juizo para outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente

JOSÉ IRAJÁ DE ALMEIDA
Advogado
OAB/DF 13.204

JOSÉ INÁCIO BURNETT TESSMAN
Gerente Geral

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 7bdffb6

Vandira Silva
Fls. 44
Técnico Judiciário

COMPANHIA DE AGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA

AUTOS DE PENHORA E AVALIAÇÃO
Contra a firma URBRÁS - Urbanização e Premoldados Ltda
Por ordem de Junta
REFERENTE: AGOSTO/98

17/05/99 17:51

Nº	J.C.J./DF	DATA RECEB.	PROCESSO	MANDADO	OFÍCIO	EXEQUENTE	VALOR	SUB-TOTAIS
1	17ª	27/08/98	186/98	694/98		MAURÍLIO DO NASCIMENTO SOUZA	1.491,62	1.491,62
				TOTAL			1.491,62	1.491,62

AUTOS DE PENHORA E AVALIAÇÃO
Contra a firma URBRÁS - Urbanização e Premoldados Ltda
Por ordem de Junta
REFERENTE: SETEMBRO/98

17/05/99 17:51

Nº	J.C.J./DF	DATA RECEB.	PROCESSO	MANDADO	OFÍCIO	EXEQUENTE	VALOR	SUB-TOTAIS
1	1ª	21/09/98	847/98	797/98		FÁBIO DE SOUZA GUIMARÃES	2.400,00	
2	1ª	11/09/98	322/98	986/98		IVAN DE SOUZA SANTOS	643,22	
3	1ª	11/09/98	333/98	990/98		JOERBERT RODRIGUES DE MORAIS	2.800,00	
4	1ª	11/09/98	223/98	700/98		JORGE ALVES DOS SANTOS	1.000,00	
5	1ª	24/09/98	323/98	1061/98		JOSÉ RIBAMAR RIBEIRO DA SILVA	3.594,15	
6	1ª	11/09/98	47/98	985/98		MARINALDO OLIVEIRA MIRANDA	450,00	
7	1ª	01/09/98	703/98	881/98		VALTER SOARES MARTINS	4.582,39	15.469,76
8	2ª	01/09/98	787/98	1235/98		ABIDIEL PEREIRA SOARES	1.233,99	
9	2ª	29/09/98	465/98		1004/98	MÁRIO MENEVES ALVES	900,00	2.133,99
10	3ª	21/09/98	851/98	1180/98		JOSÉ DOMINGOS FERREIRA SANTOS	600,00	600,00
11	4ª	04/09/98	350/98	832/98		FRANCISCO ALCANTARA DA SILVA	2.200,00	
12	4ª	21/09/98	869/97	S/N		JOÃO TEIXEIRO DA COSTA NETO	1.816,76	4.016,76
13	5ª	24/09/98	905/98	1097/98		ANTONIO OLIMPIO DE MATOS	9.071,00	
14	5ª	08/09/98	516/98	1005/98		JOSÉ ANTONIO DE ARAUJO	7.212,88	16.283,88
15	6ª	04/09/98	500/98	975/98		JOÃO ANTONIO ROSA FILHO	2.685,36	
16	6ª	04/09/98	422/98	959/98		MANOEL DOS SANTOS	6.190,70	
17	6ª	08/09/98	1568/97	1062/98		MANOEL GERALDO FIRMINO DA SILVA	475,90	
18	6ª	21/09/98	769/98	1079/98		VILMAR SIQUEIRA ANDRADE	3.782,26	13.094,22
19	7ª	08/09/98	183/98	962/98		EMILIO FARIAS DE FRANÇA	1.142,00	
20	7ª	21/09/98	548/98	1041/98		LUCIANO DUARTE	70,19	1.212,19
21	8ª	04/09/98	422/98	876/98		ANTONIO BIVIANO FERNANDES	8.317,99	
22	8ª	04/09/98	406/98	877/98		ANTONIO MANOEL DE SOUSA	3.524,97	
23	8ª	04/09/98	130/98	914/98		FRANCISCO DE ASSIS CAETANO	3.285,37	
24	8ª	01/09/98	613/98	935/98		JOSÉ WILSON CARNEIRO RIBEIRO	9.360,73	24.489,06
25	9ª	01/09/98	98/98	1248/98		ILDEMAR JOSÉ DE LACERDA	348,09	
26	9ª	22/09/98	313/98	1391/98		IVAN FERREIRA DE SOUZA	2.156,89	
27	9ª	10/09/98	1434/97	1353/98		JOSÉ ALVES DOS SANTOS FILHO	1.318,78	3.823,76
28	10ª	04/09/98	515/98	868/98		CHARLES ALMEIDA SANTOS	1.845,66	1.845,66
29	11ª	01/09/98	466/98	705/98		FRANCISCO GALDINO RIBEIRO	6.110,70	
30	11ª	08/09/98	356/98	755/98		JOSÉ DE FARIAS SILVA	3.000,00	9.110,70
31	13ª	08/09/98	770/97	886/98		MILTON CAITANO DE SOUZA	535,32	
32	13ª	01/09/98	672/98	812/98		WILSON MARCOLINO DO NASCIMENTO	667,56	1.202,88
33	14ª	08/09/98	759/97	675/98		RAIMUNDO CRUZ DE SENA	2.246,43	
34	14ª	04/09/98	510/98	605/98		RAIMUNDO NONATO DE SOUZA	1.055,29	3.301,72
35	15ª	01/09/98	755/98	717/98		EFRAIM JACINTO DA SILVA	463,34	
36	16ª	10/09/98	1254/97	754/98	1285/98	JOÃO INÁCIO DA SILVA	9.381,90	9.845,24
37	17ª	09/09/98	358/98		635/98	JOSÉ BATISTA	9.289,62	
38	17ª	08/09/98	230/98	744/98		WILTON SANTIAGO DE SOUSA	1.243,42	10.533,04
39	18ª	10/09/98	773/98	535/98		LACI EMIDIO CARVALHO COSTA	10.031,93	10.031,93
40	20ª	08/09/98	219/98	730/98		ADENALTO DOS REIS SANTOS	737,17	
41	20ª	08/09/98	156/98	712/98		ANTONIO VENANCIO NETO	3.381,98	4.119,15
				TOTAL			131.113,94	131.113,94

TOTAL DE PENHORAS - AGOSTO E SETEMBRO/98	132.605,56

☐ *MANDADO DE PENHORA E TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITO SEM EFEITO - PENHORA DISPENSADA*

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 7bdffb6

Vandira Técnico Judiciário Fls. 98

CCI(CSB) COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA

AUTOS DE PENHORA E AVALIAÇÃO

contra a firma URBRÁS - Urbanização e Promoções Ltda

Por ordem de Junta

REFERENTE: OUTUBRO/98

17/05/99 17:51

Nº	J.C.J./DF	DATA RECEB.	PROCESSO	MANDADO	OFÍCIO	EXEQUENTE	VALOR	SUB-TOTAIS
1	1ª	15/10/98	471/98	1143/98		JOSÉ TAMAROZI DE MOREIRA	1.694,41	
2	1ª	16/10/98	447/98	872/98		MESSIAS ALVES	9.748,75	11.443,16
3	2ª	01/10/98	333/95		1030/98	EVANILDO ALVES DE CARVALHO	264,80	
4	2ª	05/10/98	714/98	1339/98		JOSÉ GOMES DE PAIVA	2.664,51	
5	2ª	05/10/98	832/98	1338/98		RAIMUNDO BARBOSA RAMOS	913,53	3.842,84
6	3ª	05/10/98	9073/98	1190/98		JOSÉ BATISTA	1.315,53	
7	3ª	16/10/98	944/98	1229/98		JOSÉ WILSON COSTA VIANA DA SILVA	3.000,00	4.315,53
8	5ª	05/10/98	394/98	1137/98		JOSÉ VILELA MACIEL	1.647,94	
9	5ª	02/10/98	194/98	1150/98		ANTONIO FERREIRA DE LIMA	3.565,74	
10	5ª	14/10/98	886/98	1220/98		FRANCISCO REGINALDO G. SANTOS	10.140,39	
11	5ª	05/10/98	9075/98	1117/98		WALTER SOUZA SILVEIRA	5.011,22	20.365,29
12	7ª	05/10/98	506/98	1053/98		MOISÉS BARBOSA DE CARVALHO	127,22	
13	7ª	05/10/98	569/98	S/N		VALMIR PEREIRA DA SILVA	51,70	
14	7ª	16/10/98	636/98	1210/98		ADAILSON OLIVEIRA COSTA	4.383,76	4.562,68
15	9ª	16/10/98	841/98	1531/98		WALDEMAR CORREIA MAIA	2.034,94	2.034,94
16	11ª	16/10/98	271/98	881/98		MANOEL ROCHA	1.300,00	1.300,00
17	12ª	14/10/98	964/98	564/98		AGUIMERIO CAVALCANTE MACEDO	3.612,15	
18	12ª	14/10/98	949/98	560/98		EDILNE FELIPA DOS SANTOS	2.611,71	
19	12ª	19/10/98	959/98	572/98		FRANCISCO FERREIRA DE LACERDA	1.222,78	7.446,64
20	13ª	05/10/98	839/98	951/99		DILMAR ALVES CONSELVA	5.000,00	
21	13ª	05/10/98	625/98	934/98		MANOEL MARIANO C. DE VASCONCELOS	1.600,00	6.600,00
22	14ª	05/10/98	9073/98	744/98		SANTANA DE ASSIS COSTA	5.325,22	
23	14ª	16/10/98	817/98	802/98		EDVALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA	945,44	6.270,66
24	15ª	02/10/98	224/98	868/98	1512/98	JOÃO GONÇALVES FILHO	10.309,39	10.309,39
25	16ª	16/10/98	904/98	709/98		LUSTRO CORREIA MAIA	3.055,98	3.055,98
26	17ª	05/10/98	840/98	799/98		DOMINGOS MATIAS DA SILVA	2.806,95	2.806,95
27	18ª	05/10/98	645/98	559/98		EVANILDE FARIA CARDOSO	1.969,52	1.969,52
28	19ª	02/10/98	249/98	803/98		ANTONIO JOAQUIM DA SILVA	1.179,01	1.179,01
29	20ª	05/10/98	895/98	S/N		JOSÉ FERREIRA DE PAULA	1.617,22	1.617,22
TOTAL							89.119,81	89.119,81

AUTOS DE PENHORA E AVALIAÇÃO

REFERENTE: NOVEMBRO/98

Nº	J.C.J./DF	DATA RECED.	PROCESSO	MANDADO	OFÍCIO	EXEQUENTE	VALOR	SUB-TOTAIS
1	3ª	25/11/98	1081/98	1367/98		BELMIRO FERREIRA DA SILVA	4.000,00	4.000,00
2	5ª	25/11/98	573/98	1288/98		JULIO PAES LANDIM	212,60	212,60
3	7ª	25/11/98	731/98	1286/98		JUNIOR CESAR DA SILVA SOARES	2.600,00	2.600,00
4	18ª	25/11/98	172/98	617/98		CARLOS ROQUE PAIVA PEREIRA	2.840,06	2.840,06
5	19ª	25/11/98	936/98	877/98		MANOEL COSTA NETO	4.800,00	4.800,00
TOTAL							14.452,66	14.452,66

TOTAL DE PENHORAS - OUTUBRO E NOVEMBRO/98	103.572,47

AUTOS DE PENHORA E AVALIAÇÃO

REFERENTE: MARÇO/99

Nº	J.C.J./DF	DATA RECEB.	PROCESSO	MANDADO	OFÍCIO	EXEQUENTE	VALOR	SUB-TOTAIS
1	2ª	16/03/99	470/98	-	334/99	OLINDO RIBEIRO DO NASCIMENTO	600,00	
2	5ª	05/03/99	372/98	254/98		SEVERINO GOMES	221,88	
TOTAL							821,88	821,88

TOTAL DE PENHORAS - MARÇO/99	821,88

TOTAL DE PENHORAS AGOSTO, SETEMBRO, OUTUBRO, NOVEMBRO/98 E MARÇO/99	*236.999,91*

Penhoras Urbas

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 7bdffb6

Vandira da Silva
Fls. 99
Técnico Judiciário

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA

SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA FORMALIZAÇÃO DE AUTOS DE PENHORA E AVALIAÇÃO PELAS J.C.J

contra a firma URBIRÁS - Urbanização e Premoldados Ltda

Por ordem do Junta

REFERENTE: ABRIL/99

SEM MANDADO DE PENHORA - SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES

17/03/99 17:31

Nº	J.C.J./DF	DATA RECEB.	PROCESSO	MANDADO	OFÍCIO	EXEQUENTE	VALOR	SUB-TOTAIS
1	15ª	23/03/99	1290/98	-	1290/98	JOSÉ ANTONIO ALVES		
2	5ª	23/03/99	10-09/98	-	290/99	FRANCISCO DE ASSIS SILVA	3.751,44	
3	13ª	09/04/99	1314/98	-	1290/98	ADRIANO PALHANO [illegible]	2.000,00	
TOTAL							5.751,44	5.751,44

TOTAL DE PENHORAS - ABRIL/99	5.751,44
TOTAL DE PENHORAS *AGOSTO, SETEMBRO, OUTUBRO, NOVEMBRO/98 E MARÇO, ABRIL/99*	*242.751,35*

Penhoras Urbas

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 7bdffb6

URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP e a firma C & M ENGENHARIA LTDA. OBJETO: Prorrogação do prazo de instrumento principal. PRAZO VIGÊNCIA: O prazo para conclusão dos serviços fica prorrogado por mais dois meses e 15 (quinze) dias corridos, contados a partir de 08.05.99, vencendo-se portanto em 22.06.99. A vigência do Contrato nº 397/97 e seu primeiro Termo Aditivo, bem como seu término previsto para 30.12.99. DATA DA ASSINATURA: O termo em questão foi assinado em 07.05.99. PELA CONTRATADA: WILSON LUIZ BARBOSA DA SILVEIRA. PELA CONTRATANTE: ELMAR LUIZ KOENIGKAN e CLÁUDIO OSCAR DE CARVALHO SANT'ANNA. TESTEMUNHAS: MARCELO PEDRO CAMARGO e ANA MARIA DA SILVA CAMARGOS

Nº DO PROCESSO: 092.000416/99 NOVACAP nº 112.003.431/97. FUNDAMENTO LEGAL: Edital de Concorrência nº 013/97-ASCAL/PRES. 1º Termo de Aditamento ao Contrato de Empreitada Obra Engº D.U. ASFURPRES. "H"-397/97 para execução sob regime de empreitada por preço unitários, de obras de drenagem de águas pluviais, pavimentação e serviços complementares de urbanização, nas seguintes locais: Qd. 117, 217, 218 e 418, em Santa Maria - DF. CONTRATANTE: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP e a firma CONSTRUTORA [illegible] LTDA. OBJETO: Prorrogação do prazo de instrumento principal. PRAZO VIGÊNCIA: O prazo para conclusão dos serviços fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias corridos, contados a partir de 01.05.99, vencendo-se portanto em 29.05.99. A vigência do contrato 195/97, com o presente Termo Aditivo, bem seu término previsto para 04.01.2000. DATA DA ASSINATURA: O termo em sua assinatura em 29.04.99. PELA CONTRATADA: MAURO CESAR ALVES LACERDA. PELA CONTRATANTE: ELMAR LUIZ KOENIGKAN e CLÁUDIO OSCAR DE CARVALHO SANT'ANNA. TESTEMUNHAS: MARCELO PEDRO CAMARGO e ANA MARIA DA SILVA CAMARGOS.

Nº DO PROCESSO: 092.000416/99 NOVACAP nº 112.003.416/97 FUNDAMENTO LEGAL: Edital de Concorrência nº 348/97-ASCAL/PRES. 1º Termo de Aditamento ao Contrato de Empreitada Obra Engº D.U. ASFURPRES. "H"-660/97, para execução sob regime de empreitada por preço unitários, da obra de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Núcleo Rural [illegible] Vargem Bonita, SMPW quadra 08 conjuntos 1 a 5 localizada no Núcleo Bandeirante-DF. CONTRATANTE: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP e a firma B.M. SILVA CONSTRUTORA LTDA. OBJETO: Prorrogação do prazo de instrumento principal. PRAZO VIGÊNCIA: O prazo para conclusão dos serviços fica prorrogado por mais 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir de 24/04/99, vencendo-se portanto em 07/06/99. A vigência do Contrato nº 660/97, com o presente Termo Aditivo, bem seu término previsto para 27/12/99. DATA DA ASSINATURA: O termo em sua assinatura em 19/04/99. PELA CONTRATADA: BALTAZAR [illegible] SILVA. PELA CONTRATANTE: ELMAR LUIZ KOENIGKAN e CLÁUDIO OSCAR DE CARVALHO SANT'ANNA. TESTEMUNHAS: MARCELO PEDRO CAMARGO e ANA MARIA DA SILVA CAMARGOS.

Nº DO PROCESSO: 092.000416/99 NOVACAP nº 112.005.705/98 FUNDAMENTO LEGAL: Edital de Tomada de Preços nº 025/97. ESTE [illegible] 1º Termo de Aditamento ao Contrato de Empreitada Obra Engº D.U. ASFURPRES. "H"-646/97, para execução total, sob regime de empreitada por preços unitários, da obra de pavimentação asfáltica, meio-fios, sarjetas e [illegible] em diversos QNMs [illegible] 502, 504, 506 e 508 localizada na Samambaia-DF. CONTRATANTES: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP e a firma TORC - TERRAPLENAGEM, OBRAS RODOVIÁRIAS E CONSTRUÇÕES LTDA. OBJETO: Prorrogação do prazo de instrumento principal. PRAZO VIGÊNCIA: Termo para conclusão dos serviços, fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir de 24.04.99, com vencimento em 23.06.99. A vigência do Contrato nº 646/97 com o presente Termo Aditivo, bem o seu término previsto para 29.12.99. DATA DA ASSINATURA: O termo em sua assinatura em 12.04.99. PELA CONTRATADA: LUIZ CESAR CORRÊA VELLOSO. PELA CONTRATANTE: ELMAR LUIZ KOENIGKAN e CLÁUDIO OSCAR DE CARVALHO SANT'ANNA. TESTEMUNHAS: ANA MARIA DA SILVA CAMARGOS e MARCELO PEDRO CAMARGO

AVISOS DE CONCESSÃO DE LICENÇA

Interessado: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP
Torna Público que recebeu do Instituto de Ecologia e Meio Ambiente-IEMA/SEMATEC a Licença de Operação para o empreendimento/atividade de lançamento final das águas pluviais.
Local: QNM 42 e metade da QNM 40, inclusive expansão (lote 2)-Taguatinga/DF.
Processo nº: 191.000.730/96
Não foi determinada a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental- EPIA/RIMA

Interessado: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP
Torna Público que recebeu do Instituto de Ecologia e Meio Ambiente-IEMA/SEMATEC a Licença de Operação para o empreendimento/atividade de lançamento final das águas pluviais.
Local: QNM 42 e metade da QNM 40, inclusive expansão (lote 2)-Taguatinga/DF.
Processo nº: 191.002.730/96
Não foi determinada a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental- EPIA/RIMA

Interessado: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP
Torna Público que recebeu do Instituto de Ecologia e Meio Ambiente-IEMA/SEMATEC a Licença de Prévia para o empreendimento/atividade de ampliação de cemitério e sítio.
Local: Próximo à São Sebastião (lado direito da pista de acesso)-DF.
Processo nº: 191.709.216/98
Não foi determinada a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental- EPIA/RIMA

Brasília, 13 de maio de 1999
ELMAR LUIZ KOENIGKAN
Diretor Presidente

ASSESSORIA DE CADASTRO E LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 31/99

do tipo MENOR PREÇO, para execução de passeios em pedra portuguesa, drenagem pluvial e serviços complementares, na ciclovia do Pistão Norte – RA – III – em TAGUATINGA – DF.
Data e Horário da Licitação: 04.06.99 - às 09:00h

Local: Assessoria de Cadastro e Licitação - ASCAL/PRES., situada no Setor de Áreas Públicas, Lote "B" Bloco "[illegible]" NOVACAP.

Chamamos a atenção das empresas interessadas, que os Editais e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no mesmo local.

Brasília-DF, 14 de maio de 1999
FELIX VIEIRA DE ALMEIDA
Arrecad.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA
DIRETORIA DE GESTÃO E DE RELAÇÕES COM O MERCADO

CNPJ/MF nº 00.070.698/0001-11
COMPANHIA ABERTA
COMUNICADO
FATO RELEVANTE

Nos termos da Instrução CVM nº 31, de 08 de fevereiro de 1984, a CEB vem comunicar que o Acionista Controlador, usando da prerrogativa que lhe faculta o Parágrafo 2º, do Artigo 154, da Lei nº 6.404/76, requereu a suspensão das deliberações sobre as matérias constantes dos itens 1.1 e 1.2 da AGO, bem como 2.1 e 2.2 da AGE, instaladas em 26 de abril de 1999, cujo Edital de Convocação foi publicado nos jornais Gazeta Mercantil e DODF, veiculados em 12.04.99, tendo em vista estarem ainda em processo de exame, pelos órgãos competentes do Governo do Distrito Federal, as Demonstrações Financeiras da empresa.
Dessa modo, convocamos os Srs. Acionistas para as Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária, respectivamente, as quais serão reinstaladas às 10:00 horas de 21 de maio de 1999, na sede social da Companhia, situada no SGAS Quadra 904, Conjunto "A", em Brasília - DF, visando a conclusão dos trabalhos.

Brasília, 13 de maio de 1999
WALDIR LEAL DE ANDRADE
Diretor de Gestão

Vara Administrativa e Técnico Jurídico Fls. 80

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA

EXTRATOS DE QUITAÇÃO

Termo de Quitação do CT nº 5645. Processo: 092.000105/99. PARTES: CAESB X BRASVAL EQUIPAMENTOS PARA SANEAMENTO LTDA. DATA DA ASSINATURA: 17/05/99. ASSINANTES: P/CAESB: Humberto Ludovico de Almeida Filho - Diretor Administrativo. P/ BRASVAL EQUIPAMENTOS PARA SANEAMENTO LTDA: Ildeu de Faria Carvalho.

Termo de Quitação do CT nº 5691. Processo: 092.004437/98. PARTES: CAESB X CMC - VÁLVULAS E CONEXÕES LTDA. DATA DA ASSINATURA: 17/05/99. ASSINANTES: P/CAESB: Humberto Ludovico de Almeida Filho - Diretor Administrativo. P/ CMC - VÁLVULAS LTDA: Maria da Glória Medeiros Lucaló.

Termo de Quitação do CT nº 5692. Processo: 092.004437/98. PARTES: CAESB X ANGOLINI & ANGOLINI LTDA. DATA DA ASSINATURA: 17/05/99. ASSINANTES: P/CAESB: Humberto Ludovico de Almeida Filho - Diretor Administrativo. P/ ANGOLINI & ANGOLINI LTDA: Rosellane de Paiva.

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

2º Aditivo ao Contrato nº 5527. Ass.: 17.05.99. PROCESSO: 092.002149/98. PARTES: CAESB X CBR - ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. OBJETO: Altera a Cláusula Quarta (Prazo de Execução/Vigência). Os prazos de execução e de vigência do Contrato, que findaria em 19/05/99, e 02/08/99 e 01/10/99, ficam prorrogados por mais 60 (sessenta) dias, expirando-se em 19/07/99 e 01/10/99, respectivamente. ASSINANTES: P/CAESB: José Antônio da Silveira - Diretor do Sistema de Esgotos. P/CBR - ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.: Caleo Borges da Rasende.

7º Aditivo ao Contrato nº 5122. Ass.: 17.05.99. PROCESSO: 092.005864/97. PARTES: CAESB X CBR - ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. OBJETO: Altera a Cláusula Quarta (Prazo de Execução/Vigência). Os prazos de execução e de vigência do Contrato, que findaria em 19/05/99, e 18/08/99, ficam prorrogados por mais 42 (quarenta e dois) dias consecutivos, passando para 30/06/99 e 29/09/99, respectivamente. ASSINANTES: P/CAESB: José Antônio da Silveira - Diretor do Sistema de Esgotos. P/CBR - ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.: Caleo Borges da Rasende.

EXTRATO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DE CONTRATO

Extrato do Termo de Rescisão Amigável do Contrato 3828, firmado entre a COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA-CAESB e a firma URBEMA - PREMOLDADOS E URBANIZAÇÃO LTDA.

Rescindir amigavelmente o Contrato nº 3828/96, que tem por objeto a execução das obras da Estação de Tratamento de Esgotos, grupo 7, lote XI do Sistema de Esgotamento Sanitário da cidade de Sante. Maria - RA III - Distrito Federal, consubstanciado no Inciso II, do art 79, da Lei nº 8666/93. DATA DA ASSINATURA: 26/04/99. ASSINANTE P/CAESB: José Antônio da Silveira - Diretor do Sistema de Esgotos. P/URBEMA - PREMOLDADOS E URBANIZAÇÃO LTDA: Marcelo Marcos de Castro Carvalho. PROCESSO:092.007656/98.

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL

Extrato do Termo de Rescisão do Contrato de Locação de Imóvel 3897, firmado entre a COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA-CAESB e o Sr. JOAQUIM PEDRO SOUSA NETO.

Rescindir amigavelmente o Contrato nº 3897/96, que tem por objeto a locação do imóvel situado na Quadra 504, Conj. 01, Lote 03, Recanto das Emas, DF, para instalação do Escritório Regional da locatária, CAESB, naquela cidade, com base na Cláusula Décima - Segunda, do mencionado Contrato. DATA DA ASSINATURA: 15/05/99. ASSINANTE P/CAESB: Humberto Ludovico de Almeida Filho - Diretor Administrativo. P/Joaquim Pedro Sousa Neto. PROCESSO:092.006356/96.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO

PROCESSO Nº 113.001.348/97 - PARTES: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL e FIRMITAS TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA. - OBJETO: Rescinde o contrato, com respaldo no Artigo 79, II da Lei nº 8.666/93, considerando manifestações da Diretoria de Obras às fls. 205 do processo - DATA DA ASSINATURA: 12.05.99.

Folha nº 132
Processo nº 092.000417/96
Rubrica

Folha nº
Processo nº
Rubrica

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 7bdffb6

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA

Vandi Silva
Fls. 81
Técnico Judiciário

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO Nº 3828/96

A COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA-CAESB, empresa pública do Distrito Federal, neste ato representada por seu Presidente FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE e por seu Diretor do Sistema de Esgotos JOSÉ ANTÔNIO DA SILVEIRA, ambos brasileiros, casados, engenheiros, residentes e domiciliados em Brasília/DF, e, do outro lado a firma URBRÁS – PREMOLDADOS E URBANIZAÇÃO LTDA, neste ato representada por MARCELO MARCOS DE CASTRO CARVALHO, brasileiro, casado, engenheiro-civil, residente e domiciliado no Guará I/DF, tendo em vista o que consta do Processo nº 92.007068/98

RESOLVEM:

Rescindir amigavelmente o Contrato nº 3828/96, que tem por objeto a execução das obras da Estação de Tratamento de Esgotos, grupo 7, lote XI do Sistema de Esgotamento Sanitário da cidade de Santa Maria – RA III – Distrito Federal, consubstanciado no inciso II, do art. 79, da Lei nº 8666/93.

As partes firmam o presente termo de rescisão, em duas vias de igual teor, para que surta os jurídicos e legais efeitos.

Brasília, 26 de Abril de 1999.

CAESB: _____
FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE
Presidente

_____
JOSÉ ANTÔNIO DA SILVEIRA
Diretor

CONTRATADA: _____

TESTEMUNHAS:

_____

_____

133

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 7bdffb6

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS

Vandira da Silva
Fls. 82
Técnico Judiciário

Folha
Rubrica

RECIBO

Recebi da Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB, cópia do Termo de Rescisão Amigável do Contrato nº 3828, celebrado entre a CAESB e a firma URBRÁS PREMOLDADOS E URBANIZAÇÃO LTDA.

Brasília 19 / 05 / 1999

Coordenador de Obras

Folha nº 139
Processo nº 090.000641/96
Rubrica Mat. 1200-9

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 7bdffb6

CERTIDÃO

Certifico que o despacho/decisão de fls. 131, foi publicado no Diário da Justiça, Seção III, do dia 19/10/99 (3ª feira), pagina 19. Era o que tinha a certificar. Dou fé.

Brasília-DF, 19/10/99 (3ª feira)

Diretor de Secretaria
3ª JCJ - DF

Vandira da Silva
Técnico Judiciário

PARTE EM BRANCO
Vandira da S. B. de Oliveira
Técnico Judiciário

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 7bdffb6

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

83

Proc. 0851/98

CERTIDÃO

Certifico para conhecimento do MM. Juiz Presidente, que em 22 de novembro de 1999(2ªf) decorreu o prazo de 30 dias para o exequente manifestar-se acerca do despacho de fls. 073.

Era o que tinha a certificar e faço conclusos os presentes autos à consideração de V. Exa.

Em 23/11/99 (3ªf)

Luiz Gonzaga de França
Adj. Diretor de Secretaria

Vistos etc...

Arquivem-se os autos provisoriamente até manifestação da parte interessada.

Data supra.

Odélia França Noléto
Juíza do Trabalho Substituta

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 7bdffb6

PARTE EM TRÂNSITO
Renata Christina da Costa Santos
Analista Judiciário

JUNTADA

Nesta data faço juntada aos presentes autos
Pet. 84/85.
Aos 16 de 01 de 22
Diretor de Secretaria
Renata Christina da Costa Santos
Analista Judiciário

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 7bdffb6

Arq. 24/11/99 ex 20617

EXMº SR. DR. JUIZ DA 3ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA – DF

J. Conclusos
Em 19/12/2001

Mônica Ramos Emery
Juíza do Trabalho

Justiça do Trabalho/SSP-14-Dez-2001-14:03-01935-2/2

PROCESSO Nº 851/1998

JOSÉ DOMINGOS FERREIRA SANTOS, já devidamente qualificado nos autos da Reclamação Trabalhista acima epigrafada, em que contende com **URBRÁS**, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exª, requerer o desarquivamento dos autos, bem como a atualização do crédito e expedição de mandado de penhora, indicando para tanto à penhora e remoção de computadores e impressoras da reclamada que se encontram localizados no SIA trecho IV, nº 930, até satisfação integral da execução.

Termos em que
Pede deferimento

Brasília, 14 de dezembro de 2001.

MARCONE GUIMARÃES VIEIRA
OAB/DF 9.336

Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 7bdffb6

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 10ª REGIÃO

9ª Vara do Trabalho de Brasília-DF
SHLN, Qd. 516, Bl I, Lote 02, Conj. B, Salas 202/203
CEP 70.770.560 - Brasília - DF

ex 29993-D
arquivado 19/10/2001

Ofício nº: 1953/01 Brasília, 10 de dezembro de 2001

3ª Vara do Trabalho/ASS-13-Dez-2001-15:01-011934-2/2

Do: Exm. Sr. Dr. Juiz Titutar da 9ª Vara do Trabalho de Brasília/DF
Ao: Exmo Sr. Dr. Juiz Titular da 3ª Vara do Trabalho de Brasília/DF
Referência: Processo 1221/00- 3ª Vara do Trabalho/DF

Processo nº: 721/99 - 9ª Vara do Trabalho/DF
Reclamante : CLODOALDO LIMA SILVA
Reclamado : INSTITUTO CANDANGO DE SOLIDARIEDADE

Exmo. Sr. Juiz,

Solicito a V. Sa. a reserva de crédito nos autos da reclamação trabalhista 3ª Vara do Trabalho/DF nº 1221/00, no valor de R$ 519,47(quinhentos e dezenove reais e quarenta e sete centavos) da presente execução, atualizado até 31/05/2001.

Na oportunidade, renovo manifestações de consideração e apreço.

Augusto Cesar Alves de Souza Barreto
Juiz Titular da 9ª Vara do Trabalho/DF

Exmo. Sr. Dr. Juiz Titular da 3ª Vara do Trabalho de Brasília/DF
Em mãos

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 7bdffb6

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 10ª REGIÃO

Processo: 851/98

CONCLUSÃO

Nesta data faço conclusos os presentes autos ao Juiz do Trabalho.

Bsb., Quarta-feira, 19 de Dezembro de 2001.

PAULA BORDONI
Diretora de Secretaria da
3ª Vara do Trabalho de Brasília/DF

Vistos.

Atualizem-se os cálculos.

Após devidamente homologados, expeça-se mandado de penhora na forma ora requerida.

Data supra.

MÔNICA RAMOS EMERY
Juíza do Trabalho da 3ª Vara de Brasília-DF

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 7bdffb6

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 10ª REGIÃO

TRT/SPD SECRETARIA DE VARA DO TRABALHO Pág.: 001

Fl. 88

R E S U M O D E C Á L C U L O

PROCESSO: 03- 0851 / 1998
ORIGEM : 01- BRASILIA

CRÉDITOS PARCIAI	VALORES PAGOS	CRÉDITOS FINAIS	
954,06	0,00	954,06	TOTAL DO(s) RECTE(s)
0,00	0,00	0,00	Custas Processuai
0,00	0,00	0,00	H.Advocat. %
0,00	0,00	0,00	H.Periciais %
0,00	0,00	0,00	Diversos %
		954,06	TOTAL DO CÁLCULO

Obs.: Fgts a depositar:

Cota parte de recolhimentos previdenciários:

I.N.S.S. (cota parte do empregado)	0,00
I.N.S.S. (cota parte do empregador + SAT)	0,00
Terceiros	0,00

Recolhimentos fiscais (Imposto de Renda):

VALORES ATUALIZADOS ATÉ: 10/01/2002

Brasília, 10 de JANEIRO de 2002

FUNCIONÁRIO

DIRETOR DE SECRETARIA

Diretora de Secretaria

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 7bdffb6

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 10ª REGIÃO

Processo nº 851/98

CONCLUSÃO

Nesta data faço conclusos os presentes autos ao Juiz do Trabalho.

Bsb.,Sexta-feira, 11 de Janeiro de 2002.

PAULA BORDONI
Diretora de Secretaria da
3ª Vara do Trabalho de Brasília-DF

Vistos.

Homologo a presente atualização para fixar o débito da executada em **R$954,06**,valores atualizados até 10.01.2002, sem prejuízo das atualizações de direito e na forma abaixo discriminada:

R$	954,06	(Total do exequente)
R$	0,00	(Custas processuais)
R$	0,00	(INSS empregador)
R$	954,06	(Total do cálculo)

Cumpra-se o despacho anterior.

Data supra.

ODÉLIA FRANÇA NOLETO
Juíza da 3ª Vara do Trabalho de Brasília-DF

T.R.T 1.1.165

Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:03 - 7bdffb6
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/22060712420990900000030890707?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 22060712420990900000030890707

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 10ª REGIÃO

TRT/SPD SECRETARIA DE VARA DO TRABALHO Pág.: 001

Fl. 88 Analista Judiciário

R E S U M O D E C Á L C U L O

PROCESSO: 03- 0851 / 1998
ORIGEM : 01- BRASILIA

CRÉDITOS PARCIAI	VALORES PAGOS	CRÉDITOS FINAIS	
954,06	0,00	954,06	TOTAL DO(s) RECTE(s)
0,00	0,00	0,00	Custas Processuai
0,00	0,00	0,00	H.Advocat. %
0,00	0,00	0,00	H.Periciais %
0,00	0,00	0,00	Diversos %
		954,06	TOTAL DO CÁLCULO

Obs.: Fgts a depositar:

Cota parte de recolhimentos previdenciários:

I.N.S.S. (cota parte do empregado)	0,00
I.N.S.S. (cota parte do empregador + SAT)	0,00
Terceiros	0,00

Recolhimentos fiscais (Imposto de Renda):

VALORES ATUALIZADOS ATÉ: 10/01/2002

Brasília, 10 de JANEIRO de 2002

FUNCIONÁRIO

DIRETOR DE SECRETARIA

Diretora de Secretaria

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - b82c1ac

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 10ª REGIÃO

Processo nº 851/98

CONCLUSÃO

Nesta data faço conclusos os presentes autos ao Juiz do Trabalho.

Bsb.,Sexta-feira, 11 de Janeiro de 2002.

PAULA BORDONI
Diretora de Secretaria da
3ª Vara do Trabalho de Brasília-DF

Vistos.

Homologo a presente atualização para fixar o débito da executada em **R$954,06**,valores atualizados até 10.01.2002, sem prejuízo das atualizações de direito e na forma abaixo discriminada:

R$	954,06	(Total do exequente)
R$	0,00	(Custas processuais)
R$	0,00	(INSS empregador)
R$	954,06	(Total do cálculo)

Cumpra-se o despacho anterior.

Data supra.

ODÉLIA FRANÇA NOLETO
Juíza da 3ª Vara do Trabalho de Brasília-DF

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - b82c1ac

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 10ª REGIÃO

RENATA Chancela Fl. 91 Auxiliar Judiciário

3ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL

Av. W/3 Norte Q. 516, Lote 02, Conj. "B" Bloco 01, salas 11, 13, 15 e 17, 1º ss., BSB-DF
CEP 70.770-550 Fones: (061) 348-1575 e 348-1562 FAX 348-1578

MANDADO DE PENHORA

MANDADO nº 032/2002.
Processo nº **851/98-3ªVara do Trabalho de Brasília/DF.**
Exequente: **José Domingos Ferreira Santos.**
Executado: **Urbrás Urbanização e Premoldados Ltda.**

A DOUTORA ODÉLIA FRANÇA NOLETO, Juíza Auxiliar da 3ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, no uso de suas atribuições legais,

M A N D A ao Senhor Oficial de Justiça a quem couber o cumprimento do presente mandado, que se dirija **SIA TRECHO IV Nº 930**, sendo aí, proceda à penhora de **computadores e impressoras** que se encontram no endereço mencionado, quanto bastem para a satisfação da execução no valor correspondente ao total das parcelas abaixo especificadas devidas nos termos da Decisão/Acordo. **O Oficial de Justiça deverá ainda, promover à REMOÇÃO do referido bem, observando-se que o exequente deverá ficar encarregado da guarda dos mesmos, sendo nomeado fiel depositário.**

OBS: O presente mandado deverá ser cumprido com acompanhamento do exequente.(Procurador : Marcone Guimarães Vieira - tel.328-1359).

Total do exequente	**R$ 954,06**
Total da execução	**R$ 954,06**

CASO SEJA CRIADO QUALQUER OBSTÁCULO AO CUMPRIMENTO DO PRESENTE, FICA O OFICIAL AUTORIZADO A SOLICITAR AUXILIO POLICIAL, bem como a proceder às diligências necessárias em qualquer dia ou hora (C.L.T Art. 770 e § 1º e 2º).

O QUE CUMPRA NA FORMA DA LEI.

Dado e passado, nesta cidade de Brasília/DF, aos 16 dias do mês de janeiro de 2002 (4ªf.) e para constar, Eu ORIGINAL ASSINADO, Diretora de Secretaria, conferi e subscrevi. Paula da Silva Bordoni

ORIGINAL ASSINADO
ODÉLIA FRANÇA NOLETO
Juiz Auxiliar da 3ª Vara do Trabalho de Brasília/DF

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - b82c1ac

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, nesta data, encaminhei o mandado retro à Central de Mandados Judiciais de Brasília-DF.

Brasília, 17/01/02 (5ª Feira)

Diretor de Secretaria
Renata Christina da C. Santos
Analista Judiciário

PARTE EM BRANCO

Ana Paula Almeida Neves
Técnico Judiciário

JUNTADA

Nesta data, faço juntada aos presentes autos da Fls. 92 A 94

Brasília-DF 06 / 02 / 02 (4ª feira)

Diretor de Secretaria
Ana Paula Almeida Neves
Técnico Judiciário

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - b82c1ac

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 10ª REGIÃO

Ana Paula Almeida Neves
Fls. 92
Téc. Judiciário

3ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL

Av. W/3 Norte Q. 516, Lote 02, Conj. "B" Bloco 01, salas 11, 13, 15 e 17, 1º ss., BSB-DF
CEP 70.770-550 Fones: (061) 348-1575 e 348-1562 FAX 348-1578

MANDADO DE PENHORA

MANDADO nº 032/2002.
Processo nº **851/98-3ªVara do Trabalho de Brasília/DF.**
Exequente: **José Domingos Ferreira Santos.**
Executado: **Urbrás Urbanização e Premoldados Ltda.**

A DOUTORA ODÉLIA FRANÇA NOLETO, Juíza Auxiliar da 3ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, no uso de suas atribuições legais,

MANDA ao Senhor Oficial de Justiça a quem couber o cumprimento do presente mandado, que se dirija **SIA TRECHO IV Nº 930**, sendo aí, proceda à penhora de **computadores e impressoras** que se encontram no endereço mencionado, quanto bastem para a satisfação da execução no valor correspondente ao total das parcelas abaixo especificadas devidas nos termos da Decisão/Acordo. **O Oficial de Justiça deverá ainda, promover à REMOÇÃO do referido bem, observando-se que o exequente deverá ficar encarregado da guarda dos mesmos, sendo nomeado fiel depositário.**

OBS: O presente mandado deverá ser cumprido com acompanhamento do exequente.(Procurador : Marcone Guimarães Vieira - tel.328-1359).

Total do exequente	**R$ 954,06**
Total da execução	**R$ 954,06**

CASO SEJA CRIADO QUALQUER OBSTÁCULO AO CUMPRIMENTO DO PRESENTE, FICA O OFICIAL AUTORIZADO A SOLICITAR AUXILIO POLICIAL, bem como a proceder às diligências necessárias em qualquer dia ou hora (C.L.T Art. 770 e § 1º e 2º).

O QUE CUMPRA NA FORMA DA LEI.

Dado e passado, nesta cidade de Brasília/DF, aos 16 dias do mês de janeiro de 2002 (4ªf.) e para constar, Eu _____, Diretora de Secretaria, conferi e subscrevi. Paula da Silva Bordoni

ODÉLIA FRANÇA NOLETO
Juiz Auxiliar da 3ª Vara do Trabalho de Brasília/DF

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - b82c1ac

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 10ª REGIÃO

Fls. 93

3ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL

Av. W/3 Norte Q. 516, Lote 02, Conj. "B" Bloco 01, salas 11, 13, 15 e 17, 1º ss., BSB-DF
CEP 70.770-550 Fones: (061) 348-1575 e 348-1562 FAX 348-1578

MANDADO DE PENHORA

MANDADO nº 032-/2002.
Processo nº **851/98-3ªVara do Trabalho de Brasília/DF.**
Exequente: **José Domingos Ferreira Santos.**
Executado: **Urbrás Urbanização e Premoldados Ltda.**

A DOUTORA ODÉLIA FRANÇA NOLETO, Juíza Auxiliar da 3ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, no uso de suas atribuições legais,

M A N D A ao Senhor Oficial de Justiça a quem couber o cumprimento do presente mandado, que se dirija **SIA TRECHO IV Nº 930**, sendo aí, proceda à penhora de **computadores e impressoras** que se encontram no endereço mencionado, quanto bastem para a satisfação da execução no valor correspondente ao total das parcelas abaixo especificadas devidas nos termos da Decisão/Acordo. **O Oficial de Justiça deverá ainda, promover à REMOÇÃO do referido bem, observando-se que o exequente deverá ficar encarregado da guarda dos mesmos, sendo nomeado fiel depositário.**

OBS: O presente mandado deverá ser cumprido com acompanhamento do exequente.(Procurador : Marcone Guimarães Vieira - tel.328-1359).

Total do exequente	**R$ 954,06**
Total da execução	**R$ 954,06**

CASO SEJA CRIADO QUALQUER OBSTÁCULO AO CUMPRIMENTO DO PRESENTE, FICA O OFICIAL AUTORIZADO A SOLICITAR AUXILIO POLICIAL, bem como a proceder às diligências necessárias em qualquer dia ou hora (C.L.T Art. 770 e § 1º e 2º).

O QUE CUMPRA NA FORMA DA LEI.

Dado e passado, nesta cidade de Brasília/DF, aos 16 dias do mês de janeiro de 2002 (4ªf.) e para constar, Eu ORIGINAL ASSINADO, Diretora de Secretaria, conferi e subscrevi. Paula da Silva Bordoni

ORIGINAL ASSINADO

ODÉLIA FRANÇA NOLETO
Juiz Auxiliar da 3ª Vara do Trabalho de Brasília/DF

T.R.T 1.1.165

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - b82c1ac

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 10ª REGIÃO

Ana Paula Almeida Neves
Fls. 94
Téc. Judiciário

3ª Vara do Trabalho de Brasília - DF

Processo: 851/98
Mandado : 32/02

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que, em cumprimento ao r. mandado, tentei entrar em contato com o patrono do exeqüente, Dr. Marcone Guimarães Vieira, pelo telefone que me foi fornecido (328-1359), tendo sido todavia informado que aquele telefone pertencia a um colega dele. Certifico ainda que, deixei o número do meu celular a fim de que o mesmo entrasse em contato, o que não ocorreu.

Diante do exposto, e findo o prazo para o cumprimento do presente mandado, devolvo o mesmo, aguardando novas determinações.

Brasília, 31 de janeiro de 2002.

PAULO SÉRGIO FERRAZ AMBRÓSIO
Oficial de Justiça Avaliador

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - b82c1ac

TRT 10. REGIÃO

NESTA DATA, REMETO A SECRETARIA DA MM. JUNTA, O R. MANDADO.

DF, 04 / 02 / 02

Oficial de Justiça Avaliador
TRT 10.ª Região/D.F.

PARTE EM BRANCO
Maria Lúcia da Silva
Técnico Judiciário

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - b82c1ac

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 10ª REGIÃO

3ª Vara do Gama-DF
Fls. 95
Maria Lúcia da Silva

Processo 851/98.

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos os presentes autos à consideração do MM. Juiz do Trabalho Titular.

Em, 07 de fevereiro de 2002 (5ª f).

Vicente Grigati Filho
Técnico Judiciário

Vistos etc...

Diante da certidão supra, intime-se o exeqüente para requerer o que entender de direito, no prazo de 30 dias, sob pena de arquivamento provisórios dos autos pelo prazo de 01 (um) ano, o que fica desde já determinado em caso de silêncio.

Data supra.

CARLOS ALBERTO OLIVEIRA SENNA
Juiz do Trabalho Titular

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - b82c1ac

CERTIDÃO

Certifico que, a decisão / despacho de fls. 95
foi inserida no sistema para publicação no DJU, Seção III
da Imprensa Nacional, na data de 19/02/02
Brasília-DF, 14/02/02 (5ª feira)

Maria Lúcia da Silva
Técnico Judiciário

CERTIDÃO

Certifico que a decisão de fls. 95 foi
publicada no D.J., seção 3, da Imprensa Nacional, na
data de 19/02/02, página 04,
Em, 19/02/02 (3ª feira)

Kleber Ferreira Costa
Assistente de Juiz

CERTIDÃO

CERTIFICO e Dou Fé que, no dia
21/03/02 (5ª feira)
decorreu o prazo 30 dias PARA
MANIFESTAÇÃO DO EXEQÜENTE.
Brasília-DF, 25/03/02 (2ª feira)

Kleber Ferreira Costa
Assistente de Juiz

JUNTADA

Nesta data faço juntada, nos presentes autos
as fls. 96
Aos 28 de 9 de 20 02

Renata Christina da C. Santos
Analista Judiciário

Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - b82c1ac
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/22060712421011100000030890708?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 22060712421011100000030890708

CX 20 617 - P

25-3-02

EXMº SR. JUIZ DA 3ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA – D

RENATA CHRISTINA FL. 96 Justiça Judiciário

PRONTO ATENDIMENTO SDF-DF 16-Set-2002-13:49-014224

J. Conclusos
Em, 20/09/2002.

Carlos Alberto Oliveira Senna
Juiz do Trabalho Titular

Processo nº 851/1998

JOSÉ DOMINGOS FERREIRA SANTOS, já devidamente qualificado nos autos da Reclamação Trabalhista acima epigrafada, em que contende com a **URBRÁS,** vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exª, requerer o desarquivamento da ação e expedição de mandado de penhora, recaindo tal penhora sobre microcomputadores e periféricos.

Requer, finalmente, sejam os bens removidos.

Termos em que
Pede deferimento

Brasília, 16 de setembro de 2002.

MARCONE GUIMARÃES VIEIRA
OAB/DF 9.336

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 9881b03

P.J – J.T – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

Maria Lúcia da Silva Fls. 98 Téc. Jud.

3ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL

Av. W/3 Norte Q. 516, Lote 02, Conj. "B" Bloco 01, salas 11, 13, 15 e 17, 1º ss., BSB-DF
CEP 70.770-550 Fones: (061) 348-1575 e 348-1562 FAX 348-1578

MANDADO DE PENHORA

MANDADO nº 1042/2002.
Processo nº **851/98 -3ªVara do Trabalho de Brasília/DF.**
Exequente: **José Domingos Ferreira Santos**
Executado: **Urbrás Urbanização e Premoldados Ltda**

O DOUTOR CARLOS ALBERTO OLIVEIRA SENNA, Juiz Titular da 3ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, no uso de suas atribuições legais,

M A N D A ao Senhor Oficial de Justiça a quem couber o cumprimento do presente mandado, que se dirija ao **SIA TRECHO IV Nº 930 - BRASÍLIA-DF** ou à **RODOVIA DF 150 - KM 5,5 - SOBRADINHO -DF - BRASÍLIA-DF**, endereços da executada **Urbrás Urbanização e Premoldados** e, sendo aí, proceda à penhora de tantos bens quanto bastem para a satisfação da execução no valor correspondente ao total das parcelas abaixo especificadas devidas nos termos da Decisão/Acordo.

OBS: A penhora deverá recair, preferencialmente, sobre microcomputadores e periféricos.

Total do exequente.....R$954,06
Total da execução.....R$954,06
OBS: Valor atualizado até: 10/01/02.
CPF exequente: 418.727.895-87.

CASO SEJA CRIADO QUALQUER OBSTÁCULO AO CUMPRIMENTO DO PRESENTE, FICA O OFICIAL AUTORIZADO A SOLICITAR AUXILIO POLICIAL, bem como a proceder às diligências necessárias em qualquer dia ou hora (C.L.T Art. 770 e § 1º e 2º).

O QUE CUMPRA NA FORMA DA LEI.

Dado e passado, nesta cidade de Brasília/DF, aos 23 dias do mês de setembro 2002 (2ªf.) e para constar, Eu ORIGINAL ASSINADO, Adjunta de Diretora de Secretaria, conferi e subscrevi. Aline Oliveira Aguiar

ORIGINAL ASSINADO

CARLOS ALBERTO OLIVEIRA SENNA
Juiz Titular da 3ª Vara do Trabalho de Brasília/DF

T R T. 1.1.1365

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 9881b03

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, nesta data, encaminhei o expediente retro à Central de Mandados Judiciais de Brasília-DF.

Brasília, 24/09/09 (3ª Feira)

Diretor da Secretaria
Maria Lúcia da Silva
Técnico Judiciário

PARTE

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 9881b03

3ª Vara do Trabalho-DF
Fls. 99

P.J – J.T – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

3ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
Av. W/3 Norte Q. 516, Lote 02, Conj. "B" Bloco 01, salas 11, 13, 15 e 17, 1º ss., BSB-DF
CEP 70.770-550 Fones: (061) 348-1575 e 348-1562 FAX 348-1578

MANDADO DE PENHORA

MANDADO nº 1042 /2002.
Processo nº **851/98 -3ªVara do Trabalho de Brasília/DF.**
Exequente: **José Domingos Ferreira Santos**
Executado: **Urbrás Urbanização e Premoldados Ltda**

O DOUTOR CARLOS ALBERTO OLIVEIRA SENNA, Juiz Titular da 3ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, no uso de suas atribuições legais,

M A N D A ao Senhor Oficial de Justiça a quem couber o cumprimento do presente mandado, que se dirija ao **SIA TRECHO IV Nº 930 - BRASÍLIA-DF** ou à **RODOVIA DF 150 - KM 5,5 - SOBRADINHO -DF - BRASÍLIA-DF**, endereços da executada **Urbrás Urbanização e Premoldados** e, sendo aí, proceda à penhora de tantos bens quanto bastem para a satisfação da execução no valor correspondente ao total das parcelas abaixo especificadas devidas nos termos da Decisão/Acordo.

OBS: A penhora deverá recair, preferencialmente, sobre microcomputadores e periféricos.

Total do exequente.....R$954,06
Total da execução.....R$954,06
OBS: Valor atualizado até: 10/01/02.
CPF exequente: 418.727.895-87.

CASO SEJA CRIADO QUALQUER OBSTÁCULO AO CUMPRIMENTO DO PRESENTE, FICA O OFICIAL AUTORIZADO A SOLICITAR AUXILIO POLICIAL, bem como a proceder às diligências necessárias em qualquer dia ou hora (C.L.T Art. 770 e § 1º e 2º).

O QUE CUMPRA NA FORMA DA LEI.

Dado e passado, nesta cidade de Brasília/DF, aos 23 dias do mês de setembro 2002 (2ªf.) e para constar, Eu _____, Adjunta de Diretora de Secretaria, conferi e subscrevi.
Aline Oliveira Aguiar

CARLOS ALBERTO OLIVEIRA SENNA
Juiz Titular da 3ª Vara do Trabalho de Brasília/DF

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 9881b03

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
10ª REGIÃO

3ª Vara do Trabalho de BRASÍLIA PROC. Nº 851 / 98

AUTO DE PENHORA E AVALIAÇÃO

Aos 02 dias do mês de OUTUBRO do ano de 2002 na SIA TR 04, LT 930, onde compareci, em cumprimento ao V. mandado retro, passado a favor de JOSÉ DOMINGOS FERREIRA SANTOS, contra URBRÁS URB. E PREMOLDADOS LTDA, para pagamento da importância de R$ 954,01 (NOVECENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E UM CENTAVOS), não tendo o executado, no prazo legal que lhe foi marcado, conforme certidão retro, efetuado o pagamento nem garantido a execução, procedi à penhora dos seguintes bens, tudo para garantia do principal, juros de mora, correção monetária e custas do referido processo:

01 (UMA) FURADEIRA DE BANCADA ELÉTRICA, MARCA JOINVILE, B 11/512, COR VERDE, EM REGULAR ESTADO DE USO E CONSERVAÇÃO, QUE ORA AVALIO EM R$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS).

Total da Avaliação: R$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS)

Feita, assim, a penhora, para constar, lavrei o presente Auto, que assino.

OFICIAL DE JUSTIÇA
Avaliador

TRT. 11.1216

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 9881b03

AUTO DE DEPÓSITO

Após a lavratura do Auto de Penhora, fiz o depósito dos bens penhorados em mãos do Sr. MARCELO MARCOS DE CASTRO CARVALHO, BRAS (nacionalidade), CASADO (estado civil), 808483 - DF (identidade), 344 121 311 - 49 (CPF)

Filiação MARCELO DE CARVALHO
MAGDA DE CASTRO CARVALHO

residente nesta Comarca, à QI 16, L, AP 211, 6 VARA I, o qual, como FIEL DEPOSITÁRIO, se obriga a não abrir mão dos mesmos, sem autorização ao MM. Juiz(a) Presidente da Vara do Trabalho, sob as penas da lei.

Feito, assim, o depósito, para constar, lavrei o presente Auto, que assino, juntamente com depositário.

TRT 10ª REGIÃO
Nesta data, remeto à Secretaria da EG. Vara, o R. Mandado.
Bsb, 09 / 10 / 02
Luiz Antônio dos Santos
Coordenação
Departamento de Mandados Judiciais

Bsb, 2 de OUTUBRO de 2002.

OFICIAL DE JUSTIÇA
Oficial de Justiça Avaliador

DEPOSITÁRIO

CERTIDÃO

CERTIFICO E DOU FÉ que intimei o executado para ciência da **penhora e avaliação** referida no Auto retro, bem assim de que tem o prazo de (5) cinco dias, a contar desta data, para apresentar embargos, tendo o mesmo recebido / recusado contra fé.

Bsb, 2 de OUTUBRO de 2002.

OFICIAL DE JUSTIÇA
Oficial de Justiça Avaliador

EXECUTADO
URBRÁS - Urbanizações e Premoldados Ltda
Engº MARCELO M. DE C. CARVALHO
Superintendente Administrativo

OBSERVAÇÃO:

Certifico que mais foi possível efetuar a penhora de COMPUTADORES, JÁ QUE, NA EMPRESA, SÓ EXISTEM DOIS COMPUTADORES BEM ANTIGOS, E SEM FUNCIONAMENTO (QUEBRADO)

Oficial de Justiça Avaliador

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 9881b03

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 10ª REGIÃO

3ª Vara do Trabalho - DF
Fls. 101
Rosa Lúcia

Processo 0851/98.

CERTIDÃO

Certifico que, em 07 de outubro de 2002 (2ªf), venceu o prazo de 05 dias para a executada opor Embargos à Execução.

Era o que tinha a certificar e faço conclusos os presentes autos à consideração do MM. Juiz do Trabalho.

Brasília, 14 de Outubro de 2002 (2ª f).

Vicente Grigati Filho
Técnico Judiciário

Vistos etc...

Prossiga-se na execução.

Julgo boa a avaliação e subsistente a penhora de fl. 100.

À praça, observadas as formalidades legais.

Para efeitos de publicação do edital, defiro ao exeqüente os benefícios da justiça gratuita.

Publique-se o edital.

Intimem-se as partes.

Data supra.

ODÉLIA FRANÇA NOLETO
Juíza da 3ª Vara do Trabalho de Brasília-DF

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 9881b03

3ª Vara do Trab. Fls. 102

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 10ª REGIÃO

3ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL

EDITAL DE PRAÇA Nº 258/2002

Processo	:	851/98 - 3ª Vara/DF.
Exeqüente	:	José Domingos Ferreira Santos.
Advogado(a)	:	Marcelo Ribas de Azevedo Braga.
Executado(a)	:	Urbrás Urbanização e Premoldados Ltda.
Advogado(a)	:	Joaquim Lima Ribeiro
Fiel Depositário	:	Marcelo Marcos de Castro Carvalho
Local dos bens	:	SIA Trecho 04 Lote 930 - Brasília - DF.
Data da 1ª Praça	:	12/11/2002 às 14:15 horas.
Data da 2ª Praça	:	26/11/2002 às 14:15 horas.

A DOUTORA ODÉLIA FRANÇA NOLETO, Juíza Substituta da 3ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei, torna público que nos dias e horas acima, na sede desta Vara, situada na Av. W/3 Norte Q. 516 Lote 02 Conj. "B" Bloco 01, 1º Sub-solo, sala de espera, Brasília-DF, será(ão) levado(s) a público pregão de venda e arrematação, a quem mais der, o(s) bem(ns) constantes(s) da relação abaixo, devidamente conferida pelo Diretor de Secretaria; encontrado(s) no(s) endereço(s) supramencionados, na guarda do(a)(s) Sr(a) Depositário(a) supra. Quem pretender arrematar, adjudicar, ou remir dito(s) bem(s), deverá estar ciente de que à espécie aplicam-se os preceitos da Consolidação das Leis do Trabalho, da Lei nº 5.584, de 26.06.70, da Lei n. 6.830 de 22.09.80 e do Código de Processo Civil, observada a ordem de citação, a omissão e a compatibilidade, principalmente dos dois últimos Institutos. Não havendo licitante, e não requerendo o exeqüente a adjudicação do(s) bem(s), fica designada nova praça na data e hora epigrafadas. Eu, Aline Oliveira Aguiar, Adjunta de Diretora de Secretaria, lavrei o presente aos 15 dias do mês de outubro de 2002, nesta cidade de Brasília/DF. (As)**Odélia França Noleto,** Juíza Substituta

RELAÇÃO DOS BENS: **"01 (uma) furadeira de bancada, elétrica, marca Joinvile, B11/512, cor verde, em regular estado de uso e conservação, avaliada em R$5.000,00 (cinco mil reais). Total da Avaliação: R$5.000,00 (cinco mil reais)."** Em, 15 de outubro de 2002 (3ªf.). As. Aline Oliveira Aguiar, Adjunta de Diretora de Secretaria.

PUBLIQUE-SE.
EM 15/10/2002.

CERTIDÃO

Certifico que o EDITAL de fls. SUPRA foi publicado no DJU, Seção III, da Imprensa Nacional na data de 17/10/02 página 6
Em, 17/10/02 (5ª feira)

Maria Lúcia da Silva
Técnico Judiciário

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 9881b03

CERTIDÃO

Processo nº 851/98

Certifico, que o edital retro foi encaminhado, eletronicamente, para publicação no Diário da Justiça, Seção III, nesta data.

Era o que tinha a certificar. Dou fé.

Brasília/DF, 15 de outubro de 2002 (3ª f.).

Renata Christina da C. Santos
Analista Judiciário

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 9881b03

sapj002a

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 10ª REGIÃO

3ª Vara do Trabalho-DF Fls. 103 Solange Lúcia de Paula

03ª VARA DO TRABALHO DE BRASILIA/DF

Not/Int/Cit 3118 / 2002

INTIMAÇÃO - REALIZAÇÃO DE PRAÇA

PROCESSO 03 - 0851 / 1998
DATA AUD. : PÇ 12.11.02 - 14.15
RECLAMANTE JOSE DOMINGOS FERREIRA SANTOS

Fica V.Sa. intimado(a) de que, nos autos do processo em epígrafe foi designada a data supra mencionada, para realização de praça do(s) bem(ns) penhorado(s).

Segue cópia do despacho de folha 101.

A PRIMEIRA PRAÇA SERÁ NO DIA 12.11.2002 AS 14:15 HORAS. SE NEGATIVA, A SEGUNDA PRAÇA SERÁ NO DIA 26.11.2002 AS 14:15.

BRASILIA/DF , 15 de OUTUBRO de 2002

Solange Lúcia de Paula
Técnico Judiciário
DIRETOR DE SECRETARIA

Ilmo(a) Sr(a).
URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA

RODOVIA DF 150 KM 5,5

73001970 SOBRADINHO DF

Endereço da VARA
SHLN Q. 516, L.02,CONJ. B, BL.01
ASA NORTE
70770525 BRASILIA DF

Certifico que o presente expediente foi encaminhado ao destinatário via postal em 16/10/2002 4F

Solange Lúcia de Paula
Técnico Judiciário
DIRETOR DE SECRETARIA

emitida por seed

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 9881b03

CERTIDÃO

Certifico que, a decisão/despacho de fls. 101
foi inserida no sistema para publicação no DJU, Seção III, da Imprensa Nacional, na data de 18/10/02
Brasília-DF, 23/10/02 (3ª feira)

Vandira da S. B. de Oliveira
Técnico Judiciário

CERTIDÃO

Certifico que a decisão de fls. 101 foi publicada no D.J., Seção 3, da Imprensa Nacional, na data de 18/10/02, página 44.
Em, 18/10/02 (6ª feira)

Vandira da S. B. de Oliveira
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO
03 ª VARA DO TRABALHO DE BRASILIA/DF
SHLN Q. 516, L.02,CONJ. B, BL.01

sapj005p

Processo: 03 - 0851 / 1998

Notificação: 31 [illegible] 2002

PRAÇA [illegible].11.2002

Comprovante de entrega - CONTRATO SEED - 458

Destinatário: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA

7606

CODIASA NORTE
15 OUT 2002
Brasília/BSB

Logradouro: RODOVIA DF 150 KM 5,5
Bairro:
Cidade: SOBRADINHO DF Cep: 73.001-970

01

Recebido em: 18/10/2002 Assinatura: Natal Maia

CERTIDÃO

Certifico que, na presente fls. consta(m) 01 SEED(s)
Brasília-DF, 23/10/02 4ª feira

Mara Rodrigues Santos
Aux. Esp. Recebidada

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 9881b03

3ª Vara do Trab. DF
Fls. 104
Juntada de S. B. de Oliveira

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
3ª Vara do Trabalho de Brasília/DF
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 10ª REGIÃO

Processo: 0851/98.

CERTIDÃO

CERTIFICO que não houve a primeira praça, haja vista que no período de 11/11/2002 a 14/11/2002 não houve expediente externo nesta 3ª Vara em função de inspeção interna (Portaria 009/02 - 3ª VT/BSB/DF).

CERTIFICO que, em cumprimento a determinação do MM. Juiz do Trabalho, procedeu-se o leilão (2ª praça) dos bens penhorados nos presentes autos e, após insistente pregão, verificou-se que não houve licitante, pelo que deu-se por encerrada a praça. DOU FÉ.

Era o que tinha a certificar.

Brasília, 26 de Novembro de 2002.

Luiz Carlos Sampaio
Auxiliar Especializado

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos os presentes autos à consideração do MM. Juiz do Trabalho Titular.

Data supra.

Vicente Grigati Filho
Técnico Judiciário

Vistos etc...

Assino ao exeqüente o prazo de 30 dias para manifestar-se sobre a certidão supra, sendo que o silêncio importará na remessa dos autos ao arquivo provisório, o que fica desde já determinado.

Publique-se.

Data supra.

ODÉLIA FRANÇA NOLETO
Juíza da 3ª Vara do Trabalho de Brasília-DF

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 9881b03

CERTIDÃO

Certifico que, a decisão/despacho de fls. 104
foi inserida no sistema para publicação no DJU, Seção
III, da Imprensa Nacional, na data de 14/01/03.
Brasília-DF, 17/12/02 (4ª feira)
Vandira da S. B. de Oliveira
Técnico Judiciário

CERTIDÃO

Certifico que a decisão de fls. 104 foi
publicada no D.J., seção 3, da Imprensa Nacional, na
data de 14/01/03, página 36
Em, 20/01/03 (3ª feira)

Vandira da S. B. de Oliveira
Técnico Judiciário

PARTE EM BRANCO
Maria Rodrigues Santos
TRT - 10ª Região

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 9881b03

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 10ª REGIÃO

Maria Rodrigues Santos
Fls. 105
TRT 10ª Região

Processo nº: 0851/1998

CERTIDÃO

CERTIFICO que no dia 24.2.2003 (2ª feira), decorreu o prazo de 30 (trinta) dias para o reclamante manifestar-se sobre despacho de fl. 104, motivo pelo qual encaminho os presentes autos ao arquivo provisório, conforme determinação de mesma folha.

Brasília, 26 de fevereiro de 2003 (4ª.feira).

Aline Oliveira Aguiar
Adjunto de Diretor

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 9881b03

PARTE EM BRANCO
Maria Rodrigues Santos
TRT - 10.ª Região

JUNTADA
Nesta data faço juntada aos presentes autos
os fls. 106 a 107
Aos 09 de 09 de 2003 (3ª F)

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 9881b03

Marcone Guimarães Vieira
Advogado

Maria Rodrigues Santos
Fls. 106
TRT 10ª Região

EXMO. SR. JUIZ DA 3ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF.

Ex.º 20 607 - 9
Mat.º 27/02/03

J. Conclusos.
Em, 08/09/03.
Carlos Alberto Oliveira Senna
Juiz do Trabalho Titular

PROTOCOLO ATENDIMENTO SDC-DF 26-Ago-2003 13:49-027601

PROCESSO nº 851/1998

JOSÉ DOMINGOS FERREIRA SANTOS, nos autos em epígrafe em que contende com **URBRÁS,** vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., por seu advogado signatário, **requerer o desarquivamento dos autos e que seja oficiado ao BACEN sobre a existência de contas bancárias em nome da reclamada e de seus sócios.**

Termos em que
Pede deferimento

Brasília-DF, 26 de AGOSTO de 2.003.

MARCONE GUIMARÃES VIEIRA
OAB/DF 9.336

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 9881b03

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 10ª REGIÃO

Maria Rodrigues Santos Fls. 107 TRT 10ª Região

Processo nº 851/98

CONCLUSÃO

Nesta data faço conclusos os presentes autos ao Exmo. Juiz do Trabalho.

Bsb., segunda-feira, 8 de setembro de 2003.

PAULA BORDONI
Diretora de Secretaria da
3ª Vara do Trabalho de Brasília-DF

Vistos.

Indefiro o bloqueio de contas dos sócios vez que há bens da empresa executada garantindo a execução.

Atualizem-se os cálculos e, após devidamente homologados, façam-me os autos conclusos para bloqueio *on-line* via sistema BACEN-JUD.

Data supra.

CARLOS ALBERTO OLIVEIRA SENNA
Juiz Titular da 3ª Vara do Trabalho de Brasília-DF

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 9881b03

108

TRT/SP

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
SECRETARIA DE VARA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 10ª REGIÃO

Pág.: 001

R E S U M O D E C Á L C U L O

Homologo a Atualização de Fls. _____

Em, 08 / 09 / 03

Carlos Alberto Oliveira Senna
Juiz do Trabalho Titular

PROCESSO: 03- 0851 / 1998
ORIGEM : 01-BRASILIA

CRÉDITOS PARCIAIS	VALORES PAGOS	CRÉDITOS FINAIS	
1.160,46	0,00	1.160,46	TOTAL DO(s) RECTE(s)
0,00	0,00	0,00	Custas Processuais
0,00	0,00	0,00	Custas Art.789-A - IX
0,00	0,00	0,00	H.Advocat. %
0,00	0,00	0,00	H.Periciais %
0,00	0,00	0,00	Diversos %
		1.160,46	TOTAL DO CÁLCULO

Obs.: Fgts a depositar:

Cota parte de recolhimentos previdenciários:

I.N.S.S.(cota parte empregado)	0,00
I.N.S.S.(cota parte empregador + SAT)	0,00
Terceiros	0,00

Recolhimentos fiscais (IRPF):

VALORES ATUALIZADOS ATÉ:08/09/2003

BRASILIA, 08 de SETEMBRO de 2003

Paulo Bordom
Diretora de Secretaria

FUNCIONÁRIO

DIRETOR DE SECRETARIA

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 9881b03

Maria Rodrigues Santos Fls. 109 TRT 10ª Reg.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT/SPDI - DIRETORIA DO SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 10ª REGIÃO

R E S U M O D E C Á L C U L O

Atualização de Cálculos
(Total do(s) Reclamante(s))

PROCESSO : 03-0851/ 1998
ORIGEM : 01-BRASILIA

R$	600	- Valor apurado em 04/09/1998
(x)	1,20784034	- Coefic. Atualizacao Monetaria
R$	724,7	- Saldo
(x)	1,6013	- Juros de 4/9/1998 ate 8/9/2003
R$	1160,46	- TOTAL Atualizado

PARTE EM BRANCO
Cecília Coliseu Canal
TRT

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 9881b03

Maria Rodrigues Santos
Fls. 110
TRT 10ª Região

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 10ª REGIÃO

Resposta a Solicitação de Bloqueio de Contas

Sua solicitação foi registrada no Banco Central do Brasil às 18:50h do dia 8/9/2003 com o número **2003142875**. Clique aqui para imprimir esta página a fim de guardar este número que deverá ser utilizado para eventuais consultas feitas diretamente ao Banco Central ou para solicitar desbloqueio de contas através deste sistema.

Solicitação de Bloqueio de Contas

Dados do Solicitante

Nome: CARLOS ALBERTO OLIVEIRA SENNA

End. da Unid. Judiciária Solicitante: SHLN QUADRA 516 LOTE 2 CONJ. B BLOCO 1 SALA 11

E-mail: 03JCJGAB@TRT10.GOV.BR	Tribunal: TRIB.REG.TRABALHO-10. REGIAO
Cargo do Solicitante: JUIZ TITULAR DE VARA	Juízo: 3 VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF
Cidade: BRASÍLIA	U.F.: DF

Dados do Processo

Processo: 00851-1998-003-10-00-0

Nome do Interessado: JOSE DOMINGOS FERREIRA SANTOS

Dados para a Solicitação de Bloqueio de Contas

Bloqueio total de todas as contas : Não

O valor a ser bloqueado em cada conta é de até: R$ 1.160,46

(um mil cento e sessenta reais e quarenta e seis centavos)

Não enviar extrato da(s) conta(s) dos envolvidos.

Enviar somente respostas positivas ao Juiz : Sim

As contas serão remuneradas enquanto estiverem bloqueadas : Sim

Prazo para resposta (em dias úteis): 02

Relação de Envolvidos que Serão Bloqueados

00.474.841/0001-30 - URBRAS URBANIZAÇÃO E PREMOLDADOS LTDA

Relação de Contas que Serão Bloqueadas

Nenhuma informação bancária especificada

Localidades atingidas

Nenhuma localidade especificada

Página Principal Encerrar

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 9881b03

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 10ª REGIÃO

Maria Rodrigues Santos
Fls. 111
TRT 10ª Região

Processo nº: 0851-1998-003-10-00-0

CONCLUSÃO

Nesta data faço conclusos os presentes autos ao MM. Juiz do Trabalho.

Brasília, 11 de novembro de 2003 (3ª.feira).

Mauricio Corrêa Peres
Secretário Especializado

Vistos etc.

Aguarde-se por mais 10 dias.

Data supra.

RUBENS CURADO SILVEIRA

Juiz do Trabalho - 3ª Vara /Brasília-DF

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 9881b03

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 10ª REGIÃO

Processo nº: 0851-1998-003-10-00-0

CONCLUSÃO

Nesta data faço conclusos os presentes autos ao MM. Juiz do Trabalho.

Brasília, 24 de novembro de 2003 (2ª.feira).

Mauricio Corrêa Peres
Secretário Especializado

Vistos etc.

Assino ao exeqüente o prazo de 30 (trinta) dias para requerer mais o que entender de direito, sob pena de arquivamento provisório dos autos, o que desde já fica determinado, resguardada a manifestação da parte interessada.

Publique-se.

Data supra.

RUBENS CURADO SILVEIRA
Juiz do Trabalho - 3ª Vara /Brasília-DF

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 9881b03

Maria Rodrigues Santos
Fls. 114
TRT 10ª Região

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 10ª REGIÃO

Processo nº: 851-1998-003-10-00-0

CERTIDÃO

CERTIFICO que no dia 19.1.2004 (2ª feira), decorreu o prazo de 30 dias para o reclamante requerer mais o que entendesse de direito, motivo pelo qual encaminho os presentes autos ao arquivo provisório, conforme determinação de folha 112.

Brasília, 20 de janeiro de 2004 (3ª.feira).

Mauricio Gorrêa Peres
Secretário Especializado

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 9881b03

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 10ª REGIÃO

TRT - 10ª Região
Fls.
Paula Bordon... Rocha

3ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA -DF - Processo nº 851 / 98

CONCLUSÃO:

Faço os autos Conclusos ao(à)Exmo.(a)Sr.(a) Juiz(a), em função **INSPETORA.**
Brasília, 15 de abril de 2005 (6ª feira).

Ana Paula Alencar - Mat.
Técnico Judiciário

DESPACHO:

Vistos e examinados os autos, em inspeção interna:
(X) Processo em ordem, nada a decidir.
( ) Aguarde-se a publicação.
( ) À conclusão.
( ) Cumpra-se o despacho de fls. _____.
( ) Cumpra-se o v. acórdão.
( ) Certifique-se o decurso do prazo de fls. _____.
( ) Aguarde-se o decurso do prazo de fls._____.
( ) Expeça-se alvará judicial.
( ) Expeça-se mandado.
( ) Aguarde-se o retorno do mandado.
( ) Aguarde-se o retorno do SEED.
( ) Aguardem-se as praças designadas.
( ) Aguarde-se o cumprimento do acordo.
( ) Remetam-se os autos ao arquivo provisório.
( ) Remetam-se os autos ao arquivo definitivo.
( ) Oficie-se conforme requerido às fls._____.
( ) Reitere-se o ofício de fls. _____.
( ) Remetam-se os autos à Contadoria Judicial para liquidação/manifestação.
( ) Diga o (a) Autor (a), em 05 (cinco) dias, sobre o contido às fls. _____. Intime-se.
( ) Diga o (a) Reclamado (a), em 05 (cinco) dias, sobre o contido às fls. _____. Intime-se.
( ) Digam as Partes, em 10 (dez) dias, sobre o contido às fls _____. Intime-se.
( ) Baixados do Arquivo Provisório, devolvam-se os autos Arquivo Geral.
( ) Expeça-se o ofício Precatório.
( ) Aguarde-se o pagamento do Precatório.
( ) Subam os autos ao Egrégio TRT - 10ª Região.
( ) Sobrestem-se os autos.
( ) Expeça-se Carta Precatória.
( ) Devolva-se a Carta Precatória.
( ) Diligencie a Secretaria.
Outros:_____

Data Supra.

RUBENS CURADO SILVEIRA
JUIZ DO TRABALHO, EM FUNÇÃO INSPETORA

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 9881b03

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 10ª REGIÃO

TRT - 10º REGIÃO FLS 116

3ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF

Processo nº: 0851 / 1998 .

JUNTADA

Nesta data faço juntada nos presentes autos às fls. 117 / — .

Brasília, 31 de 05 de 2007 (5ª feira).

Elton

p/ Mirian Vilas Boas Fernandes

Diretora de Secretaria

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 9881b03

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 10ª REGIÃO

PUBLICAÇÃO NO D. J DE 05/06/2007

03ª Vara do Trabalho de Brasília/DF

Digitado : 31/05/2007 16:35

Processo : 00851-1998-003-10-00-0
Reclamante: JOSE DOMINGOS FERREIRA SANTOS
Advogado : **MARCELO RIBAS DE AZEVEDO BRAGA**
Reclamado : URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA
Advogado : **JOAQUIM LIMA RIBEIRO**

DESPACHO-Defiro vista ao requerente por 5 dias. Transcorrido o prazo "in albis", retornem-se os autos ao arquivo. Publique-se.

Certidão

Certifico que o(a) r. despacho/decisão acima transcrito(a) foi publicado(a) no Diário da Justiça - Seção III, em 05/06/07, (ª feira), intimação — página 26.

Brasília/DF, 05/06/07

Magaly José de Sena Alves
Assistente

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 9881b03

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 10ª REGIÃO

119

Processo 3ª VT/Brasília-DF 00851-1998-003-10-00-0

CERTIDÃO

Certifico que, em **11/6/2007, 2ª feira**, decorreu o prazo de 5 dias sem manifestação do exeqüente. Cientes à fl. 118.
Brasília - DF, 14 de junho de 2007 (5ª-feira).

LÍVYA MARA FERNANDES DE MEDEIROS
Analista Judiciário

Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 9881b03
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/22060712421052200000030890709?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 22060712421052200000030890709

Fl ____ ____

SANDOVAL JULIANO DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 10º REGIÃO

3ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA
SEPN 513, BLOCO B, LOTES 2/3, SALA T21 - ASA NORTE
70760530 - BRASÍLIA/DF
svt03.brasilia@trt10.jus.br - Telefone: (061) 3348-1575
Atendimento ao público das 9 às 18 horas

Processo Nº 0085100-81.1998.5.10.0003

EXEQUENTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA SANTOS CPF:
EXECUTADO: Urbras Urbanizacao e Premoldados Ltda CNPJ: 00.474.841/0001-30

CERTIDÃO

Certifico que, em 17/01/2012, por determinação do(a) Exmo(a) Juiz(a) do Trabalho THAIS BERNARDES CAMILO ROCHA, desta Vara, foi **Registrada a inclusão no BNDT sem garantia ou suspensão da exigibilidade do débito,** da parte **Urbras Urbanizacao e Premoldados Ltda, CNPJ nº 00.474.841/0001-30,** no sistema de Administração de Processos de 1ª instância - SAP1, no módulo de remessa de dados ao **BNDT** - Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Brasília, 17/01/2012

MIRIAN VILAS BOAS FERNANDES
Diretor(a) de Secretaria

PJe Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 4c6d4a0

VISTO EM INSPEÇÃO EXTRAORDINÁRIA
Por determinação do Exma Juíza Titular desta Vara (Portaria n.º 3/2011, desta 3.ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, disponibilizada no Diário Eletrônico de20/12/2011) foi incluído o devedor no Banco Nacional dos Devedores Trabalhistas - BNDT, na forma da RA do C. TST n.º 1470/2011, de 24/8/2011.
Brasília, 24 / 01 / 2012.
MIRIAN VILAS BOAS FERNANDES
Diretora de Secretaria

Vistos etc.
Examinados os autos em inspeção interna, de 26 a 28/2/2014, e dias 5 a 7/3/2014. Os prazos ficam suspensos, conforme Portaria publicada do DEJT, de 24.01.2014. fls. 55.
Processo em ordem. Nada a decidir.
Brasília, 4 de 3 de 2014 (4ª feira).
LARISSA LIZITA LOBO SILVEIRA
Juíza do Trabalho – 8ª VT-BRASÍLIA/DF

Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 20/06/2022 13:44:02 - 4c6d4a0
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/22060712421066100000030890710?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 22060712421066100000030890710

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
3ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA SANTOS
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA

TERMO DE CONCLUSÃO

Conclusão ao(à) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho feita pelo(a) servidor (a) SANDOVAL JULIANO DA SILVA, em 20 de junho de 2022.

DESPACHO

Vistos.

Trata-se de processo com execução frustrada, sem movimentação desde 2005.

Por frustrados os atos executórios ultimados até o momento, **inclua(m)-se o(s) nome(s) do(s) executado(s) no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas - BNDT.**

Intime-se a parte autora por DEJT, para indicar meios para prosseguimento do feito, **no prazo de 30 dias**, importando o silêncio na remessa dos autos ao arquivo provisório para fins da contagem do prazo de incidência da prescrição intercorrente.

Publique-se.

Expirado o prazo, sem manifestação do exequente, **aguarde-se o fluxo do prazo bienal.**

BRASILIA/DF, 20 de junho de 2022.

FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA
Juiz do Trabalho Titular

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
3ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA SANTOS
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA

Intime-se a parte autora por DEJT, para indicar meios para prosseguimento do feito,**no prazo de 30 dias,** importando o silêncio na remessa dos autos ao arquivo provisório para fins da contagem do prazo de incidência da prescrição intercorrente.

BRASILIA/DF, 24 de junho de 2022. SANDOVAL JULIANO DA SILVA, Assessor

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DA 3ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF

Proc. nº 0085100-81.1998.5.10.0003

JOSÉ DOMINGOS FERREIRA SANTOS, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem a presença de Vossa Excelência, por seus procurador, em atenção ao id bl9cc81, requerer a realização de pesquisa de bens da executada, pelos sistemas disponibilizados por este d. Juízo (SISBAJUD, RENAJUD e INFOJUD) e a penhora online do patrimônio até o limite do débito no valor de R$ 4.144,75 (Quatro mil cento e quarenta e quatro reais e setenta e cinco centavos), conforme planilha em anexo, nos termos do art. 829, § 2º e art. 831 do CPC.

Nestes Termos,
Pede e Deferimento.

Brasília, 15 de junho de 2022

Marcelo Ribas de Azevedo Braga

OAB DF nº 10.180

Atualização Monetária de Débitos Trabalhistas
Valor do Débito Trabalhista R$ 954,

06 Índice de Atualização Monetária para 01/06/20221,251164120

Valor do Débito Trabalhista Atualizado Monetariamente para 01/06/20221

Juros de Mora de 244,7097% computados desde 10/01/2002 e até 01/06/20222

TOTAL GERAL (Principal + Juros de Mora) R$ 4.114,77

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
3ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA SANTOS
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA

TERMO DE CONCLUSÃO

Conclusão ao(à) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho feita pelo(a) servidor(a) SANDOVAL JULIANO DA SILVA, em 01 de julho de 2022.

DESPACHO

Vistos.

Requer o exequente o prosseguimento da execução, com a solicitação de bloqueio de contas do executado.

Defiro o requerimento do exequente.

Atualizem-se os cálculos e proceda-se à solicitação de bloqueio de contas por meio do SISBAJUD, com repetição programada por 30 dias.

BRASILIA/DF, 04 de julho de 2022.

ANGELICA GOMES REZENDE
Juíza do Trabalho Substituta

Assinado eletronicamente por: ANGELICA GOMES REZENDE - Juntado em: 04/07/2022 15:01:04 - 4c9681b
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10 REGIAO:02011574000190
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/22070117314412900000031255021?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 22070117314412900000031255021

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
3ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA SANTOS
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA

TERMO DE CERTIDÃO E CONCLUSÃO

Certifico e dou fé que não foi possível a atualização dos cálculos no sistema de acompanhamento processual SAP 1.

Conclusão ao Exmo. Juiz(a) do Trabalho feita pelo servidor CAROLINE POLY CHRISSANTE, no dia 13/07/2022.

DESPACHO

Vistos.

Diante da certidão supra, determino a remessa dos autos à SECAL para atualização dos cálculos.

Com o retorno dos autos proceda-se à solicitação de bloqueio de contas por meio do SISBAJUD, com repetição programada por 30 dias.

Obtendo-se resultado negativo, intime-se o autor para ciência e para requerer o que entender de direito, no prazo de cinco dias, sob pena de arquivamento provisório do feito, desde já deferido em caso de inércia.

BRASILIA/DF, 13 de julho de 2022.

FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA
Juiz do Trabalho Titular

Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 13/07/2022 16:57:26 - a404c56
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/22071313282469100000031411022?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 22071313282469100000031411022

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
CONTADORIA-BSB/GAMA
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA SANTOS
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA

Meritíssimo Juiz,

Em cumprimento à determinação de Vossa Excelência de Id. a404c56, informamos que procedemos à atualização dos valores liquidados já na plataforma PJE Calc (Consolidação de Cálculo Externo).

O sistema PJE, contudo, tem apresentado erro no momento da assinatura do arquivo .PJC anexado aos autos.

Desta forma, de modo a não gerar maiores embaraços para execução, juntamos aos autos os cálculos em formato .PDF, devidamente atualizados, bem como encaminhamos ao email da Vara o respectivo arquivo .PJC para importação e posteriores atualizações, se necessário.

Respeitosamente,

BRASILIA/DF, 28 de julho de 2022.

MOISES OLIVEIRA DA SILVA
Assessor

PJe-Calc
Sistema de Cálculos Trabalhistas

Processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Cálculo: 74880

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante **JOSE DOMINGOS FERREIRA SANTOS**
Reclamado: **URBRAS - URBANIZAÇÃO E PROMOLDADOS LTDA**
Data Últ. Atualização: **10/01/2002** Data Liquidação: **28/07/2022**

Resumo da Atualização do Cálculo

Descrição do Saldo Devedor por Credor	Valor
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	3.393,13
IRPF DEVIDO PELO RECLAMANTE	0,00
Total Devido Pelo Reclamado	**3.393,13**

Não houve eventos no período compreendido entre a data de liquidação do cálculo e a data de liquidação da atualização.

Critério da Atualização e Fundamentação Legal

1. Valores corrigidos pelo índice 'Tabela Única de Atualização e Conversão de Débitos Trabalhistas', acumulado a partir do mês subsequente ao vencimento, conforme súmula nº 381 do TST. Última taxa 'Tabela Única de Atualização e Conversão de Débitos Trabalhistas' relativa a 30/06/2022.
2. Alíquota de contribuição social empresa fixada em 100% durante todo o período.
3. Contribuições sociais sobre salários devidos calculadas conforme os itens IV e V da Súmula no 368 do TST. Para salários devidos até 04/03/2009, inclusive, sem juros e multa de mora (art. 276, caput, do Decreto nº 3.048/1999). Para salários devidos a partir de 05/03/2009, com juros de mora à taxa SELIC desde a prestação do serviço (art. 43 da Lei nº 8.212/1991).
4. Imposto de renda apurado através da 'tabela progressiva mensal' vigente no mês da liquidação (Art. 12 da Lei nº 7.713/1988).
5. Sem incidência de juros a partir de 10/01/2002.
6. Juros de mora sobre verbas apurados após a dedução da contribuição social devida pelo reclamante.

PJe Assinado eletronicamente por: MOISES OLIVEIRA DA SILVA - Juntado em: 28/07/2022 10:39:09 - a5ee6fa

Processo: 0085100-81.1998.5.10.0003

Cálculo: 74880

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante **JOSE DOMINGOS FERREIRA SANTOS**

Reclamado: **URBRAS - URBANIZAÇÃO E PROMOLDADOS LTDA**

Data Últ. Atualização: **10/01/2002** Data Liquidação: **28/07/2022**

Demonstrativo da Atualização do Cálculo

Saldo Devedor em 28/07/2022

Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Principal Corrigido	-	-	600,00	3,556521760	2.133,91	0,00	2.133,91
Juros de Mora até 10/01/2002	-	-	354,06	3,556521760	1.259,22	0,00	1.259,22
Juros de Mora de 11/01/2002 até 28/07/2022	2.133,91	0,0000%	-	-	0,00	0,00	0,00
Total Parcial					**3.393,13**	**0,00**	**3.393,13**

Descontar dos Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Imposto de Renda devido pelo Reclamante	-	-	-	-	0,00	0,00	0,00
Total Parcial					**0,00**	**0,00**	**0,00**

Demonstrativo de Imposto de Renda

PJe Assinado eletronicamente por: MOISES OLIVEIRA DA SILVA - Juntado em: 28/07/2022 10:39:09 - a5ee6fa

Imposto de Renda Devido sobre Saldo Devedor em: 28/07/2022

Rendimentos recebidos acumuladamente relativos a ano-calendário anterior ao do recebimento - 10/01/2002 a 10/01/2002

Nome: TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA

Verbas	Juros	Quant. de Meses	Contribuição Social	Previdência Privada	Pensão Alimentícia	Honorários	Dependentes	Aposentado > 65 anos	Base	Faixa	Alíquota	Dedução	Devido
0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00

Total Devido	**0,00**

Assinado eletronicamente por: MOISES OLIVEIRA DA SILVA - Juntado em: 28/07/2022 10:39:09 - a5ee6fa
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/22072810390478000000031612416?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 22072810390478000000031612416

Arquivo .PJC referente ao processo 0085100-81.1998.5.10.0003

Moises Oliveira da Silva <moises.silva@trt10.jus.br>
Qui, 28/07/2022 10:31

Para: **svt03.brasilia <svt03.brasilia@trt10.jus.br>**

1 anexos (9 KB)

PROCESSO_00851008119985100003_CALCULO_74880_DATA_28072022_HORA_102806.PJC;

Prezados,

Encaminho arquivo .PJC referente ao processo 0085100-81.1998.5.10.0003, já o arquivo enviado ao PJE apresenta erro no momento da assinatura.
Os cálculos atualizados em formato .PDF já foram juntados ao processo.

Atenciosamente

Moisés Oliveira
Analista Judiciário
Contadoria do TRT da 10ª Região

Assinado eletronicamente por: MOISES OLIVEIRA DA SILVA - Juntado em: 28/07/2022 10:39:09 - b7f880f
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/22072810390488200000031612418?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 22072810390488200000031612418

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

SISBAJUD

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região
3ª VT DE BRASÍLIA

RECIBO DE PROTOCOLAMENTO DE BLOQUEIO DE VALORES

Dados do Bloqueio

Situação da solicitação: **Ordem judicial ainda não disponibilizada para as instituições financeiras**

As ordens judiciais protocoladas até as 19h00min dos dias úteis serão consolidadas, transformadas em arquivos de remessa e disponibilizadas simultaneamente para todas as instituições financeiras até as 23h00min do mesmo dia. As ordens judiciais protocoladas após as 19h00min ou em dias não úteis serão tratadas e disponibilizadas às instituições financeiras no arquivo de remessa do dia útil imediatamente posterior.

Número do protocolo:	20220008478255		
Data/hora de protocolamento:	05/08/2022 16:51		
Número do processo:	0085100-81.1998.5.10.0003		
Juiz solicitante do bloqueio:	FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA		
Tipo/natureza da ação:	Ação Trabalhista		
CPF/CNPJ do autor/exequente da ação:			
Nome do autor/exequente da ação:	JOSE DOMINGOS FERREIRA SANTOS		
Protocolo de bloqueio agendado?	Não		
Repetição programada?	Sim	**Data limite da repetição:**	04/09/2022
Ordem sigilosa?	Não		

Relação dos Réus/Executados

Réu/Executado
00474841000130: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA

Valor a Bloquear
R$ 3.393,13 (três mil e trezentos e noventa e três reais e treze centavos)

Bloquear Conta-Salário? Não

Relação de Contas e Aplicações Financeiras Atingidas

05237 - BCO BRADESCO
/

07341 - ITAÚ UNIBANCO S.A.
/

PJe

Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 05/08/2022 16:52:29 - a6fcaa1
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/22080516522798200000031732465?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 22080516522798200000031732465

Petição e documentos em anexo.

AO DOUTO JUIZO DA 6ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF

Processo nº 0050800-84.1998.5.10.0006

URBRAS URBANIZAÇÃO E PREMOLDADOS LTDA, já qualificada, neste ato representados pela atual inventariante do espólio de Wayne do Carmo Faria, Sra. ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA, brasileira, arquiteta, divorciada, inscrita no RG sob no 247.170 SSP/DF e CPF/MF sob no 145.751.831-72, nascida em 07/05/1954, filha de Wayne do Carmo Faria e Elenita da Valle Faria, SHJB – Condomínio Parque Jardim das Paineiras – Quadra 03, Casa 48 – CEP: 71.680-366 - e-mail: elayfa@uol.com.br, conforme documentação anexa, vem, requerer a habilitação de seus advogados nos autos.

Requer, ainda, que das futuras publicações conste o nome do advogado Luis Gustavo Freitas da Silva, OAB/DF n. 23.371, sob pena de nulidade.

Leandro Pacífico Souza Oliveira
OAB/DF 66.34

Natália Ritter Gomes Santos
OAB/DF 50.477

Assinado eletronicamente por: LEANDRO PACIFICO SOUZA OLIVEIRA - 30/08/2022 09:46:54 - 8d34095
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22083009460497200000032054346
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003 ID. 8d34095 - Pág. 1
Número do documento: 22083009460497200000032054346

P R O C U R A Ç Ã O

OUTORGANTE: **URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 00.474.841/0001-30**,** neste ato, representada por **ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA**, brasileira, arquiteta, divorciada, inscrita no RG sob no 247.170 SSP/DF e CPF/MF sob no 145.751.831-72, nascida em 07/05/1954, filha de Wayne do Carmo Faria e Elenita da Valle Faria, SHJB – Condomínio Parque Jardim das Paineiras – Quadra 03, Casa 48 – CEP: 71.680-366 - e-mail: elayfa@uol.com.br.

OUTORGADOS: **LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA**, inscrito na OAB/DF sob o n. 23.371, e-mail luisgustavo@fdsadvogados.com, **EDILENE ROSSI LACERDA**, inscrita na OAB/DF sob o n. 15.074, e-mail edilene@fdsadvogados.com, e **LEANDRO PACÍFICO SOUZA OLIVEIRA**, inscrito na OAB/DF sob o n. 66.348, e-mail leandro@fdsadvogados.com, advogados do **FREITAS DA SILVA ADVOGADOS**, escritório de advocacia registrado na OAB/DF sob o n. 5275/20-RS, inscrito no Ministério da Economia sob o CNPJ n. 36.360.203/0001-36, com sede no SCS Quadra 01, Bloco H, Edifício Morro Vermelho, 13º andar, Asa Sul, Brasília/DF.

Pelo presente instrumento de mandato, a Outorgante nomeia e constitui seus procuradores os Outorgados acima nomeados, conferindo-lhes os poderes da cláusula ad judicia nos Processos nº 0015600-13.1998.5.10.0007, 0050800-84.1998.5.10.0006, 0085100-81.1998.5.10.0003, 0096700-56.1999.5.10.0006, 0128500-33.1998.5.10.0008 e 0098600-11.1998.5.10.0006, em trâmite na Justiça do Trabalho de Brasília-DF e no Processo nº 0129000-14.1998.5.10.0101 em trâmite na Justiça do Trabalho de Taguatinga-DF, bem como todos os poderes especiais elencados na parte final do artigo 105 do Código de Processo Civil, tais como: confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação e firmar compromisso.

Brasília-DF, 26 de agosto de 2022.

_____

CPF/MF sob no 145.751.831-72

Clicksign e219110c-2412-461f-aafe-faeedb5404fb

Assinado eletronicamente por: LEANDRO PACIFICO SOUZA OLIVEIRA - 30/08/2022 09:46:54 - 3b801f3
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22083009462614800000032054351
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003 ID. 3b801f3 - Pág. 1
Número do documento: 22083009462614800000032054351

Clicksign

Datas e horários em GMT -03:00 Brasilia
Log gerado em 28 de agosto de 2022. Versão v1.15.0.

Procuração Elayne 2 (URBRAS).pdf

Documento número #e219110c-2412-461f-aafe-faeedb5404fb

Hash do documento original (SHA256): 37084cd390b2f5a410f717173ff5bae91585c3d47a4c7704b840ef47ba4369d4

Assinaturas

Elayne Maria do Carmo Faria
CPF: 145.751.831-72
Assinou como parte em 28 ago 2022 às 14:09:41

Log

26 ago 2022, 14:45:56	Operador com email gabriely@fdsadvogados.com na Conta 971951e3-470c-4d3b-af29-29fe210db6e1 criou este documento número e219110c-2412-461f-aafe-faeedb5404fb. Data limite para assinatura do documento: 25 de setembro de 2022 (14:45). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
26 ago 2022, 14:45:57	Operador com email gabriely@fdsadvogados.com na Conta 971951e3-470c-4d3b-af29-29fe210db6e1 adicionou à Lista de Assinatura: elayfa@uol.com.br para assinar como parte, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Elayne Maria do Carmo Faria e CPF 145.751.831-72.
28 ago 2022, 14:09:41	Elayne Maria do Carmo Faria assinou como parte. Pontos de autenticação: Token via E-mail elayfa@uol.com.br. CPF informado: 145.751.831-72. IP: 177.72.57.40. Componente de assinatura versão 1.348.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
28 ago 2022, 14:09:41	Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número e219110c-2412-461f-aafe-faeedb5404fb.

ICP Brasil

Documento assinado com validade jurídica.
Para conferir a validade, acesse https://validador.clicksign.com e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.
As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº e219110c-2412-461f-aafe-faeedb5404fb, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.

PJe
Assinado eletronicamente por: LEANDRO PACIFICO SOUZA OLIVEIRA - 30/08/2022 09:46:54 - 3b801f3
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22083009462614800000032054351
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003 ID. 3b801f3 - Pág. 2
Número do documento: 22083009462614800000032054351

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
53200093511	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Nome: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

DFN2182815931

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
		021	1	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
		2001	1	ENTRADA DE SOCIO/ADMINISTRADOR
		2017	1	ESPOLIO

BRASILIA
Local

30 Agosto 2021
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____ ☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1726330 em 31/08/2021 da Empresa URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA, CNPJ 00474841000130 e protocolo DFN2182815931 - 27/08/2021. Autenticação: 27F0D0B192DCCC1512639326 91C5EB828A647716. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 21/114.079-1 e o código de segurança COxQ
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/08/2021 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.
MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO SECRETÁRIO GERAL

Assinado eletronicamente por: LEANDRO PACIFICO SOUZA OLIVEIRA - 30/08/2022 09:46:54 - db71a8f
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22083009463947600000032054355
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003 ID. db71a8f - Pág. 1
Número do documento: 22083009463947600000032054355

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/114.079-1	DFN2182815931	27/08/2021

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
145.751.831-72	ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA	30/08/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		

VENTVRIS VENTIS

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1726330 em 31/08/2021 da Empresa URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA, CNPJ 00474841000130 e protocolo DFN2182815931 - 27/08/2021. Autenticação: 27F0D0B192DCCC1512639326 91C5EB828A647716. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 21/114.079-1 e o código de segurança COxQ
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/08/2021 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.
MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO SECRETÁRIO GERAL

Assinado eletronicamente por: LEANDRO PACIFICO SOUZA OLIVEIRA - 30/08/2022 09:46:54 - db71a8f
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22083009463947600000032054355
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003 ID. db71a8f - Pág. 2
Número do documento: 22083009463947600000032054355

URBRÁS – URBANIZAÇÃO E PREMOLDADOS LTDA

QUADRAGÉSIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA

CNPJ N.º 00.474.841/0001-30

NIRE 5320009351-1

WAYNE DO CARMO FARIA, brasileiro, separado judicialmente, industrial, residente e domiciliado na SQN 107 BLOCO "B" APTO 402 – ASA NORTE – CEP.: 70.743.020 - BRASILIA/DF., portadora da Carteira de Identidade n.º 098.965, expedida pela SSP/DF em 02.02.1978 e CPF n.º 000.273.911-91, neste ato representado pela inventariante e administradora designada **ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA**, brasileira, divorciada, arquiteta, nascida em 07.05.1954, filha de Wayne do Carmo Faria de Elenita do Valle Faria, portadora do RG: 247.170 SSP/DF e CPF: 145.751.831-72, residente e domiciliada ao Condomínio Parque Jardim das Paineiras – Quadra 03 Casa 48 CEP: 71.680-366 e-mail: elayfa@uol.com.br e **IRFASA S/A – CONSTRUÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO,** com sede e foro nesta cidade de Brasília/DF., SIA TRECHO 04 Nº 930 – CEP.: 71.200-040 – BRASILIA/DF, inscrita no CGC sob o nº 00.023.150/0001-10, com Estatuto social na JCDF, sob o nº 53.30000019-1, por despacho de 19.09.1961, neste ato representado pela inventariante e administradora designada **ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA**, já qualificada, únicos sócios da empresa **URBRÁS – URBANIZAÇÃO E PREMOLDADOS LTDA.**, com sede e foro na Fazenda Sobradinho, Rodovia DF-150, KM 5,5 – CEP.: 73.150-100 - SOBRADINHO/DF, com Contrato Social arquivado na JCDF sob o nº 53 20009351-1, por despacho de 28.12.1976 e demais alterações, resolvem de comum acordo, adaptar e alterar seu contrato social, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A administração e a representação ativa ou passiva da sociedade, judicial ou extrajudicialmente, caberão ao representante legal do espolio de Wayne Faria do Carmo, e administradora da IRFASA, **ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA**, que assumirá o cargo de Administradora da Sociedade, ante a titularidade de Inventariante,

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1726330 em 31/08/2021 da Empresa URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA, CNPJ 00474841000130 e protocolo DFN2182815931 - 27/08/2021. Autenticação: 27F0D0B192DCCC151263932691C5EB828A647716. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 21/114.079-1 e o código de segurança COxQ
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/08/2021 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.
MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO SECRETÁRIO GERAL

Assinado eletronicamente por: LEANDRO PACIFICO SOUZA OLIVEIRA - 30/08/2022 09:46:54 - db71a8f
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22083009463947600000032054355
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003 ID. db71a8f - Pág. 3
Número do documento: 22083009463947600000032054355

representante legal do Espolio de Wayne do Carmo Faria, Irfasa S/A, e Herdeira Testamentaria, conforme os autos da ação de Inventario, processo nº 017. 01.1.039889-5 e do termo de Compromisso de Inventariante em nome da Sra. Elayne Maria do Carmo, atos estes em consonância com o artigo 617, inciso I Código de Processo Civil Brasileiro.

Parágrafo Primeiro:

A representante legal não poderá onerar ou alienar bens imóveis da sociedade sem autorização judicial.

Parágrafo Segundo:

A administradora não poderá conceder aval de favor que não esteja relacionado com o objeto social, exceto aquele dado em favor dos sócios quotista ou empresas coligada.

Parágrafo Terceiro:

A administradora poderá a qualquer tempo constituir procuradores com poderes específicos e definidos, não podendo o mandato ter prazo de validade superir a 1 ano.

CLÁUSULA SEGUNDA

Exonera inventariante anterior Sra. Lina Josefina de Castro Almendra, brasileira, solteira, empresaria, portadora da Carteira de Identidade nº. 454.546 expedida pelo SSP/DF EM 25.05.1976 e do CPF nº. 152.904.681-53, nascida 18.04.1959, filha de Glasdstone Lima Almendra e Maria Neile de Castro Almendra, com endereço estabelecido no Setor Hoteleiro Norte SHN, Qd 05, Bloco c Apto 11-A.

CLAUSULA TERCEIRA

A administradora nomeada declara, sob penas da Lei, que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar; de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLAUSULA QUARTA

Tendo em vista a Legislação Atual, CONSOLIDA-SE o contrato social e alterações, com a seguinte redação:

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1726330 em 31/08/2021 da Empresa URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA, CNPJ 00474841000130 e protocolo DFN2182815931 - 27/08/2021. Autenticação: 27F0D0B192DCCC151263932691C5EB828A647716. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 21/114.079-1 e o código de segurança COxQ
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/08/2021 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.
MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO SECRETÁRIO GERAL

Assinado eletronicamente por: LEANDRO PACIFICO SOUZA OLIVEIRA - 30/08/2022 09:46:54 - db71a8f
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22083009463947600000032054355
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003 ID. db71a8f - Pág. 4
Número do documento: 22083009463947600000032054355

NOME EMPRESARIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA: A denominação social é: **URBRÁS – URBANIZAÇÃO E PREMOLDADOS LTDA.**

SEDE

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade tem sede e foro na cidade de Brasília – DF, à **FAZENDA SOBRADINHO, RODOVIA DF-150, KM 5,5 – CEP.: 73.150-100 - SOBRADINHO/DF.**

FILIAIS E OUTRAS DEPENDÊNCIAS

CLÁUSULA TERCEIRA: A sociedade tem filiais nos:

- **RUA MARIA JULIA Nº 12, BOM JARDIM – CEP.: 60.545-040 - FORTALEZA/CE e**
- **RUA 24 DE MAIO, Nº 35, 13º ANDAR, CONJ. 1310 – CENTRO – CEP.: 01.041-001 - SÃO PAULO/SP,** podendo abrir filiais em qualquer parte do Território Nacional.

PRAZO DE DURAÇÃO E TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL

CLÁUSULA QUARTA: A sociedade iniciou suas atividades em 31 de dezembro de 1976, com prazo de duração indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA: A sociedade tem por objetivo social: Incorporação Compra e Venda de Imóveis Residenciais.

CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA SEXTA: O capital social é de R$ 18.698.764,00 (dezoito milhões, seiscentos e noventa e oito mil, setecentos e sessenta e quatro reais), divididos em 18.698.764quotas, no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente do país, ficando assim distribuído entre os sócios:

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1726330 em 31/08/2021 da Empresa URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA, CNPJ 00474841000130 e protocolo DFN2182815931 - 27/08/2021. Autenticação: 27F0D0B192DCCC151263932691C5EB828A647716. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 21/114.079-1 e o código de segurança COxQ
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/08/2021 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.
MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO SECRETÁRIO GERAL

Assinado eletronicamente por: LEANDRO PACIFICO SOUZA OLIVEIRA - 30/08/2022 09:46:54 - db71a8f
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22083009463947600000032054355
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003 ID. db71a8f - Pág. 5
Número do documento: 22083009463947600000032054355

IRFASA S/A CONST. IND. E COMERCIO LTDA.	15.103.175 QUOTAS	R$ 15.103.175,00
WAYNE DO CARMO FARIA	3.595.589 QUOTAS	R$ 3.595.589,00
TOTAL	**18.698.764 QUOTAS**	**R$ 18.698.674,00**

PARÁGRAFO ÚNICO: A filial na Rua Maria Julia nº 12, Bairro Bom Jardim, Fortaleza-CE, com capital de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), e a Filial localizada à Rua 24 de maio, nº 35, 13º andar, Conj. 1310 – Centro – São Paulo/DF com capital de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

CLÁUSULA SÉTIMA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização social.

ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

CLÁUSULA OITAVA: A administração e a representação ativa ou passiva da sociedade, judicial ou extrajudicialmente, caberão ao representante legal do espolio de Wayne Faria do Carmo, titular da IRFASA, Nomear Sr (a). **ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA**, brasileira, divorciada, arquiteta, nascida em 07.05.1954, filha de Wayne do Carmo Faria de Elenita do Valle Faria, portadora do RG: 247.170 SSP/DF e CPF: 145.751.831-72, residente e domiciliada ao Condomínio Parque Jardim das Paineiras – Quadra 03 Casa 48 CEP: 71.680-366 e-mail: elayfa@uol.com.br, que assumirá o cargo de Administradora da Empresa, ante a titularidade de Inventariante, representante legal do Espolio de Wayne do Carmo Faria, Irfasa S/A, SABEP S/A, e Herdeira Testamentaria, conforme os autos da ação de Inventario, processo nº 017. 01.1.039889-5 e do termo de Compromisso de Inventariante em nome da Sra. Elayne Maria do Carmo, atos estes em consonância com o artigo 617, inciso I Código de Processo Civil Brasileiro.

Parágrafo Primeiro:

A representante legal não poderá onerar ou alienar bens imóveis da sociedade sem autorização judicial.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1726330 em 31/08/2021 da Empresa URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA, CNPJ 00474841000130 e protocolo DFN2182815931 - 27/08/2021. Autenticação: 27F0D0B192DCCC151263932691C5EB828A647716. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 21/114.079-1 e o código de segurança COxQ
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/08/2021 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.
MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO SECRETÁRIO GERAL

Assinado eletronicamente por: LEANDRO PACIFICO SOUZA OLIVEIRA - 30/08/2022 09:46:54 - db71a8f
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22083009463947600000032054355
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003 ID. db71a8f - Pág. 6
Número do documento: 22083009463947600000032054355

Parágrafo Segundo:

A administradora não poderá conceder aval de favor que não esteja relacionado com o objeto social, exceto aquele dado em favor dos sócios quotista ou empresas coligada.

Parágrafo Terceiro:

A administradora poderá a qualquer tempo constituir procuradores com poderes específicos e definidos, não podendo o mandato ter prazo de validade superir a 1 ano.

ADMINISTRADORES NÃO SÓCIOS

CLÁUSULA NONA: Os sócios poderão de comum acordo e a qualquer tempo designar administradores não sócios. A designação do mesmo dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e de dois terços, no mínimo, após a integralização.

CONTA CORRENTE E CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS

CLÁUSULA DÉCIMA: A abertura de conta corrente e a contratação de empréstimos bancários ou não, será de responsabilidade do sócio administrador.

PRÓ – LABORE

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Os sócios poderão de comum acordo e a qualquer tempo, fixar uma retirada mensal pelo exercício da administração, a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentadas pertinentes.

EXERCÍCIO SOCIAL

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: O exercício social respeitará o ano calendário.

LUCROS E/OU PREJUÍZOS

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1726330 em 31/08/2021 da Empresa URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA, CNPJ 00474841000130 e protocolo DFN2182815931 - 27/08/2021. Autenticação: 27F0D0B192DCCC151263932691C5EB828A647716. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 21/114.079-1 e o código de segurança COxQ
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/08/2021 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.
MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO SECRETÁRIO GERAL

Assinado eletronicamente por: LEANDRO PACIFICO SOUZA OLIVEIRA - 30/08/2022 09:46:54 - db71a8f
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22083009463947600000032054355
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003 ID. db71a8f - Pág. 7
Número do documento: 22083009463947600000032054355

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Os resultados do exercício serão apurados mensalmente, no dia 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas cotas, os lucros ou perdas apurados.

PARÁGRAFO ÚNICO: Nos quatros meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador (es) quando for o caso.

DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Falecendo ou interdito qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado;

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os valores pertencentes ao sócio retirante, interdito ou aos herdeiros legais, serão pagos a quem de direito em 18 (dezoito) parcelas mensais iguais e sucessivas, vencendo a primeira 60 (sessenta) dias após o evento;

PARÁGRAFO SEGUNDO: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seus sócios;

CESSÃO DAS QUOTAS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Qualquer que seja a alteração contratual, nela deverá constar as assinaturas de todos os sócios ou, conforme o caso, dos respectivos herdeiros ou inventariantes, dos sucessores ou representantes legais;

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1726330 em 31/08/2021 da Empresa URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA, CNPJ 00474841000130 e protocolo DFN2182815931 - 27/08/2021. Autenticação: 27F0D0B192DCCC151263932691C5EB828A647716. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 21/114.079-1 e o código de segurança COxQ
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/08/2021 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.
MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO SECRETÁRIO GERAL

Assinado eletronicamente por: LEANDRO PACIFICO SOUZA OLIVEIRA - 30/08/2022 09:46:54 - db71a8f
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22083009463947600000032054355
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003 ID. db71a8f - Pág. 8
Número do documento: 22083009463947600000032054355

PARÁGRAFO ÚNICO: Quando as deliberações não forem tomadas por todos os sócios e o número de sócios da sociedade não exceder a 10, deverão ser formalizadas em Ata de Reunião de sócios.

DECLARAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: A administradora declara, sob penas da Lei, que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar; de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

FORO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: O foro, eleito de comum acordo pelos sócios para dirimir dúvidas ou questões oriundas da presente alteração, é o de Brasília – DF.

E, por estarem justos e contratados, assinam a presente alteração em única via.

Brasília - DF, 03 de março de 2021.

ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA
Representante legal de IRFASA S.A.

ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA
Inventariante legal Wayne Faria do Carmo.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1726330 em 31/08/2021 da Empresa URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA, CNPJ 00474841000130 e protocolo DFN2182815931 - 27/08/2021. Autenticação: 27F0D0B192DCCC151263932691C5EB828A647716. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 21/114.079-1 e o código de segurança COxQ
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/08/2021 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.
MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO SECRETÁRIO GERAL

Assinado eletronicamente por: LEANDRO PACIFICO SOUZA OLIVEIRA - 30/08/2022 09:46:54 - db71a8f
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22083009463947600000032054355
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003 ID. db71a8f - Pág. 9
Número do documento: 22083009463947600000032054355

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/114.079-1	DFN2182815931	27/08/2021

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
145.751.831-72	ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA	30/08/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		

VENTVRIS VENTIS

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1726330 em 31/08/2021 da Empresa URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA, CNPJ 00474841000130 e protocolo DFN2182815931 - 27/08/2021. Autenticação: 27F0D0B192DCCC1512639326 91C5EB828A647716. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 21/114.079-1 e o código de segurança COxQ
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/08/2021 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.
MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO SECRETÁRIO GERAL

Assinado eletronicamente por: LEANDRO PACIFICO SOUZA OLIVEIRA - 30/08/2022 09:46:54 - db71a8f
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22083009463947600000032054355
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003 ID. db71a8f - Pág. 10
Número do documento: 22083009463947600000032054355

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DO DOCUMENTO PRINCIPAL
REGISTRO DIGITAL

Eu, ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA , BRASILEIRA, DIVORCIADO, ARQUITETA, DATA DE NASCIMENTO 07/05/1954, RG Nº 247170 SSP-DF, CPF 145.751.831-72, CONDOMINIO PARQUE JARDIM DAS PAINEIRAS, Nº SN, QD 03 CASA48, BAIRRO SETOR HABITACIONAL JARDIM BOTANICO, CEP 71680-366, BRASILIA - DF, DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, que os documentos apresentados digitalizados ao presente protocolo de registro digital na Junta Comercial, sem possibilidade de validação digital, SÃO VERDADEIROS E CONFEREM COM OS RESPECTIVOS ORIGINAIS.

Brasilia, 30 de agosto de 2021.

ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA
Assinado digitalmente por certificação A3

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1726330 em 31/08/2021 da Empresa URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA, CNPJ 00474841000130 e protocolo DFN2182815931 - 27/08/2021. Autenticação: 27F0D0B192DCCC1512639326 91C5EB828A647716. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 21/114.079-1 e o código de segurança COxQ
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/08/2021 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.
MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO SECRETÁRIO GERAL

Assinado eletronicamente por: LEANDRO PACIFICO SOUZA OLIVEIRA - 30/08/2022 09:46:54 - db71a8f
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22083009463947600000032054355
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003 ID. db71a8f - Pág. 11
Número do documento: 22083009463947600000032054355

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
PJe - Processo Judicial Eletrônico

05/07/2021

Número: **0008596-08.2017.8.07.0001**

Classe: **INVENTÁRIO**
Órgão julgador: **1ª Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília**
Última distribuição : **27/08/2019**
Valor da causa: **R$ 100.000,00**
Processo referência: **0008596-08.2017.8.07.0001**
Assuntos: **Inventário e Partilha**
Objeto do processo: **SISTJ**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
EDA MARIA DO CARMO FARIA (REQUERENTE)	
	THAYZIA GRAZIELLE CARVALHO TEIXEIRA (ADVOGADO) LEONIDAS ALVES TEIXEIRA FILHO (ADVOGADO)
ELENI MARIA FARIA (REQUERENTE)	
	THAYZIA GRAZIELLE CARVALHO TEIXEIRA (ADVOGADO) LEONIDAS ALVES TEIXEIRA FILHO (ADVOGADO)
JULIANA DE CASTRO ALMENDRA FARIA (REQUERENTE)	
	EDNA APARECIDA MARQUES (ADVOGADO) MARCOS TOMASINI (ADVOGADO)
LINA JOSEFINA DE CASTRO ALMENDRA (REQUERENTE)	
	EDNA APARECIDA MARQUES (ADVOGADO) MARCOS TOMASINI (ADVOGADO)
ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA (REQUERENTE)	
	THAYZIA GRAZIELLE CARVALHO TEIXEIRA (ADVOGADO) LEONIDAS ALVES TEIXEIRA FILHO (ADVOGADO)
WAYNE DO CARMO FARIA (INVENTARIADO(A))	

Outros participantes	
JOSE CARLOS GOMES (INTERESSADO)	
	JOMAR ALVES MORENO (ADVOGADO)
ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA (INVENTARIANTE)	
	THAYZIA GRAZIELLE CARVALHO TEIXEIRA (ADVOGADO) LEONIDAS ALVES TEIXEIRA FILHO (ADVOGADO)

Documentos

Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
85059881	03/03/2021 15:08	Decisão	Decisão

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1726330 em 31/08/2021 da Empresa URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA, CNPJ 00474841000130 e protocolo DFN2182815931 - 27/08/2021. Autenticação: 27F0D0B192DCCC151263932691C5EB828A647716. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 21/114.079-1 e o código de segurança COxQ
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/08/2021 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.
MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO SECRETÁRIO GERAL

Assinado eletronicamente por: LEANDRO PACIFICO SOUZA OLIVEIRA - 30/08/2022 09:46:54 - db71a8f
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22083009463947600000032054355
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003 ID. db71a8f - Pág. 12
Número do documento: 22083009463947600000032054355

TJDFT

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

1VAOFSUBSB
1ª Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília

Número do processo: 0008596-08.2017.8.07.0001

Classe judicial: INVENTÁRIO (39)

REQUERENTE: EDA MARIA DO CARMO FARIA, ELENI MARIA FARIA, ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA, JULIANA DE CASTRO ALMENDRA FARIA, LINA JOSEFINA DE CASTRO ALMENDRA

INVENTARIADO(A): WAYNE DO CARMO FARIA

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA - FORÇA DE OFÍCIO

Diante da concordância de todos os herdeiros, REMOVO Lina Josefina de Castro Almendra do cargo de inventariante e NOMEIO em seu lugar ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA. Expeça-se termo de compromisso.

Quanto ao valor referente à execução da divida hipotecária, em sendo o imóvel de propriedade da pessoa jurídica, somente poderá ser transferido para este juizo eventual crédito em favor do falecido.

OFICIE-SE a 2ª. Vara de Fazenda Pública do DF, referente ao processo 0002537-34.1999-8.07.0001, para solicitar a transferência de eventual crédito em favor do Espólio de WAYNE DO CARMO FARIA para uma conta judicial vinculada a este juízo e processo.

Para a alienação de cotas e ações de titularidade do falecido, deverá a inventariante indicar os valores de avaliação ou juntar proposta de compra. Após, serão ouvidos os herdeiros quanto à venda e respectivo valor.

Por medida de celeridade e de economia processuais, a presente decisão TEM FORÇA DE OFÍCIO.

Documento datado e assinado eletronicamente conforme certificação digital.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1726330 em 31/08/2021 da Empresa URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA, CNPJ 00474841000130 e protocolo DFN2182815931 - 27/08/2021. Autenticação: 27F0D0B192DCCC151263932691C5EB828A647716. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 21/114.079-1 e o código de segurança COxQ
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/08/2021 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.
MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO SECRETÁRIO GERAL

Assinado eletronicamente por: LEANDRO PACIFICO SOUZA OLIVEIRA - 30/08/2022 09:46:54 - db71a8f
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22083009463947600000032054355
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003 ID. db71a8f - Pág. 13
Número do documento: 22083009463947600000032054355

TJDFT

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

1ª Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília
Fórum Des. Milton Sebastião Barbosa, Bloco B, 4º Andar, Ala A, sala 403,
Praça Municipal Brasília/DF, CEP: 70094-900
Telefone: (61) 3103-7322, Fax: (61) 3103-0302, 01vorfaos.bsb@tjdft.jus.br
Horário de atendimento: 12h00 às 19h00

TERMO DE INVENTARIANTE

Processo nº 0008596-08.2017.8.07.0001

Nos termos do artigo 617, do Código de Processo Civil, e da decisão proferida pela MMª Juíza de Direito, Dra. LUCIANA MARIA PIMENTEL GARCIA, fica nomeada inventariante, ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA, CPF 145.751.831-72, em razão do falecimento de WAYNE DO CARMO FARIA, CPF 000.273.911-91, aceitando o compromisso legal e prometendo cumprir o seu encargo, sem dolo nem malícia, sob as penas da lei. Saliente-se que a inventariante tem poderes para SOLICITAÇÃO DIRETA de declaração de imposto de renda e extratos bancários vinculados à pessoa inventariada (art. 618, inciso I do CPC). RESSALVA: os poderes de representação do espólio NÃO abrangem a alienação de bens de qualquer espécie, transação, pagamento de dívidas extraordinárias ou realização de despesas para melhoramento dos bens do espólio, razão pela qual tais medidas necessitam de autorização judicial (art. 619 do CPC). A inventariante **fica ciente de que APÓS O TERMO DE COMPROMISSO SER ASSINADO ELETRONICAMENTE, O ADVOGADO DA PARTE DEVERÁ ACOSTAR AOS AUTOS, NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS, UMA VIA DO TERMO DEVIDAMENTE DATADO E SUBSCRITO PELO COMPROMISSADO**. Tudo em conformidade com os autos da ação de **Inventário**, processo nº 0008596-08.2017.8.07.0001, ajuizada por EDA MARIA DO CARMO FARIA e outros. Eu, VANESSA DE MIRANDA ALVES SOARES, Diretora de Secretaria, confiro o presente e encaminho para assinatura digital da MMª Juíza de Direito desta serventia, Drª LUCIANA MARIA PIMENTEL GARCIA.
Brasília/DF, 4 de março de 2021.

ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA
Inventariante

Digitalizado com CamScanner

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1726330 em 31/08/2021 da Empresa URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA, CNPJ 00474841000130 e protocolo DFN2182815931 - 27/08/2021. Autenticação: 27F0D0B192DCCC151263932691C5EB828A647716. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 21/114.079-1 e o código de segurança COxQ
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/08/2021 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.
MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO SECRETÁRIO GERAL
pág. 14/19

Assinado eletronicamente por: LEANDRO PACIFICO SOUZA OLIVEIRA - 30/08/2022 09:46:54 - db71a8f
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22083009463947600000032054355
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003 ID. db71a8f - Pág. 14
Número do documento: 22083009463947600000032054355

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/114.079-1	DFN2182815931	27/08/2021

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
145.751.831-72	ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA	30/08/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1726330 em 31/08/2021 da Empresa URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA, CNPJ 00474841000130 e protocolo DFN2182815931 - 27/08/2021. Autenticação: 27F0D0B192DCCC1512639326 91C5EB828A647716. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 21/114.079-1 e o código de segurança COxQ
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/08/2021 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

Assinado eletronicamente por: LEANDRO PACIFICO SOUZA OLIVEIRA - 30/08/2022 09:46:54 - db71a8f
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22083009463947600000032054355
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003 ID. db71a8f - Pág. 15
Número do documento: 22083009463947600000032054355

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DO(S) DOCUMENTO(S) ANEXO(S)
REGISTRO DIGITAL

Eu, ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA , BRASILEIRA, DIVORCIADO, ARQUITETA, DATA DE NASCIMENTO 07/05/1954, RG Nº 247170 SSP-DF, CPF 145.751.831-72, CONDOMINIO PARQUE JARDIM DAS PAINEIRAS, Nº SN, QD 03 CASA 48, BAIRRO SETOR HABITACIONAL JARDIM BOTANICO, CEP 71680-366, BRASILIA - DF, DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, que os documentos apresentados digitalizados ao presente protocolo de registro digital na Junta Comercial, sem possibilidade de validação digital, SÃO VERDADEIROS E CONFEREM COM OS RESPECTIVOS ORIGINAIS.

Brasilia, 30 de agosto de 2021.

ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA
Assinado digitalmente por certificação A3

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1726330 em 31/08/2021 da Empresa URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA, CNPJ 00474841000130 e protocolo DFN2182815931 - 27/08/2021. Autenticação: 27F0D0B192DCCC1512639326 91C5EB828A647716. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 21/114.079-1 e o código de segurança COxQ
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/08/2021 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.
MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO SECRETÁRIO GERAL

Assinado eletronicamente por: LEANDRO PACIFICO SOUZA OLIVEIRA - 30/08/2022 09:46:54 - db71a8f
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22083009463947600000032054355
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003 ID. db71a8f - Pág. 16
Número do documento: 22083009463947600000032054355

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA, de CNPJ 00.474.841/0001-30 e protocolado sob o número 21/114.079-1 em 27/08/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1726330, em 31/08/2021. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador CAMILA MOUTINHO DE OLIVEIRA.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, Maxmiliam Patriota Carneiro. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucis.df.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
145.751.831-72	ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA	30/08/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
145.751.831-72	ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA	30/08/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		

Anexo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
145.751.831-72	ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA	30/08/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		

Declaração Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
145.751.831-72	ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA	30/08/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucisdf informando o número do protocolo 21/114.079-1.

Assinado eletronicamente por: LEANDRO PACIFICO SOUZA OLIVEIRA - 30/08/2022 09:46:54 - db71a8f
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22083009463947600000032054355
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003 ID. db71a8f - Pág. 17
Número do documento: 22083009463947600000032054355

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Declaração Documento(s) Anexo(s)

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
145.751.831-72	ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA	30/08/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 31/08/2021

SRM

Documento assinado eletronicamente por CAMILA MOUTINHO DE OLIVEIRA, Servidor(a) Público(a), em 31/08/2021, às 08:38.

VENTVRIS VENTIS

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucisdf informando o número do protocolo 21/114.079-1.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
702.261.211-00	MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO

Brasília. terça-feira, 31 de agosto de 2021

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1726330 em 31/08/2021 da Empresa URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA, CNPJ 00474841000130 e protocolo DFN2182815931 - 27/08/2021. Autenticação: 27F0D0B192DCCC1512639326 91C5EB828A647716. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 21/114.079-1 e o código de segurança COxQ
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/08/2021 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.
MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO SECRETÁRIO GERAL

Assinado eletronicamente por: LEANDRO PACIFICO SOUZA OLIVEIRA - 30/08/2022 09:46:54 - db71a8f
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22083009463947600000032054355
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003 ID. db71a8f - Pág. 19
Número do documento: 22083009463947600000032054355

AO DOUTO JUIZO DA 3ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF

Processo nº 0085100-81.1998.5.10.0003

URBRAS URBANIZAÇÃO E PREMOLDADOS LTDA, vem, por intermédio de seus advogados constituídos, demonstrar e requerer o que se segue.

I - DO COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO

Inicialmente, a Reclamada informa a ocorrência do falecimento do Sr. Wayne do Carmo Faria ex-proprietário da empresa. Esclarece-se que os patronos signatários tomaram conhecimento da presente demanda, pois foram contratados recentemente pela inventariante, Sra. Elayne Maria do Carmo Faria para cuidar do espólio do seu genitor, a fim de que se organize a situação de possíveis passivos e ativos dos bens do *de cujus*.

Ademais, esclarece-se que, conforme demonstram os documentos anexos à habilitação dos patronos que ora peticionam, a Sra. Elayne não participava das empresas antes do falecimento de seu genitor, bem como, interfere no presente processo unicamente como representante das empresas executadas, inventariante e herdeira administradora dos bens do espólio do Sr. Wayne do Carmo Faria, motivo pelo qual, não há que se falar em desconsideração da personalidade jurídica das executadas para buscar atingir os bens pessoais da inventariante.

II. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA – EXTINÇÃO DO FEITO

Pois bem, compulsando os autos, verifica-se que há motivação suficiente para a extinção do

Assinado eletronicamente por: LEANDRO PACIFICO SOUZA OLIVEIRA - 30/08/2022 09:48:41 - c3e1caf
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22083009475354800000032054386
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003 ID. c3e1caf - Pág. 1
Número do documento: 22083009475354800000032054386

processo e seu arquivamento definitivo, conforme se passa a demonstrar.

Em análise aos autos físicos digitalizados, verifica-se a ausência das folhas subsequentes à 119, datada de 11/06/2007. Note-se, há apenas a certidão de decurso de prazo para manifestação do exequente e a movimentação seguinte ocorreu somente após 5 anos, com a certidão de inclusão do débito no BNDT.

Embora não seja possível aferir pela digitalização se houve mais peças processuais juntadas aos autos físicos, apenas pela análise dos andamentos dos autos físicos pode-se chegar à conclusão de extinção do feito. Isso porque, em 06/11/2020 a tramitação processual foi convertida do meio físico para o meio eletrônico. Contudo, observa-se que, na consulta aos andamentos processuais, há os seguintes andamentos processuais:

07/06/2022	**Arquivado definitivamente**
28/09/2021	Recebidos os autos
11/02/2021	**Remetidos os autos para digitalização**
18/01/2021	Recebidos os autos
15/01/2021	**Desarquivados os autos**
14/01/2021	Requisição de autos/mandado de Arquivo Geral
10/11/2020	**Convertida a tramitação do processo do meio físico para o eletrônico**
10/11/2020	Extinta a execução ou o cumprimento da sentença
10/11/2020	**Registrada a exclusão no BNDT**
10/11/2020	Determinada a exclusão no BNDT
03/11/2020	**Juntado(a) Certidão Eletrônica Resumida de Tramitação Processual**
01/10/2020	Juntado(a) Certidão Eletrônica Resumida de Tramitação Processual
25/03/2014	**Arquivados os autos provisoriamente**
25/03/2014	Processo suspenso por execução frustrada

Na imagem, pode-se observar o andamento "*10/11/2020: extinta a execução ou o cumprimento da sentença"* e *"Determinada a exclusão do BNDT".*

É dizer, este é um processo que se manteve inerte durante 15 anos e agora está sendo

Assinado eletronicamente por: LEANDRO PACIFICO SOUZA OLIVEIRA - 30/08/2022 09:48:41 - c3e1caf
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22083009475354800000032054386
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003 ID. c3e1caf - Pág. 2
Número do documento: 22083009475354800000032054386

impulsionado indevidamente.

A extinção se justifica pela ocorrência da prescrição intercorrente nos presentes autos. Isso porque o exequente deixou de cumprir decisão judicial, bem como, se passaram mais de dois anos deste descumprimento.

De acordo com o Professor Enoque Ribeiro dos Santos, há possibilidade de ocorrer a prescrição no curso do processo executivo trabalhista, *in verbis:*

> Prescrição intercorrente pode surgir no curso do processo executivo, caso a parte interessada não realize os atos a ela competentes. Em outras palavras, se o credor não movimentar o processo, praticando atos que lhe são exclusivos, no lapso temporal equivalente ao prazo de prescrição da ação, restará caracterizada a prescrição intercorrente.
> Assim, como o prazo prescricional para a propositura da ação trabalhista é de 5 (cinco) anos na vigência do contrato, limitada até 2 (dois) anos após a extinção do contrato de emprego, o prazo da prescrição intercorrente no processo de execução trabalhista será de 2 (dois) anos. Exemplificando, se o juiz determina que o credor indique bens do devedor passíveis de penhora e o mesmo não o faz, dentro em 2 (dois) anos, configurada estará a prescrição intercorrente.[1]

Assim, não encontrados bens penhoráveis, e descumprida a determinação do Juízo para a indicação de forma eficaz para o andamento do processo de execução, inicia-se o prazo da prescrição intercorrente.

Com efeito, a legislação trabalhista também é expressa ao definir o instituto da prescrição intercorrente. De acordo com o art. 11-A da CLT, ocorre a prescrição no prazo de dois anos:

> Art. 11-A Ocorre a prescrição intercorrente no processo do trabalho no prazo de dois anos.
> § 1º A fluência do prazo prescricional intercorrente inicia-se quando o exequente deixa de cumprir determinação judicial no curso da execução.
> § 2º A declaração da prescrição intercorrente pode ser requerida ou declarada de ofício em qualquer grau de jurisdição.

Pois bem, de acordo com a certidão de andamentos processuais emitida virtualmente pelo

[1] Santos, Enoque Ribeiro dos. Curso de direito processual do trabalho– 4. ed. – São Paulo: Atlas, 2020. pág. 1112.

Assinado eletronicamente por: LEANDRO PACIFICO SOUZA OLIVEIRA - 30/08/2022 09:48:41 - c3e1caf
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22083009475354800000032054386
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003 ID. c3e1caf - Pág. 3
Número do documento: 22083009475354800000032054386

site do Tribunal (Doc.1), em 25/03/2014, o processo foi arquivado provisoriamente e só houve movimentação ocasionada pela conversão da tramitação do processo do meio físico para o virtual.

É dizer, **a prescrição intercorrente se deu em 25/03/2016**, dois anos após o arquivamento provisório.

Não sendo este o entendimento, cabe destacar que, agora sob a égide da Reforma Trabalhista, o processo ainda ficou arquivado até 07/06/2022, razão pela qual é aplicável o art. 11-A, da CLT a partir de 11/11/2017, data em que a Reforma Trabalhista entrou em vigência. Nessa linha, tendo em vista que o processo se manteve arquivado, a prescrição se deu em 11/11/2019.

No entanto, em 2022, o exequente foi intimado e compareceu aos autos com pedido de novas diligências para buscar a constrição dos bens das Executadas. Embora isso, esta petição foi tardia, pois o processo já estava prescrito.

Com efeito, a petição tardia do exequente não tem o condão de interromper o prazo prescricional ou retornar ao *status quo ante* a ocorrência da prescrição. É necessária interpretação da CLT à luz do princípio da eficiência.

A doutrina debruçada sobre o tema esclarece que, para descaracterizar a inércia do exequente, é necessária provocação de diligências capazes de localizar os bens do executado. Assim ensina Daniel Amorim Assumpção Neves:

> A regra. prevista no § 4º do dispositivo ora comentado, prestigiou o entendimento de que a prescrição intercorrente exige inércia do exequente, não sendo a ausência de bens do devedor motivo suficiente para seu reconhecimento. Assim, durante ou decorrido o prazo de um ano, período no qual não se contará a prescrição intercorrente, se o exequente se manifestar no sentido de tentar satisfazer seu afastará tal prescrição. Entendo que não basta uma petição com simples com pedido de andamento, porque tal medida poderia tornar letra morta o art. 921, § 5° do CPC. Exige-se, assim, uma provocação de novas diligências que tenham, ao menos em tese, a possibilidade de localizar bens do executado.[2]

[2] Neves, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil. p. 1386

Assinado eletronicamente por: LEANDRO PACIFICO SOUZA OLIVEIRA - 30/08/2022 09:48:41 - c3e1caf
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22083009475354800000032054386
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003 ID. c3e1caf - Pág. 4
Número do documento: 22083009475354800000032054386

Isso significa que somente haverá a interrupção da prescrição se o devedor ou bem forem encontrados efetivamente pelo Poder Judiciário ou houver, no mínimo, pedido de medida capaz de levar à constrição judicial.

Contudo, não foi o que ocorreu no presente caso. A execução se deu por frustrada no ano de 2014 e se passaram anos sem qualquer diligência capaz de impulsionar a Executada ao pagamento do débito.

Nesse toar, é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, que decidiu no tema repetitivo nº 568 que a interrupção do prazo da prescrição intercorrente se dá apenas com a efetiva constrição patrimonial:

> A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, **não bastando para tal o mero peticionamento em juízo**, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição que requereu a providência frutífera.[3]

Para todos os efeitos, o processo ficou paralisado por 8 anos, prazo suficiente para a ocorrência do instituto da prescrição, sendo inadequada a manutenção do andamento do presente processo nos registros da Justiça do Trabalho.

III. CONCLUSÃO

Dessa forma, diante do longo período em que o processo se mantém paralisado, verificado

[3] REsp 1.340.553-RS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, por unanimidade, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018 (Tema 568)

Assinado eletronicamente por: LEANDRO PACIFICO SOUZA OLIVEIRA - 30/08/2022 09:48:41 - c3e1caf
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22083009475354800000032054386
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003 ID. c3e1caf - Pág. 5
Número do documento: 22083009475354800000032054386

o decurso do prazo prescricional, a Executada pede:

a) a extinção do processo nos termos do art. 11-A da CLT;

b) a exclusão dos registros de processo em andamento junto a este Juízo; e

c) a exclusão do débito junto ao Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, caso houver.

Requer, outrossim, que das publicações conste o nome do advogado Luis Gustavo Freitas da Silva, OAB/DF 23.371.

Nesses termos, pede deferimento.

Brasília/DF, 30 de agosto de 2022.

Luis Gustavo Freitas da Silva
OAB/DF 23.371

Leandro Pacífico Souza Oliveira
OAB/MG 103.721

Natália Ritter Gomes Santos
OAB/DF 50.477

Assinado eletronicamente por: LEANDRO PACIFICO SOUZA OLIVEIRA - 30/08/2022 09:48:41 - c3e1caf
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22083009475354800000032054386
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003 ID. c3e1caf - Pág. 6
Número do documento: 22083009475354800000032054386

Processos

Consulta Processo Físico

Cadastre-se e receba os andamentos por e-mail

Convertida a tramitação do processo do meio físico para o eletrônico. Click aqui .

Ação Trabalhista - Rito Ordinário

Numeração Antiga: 00851-1998-003-10-00-0 - 3ª Vara do Trabalho de BRASÍLIA-DF

Numeração única: **0085100-81.1998.5.10.0003**

Distribuição 28/07/1998

Arquivo CX 138.022-P **Data** 07/07/2014

Reclamante: JOSE DOMINGOS FERREIRA SANTOS

Advogado: MARCELO RIBAS DE AZEVEDO BRAGA - OAB: 10180/DF

Reclamado: Urbras Urbanizacao e Premoldados Ltda

Advogado: JOAQUIM LIMA RIBEIRO - OAB: 7131/DF

Despachos

05/06/2007 - 28/11/2003 - 14/01/2003 - 18/10/2002 - 19/02/2002 - 19/10/1999

Andamentos

Data do andamento	Andamento	Data do evento	Hora do evento
07/06/2022	**Arquivado definitivamente**		
28/09/2021	Recebidos os autos		
11/02/2021	**Remetidos os autos para digitalização**		
18/01/2021	Recebidos os autos		
15/01/2021	**Desarquivados os autos**		
14/01/2021	Requisição de autos/mandado de Arquivo Geral		
10/11/2020	**Convertida a tramitação do processo do meio físico para o eletrônico**		
10/11/2020	Extinta a execução ou o cumprimento da sentença		
10/11/2020	**Registrada a exclusão no BNDT**		
10/11/2020	Determinada a exclusão no BNDT		
03/11/2020	Juntado(a) Certidão Eletrônica Resumida de Tramitação Processual		
01/10/2020	Juntado(a) Certidão Eletrônica Resumida de Tramitação Processual		
25/03/2014	**Arquivados os autos provisoriamente**		

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

SISBAJUD

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região
3ª VT DE BRASÍLIA

DETALHAMENTO DA ORDEM JUDICIAL DE BLOQUEIO DE VALORES

Dados do Bloqueio

Situação da solicitação: **Aguardando respostas das instituições financeiras**

As ordens judiciais protocoladas até as 19h00min dos dias úteis serão consolidadas, transformadas em arquivos de remessa e disponibilizadas simultaneamente para todas as instituições financeiras até as 23h00min do mesmo dia. As ordens judiciais protocoladas após as 19h00min ou em dias não úteis serão tratadas e disponibilizadas às instituições financeiras no arquivo de remessa do dia útil imediatamente posterior.

Número do protocolo:	20220009597605
Data/hora de protocolamento:	30/08/2022 19:02
Número do processo:	0085100-81.1998.5.10.0003
Juiz solicitante do bloqueio:	FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA
Tipo/natureza da ação:	Ação Trabalhista
CPF/CNPJ do autor/exequente da ação:	
Nome do autor/exequente da ação:	JOSE DOMINGOS FERREIRA SANTOS
Protocolo de bloqueio agendado?	Não
Repetição programada?	Sim **Data limite da repetição:** 04/09/2022
Ordem sigilosa?	Não

Relação dos Réus/Executados

Réu/Executado
00474841000130: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA

Relação de Contas e Aplicações Financeiras Atingidas
05237 - BCO BRADESCO
/

Valor a Bloquear

R$ 3.393,13 (três mil e trezentos e noventa e três reais e treze centavos)

Bloquear Conta-Salário? Não

PJe

Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 01/09/2022 17:00:33 - 7d034d4
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/22090117003230800000032109649?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 22090117003230800000032109649

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
3ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA SANTOS
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA

CERTIDÃO

Certifico que no andamento processual constante do antigo sistema de andamentos processuais, o SAP, o lançamento da movimentação de extinção da execução e arquivo definitivo dos autos se deu em razão da tramitação do meio físico para o meio eletrônico, sendo necessário o lançamento da movimentação com o código 773 (EXTINTA A EXECUÇÃO OU O CUMPRIMENTO DA SENTENÇA), para que o sistema permitisse o arquivamento dos autos físicos.

O arquivamento dos autos físicos, neste caso, não significa que a execução foi extinta, mas, apenas que houve a tramitação para o meio eletrônico.

Era o que tinha a certificar.

BRASILIA/DF, 01 de setembro de 2022.

SANDOVAL JULIANO DA SILVA
Assessor

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
3ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA SANTOS
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA

TERMO DE CONCLUSÃO

Conclusão ao(à) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho feita pelo(a) servidor(a) SANDOVAL JULIANO DA SILVA, em 01 de setembro de 2022.

DESPACHO

Vistos.

O executado peticiona requerendo a aplicação da prescrição intercorrente.

Intime-se o exequente, via DEJT, para se manifestar no prazo de 5 dias.

Intime-se, ainda, o patrono que subscreveu a petição de Id c3e1caf para regularizar sua representação, no prazo de 5 dias, sob pena de indeferimento da análise da petição.

Com a manifestação do exequente e com a regularização do patrono do executado, façam os autos conclusos para deliberação.

BRASILIA/DF, 01 de setembro de 2022.

NATALIA LUIZA ALVES MARTINS
Juíza do Trabalho Substituta

Assinado eletronicamente por: NATALIA LUIZA ALVES MARTINS - Juntado em: 01/09/2022 17:19:50 - cd2c5bc
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10 REGIAO:02011574000190
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/22090117065063500000032109860?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 22090117065063500000032109860

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
3ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA SANTOS
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID cd2c5bc proferido nos autos.

TERMO DE CONCLUSÃO

Conclusão ao(à) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho feita pelo(a) servidor(a) SANDOVAL JULIANO DA SILVA, em 01 de setembro de 2022.

DESPACHO

Vistos.

O executado peticiona requerendo a aplicação da prescrição intercorrente.

Intime-se o exequente, via DEJT, para se manifestar no prazo de 5 dias.

Intime-se, ainda, o patrono que subscreveu a petição de Id c3e1caf para regularizar sua representação, no prazo de 5 dias, sob pena de indeferimento da análise da petição.

Com a manifestação do exequente e com a regularização do patrono do executado, façam os autos conclusos para deliberação.

BRASILIA/DF, 01 de setembro de 2022.

NATALIA LUIZA ALVES MARTINS
Juíza do Trabalho Substituta

Assinado eletronicamente por: NATALIA LUIZA ALVES MARTINS - Juntado em: 01/09/2022 17:20:50 - 2df71c5
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10 REGIAO:02011574000190
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/22090117194986800000032110203?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 22090117194986800000032110203

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DA 3ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF

Proc. nº 0085100-81.1998.5.10.0003

JOSÉ DOMINGOS FERREIRA SANTOS, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem a presença de Vossa Excelência, por seu procurador, em atenção ao despacho de id cd2c5bc, apresentar manifestação acerca da petição de id e3e1caf, onde a executada requer a extinção do feito alegando ter ocorrido prescrição dos direitos do exequente.

Ora MM. Juiz, conforme se nota através da certidão de id 3687084, "*o arquivamento dos autos físicos, neste caso, não significa que a execução foi extinta, mas apenas que houve a tramitação para o meio eletrônico*", assim, não há que se falar na ocorrência de prescrição.

Ante ao exposto, requer o prosseguimento, com a realização da pesquisa de bens da executada, pelos sistemas disponibilizados por este d. Juízo (SISBAJUD, RENAJUD e INFOJUD) e a penhora online do patrimônio até o limite do débito.

Nestes Termos,
Pede e Deferimento.

Brasília, 13 de setembro de 2022

Marcelo Ribas de Azevedo Braga

OAB DF nº 10.180

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
3ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA SANTOS
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA

TERMO DE CONCLUSÃO

Conclusão ao(à) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho feita pelo(a) servidor(a) MIRIAN VILAS BOAS FERNANDES, em 15 de setembro de 2022.

DESPACHO

Vistos.

Inicialmente, digitalize a procuração de fl. 5 dos autos físicos e inclua-a aos presentes autos eletrônicos.

Defiro as pesquisas requeridas.

Inicialmente, atualizem-se os cálculos.

Após, solicite-se bloqueio de valores, via SISBAJUD, com repetição programada por 30 dias.

Não obtendo êxito a medida, prossiga-se com as pesquisas RENAJUD, efetivando restrição de transferência em veículo de propriedade da executada e expedindo mandado de penhora, se não estiver alienado.

No caso de insucesso, proceda-se pesquisa INFOJUD, na modalidade “recuperar NI”.

Em seguida, dê-se vista ao exequente, que deverá requerer o que entender de direito, no prazo de 10 dias, importando o silêncio no arquivamento provisório dos autos.

BRASILIA/DF, 15 de setembro de 2022.

NATALIA LUIZA ALVES MARTINS
Juíza do Trabalho Substituta

Assinado eletronicamente por: NATALIA LUIZA ALVES MARTINS - Juntado em: 15/09/2022 20:50:30 - af62ecb
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10 REGIAO:02011574000190
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/22091516310733700000032290895?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 22091516310733700000032290895

AO DOUTO JUÍZO DA 3ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF

Processo nº 0085100-81.1998.5.10.0003

URBRAS URBANIZAÇÃO E PREMOLDADOS LTDA, vem, por intermédio de seus advogados constituídos, em atenção aos Despachos de ID. 2df71c5 e af62ecb, demonstrar e requerer o que se segue.

Inicialmente, a Executada esclarece que as petições anteriormente protocoladas foram devidamente instruídas com procuração de ID. 3b801f3. Note-se:

OUTORGADOS: **LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA**, inscrito na OAB/DF sob o n. 23.371, e-mail luisgustavo@fdsadvogados.com, **EDILENE ROSSI LACERDA**, inscrita na OAB/DF sob o n. 15.074, e-mail edilene@fdsadvogados.com, e **LEANDRO PACÍFICO SOUZA OLIVEIRA**, inscrito na OAB/DF sob o n. 66.348, e-mail leandro@fdsadvogados.com, advogados do **FREITAS DA SILVA ADVOGADOS**, escritório de advocacia registrado na OAB/DF sob o n. 5275/20-RS, inscrito no Ministério da Economia sob o CNPJ n. 36.360.203/0001-36, com sede no SCS

Pelo presente instrumento de mandato, a Outorgante nomeia e constitui seus procuradores os Outorgados acima nomeados, conferindo-lhes os poderes da cláusula ad judicia nos Processos nº 0015600-13.1998.5.10.0007, 0050800-84.1998.5.10.0006, 0085100-81.1998.5.10.0003, 0096700-56.1999.5.10.0006, 0128500-33.1998.5.10.0008 e 0098600-11.1998.5.10.0006, em trâmite na Justiça do Trabalho de Brasília-DF e no Processo nº 0129000-14.1998.5.10.0101 em trâmite na

Outrossim, salienta-se que a empresa Executada compõe o patrimônio do espólio de Wayne do Carmo Faria, cuja inventariante é a Sra. Elayne Maria do Carmo Faria, quem assinou a procuração anexada aos autos, como pode-se observar nos documentos de registro da administradora/inventariante na junta comercial.

Dessa forma, com todas as vênias, resta demonstrado que a petição de extinção do feito foi

Assinado eletronicamente por: LEANDRO PACIFICO SOUZA OLIVEIRA - 22/09/2022 16:45:13 - 0189096
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22092216443750800000032389555
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003 ID. 0189096 - Pág. 1
Número do documento: 22092216443750800000032389555

devidamente instruída com procuração, razão pela qual não há o que se regularizar.

No que tange à intimação decorrente do Despacho de Id 2df71c5, cabe destacar que, nas petições de habilitação e extinção do feito, houve pedido expresso para publicações com o nome do advogado **Luis Gustavo Freitas da Silva, OAB/DF 23.371,** o que não foi feito e, por este motivo, não houve resposta ao despacho supracitado.

Assim, a Executada requer a análise e julgamento dos pedidos realizados da petição de extinção do feito por prescrição intercorrente (ID. c3e1caf).

Requer, outrossim, que das publicações conste o nome do advogado Luis Gustavo Freitas da Silva, OAB/DF 23.371.

Nesses termos, pede deferimento.

Brasília/DF, 22 de setembro de 2022.

Luis Gustavo Freitas da Silva
OAB/DF 23.371

Leandro Pacífico Souza Oliveira
OAB/MG 103.721

Natália Ritter Gomes Santos
OAB/DF 50.477

Assinado eletronicamente por: LEANDRO PACIFICO SOUZA OLIVEIRA - 22/09/2022 16:45:13 - 0189096
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22092216443750800000032389555
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003 ID. 0189096 - Pág. 2
Número do documento: 22092216443750800000032389555

Fls. 20

P R O C U R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento particular de mandato, UR BRÁS - URBANIZAÇÃO E PREMOLDADOS LTDA., empresa estabelecida em Brasília-DF, no SIA TRECHO 04, Nº 930, BRASÍLIA-DF, inscrita no CGC sob o nº.... nº 00474841/0001-30, neste ato representada por seu Sócio Gerente, Sr. / WAYNE DO CARMO FARIA, brasileiro, separado judicialmente, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 098.965/SEP/DE, CIC nº 000.273.911-91, nomeia e constitui seu bastante procurador, o DR. JOAQUIM LIMA RIBEIRO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/DF sob o [illegible] com endereço para receber citações e/ou notificações no SIA TRECHO 04 Nº 930, Brasília-DF, conferindo-lhe os poderes da CLÁUSULA AD JUDICIA, para representá-la perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo, para o fiel cumprimento do presente mandato, praticar todos os atos que se fizerem necessários, inclusive acordar, desistir, transigir, variar, recorrer, dar e receber quitação, firmar compromissos, requerer isenção de pagamento de / custas processuais e demais encargos e substabelecer com ou sem reserva / de iguais poderes.

Brasília-DF., 14 de outubro de 1996

WAYNE DO CARMO FARIA
Sócio Gerente

Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 23/09/2022 17:37:00 - d153c1c
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/22091614285303400000032303630?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 22091614285303400000032303630

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
3ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA SANTOS
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA

TERMO DE CONCLUSÃO

Conclusão ao(à) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho feita pelo(a) servidor (a) ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI, em 26 de setembro de 2022.

DESPACHO

Vistos.

URBRAS URBANIZAÇÃO E PREMOLDADOS LTDA requer o reconhecimento da prescrição intercorrente, ao fundamento de que o presente feito ficou arquivado por mais de quinze anos sem impulsionamento da execução, conforme fundamentos expostos na petição id -c3e1caf.

O exequente impugnou as alegações requerendo o prosseguimento da execução.

O art. 11-A da CLT assim dispõe:

> *"Ocorre a prescrição intercorrente no processo do trabalho no prazo de dois anos.*
>
> *§1º A fluência do prazo prescricional intercorrente inicia-se quando o exequente deixa de cumprir determinação judicial no curso da execução.*
>
> *§ 2o A declaração da prescrição intercorrente pode ser requerida ou declarada de ofício em qualquer grau de jurisdição."*

Não resta, pois, mais qualquer controvérsia acerca da aplicação da prescrição intercorrente ao Processo do Trabalho.

No entanto, a jurisprudência deste Tribunal firmou entendimento de que a prescrição intercorrente, na forma prevista no art. 11-A da CLT c

/c art. 878 da CLT, somente pode ser aplicada aos processos nos quais a execução tenha sido instaurada após a vigência da Lei 13.467/2017, desde que intimado o exequente para tal fim.

Cita-se, por oportuno, os precedentes a seguir:

"AGRAVO DE PETIÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. A jurisprudência trabalhista majoritária, inclusive nesta turma, se posicionava no sentido de que antes da reforma da CLT promovida pela Lei 13.467/2017, não era aplicável a prescrição intercorrente nesta Justiça Especializada. Para o tempo posterior à reforma trabalhista entendeu esta Turma, por maioria, que a nova lei não se aplica às execuções iniciadas em data anterior à vigência da Lei 13.467/2017. Agravo da exequente conhecido e provido. (0190800-30.2009.5.10.0013 - ACÓRDÃO 2.ª TURMA/2022, RELATORA: DESEMBARGADORA ELKE DORIS JUST)

"AGRAVO DE PETIÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. OBSERVÂNCIA DA LEGISLAÇÃO VIGENTE À ÉPOCA DO AJUIZAMENTO DA DEMANDA. INAPLICABILIDADE DA REFERIDA PRESCRIÇÃO À EXECUÇÃO TRABALHISTA. RECOMENDAÇÃO Nº 3 DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO, EM RELAÇÃO À IMPOSSIBILIDADE DE TRANSCORRER PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NAS HIPÓTESES EM QUE NÃO LOCALIZADO O DEVEDOR OU ENCONTRADO BENS SOBRE OS QUAIS SE POSSA RECAIR A PENHORA. O Processo do Trabalho funda-se no princípio do impulso oficial, segundo o qual a execução pode ser promovida por iniciativa do Juízo ou por provocação da parte, nos termos do art. 878 da CLT, que não exime o exequente da sua responsabilidade, mas assegura a efetiva prestação jurisdicional, haja vista a natureza alimentar do crédito trabalhista. Considerando a legislação vigente à época do ajuizamento da demanda, sob pena de violação ao art. 5º, XXXVI, da Constituição, e ao art. 14 do CPC, inaplicável a prescrição intercorrente à execução trabalhista, diante do teor do art. 40 da Lei nº 6.830/80, aplicável subsidiariamente ao processo do trabalho (art. 889 da CLT), bem como do entendimento firmado na Súmula nº 114 do col. TST. Ademais, o art. 5º da Recomendação nº 3 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, de 24 de julho de 2018 (após a vigência da Lei nº 13.467/2017), estabelece que não correrá prazo de prescrição intercorrente na hipótese em que não foi localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora. Na

PJe Assinado eletronicamente por: NATALIA LUIZA ALVES MARTINS - Juntado em: 27/09/2022 22:33:24 - 6b614c4

hipótese em exame, não se quedou inerte, porquanto no feito sequer foi realizada a busca de bens do devedor, incidindo a referida recomendação da GCGTJ. Em outras palavras, mesmo considerando a nova redação do art. 11-A da CLT, a prescrição intercorrente é inaplicável. Se não bastasse, a demanda foi ajuizada antes da vigência da Lei nº 13.467/2017, assim como fora instaurada a execução, tudo a afastar a incidência de prescrição intercorrente, nos moldes inclusive da jurisprudência do TST. 2. Agravo de Petição do exequente conhecido e provido. (AP 0000058-26.2015.5.10.0017 ACÓRDÃO 1ª TURMA 2022;REDATOR : DESEMBARGADOR GRIJALBO FERNANDES COUTINHO)

No mesmo sentido, o precedente do TST a seguir transcrito:

"RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DAS LEIS Ns. 13.015/2014 E 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA. *O recurso de revista se viabiliza porque ultrapassa o óbice da transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza política. EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INAPLICABILIDADE NA JUSTIÇA DO TRABALHO. O crédito executado na presente ação trabalhista foi constituído em data anterior à Lei nº 13.467/2017, motivo pelo qual é inaplicável o artigo 11-A da CLT. Conforme já sedimentado pela jurisprudência desta Corte " É inaplicável na Justiça do Trabalho a prescrição intercorrente " (Súmula 114/TST), tendo o TST concluído dessa forma a partir do pressuposto de que a execução constitui mero incidente de natureza declaratória da fase de conhecimento. Somam-se a tal entendimento o princípio do impulso oficial preconizado pelo artigo 878, caput, da CLT e o próprio artigo 7º, XXIX, da CF, que apenas prevê prazo prescricional de cinco anos até o limite de dois após a extinção do contrato de trabalho para ajuizar a ação trabalhista. Nesse contexto, é patente que a extinção da execução com supedâneo na prescrição intercorrente afronta a coisa julgada material e viola o artigo 5º, XXXVI, da CF/88. Essa decisão está em confronto com a jurisprudência desta Corte e afeta o direito da parte de receber os valores devidos em razão de decisão proferida em processo que se encontra em fase de execução. Considerando que o Tribunal Regional do Trabalho proferiu decisão contrária ao que dispõe a Súmula 114 do Tribunal Superior do Trabalho (acolhendo a prescrição intercorrente), conheço do recurso de revista por violação do artigo 5º, XXXVI, da Constituição Federal. Recurso de revista conhecido por violação do art. 5º, XXXVI, da*

Constituição Federal e provido" (RR-94400-66.2001.5.24.0005, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 11/09/2020).

Na hipótese dos autos, a execução foi instaurada em face da empresa executada em 2002 (id 9881b03), tendo sido remetidos ao arquivo provisório em 2007, por ausência de bens dos executados.

Nesse cenário, tendo em vista que a execução foi instaurada antes da vigência da Lei 13.467/2017, inaplicável à hipótese o disposto no art. §1º, do art. 11-A, da CLT.

Registre-se, por oportuno, que os autos foram remetidos ao arquivo provisório por ausência de bens dos executados e não por inércia do exequente em praticar ato a quem competia exclusivamente, restando, pois, inaplicável a prescrição intercorrente.

Publique-se.

Cumpra-se o determinado no id -af62ecb.

BRASILIA/DF, 27 de setembro de 2022.

NATALIA LUIZA ALVES MARTINS
Juíza do Trabalho Substituta

Assinado eletronicamente por: NATALIA LUIZA ALVES MARTINS - Juntado em: 27/09/2022 22:33:24 - 6b614c4
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10 REGIAO:02011574000190
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/22092619120774900000032430605?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 22092619120774900000032430605

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
3ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA SANTOS
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 6b614c4 proferido nos autos.

TERMO DE CONCLUSÃO

Conclusão ao(à) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho feita pelo(a) servidor (a) ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI, em 26 de setembro de 2022.

DESPACHO

Vistos.

URBRAS URBANIZAÇÃO E PREMOLDADOS LTDA requer o reconhecimento da prescrição intercorrente, ao fundamento de que o presente feito ficou arquivado por mais de quinze anos sem impulsionamento da execução, conforme fundamentos expostos na petição id -c3e1caf.

O exequente impugnou as alegações requerendo o prosseguimento da execução.

O art. 11-A da CLT assim dispõe:

"Ocorre a prescrição intercorrente no processo do trabalho no prazo de dois anos.

§1º A fluência do prazo prescricional intercorrente inicia-se quando o exequente deixa de cumprir determinação judicial no curso da execução.

§ 2o A declaração da prescrição intercorrente pode ser requerida ou declarada de ofício em qualquer grau de jurisdição."

Não resta, pois, mais qualquer controvérsia acerca da aplicação da prescrição intercorrente ao Processo do Trabalho.

No entanto, a jurisprudência deste Tribunal firmou entendimento de que a prescrição intercorrente, na forma prevista no art. 11-A da CLT c /c art. 878 da CLT, somente pode ser aplicada aos processos nos quais a execução tenha sido instaurada após a vigência da Lei 13.467/2017, desde que intimado o exequente para tal fim.

Cita-se, por oportuno, os precedentes a seguir:

"AGRAVO DE PETIÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. A jurisprudência trabalhista majoritária, inclusive nesta turma, se posicionava no sentido de que antes da reforma da CLT promovida pela Lei 13.467/2017, não era aplicável a prescrição intercorrente nesta Justiça Especializada. Para o tempo posterior à reforma trabalhista entendeu esta Turma, por maioria, que a nova lei não se aplica às execuções iniciadas em data anterior à vigência da Lei 13.467/2017. Agravo da exequente conhecido e provido. (0190800-30.2009.5.10.0013 - ACÓRDÃO 2.ª TURMA/2022, RELATORA: DESEMBARGADORA ELKE DORIS JUST)

"AGRAVO DE PETIÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. OBSERVÂNCIA DA LEGISLAÇÃO VIGENTE À ÉPOCA DO AJUIZAMENTO DA DEMANDA. INAPLICABILIDADE DA REFERIDA PRESCRIÇÃO À EXECUÇÃO TRABALHISTA. RECOMENDAÇÃO Nº 3 DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO, EM RELAÇÃO À IMPOSSIBILIDADE DE TRANSCORRER PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NAS HIPÓTESES EM QUE NÃO LOCALIZADO O DEVEDOR OU ENCONTRADO BENS SOBRE OS QUAIS SE POSSA RECAIR A PENHORA. O Processo do Trabalho funda-se no princípio do impulso oficial, segundo o qual a execução pode ser promovida por iniciativa do Juízo ou por provocação da parte, nos termos do art. 878 da CLT, que não exime o exequente da sua responsabilidade, mas assegura a efetiva prestação jurisdicional, haja vista a natureza alimentar do crédito trabalhista. Considerando a legislação vigente à época do ajuizamento da demanda, sob pena de violação ao art. 5º, XXXVI, da Constituição, e ao art. 14 do CPC, inaplicável a prescrição intercorrente à execução trabalhista, diante do teor do art. 40 da Lei nº 6.830/80, aplicável subsidiariamente ao processo do trabalho (art. 889 da CLT), bem como do entendimento firmado na Súmula nº 114 do col. TST.

PJe Assinado eletronicamente por: NATALIA LUIZA ALVES MARTINS - Juntado em: 27/09/2022 22:34:24 - e3f7b9e

Ademais, o art. 5º da Recomendação nº 3 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, de 24 de julho de 2018 (após a vigência da Lei nº 13.467/2017), estabelece que não correrá prazo de prescrição intercorrente na hipótese em que não foi localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora. Na hipótese em exame, não se quedou inerte, porquanto no feito sequer foi realizada a busca de bens do devedor, incidindo a referida recomendação da GCGTJ. Em outras palavras, mesmo considerando a nova redação do art. 11-A da CLT, a prescrição intercorrente é inaplicável. Se não bastasse, a demanda foi ajuizada antes da vigência da Lei nº 13.467/2017, assim como fora instaurada a execução, tudo a afastar a incidência de prescrição intercorrente, nos moldes inclusive da jurisprudência do TST. 2. Agravo de Petição do exequente conhecido e provido. (AP 0000058-26.2015.5.10.0017 ACÓRDÃO 1ª TURMA 2022;REDATOR : DESEMBARGADOR GRIJALBO FERNANDES COUTINHO)

No mesmo sentido, o precedente do TST a seguir transcrito:

"RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DAS LEIS Ns. 13.015/2014 E 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA. *O recurso de revista se viabiliza porque ultrapassa o óbice da transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza política. EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INAPLICABILIDADE NA JUSTIÇA DO TRABALHO. O crédito executado na presente ação trabalhista foi constituído em data anterior à Lei nº 13.467/2017, motivo pelo qual é inaplicável o artigo 11-A da CLT. Conforme já sedimentado pela jurisprudência desta Corte " É inaplicável na Justiça do Trabalho a prescrição intercorrente " (Súmula 114/TST), tendo o TST concluído dessa forma a partir do pressuposto de que a execução constitui mero incidente de natureza declaratória da fase de conhecimento. Somam-se a tal entendimento o princípio do impulso oficial preconizado pelo artigo 878, caput, da CLT e o próprio artigo 7º, XXIX, da CF, que apenas prevê prazo prescricional de cinco anos até o limite de dois após a extinção do contrato de trabalho para ajuizar a ação trabalhista. Nesse contexto, é patente que a extinção da execução com supedâneo na prescrição intercorrente afronta a coisa julgada material e viola o artigo 5º, XXXVI, da CF/88. Essa decisão está em confronto com a jurisprudência desta Corte e afeta o direito da parte de receber os valores devidos em razão de decisão proferida em processo que se encontra em fase de execução. Considerando*

que o Tribunal Regional do Trabalho proferiu decisão contrária ao que dispõe a Súmula 114 do Tribunal Superior do Trabalho (acolhendo a prescrição intercorrente), conheço do recurso de revista por violação do artigo 5º, XXXVI, da Constituição Federal. Recurso de revista conhecido por violação do art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal e provido" (RR-94400-66.2001.5.24.0005, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 11/09/2020).

Na hipótese dos autos, a execução foi instaurada em face da empresa executada em 2002 (id 9881b03), tendo sido remetidos ao arquivo provisório em 2007, por ausência de bens dos executados.

Nesse cenário, tendo em vista que a execução foi instaurada antes da vigência da Lei 13.467/2017, inaplicável à hipótese o disposto no art. §1º, do art. 11-A, da CLT.

Registre-se, por oportuno, que os autos foram remetidos ao arquivo provisório por ausência de bens dos executados e não por inércia do exequente em praticar ato a quem competia exclusivamente, restando, pois, inaplicável a prescrição intercorrente.

Publique-se.

Cumpra-se o determinado no id -af62ecb.

BRASILIA/DF, 27 de setembro de 2022.

NATALIA LUIZA ALVES MARTINS
Juíza do Trabalho Substituta

Assinado eletronicamente por: NATALIA LUIZA ALVES MARTINS - Juntado em: 27/09/2022 22:34:24 - e3f7b9e
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10 REGIAO:02011574000190
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/22092722332418800000032451793?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 22092722332418800000032451793

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DA 3ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF

Proc. nº 0085100-81.1998.5.10.0003

JOSÉ DOMINGOS FERREIRA SANTOS, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem a presença de Vossa Excelência, por seu procurador, expor a após requerer o que se segue:

Não tendo sido reconhecido a ocorrência da prescrição intercorrente alegada pela reclamada/executada, requer o prosseguimento, com a realização da pesquisa de bens da executada, pelos sistemas disponibilizados por este d. Juízo (SISBAJUD, RENAJUD e INFOJUD) e a penhora online do patrimônio até o limite do débito, conforme já decidido através do despacho de ID 4c9681b.

Nestes Termos,
Pede e Deferimento.

Brasília, 18 de outubro de 2022

Marcelo Ribas de Azevedo Braga

OAB DF nº 10.180

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
3ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA SANTOS
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA

TERMO DE CONCLUSÃO

Conclusão ao(à) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho feita pelo(a) servidor(a) SANDOVAL JULIANO DA SILVA, em 25 de outubro de 2022.

DESPACHO

Vistos.

O exequente requer o prosseguimento da execução, com a realização da pesquisa de bens da executada, pelos sistemas disponibilizados por este Juízo (SISBAJUD, RENAJUD e INFOJUD).

Defiro o requerimento do exequente.

Atualizem-se os cálculos e proceda-se à solicitação de bloqueio de contas do executado, por meio do SISBAJUD, com repetição programada até 30 dias.

Sendo negativo o resultado da pesquisa, proceda-se à pesquisa Renajud e Infojud.

BRASILIA/DF, 25 de outubro de 2022.

NATALIA LUIZA ALVES MARTINS
Juíza do Trabalho Substituta

Assinado eletronicamente por: NATALIA LUIZA ALVES MARTINS - Juntado em: 25/10/2022 10:23:46 - fbe9201
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10 REGIAO:02011574000190
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/22102509412106900000032776877?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 22102509412106900000032776877

PJe-Calc
Sistema de Cálculos Trabalhistas

Processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Cálculo: 74880

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante **JOSE DOMINGOS FERREIRA SANTOS**
Reclamado: **URBRAS - URBANIZAÇÃO E PROMOLDADOS LTDA**
Data Últ. Atualização: **10/01/2002** Data Liquidação: **28/07/2022**

Resumo da Atualização do Cálculo

Descrição do Saldo Devedor por Credor	Valor
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	3.393,13
IRPF DEVIDO PELO RECLAMANTE	0,00
Total Devido Pelo Reclamado	**3.393,13**

Não houve eventos no período compreendido entre a data de liquidação do cálculo e a data de liquidação da atualização.

Critério da Atualização e Fundamentação Legal

1. Valores corrigidos pelo índice 'Tabela Única de Atualização e Conversão de Débitos Trabalhistas', acumulado a partir do mês subsequente ao vencimento, conforme súmula nº 381 do TST. Última taxa 'Tabela Única de Atualização e Conversão de Débitos Trabalhistas' relativa a 30/06/2022.
2. Alíquota de contribuição social empresa fixada em 100% durante todo o período.
3. Contribuições sociais sobre salários devidos calculadas conforme os itens IV e V da Súmula no 368 do TST. Para salários devidos até 04/03/2009, inclusive, sem juros e multa de mora (art. 276, caput, do Decreto nº 3.048/1999). Para salários devidos a partir de 05/03/2009, com juros de mora à taxa SELIC desde a prestação do serviço (art. 43 da Lei nº 8.212/1991).
4. Imposto de renda apurado através da 'tabela progressiva mensal' vigente no mês da liquidação (Art. 12 da Lei nº 7.713/1988).
5. Sem incidência de juros a partir de 10/01/2002.
6. Juros de mora sobre verbas apurados após a dedução da contribuição social devida pelo reclamante.

Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - 14/11/2022 14:52:17 - 1a30c95
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22111414521724700000033030076
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 22111414521724700000033030076

Processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Cálculo: 74880

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante **JOSE DOMINGOS FERREIRA SANTOS**
Reclamado: **URBRAS - URBANIZAÇÃO E PROMOLDADOS LTDA**
Data Últ. Atualização: **10/01/2002** Data Liquidação: **28/07/2022**

Demonstrativo da Atualização do Cálculo

Saldo Devedor em 28/07/2022

Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Principal Corrigido	-	-	600,00	3,556521760	2.133,91	0,00	2.133,91
Juros de Mora até 10/01/2002	-	-	354,06	3,556521760	1.259,22	0,00	1.259,22
Juros de Mora de 11/01/2002 até 28/07/2022	2.133,91	0,0000%	-	-	0,00	0,00	0,00
Total Parcial					**3.393,13**	**0,00**	**3.393,13**

Descontar dos Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Imposto de Renda devido pelo Reclamante	-	-	-	-	0,00	0,00	0,00
Total Parcial					**0,00**	**0,00**	**0,00**

Demonstrativo de Imposto de Renda

Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - 14/11/2022 14:52:17 - 1a30c95
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22111414521724700000033030076
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 22111414521724700000033030076

Imposto de Renda Devido sobre Saldo Devedor em: 28/07/2022

Rendimentos recebidos acumuladamente relativos a ano-calendário anterior ao do recebimento - 10/01/2002 a 10/01/2002

Nome: TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA

Verbas	Juros	Quant. de Meses	Contribuição Social	Previdência Privada	Pensão Alimentícia	Honorários	Dependentes	Aposentado > 65 anos	Base	Faixa	Alíquota	Dedução	Devido
0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00

Total Devido	**0,00**

Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - 14/11/2022 14:52:17 - 1a30c95
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22111414521724700000033030076
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 22111414521724700000033030076

PJe-Calc
Sistema de Cálculos Trabalhistas

Processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Cálculo: 83622

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante **JOSE DOMINGOS FERREIRA SANTOS**
Reclamado: **URBRAS - URBANIZAÇÃO E PROMOLDADOS LTDA**
Data Últ. Atualização: **10/01/2002** Data Liquidação: **14/11/2022**

Resumo da Atualização do Cálculo

Descrição do Saldo Devedor por Credor	Valor
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	3.365,64
IRPF DEVIDO PELO RECLAMANTE	0,00
Total Devido Pelo Reclamado	**3.365,64**

Não houve eventos no período compreendido entre a data de liquidação do cálculo e a data de liquidação da atualização.

Critério de Cálculo e Fundamentação Legal

1. Valores corrigidos pelo índice 'Tabela Única de Atualização e Conversão de Débitos Trabalhistas', acumulado a partir do mês subsequente ao vencimento, conforme súmula nº 381 do TST. Última taxa 'Tabela Única de Atualização e Conversão de Débitos Trabalhistas' relativa a 31/10/2022.
2. Contribuições sociais sobre salários devidos calculadas conforme os itens IV e V da Súmula no 368 do TST. Para salários devidos até 04/03/2009, inclusive, sem juros e multa de mora (art. 276, caput, do Decreto nº 3.048/1999). Para salários devidos a partir de 05/03/2009, com juros de mora à taxa SELIC desde a prestação do serviço (art. 43 da Lei nº 8.212/1991).
3. Imposto de renda apurado através da 'tabela progressiva mensal' vigente no mês da liquidação (Art. 12 da Lei nº 7.713/1988).
4. Sem incidência de juros a partir de 10/01/2002.
5. Juros de mora sobre verbas apurados após a dedução da contribuição social devida pelo reclamante.

PJe
Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - 14/11/2022 14:52:22 - 588c21e
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22111414522265300000033030077
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 22111414522265300000033030077

Processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Cálculo: 83622

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante **JOSE DOMINGOS FERREIRA SANTOS**
Reclamado: **URBRAS - URBANIZAÇÃO E PROMOLDADOS LTDA**
Data Últ. Atualização: **10/01/2002** Data Liquidação: **14/11/2022**

Demonstrativo da Atualização do Cálculo

Saldo Devedor em 14/11/2022

Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Principal Corrigido	-	-	600,00	3,527704137	2.116,62	0,00	2.116,62
Juros de Mora até 10/01/2002	-	-	354,06	3,527704137	1.249,02	0,00	1.249,02
Juros de Mora de 11/01/2002 até 14/11/2022	2.116,62	0,0000%	-	-	0,00	0,00	0,00
Total Parcial					**3.365,64**	**0,00**	**3.365,64**

Descontar dos Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Imposto de Renda devido pelo Reclamante	-	-	-	-	0,00	0,00	0,00
Total Parcial					**0,00**	**0,00**	**0,00**

Demonstrativo de Imposto de Renda

Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - 14/11/2022 14:52:22 - 588c21e
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22111414522265300000033030077
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 22111414522265300000033030077

Imposto de Renda Devido sobre Saldo Devedor em: 14/11/2022

Rendimentos recebidos acumuladamente relativos a ano-calendário anterior ao do recebimento - 10/01/2002 a 10/01/2002

Nome: TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA

Verbas	Juros	Quant. de Meses	Contribuição Social	Previdência Privada	Pensão Alimentícia	Honorários	Dependentes	Aposentado > 65 anos	Base	Faixa	Alíquota	Dedução	Devido
0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00

Total Devido	**0,00**

Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - 14/11/2022 14:52:22 - 588c21e
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22111414522265300000033030077
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 22111414522265300000033030077

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

SISBAJUD

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região
3ª VT DE BRASÍLIA

RECIBO DE PROTOCOLAMENTO DE BLOQUEIO DE VALORES

Dados do Bloqueio

Situação da solicitação: **Ordem judicial ainda não disponibilizada para as instituições financeiras**

As ordens judiciais protocoladas até as 19h00min dos dias úteis serão consolidadas, transformadas em arquivos de remessa e disponibilizadas simultaneamente para todas as instituições financeiras até as 23h00min do mesmo dia. As ordens judiciais protocoladas após as 19h00min ou em dias não úteis serão tratadas e disponibilizadas às instituições financeiras no arquivo de remessa do dia útil imediatamente posterior.

Número do protocolo:	20220013349060		
Data/hora de protocolamento:	14/11/2022 14:53		
Número do processo:	0085100-81.1998.5.10.0003		
Juiz solicitante do bloqueio:	FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA		
Tipo/natureza da ação:	Ação Trabalhista		
CPF/CNPJ do autor/exequente da ação:	41872789587		
Nome do autor/exequente da ação:	JOSE DOMINGOS FERREIRA SANTOS		
Protocolo de bloqueio agendado?	Não		
Repetição programada?	Sim	**Data limite da repetição:**	14/12/2022
Ordem sigilosa?	Não		

Relação dos Réus/Executados

Réu/Executado
00474841000130: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA

Valor a Bloquear
R$ 3.365,64 (três mil e trezentos e sessenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos)

Bloquear Conta-Salário? Não

Relação de Contas e Aplicações Financeiras Atingidas

05237 - BCO BRADESCO
/

07341 - ITAÚ UNIBANCO S.A.
/

PJe

Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 14/11/2022 14:54:25 - cb37a0e
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/22111414542293800000033030111?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 22111414542293800000033030111

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

SISBAJUD

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região
3ª VT DE BRASÍLIA

DETALHAMENTO DA ORDEM JUDICIAL DE BLOQUEIO DE VALORES

Dados do Bloqueio

Situação da solicitação: **Respostas recebidas, processadas e disponibilizadas para consulta**

As ordens judiciais protocoladas até as 19h00min dos dias úteis serão consolidadas, transformadas em arquivos de remessa e disponibilizadas simultaneamente para todas as instituições financeiras até as 23h00min do mesmo dia. As ordens judiciais protocoladas após as 19h00min ou em dias não úteis serão tratadas e disponibilizadas às instituições financeiras no arquivo de remessa do dia útil imediatamente posterior.

Número do protocolo:	20220014630280		
Data/hora de protocolamento:	13/12/2022 07:12		
Número do processo:	0085100-81.1998.5.10.0003		
Juiz solicitante do bloqueio:	FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA		
Tipo/natureza da ação:	Ação Trabalhista		
CPF/CNPJ do autor/exequente da ação:	41872789587		
Nome do autor/exequente da ação:	JOSE DOMINGOS FERREIRA SANTOS		
Protocolo de bloqueio agendado?	Não		
Repetição programada?	Sim	**Data limite da repetição:**	14/12/2022
Ordem sigilosa?	Não		

Relação dos Réus/Executados

Réu/Executado	Total bloqueado pelo bloqueio original e reiterações
00474841000130: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA	R$ 0,00

Respostas

BCO BRADESCO

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
13 DEZ 2022 07:12	Bloqueio de Valores	FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA	R$ 3.365,64	(05) Réu/executado sem saldo disponível devido a bloqueio total anterior.	-	13 DEZ 2022 19:41

PJe

Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 15/12/2022 14:39:41 - b592484
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/22121514394004400000033432322?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 22121514394004400000033432322

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

SISBAJUD

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região
3ª VT DE BRASÍLIA

RECIBO DE PROTOCOLAMENTO DE BLOQUEIO DE VALORES

Dados do Bloqueio

Situação da solicitação: **Ordem judicial ainda não disponibilizada para as instituições financeiras**

As ordens judiciais protocoladas até as 19h00min dos dias úteis serão consolidadas, transformadas em arquivos de remessa e disponibilizadas simultaneamente para todas as instituições financeiras até as 23h00min do mesmo dia. As ordens judiciais protocoladas após as 19h00min ou em dias não úteis serão tratadas e disponibilizadas às instituições financeiras no arquivo de remessa do dia útil imediatamente posterior.

Número do protocolo:	20230001299251
Data/hora de protocolamento:	07/02/2023 16:34
Número do processo:	0085100-81.1998.5.10.0003
Juiz solicitante do bloqueio:	FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA
Tipo/natureza da ação:	Ação Trabalhista
CPF/CNPJ do autor/exequente da ação:	41872789587
Nome do autor/exequente da ação:	JOSE DOMINGOS FERREIRA SANTOS
Protocolo de bloqueio agendado?	Não
Repetição programada?	Sim **Data limite da repetição:** 09/03/2023
Ordem sigilosa?	Não

Relação dos Réus/Executados

Réu/Executado
00474841000130: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA

Relação de Contas e Aplicações Financeiras Atingidas

05237 - BCO BRADESCO
/

Valor a Bloquear

R$ 3.365,64 (três mil e trezentos e sessenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos)

Bloquear Conta-Salário? Não

PJe

Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 07/02/2023 16:35:27 - 2b49536
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/23020716352585800000033860365?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 23020716352585800000033860365

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

SISBAJUD

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região
3ª VT DE BRASÍLIA

DETALHAMENTO DA ORDEM JUDICIAL DE BLOQUEIO DE VALORES

Dados do Bloqueio

Situação da solicitação: **Respostas recebidas, processadas e disponibilizadas para consulta**

As ordens judiciais protocoladas até as 19h00min dos dias úteis serão consolidadas, transformadas em arquivos de remessa e disponibilizadas simultaneamente para todas as instituições financeiras até as 23h00min do mesmo dia. As ordens judiciais protocoladas após as 19h00min ou em dias não úteis serão tratadas e disponibilizadas às instituições financeiras no arquivo de remessa do dia útil imediatamente posterior.

Número do protocolo:	20230002819001		
Data/hora de protocolamento:	07/03/2023 19:41		
Número do processo:	0085100-81.1998.5.10.0003		
Juiz solicitante do bloqueio:	FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA		
Tipo/natureza da ação:	Ação Trabalhista		
CPF/CNPJ do autor/exequente da ação:	41872789587		
Nome do autor/exequente da ação:	JOSE DOMINGOS FERREIRA SANTOS		
Protocolo de bloqueio agendado?	Não		
Repetição programada?	Sim	**Data limite da repetição:**	09/03/2023
Ordem sigilosa?	Não		

Relação dos Réus/Executados

Réu/Executado	Total bloqueado pelo bloqueio original e reiterações
00474841000130: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA	R$ 0,00

Respostas

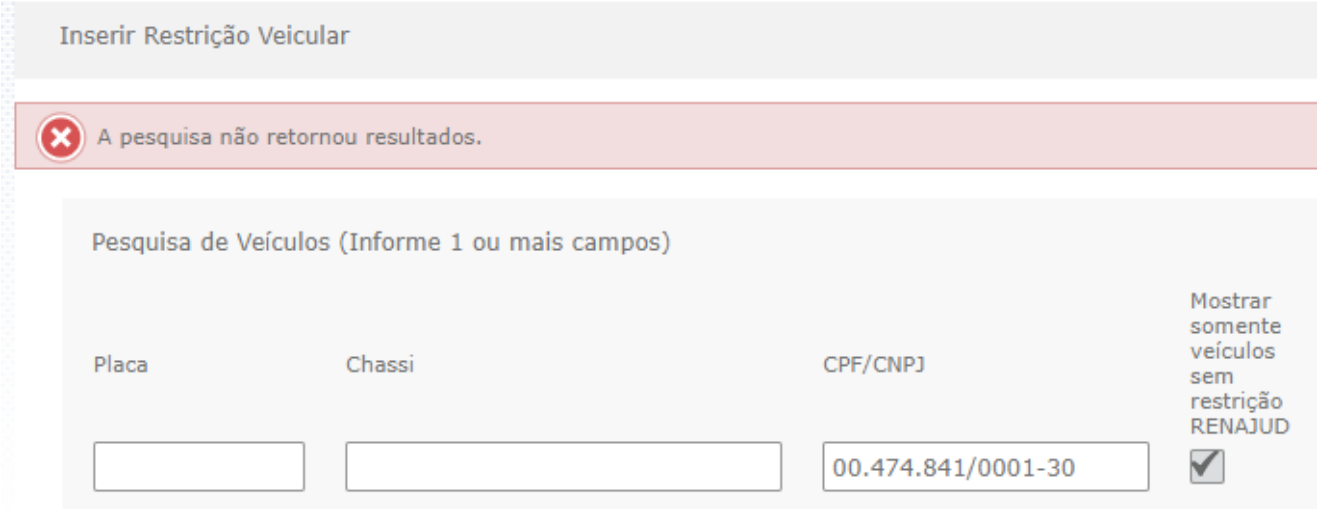
BCO BRADESCO

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
07 MAR 2023 19:41	Bloqueio de Valores	FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA	R$ 3.365,64	(05) Réu/executado sem saldo disponível devido a bloqueio total anterior.	-	08 MAR 2023 20:22

PJe

Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - Juntado em: 29/03/2023 16:15:17 - 68243f2
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/23032916151630000000034628457?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 23032916151630000000034628457

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
3ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA



BRASILIA/DF, 14 de abril de 2023.

SANDOVAL JULIANO DA SILVA
Assessor

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO
SAS Quadra 1 Bloco D - Bairro Asa Sul - CEP 70097-900 - Brasília - DF - www.trt10.jus.br
Praça dos Tribunais Superiores

DESPACHO

Vistos.

URBRÁS Urbanização e Premoldados LTDA., CNPJ n. 00.474.841/0001-30; SABEP São Bento Empreendimentos e Participações S/A, CNPJ n. 00.479.659/0001-72; IRFATUR Turismo e Hotelaria S/A, CNPJ n. 00.366.518/0001-43; IRFASA Construções Industria e Comércio S/A, CNPJ n. 00.023.150/0001-10; Fazenda da Prata S/A, CNPJ n. 23.537.210/0001-19; BETONMIX Serviços de Concretagem EIRELI, CNPJ n. 00.446.443/0001-00 Espólio de Wayne do Carmo Faria, pessoa física, inscrito em vida no CPF nº 000.273.911-91, neste ato representadas por sua administrador/inventariante Elayne Maria do Carmo Faria, pessoa física inscrita no CPF nº 145.751.831-72, nos termos do requerimento 2521633, pretendem a reunião de todas as execuções em curso nas Varas do Trabalho da 10ª Região, para que se possa efetivar uma solução uniforme.

Informam que todas as empresas requerentes, à exceção da BENTONMIX, possuem sócio em comum, Sr Wayne do Carmo Faria, falecido em 2017, cujo inventário está em curso no processo judicial 0008596-08.2017.8.07.0001, em trâmite na 1ª Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília, cujo patrimônio será utilizado para pagamento das execuções trabalhistas.

Esclarecem, por oportuno, que a Betonmix foi incluída no polo passivo de algumas execuções instauradas originariamente em relação às demais requerentes, em razão de desconsiderações da personalidade jurídica e/ou reconhecimento de grupos econômicos, razão pela qual também figuram como requerentes do presente REEF.

Os requerentes informam que tramitam perante a 10ª Região 19 (dezenove) processos em fase de execução, no valor total de R$1.473.721,04, informando, ainda a existência de 08 (oito) processos em execução trabalhista que tramitam em comarcas diversas, no valor estimado de R$17.776,38.

Em relação aos processos em tramitação em outras comarcas, requerem seja registrada a reserva do crédito perante a execução reunida no presente regional, para fins de pagamento nos autos do processo do inventário judicial nº 0008596-08.2017.8.07.0001, em trâmite na 1ª Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília.

Indicam como forma de pagamento das execuções reunidas a venda, por meio de alienação por iniciativa particular, do imóvel de matrícula 3.951 (“Hotel Aracoara”), do 2º Registro de Imóveis do Distrito Federal, de propriedade da IRFASA CONSTRUÇÕES INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A, avaliado em R$25.000.000,00, solicitando autorização para venda, cujos valores serão utilizados para pagamento dos débitos trabalhistas e o remanescente direcionado ao juízo do inventário.

Analiso.

O Procedimento de Reunião de Execuções, no âmbito da Justiça do Trabalho da 10ª Região, encontra-se previsto da Resolução Administrativa 33/2023, do egrégio Tribunal Pleno, em consonância com o disposto no Provimento Geral Consolidado da CGJT.

O art. 30 da RA 33/2023-TRT-10 confere ao Juiz Coordenador do Juízo das Execuções Especiais e Pesquisa Patrimonial a iniciativa de instauração do Regime Especial de Execução Forçada – REEF, observados os requisitos previstos nos normativos que disciplinam a matéria.

Importa destacar que o Procedimento de Reunião de Execuções – PRE tem como princípios, além de outros, a cooperação judiciária, a essência conciliatória da Justiça do Trabalho e a razoável duração do processo (art. 155 do Provimento Geral Consolidado da CGJT).

O §1º do art. 5º RA 33/2023-TRT-10 estabelece que a identificação do grande devedor,

PJe Assinado eletronicamente por: MIRIAN VILAS BOAS FERNANDES - Juntado em: 21/05/2024 18:45:46 - 93f47ff

para fins de reunião das execuções, deve atender a critério estabelecido pelo Juiz Coordenador do Juízo de Execuções Especiais, que, para isso, deverá analisar com razoabilidade cada caso concreto, atento aos princípios norteadores do instituto, notadamente o da razoável duração do processo.

Portanto, não apenas o critério objetivo de "expressivo número" deve ser considerado para de execuções pendentes nas Varas do Trabalho da Região o Procedimento de Reunião de Execuções.

No caso presente, ainda que não se trate a executada de uma grande devedora na acepção objetiva do termo, verifica-se que existem contra ela processos em curso em Varas diversas do Distrito Federal, alguns em tramitação há mais de 20 anos, sem solução, e a indicação de bem para venda por iniciativa particular resultará, potencialmente, na solução de todas execuções em curso, considerando o valor de avaliação.

Nesse contexto, tem-se como viável a reunião das execuções contra as executadas referidas, conforme pretendido, à luz dos fundamentos ora aduzidos.

Por todo o exposto, decido:

- instaurar o **Regime Especial de Execução Forçada – REEF** contra as executadas URBRÁS Urbanização e Premoldados LTDA., CNPJ n. 00.474.841/0001-30; SABEP São Bento Empreendimentos e Participações S/A, CNPJ n. 00.479.659/0001-72; IRFATUR Turismo e Hotelaria S/A, CNPJ n. 00.366.518/0001-43; IRFASA Construções Industria e Comércio S/A, CNPJ n. 00.023.150/0001-10; Fazenda da Prata S/A, CNPJ n. 23.537.210/0001-19; BETONMIX Serviços de Concretagem EIRELI, CNPJ n. 00.446.443/0001-00 Espólio de Wayne do Carmo Faria, **reunindo na Secretaria de Execuções Especiais e Pesquisa Patrimonial** todos os processos de execução definitiva em curso contra as referidas empresas nas Varas do Trabalho da 10ª Região, quais sejam: 1ª Vara do Trabalho de Brasília 0000194-03.2017.5.10.0001 0000683-98.2021.5.10.0001 3ª Vara do Trabalho de Brasília 0085100-81.1998.5.10.0003 6ª Vara do Trabalho de Brasília 0000330-24.2013.5.10.0006 0050800-84.1998.5.10.0006 0098600-11.1998.5.10.0006 0096700-56.1999.5.10.0006 0121600-30.2004.5.10.0006 7ª Vara do Trabalho de Brasília 0015600-13.1998.5.10.0007 8ª Vara do Trabalho de Brasília 0128500-33.1998.5.10.0008 0000469-91.2018.5.10.0008 11ª Vara do Trabalho de Brasília 0000598-19.2020.5.10.0011 0114800-78.1998.5.10.0011 13ª Vara do Trabalho de Brasília 0000876-19.2017.5.10.0013 15ª Vara do Trabalho de Brasília 0000505-78.2019.5.10.0015 19ª Vara do Trabalho de Brasília 0095000-64.2003.5.10.0019 20ª Vara do Trabalho de Brasília 0000240-90.2021.5.10.0020 22ª Vara do Trabalho de Brasília 0000563-60.2019.5.10.0022 1ª Vara do Trabalho de Taguatinga 0129000-14.1998.5.10.0101, ressalvados os feitos objeto de eventual recusa pela unidade judiciária (§3º do art. 30 da RA 33/2023-TRT-10);

- **comunicar** via SEI ao Exmo. Sr. **Corregedor Regional** a presente decisão, para os fins previstos no §1º do art. 32 RA 33/2023-TRT-10;

- **dar ciência a todas as Varas do Trabalho da 10ª Região** acerca da presente decisão, bem como para, em cumprimento ao disposto no §1º do art. 32 e inciso II do art. 33, ambos da RA 33/2023-TRT-10, encaminhar à SEXEC, no prazo de 30 dias, a planilha do valor atualizado de cada execução em curso em face das requerentes, considerando o último dia do mês de atualização;

- fixar o **0085100-81.1998.5.10.0003 como processo piloto,** para os fins do art. 33 da RA 33/2023-TRT-10, bem como **solicitar à 3ª Vara do Trabalho de Brasília** a remessa dos autos do referido processo à SEXEC, com a planilha de cálculos devidamente atualizada;

- dar ciência às executadas da presente decisão, por e-mail;

- deverão ser juntados ao processo piloto **0085100-81.1998.5.10.0003,** quando de sua

remessa à SEXEC, os documentos 2521633, 2521653, 2521659 e 2521681;

- Cumpridas as determinações supra, considerando que os demais atos em relação ao REEF serão praticados no processo piloto, conclua-se o processo nessa unidade.

Assinado eletronicamente
FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA
Juiz do Trabalho Coordenador do
Juízo de Execuções Especiais e Pesquisa Patrimonial
SEXEC/TRT10

Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA**, **Juiz do Trabalho**, em 17/05/2024, às 15:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.trt10.jus.br/validadorsei.htm informando o código verificador **2524206** e o código CRC **6C0E1E6E**.

Assinado eletronicamente por: MIRIAN VILAS BOAS FERNANDES - Juntado em: 21/05/2024 18:45:46 - 93f47ff
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24052118434733000000040866105?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24052118434733000000040866105

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
3ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA

TERMO DE CONCLUSÃO

Conclusão ao(à) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho feita pelo(a) servidor(a) MIRIAN VILAS BOAS FERNANDES, em 21 de maio de 2024.

DESPACHO

Vistos.

Tendo em vista o teor da decisão juntada aos autos, nesta data, do Juiz do Trabalho Coordenador do Juízo de Execuções Especiais e Pesquisa Patrimonial SEXEC-TRT10, que fixou os presentes autos como processo piloto para os fins do art. 33 da RA 33/2023 do TRT10, atualizem-se os cálculos.

Após, remetam-se os autos à SEXEC.

BRASILIA/DF, 22 de maio de 2024.

NATALIA LUIZA ALVES MARTINS
Juíza do Trabalho Substituta

Assinado eletronicamente por: NATALIA LUIZA ALVES MARTINS - Juntado em: 22/05/2024 18:42:47 - e810d21
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10 REGIAO:02011574000190
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24052118471693500000040866196?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24052118471693500000040866196

PJe-Calc
Sistema de Cálculos Trabalhistas

Processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Cálculo: 137144

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante **JOSE DOMINGOS FERREIRA SANTOS**
Reclamado: **URBRAS - URBANIZAÇÃO E PROMOLDADOS LTDA**
Data Últ. Atualização: **10/01/2002** Data Liquidação: **30/06/2024**

Resumo da Atualização do Cálculo

Descrição do Saldo Devedor por Credor	Valor
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	3.620,91
IRPF DEVIDO PELO RECLAMANTE	0,00
Total Devido Pelo Reclamado	**3.620,91**

Não houve eventos no período compreendido entre a data de liquidação do cálculo e a data de liquidação da atualização.

Critério da Atualização e Fundamentação Legal

1. Valores corrigidos pelo índice 'Tabela Única de Atualização e Conversão de Débitos Trabalhistas', acumulado a partir do mês subsequente ao vencimento, conforme súmula nº 381 do TST. Última taxa 'Tabela Única de Atualização e Conversão de Débitos Trabalhistas' relativa a 30/04/2024.
2. Contribuições sociais sobre salários devidos calculadas conforme os itens IV e V da Súmula no 368 do TST. Para salários devidos até 04/03/2009, inclusive, sem juros e multa de mora (art. 276, caput, do Decreto nº 3.048/1999). Para salários devidos a partir de 05/03/2009, com juros de mora à taxa SELIC desde a prestação do serviço (art. 43 da Lei nº 8.212/1991).
3. Imposto de renda apurado através da 'tabela progressiva mensal' vigente no mês da liquidação (Art. 12 da Lei nº 7.713/1988).
4. Sem incidência de juros a partir de 10/01/2002.
5. Juros de mora sobre verbas apurados após a dedução da contribuição social devida pelo reclamante.

Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - 04/06/2024 11:37:10 - 0963d2c
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=24060411371011500000041073738
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24060411371011500000041073738

Processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Cálculo: 137144

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante **JOSE DOMINGOS FERREIRA SANTOS**
Reclamado: **URBRAS - URBANIZAÇÃO E PROMOLDADOS LTDA**
Data Últ. Atualização: **10/01/2002** Data Liquidação: **30/06/2024**

Demonstrativo da Atualização do Cálculo

Saldo Devedor em 30/06/2024

Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Principal Corrigido	-	-	600,00	3,795263902	2.277,16	0,00	2.277,16
Juros de Mora até 10/01/2002	-	-	354,06	3,795263902	1.343,75	0,00	1.343,75
Juros de Mora de 11/01/2002 até 30/06/2024	2.277,16	0,0000%	-	-	0,00	0,00	0,00
Total Parcial					**3.620,91**	**0,00**	**3.620,91**

Descontar dos Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Imposto de Renda devido pelo Reclamante	-	-	-	-	0,00	0,00	0,00
Total Parcial					**0,00**	**0,00**	**0,00**

Demonstrativo de Imposto de Renda

Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - 04/06/2024 11:37:10 - 0963d2c
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=24060411371011500000041073738
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24060411371011500000041073738

Imposto de Renda Devido sobre Saldo Devedor em: 30/06/2024

Rendimentos recebidos acumuladamente relativos a ano-calendário anterior ao do recebimento - 10/01/2002 a 10/01/2002

Nome: TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA

Verbas	Juros	Quant. de Meses	Contribuição Social	Previdência Privada	Pensão Alimentícia	Honorários	Dependentes	Aposentado > 65 anos	Base	Faixa	Alíquota	Dedução	Devido
0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00

Total Devido	**0,00**

Assinado eletronicamente por: SANDOVAL JULIANO DA SILVA - 04/06/2024 11:37:10 - 0963d2c
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=24060411371011500000041073738
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24060411371011500000041073738

À Secretária de Execuções Especiais e Pesquisa Patrimonial

URBRÁS Urbanização e Premoldados LTDA., CNPJ n. 00.474.841/0001-30;

SABEP São Bento Empreendimentos e Participações S/A, CNPJ n. 00.479.659/0001-72;

IRFATUR Turismo e Hotelaria S/A, CNPJ n. 00.366.518/0001-43;

IRFASA Construções Industria e Comércio S/A, CNPJ n. 00.023.150/0001-10;

Fazenda da Prata S/A, CNPJ n. 23.537.210/0001-19;

BETONMIX Serviços de Concretagem EIRELI, CNPJ n. 00.446.443/0001-00

Espólio de Wayne do Carmo Faria, pessoa física, inscrito em vida no CPF nº 000.273.911-91; neste ato representadas por sua administrador/inventariante

Elayne Maria do Carmo Faria, pessoa física inscrita no CPF nº 145.751.831-72.

Todas vinculadas ao Espólio do Sr. Wayne do Carmo Faria, vêm, respeitosamente, por intermédio de seus advogados devidamente constituídos conforme documentação em anexo (**Doc.1**) com fulcro no art. 28 da Lei n. 6.830 /80, art. 765 da CLT e art. 780 do CPC, apresentar

PEDIDO DE REUNIÃO DAS EXECUÇÕES TRABALHISTAS

propondo, para tanto, as condições a seguir alinhavadas.

I. DA LEGITIMIDADE DOS REQUERENTES

Inicialmente, cumpre esclarecer a respeito dos requerentes, compostos por empresas e pessoas físicas peticionantes.

A reunião dos processos é necessária porque todas as empresas, com exceção da Betonmix, possuem em comum o mesmo sócio proprietário, Sr. Wayne do Carmo Faria, falecido em 2017, cujo inventário está em curso no processo judicial nº 0008596-08.2017.8.07.0001, em trâmite na 1ª Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília (**Doc.2**). É dizer, todas as empresas compõem o espólio do Sr. Wayne e, consequentemente, os débitos trabalhistas das empresas também serão quitados com o patrimônio líquido das empresas que compõem o espólio.

Clicksign 52dcf848-9bbd-4799-8cba-395fda569b70

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 15:38:35 - 3b6bc74

Quanto à empresa **Betonmix**, é necessária sua inclusão pois, em alguns processos, foram concedidas desconsiderações da personalidade jurídica das empresas originárias, bem como, reconhecidos grupos econômicos que a sujeitaram a compor o polo passivo de processos de execução.

II. DA REUNIÃO DAS EXECUÇÕES TRABALHISTAS

Conforme exposto, todas as requerentes compõem o espólio do Sr. Wayne e, dessa forma, os pagamentos das execuções terão a mesma origem. Verifica-se, assim, que todos os processos possuem a mesma fonte executada.

Isto é, os processos a serem reunidos possuem os mesmos devedores e o pedido de reunião das execuções trabalhistas tem por fundamento os princípios da economia e celeridade processual e no princípio constitucional da razoável duração do processo, bem como encontra abrigo no art. 28, da Lei nº 6.830 /80, o qual confere ao Juiz liberdade para decidir conforme seu convencimento, beneficiando os credores trabalhistas.

Verifica-se que se trata de medida benéfica aos exequentes, não causando qualquer prejuízo, visto que prima por promover o pagamento das execuções de forma célere. A reunião de execuções busca racionalizar a atividade jurisdicional, evitando a realização de diligências infrutíferas e desnecessárias.

No caso em questão, considerando que as empresas requerentes devedoras formam o patrimônio do inventário do Sr. Wayne do Carmo Faria, reunir todas as execuções em um único juízo garante a efetividade do processo, nos termos do art. 5°, LXXVIII, da Constituição Federal, gerando celeridade, a fim de evitar diversos atos executórios, havendo, inclusive, padronização, sendo uma forma de otimizar os procedimentos.

As Requerentes solicitam, pelo exposto, a reunião de todos os processos trabalhistas em execução definitiva em trâmite no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região **(Doc. 3)**, nos quais constam como executadas, em um mesmo juízo.

Clicksign 52dcf848-9bbd-4799-8cba-395fda569b70

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 15:38:35 - 3b6bc74

III. DOS PROCESSOS

Atualmente, as peticionantes são executadas nos seguintes processos, todos em curso no TRT da 10ª Região **(Doc. 3):**

1ª Vara do Trabalho de Brasília
0000194-03.2017.5.10.0001
0000683-98.2021.5.10.0001

3ª Vara do Trabalho de Brasília
0085100-81.1998.5.10.0003

6ª Vara do Trabalho de Brasília
0000330-24.2013.5.10.0006
0050800-84.1998.5.10.0006
0098600-11.1998.5.10.0006
0096700-56.1999.5.10.0006
0121600-30.2004.5.10.0006

7ª Vara do Trabalho de Brasília
0015600-13.1998.5.10.0007

8ª Vara do Trabalho de Brasília
0128500-33.1998.5.10.0008
0000469-91.2018.5.10.0008

11ª Vara do Trabalho de Brasília
0000598-19.2020.5.10.0011
0114800-78.1998.5.10.0011

13ª Vara do Trabalho de Brasília
0000876-19.2017.5.10.0013

15ª Vara do Trabalho de Brasília
0000505-78.2019.5.10.0015

19ª Vara do Trabalho de Brasília
0095000-64.2003.5.10.0019

20ª Vara do Trabalho de Brasília
0000240-90.2021.5.10.0020

22ª Vara do Trabalho de Brasília
0000563-60.2019.5.10.0022

1ª Vara do Trabalho de Taguatinga
0129000-14.1998.5.10.0101

Além dos processos listados acima, as empresas peticionantes ainda possuem 08 (oito) processos em execução trabalhista que tramitam em comarcas diversas.[1] **(Doc. 4 a Doc. 7)**

Quanto a esses processos, requer-se que o juízo trabalhista centralizador envie o valor devido das execuções ao processo do inventário judicial nº 0008596-08.2017.8.07.0001, em trâmite na 1ª Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília, com a reserva do crédito a ser solicitada.

[1] TRT da 3ª Região, TRT da 4ª Região, TRT da 7ª Região e TRT da 12ª Região.

Clicksign 52dcf848-9bbd-4799-8cba-395fda569b70

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 15:38:35 - 3b6bc74

IV. DO VALOR TOTAL DA DÍVIDA

De acordo com as certidões de andamento processual emitidas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, atualmente, existem 19 (dezenove) processos trabalhistas cadastrados em face das peticionantes cujo débito foi previamente quantificado e estimado em **R$ 1.473.721,04 (um milhão, quatrocentos e setenta e três mil e setecentos e vinte e um reais e quatro centavos).**

Além dos processos em execução trabalhista em trâmite na 10ª Região, **há outros 08 (oito) processos na mesma situação em outras comarcas**, também apresentados na tabela juntada, sendo:

- **TRT 3ª REGIÃO**

  1 (um) processo trabalhista

  Valor estimado: R$ 960.476,82 (novecentos e sessenta mil e quatrocentos e setenta e seis reais e oitenta e dois centavos).

- **TRT 4ª REGIÃO**

  1 (um) processo trabalhista

  Valor estimado: R$ 65.804,5 (sessenta e cinco mil e oitocentos e quatro reais e cinquenta centavos).

- **TRT 4ª REGIÃO**

  1 (um) processo trabalhista

  Valor estimado: R$ 65.804,5 (sessenta e cinco mil e oitocentos e quatro reais e cinquenta centavos).

- **TRT 7ª REGIÃO**

  4 (quatro) processos trabalhistas

  Valor estimado: R$ 151.304,00 (cento e cinquenta mil e trezentos e quatro reais).

- **TRT 12ª REGIÃO**

  2 (dois) processos trabalhistas

Clicksign 52dcf848-9bbd-4799-8cba-395fda569b70

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 15:38:35 - 3b6bc74

Valor estimado: R$ 17.776,38 (dezessete mil e setecentos e setenta e seis reais e trinta e oito centavos).

Salienta-se, desde já, que além dos processos listados, existem processos de execução fiscal de autoria da União e do Ministério Público, cuja dívida ativa foi objeto de negociação diretamente com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme será trazido em tópico próprio, não havendo necessidade de se incluir no presente procedimento (**Doc. 8)**.

Há ainda apenas um processo em fase recursal, cuja sentença julgou os pedidos apresentados pelo Reclamante improcedentes, não havendo, por ora, débito pelas peticionantes.[2]

V. DO TERMO DE TRANSAÇÃO INDIVIDUAL

Cumpre trazer à baila que, visando ao encerramento dos litígios judiciais e à quitação integral dos referidos débitos, e tendo em vista que a legislação estimula a solução consensual de conflitos (CPC, art. 3º, §2º) e que cabe às partes agirem com boa-fé, cooperando mutuamente, ao longo dos anos de 2022 e 2023, as peticionantes negociaram com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) a Transação Individual de Grupo Empresarial nº 20220167968 (TTI) **(Doc. 8).**

Com êxito, foi formulado o Termo TTI, devidamente assinado por todas as partes.

Verifica-se, assim, o intuito das Peticionantes em providenciarem quitação integral de todos seus débitos, dando prioridade aos de natureza trabalhista, em razão do privilégio existente.

Com este objetivo, as Peticionantes apresentam o presente **Pedido de reunião das execuções trabalhistas,** de forma a darem celeridade e efetividade ao cumprimento das execuções.

VI. DA ALIENAÇÃO POR INICIATIVA PARTICULAR

A pretensão para pagamento é a venda, por meio de alienação por iniciativa particular, do imóvel de matrícula 3.951 (“Hotel Aracoara”), do 2º Registro de Imóveis do Distrito Federal **(doc. 9).**

O imóvel expropriado, compõe o patrimônio ativo da empresa IRFASA Construções Industria e Comércio S/A e já existe, inclusive, proposta de aquisição por meio de expropriação judicial

[2] Processo nº 0000461-12.2021.5.10.0008

Clicksign 52dcf848-9bbd-4799-8cba-395fda569b70

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 15:38:35 - 3b6bc74

feita por compradores efetivos pelo preço de R$ 26.000.000,00 (Vinte e seis milhões de reais)**, à vista,** conforme proposta em anexo **(Doc. 10).** Contudo, referida expropriação deve acontecer em algum juízo em que o processo de execução seja adiantado, como é o caso das ações trabalhistas incluídas nessa petição.

Ressalta-se que a proposta apresentada é muito similar à avaliação realizada por Oficial de Justiça Avaliador Federal, em 09.02.2024, designado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, o valor de R$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais). **(Doc. 11).**

Com efeito, a intenção das executadas é alocar os pagamentos na ordem de preferência de credores disposta no art. 908 do CPC, **dando preferência ao pagamento dos débitos dos trabalhadores e** iniciando o plano de pagamento para os processos que tramitam no TRT da 10ª Região. A quantia remanescente seria enviada ao juízo do inventário (processo judicial nº 0008596-08.2017.8.07.0001, em trâmite na 1ª Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília), tendo os juízes trabalhistas das demais regiões solicitado reserva de crédito, assim como os demais credores.

A expectativa inicial é, portanto, que seja feita **Alienação por Iniciativa Particular (AIP),** modalidade "por iniciativa própria", ou seja, aquela em que é apresentado ao juízo um potencial comprador, com a proposta de compra do bem firme e valiosa. Diferentemente do que está previsto no CPC, a doutrina majoritária e alguns Tribunais, entendem que a apresentação de um comprador não é uma função limitada ao exequente, admitindo que o próprio executado, primando pela boa-fé, cooperação processual e menor onerosidade da execução, possa assumir os encargos necessários para a consumação da Alienação Por Iniciativa Particular, o que torna este instrumento muito mais célere e benéfico para a satisfação da dívida, sendo esta a estratégia adotada.

Ressalta-se que, a alienação por iniciativa particular possibilita que o pagamento das execuções ocorra de forma mais célere, privilegiando os credores, bem como com valor justo de mercado, de forma a garantir um maior número de quitações.

Pretende-se, portanto, proceder com a Alienação por Iniciativa particular perante o juízo de reunião das execuções trabalhista.

Tal meio expropriatório tem, em certa medida, os mesmos efeitos da venda de um bem por meio de hasta pública, uma vez que o adquirente passará a ser o novo proprietário e todos os gravames no imóvel deixam de acompanhá-lo, sendo utilizado o valor da sua comercialização para

Clicksign 52dcf848-9bbd-4799-8cba-395fda569b70

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 15:38:35 - 3b6bc74

quitação de tais dívidas, ainda que tal montante seja insuficiente. Esse cenário garante uma maior segurança jurídica na operação de alienação, uma vez que há amparo do Poder Judiciário.

Pede-se, portanto, a este Juízo, autorização da venda por iniciativa particular do imóvel indicado, para pagamento dos débitos trabalhistas e depósito judicial do valor remanescente, direcionando para o pagamento dos demais débitos do espólio, sendo informado o juízo do inventário no processo judicial nº 0008596-08.2017.8.07.0001, em trâmite na 1ª Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília.

VII. DOS GRAVAMES

Verifica-se na certidão de matrícula do imóvel indicado para fins de AIP que não há qualquer gravame de natureza trabalhista.

No tocante às hipotecas indicadas nas averbações 1 e 2 do imóvel de matrícula nº 16.800 do Cartório do 4º Ofício de Registro de Imóveis do DF na matrícula do imóvel é derivada do processo nº 0014143-98.1995.8.07.0001, ajuizada pelo Banco do Brasil em desfavor de IRFASA, Antônio e Celme.

A ação passou por décadas de tramitação tumultuada, envolvendo debates significativos sobre o valor devido, especialmente quanto à forma de atualização da dívida e à avaliação dos imóveis penhorados. Ao longo do processo, ocorreu a cessão de créditos e a substituição do polo ativo, com o Banco do Brasil deixando de fazer parte da relação processual.

Empresas como ANTARES e MIRA foram admitidas no polo ativo, obtendo a carta de adjudicação da Fazenda Sobradinho em sua titularidade, levada regularmente a registro. No entanto, uma decisão do AGI 2009.00.2.015247-4, movido pela União Federal contra ANTARES, MIRA, IRFASA e OUTROS, resultou no cancelamento de todos os atos após a adjudicação do imóvel, considerando sua nulidade.

Consequentemente, a propriedade da Fazenda Sobradinho retornou à IRFASA S/A, e os gravames foram restabelecidos em favor do BANCO DO BRASIL, credor originário que cedeu seu crédito às empresas ANTARES e MIRA. Após um período razoável de tramitação, a ação declaratória ajuizada pela IRFASA S/A reconheceu a limitação da dívida a R$ 23.100.000,00. As empresas ANTARES e MIRA foram condenadas ao pagamento de multa contratual de R$ 2.000.000,00 e indenização por danos morais a Wayne no valor de R$ 500.000,00.

Clicksign 52dcf848-9bbd-4799-8cba-395fda569b70

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 15:38:35 - 3b6bc74

Na ação principal, houve uma sentença extintiva da execução, declarando a impossibilidade de manter atos que tivessem como objeto título executivo diverso do que instruiu a petição inicial. Após apelações, a extinção da ação foi revertida, determinando que a execução siga seu curso apenas quanto ao valor reconhecido como devido na ação declaratória, ou seja, R$ 23.100.000,00.

Ao final, as partes formularam acordo extrajudicial e aguardam a consumação deste para consequente baixa da hipoteca, a qual foi requerida no dia 05/01/2024 ao Juízo.

Conforme exposto, não há mais dívida, visto que foi firmado acordo extrajudicial entre as partes.

Demonstrou-se ainda que estão inválidas e pendentes de baixa as penhoras visto que, o pedido de manifestação e esclarecimento recai nas averbações 1 e 2 do imóvel de matrícula nº 16.800 do Cartório do 4º Ofício de Registro de Imóveis do DF. Ocorre que foram registradas, respectivamente, em 05/09/1979 e 03/01/1977, ou seja, sob a égide do disposto no art. 1485, do Código Civil, o prazo de 30 (trinta) anos, contados da data do contrato, para que seja considerada válida a hipoteca, já transcorreu, sem que tivesse havido nova averbação.

Além do mais, em função da natureza decadencial do prazo de perempção, não se aplicam as causas impeditivas, suspensivas e interruptivas aplicáveis à prescrição.

Conforme demonstrado, as hipotecas não são mais válidas, uma vez que já decaíram, não apresentando óbice e/ou risco para continuidade da Reunião das Execuções Trabalhistas.

VIII. DAS INTIMAÇÕES

Considerando o TTI firmado entre as peticionantes e a PGFN, solicita-se sua intimação para ciência deste pedido.

Nos termos do art. 889 do CPC, também é solicitada intimação para ciência dos terceiros mencionados em seus incisos.

IX. CONCLUSÃO

Sendo assim, diante da vontade e garantia expressamente fornecidos pelas Executadas para a quitação dos débitos trabalhistas devidos pelo Espólio do Sr. Wayne do Carmo Faria, as Executadas requerem a implantação da Reunião das Execuções Trabalhistas, com a concessão da possibilidade de alienação por iniciativa particular do imóvel indicado nesta oportunidade.

Clicksign 52dcf848-9bbd-4799-8cba-395fda569b70

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 15:38:35 - 3b6bc74

Requer, outrossim, que das publicações conste o nome do advogado Luis Gustavo Freitas da Silva, OAB/DF 23.371.

Nesses termos, pede deferimento.

Brasília/DF, 05 de maio de 2024.

LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
OAB/DF 23.371

LEANDRO PACÍFICO SOUZA OLIVEIRA
OAB/DF 66.348

DANIELA RODRIGUEZ CANHACI
OAB/DF 52.619

ELAYNE MARIA DO CARMO
CPF 145.751.831-72

Clicksign 52dcf848-9bbd-4799-8cba-395fda569b70

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 15:38:35 - 3b6bc74

Clicksign

Datas e horários em GMT -03:00 Brasilia
Log gerado em 10 de maio de 2024. Versão v1.39.0.

Reunião de execuções trabalhistas.pdf

Documento número #52dcf848-9bbd-4799-8cba-395fda569b70

Hash do documento original (SHA256): 2a40e40500230a4229febab677555f34759391b6f4954dd0290b7d89cecda9e9

Assinaturas

Elayne Maria do Carmo Faria
CPF: 145.751.831-72
Assinou como representante legal em 10 mai 2024 às 06:22:40

Daniela Rodriguez Canhaci
CPF: 031.009.830-09
Assinou como advogado(a) em 09 mai 2024 às 20:45:57

Log

09 mai 2024, 20:39:13	Operador com email daniela.canhaci@fdsadvogados.com na Conta 971951e3-470c-4d3b-af29-29fe210db6e1 criou este documento número 52dcf848-9bbd-4799-8cba-395fda569b70. Data limite para assinatura do documento: 08 de junho de 2024 (20:38). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
09 mai 2024, 20:39:13	Operador com email daniela.canhaci@fdsadvogados.com na Conta 971951e3-470c-4d3b-af29-29fe210db6e1 adicionou à Lista de Assinatura: elayfa@uol.com.br para assinar como representante legal, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Elayne Maria do Carmo Faria e CPF 145.751.831-72.
09 mai 2024, 20:39:13	Operador com email daniela.canhaci@fdsadvogados.com na Conta 971951e3-470c-4d3b-af29-29fe210db6e1 adicionou à Lista de Assinatura: daniela.canhaci@fdsadvogados.com para assinar como advogado(a), via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Daniela Rodriguez Canhaci e CPF 031.009.830-09.
09 mai 2024, 20:45:57	Daniela Rodriguez Canhaci assinou como advogado(a). Pontos de autenticação: Token via E-mail daniela.canhaci@fdsadvogados.com. CPF informado: 031.009.830-09. IP: 179.214.126.135. Componente de assinatura versão 1.853.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
10 mai 2024, 06:22:40	Elayne Maria do Carmo Faria assinou como representante legal. Pontos de autenticação: Token via E-mail elayfa@uol.com.br. CPF informado: 145.751.831-72. IP: 177.72.59.162. Componente de assinatura versão 1.853.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
10 mai 2024, 06:22:40	Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 52dcf848-9bbd-4799-8cba-395fda569b70.

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 15:38:35 - 3b6bc74

Clicksign

Datas e horários em GMT -03:00 Brasilia
Log gerado em 10 de maio de 2024. Versão v1.39.0.

Documento assinado com validade jurídica.
Para conferir a validade, acesse https://validador.clicksign.com e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.
As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 52dcf848-9bbd-4799-8cba-395fda569b70, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 15:38:35 - 3b6bc74
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24060415383526400000041082214?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24060415383526400000041082214

PROCURAÇÃO

OUTORGANTES:

- **IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S.A,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.366.518/0001-43, com sede no SHN, Quadra 5, Bloco C, Sn, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70.705-000;
- **IRFASA S.A CONSTRUCOES INDUSTRIA E COMERCIO**, inscrita no CNPJ sob o nº 00.023.150/0001-10, com sede no SIA Trecho 03, lote 930, Brasília/DF, CEP 70.310-500; • URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 00.474.841/0001-30, com sede na Rodovia DF 150, Km 5,5, Sobradinho, Brasília/DF, CEP 73.001-970;
- **BETONMIX SERVICOS DE CONCRETAGEM EIRELI,** inscrita no CNPJ sob nº 00.446.443/0001-00, com sede no SAAN, Quadra 02, Lote 10 a 200, Brasília/DF, CEP 70.310-500;
- **SABEP SAO BENTO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A**, inscrita no CNPJ sob nº 00.479.659/0001-72, com sede no SIA, Trecho 03, lote 930, Brasília/DF, CEP 70.310-500;
- **FAZENDAS DA PRATA S.A**, inscrita no CNPJ sob nº 23.537.210/0001-19, com sede na FAZENDA DA PRATA, Sn, CAIXA POSTAL 35, Pirapora/MG, CEP 39.270-000; e
- **ESPÓLIO DE WAYNE DO CARMO FARIA,** inscrito no CPF sob nº 000.273.911-91, com domicílio fiscal sito no SAI Trecho 03, lote 930, Brasília/DF, CEP 70.310-500. Neste ato, todos representados pela inventariante do Espólio de Wayne de Wayne do Carmo Faria e representante das empresas, Elayne Maria do Carmo Faria, brasileira, arquiteta, divorciada, inscrita no RG sob o nº 247.170 SSP/DF e no CPF nº 145.751.831-72, residente no Condomínio Parque Jardim das Paineiras – Quadra 03, Casa 48, CEP 71680-366, e-mail elayfa@uol.com.br.

OUTORGADOS:

- **LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA**, inscrito na OAB/DF sob o n. 23.371, e-mail luisgustavo@fdsadvogados.com;
- **EDILENE ROSSI LACERDA**, inscrito na OAB/DF sob o n. 15.074, e-mail edilene@fdsadvogados.com;
- **LEANDRO PACÍFICO SOUZA OLIVEIRA**, inscrito na OAB/DF sob o n. 66.348, e-mail leandro@fdsadvogados.com;
- **FÁBIO MATTOS LEAL DIAS**, inscrito na OAB/DF sob o n. 67.006, e-mail fabio@fdsadvogados.com;
- **LUCAS LACERDA ESTEVES**, inscrito na OAB/DF sob o n. 68.416, e-mail lucas@fdsadvogados.com;
- **NIKOLLY MILANI SIMÕES SILVA**, inscrita na OAB/DF sob o n. 75.438, e-mail nikolly@fdsadvogados.com;
- **PEDRO PINTO COSTA BITTENCOURT BARBOSA,** inscrito na OAB/DF sob o n. 69.701, e-mail pedro@fdsadvogados.com;
- **DANIELA RODRIGUEZ CANHACI**, inscrita na OAB/DF sob o n. 52.619, e-mail daniela.canhaci@fdsadvogados.com;
- **FERNANDA PASSOS OPPERMANN IIZUKA,** inscrita na OAB/DF sob o n. 78.745, e-mail fernanda@fdsadvogados.com,
- **FRANKLIN BAUER VIEIRA,** inscrito na OAB/DF sob o n. 78.981, e-mail franklin@fdsadvogados.com e

Clicksign 4fb53852-c821-428f-a6c5-b3c3c8f77c8b

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 15:39:19 - 6a61e6b

- **WENDERSON SIQUEIRA BORGES**, OAB/DF sob o n. 57.162/DF, e-mail wenderson@fdsadvogados.com.

Todos advogados no **FREITAS DA SILVA ADVOGADOS**, escritório de advocacia registrado na OAB/DF sob o n. 5275/20-RS, inscrito no Ministério da Economia sob o CNPJ n. 36.360.203/0001-36, com sede no SCS Quadra 01, Bloco H, Edifício Morro Vermelho, Sala 1302, Brasília/DF.

PODERES:

Pelo presente instrumento de mandato, os Outorgantes nomeiam e constituem seus procuradores os Outorgados acima nomeados, conferindo-lhes os poderes da cláusula ad judicia para propor **Pedido de Reunião de execuções trabalhistas** bem como todos os poderes especiais elencados na parte final do artigo 105 do Código de Processo Civil, tais como: confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação e firmar compromisso e todos aqueles necessários para promover os atos inerentes ao pedido ajuizado.

Brasília-DF, 09 de maio de 2024

ELAYNE MARIA DO CARMO
CPF 145.751.831-72

Clicksign 4fb53852-c821-428f-a6c5-b3c3c8f77c8b

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 15:39:19 - 6a61e6b

Clicksign

Datas e horários em GMT -03:00 Brasilia
Log gerado em 10 de maio de 2024. Versão v1.39.0.

Procuração REF.pdf

Documento número #4fb53852-c821-428f-a6c5-b3c3c8f77c8b

Hash do documento original (SHA256): 82d16cd3c961fbf1a0fcc7a6fee9ac0056d59f4333e6c0fac546c5295fde80b0

Assinaturas

Elayne Maria do Carmo Faria
CPF: 145.751.831-72
Assinou como representante legal em 10 mai 2024 às 06:22:40

Daniela Rodriguez Canhaci
CPF: 031.009.830-09
Assinou como advogado(a) em 09 mai 2024 às 20:45:57

Log

09 mai 2024, 20:37:49	Operador com email daniela.canhaci@fdsadvogados.com na Conta 971951e3-470c-4d3b-af29-29fe210db6e1 criou este documento número 4fb53852-c821-428f-a6c5-b3c3c8f77c8b. Data limite para assinatura do documento: 08 de junho de 2024 (20:36). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
09 mai 2024, 20:37:50	Operador com email daniela.canhaci@fdsadvogados.com na Conta 971951e3-470c-4d3b-af29-29fe210db6e1 adicionou à Lista de Assinatura: elayfa@uol.com.br para assinar como representante legal, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Elayne Maria do Carmo Faria e CPF 145.751.831-72.
09 mai 2024, 20:37:50	Operador com email daniela.canhaci@fdsadvogados.com na Conta 971951e3-470c-4d3b-af29-29fe210db6e1 adicionou à Lista de Assinatura: daniela.canhaci@fdsadvogados.com para assinar como advogado(a), via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Daniela Rodriguez Canhaci e CPF 031.009.830-09.
09 mai 2024, 20:45:58	Daniela Rodriguez Canhaci assinou como advogado(a). Pontos de autenticação: Token via E-mail daniela.canhaci@fdsadvogados.com. CPF informado: 031.009.830-09. IP: 179.214.126.135. Componente de assinatura versão 1.853.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
10 mai 2024, 06:22:40	Elayne Maria do Carmo Faria assinou como representante legal. Pontos de autenticação: Token via E-mail elayfa@uol.com.br. CPF informado: 145.751.831-72. IP: 177.72.59.162. Componente de assinatura versão 1.853.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
10 mai 2024, 06:22:40	Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 4fb53852-c821-428f-a6c5-b3c3c8f77c8b.

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 15:39:19 - 6a61e6b

Clicksign

Datas e horários em GMT -03:00 Brasilia
Log gerado em 10 de maio de 2024. Versão v1.39.0.

Documento assinado com validade jurídica.
Para conferir a validade, acesse https://validador.clicksign.com e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.
As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 4fb53852-c821-428f-a6c5-b3c3c8f77c8b, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 15:39:19 - 6a61e6b
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24060415391922100000041082264?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24060415391922100000041082264

FORMALIZAÇÃO DE PROPOSTA DE COMPRA DE IMÓVEL POR ALIENAÇÃO POR INICIATIVA PARTICULAR

Pela presente formalização de interesse de compra, e na melhor forma de direito:

PIPE PARTICIPAÇÕES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 31.825.443/0001-45, com sede na Av. Raja Gabaglia, nº 2000, sala 236, Pavimento 2, Bloco 2, Alpes, Belo Horizonte/MG, CEP: 30494-170, neste ato representada pelo(a) administrador(a) FABIANO CAMPOS ZETTEL, e-mail ana@zettel.adv.br, doravante denominada "**PROPONENTE**";

IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S/A, CNPJ/MF 00.366.518/0001-43, representada neste ato por ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA, brasileira, arquiteta divorciada, portadora do RG 247.170 SSP/DF, inscrita no CPF sob o n. 145.751.831-72, residente e domiciliada no Condomínio Parque Jardim das Paineiras, Quadra 3, Casa 48, Bairro Jardim Botânico, Brasília – DF, CEP 71.680-366, doravante denominada "**SOLICITANTE"**; e

sendo que a **PROPONENTE** e a **SOLICITANTE** acima identificados serão conjuntamente designados como "**PARTES**".

Preliminarmente, considerando que:

a) a **SOLICITANTE** é a legítima proprietária do imóvel localizado no SHN Setor Hoteleiro Norte Quadra 5, Bloco C, terreno de 480,00m² e respectivo prédio nele edificado com área total de 7.933,00m², Matrícula nº 3951, do Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis – Brasília/DF (Hotel Aracoara) de propriedade da IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S/A, CNPJ/MF 00.366.518/0001-43, doravante denominado **IMÓVEL**;

b) O **ESPÓLIO** é detentor das ações da **SOLICITANTE**, o qual irá realizar solicitação nos autos do processo n.º0008596-08.2017.8.07.0001,em trâmite na 1ª Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília, junto ao Tribunal Regional do Trabalho ou na perante a PGFN, para que se promova a alienação por iniciativa particular do **IMÓVEL**, a ser feita judicialmente;

c) A **PROPONENTE** visa a compra do **IMÓVEL** por meio de alienação por iniciativa particular, nos termos do art. 879 e 880 do Código de Processo Civil,

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 15:40:48 - 968a3d9

tendo em vista as dívidas da **SOLICITANTE**;

d) A alienação por iniciativa particular consiste em ato de expropriação, no qual se delega o procedimento à iniciativa particular, sob supervisão do Poder Judiciário. Tal instituto encontra-se positivado no artigo 880 do Código de Processo Civil, o qual estabelece a possibilidade da expropriação do bem ser realizada por intermédio do Poder Judiciário, e que o valor da alienação seja direcionado ao pagamento dos débitos existentes em processos executivos;

e) os dados e premissas estabelecidos nesta **PROPOSTA** estão dentro das perspectivas e conhecimentos inicialmente possíveis ao tempo de envio à **SOLICITANTE**.

A **PROPONENTE** apresenta a **FORMALIZAÇÂO DE PROPOSTA DE COMPRA DE IMÓVEL A SER ALIENADO POR INICIATIVA PARTICULAR** ("**PROPOSTA**"), **com prazo de validade de 60 (sessenta) dias úteis, a contar do recebimento desta.**

OBJETO

1. O objeto da presente **PROPOSTA** é a compra do **IMÓVEL** por meio de alienação por iniciativa particular, descrito e caracterizado como Setor Hoteleiro Norte Quadra 5, Bloco C, terreno de 480,00m² e respectivo prédio nele edificado com área total de 7.933,00m², Matrícula nº 3951, do Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis – Brasília/DF

CONDIÇÕES PARA EFETIVAÇÃO DA AQUISIÇÃO POR ALIENAÇÃO POR INICIATIVA PARTICULAR DA PROPONENTE

2. Constitui-se condição indispensável para a consumação futura da presente proposta de compra por meio de alienação por iniciativa particular:

2.1. a apresentação da futura pretensão de venda do **IMÓVEL** ao Juízo mais adequado, conforme combinado entre as **PARTES**, nos termos delineados na presente **PROPOSTA**, ou como for decidido pelas **PARTES** após negociação**;**

2.2. a autorização de venda do **IMÓVEL** no juízo mais adequado;

2.3. a realização de novo contrato específico de compra do **IMÓVEL**, com base na legislação vigente sobre aquisição por alienação por iniciativa particular.

3. Além do previsto nas Cláusulas acima, são condições determinantes e indispensáveis para efetivação da aquisição do bem por meio da alienação por iniciativa particular ora ajustada:

3.1. A **PROPONENTE** averiguará a real e efetiva situação do IMÓVEL e a **SOLICITANTE** e, se o caso, dos proprietários anteriores; razão pela qual a **SOLICITANTE** se compromete a envidar melhores esforços e disponibilizar toda a documentação solicitada a tempo e modo; e

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 15:40:48 - 968a3d9

3.2. que o **IMÓVEL** esteja livre de qualquer gravame de ônus real que impeça a imediata posse plena da **PROPONENTE**, após os cumprimentos formais da aquisição**.**

PREÇO DA EVENTUAL AQUISIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

4. Na hipótese de exercício da compra, a **PROPONENTE** oferece desde já o valor de R$ 26.000.000,00 (Vinte e seis milhões de reais) para a aquisição.

5. O valor acima descrito deverá ser pago à vista na data de assinatura da escritura, da seguinte forma:

5.1. será depositado o valor de R$ 26.000.000,00 (Vinte e seis milhões de reais) em conta a ser designada pelo Poder Judiciário, a fim de que sejam pagos os débitos existentes de credores trabalhistas, junto ao GDF e a Receita Federal, bem como de demais credores, caso haja valores remanescentes.

6. Do valor acima descrito devem ser descontados eventuais passivos, materializados ou não, incidentes sobre o **IMÓVEL** e/ou da **SOLICITANTE** e/ou dos proprietários anteriores, bem como toda e qualquer despesa, débitos ou obrigação que possam vir a recair sobre o **IMÓVEL**.

DISPOSIÇÕES GERAIS

7. Todas as notificações, solicitações ou comunicações relativas a esta **PROPOSTA** deverão ser feitas por escrito, com entrega mediante protocolo em mãos ou envio via postal com Aviso de Recebimento (AR), ou, ainda, via mensagem eletrônica (e-mail), para serem considerados válidos, observando-se o seguinte:

a) Se para a **PROPONENTE**:

Nome: PIPE PARTICIPAÇÕES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 31.825.443/0001-45, com sede na Av. Raja Gabaglia, nº 2000, sala 236, Pavimento 2, Bloco 2, Alpes, Belo Horizonte/MG, CEP: 30494-170, neste ato representada pelo(a) administrador(a) FABIANO CAMPOS ZETTEL, e-mail ana@zettel.adv.br

b) Se para a **SOLICITANTE**:

Nome: IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S.A.
Endereço: SCS Quadra 01, Bloco H, Edifício Morro Vermelho, 13º andar, sala 1302, Brasília, Distrito Federal, CEP 70399-900.
Telefone: + 55 (61) 3964-0838
E-mail: luisgustavo@fdsadvogados.com

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 15:40:48 - 968a3d9

E, por serem estas as disposições relevantes para a formalização do interesse de compra por meio de alienação por iniciativa particular, a PROPONENTE aguarda a confirmação ou recusa da SOLICITANTE, dentro do prazo estipulado de 60 (sessenta) dias úteis.

Brasília, 9 de março de 2024.

FABIANO CAMPOS ZETTEL:02781881686

Assinado de forma digital por FABIANO CAMPOS ZETTEL:02781881686
Dados: 2024.03.09 15:32:29 -03'00'

PIPE PARTICIPAÇÕES LTDA
CNPJ/MF sob o n. 31.825.443/0001-45

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 15:40:48 - 968a3d9
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24060415404766300000041082309?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24060415404766300000041082309

4/

TJDFT

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

1ª Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília
Fórum Des. Milton Sebastião Barbosa, Bloco B, 4º Andar, Ala A, sala 403,
Praça Municipal Brasília/DF, CEP: 70094-900
Telefone: (61) 3103-7322, Fax: (61) 3103-0302, 01vorfaos.bsb@tjdft.jus.br
Horário de atendimento: 12h00 às 19h00

TERMO DE INVENTARIANTE

Processo nº 0008596-08.2017.8.07.0001

Nos termos do artigo 617, do Código de Processo Civil, e da decisão proferida pela MMª Juíza de Direito, Dra. LUCIANA MARIA PIMENTEL GARCIA, fica nomeada inventariante, ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA, CPF 145.751.831-72, em razão do falecimento de WAYNE DO CARMO FARIA, CPF 000.273.911-91, aceitando o compromisso legal e prometendo cumprir o seu encargo, sem dolo nem malícia, sob as penas da lei. Saliente-se que a inventariante tem poderes para SOLICITAÇÃO DIRETA de declaração de imposto de renda e extratos bancários vinculados à pessoa inventariada (art. 618, inciso I do CPC). RESSALVA: os poderes de representação do espólio NÃO abrangem a alienação de bens de qualquer espécie, transação, pagamento de dívidas extraordinárias ou realização de despesas para melhoramento dos bens do espólio, razão pela qual tais medidas necessitam de autorização judicial (art. 619 do CPC). A inventariante **fica ciente de que APÓS O TERMO DE COMPROMISSO SER ASSINADO ELETRONICAMENTE, O ADVOGADO DA PARTE DEVERÁ ACOSTAR AOS AUTOS, NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS, UMA VIA DO TERMO DEVIDAMENTE DATADO E SUBSCRITO PELO COMPROMISSADO**. Tudo em conformidade com os autos da ação de **Inventário**, processo nº 0008596-08.2017.8.07.0001, ajuizada por EDA MARIA DO CARMO FARIA e outros. Eu, VANESSA DE MIRANDA ALVES SOARES, Diretora de Secretaria, confiro o presente e encaminho para assinatura digital da MMª Juíza de Direito desta serventia, Drª LUCIANA MARIA PIMENTEL GARCIA.
Brasília/DF, 4 de março de 2021.

ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA
Inventariante

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 15:41:45 - 3b76a92

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
PJe - Processo Judicial Eletrônico

01/12/2021

Número: **0008596-08.2017.8.07.0001**

Classe: **INVENTÁRIO**
Órgão julgador: **1ª Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília**
Última distribuição : **27/08/2019**
Valor da causa: **R$ 100.000,00**
Processo referência: **0008596-08.2017.8.07.0001**
Assuntos: **Inventário e Partilha**
Objeto do processo: **SISTJ**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
EDA MARIA DO CARMO FARIA (REQUERENTE)	
	THAYZIA GRAZIELLE CARVALHO TEIXEIRA (ADVOGADO) LEONIDAS ALVES TEIXEIRA FILHO (ADVOGADO)
ELENI MARIA FARIA (REQUERENTE)	
	THAYZIA GRAZIELLE CARVALHO TEIXEIRA (ADVOGADO) LEONIDAS ALVES TEIXEIRA FILHO (ADVOGADO)
JULIANA DE CASTRO ALMENDRA FARIA (REQUERENTE)	
	EDNA APARECIDA MARQUES (ADVOGADO)
LINA JOSEFINA DE CASTRO ALMENDRA (REQUERENTE)	
	MARCOS TOMASINI (ADVOGADO)
ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA (REQUERENTE)	
	THAYZIA GRAZIELLE CARVALHO TEIXEIRA (ADVOGADO) LEONIDAS ALVES TEIXEIRA FILHO (ADVOGADO) LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA (ADVOGADO)
WAYNE DO CARMO FARIA (INVENTARIADO(A))	

Outros participantes	
JOSE CARLOS GOMES (INTERESSADO)	
	JOMAR ALVES MORENO (ADVOGADO)
ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA (INVENTARIANTE)	
	THAYZIA GRAZIELLE CARVALHO TEIXEIRA (ADVOGADO) LEONIDAS ALVES TEIXEIRA FILHO (ADVOGADO) LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA (ADVOGADO)

Documentos

Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
85059881	03/03/2021 15:08	Decisão	Decisão

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 15:41:45 - 3b76a92

TJDFT	Poder Judiciário da União TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS **1VAOFSUBSB** 1ª Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília

Número do processo: 0008596-08.2017.8.07.0001

Classe judicial: INVENTÁRIO (39)

REQUERENTE: EDA MARIA DO CARMO FARIA, ELENI MARIA FARIA, ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA, JULIANA DE CASTRO ALMENDRA FARIA, LINA JOSEFINA DE CASTRO ALMENDRA

INVENTARIADO(A): WAYNE DO CARMO FARIA

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA - FORÇA DE OFÍCIO

Diante da concordância de todos os herdeiros, REMOVO Lina Josefina de Castro Almendra do cargo de inventariante e NOMEIO em seu lugar ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA. Expeça-se termo de compromisso.

Quanto ao valor referente à execução da dívida hipotecária, em sendo o imóvel de propriedade da pessoa jurídica, somente poderá ser transferido para este juízo eventual crédito em favor do falecido.

OFICIE-SE a 2ª. Vara de Fazenda Pública do DF, referente ao processo 0002537-34.1999-8.07.0001, para solicitar a transferência de eventual crédito em favor do Espólio de WAYNE DO CARMO FARIA para uma conta judicial vinculada a este juízo e processo.

Para a alienação de cotas e ações de titularidade do falecido, deverá a inventariante indicar os valores de avaliação ou juntar proposta de compra. Após, serão ouvidos os herdeiros quanto à venda e respectivo valor.

Por medida de celeridade e de economia processuais, a presente decisão TEM FORÇA DE OFÍCIO.

Documento datado e assinado eletronicamente conforme certificação digital.

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 15:41:45 - 3b76a92
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24060415414520300000041082345?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24060415414520300000041082345

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO
SAS Quadra 1 Bloco D - Bairro Asa Sul - CEP 70097-900 - Brasília - DF - www.trt10.jus.br
Praça dos Tribunais Superiores

DESPACHO

Vistos.

URBRÁS Urbanização e Premoldados LTDA., CNPJ n. 00.474.841/0001-30; SABEP São Bento Empreendimentos e Participações S/A, CNPJ n. 00.479.659/0001-72; IRFATUR Turismo e Hotelaria S/A, CNPJ n. 00.366.518/0001-43; IRFASA Construções Industria e Comércio S/A, CNPJ n. 00.023.150/0001-10; Fazenda da Prata S/A, CNPJ n. 23.537.210/0001-19; BETONMIX Serviços de Concretagem EIRELI, CNPJ n. 00.446.443/0001-00 Espólio de Wayne do Carmo Faria, pessoa física, inscrito em vida no CPF nº 000.273.911-91, neste ato representadas por sua administrador/inventariante Elayne Maria do Carmo Faria, pessoa física inscrita no CPF nº 145.751.831-72, nos termos do requerimento 2521633, pretendem a reunião de todas as execuções em curso nas Varas do Trabalho da 10ª Região, para que se possa efetivar uma solução uniforme.

Informam que todas as empresas requerentes, à exceção da BENTONMIX, possuem sócio em comum, Sr Wayne do Carmo Faria, falecido em 2017, cujo inventário está em curso no processo judicial 0008596-08.2017.8.07.0001, em trâmite na 1ª Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília, cujo patrimônio será utilizado para pagamento das execuções trabalhistas.

Esclarecem, por oportuno, que a Betonmix foi incluída no polo passivo de algumas execuções instauradas originariamente em relação às demais requerentes, em razão de desconsiderações da personalidade jurídica e/ou reconhecimento de grupos econômicos, razão pela qual também figuram como requerentes do presente REEF.

Os requerentes informam que tramitam perante a 10ª Região 19 (dezenove) processos em fase de execução, no valor total de R$1.473.721,04, informando, ainda a existência de 08 (oito) processos em execução trabalhista que tramitam em comarcas diversas, no valor estimado de R$17.776,38.

Em relação aos processos em tramitação em outras comarcas, requerem seja registrada a reserva do crédito perante a execução reunida no presente regional, para fins de pagamento nos autos do processo do inventário judicial nº 0008596-08.2017.8.07.0001, em trâmite na 1ª Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília.

Indicam como forma de pagamento das execuções reunidas a venda, por meio de alienação por iniciativa particular, do imóvel de matrícula 3.951 (“Hotel Aracoara”), do 2º Registro de Imóveis do Distrito Federal, de propriedade da IRFASA CONSTRUÇÕES INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A, avaliado em R$25.000.000,00, solicitando autorização para venda, cujos valores serão utilizados para pagamento dos débitos trabalhistas e o remanescente direcionado ao juízo do inventário.

Analiso.

O Procedimento de Reunião de Execuções, no âmbito da Justiça do Trabalho da 10ª Região, encontra-se previsto da Resolução Administrativa 33/2023, do egrégio Tribunal Pleno, em consonância com o disposto no Provimento Geral Consolidado da CGJT.

O art. 30 da RA 33/2023-TRT-10 confere ao Juiz Coordenador do Juízo das Execuções Especiais e Pesquisa Patrimonial a iniciativa de instauração do Regime Especial de Execução Forçada – REEF, observados os requisitos previstos nos normativos que disciplinam a matéria.

Importa destacar que o Procedimento de Reunião de Execuções – PRE tem como princípios, além de outros, a cooperação judiciária, a essência conciliatória da Justiça do Trabalho e a razoável duração do processo (art. 155 do Provimento Geral Consolidado da CGJT).

O §1º do art. 5º RA 33/2023-TRT-10 estabelece que a identificação do grande devedor,

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 15:42:17 - 2468064

para fins de reunião das execuções, deve atender a critério estabelecido pelo Juiz Coordenador do Juízo de Execuções Especiais, que, para isso, deverá analisar com razoabilidade cada caso concreto, atento aos princípios norteadores do instituto, notadamente o da razoável duração do processo.

Portanto, não apenas o critério objetivo de "expressivo número" deve ser considerado para de execuções pendentes nas Varas do Trabalho da Região o Procedimento de Reunião de Execuções.

No caso presente, ainda que não se trate a executada de uma grande devedora na acepção objetiva do termo, verifica-se que existem contra ela processos em curso em Varas diversas do Distrito Federal, alguns em tramitação há mais de 20 anos, sem solução, e a indicação de bem para venda por iniciativa particular resultará, potencialmente, na solução de todas execuções em curso, considerando o valor de avaliação.

Nesse contexto, tem-se como viável a reunião das execuções contra as executadas referidas, conforme pretendido, à luz dos fundamentos ora aduzidos.

Por todo o exposto, decido:

- instaurar o **Regime Especial de Execução Forçada – REEF** contra as executadas URBRÁS Urbanização e Premoldados LTDA., CNPJ n. 00.474.841/0001-30; SABEP São Bento Empreendimentos e Participações S/A, CNPJ n. 00.479.659/0001-72; IRFATUR Turismo e Hotelaria S/A, CNPJ n. 00.366.518/0001-43; IRFASA Construções Industria e Comércio S/A, CNPJ n. 00.023.150/0001-10; Fazenda da Prata S/A, CNPJ n. 23.537.210/0001-19; BETONMIX Serviços de Concretagem EIRELI, CNPJ n. 00.446.443/0001-00 Espólio de Wayne do Carmo Faria, **reunindo na Secretaria de Execuções Especiais e Pesquisa Patrimonial** todos os processos de execução definitiva em curso contra as referidas empresas nas Varas do Trabalho da 10ª Região, quais sejam: 1ª Vara do Trabalho de Brasília 0000194-03.2017.5.10.0001 0000683-98.2021.5.10.0001 3ª Vara do Trabalho de Brasília 0085100-81.1998.5.10.0003 6ª Vara do Trabalho de Brasília 0000330-24.2013.5.10.0006 0050800-84.1998.5.10.0006 0098600-11.1998.5.10.0006 0096700-56.1999.5.10.0006 0121600-30.2004.5.10.0006 7ª Vara do Trabalho de Brasília 0015600-13.1998.5.10.0007 8ª Vara do Trabalho de Brasília 0128500-33.1998.5.10.0008 0000469-91.2018.5.10.0008 11ª Vara do Trabalho de Brasília 0000598-19.2020.5.10.0011 0114800-78.1998.5.10.0011 13ª Vara do Trabalho de Brasília 0000876-19.2017.5.10.0013 15ª Vara do Trabalho de Brasília 0000505-78.2019.5.10.0015 19ª Vara do Trabalho de Brasília 0095000-64.2003.5.10.0019 20ª Vara do Trabalho de Brasília 0000240-90.2021.5.10.0020 22ª Vara do Trabalho de Brasília 0000563-60.2019.5.10.0022 1ª Vara do Trabalho de Taguatinga 0129000-14.1998.5.10.0101, ressalvados os feitos objeto de eventual recusa pela unidade judiciária (§3º do art. 30 da RA 33/2023-TRT-10);

- **comunicar** via SEI ao Exmo. Sr. **Corregedor Regional** a presente decisão, para os fins previstos no §1º do art. 32 RA 33/2023-TRT-10;

- **dar ciência a todas as Varas do Trabalho da 10ª Região** acerca da presente decisão, bem como para, em cumprimento ao disposto no §1º do art. 32 e inciso II do art. 33, ambos da RA 33/2023-TRT-10, encaminhar à SEXEC, no prazo de 30 dias, a planilha do valor atualizado de cada execução em curso em face das requerentes, considerando o último dia do mês de atualização;

- fixar o **0085100-81.1998.5.10.0003 como processo piloto,** para os fins do art. 33 da RA 33/2023-TRT-10, bem como **solicitar à 3ª Vara do Trabalho de Brasília** a remessa dos autos do referido processo à SEXEC, com a planilha de cálculos devidamente atualizada;

- dar ciência às executadas da presente decisão, por e-mail;

- deverão ser juntados ao processo piloto **0085100-81.1998.5.10.0003,** quando de sua

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 15:42:17 - 2468064

remessa à SEXEC, os documentos 2521633, 2521653, 2521659 e 2521681;

- Cumpridas as determinações supra, considerando que os demais atos em relação ao REEF serão praticados no processo piloto, conclua-se o processo nessa unidade.

Assinado eletronicamente
FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA
Juiz do Trabalho Coordenador do
Juízo de Execuções Especiais e Pesquisa Patrimonial
SEXEC/TRT10

Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA**, **Juiz do Trabalho**, em 17/05/2024, às 15:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.trt10.jus.br/validadorsei.htm informando o código verificador **2524206** e o código CRC **6C0E1E6E**.

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 15:42:17 - 2468064
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24060415421694600000041082357?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24060415421694600000041082357

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO
SAS Quadra 1, Bloco - Bairro Setor de Autarquias Sul - CEP 70097-900 - Brasília - DF - www.trt10.jus.br
Praça dos Tribunais Superiores

DESPACHO CORREGEDOR - SECOR

Vistos.

Ciente do Encaminhamento SEXEC 2528487, bem como do Despacho SEXEC 2524206, que noticia a instauração de **Regime Especial de Execução Forçada – REEF** contra as executadas URBRÁS Urbanização e Premoldados LTDA e outras.

Considerando que o Juiz do Trabalho Coordenador do Juízo de Execuções Especiais e Pesquisa Patrimonial já informou a relação de processos de execuções definitivas iniciadas e pendentes de baixa contra os devedores, **às Unidades Judiciárias de 1º grau para ciência, assim como para encaminhar à SEXEC as informações de que trata o §1º do art. 32 da Resolução Administrativa nº 33/2023, nos termos do despacho acima referido.**

JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE
Desembargador Corregedor Regional

Documento assinado eletronicamente por **JOSE LEONE CORDEIRO LEITE**, **Desembargador Corregedor Regional**, em 23/05/2024, às 21:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.trt10.jus.br/validadorsei.htm informando o código verificador **2530589** e o código CRC **0B8EEA39**.

Despacho Corregedor 2530589 SEI 0005062-39.2024.5.10.8000 / pg. 1

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 15:46:03 - c7f63fd
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24060415460319200000041082493?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24060415460319200000041082493

8ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF

R E S U M O D E C Á L C U L O

PROCESSO: 0128500-33.1998.5.10.0008

DÉBITOS DO RECLAMADO/RÉU

	DÉBITOS PARCIAIS	VALORES PAGOS	DÉBITOS FINAIS	PERCENTUAL
TOTAL BRUTO RECTE/AUTOR	5.988,37	0,00	5.988,37	
INSS Empregado			0,00	0,00 %
Prev. Privada Empregado			0,00	0,00 %
I R P F Comp: 1 Base IRRF:			0,00	0,00 %
Líquido Recte/Autor	5.988,37		5.988,37	83,33 %
INSS Empregador + Sat			0,00	0,00 %
INSS Terceiros			0,00	0,00 %
INSS Pacto Laboral			0,00	0,00 %
Prev. Privada Empregador			0,00	0,00 %
H. Assistenciais %	0,00		0,00	0,00 %
H. Advocatícios %			0,00	0,00 %
H. Periciais %			0,00	0,00 %
Custas Processuais			0,00	0,00 %
Custas Art.789-A - IX			0,00	0,00 %
Multas %			0,00	0,00 %
Diversos %	1.197,67		1.197,67	16,67 %
FGTS Depósito			0,00	0,00 %
		TOTAL	**7.186,04**	**100,00** %

** Liq. Recte = Total bruto(-) Inss Empregado(-) Prev. Privada(-) IRRF.*

DÉBITOS DO RECLAMANTE/AUTOR

	DÉBITOS PARCIAIS	VALORES PAGOS	DÉBITOS FINAIS	PERCENTUAL
H. Advocatícios %			0,00	%
H. Periciais %			0,00	%
Custas Processuais			0,00	%
Custas Art.789-A - IX			0,00	%
Multas %			0,00	%
Diversos %			0,00	%
VALORES ATUALIZADOS ATÉ: 31/05/2024		TOTAL	**0,00**	**100,00** %

,27 de MAIO de 2024

ERICA DE OLIVEIRA EVANGELISTA

PJe Assinado eletronicamente por: ERICA DE OLIVEIRA EVANGELISTA - Juntado em: 27/05/2024 10:34:42 - dc0b306

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 15:52:42 - d5ebd8a

scjr_Detalhamento_Calculo

8ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF 001

R E S U M O D E C Á L C U L O

Atualização de Cálculos
TOTAL DE DIVERSOS

PROCESSO: 01285-1998-008-10-00-5

R$	200,00	- Valor apurado em 21/12/1998
(x)	1,477515182	- VARIAÇÃO TRABALHISTA
R$	295,50	- Valor Corrigido em 31/05/2024
(+)	305,30%	- Juros de 21/12/1998 até 31/05/2024
R$	1.197,67	- Valor Atualizado em 31/05/2024

PJe Assinado eletronicamente por: ERICA DE OLIVEIRA EVANGELISTA - Juntado em: 27/05/2024 10:34:42 - dc0b306

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 15:52:42 - d5ebd8a

scjr_Detalhamento_Calculo

8ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF 001

R E S U M O D E C Á L C U L O

Atualização de Cálculos
TOTAL DO RECLAMANTE

PROCESSO: 01285-1998-008-10-00-5

R$	1.000,00	- Valor apurado em 21/12/1998
(x)	1,477515182	- VARIAÇÃO TRABALHISTA

R$	1.477,52	- Valor Corrigido em 31/05/2024
(+)	305,30%	- Juros de 21/12/1998 até 31/05/2024

R$	5.988,37	- Valor Atualizado em 31/05/2024

Assinado eletronicamente por: ERICA DE OLIVEIRA EVANGELISTA - Juntado em: 27/05/2024 10:34:42 - dc0b306
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24052710343763000000040939828?instancia=1
Número do processo: 0128500-33.1998.5.10.0008
Número do documento: 24052710343763000000040939828

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 15:52:42 - d5ebd8a
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24060415524210900000041082826?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24060415524210900000041082826

PJe-Calc
Sistema de Cálculos Trabalhistas

Processo: 0000469-91.2018.5.10.0008
Cálculo: 128496

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante **CRISTIANO SANTOS DE MEDEIROS**
Reclamado: **URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA**
Data Últ. Atualização: **31/01/2019** Data Liquidação: **31/05/2024**

Resumo da Atualização do Cálculo

Descrição do Saldo Devedor por Credor	Valor
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	96.682,19
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE SALÁRIOS DEVIDOS	8.520,18
IRPF DEVIDO PELO RECLAMANTE	0,00
CUSTAS JUDICIAIS DEVIDAS PELO RECLAMADO	2.243,54
Total Devido Pelo Reclamado	**107.445,91**

Eventos ocorridos: Pagamento em 17/07/2020 no valor de R$ 9.995,59.

Critério da Atualização e Fundamentação Legal

1. Valores corrigidos pelo índice 'TR', acumulado a partir do mês subsequente ao vencimento, conforme súmula nº 381 do TST. Última taxa 'TR' relativa a 05/2024.
2. Contribuições sociais sobre salários devidos calculadas conforme os itens IV e V da Súmula no 368 do TST. Para salários devidos até 04/03/2009, inclusive, sem juros e multa de mora (art. 276, caput, do Decreto nº 3.048/1999). Para salários devidos a partir de 05/03/2009, com juros de mora à taxa SELIC desde a prestação do serviço (art. 43 da Lei nº 8.212/1991).
3. Imposto de renda apurado através da 'tabela progressiva acumulada', vigente no mês da liquidação, para ocorrências relativas a anos anteriores ao ano da liquidação (Art. 12-A da Lei nº 7.713/1988) e através da 'tabela progressiva mensal', vigente no mês da liquidação, para ocorrências relativas ao ano da liquidação (Art. 12-B da Lei nº 7.713/1988).
4. Juros simples de 1% a.m., pro rata die, a partir de 31/01/2019 (Art. 39 da Lei nº 8177/91).
5. Juros de mora sobre verbas apurados antes da dedução da contribuição social devida pelo reclamante.

Assinado eletronicamente por: ERICA DE OLIVEIRA EVANGELISTA - 27/05/2024 10:30:40 - ad46102
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=24052710304068300000040939738
Número do processo: 0000469-91.2018.5.10.0008
Número do documento: 24052710304068300000040939738
ID. ad46102 - Pág. 1
Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 15:53:15 - e536a76

Processo: 0000469-91.2018.5.10.0008
Cálculo: 128496

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante **CRISTIANO SANTOS DE MEDEIROS**
Reclamado: **URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA**
Data Últ. Atualização: **31/01/2019** Data Liquidação: **31/05/2024**

Demonstrativo da Atualização do Cálculo

Atualização do Cálculo (PLANILHA EXCEL ANEXA) até 17/07/2020, data do(s) evento(s) Pagamento (ID: 4DA1DCD).

Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Principal Corrigido	-	-	57.606,75	1,000000000	57.606,75	7.081,62	50.525,13
Juros de Mora até 31/01/2019	-	-	13.595,20	1,000000000	13.595,20	1.671,26	11.923,94
Juros de Mora de 01/02/2019 até 17/07/2020	57.606,75	17,5484%	-	-	10.109,06	1.242,71	8.866,35
Total Parcial					**81.311,01**	**9.995,59**	**71.315,42**

Descontar dos Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Desconto da Contribuição Social	-	-	1.642,23	1,000000000	1.642,23	0,00	1.642,23
Imposto de Renda devido pelo Reclamante	-	-	-	-	0,00	0,00	0,00
Total Parcial					**1.642,23**	**0,00**	**1.642,23**

Outros Débitos do Reclamado	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Contribuição Social sobre Salários Devidos	-	-	-	-	4.883,70	0,00	4.883,70
Custas Judiciais devidas pelo Reclamado	-	-	-	-	1.626,22	0,00	1.626,22
Total Parcial					**6.509,92**	**0,00**	**6.509,92**

Assinado eletronicamente por: ERICA DE OLIVEIRA EVANGELISTA - 27/05/2024 10:30:40 - ad46102
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=24052710304068300000040939738
Número do processo: 0000469-91.2018.5.10.0008
Número do documento: 24052710304068300000040939738
ID. ad46102 - Pág. 2
Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 15:53:15 - e536a76

Saldo Devedor em 31/05/2024

Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Principal Corrigido	-	-	50.525,13	1,037998226	52.445,00	0,00	52.445,00
Juros de Mora até 17/07/2020	-	-	20.790,29	1,037998226	21.580,28	0,00	21.580,28
Juros de Mora de 18/07/2020 até 31/05/2024	52.445,00	46,4516%	-	-	24.361,54	0,00	24.361,54
Total Parcial					**98.386,82**	**0,00**	**98.386,82**

Descontar dos Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Desconto da Contribuição Social	-	-	1.642,23	1,037998226	1.704,63	0,00	1.704,63
Imposto de Renda devido pelo Reclamante	-	-	-	-	0,00	0,00	0,00
Total Parcial					**1.704,63**	**0,00**	**1.704,63**

Outros Débitos do Reclamado	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Contribuição Social sobre Salários Devidos	-	-	-	-	6.815,55	0,00	6.815,55
Custas Judiciais devidas pelo Reclamado	-	-	-	-	2.243,54	0,00	2.243,54
Total Parcial					**9.059,09**	**0,00**	**9.059,09**

Demonstrativo de Contribuição Social

Contribuição Social dos Salários Devidos

Assinado eletronicamente por: ERICA DE OLIVEIRA EVANGELISTA - 27/05/2024 10:30:40 - ad46102
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=24052710304068300000040939738
Número do processo: 0000469-91.2018.5.10.0008
Número do documento: 24052710304068300000040939738

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 15:53:15 - e536a76

Contribuição Social dos Salários Devidos em: 17/07/2020 - Valor Pago: 0,00

Competência	Contrib.	Índice	Devido	Juros	Multa	Total	Valor Pago	Diferença	Juros	Multa	Total
1/2019	6.068,94	1,000000000	6.068,94	456,99	0,00	6.525,93	0,00	6.068,94	456,99	0,00	6.525,93
			6.068,94	**456,99**	**0,00**	**6.525,93**	**0,00**	**6.068,94**	**456,99**	**0,00**	**6.525,93**

Contribuição Social dos Salários Devidos em: 31/05/2024 - Valor Pago: 0,00

Competência	Contrib.	Índice	Devido	Juros	Multa	Total	Valor Pago	Diferença	Juros	Multa	Total
1/2019	6.068,94	1,000000000	6.068,94	2.451,24	0,00	8.520,18	0,00	6.068,94	2.451,24	0,00	8.520,18
			6.068,94	**2.451,24**	**0,00**	**8.520,18**	**0,00**	**6.068,94**	**2.451,24**	**0,00**	**8.520,18**

eSocial - Evento S-2501

Contribuição Social

Contribuição Social relativa ao pagamento realizado em 17/07/2020.
(*) a segunda ocorrência de dezembro de cada ano e do mês/ano da rescisão, se houver, refere-se ao 13º Salário.

Competência	Base Contrib.	% Empresa	Contrib. Empresa	% SAT	Contrib. SAT	% Terceiros	Contrib. Terceiros	% Segurado	Contrib. Segurado
01/2019	0,00	100,0000	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
01/2019	746,06	100,0000	746,06	0,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00

Assinado eletronicamente por: ERICA DE OLIVEIRA EVANGELISTA - 27/05/2024 10:30:40 - ad46102
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=24052710304068300000040939738
Número do processo: 0000469-91.2018.5.10.0008
Número do documento: 24052710304068300000040939738

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 15:53:15 - e536a76

Demonstrativo de Imposto de Renda

Imposto de Renda Devido sobre Pagamento Realizado em: 17/07/2020

Rendimentos recebidos acumuladamente relativos a ano-calendário anterior ao do recebimento - 31/01/2019 a 31/01/2019

Nome: TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA

Verbas	Juros	Quant. de Meses	Contribuição Social	Previdência Privada	Pensão Alimentícia	Honorários	Dependentes	Aposentado > 65 anos	Base	Faixa	Alíquota	Dedução	Devido
2.000,91		8,20	0,00				0,00	0,00	2.000,91	0,00 à 15.612,64	0,00	0,00	0,00
												Total Devido	**0,00**

Imposto de Renda Devido sobre Saldo Devedor em: 31/05/2024

Rendimentos recebidos acumuladamente relativos a ano-calendário anterior ao do recebimento - 31/01/2019 a 31/01/2019

Nome: TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA

Verbas	Juros	Quant. de Meses	Contribuição Social	Previdência Privada	Pensão Alimentícia	Honorários	Dependentes	Aposentado > 65 anos	Base	Faixa	Alíquota	Dedução	Devido
14.818,34		58,80	1.704,63				0,00	0,00	13.113,71	0,00 à 132.840,96	0,00	0,00	0,00
												Total Devido	**0,00**

Demonstrativo de Custas Judiciais

Custas Judiciais devidas 17/07/2020

Custas pelo Reclamado

Assinado eletronicamente por: ERICA DE OLIVEIRA EVANGELISTA - 27/05/2024 10:30:40 - ad46102
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=24052710304068300000040939738
Número do processo: 0000469-91.2018.5.10.0008
Número do documento: 24052710304068300000040939738

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 15:53:15 - e536a76

CUSTAS DE CONHECIMENTO

Ocorrência	Valor	Juros	Índice Corr.	Valor Corr.	Juros Corr.	Taxa	Juros	Total
31/01/2019	1.152,14	271,90	1,000000000	1.152,14	271,90	17,5484%	202,18	1.626,22

DIFERENÇA DE CUSTAS DO RECLAMADO

Ocorrência	Valor Corr	Juros	Devido	Pago	Dif. Custas	Dif. Juros	Total
17/07/2020	1.152,14	474,08	1.626,22	0,00	1.152,14	474,08	1.626,22

Custas Judiciais devidas 31/05/2024

Custas pelo Reclamado

CUSTAS DE CONHECIMENTO

Ocorrência	Valor	Juros	Índice Corr.	Valor Corr.	Juros Corr.	Taxa	Juros	Total
31/01/2019	1.152,14	271,90	1,037998226	1.195,92	282,23	64,0000%	765,39	2.243,54

DIFERENÇA DE CUSTAS DO RECLAMADO

Ocorrência	Valor Corr	Juros	Devido	Pago	Dif. Custas	Dif. Juros	Total
31/05/2024	1.195,92	1.047,62	2.243,54	0,00	1.195,92	1.047,62	2.243,54

Assinado eletronicamente por: ERICA DE OLIVEIRA EVANGELISTA - 27/05/2024 10:30:40 - ad46102
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=24052710304068300000040939738
Número do processo: 0000469-91.2018.5.10.0008
Número do documento: 24052710304068300000040939738

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 15:53:15 - e536a76
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24060415531534700000041082850?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24060415531534700000041082850

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário 0098600-11.1998.5.10.0006

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 31/08/1998
Valor da causa: R$ 0,01

Partes:
RECLAMANTE: OSANAN NOLASCO FERREIRA
ADVOGADO: VITAL DA COSTA GUIMARAES NETO
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA
ADVOGADO: LEANDRO PACIFICO SOUZA OLIVEIRA
ADVOGADO: JOAQUIM LIMA RIBEIRO

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 15:53:44 - 357687f

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
6ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF
ATOrd 0098600-11.1998.5.10.0006
RECLAMANTE: OSANAN NOLASCO FERREIRA
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA

CONCLUSÃO

Conclusão à Excelentíssima Juíza do Trabalho Substituta feita pela servidora LILLIAN DE OLIVEIRA EVANGELISTA, em 27 de maio de 2024.

DESPACHO

Vistos.

Homologo o cálculo de ID nº de73d67 e fixo o débito da parte executada em R$ 7.490,52, atualizado até o dia 31/05/2024, sem o prejuízo de novas atualizações.

Considerando-se os termos da manifestação de ID nº 5d0154a, solicite-se à Secretaria de Execuções Especiais e Pesquisa Patrimonial - SEXEC que proceda a reserva de crédito nos autos do Processo nº 0085100-81.1998.5.10.0003, no prazo de 05 (cinco) dias, remetendo-lhe uma via deste despacho, o qual servirá como ofício por medida de celeridade e economia processual.

Publique-se este despacho no DEJT para a ciência de todas as partes.

BRASILIA/DF, 27 de maio de 2024.

LAURA RAMOS MORAIS
Juíza do Trabalho Substituta

Assinado eletronicamente por: LAURA RAMOS MORAIS - Juntado em: 27/05/2024 13:58:05 - 33adade
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24052713221377400000040950956?instancia=1
Número do processo: 0098600-11.1998.5.10.0006
Número do documento: 24052713221377400000040950956

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 15:53:44 - 357687f
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24060415534433700000041082868?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24060415534433700000041082868

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário 0096700-56.1999.5.10.0006

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 24/08/1999
Valor da causa: R$ 0,01

Partes:
RECLAMANTE: JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA
ADVOGADO: MANUEL GONCALVES DA SILVA
RECLAMADO: VALMIR NUNES COSTA
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA
ADVOGADO: JOAQUIM LIMA RIBEIRO
ADVOGADO: LEANDRO PACIFICO SOUZA OLIVEIRA

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 15:54:12 - 25cdd3b

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
6ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF
ATOrd 0096700-56.1999.5.10.0006
RECLAMANTE: JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA
RECLAMADO: VALMIR NUNES COSTA E OUTROS (1)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 58cbbe1 proferido nos autos.

CONCLUSÃO

Conclusão à Excelentíssima Juíza do Trabalho Substituta feita pela servidora LILLIAN DE OLIVEIRA EVANGELISTA, em 27 de maio de 2024.

DESPACHO

Vistos.

Homologo o cálculo de ID nº 2fccff2 e fixo o débito das partes executadas em R$ 32.129,74, atualizado até o dia 31/05/2024, sem o prejuízo de novas atualizações.

Considerando-se os termos da manifestação de ID nº da8e9a3, solicite-se à Secretaria de Execuções Especiais e Pesquisa Patrimonial - SEXEC que proceda a reserva de crédito nos autos do Processo nº 0085100-81.1998.5.10.0003, no prazo de 05 (cinco) dias, remetendo-lhe uma via deste despacho, o qual servirá como ofício por medida de celeridade e economia processual.

Publique-se este despacho no DEJT para a ciência de todas as partes.

BRASILIA/DF, 27 de maio de 2024.

LAURA RAMOS MORAIS

Assinado eletronicamente por: LAURA RAMOS MORAIS - Juntado em: 27/05/2024 14:51:08 - 10e6d08
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24052714500814700000040953910?instancia=1
Número do processo: 0096700-56.1999.5.10.0006
Número do documento: 24052714500814700000040953910

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 15:54:12 - 25cdd3b
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24060415541203300000041082889?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24060415541203300000041082889

Cartório do 2.º Ofício do Registro de Imóveis

LIVRO 2 — REGISTRO GERAL

matrícula -3951- ficha -1-

Brasília — Distrito Federal

-1- -3951-

MATRÍCULA DO IMÓVEL:-Lote de terreno designado pela letra "C", da Quadra HN-5, do Setor Hoteleiro Norte (SH/NORTE), medindo: 32,00m pelos lados Norte e Sul e 15,00m pelos lados Leste e Oeste, ou seja, a área de 480,00m2., limitando-se com logradouros públicos por todos os lados, e respectivo prédio nele edificado com a área total construida de 7.933,00m2..-.-.-.-.-.-.-.
PROPRIETÁRIA:- IRFASA S/A- TURISMO, HOTÉIS E MOTEIS, com sede nesta Capital, CGC/MF-nº 00.366 518.-
REGISTRO ANTERIOR:-nº 5371, às fls.256, do Livro nº 3-F(antigo), deste Cartório.-.-.-.-.-.-.-
DOU FÉ.-Em 10 de dezembro de 1976.- OFICIAL,

AV.1/3951.-Certifico que, de acordo com Cédula de Crédito Industrial-CCI-74/07-BRB, emitida em 30/05/1974, nesta Capital, e Aditivo de 16/10/1975 e, ainda, averbação nº 2 feita à margem da inscrição nº 16, às fls.13, do livro nº 10(antigo), deste Cartório, foi inscrita a hipoteca em primeiro lugar e sem concorrência do imóvel objeto desta Matrícula, em que figuram: como credor, o BANCO REGIONAL DE BRASILIA S/A, com sede nesta Capital, CGC/MF-nº 00.000. 208/0001; como Devedora, IRFASA S/A-TURISMO, HOTÉIS E MOTEIS, com sede nesta Capital, CGC/MF-nº 00.366.518 e, como avalistas, IRFASA S/A-CONSTRUÇÕES, INDUSTRIA E COMÉRCIO, com sede nesta Capital,CGC/MF-nº 00.023.150; WAYNE DO CARMO FARIA; CIC-000.273.911; ANTONIO MORENO, CIC- nº 000.599.351 e DOUGLAS HECHT, CIC-nº 000.162.251, todos brasileiros, casados, industriais, residentes e domiciliados nesta Capital, sendo que o valor e as demais condições são as constantes do referido registro .-.
DOU FÉ.-Em 10/12/1976.-O Escrevente,

R.2/3951.-DEVEDORA:-IRFASA S/A-CONSTRUÇÕES, INDUSTRIA E COMÉRCIO, com sede nesta Capital,CGC 00.023.150.-CREDOR:-BANCO REGIONAL DE BRASILIA S/A, com sede nesta Capital, CGC/MF-00.000208/ 0001.-AVALISTAS: WAYNE DO CARMO FARIA; ANTONIO MORENO; DOUGLAS HECHT; EDUARDO DOGLIA AZAMBUJA JOSÉ NILSON RUAS GUIMARÃES e ALEIXO LUIZ GARCIA, todos brasileiros, casados, industriais, residentes e domiciliados nesta Capital, portadores dos CICs.nºs 000.273.911-91, 005.993.351-04 000.162.251-20, 033.714.767-15,090.584.351-72 e 000.07[illegible].451-87, respectivamente.-INTERVENIENTE GARANTE:- IRFASA S/A-TURISMO, HOTÉIS E MOTÉIS, com sede nesta Capital, CGC/MF-nº 00.366. 518.-TÍTULO:-Cédula de Crédito Industrial-CCI-76/055-BRB, emitida em 08/12/1976.-ÔNUS:-Hipoteca Cedular 2º Grau.-VALOR:-CR$15.000.000,00.VENCIMENTO:-09 de dezembro de 1977.-JUROS:- Os juros são devidos à taxa de 12% ao ano, a comissão à taxa de 1[illegible]% ao ano, calculados sobre o saldo devedor e exigíveis no dia 09 de cada mês, e a Taxa de Procuradoria à razão de 0,5% sobre o valor das amortizações. Os pagamentos serão efetuados na praça de Brasília-DF.-FORMA DE PAGAMENTO:-Sem prejuizo do vencimento constante no início desta Cédula, a Devedora efetuará o pagamento do principal e encargos da dívida diretamente ou mediante a retenção sobre os faturamentos relativos a contratos de empreitadas de obras firmados com Órgãos Públicos, a serem recebidos pelo Banco, na proporção necessária à liquidação do débito.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-
DOU FÉ.-Em 10/12/1976.-O Escrevente,

Av.3/3951 - Certifico que, de acordo com Cédula de Crédito Industrial CCI-77/050-BRB de 29/6/ 1977, emitida por IRFASA S/A - CONSTRUÇÕES INDUSTRIA E COMÉRCIO, CGC 00.023.150 a favor do BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S/A, CGC 00.000.208/0001, foi deferido à Emitente, pelo Credor,um crédito no valor de CR$9.500.000,00 (nove milhões e quinhentos mil cruzeiros), para aplica -

(CONTINUA NO VERSO)

PARA SIMPLES CONSULTA NÃO VALE COMO CERTIDÃO

Visualização disponibilizada pelo SAEC (www.registradores.onr.org.br)-Visualizado em:26/04/2024 10:05:54

matrícula - 3951 -   ficha - 1 - verso

(CONTINUAÇÃO)... aplicação conforme ORÇAMENTO DE APLICAÇÃO - ANEXO I.- Compareceram como avalistas: Wayne do Carmo Faria, Antônio Moreno, Douglas Hecth, Eduardo Doglia Azambuja, José Nilson Ruas Guimarães e Aleixo Luiz Garcia, todos brasileiros, casados, industriais, residentes e domiciliados nesta Capital, portadores dos CICs nºs 000.273.911/91, 005.993.351/04, 000.162.251/20, 033.714.767/15, 090.584.351/72 e 000.071.451/87, respectivamente, comparecendo, ainda, como interveniente garante, constituindo hipoteca cedular em segundo grau (por extensão) do imóvel objeto desta Matrícula, IRFASA S/A - TURISMO HÓTEIS E MÓTEIS, com sede nesta Capital, CGC 00.366.518/001. O crédito deferido, será utilizado após esta averbação e de acordo com as condições de utilização do mesmo ANEXO I - ORÇAMENTO DE APLICAÇÃO, o qual faz parte integrante da cédula ora registrada até sua final liquidação. Os juros são devidos à taxa de 12% ao ano, a comissão à taxa de 18% ao ano, calculados sobre o saldo devedor e exigíveis no último dia útil de cada mês, a partir da data da liberação do crédito, e ainda no vencimento e na liquidação do débito, e a taxa de procuradoria à razão de 0,5% sobre o valor das prestações. Os pagamentos serão efetuados nesta Capital. Os bens vinculados, de propriedade da interveniente garante, obrigatoriamente segurados, já hipotecados em 1º e em 2º graus ao Banco Regional de Brasília S/A, livres e desembaraçados de quaisquer outros ônus, inclusive débitos fiscais e previdenciários, são os objetos desta Matrícula, por extensão das garantias constituídas na Cédula de Crédito Industrial nº 76/055-BRB, de 08/12/76 objeto do R.2/3951. Sem prejuízo do vencimento adiante mencionado, o pagamento do principal e encargos diretamente ou mediante retenção, em proporção a critério do Banco, sobre as importâncias provenientes dos recebimentos efetuados nos 6 (seis) primeiros meses de vigência da cédula, oriundos dos faturamentos dos contratos de empreitada de obras que a favorecida firmar com órgãos públicos, sociedades de economia mista ou fundações, para cujo recebimento outorgaram ao Banco procuração em caráter irrevogável e irretratável. De acordo com o andamento das obras reconheceram ao Banco a faculdade de, também a seu inteiro critério, dispensar a retenção parcial ou total sobre faturamentos recebidos de cada um dos primeiros meses acima fixados, transferindo-a para os faturamentos mensais imediatamente subsequentes, observados sempre o prazo máximo de 6 meses e o vencimento final, desde que a correspondente previsão de recebimento satisfaça o percentual estipulado pelo Banco. As importâncias recebidas serão levadas a crédito na conta de empréstimo, podendo o Banco transferir o valor total ou parcial, quando ocorrer retenções, para a conta de Depósitos na Agência Sia do Banco. Satisfeitas todas as obrigações decorrentes da cédula, o Banco terá direito da retenção sobre os valores recebidos em decorrência das procurações outorgadas, em garantia de qualquer outras obrigações, por outros instrumentos, para com o mesmo.- VENCIMENTO FINAL:- 30/06/1978.- CONDIÇÕES: obrigou-se a emitente pelas demais cláusulas do título.-
DOU FÉ.- Em, 30/06/1977.- O Escrevente

R.4/3951 - DEVEDORA:- IRFASA S/A - CONSTRUÇÕES, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, com sede nesta Capital CGC 00.023.150/0001-10.- CREDOR:- BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S/A, com sede nesta Capital, CGC 00.000.208/0001-00.- INTERVENIENTE GARANTE:- IRFASA S/A - TURISMO, HOTEIS E MOTEIS, com sede nesta Capital, CGC 00.366.518/0001-43.- ÔNUS:- hipoteca em terceiro lugar e sem concorrência.- TÍTULO:- escritura pública de empréstimo com garantia hipotecária de 27/09/1977, lavrada às fls. 013, do Livro 350, do 2º Ofício de Notas local.- O Credor emprestará à Devedora '

(CONTINUA NA FICHA Nº 2)

PARA SIMPLES CONSULTA NÃO VALE COMO CERTIDÃO

Visualização disponibilizada pelo SAEC (www.registradores.onr.org.br)-Visualizado em:26/04/2024 10:05:54

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:11:00 - 8660397

matrícula - 3951 - ficha - 2 -

(CONTINUAÇÃO DO REGISTRO Nº 4/3951)... por repasse de acordo com a Resolução nº 63, de 21 de agosto de 1967, do Banco Central do Brasil, o valor, em cruzeiros, correspondente a US$500.000,00 (quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), ao Câmbio de compra do dólar dos Estados Unidos da América, na data em que for efetuado o crédito na conta-corrente da devedora, junto à Agência SIA do Banco, em Brasília,DF. O empréstimo será liquidado pela devedora em 02 (duas) parcelas iguais, semestrais e sucessivas, de valor em cruzeiros correspondente, em cada data de pagamento, a US$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), ao Câmbio de venda da referida moeda, vigente nas datas dos respectivos vencimentos, assim sempre respeitada a variação cambial, vencendo-se a primeira parcela no 180º dia, a contar da data em que o empréstimo for creditado à conta-corrente da devedora e a última no 360º daí, igualmente a contar da data do crédito do empréstimo na conta-corrente da devedora. A devedora pagará em cruzeiros, convertidos à taxa de venda do dólar dos Estados Unidos da América, vigente no dia em que forem exigíveis, respeitada, por tanto, a variação cambial, juros ao Banco sobre o principal devido, da data do crédito à sua conta-corrente, até o pleno pagamento do empréstimo, pagáveis e exigíveis dois dias úteis antes do 180º dia a contar da data do crédito do valor do empréstimo e dois dias úteis antes do 360º dia, também a contar da data do crédito do empréstimo, à taxa igual, todo o tempo, a 2-1/4% dois e um quarto por cento) ao ano, acima da da "London Interbank Best Offering Rate" (Taxa LIBOR), de seis meses, reajustável pelas variações da taxa LIBOR de seis meses, sendo a antecipação de dois dias úteis,indicada entendida pelas partes contraentes como imprescindível para a efetivação, pelo Banco, dos seus pagamentos ao Banco passador estrangeiro, nas datas devidas. A taxa LIBOR significa, com relação a cada período de juros, a taxa pela qual se oferecem depósitos em dólares dos Estados Unidos da América aos principais bancos no "London Interbank Market", às 11 (onze) horas da manhã (hora de Londres), dois dias úteis bancários Londrinos anteriores ao referido período de juros para um período igual ao do mencionado período de juros.- A devedora pagará ao Banco, em cruzeiros convertidos à taxa de venda do dólar dos Estados Unidos da América, vigente na data do crédito do empréstimo à sua conta-corrente, a comissão de 1% fixa, sobre o principal, comissão essa que será debitada na referida data do crédito do empréstimo. A devedora pagará ao Banco, em cruzeiros, convertidos à taxa de venda do dólar dos Estados Unidos da América, vigente nas datas em que for exigível, a comissão de repasse de 4% ao ano, pagável semestral e antecipadamente, sendo que a primeira parcela será debitada na data do crédito do empréstimo e a segunda no 180º dia, a contar da referida data do crédito do empréstimo.- Caso as datas de pagamento das parcelas do principal, dos juros e da comissão de repasse recaiam em dia não útil, a devedora se comprometeu a efetuar tais pagamentos no dia útil anterior a esse dia não útil.- O calculo dos juros e da comissão de repasse será sempre feito à base de um ano de 360 dias para o número efetivo de dias decorridos. Os fundos do empréstimo contratado serão usados pela devedora para operações de seu objeto social. O pagamento de quaisquer obrigações da devedora referentes à escritura ora registrada, sejam parcelas do principal, juros, comissões e outras quaisquer obrigações, será procedido pelo seu valor prescrito, responsabilizando-se a devedora pelo encargo de pagar todos e quaisquer tributos federais, estaduais e municipais,

(CONTINUA NO VERSO)

Visualização disponibilizada pelo SAEC (www.registradores.onr.org.br)-Visualizado em:26/04/2024 10:05:54

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:11:00 - 8660397

matrícula - 3951 -

ficha - 2 - verso

(CONTINUAÇÃO)... incidentes ou que venham a incidir, de futuro, correndo por conta exclusiva da mesma quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais ou não, sobretaxas, encargos financeiros, imponíveis ou que venham a ser exigidos, porquanto ficou entendido e acordado entre as partes que a devedora deverá entregar e o Banco deverá receber os cruzeiros bastantes para a compra dos dólares dos Estados Unidos da América, necessários para a amortização e remuneração efetiva do emprestador estrangeiro e do Banco, sem qualquer dedução, excetuando-se, exclusivamente, o encargo relativo ao imposto de renda no percentual de 25% unicamente sobre as parcelas devidas a títulos de juros, imposto esse que correrá por conta do emprestador estrangeiro, sendo que o incentivo fiscal, correspondente, na data da escritura ora registrada, a 85% sobre o valor do citado imposto, será repassado à devedora, ficando desde já esclarecido que, caso haja alteração na legislação atual sobre o imposto de renda, aumentando o percentual de 25%, a diferença será paga pela devedora, e que, se o incentivo fiscal de 85% for reduzido, o repasse acima mencionado terá como valor o novo percentual estabelecido, ou, se o citado incentivo fiscal for elevado, esse aumento beneficiará a devedora. Se qualquer dos fatos a seguir se efetivar, o Credor declarará todo o saldo devedor do principal, todos os juros e comissões e quaisquer outras obrigações, vencidos antecipadamente e, assim exigíveis imediatamente à devedora: a) a devedora não pagar qualquer parcela de amortização, quando devida, ou não pagar os juros e comissões, quando devidos; b) a devedora sustar ou interromper as suas atividades e c) a devedora for declarada falida, em concordata ou de qualquer forma insolvente. Em se verificando qualquer das hipóteses acima mencionadas, o Banco poderá excutir a hipoteca ora registrada, independentemente de inadimplência da devedora ou da interveniente garante nos contratos garantidos com hipotecas sobre o mesmo imóvel. Nenhum demora no exercício ou mesmo na utilização por parte do Credor de qualquer faculdade sua, por força da escritura ora registrada, será considerada como novação do que está disposto na referida escritura, podendo a qualquer tempo, ser esta faculdade exercitável, sendo, outrossim, as faculdades do Banco sempre cumulativas e não excludentes de quaisquer remédios processuais de Lei. Foi eleito o Foro desta Capital.- CONDIÇÕES:- obrigaram-se as partes pelas demais cláusulas do título.-.

DOU FÉ.- Em, 30/09/1977.- O Escrevente

R.5/3951 - DEVEDORA:- IRFASA S/A - CONSTRUÇÕES, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, com sede nesta Capital, CGC 00.023.150/0001-10.- CREDOR:-BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S/A,com sede nesta Capital, CGC 00.000.208/0001-00.- INTERVENIENTE GARANTE:- IRFASA S/A - TURISMO HOTÉIS E MOTÉIS, com sede nesta Capital, CGC 00.366.518/001.- AVALISTAS:- WAYNE DO CARMO FARIA, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta Capital, CIC 000.273.911/91 e SABEP - SÃO BENTO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A, com sede nesta Capital, C.G.C. número 00.479.659/0001-72.- TÍTULO:- cédula de crédito industrial nº CCI-77/084-BR, emitida nesta Capital em 14/12/1977, com vencimento final para 11/06/1978, pagável na mesma cidade.- ÔNUS:- hipoteca cedular em quarto grau.- VALOR:- CR$23.000.000,00, deferido para aplicação conforme Orçamento de Aplicação - ANEXO I e de acordo com as Condições de Utilização do mesmo ANEXO I- Orçamento de Aplicação, o qual fica fazendo parte integrante da cédula. Os juros são devidos à taxa de 30% ao ano, calculados sobre o saldo devedor e exigíveis no último dia útil de cada

(CONTINUA NA FICHA Nº 3)

PARA SIMPLES CONSULTA NÃO VALE COMO CERTIDÃO

Visualização disponibilizada pelo SAEC (www.registradores.onr.org.br)-Visualizado em:26/04/2024 10:05:54

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:11:00 - 8660397

Cartório do 2.º Ofício do Registro de Imóveis

Brasília — Distrito Federal

LIVRO 2 — REGISTRO GERAL

matrícula - 3951 -

ficha - 3 -

(CONTINUAÇÃO DO R.5/3951)... mês, no vencimento e na liquidação da cédula, sendo de 1% ao ano a comissão de fiscalização calculada sobre o saldo devedor e exigível com os juros.- CONDIÇÕES:- Obrigaram-se as partes pelas demais cláusulas do título.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-. DOU FÉ.- Em, 20/12/1977.- O Escrevente,

R.6/3951 - HIPOTECA 5º LUGAR - CREDOR:- BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S/A, sociedade de economia mista, com sede nesta Capital, CGC 00.000.208/0001-00, na qualidade de Agente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico - BNDE, para aplicação de recursos do "Programa de Operações Conjuntas", nos termos do Convênio celebrado em 30/09/1977.- BENEFICIÁRIA FINAL:- SABEP - SÃO BENTO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A, com sede nesta Capital, CGC 00479659/0001-72.- INTERVENIENTE:- URBRAL - URBANIZAÇÃO E PREMOLDADOS LTDA, com sede nesta Capital, C.G.C. número 00.171.841/0001-30.- O credor abriu à beneficiária final, um crédito fixo até o limite de CR$7.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros), correspondente em Janeiro de 1978 a 29.372,30 ORTNs, considerando o valor unitário de CR$238,32 da ORTN, com recursos do contrato celebrado entre o credor e o BNDE em 0[illegible]/11/77, destinado a integralização de 68,9% das quotas a serem subscritas pela Beneficiária Final, no aumento de Capital Social votante da Interveniente de CR$15.000.000,00 para CR$25.164.[illegible]0,00 ao preço de emissão de CR$1,00 cada, objetivando a execução em Sobradinho-DF de projeto de ampliação da capacidade de produção de artefatos de concreto pre-moldado, elevando de 12.000m3/ano para 24.000m3/ano o volume de concreto a ser processado. O crédito será posto à disposição da Beneficiária Final, após cumprimento das condições suspensivas de utilização, parceladamente, em função das necessidades do projeto da Interveniente,respeitado o limite acima referido, em cruzeiros, observado o seguinte esquema de liberações: Primeira Parcela - até 5.035,25 ORTNs, respeitado o limite de CR$1.200.000,00,liberada até 30 dias após a assinatura do contrato; Segunda Parcela - até 5.035,25 ORTNs respeitado o limite de CR$1.200.000,00, liberado até 1[illegible]0 dias após a assinatura do contrato; Terceira Parcela - até 4.615,64 ORTNs, respeitado o limite de CR$1.100.000,00 liberado até 210 dias após a assinatura do contrato; Quarta Parcela - até 4.196,04 ORTNs, respeitado o limite de CR$1.000.000,00, liberada até 300 dias após a assinatura do contrato; Quinta Parcela - até 4.196,04 ORTNs, respeitado o limite de CR$1.000.000,00, liberada até 390 dias após a assinatura do contrato; Sexta Parcela - até 4.196,04 ORTNs, respeitado o limite de CR$1.000.000,00 , liberada até 480 dias após a assinatura do contrato; Sétima Parcela - até 2.098,04 ORTNs, respeitado o limite de CR$500.000,00, liberada até 570 dias após a assinatura do contrato.O principal da dívida da Beneficiária Final, vencerá juros de 9% ao ano, calculados sobre o saldo devedor expresso em ORTN contados a partir de cada liberação de recursos efetuados e exigíveis trimestralmente, inclusive durante o período de carência, no dia 10 dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano. A taxa será elevada de 1% ao ano na hipótese de inadimplemento de qualquer natureza sendo contados os juros com elevação da taxa sobre o saldo devedor, desde a data do vencimento da obrigação não cumprida até a data da regularização do contrato, se o Credor concordar com a purgação da mora e não preferir declarar vencido o contrato. A Beneficiária Final pagará ao Credor uma comissão de reserva de crédito equivalente a 0,5% ao ano, sobre o saldo não utilizado de cada parcela do crédito, a partir de 30 dias das disponibilidades dos recursos e até a data da utilização, importância essa que será deduzida da parcela a ser liberada . O principal da dívida decorrente do contrato ora registrado,

(CONTINUA NO VERSO)

PARA SIMPLES CONSULTA NÃO VALE COMO CERTIDÃO

matrícula - 3951 - | ficha - 3 - verso

(CONTINUAÇÃO)... será pago ao Credor pela Beneficiária Final, na proporção dos créditos concedidos, após o período de carência que vai até 10 de março de 1980, em 12 (doze) prestações trimestrais e sucessivas, cada uma no valor de 1/12 (hum doze avos) do principal do crédito, vencíveis no dia 10 dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, efetuada a conversão das ORTNs em cruzeiros da data do respectivo pagamento, vencendo-se a primeira prestação no dia 10 de junho de 1980, comprometendo-se a Beneficiária Final a liquidar com a última em 10/03/1983, todas as obrigações resultantes do contrato. CORREÇÃO MONETÁRIA - toda a dívida da Beneficiária Final decorrente do contrato será sempre expressa em ORTNs de que trata a Lei nº 4.357 de 16/07/1964, indicada sua equivalência em cruzeiros, sendo que a Beneficiária Final poderá fazer jus ao incentivo fiscal, nos termos do Dec.Lei nº 1.531 de 30/03/1977, desde que a Interveniente, na conformidade de seu contrato social, destine pelo menos 25% do lucro líquido de cada exercício a distribuição de lucros aos quotistas.Além das demais estipulações convencionadas, a Beneficiária Final obrigou-se especialmente: I - manter em seu nome, durante a vigência do contrato ora registrado, as quotas subscritas com os recursos provenientes do financiamento; II apresentar ao Credor, até 30 dias, após a utilização de cada parcela do crédito, a correspondente Alteração do Contrato Social da Interveniente, comprovando a integralização do aumento de Capital, em dinheiro, no valor mínimo da parcela liberada, acrescido do valor da parcela realizada com recursos próprios, conforme cronograma de "USOS E FONTES" III - aportar o projeto da Interveniente, sob a forma de integralização de Capital, em dinheiro, o valor mínimo de CR$3.164.500,00, além dos recursos provenientes do financiamento; IV - observar as Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDE, especialmente o artigo 32, com relação a Interveniente, aprovados pela Resolução nº 2, de 28/09/1973, do Conselho do BNDE, e publicados no Diário Oficial da União, Seção I, Parte II, de 04/02/1974, que a Beneficiária Final juntamente com o Sr. Wayne do Carmo Faria, seu acionista, abaixo qualificado, declararam conhecer e aceitar como parte integrante do título ora registrado, com a mesma força e efeito como se transcrito no título; V - promover o seguro dos bens dados em garantia ao Credor. VI- manter em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e outras de caráter social, inclusive o recolhimento das contribuições devidas ao Programa de Integralização Social - PIS, exibindo ao Credor os respectivos comprovantes sempre que lhes forem exigidos; VII - permitir ao BNDE, por seus representantes ou prepostos e ao Credor, o livre acesso a suas respectivas dependências, bem como a seus registros contábeis, para efeito de controle de aplicações; VIII - custear, na forma do disposto no artigo 30, parágrafo primeiro, das disposições a que se refere o ítem IV acima, serviços de auditoria externa, se o Credor a seu critério, decidir contratá-los diretamente; IX utilizar o crédito de cada parcela até 90 dias da data em que for liberada, sem prejuízo da faculdade conferida ao Credor, de ampliar esse prazo antes ou depóis do seu término, sob as mesmas condições estabelecidas no contrato; X) apresentar ao Banco, quando solicitados, relatórios que permitam aferir claramente a aplicação dos recursos liberados; XI - não proceder a qualquer alteração do contrato social da Interveniente sem a prévia aprovação do Credor ou do BNDE; XII -não alienar ou onerar as quotas subscritas com recursos da operação ora registrada; A Beneficiária Final, autorizou, a Interveniente a utilizar diretamente os recursos provenientes do crédito aberto, lançando-os em conta especial de seu passivo a crédito da Beneficiária Final. O-

(CONTINUA NA FICHA Nº 4)

Visualização disponibilizada pelo SAEC (www.registradores.onr.org.br)-Visualizado em:26/04/2024 10:05:54

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:11:00 - 8660397

Cartório do 2.º Ofício do Registro de Imóveis
Brasília — Distrito Federal

LIVRO 2 — REGISTRO GERAL

matrícula - 3951 - | ficha - 4 -

ficha - 4 -

matrícula - 3951 -

(CONTINUAÇÃO DO R.6/3951)... Obrigou-se especialmente a Interveniente a: I - executar o projeto acima referido e sujeitar-se a plena fiscalização do Credor e do BNDE, observando no que couber, as "Disposições" de que trata o ítem IV acima; II - aceitar o previsto no Parágrafo Único supra mencionado, comprometendo-se a empregar na integralização das quotas subscritas pela Beneficiária Final os recursos recebidos e lançados a crédito da Beneficiária Final; III - realizar as alterações do seu Capital Social no prazo máximo de 30 dias após a liberação de cada parcela de recursos para, após a liberação da sétima parcela, elevar seu Capital Social de CR$15.000.000,00, para, no mínimo, CR$25.164.500,00, devendo tal aumento ser totalmente integralizado em dinheiro; IV - aplicar na execução do projeto os recursos recebidos em decorrência da integralização do aumento de capital referido no ítem III anterior; V - tomar medidas necessárias e convenientes para que os contratos de construção e de prestação de serviços, bem como a aquisição de quaisquer bens, concernentes a execução do projeto amparado, sejam feitos a custo de mercado, levando-se em conta os fatores de qualidade, eficiência e outros pertinentes; VI - cumprir todas as disposições constantes da Resolução nº 507/77 de 18/05/77 da Diretoria do BNDE homologada em 30/06/77. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS WAYNE DO CARMO FARIA, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta Capital, CIC 000.273.911/91,acionista da Beneficiária Final, obrigou-se a manter sob a forma nominativa as ações representativas de sua participação no capital social votante da Beneficiária Final, correspondente a no mínimo, 51% desse Capital; IRFASA S/A - CONSTRUÇÕES, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, maior quotista da Interveniente, se obrigou na qualidade de Fiadora solidária do instrumento ora registrado. Ficou assegurado ao Credor o direito de declarar vencido o contrato ora registrado, na hipótese de inadimplemento pela Beneficiária Final das obrigações previstas no artigo 32, da "DISPOSIÇÕES" do BNDE, com relação àInterveniente. Ficou facultado ao Credor a seu exclusivo critério, considerar vencido o contrato antecipadamente, ocorrendo qualquer das hipoteses seguintes: a) se a Beneficiária Final ou a Interveniente deixar de aplicar os recursos acima referidos; b) se houver a transferência do controle do capital votante (51% desse Capital),de modo direto ou indireto, para pessoa estrangeira física ou jurídica, nos termos do artigo 116 da Lei 6.404 de 15/12/1976. Para garantia do pagamento da dívida que resultar, inclusive juros, comissão de reserva de capital, pena convencional, correção monetária, custas, despesas e demais obrigações estipuladas no instrumento a Beneficiária Final, com a Interveniência-Anuência dos respectivos proprietários, deu ao Credor em quinta e especial hipoteca, livre e desembaraçado de qualquer ônus, inclusive fiscais, o imóvel objeto desta Matrícula. INTERVENIENTE GARANTE - IRFASA S/A - TURISMO, HOTEIS E MOTEIS, com sede nesta Capital, CGC 00.366.518/0001-10.- TÍTULO:- escritura pública de abertura de crédito com garantia hipotecária de 04/05/1978, lavrada às fls. 59v, do Livro 185, do 2º Ofício de Notas local.- CONDIÇÕES:- obrigaram-se as partes pelas demais cláusulas do título.-.-.-.-.-.- DOU FÉ.- Em, 17/05/1978.- O Escrevente,

AV.7/3951 - Certifico que, por escritura pública de aditivo ao empréstimo com garantia hipotecária de 22/05/1978, lavrada às fls. 42v, do Livro nº 308, do 2º Ofício de Notas local, o credor, a devedora e a interveniente garante acordaram em aditar a escritura de 27/09/1977 e objeto do R.4/3951, no que se refere ao seguinte: fica prorrogado pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data do respectivo vencimento, o pagamento da primeira parcela do

(CONTINUA NO VERSO)

Visualização disponibilizada pelo SAEC (www.registradores.onr.org.br)-Visualizado em:26/04/2024 10:05:54

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:11:00 - 8660397

matrícula - 3951 -
ficha - 4 - verso

(CONTINUAÇÃO DA AV.7)... empréstimo, no valor de US250.000,00 (duzentos e cinquenta mil dólares), previsto na cláusula segunda do empréstimo ora aditado, nas mesmas condições ali previstas. Fica ratificada em todos os demais termos e condições a escritura de empréstimo aditada através do título ora averbado, passando os dois instrumentos a formar um todo único e indivisível.-.
DOU FÉ.- Em, 08/06/1978.- O Escrevente,

AV.8/3951.-Certifico que, de acordo com Aditivo de 28/06/1978, a IRFASA S/A-CONSTRUÇÕES,INDÚSTRIA E COMÉRCIO, na qualidade de financiada e o BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S/A-BRB, como financiador, acordaram em retificar e ratificar, na forma abaixo, a Cédula de Crédito Industrial nº 77/084-BRB, de 1_.12.77, registrada sob o nº R.5/3951, nesta Matrícula e sob o número 207, às fls.80, do Livro 3-Registros Auxiliares,deste Cartório, em 20.12.77, no valor de CR$23.000.000,00, com vencimento para 11/06/1978: -PRORROGAÇÃO DO VENCIMENTO:-Fica prorrogado por 150 dias o prazo do financiamento, a contar da data do instrumento ora averbado,passando o vencimento da Cédula ora aditada para 28/11/1978. ELEVAÇÃO DA TAXA DE JUROS:- Ficam os juros elevados para 36% ao ano, calculados sobre o saldo devedor e exigíveis no último dia útil de cada mês, no vencimento e na liquidação da Cédula.-ALTERAÇÃO DA TAXA DE RETENÇÃO:-Fica elevada para 50% a taxa de retenção sobre os faturamentos relativos ao contrato caucionado, previstos para o período de julho a novembro de 1978. RATIFICAÇÃO.-A Cédula em referência fica ratificada em todos os seus termos e condições não expressamente alterados pelo instrumento ora averbado, que àquela se integra formando um todo único e indivisível para todos os fins de direito.-.-.-.-.-.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.
DOU FÉ.-Em 03/07/1978.-O Escrevente,

AV.9/3951.-Certifico que, de acordo com Escritura Pública de Aditivo de 06/11/1978, lavrada às fls.90v., do Livro nº 343, do 2º Ofício de Notas Local, o BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S/A, com sede nesta Capital, CGC/MF-nº 00.000.208/0001-00, na qualidade de credor e a IRFASA S/A-CONSTRUÇÕES, INDUSTRIA E COMÉRCIO, com sede nesta Capital, CGC/MF-nº 00.023.150/0001-10, na qualidade de devedora, acordaram em aditar a escritura de Empréstimo com Garantia Hipotecária de 27.09.1977, objeto do R.4/3951(hipoteca 3º lugar), já aditada por escritura de aditamento de 22/05/1978 e objeto da Av.7/3951, conforme cláusulas seguintes: CLÁUSULA PRIMEIRA O valor das parcelas do emprestimo e o vencimento das mesmas, constantes da cláusula segunda da escritura original e da cláusula primeira do aditivo de 22.5.78, ficam alterados para os fixados no instrumento ora averbado, a saber: O emprestimo será liquidado em 2 parcelas, de valor em cruzeiros correspondente, em cada data de pagamento, a primeira a U$83.333,33 e a segunda a U$416.666,67, à taxa de venda da referida moeda, vigente nas datas dos respectivos vencimentos, assim, sempre respeitada a variação cambial, vencendo-se a primeira parcela dois dias úteis antes do último dia do 30º mês, a contar da data do crédito do emprestimo à conta corrente da Devedora, isto é 14.10.77, e a segunda dois dias úteis antes do último dia do 36º mês, igualmente a contar de 14.10.77, sendo a antecipação de 2 dias úteis, aqui indicada, entendida pelas partes contraentes como imprescindível para a efetivação, pelo Banco, de seus pagamentos, ao banco passados estrangeiro, nas datas devidas. CLÁUSULA SEGUNDA:- A A cláusula terceira da escritura primitiva passa a ter a seguinte redação:-A devedora pagará ao Banco, em cruzeiros, à taxa de renda do dólar dos Estados Unidos da América, vigente nos

(CONTINUA NA FICHA nº 5)-

PARA SIMPLES CONSULTA NÃO VALE COMO CERTIDÃO

Visualização disponibilizada pelo SAEC (www.registradores.onr.org.br)-Visualizado em:26/04/2024 10:05:54

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:11:00 - 8660397

Cartório do 2.º Ofício do Registro de Imóveis
Brasília — Distrito Federal

LIVRO 2 — REGISTRO GERAL

matrícula -3951- ficha -5-

ficha -5-

matrícula -3951-

(CONTINUAÇÃO DA AV.9/3951-F1.4)...vigente nos dias em que forem exigíveis, respeitada, portanto a variação cambial, juros sobre o principal, devido em moeda estrangeira, da data do crédito à sua conta-corrente até o pleno pagamento do emprestimo, pagáveis e exigíveis '' dois dias úteis antes do último dia de cada período sucessivo de seis meses, a contar da data do crédito do emprestimo à sua conta corrente, ou seja, 14.10.77,à taxa de 2-1/4% ao ano, taxa bruta, nos primeiros seis meses de vigência do emprestimo, concordando expressamente a Devedora que a cada novo período de seis meses, o Banco emprestador estrangeiro poderá optar entre a manutenção da referida taxa bruta ou a aplicação da taxa líquida de 2-1/8% ao ano toda essas taxas acima da "London Interbank Best Offering Rate" taxa LIBOR' de seis meses, reajustável pelas variações da taxa LIBOR de seis meses, sendo a antecipação de dois dias úteis, aqui indicada, entendida pelas partes contraentes, como imprescindível para a efetivação, pelo Banco de seus pagamentos ao Banco passador estrangeiro, nas datas devidas. CLÁUSULA TERCEIRA:- Fica modificada a redação da cláusula sexta da escritura original, passando a vigorar os seguintes dizeres: A Devedora pagará ao Banco, em cruzeiros, convertidos à taxa de venda do dólar dos Estados Unidos da América, vigente nas datas em que for exigível, respeitada portanto, a variação cambial a comissão de repasse de 4% ao ano, sobre o principal devido em moeda estrangeira, pagável semestral e antecipadamente, da data do crédito do emprestimo à conta-corrente da devedora até o pleno pagamento do mesmo, sendo que a primeira parcela será debitada no dia em que for efetuado o referido crédito e as demais nas datas de vencimento dos juros, estabelecidos na cláusula segunda no início já descrita. CLÁUSULA QUARTA:- As partes contratantes modificam a cláusula decima primeira da escritura original, a qual passa a ser expressa nos seguintes termos:- O pagamento de quaisquer obrigações da devedora, nascidas do instrumento ora averbado, sejam parcelas do principal,juros, comissões e outras quaisquer obrigações, será procedido pelo seu valor prescrito, responsabilizando-se a devedora pelo encargo de pagar todos e quaisquer tributos federais, estaduais e municipais incidentes ou que venham a incidir, de futuro, correndo por conta exclusiva da mesma quaisquer impostos, taxas de contribuições fiscais ou não, sobretaxas, encargos financeiros, imponíveis ou que venham a ser exigidos, porquanto está entendido e acordado entre as partes que a devedora deverá entregar e o Banco deverá receber os cruzeiros bastantes para a compra dos dólares dos Estados Unidos da América, necessários para a amortização e remuneração efetiva do emprestador estrangeiro e do Banco, sem qualquer redução, excentuando-se, exclusivamente a eventualidade em que o empregador estrangeiro opte pela manutenção da taxa bruta de juros de 2-1/4% ao ano, hipótese em que o mesmo absorverá o encargo relativo ao imposto de renda no percentual de 25%, ficando esclarecido que tal absorção abrange unicamente, dito imposto sobre as parcelas devidas a título de juros, exclusive,portanto, aqueles inerentes a comissões, sendo que o incentivo fiscal, correspondente nesta data a 85% sobre o valor do citado imposto, será repassado à Devedora concordando esta, desde já, caso haja alteração da legislação atual sobre o imposto de renda, aumentando o percentual de 25%,a diferença será paga pela devedora, e que, se o incentivo fiscal de 85% for reduzido, o repasse acima mencionado terá como valor o novo percentual estabelecido, ou se o citado incentivo fiscal for elevado,esse aumento beneficiará a devedora .-CLÁUSULA QUINTA:- Compareceu no ato da assinatura do instrumento ora averbado, como Interveniente Garante, a

(CONTINUA NO VERSO)-

Visualização disponibilizada pelo SAEC (www.registradores.onr.org.br)-Visualizado em:26/04/2024 10:05:54

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:11:00 - 8660397

matrícula -3951- ficha -5- verso

(CONTINUAÇÃO)...a IRFASA S/A-TURISMO, HOTÉIS E MOTEIS, com sede nesta Capital, CGC/MF-número 00.366.518/0001-43 a qual manifestou a sua plena concordância com os termos do presente aditivo e declarou expressamente que permanecem válidas as garantias reais por ela constituidas em favor do Banco, constantes da cláusula decima-segunda da escritura original. Ainda com referência às garantias, a devedora entregou ao Banco Carta assinada pelos Srs.Wayne do Carmo Faria, Antonio Moreno, Douglas Hecht, Eduardo Doglia Azambuja e José Nilson Ruas Guimarães e respectivas esposas, em que ratificam a fiança prestada em favor do Banco, conforme carta fiança datada de 28.09.77.-CLÁUSULA SEXTA:-Ficam ratificados todos os demais termos, e condições da escritura original e do aditivo de 22.05.78, constituindo tais instrumentos e o presente aditivo, um todo único e indivisível.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.-. DOU FÉ.-Em 24/11/1978-O Escrevente,

AV.10/3951.-Certifico que, de acordo com Aditivo de 12/12/1978, a IRFASA S/A-CONSTRUÇÕES, INDUSTRIA E COMÉRCIO, CGC/MF-nº 00.023.150/0001-10 na qualidade Financiada; o BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S/A, CGC/MF-nº 00.000.208/0001-00, como Favorecido; IRFASA S/A-TURISMO HOTÉIS, CGC/MF-nº 00.366.518/001, como Intervenidante-Garante e WAYNE DO CARMO FARIA e SABEP-São Bento Empreendimentos e Participações S/A, na qualidades de avalistas, acordaram em retificar e ratificar, na forma abaixo, a Cédula de Crédito Industrial nº 77/084-BRB, de 14.12.77, objeto do R.5/3951, registrada às fls.80, sob o nº 207, no Livro 3, deste Cartório, do seguinte modo:PRORROGAÇÃO DO VENCIMENTO:-Fica prorrogado o vencimento da cédula de Crédito Industrial, ora aditada, por mais 179 dias, a contar da data do instrumento ora averbado, ou seja, para 09/06/1979; REDUÇÃO NO VALOR DO MÚTUO:-O valor do Mútuo fica reduzido para ' CR$15.000.000,00; ELEVAÇÃO DA TAXA DE JUROS:-Ficam os juros elevados para 3,5% ao mês, calculados sobre o saldo devedor e exigíveis no último dia útil de cada mês, no vencimento e na liquidação da Cédula; VINCULAÇÃO DE NOVOS CONTRATOS E CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS:-Ficam vinculados à CCI ora aditada os contratos nºs 31/78 e 32/78, firmados entre a financiada e a Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda., para execução, sob regime de empreitada por preço global, de conformidade com a resolução 378/76-C.A e caderno de especificações e encargos, cronograma físico-financeiro e das Licitações nºs 04/78 e 03/78 da construção de 1.378 casas residenciais nos seguintes endereços: 688 casas no Setor P; 308 casas na QNP-14 e 382 casas na QNP-18, no Setor Norte de Taguatinga-DF, bem como os cronogramas ' físico-financeiros, correspondentes aos Contratos acima vinculados, para os periodos de dezembro de 1978 a maio de 1979 e dezembro de 1978 a abril de 1979, respectivamente, mediante a retenção de 30% sobre os faturamentos relativos aos contratos caucionados, entregues ao Banco, os quais passaram a fazer parte integrante do instrumento ora averbado.-RATIFICAÇÃO:-A Cédula em referência fica ratificada em todos os seus termos e condições não expressamente alterados,pelo instrumento ora averbado, que aquele se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins de direito.Obrigou-se a financiada pelas demais condições do título.-.-.--.--.--.--.-.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.-. DOU FÉ.-Em 14/12/1978.-O Escrevente,

Av.11/3951 - Certifico que, por escritura de 06/08/1979, lavrada às fls. 53v, do livro 421, do 2º Ofício de Notas local, o credor Banco Regional de Brasília S/A, autorizou o cancelamento das hipotecas feitas em 1º, 2º, 3º , 4º e 5º lugares, objeto da Av.1, dos R.2, R.3 ,

(CONTINUA NA FICHA Nº 6)

Visualização disponibilizada pelo SAEC (www.registradores.onr.org.br)-Visualizado em:26/04/2024 10:05:54

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:11:00 - 8660397
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24060416073722200000041083431?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24060416073722200000041083431

Cartório do 2.º Ofício do Registro de Imóveis

LIVRO 2 — REGISTRO GERAL

Brasília — Distrito Federal

matrícula - 3951 - ficha - 6 -

(CONTINUAÇÃO DA AV.11/3951)... R.4, R.5, R.6 e das Av.7, Av.8, Av.9 e Av.10, todas desta Matrícula, para que não produzam mais nenhum efeito de direito.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-
DOU FÉ.- Em, 07/08/1979.- O Escrevente,

R.12/3951 - CREDOR:- BANCO DO BRASIL S/A, com sede nesta Capital, CGC 00.000.000/0452-9.-DEVEDORA:- IRFASA S/A - CONSTRUÇÕES, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, com sede nesta Capital, C.G.C/MF nº 00.023.150/0001-10.- INTERVENIENTE GARANTE:- IRFASA S/A - TURISMO, HOTÉIS E MOTÉIS, com sede nesta Capital, CGC 00.366.518/0001-69.- ÔNUS:- hipoteca em primeiro lugar e sem concorrência TÍTULO:- escritura pública de garantia hipotecária de 06/08/1979, lavrada às fls. 53v, do Livro 421, do 2º Ofício de Notas local.- VALOR:- CR$50.000.000,00, destinado a reforço de capital de giro da devedora, que ela poderá dispor dentro de 15 dias da data da escritura ora registrada de uma só vez ou em parcelas, à medida de suas necessidades. As quantias fornecidas pelo Credora à Devedora, e as despesas por ele efetuadas, serão escrituradas em conta gráfica representativa do saldo da operação. Sobre os saldos devedores dessa conta serão devidos juros e comissão, calculados à taxa unificada de 3% ao mês, exigíveis no último dia de cada trimestre civil, no vencimento e na liquidação da dívida, podendo ser capitalizados, a critério do Credor. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO:- as importâncias fornecidas pelo Credor à Devedora e as que lhe forem devidas a título de despesas, até o respectivo reembolso, estarão sujeitas à taxa de administração de 1% ao mês, contados sobre o saldo devedor do empréstimo e exigível juntamente com os juros e a comissão. Vencida por qualquer motivo a dívida e não paga, os juros, de 3% ao mês acima referidos, serão elevados de 1% ou da taxa máxima que vier a ser admitida pelo Conselho Monetário Nacional, a título de mora, de pleno direito, independentemente de citação judicial ou de qualquer outro procedimento. O contrato ora registrado se vencerá dentro de 60 dias, obrigando-se a devedora a pagar em 05 de outubro de 1979 todas as responsabilidades dele oriundas, compreendidos principal, comissão, juros, taxa de administração, outros acessórios e quaisquer despesas. Se o Credor tiver de recorrer aos meios judiciais ainda que em processo administrativo, para cobrança de seu crédito, a Devedora pagará mais 10% de multa sobre o que dever de principal, juros, comissão, taxa de administração, outros acessórios e despesas. Foi eleito o Foro desta Capital.- CONDIÇÕES:- obrigaram-se as partes pelas demais cláusulas do título.-
DOU FÉ.- Em, 07/08/1979.- O Escrevente,

AV.13/3951.-Certifico que, por escritura de 05/09/1979, lavrada às fls.034v., do Livro nº 422,do 2º Ofício de Notas Local, o credor hipotecário autorizou o cancelamento da hipoteca objeto do R.12/3951 supra,para que a mesma não produza mais nenhum efeito de direito.-.-.-.
DOU FÉ.-Em 10/09/1979.-O Escrevente,

R.14/3951.-HIPOTECA:-CREDOR:-BANCO DO BRASIL S/A, com sede nesta Capital, CGC/MF-nº 00.000.000/0452-90.-DEVEDORA:-IRFASA S/A-CONSTRUÇÕES, INDUSTRIA E COMÉRCIO, com sede nesta Capital, CGC/MF-nº 00.023.150/0001-10.-INTERVENITENTE GARANTE:-IRFASA S/A-TURISMO, HOTÉIS E MOTEIS, com sede nesta Capital, CGC/MF-nº 00.366.518/0001-69.-FIADORES E PRINCIPAIS PAGADORES:-WAYNE DO CARMO FARIA,industrial e sua mulher,ELENITA DA VALE FARIA, dolar, brasileiros, residentes e domiciliados nesta Capital,CIC-.000-273-911-91 e ANTONIO MORENO, industrial,CIC-nº 000.599.351-20 e sua mulher,CELME MARIA DE ARAUJO MORENO, professora, CIC-023.605.861-49,-brasileiros, residentes e domiciliados nesta Capital, os quais renunciaram aos favores pre-

(CONTINUA NO VERSO)-

PARA SIMPLES CONSULTA NÃO VALE COMO CERTIDÃO

Visualização disponibilizada pelo SAEC (www.registradores.onr.org.br)-Visualizado em:26/04/2024 10:05:54

matrícula -3951- ficha -6- verso

(CONTINUAÇÃO)...previstos nos artigos 1503 do Código Civil e 262 do Código Comercial.-TÍTULO Escritura Pública de Repasse de Emprestimos com Garantia de Hipoteca e Fiança de 05/09/1979 lavrada às fls.034v, do Livro nº 422, do 2º Ofício de Notas Local.-ÔNUS:- Hipoteca em 1º lugar e sem concorrência.-VALOR:-O Banco repassou à Devedora a quantia de US$5.400.000,00(cinco milhões e quatrocentos mil dólares), entregando-lhe os fundos provenientes da conversão desta quantia, em moeda nacional, no total de CR$149.850.000,00(cento e quarenta e nove milhões, oitocentos e cinquenta mil cruzeiros), apurada pela aplicação da taxa cambial da compra vigente na data do instrumento ora registrado, de CR$27,775(vinte e sete cruzeiros e setecentos e setenta e cinco centavos).-COMISSÃO DE COMPROMISSO:-Sobre o valor em dólares americanos do Crédito deferido,a Devedora pagará a comissão de compromisso de 0,5% ao ano; nos primeiros trinta dias e 3% ao ano a partir do 31º dia, a contar da data da comunicação do deferimento, até a data da efetiva utilização do crédito ou da desistência, quando ocorrer. DESISTENCIA- A não utilização do crédito dentro do prazo de 30(trinta) dias a contar da data do instrumento ora registrado, significará desistência da Devedora, que facultará ao Banco cancelar o financiamento. TAXA DE JUROS:- Os juros são devidos à taxa de 13,5% ao ano, exigíveis em 30(trinta) de junho e 31(trinta e um) de dezembro, no vencimento e na liquidação da dívida, podendo ser capitalizados. A taxa de juros poderá ser reajustada trimestralmente, em 1º de janeiro, 1º de abril, 1º de julho e 1º de outubro de cada ano, a critério do Banco, com base no custo para o Banco da captação de dinheiro no mercado financeiro internacional, ficando, porém desde já estabelecido que o "spread"(sobretaxa líquida), não excederá a 3 (três)pontos(3%). A vigência da nova taxa será informada pelo Banco através de carta sob registro postal. Ficou ainda estabelecido que o imposto de Renda correrá por conta do Banco. Além dos juros acima contratados a devedora pagará a taxa de procuradoria de 0,5% sobre o valor dos direitos creditórios caucionados, cujo recebimento for efetivado pelo Banco, a qual será exigível juntamente com os juros. PENA CONVENCIONAL:-10% do que a Devedora lhe dever de principal, juros, correção monetária, acessórios e despesas.-O principal da dívida que resultar do contrato ora registrado, será pago dentro de 02 anos, da data do instrumento, em cruzeiros, convertidos em dólares-americanos, segundo a taxa de venda de câmbio do dia do vencimento, em uma única prestação, obrigando-se a devedora a liquidar simultâneamente todas as responsabilidades pecuniárias decorrentes do contrato ora registrado.RISCO DE CÂMBIO:- O saldo devedor sofrerá reajuste, facultado pela Resolução nº 63, do Banco Central do Brasil, em proporção correspondente à variação da taxa cambial de venda. Assim, sempre que ocorrer qualquer alteração na taxa de câmbio do dólar-americano, o saldo devedor, em moeda nacional. será reajustado, a fim de manter-se paridade com essa moeda estrangeira. CONDIÇÕES:-Obrigaram-se as partes pelas demais cláusulas e condições do título ora registrado.-.--.-.--.--.-.
DOU FÉ.-Em 10/09/1979.-O Escrevente,

Av.15/3951.- Certifico que, de acordo com Petição de 06.03.1981, acompanhada de alteração contratual de 09.05.1979, devidamente arquivada na Junta Comercial do Distrito Federal sob o nº 8839, em 28.08.1970, a proprietária do imóvel objeto desta Matrícula, teve a sua Razão Social alterada para IRFATUR - TURISMO E HOTELARIA S/A, com sede nesta Capital,CGC.00.366.518/0001-43.-.-------------.-----------.----------
DOU FÉ.- Em, 28.04.1981.- Técnico Judiciário,

(CONTINUA NA FICHA nº 7)...

Visualização disponibilizada pelo SAEC (www.registradores.onr.org.br)-Visualizado em:26/04/2024 10:05:54

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:11:00 - f4783b5

Cartório do 2.º Ofício do Registro de Imóveis
Brasília — Distrito Federal

LIVRO 2 — REGISTRO GERAL

matrícula -3951- | ficha -7-

ficha -7-

matrícula -3951-

R.17/3951-HIPOTECA:- CREDOR:- BANCO DO BRASIL S/A, com sede nesta Capital, CGC/MF-nº 00000.000/0452-92.-DEVEDORA:-IRFASA S/A-CONSTRUÇÕES, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, com sede nesta Capital, CGC/MF-nº 00.023.150/0001-10.-INTERVENIENTE GARANTE:- IRFATUR-TURISMO E HOTELARIA S/A, com sede nesta Capital, CGC/MF-nº 00.366.518/0001-43.-FIADORES E PRINCIPAIS PAGADORES:-WAYNE DO CARMO FARIA, industrial e sua mulher, ELENITA DA VALE FARIA, do lar, brasileiros, residentes e domiciliados nesta Capital, CIC-000.273.911-91 e ANTONIO MORENO, industrial, CIC-número 000.599.351-20 e sua mulher, CELME MARIA DE ARAUJO MORENO, professora, CIC-023.605.861-49 brasileiros, residentes e domiciliados nesta Capital, os quais renunciaram aos favores previstos nos artigos 1503 do Código Civil e 262 do Código Comercial.TÍTULO.- Escritura Pública de Repasse de Empréstimo com Garantia de Hipoteca e Fiança de 10/02/1982, lavrada às fls. 46, do Livro nº 668, do 2º Ofício de Notas Local.ÔNUS:- Hipoteca em 2º grau e sem concorrência.-VALOR:-O Banco repassou à Devedora a quantia de US$8,616,000.00(oito milhões seiscentos e dezesseis mil dólares), no total de CR$1.172.379.120,00(hum bilhão, cento e setenta e dois milhões, trezentos e setenta e nove mil e cento e vinte cruzeiros), apurados pela aplicação da taxa de cambio de compra de CR$136,07, vigentes em 09.02.1982.A quantia ora repassada destina-se à liquidação do financiamento obtido pela devedora para reforço de giro, a saber: EIC-79/00.081-7, de US$5,40[illegible],000.00, contratado por escritura lavrada às fls.034-vº, do Livro nº 422, do 2º Ofício de Notas Local, em 05.09.79, vencido em 04.09.81. JUROS:-24,5% ao ano, exigíveis em 30 de junho e 31 de dezembro, no vencimento e na liquidação da dívida, podendo ser capitalizados.-A taxa de juros poderá ser reajustada trimestralmente, em 1º de janeiro; 1º de abril; 1º de Julho e 1º de outubro de cada ano, a critério do Banco, com base no custo para o Banco da captação de dinheiro no mercado financeiro internacional, ficando, porém, estabelecido que a "spread"(sobretaxa líquida) não poderá exceder de 3 ponto(3%). O principal da dívida que resultar do contrato ora registrado será pago em cruzeiros conversíveis em dólares dos Estados Unidos segundo a taxa de venda de câmbio do dia do vencimento ou da efetivação do pagamento, em 04 prestações, a saber: em 09.08.1983-US$2,154,000.00;Em 09.02.1984-US$2,154,000.00; em 09.08.1984-US$2,154,000.00 e, em 09.02.1985-US$2,154,000.00. PENA CONVENCIONAL:-10% do que a Devedora lhe dever de principal, juros, correção monetária, acessórios e despesas.CONDIÇÕES:- Obrigaram-se as partes pelas demais cláusulas e condições do título.---.--.--.---.--.--.--.--.--.-.--.--.-.-.--.--.---.---.---.---.---.---.---.-
DOU FÉ.-Em 25/02/1982.-Técnico Judiciário,

R.17/3951 - De acordo com Certidão expedida em 29/11/96, pela Diretora de Secretaria da 2ª Vara Cível, da Circunscrição Judiciária de Brasília-DF, extraída dos Autos do Processo nº 26.404/95, da Ação de Execução de Sentença, proposta pelo BANCO DO BRASIL S/A, com sede nesta Capital, CGC/MF nº 00.000.000/0452-91 contra IRFASA S/A - CONSTRUÇÕES, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, com sede nesta Capital, CGC/MF nº 00.023.150/0001-10, o imóvel objeto desta Matrícula foi PENHORADO, para cobrança da dívida no valor de R$118.944.768,66. A penhora foi efetuada por determinação do Dr. Fernando A. Habibe Pereira, MM. Juíz de Direito da referida Vara, tendo o imóvel ficado em mãos de Pedro Pinheiro Costa, Depositário Público Substituto. OBS: Os demais requisitos exigidos pelo art.239, da Lei 6015/73, não constaram da ordem judicial DOU FÉ. Em, 13/01/1997. Escrevente,

(continua no verso)

Visualização disponibilizada pelo SAEC (www.registradores.onr.org.br)-Visualizado em:26/04/2024 10:05:54

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:11:00 - f4783b5

matrícula -3951- | ficha -7- verso

R.18/3951 - De acordo com Mandado de Penhora, Avaliação, Intimação e Registro datado de 11.06.1997, expedido pelo Diretor de Secretaria da Oitava Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, acompanhado de Auto de Penhora, de 24.06.1997, extraídos dos autos da Ação de Execução Fiscal, Processo nº 58.422/95, movida pela FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, contra IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S/A, com sede nesta Capital, o imóvel desta Matrícula, foi PENHORADO, para cobrança da dívida no valor de R$44.215,90.-A Penhora foi efetuada por determinação do Dr. Ailton Henrique de Sousa, MM. Juíz de Direito da referida Vara, ficando o bem em mãos do Depositário Público.-Obs:- Os demais requisitos exigidos pelo Artigo 239, da Lei 6.015/73, não constaram da ordem judicial.----------
DOU FÉ.-Em, 23.07.97.-Escrevente,

R.19/3951 - De acordo com Mandado de Penhora, Avaliação e Registro de 14.08.1997, expedido pelo Diretor de Secretaria da 4a Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, acompanhado de Auto de Penhora e Depósito de 09.10.1997, extraídos dos autos do Processo nº 2.149/97, movido pela FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, contra IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S/A, o imóvel desta Matrícula foi PENHORADO para garantia da dívida no valor de R$53.848,76.-A Penhora foi efetuada por determinação da Dra. Adelith Castro de Carvalho Lopes, MMa. Juíza de Direito da 4a Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, ficando o bem em mãos do Depositário Público, Antonio Hamilton Rodrigues de Lima.- Obs:- Os demais requisitos exigidos pelo Artigo 239, da Lei 6.015/73, não constaram da ordem judicial.----------
DOU FÉ.-Em, 09.12.97.-Escrevente,

R.20/3951 - De acordo com Mandado de Penhora e Avaliação datado de 01.10.1997, expedido pela Diretora de Secretaria da 18a Vara Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal, acompanhado de Auto de Avaliação e Penhora de 03.11.1997, extraídos da Ação de Execução Fiscal, Processo nº 1997.34.00.019952-5, movida pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS, contra IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S/A., com endereço nesta Capital, o imóvel desta Matrícula, foi PENHORADO, por determinação da Dra. Maria de Fátima de Moura Pessoa Costa, MMa. Juíza Federal da citada Vara, ficando o bem em mãos do Depositário, Wayne do Carmo Farias.-Obs:Os demais requisitos exigidos pelo Artigo 239, da Lei 6.015/73, não constaram da ordem judicial.-
DOU FÉ.-Em, 16.03.98.-Escrevente,

VID
Av.

Av.21/3951 - De acordo com a parte final do parágrafo 1º, do Artigo 213, da Lei 6.015/73, fica aditado o R.20/3951, para consignar que o imóvel objeto desta Matrícula foi Penhorado, para cobrança da dívida no valor de R$969.162,17.- Ficam ratificados os demais termos do citado R.20/3951.----------
DOU FÉ.-Em, 16.03.98.-Escrevente,

R.22/3951 - De acordo com Mandado de Citação, Penhora e Avaliação de 09.01.1998, expedido pela Diretora de Secretaria da 11a Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, acompanhado de Auto de Penhora de 11.08.1998 e, de Certidão de 28.04.98, extraídos dos autos da Ação de Execução Fiscal nº 98.1750-2, movida pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, contra IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S/A, com endereço nesta Capital, o imóvel desta Matrícula foi PENHORADO, para cobrança da dívida no valor de R$555.686,43.- A Penhora foi efetuada por determinação do Dr. Hamilton de Sá Dantas, MM. Juíz Federal da citada Vara, ficando o bem em mãos de Wayne do Carmo Faria, C.I. 098 965/SEP/DF.-Obs:- Os demais requisitos exigidos pe-

(continua na ficha 08)

Visualização disponibilizada pelo SAEC (www.registradores.onr.org.br)-Visualizado em:26/04/2024 10:05:54

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:11:00 - f4783b5

2.º Ofício do Registro de Imóveis
Brasília — Distrito Federal

LIVRO 2 — REGISTRO GERAL

matrícula -3951- ficha -8-

(CONTINUAÇÃO DO R.22/3951, da ficha 07vº)....lo Artigo 239, da Lei 6.015/73, não constaram da ordem judicial.----------

DOU FÉ. Em, 21.09.98.-Escrevente,

R.23/3951 - De acordo com Mandado de Penhora e Avaliação nº 481/99, datado de 16/06/99, expedido pelo Diretor de Secretaria da 18ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, acompanhado de Auto de Avaliação e Penhora datado de 08/07/99, extraídos dos Autos do Processo nº 99.1956-3 - Execução Fiscal - Classe 3100, movido pela UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL) contra IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S/A, CGC/MF nº 00.366.518/0001-43, o imóvel objeto desta Matrícula foi PENHORADO, para cobrança da dívida no valor de R$100.047,37. A penhora foi efetuada por determinação do Dr. José Pires da Cunha, MM. Juiz Federal Substituto da referida Vara. OBS: Os demais requisitos exigidos pelo Artigo 239, da Lei 6015/73, não constaram da ordem judicial.----------

DOU FÉ. Em, 02/08/1999. Escrevente,

R.24/3951 - De acordo com Mandado de Citação, Penhora e Avaliação datado de 30/08/99, expedido pelo Diretor de Secretaria da 11ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, acompanhado de Auto de Penhora datado de 26/11/99, extraídos dos Autos do Processo nº 99.025110-1 - Execução Fiscal - Classe 03100, movido pela UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL) contra IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S/A, com sede nesta Capital, o imóvel objeto desta Matrícula, foi PENHORADO, para cobrança da dívida no valor de R$34.283,28. A penhora foi efetuada por determinação do Dr. Hamilton de Sá Dantas, MM. Juíz Federal da referida Vara. OBS Os demais requisitos exigidos pelo Artigo 239, da Lei 6015/73, não constaram da ordem judicial.----------

DOU FÉ. Em, 07/01/2000. Escrevente,

R.25/3951 - De acordo com Mandado de Citação, Penhora e Avaliação nº 1291, de 09/11/2000, expedido pela Drª Naiana Borges Carapeba, MMª Juíza da 1ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, acompanhado de Auto de Penhora e Avaliação, datado de 27/11/2000, extraídos dos Autos do Processo nº 01ª Vara do Trabalho de Brasília-DF 122/00, movido por JOSÉ BERNARDINO DOS SANTOS contra IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S/A - HOTEL ARACOARA, com sede nesta Capital, o imóvel objeto desta Matrícula foi PENHORADO, para cobrança da dívida no valor de R$11.500,00. A penhora foi efetuada por determinação da Drª Naiana Borges Carapeba, MMª Juiza do Trabalho da referida Vara. OBS: Os demais requisitos exigidos pelo Artigo 239, da Lei 6.015/73, não constaram da ordem judicial.----------

DOU FÉ. Em, 07/02/2001. Escrevente,

R.26/3951 - De acordo com Mandado de Intimação nº 965/01, de 31.07.2001, expedido pelo Dr. Augusto César Alves de Souza Barreto, MM. Juíz Titular da 9ª Vara do Trabalho de Brasília,DF, acompanhado de Despacho datado de 23.07.2001, do referido Juíz de Direito; de Auto de Penhora e Avaliação de 11.07.2001 e, de Auto de Depósito de 21.08.2001, extraídos dos autos do Processo nº 9043/00, movido por JOSE CARLOS VIANA(oriunda da 1ª Vara do Trabalho de Florianópolis,SC), contra IRFATUR-TURISMO E HOTELARIA S/A(HOTEL ARAUCÁRIA), com endereço nesta Capital, o imóvel desta Matrícula foi **PENHORADO**, para garantia da dívida no valor de R$1.170,00.- A Penhora foi efetuada por determinação do Dr. Augusto César Alves de Souza Barreto,

(CONTINUA NO VERSO)

Visualização disponibilizada pelo SAEC (www.registradores.onr.org.br)-Visualizado em:26/04/2024 10:05:54

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:11:00 - f4783b5

matrícula 3.951 | ficha 08 verso

MM. Juíz Titular da citada vara, ficando o bem em poder da depositária, Maria Gomes Otsuki, brasileira, casada, CIC 057.201.501-10, residente nesta Capital.- OBS: Os demais requisitos exigidos pelo Artigo 239, da Lei 6.015/73, não constaram da ordem judicial.----------
DOU FÉ.-Em 19.09.2001.- Escrevente.

R.27/3951 - De acordo com Ofícios n°s 13.2.076/00, de 28.11.2000 e n° 13.1490/01, de 17.10.2001, expedidos pelo Diretor de Secretaria da 13ª Vara do Trabalho de Brasília,DF, acompanhado de Auto de Penhora e Avaliação de 14.11.2000, extraídos dos autos do Processo 13.0900/00, movido por RAIMUNDO NONATO ALVES DE SOUZA, brasileiro, casado, torneiro mecânico, CI. n° 1.244.873/SSP/DF, residente e domiciliado nesta Capital, contra URBRÁS URBANIZAÇÃO E PREMOLDADOS LTDA; IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S/A(HOTEL ARACOARA) IRFASA S/A - CONSTRUÇÕES INDUSTRIA E COMÉRCIO e SARANÃ AGROPECUÁRIA SÃO BENTO DO PARANÁ LTDA.,o imóvel desta Matrícula foi PENHORADO, para cobrança da dívida no valor de R$42.000,00, por determinação do MM. Juiz daquela Vara.- OBS: Os demais requisitos exigidos pelo Artigo 239, da Lei 6.015/73, não constaram da ordem judicial.--------
DOU FÉ.- Em, 09.11.2001.- Escrevente.

Certifico que, tendo em vista a implementação do novo sistema de computação necessário à organização e execução dos serviços, fica **ENCERRADA** a presente ficha, ao abrigo do artigo nº 41 da Lei nº 8.935, de 18/11/1994, sendo nesta data aberta a ficha nº 09.----------
DOU FÉ. Brasília,DF, em 22/01/2002. O F I C I A L,

Visualização disponibilizada pelo SAEC (www.registradores.onr.org.br)-Visualizado em:26/04/2024 10:05:54

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:11:00 - f4783b5

2.º Ofício do Registro de Imóveis
Brasília — Distrito Federal

LIVRO 2 — REGISTRO GERAL

matrícula 3.951 | ficha 09

matrícula - 3951 - | ficha - 9 -

R.28/3951 - De acordo com Mandado de Citação, Penhora e Avaliação nº 427/01, de 30.05.2001, de Mandado de Averbação nº 1498/01, datado de 13/12/2001, expedidos, respectivamente, pelos Doutores Erasmo Messias de Moura Fé e Luiz Henrique Marques da Rocha, MMs. Juízes do Trabalho da 6ª Vara do Trabalho de Brasília,DF, acompanhado de Auto de Penhora e Avaliação de 23.07.2001, extraídos dos autos do Processo nº 409/2000, movido por VALTER PEREIRA DE CARVALHO, contra IRFATUR-TURISMO E HOTELARIA S/A(HOTEL ARACOARA)e outras, o imóvel desta Matrícula foi **PENHORADO**, para garantia da dívida no valor de R$17.757,45.- A Penhora foi efetuada por determinação do Dr.Erasmo Messias de Moura Fé, MM. Juíz do Trabalho da citada Vara. Foi nomeado fiel depositário WAYNE DO CARMO FARIA, Diretor Presidente da executada. OBS: Os demais requisitos exigidos pelo Artigo 239, da Lei 6.015/73, não constaram da ordem judicial.----------
DOU FÉ.-Em, 22/01/2002. Escrevente,

Av.29/3951 - De acordo com Ofício nº 609, de 20.02.2004, expedido pela Diretora de Secretaria da Quarta Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, acompanhado de Certidão datada de 21.03.2003, e, por ordem do Dr. Vitor Feltrim Barbosa, MM. Juíz de Direito daquela Vara, fica CANCELADA a Penhora, objeto do R.19/3951.----------
DOU FÉ.- Em, 16.07.2004. Escrevente,

Av.30/3951 - De acordo com Ofício nº 130/2006, datado de 23/02/2006, expedido pelo Juízo de Direito da 1ªVara do Trabalho de Brasília, DF, fica CANCELADA a Penhora, objeto do R.25/3951.----------
DOU FÉ. Em, 13/03/2006. Escrevente,

R.31/3951 - De acordo com Mandado de Penhora, de 14/07/2008, expedido pelo Juízo de Direito da 19ª Vara Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, acompanhado de Auto de Penhora de 05/08/2008, extraídos dos autos da Ação de Execução Fiscal, Processo nº 2005.34.00.006881-1, movido pela UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL), contra IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S/A, CNPJ/MF nº 00.366.518/0001-43, o imóvel desta Matrícula foi **PENHORADO**, conforme determinação daquele Juízo Federal, para garantia da execução cujo débito exeqüendo até a data de 17/01/2008, importa no valor de R$2.339.117,00, a ser atualizado na data de sua quitação. OBS: Os demais requisitos exigidos pelo Artigo 239, da Lei 6.015/73, não constaram da ordem judicial.----------
DOU FÉ. Em, 05/09/2008. Escrevente,

R.32/3951 - PENHORA - De acordo com Ofício nº 118/2013, de 05.03.2013, acompanhado de Despacho de 05.03.2013; de Auto de Penhora de 05.08.2008; de Certidão de 28.08.2008; de Mandado de Intimação de 30.06.2010, de de Certidão de 13.08.2010, expedidos pelo Juízo Federal da 19ª Vara - Seção Judiciária do Distrito Federal, extraídos dos autos da Ação de Execução Fiscal, Processo nº 2005.34.00.006881-1 (6880-52.2005.4.01.3400), movida pela UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL), em desfavor de IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S/A, o imóvel desta Matrícula foi **PENHORADO**, em face da dívida no valor de R$2.339.117,00. A Penhora foi efetuada por determinação do Dr. RICARDO GONÇALVES DA ROCHA CASTRO, MM. Juiz Federal da citada Vara. Os demais requisitos exigidos pelo Artigo 239, da Lei 6.015/73, não constaram da ordem judicial.----------
DOU FÉ. Em, 26/03/2013. Escrevente,

Av.33/3951 - INDISPONIBILIDADE - Pela Ordem de Indisponibilidade protocolada em 28/06/2018, sob o número 201806.2815.00541870-IA-530, na Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB, foi decretada a INDISPONIBILIDADE de bens em nome de IRFASA S/A CONSTRUÇÕES INDUSTRIA E COMERCIO, CNPJ/MF nº 00.023.150/0001-10, nos autos do processo 01398009819985100102, da 2ª Vara do Trabalho de Taguatinga, DF tornando INDISPONÍVEL o imóvel desta Matricula.----------

(CONTINUA NO VERSO)

Visualização disponibilizada pelo SAEC (www.registradores.onr.org.br)-Visualizado em:26/04/2024 10:05:54

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:11:00 - f4783b5

matrícula 3.951 | ficha 09 verso

DOU FÉ. Em, 05/07/2018. Escrevente.

Av.34/3951 - CANCELAMENTO DE INDISPONIBILIDADE - De acordo com Ordem de Cancelamento de Indisponibilidade protocolada em 03/06/2020, sob o número 202006.03[illegible]8.01167773-TA-580, na Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB, fica CANCELADA a indisponibilidade, objeto da Av.33/3951.----

DOU FÉ. Em, 11/04/2022. Escrevente,

Av.35/3951 - CANCELAMENTO DE PENHORA - De acordo com Despacho com força de Ofício, de 01/04/2022, proferido pela Drª Adriana Zveiter, MMª Juíza do Trabalho Substituto, da 6ª Vara do Trabalho de Brasília, DF, nos autos do processo nº 0040[illegible]00-09.2000.5.10.0006, fica CANCELADA a Penhora, objeto do R.28/3951.----

DOU FÉ. Em, 20/04/2022. Escrevente,

Av.36/3951 - CANCELAMENTO DE PENHORA - De acordo com Despacho com Força de Ofício, de 18/04/2022, expedido pelo Dr. Marcos Ulhoa Dani, MM. Juiz do Trabalho da 13ª Vara do Trabalho de Brasília, DF, fica CANCELADA a Penhora, objeto do R.2[illegible]/3951.----

DOU FÉ. Em, 05/05/2022. Escrevente,

Av.37/3951 - CANCELAMENTO DE PENHORA - De acordo com Ofício nº 1299, de 11/05/2022, expedido pelo Juízo de Direito da Oitava Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, fica CANCELADA a Penhora, objeto do R.18/3951, nos termos da Sentença de 28/05/2003, exarada pelo Dr. Max Abrahão Alves de Souza, MM. Juiz de Direito Substituto da referida Vara, nos autos da Ação de Execução Fiscal, processo nº 58422/95.----

DOU FÉ. Em, 15/06/2022. Escrevente,

Av.38/3951 - CANCELAMENTO DE PENHORA - De acordo com Ofício nº 10037, de 20/06/2022, expedido pelo Juízo da 7ª Vara do Trabalho de Florianópolis, SC, extraído dos autos do Processo nº AT 07164-1998-037-12-00-1, fica CANCELADA a Penhora, objeto do R.26/3951.----

DOU FÉ. Em, 05/07/2022. Escrevente,

R.39/3951 - PENHORA - De acordo com Termo de Penhora assinado eletronicamente em 06/07/2022, expedido pelo Juízo de Direito da 4ª Vara Cível de Brasília, DF, extraído dos autos da Ação de Cumprimento de Sentença, Processo número 0711036-91.[illegible]021.8.07.0001, movida por M.M DISTRIBUIDORA HORTIFRUTI LTDA EPP, CNPJ/MF nº 16.874.910/0001-33, em desfavor de IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S/A, CNPJ/MF nº 00.366.518/0001-43, o imóvel desta Matrícula foi PENHORADO, para garantia do pagamento da dívida no valor de R$18.250.57[illegible] A Penhora foi efetuada por determinação do Dr. Giordano Resende Costa, MM. Juiz de Direito da referida Vara, ficando o bem em poder da executada, na qualidade de Fiel Depositária. OBS: Os demais requisitos exigidos pelo Artigo 239, da Lei nº 6.015/1973, não constaram da ordem judicial.----

DOU FÉ. Em, 03/08/2022. Escrevente,

Av.40/3951 - INDISPONIBILIDADE - Pela Ordem de Indisponibilidade protocolada em 02/02/2022, sob o número 202202.0210.01992072-IA-300, na Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB, foi decretada a INDISPONIBILIDADE de bens em nome de IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S/A, CNPJ/MF nº 00.366.518/0001-43, nos autos do processo 0003[illegible]0029199950700[illegible]8, da 8ª Vara do Trabalho de Fortaleza, CE, tornando INDISPONÍVEL o imóvel desta Matricula.----

DOU FÉ. Em, 11/08/2022. Escrevente,

Av.41/3951 - INDISPONIBILIDADE - Pela Ordem de Indisponibilidade protocolada em 09/10/2023, sob o número 202310.0914.02974885-IA-570, na Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB, foi decretada a INDISPONIBILIDADE de bens e direitos em nome de IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S/A, CNPJ/MF nº 00.366.518/0001-43, nos autos do processo 07518908220218070016, da 2ª Vara de Execução Fiscal do DF.----

(CONTINUA NA FICHA 10)

Visualização disponibilizada pelo SAEC (www.registradores.onr.org.br)-Visualizado em:26/04/2024 10:05:54

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:11:00 - f4783b5

CNM: 021022.2.0003951-73

2º. Ofício do Registro de Imóveis
Brasília - Distrito Federal

LIVRO 2 - REGISTRO GERAL

matrícula 3.951 | ficha 10

DOU FÉ. Em, 11/10/2023. Escrevente.

matrícula 3.951 | ficha 10

PARA SIMPLES CONSULTA NÃO VALE COMO CERTIDÃO

Visualização disponibilizada pelo SAEC (www.registradores.onr.org.br)-Visualizado em:26/04/2024 10:05:54

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:11:00 - f4783b5
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24060416081322400000041083462?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24060416081322400000041083462

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

TERMO DE TRANSAÇÃO INDIVIDUAL

PLANO DE REGULARIZAÇÃO FISCAL GRUPO IRFASA

PREÂMBULO

A **UNIÃO,** representada nesse ato pelos Procuradores da Fazenda Nacional subscritores, habilitados nos termos do art. 131 da Constituição da República e da Lei Complementar nº 73/1993, doravante denominada "**FAZENDA NACIONAL**", e **IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S.A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.366.518/0001-43, com sede na Quadra SHN Quadra 5 Bloco C Sn Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70.705-000; **IRFASA S.A CONSTRUCOES INDUSTRIA E COMERCIO**, inscrita no CNPJ sob o nº 00.023.150/0001-10, com sede no IAS 03 930 PLANO PILOTO, Brasília/DF, CEP 70.310-500; **URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 00.474.841/0001-30, com sede em Loc Rodovia DF 150 Km 5 5 Sobradinho, Brasília/DF, CEP 73.001-970; **BETONMIX SERVICOS DE CONCRETAGEM EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº 00.446.443/0001-00, com sede em LOC SAA QUADRA 02 LOTES 10 A 200 PLANO PILOTO, Brasília/DF, CEP 70.310-500; **SABEP SAO BENTO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A**, inscrita no CNPJ sob nº 00.479.659/0001-72, com sede em LOC SIA TRECHO 04 930 ST IND ABASTECIMENT, Brasília/DF, CEP 70.310-500; **FAZENDAS DA PRATA S.A**, inscrita no CNPJ sob nº 23.537.210/0001-19, com sede na FAZENDA DA PRATA S N CAIXA POSTAL 35, PIRAPORA/MG, CEP 39.270-000; **Espólio de WAYNE DO CARMO FARIA**, inscrito no CPF sob nº 000.273.911-91, com domicílio fiscal sito à ST SIA TRECHO 4 LOTE 930 SIA, Brasília/DF, CEP 71.200-040, representadas por seus advogados abaixo identificados, aqui doravante denominados apenas como "**DEVEDORES**", na condição de "**partes**"; e **DIRECIONAL ENGENHARIA S/A**, inscrita no CNPJ sob o nº 16.614.075/0001-00, com sede em RUA DOS OTONI 177, SANTA EFIGÊNIA, BELO HORIZONTE,MG, CEP 30150-270, na condição de "**interveniente"**;

CONSIDERANDO que a legislação estimula a solução consensual de conflitos (CPC, art. 3º, §2º) e que as partes devem agir com boa-fé, cooperando mutuamente para chegarem a essa solução;

CONSIDERANDO que a Constituição da República assegura a todos a razoável duração do processo e os meios que garantam celeridade em sua tramitação (CR, art. 5º, LXXVIII);

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

CONSIDERANDO que dentre os princípios regentes da Administração Pública está a eficiência (CR, art. 37, *caput*);

CONSIDERANDO a aderência da proposta apresentada à atual situação econômico-fiscal do DEVEDORES e suas projeções de geração de resultados;

FIRMAM o presente **TERMO DE TRANSAÇÃO INDIVIDUAL** com fundamento no art. 171 do Código Tributário Nacional, na Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, nos arts. 190 e 191 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (CPC) e na Portaria PGFN nº 6.757, de 01 de agosto de 2022, arquivado no **processo SEI nº 12221.100219/2023-97,** que tem como objeto os débitos, as inscrições e as garantias relacionados nos ANEXOS deste documento, por meio do qual justo e acertado o disposto a seguir:

OBJETO

CLÁUSULA 1ª. A presente transação objetiva o equacionamento de débitos inscritos em dívida ativa da União e do FGTS em nome do DEVEDORES, de forma a equilibrar os seus interesses e os da FAZENDA NACIONAL, visando o encerramento dos litígios judiciais e a quitação integral dos referidos débitos, observadas as previsões descritas neste instrumento.

Parágrafo único. A transação versará sobre as seguintes concessões:
I - Oferecimento de descontos;
II - Possibilidade de parcelamento;
III - Flexibilização das regras para constrição ou alienação de bens;

CLÁUSULA 2ª. O passivo fiscal do DEVEDORES inscrito em dívida ativa da União e do FGTS, parte desta transação, é composto por todos os seus créditos fiscais relacionados no ANEXO I, que totalizam **R$ 71.331.623,01**, atualizado no mês de **maio de 2023**, assim composto (os débitos de FGTS estão atualizados para o MAR/2023):

DEMAS DÉBITOS	**R$ 36.912.679,03**
DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS	**R$ 31.644.041,26**
FGTS (MAR/2023)	**R$ 2.774.902,72**

Parágrafo único. A presente negociação é composta dos seguintes anexos:

ANEXO I	Débitos envolvidos com indicação das respectivas execuções fiscais e os juízos de tramitação

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062

§1º Os descontos efetivos foram simulados de forma a respeitar a vedação de redução do montante principal, considerada cada Certidão de Dívida Ativa (CDA) individualmente.

§2º Os dados foram elaborados através das planilhas anexas, sendo que os números definitivos serão obtidos com a partir da inclusão do acordo no sistema de negociação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

OBRIGAÇÕES DO DEVEDORES

CLÁUSULA 3ª. O DEVEDORES aceitam as condições da presente transação e assumem os seguintes compromissos e obrigações:

I - Confessa, de forma irrevogável e irretratável, os débitos relacionados no ANEXO I, renovada a cada pagamento periódico;
II - Renunciam expressamente a quaisquer alegações de direito, atuais ou futuras, sobre as quais se fundem ações judiciais, incluídas as coletivas, ou recursos que tenham por objeto os créditos relacionados no ANEXO I;
III – Assumem o compromisso de manter a regularidade das obrigações de FGTS e tributárias federais correntes, vencidas a partir da data da assinatura da transação, inclusive as retenções legais, na condição de responsável tributário;
IV – Obrigam-se a regularizar os novos débitos inscritos em dívida ativa após a assinatura da transação, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, o mesmo se aplicando a eventuais novos débitos de FGTS, os quais deverão ser quitados ou parcelados junto à Caixa Econômica Federal, no mesmo prazo retromencionado;
V – Responsabilizam-se por manter a garantia oferecidas até o integral cumprimento das condições previstas na transação, salvo substituições de garantias com anuência da Fazenda Nacional;
VI – Assumem a obrigação de informar previamente à PGFN a alienação e/ou disposição de bens e direitos, inclusive o valor da operação, ainda que não oferecidos em garantia desta transação, bem como o recebimento de precatório e/ou o levantamento de depósito judicial;
VII - Obrigam-se a utilizar, como reforço do plano de amortização, créditos líquidos, certos e exigíveis que venham a apurar no curso deste pacto em desfavor da FAZENDA NACIONAL, como decorrência de litígio judicial, sempre respeitada a preferência dos credores prioritários, e nos termos da legislação de regência;
VIII - Obrigam-se a fornecer, sempre que solicitado, informações sobre bens, direitos, valores, transações, operações e demais atos que permitam à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional conhecer sua situação econômica ou eventuais fatos que impliquem a rescisão do acordo;

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062

IX - comprometem-se a não constituir nova pessoa jurídica em benefício próprio ou de terceiros que possa representar a diminuição de garantias ou do valor de pagamentos convencionados no presente instrumento
X – Anuem com eventual modificação da competência relativa para a reunião de processos envolvidos na transação;
XI– Obrigam-se a efetuar tempestivamente os pagamentos referentes às amortizações mensais acordadas na transação.
XII - Obrigam-se a não utilizar a transação de forma abusiva ou com a finalidade de limitar, falsear ou prejudicar de qualquer forma a livre concorrência ou a livre iniciativa econômica;
XIII - Obrigam-se a não utilizar pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Pública Federal;
XIV - Declaram que não alienaram ou oneraram bens ou direitos com o propósito de frustrar a recuperação dos créditos inscritos;
XV - obrigam-se a não distribuir lucros enquanto não liquidado o presente ajuste, salvo a reserva legal de lucros conforme legislação de regência;
XVI - obrigam-se a notificar a FAZENDA NACIONAL sobre migração ou aquisição de suas atividades operacionais por pessoa jurídica outra, ficando condicionada a conclusão do negócio à anuência do empreendimento adquirente sobre a assunção da responsabilidade solidária ou por sucessão pelos créditos objeto da presente negociação, incluídos os do negócio jurídico processual que lhe é acessório.
XVII - informam anualmente a composição atual e a situação financeira da Carteira de Recebíveis dada em garantia, se for o caso.
XVIII - Autorizam a compensação, no momento da efetiva disponibilização financeira, de valores relativos a precatórios federais de que venha a ser credor;
XVIII- reconhecem o grupo econômico, incluindo todas as empresas relacionadas como “DEVEDORES”, na condição de “PARTES”, e concordam que todos os seus integrantes sejam inseridos como corresponsáveis pelos débitos relacionados no ANEXO I nos sistemas da dívida ativa, nos termos do art. 124, I, do CTN c/c artigo 54, §§3º e seguintes da Portaria PGFN 6.757/2022.

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062

§1º. A confissão do *caput* produz os efeitos do art. 174, parágrafo único, IV, do Código Tributário Nacional, c/c art. 202, VI, do Código Civil, servindo para interromper e suspender o prazo prescricional em relação a todos os débitos objeto do acordo, enquanto vigente a presente transação, renovando-se a cada pagamento efetuado, ainda que a guia de arrecadação esteja vinculada a apenas uma das inscrições.

§2º. A celebração da transação não implica em renúncia de direito por parte da FAZENDA NACIONAL na indicação de outros responsáveis tributários para responderem pelos débitos do ANEXO I, em caso de rescisão do presente, com o prosseguimento das respectivas execuções fiscais, não correndo qualquer prazo prescricional durante a vigência desta transação, ressalvada a interveniente anuente, DIRECIONAL ENGENHARIA S/A, que fica expressamente exonerada nos termos da Cláusula 7ª deste instrumento.

§3º. Caso necessária alguma operação negocial, a FAZENDA NACIONAL deverá ser previamente consultada e manifestar sua anuência, momento em que haverá deliberação sobre novo tipo de garantia, sob pena de resolução contratual.

§4º. Cabe às DEVEDORES desistir das impugnações e recursos administrativos e das ações e incidentes judiciais que tenham por objeto os débitos relacionados no ANEXO I, peticionando nos respectivos processos judiciais e administrativos no prazo de 30 (trinta) dias contado da assinatura da transação, requerendo a extinção dos processos com resolução de mérito, nos termos da alínea "c", do inciso III, do *caput* do art. 487 do Código de Processo Civil.

§5º. As desistências e as renúncias de que trata o §4º não eximem as DEVEDORES dos ônus sucumbenciais eventualmente devidos.

§6º. Na proporção em que for amortizada a dívida transacionada, as DEVEDORES poderão, mediante requerimento administrativo dirigido à unidade da PGFN responsável pela transação, solicitar a desoneração das garantias oferecidas ou a sua substituição, ficando seu deferimento condicionado à análise da FAZENDA NACIONAL quanto à manutenção da idoneidade da garantia e da liquidez dos bens, nos termos do art. 11 da Lei nº 6.830/80 (LEF) e do art. 797 do CPC.

CLÁUSULA 4ª. Os DEVEDORES declaram que as informações cadastrais, patrimoniais e econômico-fiscais prestadas à administração tributária são verdadeiras e que não omitiram informações quanto à propriedade de bens, direitos e valores, que são do conhecimento da sua atual gestão.

PLANO DE AMORTIZAÇÃO

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062

CLÁUSULA 5ª. O DEVEDORES se obrigam a amortizar os débitos relacionados no ANEXO I, cujo valor total, sem descontos, perfaz o importe de **R$ 71.331.623,01**, atualizado até **maio de 2023 (FGTS atualizado para MARÇO/2023)**.

§ 1º. Conforme autorizado pelo Art. 8ª, I, da Portaria PGFN nº 6.757/2022, a presente transação envolve a concessão de descontos limitados ao máximo de até 65% (sessenta e cinco por cento), vedada a incidência sobre o principal do débito, considerando a capacidade de pagamento do DEVEDORES, vez que as dívidas são consideradas de difícil recuperação pela PGFN (Rating D).

§2º. O prazo para pagamento dos débitos previdenciários e não previdenciários será de **60 (sessenta) meses**.

§3º. Os valores da dívida a ser transacionada, com descontos, e das parcelas base das modalidades de amortização são estimados, uma vez ser vedada a incidência de desconto sobre o principal do débito, bem como haver a atualização mensal dos débitos.

§4º. As Inscrições em Dívida Ativa do FGTS serão quitadas na modalidade de pagamento à vista, conforme a simulação disponibilizada pela Caixa Econômica Federal.

§5º. Para fins de pagamento e incidência do desconto, os débitos inscritos em DAU foram divididos em Previdenciário e Demais Débitos e serão quitados conforme o seguinte plano de amortização:

Modalidade	Dívida SEM desconto	Desconto máximo efetivo	Dívida COM desconto
Demais	R$ 36.912.679,03	64,22%	**R$ 13.205.688,78**
Previdenciário	R$ 31.644.041,26	63,52%	**R$ 11.545.298,56**
FGTS (MAR/23)	2.774.902,72	27,36%	**R$ 2.015.752,91**
Total	**R$ 74.020.338,01**	**62,48%**	**R$ 26.766.740,25**

PLANO DE AMORTIZAÇÃO

VALOR ATUALIZADOS PARA MAIO/2023

DEMAIS DÉBITOS	VALOR CONSOLIDADO	DESCONTO EFETIVO	VALOR COM DESCONTO
IFRATUR	R$7.962.523,30		R$ 3.070.831,87
IFRASA	R$6.418.925,89		R$ 2.246.624,09
UBRAS	R$21.113.440,03		R$ 7.392.006,38

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

BETONMIX	R$1.077.911,25		R$ 377.268,94
SABEP	R$70.246,53		R$ 24.586,29
FAZENDAS	R$158.941,60		R$ 55.629,56
ESPÓLIO WAYNE DO CARMO FARIA	R$110.690,43		R$ 38.741,65
TOTAL	**R$36.912.679,03**	**64,22%**	**R$ 13.205.688,78**

PLANO DE PAGAMENTO	PERCENTUAL ANO	VALOR A SER PAGO	QTA PARCELAS
PARCELA 1 - ENTRADA	20%	R$ 2.641.137,76	1
PARCELA 2 - ENTRADA	15%	R$ 1.980.853,32	11
ANO 2	16,25%	R$ 2.145.924,43	12
ANO 3	16,25%	R$ 2.145.924,43	12
ANO 4	16,25%	R$ 2.145.924,43	12
ANO 5	16,25%	R$ 2.145.924,43	12
TOTAL	**100,00%**	**R$ 13.205.688,78**	**60**

VALOR ATUALIZADOS PARA MAIO/2023

PREVIDENCIÁRIO	VALOR CONSOLIDADO	DESCONTO EFETIVO	VALOR COM DESCONTO
IFRATUR	R$ 11.046.339,04		R$4.281.603,68
IFRASA	R$2.470.252,45		R$ 919.050,94
UBRAS	R$ 17.864.973,40		R$6.252.777,21
BETONMIX	R$ 216.254,26		R$75.688,99
SABEP	R$-		R$-
FAZENDAS	R$46.222,11		R$16.177,74
TOTAL	**R$ 31.644.041,26**	**63,52%**	**R$ 11.545.298,56**

PLANO DE PAGAMENTO	PERCENTUAL	VALOR A SER PAGO	QTA PARCELAS
PARCELA 1 - ENTRADA	20%	R$ 2.309.059,71	1
PARCELA 2 - ENTRADA	15%	R$ 1.731.794,78	11
ANO 2	16,25%	R$ 1.876.111,02	12
ANO 3	16,25%	R$ 1.876.111,02	12

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062

ANO 4	16,25%	R$ 1.876.111,02	12
ANO 5	16,25%	R$ 1.876.111,02	12
TOTAL	**100,00%**	**R$ 11.545.298,56**	**60**

VALOR ATUALIZADOS PARA MARÇO/2023

FGTS	VALOR CONSOLIDADO	DESCONTO EFETIVO	VALOR COM DESCONTO
IFRATUR	R$ 313.270,67		R$ 237.537,29
IFRASA	R$ 64.891,83		R$44.286,98
UBRAS	R$ 2.388.594,53		R$1.731.304,54
UBRAS CS	R$8.145,69		R$ 2.624,10
TOTAL	**R$ 2.774.902,72**	**27,36%**	**R$ 2.015.752,91**

CLÁUSULA 6ª. O valor total devido à Dívida Ativa do FGTS será pago em parcela única, com concessão de descontos; em conjunto com a parcela de entrada das modalidades DEMAIS DÉBITOS e PREVIDENCIÁRIO;

CLÁUSULA 7ª. O valor da entrada será de R$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais) oriunda do produto da venda dos seguintes imóveis, conforme descrito abaixo:

I -Primeira parcela da entrada: R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) advindos da Cessão dos Direitos de Posse da Fazenda Sobradinho, matrícula nº 11.126, do 7º Registro de Imóveis do Distrito Federal, com a intervenção da DIRECIONAL ENGENHARIA S/A, interveniente cessionária-adquirente.

§1º A negociação particular referida no inciso I ocorrerá por conta e risco dos envolvidos no acerto contratual, não tendo a FAZENDA NACIONAL qualquer participação, intervenção, conhecimento e/ou responsabilidade em relação ao negócio jurídico a ser entabulado.

§2º Ressalvada ulterior comprovação de má-fé, a Fazenda Nacional declara, em favor da interveniente cessionária-adquirente, que:

a) Anuí com liberação dos gravames sobre o referido imóvel, decorrente dos débitos relacionados no Anexo I do presente termo;

b) Admite, a inocorrência de sucessão, solidariedade ou subsidiariedade, decorrente da adjudicação e da cessão de direitos possessórios sobre a Fazenda Sobradinho, em relação aos débitos tributários e não tributários listados no ANEXO I;

c) Anuí com a transmissão da propriedade do imóvel à Direcional Engenharia S/A, empresa a ela coligada ou por ela controlada, de forma irrevogável e irretratável,

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062

mesmo na hipótese de rescisão deste instrumento, desde que comprovado o pagamento da primeira parcela da entrada, no valor de R$ 7.000.000,00, nos termos do inciso I;

d) Reconhece, expressamente, o cancelamento e a consequente baixa dos gravames inscritos nas averbações de nºs 9 e 10 da matrícula nº 11.126, em razão do julgamento do Agravo de Instrumento nº 2009.00.2.015247-4, pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, que afastou a intervenção anômala da União nos autos do processo nº 26.404/95;

e) Renuncia, expressamente, a qualquer direito ou alegação fundada em eventual nulidade da adjudicação realizada nos autos da execução nº 26.404/95, à ANTARES ENGENHARIA LTDA e MIRA PARTICIPAÇÕES S/A, registrada no R.5 da matrícula 11.126 e posterior compra e venda feita à SOBRADINHO I DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA e SOBRADINHO II DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA.

II – Segunda parcela da entrada: R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), advindos da alienação judicial do imóvel "Fazenda da Prata", matrícula nº 1.060 do Cartório de Registro de Imóveis de Pirapora/MG, observados os seguintes termos:

a) A Fazenda Nacional, através do presente acordo, anui com a venda judicial do bem acima referido, nos autos das execuções judiciais em que se encontra penhorado, desde que respeitado o valor mínimo de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), inclusive em eventual segunda praça de hasta pública, conforme laudo oficial lavrado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

b) A venda judicial do bem imóvel não poderá seguir a disciplina da Portaria PGFN nº 74/2014, devendo eventual hasta pública, alienação por iniciativa particular ou parcelamento da arrematação seguir os trâmites próprios do juízo competente.

c) Os DEVEDORES deveram providenciar a venda judicial do referido bem e o efetivo recolhimento de guia de pagamento direcionada à presente negociação, no prazo peremptório de 11 (onze) meses, contados do primeiro pagamento relativo à negociação, prazo não prorrogável, sob nenhuma hipótese, ainda que a demora da venda judicial decorra de motivos inerentes ao mecanismo da Justiça;

d) Durante o período necessário à venda judicial e ao efetivo recolhimento do valor acima, desde que respeitado o prazo da alínea anterior, fica suspenso o dever de recolhimento da segunda parcela da entrada do presente acordo, sem prejuízo da regular incidência da Taxa SELIC sobre montante devido;

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062

e) Caso não realizada a venda judicial do referido bem e o efetivo recolhimento do valor devido, os DEVEDORES deveram realizar o pagamento, imediatamente, obedecendo ao mesmo prazo acima previsto, da segunda parcela da entrada com os acréscimos legais devidos;

f) Caso não haja regularização no prazo acima previsto, o presente acordo será rescindido, implicando a exigibilidade imediata dos débitos sem descontos, devidamente atualizados e deduzidos os valores pagos, bem como a execução das garantias prestadas e a prática dos demais atos executórios do crédito, judiciais ou extrajudiciais.

g) Não eximirá os DEVEDORES da obrigação de adimplemento da entrada eventuais bloqueio/constrições judiciais, penhoras e/ou concurso de penhora ou quaisquer outros impedimentos que decorram da venda judicial do bem imóvel em questão ou de exercício de direitos preferenciais sobre o produto da alienação;

h) Caso necessário, a Fazenda Nacional celebrará com os DEVEDORES Negócio Jurídico Processual, na forma da Portaria PGFN nº 748/2018, para operacionalização do recolhimento da segunda parcela de entrada.

CLÁUSULA 8ª. As demais parcelas do acordo serão recolhidas mensalmente pelos DEVEDORES, com escalonamento previsto na tabela acima, até integral pagamento da dívida.

§1º O produto da alienação judicial do imóvel "Fazenda da Prata", de matrícula nº 1.060 do Cartório de Registro de Imóveis de Pirapora/MG, será utilizado para quitação da segunda parcela da entrada, nos termos acima, e das demais parcelas do acordo;

§2º Em caso de venda judicial à vista, o produto deve ser utilizado para imediata quitação das demais parcelas do acordo;

§3º Em caso de venda parcelada, o produto da venda será utilizado para o adimplemento mensal deste acordo, devendo as partes, caso necessário, celebrar Negócio Jurídico Processual, na forma da Portaria PGFN nº 748/2018 e da Cláusula 7ª, II, "h".

CORREÇÃO DOS DÉBITOS E PAGAMENTO

CLÁUSULA 9ª. A amortização mensal será acrescida de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, ou por outro índice que vier a substituí-la, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062

subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

CLÁUSULA 10ª. Na hipótese de pagamento antecipado da amortização, os juros previstos na cláusula anterior apenas serão computados até a data do referido pagamento.

Parágrafo único. Os pagamentos antecipados amortizarão o saldo devdor transacionado em ordem crescente das parcelas vencidas e vincendas.

CLÁUSULA 11ª. Os valores serão quitados com o pagamento de documentos de arrecadação fiscal (DARF ou GPS) obtidos no sistema Regularize da PGFN, em conta de parcelamento formalizada para esta transação.

GARANTIAS

CLÁUSULA 12. Os DEVEDORES oferecem os imóveis de matrículas nºs 16.800 (“Imóvel SIA”), do 4º Registro de Imóveis do Distrito Federal; e 3.951 (“Hotel Aracoara”), do 2º Registro de Imóveis do Distrito Federal; com a finalidade de garantir a dívida confessada no presente acordo;

CLÁUSULA 13. O imóvel de matrícula nº 1.060 (“Fazenda da Prata”), do Cartório de Registro de Imóveis de Pirapora/MG, é ofertado em garantia do presente acordo, não se sujeitando às cláusulas abaixo e às regras de manutenção de gravames e garantias dos arts. 7º, II; e 45, da Portaria PGFN nº 6.757/22.

§1º No caso da venda judicial do imóvel, o produto da venda passa a ser garantia do presente acordo, devendo ser utilizado para seu integral adimplemento, conforme o disposto nas Cláusulas 7ª e 8ª;

§2º Fica convencionado que o instrumento de alienação judicial deve conter cláusula disciplinando que, em caso de parcelamento da venda, ficará o adquirente do imóvel obrigado a dirigir-se à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para dar em garantia ao presente acordo o referido imóvel até integral quitação do parcelamento de aquisição do bem.

§3º Caso o bem não seja alienado judicialmente, mas regularizado o acordo nos termos da Cláusula 7º, II, “e”; a garantia do presente imóvel passa a ser regida pelas cláusulas abaixo, cabendo aos DEVEDORES providenciar o registro da hipoteca no prazo da Cláusula 21, contado da referida regularização.

CLÁUSULA 14. Os proprietários dos imóveis admitem a hipoteca dos bens sobre os quais recaem a garantia, independentemente da ordem de preferência disposta no art. 655 do CPC e do art. 11 da Lei 6.830/80.

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062

CLÁUSULA 15. Os proprietários dos imóveis obrigam-se, durante a vigência do presente acordo, a manter em dia o pagamento de todos os impostos e taxas federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel dado em garantia.

CLÁUSULA 16. Incidindo o DEVEDORES em alguma das hipóteses de rescisão do presente acordo, poderá a União requerer judicialmente adjudicação dos bens ou promover a alienação por sua própria iniciativa ou por intermédio de corretor ou leiloeiro público credenciado, nos termos do art. 880 do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA 17. No caso de desapropriação total ou parcial do imóvel dado em garantia, fica a FAZENDA NACIONAL, pela presente, nomeada e constituída procuradora do(s) respectivo(s) proprietário(s) para receber do poder desapropriante a indenização devida, aplicando-a na amortização ou liquidação da dívida, sendo que, se a indenização for inferior ao saldo da dívida, os DEVEDORES obrigam-se a pagar, imediatamente, a diferença existente. Fica, ainda a FAZENDA NACIONAL nomeada e constituída procuradora com poderes necessários para, se lhe convier, discutir amigável ou judicialmente o valor da indenização.

CLÁUSULA 18. Ocorrendo perecimento ou deterioração que cause redução significativa do valor do bem oferecido em garantia, comprometem-se os DEVEDORES a substituí-lo no prazo de 15 (quinze) dias da notificação, sob pena de rescisão do presente acordo de transação.

Parágrafo único. Considera-se redução significativa implicar em decréscimo de 20% do valor do bem. Ocorrendo deterioração inferior ao percentual previsto ou desvalorização do bem, comprometem-se os DEVEDORES a reforçar a garantia com outro bem.

CLÁUSULA 19. A hipoteca vigorará pelo prazo do acordo de transação avençado, se regularmente cumprido ou até o efetivo pagamento das dívidas.

CLÁUSULA 20. As despesas com lavratura deste instrumento e de sua averbação no Registro de Imóveis são de exclusiva responsabilidade dos DEVEDORES, que se obriga expressamente a promover junto aos registros públicos os atos previstos em Lei, sob pena de extinção do acordo, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA 21. Os DEVEDORES comprometem-se a efetuar no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da assinatura da transação o registro de hipoteca sobre o bem relacionado ofertado em garantia perante os órgãos de registro e controle respectivos.

Parágrafo único. Caso não seja possível realizar o registro de hipoteca perante os cartórios de imóveis competentes, o DEVEDORES se obrigam a substituir os bens dados em garantia por outros de igual valor livres e desimpedidos de ônus, penhora e quaisquer dívidas *propter*

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062

rem que possam ferir a preferência creditícia da União, em até 10 (dez) dias a contar do vencimento do prazo disposto no *caput*.

PROCESSOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS

CLÁUSULA 22. Durante o período de vigência da transação, a FAZENDA NACIONAL não se oporá à suspensão processual das execuções fiscais relacionadas aos débitos acordados, em relação às quais não correrão quaisquer prazos para oferecimento de defesas, recursos, manifestações ou afins, permanecendo suspenso o prazo prescricional, que não correrá em prejuízo da União.

CLÁUSULA 23. Os DEVEDORES expressamente desistem das impugnações ou dos recursos administrativos e das ações judiciais que tenham por objeto os débitos relacionados no ANEXO I e renunciam a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundem as referidas impugnações e recursos ou ações judiciais, por meio de requerimento de extinção do respectivo processo e/ou recurso com resolução de mérito, nos termos da alínea "c" do inciso III do caput do art. 487 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil.

§ 1º. A desistência e a renúncia de que trata o *caput* não exime os DEVEDORES do pagamento dos honorários advocatícios e custas processuais eventualmente devidos.

§ 2º. Cabe aos DEVEDORES peticionar nos processos judiciais de que cuida esse ato, noticiando aos juízos a celebração do acordo de Transação Individual.

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL

CLÁUSULA 24. A partir do pagamento integral da entrada do presente acordo, as inscrições arroladas no ANEXO I não constituirão impedimento à emissão de certidão positiva com efeitos de negativa em favor dos DEVEDORES, desde que cumpridos os requisitos previstos nos artigos 205 e 206 do CTN e todos os compromissos, as condições e as obrigações acordadas nesta transação.

§1º. Nos casos previstos na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, na Portaria PGFN nº 486/2011 e/ou nas hipóteses de descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas estipuladas na transação poderá ocorrer o cancelamento da certidão de regularidade fiscal.

§2º. No caso de rescisão da Transação, o cancelamento da certidão poderá ser efetuado independentemente de publicação no Diário Oficial da União, devendo a unidade responsável encaminhar despacho de cancelamento, devidamente instruído, ao setor responsável.

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

HIPÓTESES DE RESCISÃO

CLÁUSULA 25. Implicará rescisão da transação, com a exigibilidade imediata da totalidade dos débitos confessados e imediata execução da garantia:

I - A falta de pagamento integral da entrada do parcelamento no prazo acordado;

II - A falta de pagamento de 2 (duas) amortizações mensais, consecutivas ou não, bem como a falta de pagamento de 1 (uma) amortização, estando pagas todas as demais.

III- A constatação, pela PGFN, de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial do sujeito passivo, incluindo-se a alienação de bens e direitos sem prévia comunicação.

IV - A constatação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, de divergências nas informações cadastrais, patrimoniais ou econômico-fiscais prestadas pelo sujeito passivos e consideradas para celebração da transação;

V - Ocorrência de dolo, de fraude, de simulação ou de erro essencial quanto a pessoa ou quanto ao objeto do conflito;

VI- A decretação de falência ou de outro mecanismo de liquidação judicial ou extrajudicial.

VII- a ausência de registro de hipoteca de primeiro grau a recair sobre o bem prestado em garantia, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da assinatura da Transação, ficando excepcionada a hipótese em que o retardamento da diligência é imputada exclusivamente à autoridade registral.

VIII- a ausência de substituição de garantias, na ocorrência de uma das hipóteses previstas nesse Termo.

IX- a não homologação judicial, quando for o caso.

X- a não regularização dos débitos inscritos na dívida ativa da União e do FGTS após a celebração do presente, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da vigência do acordo ou a contar da data de inscrição, se supervenientes à transação.

XI- a comprovação de que os DEVEDORES utilizam pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Pública Federal, após a lavratura da presente transação.

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062

XII- a comprovação de que os DEVEDORES incorrem em fraude à execução, nos termos do art. 185 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e não reservou bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita após a lavratura da presente Transação.

XIII- a não desistência de ação ou recurso judicial ou administrativo que envolva discussão acerca dos débitos incluídos na transação, com renúncia a quaisquer alegações de direito, no prazo de 30 (trinta) dias contados da assinatura do acordo.

XIV- o descumprimento de quaisquer das condições, das cláusulas, das obrigações ou dos compromissos assumidos no presente termo de transação individual;

§1º. As parcelas pagas com até 30 (trinta) dias de atraso não configurarão inadimplência para fins do inciso II deste artigo.

§2º. A regularização prevista no inciso X inclui a manutenção da regularidade das obrigações de FGTS e tributárias federais após a adesão aos programas de conformidade fiscal, inclusive as suas prestações.

§3º Eventual rescisão da presente transação não afeta os direitos da terceira interveniente, DIRECIONAL ENGENHARIA S/A, desde cumprido o disposto na Cláusula nº 7ª, inciso I.

CLÁUSULA 26. A rescisão da Transação implicará a cobrança dos débitos, deduzidos os valores pagos, bem como autorizará a execução das garantias prestadas e a prática dos demais atos executórios do crédito, judiciais ou extrajudiciais.

CLÁUSULA 27. Os DEVEDORES serão previamente notificados sobre a incidência de alguma das hipóteses de rescisão da Transação.

§1º. Os DEVEDORES terão conhecimento das razões determinantes da rescisão e poderão regularizar o vício ou apresentar impugnação, ambos no prazo de 30 (trinta) dias, preservado em todos os seus termos a transação durante esse período.

§2º. A impugnação deverá ser apresentada exclusivamente pela plataforma REGULARIZE da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e deverá trazer todos os elementos que infirmem as hipóteses de rescisão, sendo possível a juntada de documentos. Apresentada a impugnação, todas as comunicações ulteriores serão realizadas por meio da plataforma REGULARIZE da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, cabendo ao interessado acompanhar a respectiva tramitação.

§3º. Enquanto não definitivamente julgada a impugnação à Transação, os DEVEDORES deverão permanecer cumprindo todas as exigências do acordo.

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062

§4º. Rescindida esta transação, é vedada a formalização de nova transação pelos DEVEDORES, em qualquer modalidade, ainda que relativa a débitos distintos, pelo prazo de 2 anos, contados da data da rescisão.

CLÁUSULA 28. Incidindo os DEVEDORES em alguma das hipóteses de resolução da presente transação, o desfazimento desta não implicará a liberação das garantias dadas para assegurar o crédito e a União poderá requerer judicialmente a adjudicação dos bens, a alienação fiduciária, a sua expropriação ou promover a alienação por sua própria iniciativa ou por intermédio de corretor ou leiloeiro público credenciado, nos termos do art. 880 do CPC.

CLÁUSULA 29. Cessarão os efeitos desta Transação se, a qualquer tempo, houver descumprimento de suas cláusulas ou, ainda, se, nos termos do art. 190, parágrafo único, do Código de Processo Civil, o Poder Judiciário, em controle da validade do negócio, recusar-lhe aplicação, ressalvado os direitos da terceira interveniente, DIRECIONAL ENGENHARIA S/A, desde cumprido o disposto na Cláusula nº 7ª, inciso I.

Parágrafo único. Na hipótese da presente transação ser declarada parcialmente nula, a parte não nula será preservada em todos os seus efeitos.

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 30. A presente transação terá prazo de vigência de **até 60 (sessenta) meses.**

CLÁUSULA 31. A Transação produzirá efeitos mesmo enquanto pendente de homologação judicial, devendo os DEVEDORES promover as medidas necessárias à sua integral efetivação e cumprimento.

CLÁUSULA 32. Antes da sua assinatura, todos os termos e condições desta transação podem ser alterados unilateralmente pela União, não gerando ou representando direito adquirido ou expectativa de direito para os DEVEDORES.

CLÁUSULA 33. A presente Transação vincula e produz efeitos aos DEVEDORES, seus sucessores, adquirentes, a qualquer título, ainda que a União não tenha tido qualquer tipo de conhecimento de eventuais mudanças contratuais, societárias, sucessórias, sendo transmitido todos os direitos e obrigações do presente instrumento.

CLÁUSULA 34. A Transação, uma vez celebrada, está sujeita a ampla publicidade e transparência ativa, ressalvada a divulgação de informações protegidas por sigilo.

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062

§1º. Ressalva-se da previsão do *caput*, a minuta, ou simples proposta de transação, assim como as informações, os termos e condições que lhe fazem parte, enquanto não assinado, estando todos acobertados por **sigilo fiscal** sendo vedado a divulgação, no todo ou em parte, sujeitando-se o infrator às penalidades cabíveis.

§2º. Nos mesmos termos previstos no *caput*, é igualmente vedada a utilização dos termos e condições previstos na presente Transação para demandar igualdade de condições ou proposta para outros DEVEDORES, pessoas físicas ou jurídicas, com débitos perante a União.

§3º. As previsões da presente transação igualmente importam em sigilo profissional e sua transgressão ensejam medidas disciplinares na respectiva entidade de classe.

§4º. Após a assinatura, as partes estabelecerão o conteúdo e disposições da presente transação que poderão ter a publicidade suprimida em razão de possível prejuízo comercial, industrial, comercial, negocial ou concorrencial, sendo sempre proibida a divulgação das informações acobertadas pelo sigilo fiscal.

CLÁUSULA 35. Visando atender aos princípios da eficiência e da cooperação entre as partes, a comunicação entre elas será efetivada pelos meios institucionais disponíveis (REGULARIZE/SICAR/e-mail institucional) entre procuradores e representantes legais do DEVEDORES e dos INTERVENIENTES ANUENTES, com confirmação de recebimento.

§1º Em caso de substituição dos procuradores/representantes, incumbe as partes o ônus de informar a ocorrência do fato, sob pena de se considerar válida eventual comunicação enviada ao procurador anterior.

§2º O simples recebimento do e-mail não importa aquiescência com o conteúdo por parte do destinatário.

CLÁUSULA 36. A celebração desta transação não dispensa o recolhimento das obrigações tributárias correntes devidas pelos DEVEDORES, nem mesmo o cumprimento das obrigações acessórias.

CLÁUSULA 37. Esta transação não interfere de modo algum em quaisquer outras inscrições no CADIN, Cadastro de Inadimplentes com o FGTS ou qualquer outro cadastro restritivo que porventura tenha ou venha a ter por questões alheias ao objeto da presente Transação.

Parágrafo único. Os débitos do ANEXO I, enquanto permanecerem transacionados ou garantidos, terão sua inscrição suspensa no CADIN.

CLÁUSULA. 38. A formalização do presente acordo de Transação implica manutenção automática dos gravames decorrentes de arrolamento de bens, de medida cautelar fiscal e das

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062

garantias prestadas administrativamente ou nas ações de execução fiscal ou em qualquer outra ação judicial; ressalvados os imóveis objeto da presente transação que se destinam à Cessão de Direitos Possessórios e à venda judicial referidos nas Cláusulas 7ª e 13.

CLÁUSULA 39. O presente acordo poderá ser objeto de futuros aditamentos, alterações ou modificações após sua homologação por acordo mútuo entre as partes e desde que as alterações sejam expressamente autorizadas por lei e portaria da PGFN.

CLÁUSULA 40. É inválida qualquer interpretação das cláusulas que implique redução do montante dos créditos inscritos ou renúncia aos privilégios do crédito tributário e à garantia ofertada.

CLÁUSULA 41. Os casos omissos, especialmente os acobertados pela teoria da imprevisão, relativa à situação desconhecida pelas partes no presente momento, que possa futuramente gerar demasiado desequilíbrio contratual serão resolvidos de comum acordo entre as partes, e caso necessário, a questão posta em dúvida será submetida à apreciação e decisão do Juízo de homologação da presente transação.

CLÁUSULA 42. O presente termo, seus anexos e demais documentos utilizados para celebração da transação serão arquivados no **processo SEI nº 12221.100219/2023-97,** no qual também serão arquivados quaisquer requerimentos e documentos relativos a este instrumento.

CLÁUSULA 43. A presente transação começa a produzir efeitos na data de sua assinatura pelas partes, sob condição resolutiva do pagamento da entrada e das demais obrigações com prazos de cumprimento estabelecidos no acordo.

Firmam as partes o presente termo juntamente com o ANEXO I para que produzam os efeitos desejados.

Brasília, 26 de junho de 2023.

Pela Fazenda Nacional:

HERMES DE ALENCAR BENEVIDES NETO:65788559391

Assinado digitalmente por HERMES DE ALENCAR BENEVIDES NETO:65788559391
DN: cn=HERMES DE ALENCAR BENEVIDES NETO:65788559391, c=BR, o=ICP-Brasil, ou=RFB e-CPF A3, email=hermes.benevides-neto@pgfn.gov.br
Data: 2023.07.13 15:43:38 -03'00'

HERMES DE ALENCAR BENEVIDES NETO
Procurador da Fazenda Nacional

ASSINADO DIGITALMENTE
AMALIA CARVALHO CINTRA TRASEL
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
http://serpro.gov.br/assinador-digital
SERPRO

AMÁLIA CARVALHO CINTRA TRÄSEL
Procuradora da Fazenda Nacional

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

ASSINADO DIGITALMENTE
TATIANA IRBER
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
http://serpro.gov.br/assinador-digital
SERPRO

TATIANA IRBER
Procuradora da Fazenda Nacional

RICARDO DA SILVEIRA FIGUEIRO:05030451609
Assinado digitalmente por RICARDO DA SILVEIRA FIGUEIRO:05030451609
Data: 2023.07.17 13:25:16 -03'00'

RICARDO DA SILVEIRA FIGUEIRÓ
Procurador-Chefe da Dívida Ativa - PRFN 1ª Região

Pelos Devedores:

ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Assinado de forma digital por ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Dados: 2023.07.10 10:46:42 -03'00'

IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S.A

ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Assinado de forma digital por ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Dados: 2023.07.10 10:47:03 -03'00'

IRFASA S.A CONSTRUCOES INDUSTRIA E COMERCIO

ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Assinado de forma digital por ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Dados: 2023.07.10 10:47:24 -03'00'

URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA

ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Assinado de forma digital por ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Dados: 2023.07.10 10:47:51 -03'00'

BETONMIX SERVICOS DE CONCRETAGEM EIRELI

ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Assinado de forma digital por ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Dados: 2023.07.10 10:48:14 -03'00'

SABEP SAO BENTO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A

ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Assinado de forma digital por ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Dados: 2023.07.10 10:48:36 -03'00'

FAZENDAS DA PRATA S.A

ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Assinado de forma digital por ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Dados: 2023.07.10 10:48:58 -03'00'

ESPÓLIO DE WAYNE DO CARMO FARIA

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

Pela Intervenientes Anuente:

RICARDO RIBEIRO VALADARES GONTIJO:05084399656
Assinado de forma digital por RICARDO RIBEIRO VALADARES GONTIJO:05084399656
Dados: 2023.07.10 08:18:04 -03'00'

DANILO PEREIRA AUCELIO:50418599149
Assinado de forma digital por DANILO PEREIRA AUCELIO:50418599149
Dados: 2023.07.10 08:17:25 -03'00'

DIRECIONAL ENGENHARIA S/A
Por:

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

ANEXO I

LISTA DE INSCRIÇÕES QUE COMPÕE O TERMO DE TRANSAÇÃO INDIVIDUAL COM INDICAÇÃO DAS RESPECTIVAS EXECUÇÕES FISCAIS E OS JUÍZOS DE TRAMITAÇÃO

INSCRIÇÕES SIDA - grupo IRFASA - Fazenda da Prata

CPF/CNPJ do DEVEDOR	Número Processo Judicial SAJ (completo)	Juízo	Número de Inscrição
00.023.150	00000200534000063593	19ª VARA FEDERAL	10 6 04 006338-67
00.023.150	00000200534000063593	19ª VARA FEDERAL	10 7 04 001215-10
00.023.150	00007603719984013400	11ª VARA FEDERAL	10 2 97 001046-27
00.023.150	00040464220064013400	18ª VARA FEDERAL	10 2 05 000019-87
00.023.150	00040464220064013400	18ª VARA FEDERAL	10 6 05 000037-92
00.023.150	00040464220064013400	18ª VARA FEDERAL	10 6 05 003429-02
00.023.150	00040464220064013400	18ª VARA FEDERAL	10 7 05 000943-96
00.023.150	00160077720064013400	11ª VARA FEDERAL	10 6 06 000084-35
00.023.150	00160077720064013400	11ª VARA FEDERAL	10 8 05 000056-17
00.023.150	121336020014013400	11ª VARA FEDERAL	10 8 99 000095-08
00.023.150	169948420044013400	18ª VARA FEDERAL	10 8 03 000014-05
00.023.150	200234000392899	18ª VARA FEDERAL	10 6 00 001575-53
00.023.150	200334000321534	11ª VARA FEDERAL	10 8 02 000203-51
00.023.150	200434000413872	18ª VARA FEDERAL	10 7 04 000717-42
00.023.150	200434000413872	18ª VARA FEDERAL	10 8 04 000087-97
00.023.150	200934000062075	18ª VARA FEDERAL	10 6 06 006494-90
00.023.150	200934000062075	18ª VARA FEDERAL	10 7 07 000001-15
00.023.150	200934000062075	18ª VARA FEDERAL	10 8 08 000012-85
00.023.150	249087320024013400	18ª VARA FEDERAL	10 8 01 000610-05
00.023.150	478009220104013400	11ª VARA FEDERAL	10 7 10 000037-56
00.023.150	51561820024013400	11ª VARA FEDERAL	10 8 01 000288-14
00.023.150	98185420044013400	11ª VARA FEDERAL	10 6 03 002513-93
00.023.150		Não se aplica	10 5 03 003618-33
00.023.150		Não se aplica	10 6 02 005334-27
00.023.150			
00.366.518	00068805220054013400	19ª VARA FEDERAL	10 2 04 003094-91
00.366.518	00068805220054013400	19ª VARA FEDERAL	10 6 04 006342-43
00.366.518	00068805220054013400	19ª VARA FEDERAL	10 6 04 006343-24
00.366.518	00068805220054013400	19ª VARA FEDERAL	10 7 04 001217-82
00.366.518	00116597920074013400	11ª VARA FEDERAL	10 6 06 006574-09

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

00.366.518	00250724319994013400	11ª VARA FEDERAL	10 7 99 000005-62
00.366.518	157004020174013400	11ª VARA FEDERAL	10 2 16 003737-10
00.366.518	157004020174013400	11ª VARA FEDERAL	10 6 16 007969-70
00.366.518	200434000064098	18ª VARA FEDERAL	10 6 03 000088-80
00.366.518	200534000104626	19ª VARA FEDERAL	10 2 05 000102-00
00.366.518	200534000104626	19ª VARA FEDERAL	10 6 05 000114-69
00.366.518	200534000104626	19ª VARA FEDERAL	10 6 05 000115-40
00.366.518	250732819994013400	11ª VARA FEDERAL	10 6 99 000010-49
00.366.518	313181120064013400	11ª VARA FEDERAL	10 7 06 000642-43
00.366.518	349562320044013400	19ª VARA FEDERAL	10 6 04 003323-10
00.366.518		Não se aplica	10 2 20 000435-55
00.366.518		Não se aplica	10 2 21 002975-08
00.366.518		Não se aplica	10 2 22 003004-11
00.366.518		Não se aplica	10 4 19 000013-83
00.366.518		Não se aplica	10 5 18 002295-17
00.366.518		Não se aplica	10 5 21 000458-10
00.366.518		Não se aplica	10 6 19 000981-60
00.366.518		Não se aplica	10 6 19 010823-73
00.366.518		Não se aplica	10 6 19 014010-61
00.366.518		Não se aplica	10 6 20 000989-95
00.366.518		Não se aplica	10 6 20 009159-50
00.366.518		Não se aplica	10 6 20 015204-70
00.366.518		Não se aplica	10 6 21 001718-56
00.366.518		Não se aplica	10 6 21 007283-62
00.366.518		Não se aplica	10 6 21 010078-39
00.366.518		Não se aplica	10 6 21 013090-96
00.366.518		Não se aplica	10 7 19 000442-11
00.366.518		Não se aplica	10 7 19 003318-90
00.366.518		Não se aplica	10 7 19 003751-61
00.366.518		Não se aplica	10 7 20 000237-04
00.366.518		Não se aplica	10 7 20 001819-54
00.366.518		Não se aplica	10 7 20 003107-89
00.366.518		Não se aplica	10 7 21 000512-62
00.366.518		Não se aplica	10 7 21 003077-55
00.366.518			
00.446.443	00124087719994013400	18ª VARA FEDERAL	10 6 98 002075-75
00.446.443	08248007020055100005	05ª Vara do Trabalho	10 5 03 000241-60
00.446.443	08249002520055100005	05ª Vara do Trabalho	10 5 03 000242-41
00.446.443	08250007720055100005	05ª Vara do Trabalho	10 5 03 000243-22
00.446.443	08251003220055100005	05ª Vara do Trabalho	10 5 03 000244-03
00.446.443	401966619994013400	18ª VARA FEDERAL	10 7 99 000014-53
00.446.443	401975119994013400	18ª VARA FEDERAL	10 6 99 000037-69

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

00.446.443	8109009520065100001	01ª Vara do Trabalho	10 5 02 001157-92
00.446.443	91939319994013400	11ª VARA FEDERAL	10 6 98 001905-83
00.446.443			
00.474.841	00069447620164013400	18ª VARA FEDERAL	10 5 15 000079-85
00.474.841	00069447620164013400	18ª VARA FEDERAL	10 5 15 000456-40
00.474.841	00069447620164013400	18ª VARA FEDERAL	10 5 15 000457-20
00.474.841	00069447620164013400	18ª VARA FEDERAL	10 5 15 000472-60
00.474.841	00069447620164013400	18ª VARA FEDERAL	10 5 15 000473-40
00.474.841	00069447620164013400	18ª VARA FEDERAL	91 5 00 003536-57
00.474.841	00069447620164013400	18ª VARA FEDERAL	91 5 00 003537-38
00.474.841	00069447620164013400	18ª VARA FEDERAL	91 5 01 001591-00
00.474.841	00069447620164013400	18ª VARA FEDERAL	91 5 02 002216-14
00.474.841	00069447620164013400	18ª VARA FEDERAL	91 5 02 002521-70
00.474.841	00069447620164013400	18ª VARA FEDERAL	91 5 99 001683-37
00.474.841	00182183319994013400	19ª VARA FEDERAL	10 6 98 005306-00
00.474.841	00182191819994013400	19ª VARA FEDERAL	10 6 98 005304-30
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 2 04 000001-21
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 2 04 000002-02
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 5 00 000341-44
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 5 00 000342-25
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 5 03 003452-00
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 6 03 005408-24
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 6 04 000016-31
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 6 04 000017-12
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 6 04 000018-01
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 7 03 002213-86
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 7 04 000001-36
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 7 04 000002-17
00.474.841	00514799020164013400	19ª VARA FEDERAL	10 2 16 001032-59
00.474.841	00883967920144013400	11ª VARA FEDERAL	10 2 14 003618-31
00.474.841	00883967920144013400	11ª VARA FEDERAL	10 4 14 011700-74
00.474.841	00883967920144013400	11ª VARA FEDERAL	10 6 14 007436-36
00.474.841	199934000181798	19ª VARA FEDERAL	10 6 98 005305-11
00.474.841	199934000251906	19ª VARA FEDERAL	10 7 98 000814-39
00.474.841	199934000402345	19ª VARA FEDERAL	10 2 98 003074-14
00.474.841	200334000251510	18ª VARA FEDERAL	10 5 02 002256-28
00.474.841	200334000376106	19ª VARA FEDERAL	10 6 02 005269-94
00.474.841	200934000169207	18ª VARA FEDERAL	10 2 05 000158-56
00.474.841	200934000169207	18ª VARA FEDERAL	10 6 05 000177-42
00.474.841	200934000169207	18ª VARA FEDERAL	10 6 08 000656-10
00.474.841	3840720155100010	10ª Vara do Trabalho	10 5 07 000372-35
00.474.841	3840720155100010	10ª Vara do Trabalho	10 5 11 001525-54

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

00.474.841	3840720155100010	10ª Vara do Trabalho	10 5 12 000866-93
00.474.841	3840720155100010	10ª Vara do Trabalho	10 5 14 001117-72
00.474.841	3840720155100010	10ª Vara do Trabalho	10 5 14 001118-53
00.474.841	3840720155100010	10ª Vara do Trabalho	10 5 14 001119-34
00.474.841	401654619994013400	19ª VARA FEDERAL	10 2 98 003075-03
00.474.841	8003003920075100014	14ª Vara do Trabalho	10 5 03 000855-42
00.474.841	8004200701410009	Juízo Conciliatório	10 5 03 000852-08
00.474.841	8005200701410003	Juízo Conciliatório	10 5 03 000856-23
00.474.841	8006200701410008	Juízo Conciliatório	10 5 03 000865-14
00.474.841	8007200701410002	Juízo Conciliatório	10 5 03 000864-33
00.474.841	8008200701410007	Juízo Conciliatório	10 5 03 000863-52
00.474.841	8009200701410001	Juízo Conciliatório	10 5 03 001231-42
00.474.841	8010200701410006	Juízo Conciliatório	10 5 03 001230-61
00.474.841	8011200701410000	Juízo Conciliatório	10 5 03 000857-04
00.474.841	8012200701410005	Juízo Conciliatório	10 5 03 000858-95
00.474.841	8013200701410000	Juízo Conciliatório	10 5 03 000860-00
00.474.841	8014200701410004	Juízo Conciliatório	10 5 03 000859-76
00.474.841	8015200701410009	Juízo Conciliatório	10 5 03 000861-90
00.474.841	8016200701410003	Juízo Conciliatório	10 5 03 000862-71
00.474.841	8033008620075100001	01ª Vara do Trabalho	10 5 04 002781-05
00.474.841	8033008620075100001	01ª Vara do Trabalho	10 5 04 002852-33
00.474.841	8033008620075100001	01ª Vara do Trabalho	10 5 04 002853-14
00.474.841	8033008620075100001	01ª Vara do Trabalho	10 5 04 002854-03
00.474.841	8033008620075100001	01ª Vara do Trabalho	10 5 04 002855-86
00.474.841	8033008620075100001	01ª Vara do Trabalho	10 5 06 000016-03
00.474.841	8033008620075100001	01ª Vara do Trabalho	10 5 06 000940-08
00.474.841	8120003120065100019	19ª Vara do Trabalho	10 5 01 000011-67
00.474.841	8266009720055100017	17ª Vara do Trabalho	10 5 00 000340-63
00.474.841	8277001420055100009	09ª Vara do Trabalho	10 5 03 000853-80
00.474.841	8278200500910000	09ª Vara do Trabalho	10 5 03 000854-61
00.474.841		Não se aplica	10 5 15 000906-02
00.474.841		Não se aplica	10 5 16 000057-04
00.474.841			
00.479.659	200934000199138	18ª VARA FEDERAL	10 6 08 000627-86
00.479.659	200934000199138	18ª VARA FEDERAL	10 6 08 000628-67
00.479.659			
23.537.210	00050920820024013400	19ª VARA FEDERAL	10 8 01 000353-57
000.273.911-91	330617020174013400	18ª VARA FEDERAL	10 1 16 016514-22

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

INSCRIÇÕES DÍVIDA - grupo IRFASA - Fazenda da Prata			
Páginas:			
PSFN/PFN Responsável: 1ª REGIÃO			
CPF/CNPJ do DEVEDORES Agregado	Número do Processo Judicial	Inscrição Previdenciária	**Juízo:**
00.023.150	10236613920224013400	189023600	
00.023.150	10236613920224013400	189023619	19ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.023.150	19913552018401340 0	364252529	
00.023.150	19913552018401340 0	364252537	11ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.023.150	73218562015401340 0	390332550	
00.023.150	73218562015401340 0	390332569	
00.023.150	73218562015401340 0	400326795	
00.023.150	73218562015401340 0	400326809	18ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.023.150	200334000382617	354038680	
00.023.150	200334000382617	354038664	
00.023.150	0001561-07.1985.4.01.3400	307241858	
00.023.150	8600289629	302176314	
00.023.150	8600289629	302176454	
00.023.150	8600289629	307972941	
00.023.150	8600289629	307972950	
00.023.150	8600289629	307972976	
00.023.150	8600289629	307972984	
00.023.150	8600289629	307972992	
00.023.150	8600289629	307973000	
00.023.150	8600289629	307973018	
00.023.150	8600289629	307973026	
00.023.150	8600289629	307973034	19ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.023.150	8600289629	307973042	
00.023.150	8600289629	307973050	

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

00.023.150	8600289629	307973069	
00.023.150	8600289629	307973077	
00.023.150	8600289629	307973085	
00.023.150	0001460-33.1986.4.01.3400	307975177	
00.023.150	0001460-33.1986.4.01.3400	307975185	
00.023.150	0001460-33.1986.4.01.3400	307975193	
00.023.150	0001460-33.1986.4.01.3400	307975207	
00.023.150	0001460-33.1986.4.01.3400	307975215	
00.023.150	0001460-33.1986.4.01.3400	307975223	11ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.023.150	8600499046	307985580	
00.023.150	8600502110	307980324	
00.023.150	8700037427	307984001	
00.023.150	8700037427	307984028	
00.023.150	8700037427	307985156	
00.023.150	8700037427	307985164	
00.023.150	8700037427	307985172	
00.023.150	8700037427	307985180	
00.023.150	8700037427	307985199	
00.023.150	8700037427	307985202	
00.023.150	8700037427	307985210	
00.023.150	8700037427	307985229	
00.023.150	8700037427	307985237	
00.023.150	8700037427	307985245	
00.023.150	8700037427	307985261	
00.023.150	9000052890	307994660	
00.023.150	200334000382617	354038672	
00.023.150	8700037427	307985253	19ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.023.150			
00.366.518		189026030	
00.366.518	10083362420224013400	163870101	18ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	10083362420224013400	171155556	
00.366.518	10083362420224013400	179206559	

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

00.366.518	10083362420224013400	179395785	
00.366.518	12328832017401340 0	133813568	19ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	12328832017401340 0	133813576	
00.366.518	14045962018401340 0	138573573	18ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	14045962018401340 0	139934189	
00.366.518	14045962018401340 0	144044269	
00.366.518	14064152012401340 0	365620505	11ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	14064152012401340 0	365620521	
00.366.518	14064152012401340 0	366959492	
00.366.518	14064152012401340 0	368340775	
00.366.518	14064152012401340 0	398667462	
00.366.518	19976802018013400	359865305	
00.366.518	19976802018013400	359865313	
00.366.518	19976802018013400	362206457	
00.366.518	19976802018013400	362895376	
00.366.518	19976802018013400	363423222	
00.366.518	19976802018013400	363423230	
00.366.518	19976802018013400	363539158	
00.366.518	19976802018013400	364255188	
00.366.518	19976802018013400	364255196	
00.366.518	19976802018013400	364799277	

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

00.366.518	19976802018013400	390401072	
00.366.518	30072572018401340 0	120763362	11ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	34614212018401340 0	150524170	19ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	56794022016401340 0	128462477	18ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	200334000385818	315430524	18ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	199734000199525	317893661	19ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	199834000017502	324976895	19ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	200334000385818	352800518	
00.366.518	200334000385818	352800526	
00.366.518	200334000385818	352800534	
00.366.518	200334000385818	352800542	
00.366.518	200334000385818	352800569	
00.366.518	200334000385818	353604089	
00.366.518	200334000385818	353604097	
00.366.518	200334000385818	353604100	18ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	200334000385818	353604119	
00.366.518	200634000163308	355889250	11ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	200834000096945	360229042	19ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	20093400041230	358527805	
00.366.518			
00.446.443	71502912015401340 0	390417718	11ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.446.443	71502912015401340 0	390417726	
00.446.443	199734000265472	316330132	18ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.446.443			
00.474.841		390424293	
00.474.841		390424307	
00.474.841	20030462018401340 0	316330671	
00.474.841	20030462018401340 0	414893395	11ª VARA FEDERAL - BRASILIA

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

00.474.841	2003046201840134 00	414893409	
00.474.841	6125874201340134 00	370321790	18ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.474.841	6207711201340134 00	370321804	19ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.474.841	200234000340681	352801360	19ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.474.841	200234000340681	352801379	
00.474.841	200234000340681	373816332	
00.474.841	200234000206213	352801409	
00.474.841	200234000206213	352801417	

FGTS

CPF/CNPJ	Inscrição FGTS	NUP	Juízo
00.023.150	CSDF200700127	200734000236841	11ª VARA FEDERAL
00.023.150	FGDF200700126	200734000236841	11ª VARA FEDERAL
00.366.518	FGDF202100131	10591386020214013400	11ª VARA FEDERAL
00.366.518	FGDF202200314	10137229820234013400	19ª VARA FEDERAL
00.474.841	FGDF199900270	9170520014013400	19ª VARA FEDERAL
00.474.841	FGDF200900142	372861720094013400	11ª VARA FEDERAL
00.474.841	FGDF202100126	10638681720214013400	18ª VARA FEDERAL

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24060416195934500000041083939?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24060416195934500000041083939

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
SECRETARIA DE EXECUÇÕES ESPECIAIS E PESQUISA PATRIMONIAL
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA

TERMO DE CONCLUSÃO

Conclusão ao Exmo. Juiz(a) do Trabalho feita pelo(a) servidor (a) ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI, no dia 04/06/2024.

DESPACHO

Vistos, etc.

Instaurado o Regime Especial de Execução Forçada - REEF, nos termos dos despachos ids 2468064 e ids c7f63fd , as executadas indicaram como forma de pagamento das execuções reunidas a venda, por meio de alienação por iniciativa particular, do imóvel de matrícula 3.951 (“Hotel Aracoara”), do 2º Registro de Imóveis do Distrito Federal, de propriedade da IRFASA CONSTRUÇÕES INDUSTRIA E COMÉRCIO S /A, avaliado em R$25.000.000,00, solicitando autorização para venda, para pagamento dos débitos trabalhistas e o remanescente direcionado ao juízo do inventário.

Preliminarmente à análise do pedido de alienação por iniciativa particular, oficiem-se aos credores hipotecários, Banco do Brasil S.A e o Banco de Brasília - BRB, com cópia da presente decisão e matrícula do imóvel, id f4783b5, solicitando informações acerca da atual situação das hipotecas registradas sobre o imóvel.

Intime-se, ainda, a PGFN, para ciência do requerimento de venda por iniciativa particular formulado nos presentes autos, tendo em vista que o imóvel supra foi dado como garantia no Termo de Transação individual, id 93eb062, solicitando, na oportunidade, o valor atualizado da dívida, objeto da transação.

Determina-se o cadastramento e habilitação dos advogados dos exequentes nos processos reunidos na pessoa fictícia “EXEQUENTES HABILITADOS NA PLANILHA CONSOLIDADA - ADVOGADOS" (1ª Vara do Trabalho de Brasília 0000194-03.2017.5.10.0001, 0000683-98.2021.5.10.0001 3ª Vara do Trabalho de Brasília 0085100-81.1998.5.10.0003, 6ª Vara do Trabalho de Brasília 0000330-24.2013.5.10.0006, 0050800-84.1998.5.10.0006, 0098600-11.1998.5.10.0006 0096700-56.1999.5.10.0006 0121600-30.2004.5.10.0006, 7ª Vara do Trabalho de Brasília 0015600-13.1998.5.10.0007, 8ª Vara do Trabalho de Brasília, 0128500-33.1998.5.10.0008

0000469-91.2018.5.10.0008, 11ª Vara do Trabalho de Brasília, 0000598-19.2020.5.10.0011 0114800-78.1998.5.10.0011, 13ª Vara do Trabalho de Brasília 0000876-19.2017.5.10.0013, 15ª Vara do Trabalho de Brasília 0000505-78.2019.5.10.0015, 19ª Vara do Trabalho de Brasília 0095000-64.2003.5.10.0019, 20ª Vara do Trabalho de Brasília 0000240-90.2021.5.10.0020, 22ª Vara do Trabalho de Brasília 0000563-60.2019.5.10.0022, 1ª Vara do Trabalho de Taguatinga 0129000-14.1998.5.10.0101).

Aguarde-se por 30 dias as respostas das diligências supra.

BRASILIA/DF, 04 de junho de 2024.

ELAINE MARY ROSSI DE OLIVEIRA
Juíza do Trabalho Titular

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo
Código de rastreabilidade: 510202423591995
Nome original: planilha de cálculos proc. 0050800-84.1998.5.10.0006.pdf
Data: 03/06/2024 16:29:19
Remetente:
Marcus Antonio Kienteca de Melo
6ª Vara do Trabalho de Brasília-DF
TRT 10ª Região
Documento: assinado.
Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para anexar ao Processo 0085100-81.1998.5.10.0003.
Assunto: De ordem do Exmo. Juiz, encaminho despacho do proc. 0050800-84.1998.5.10.0006, no qu al informa a planilha de cálculos atualizada a ser anexada aos autos do proc. 008510 0-81.1998.5.10.0003.

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 06/06/2024 18:38:56 - 320391d

6ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF

R E S U M O D E C Á L C U L O

PROCESSO: 0050800-84.1998.5.10.0006

DÉBITOS DO RECLAMADO/RÉU

	DÉBITOS PARCIAIS	VALORES PAGOS	DÉBITOS FINAIS	PERCENTUAL
TOTAL BRUTO RECTE/AUTOR	16.441,00	0,00	16.441,00	
INSS Empregado	29,85		29,85	0,18 %
Prev. Privada Empregado			0,00	0,00 %
I R P F Comp: 1 Base IRRF: 0,00	397,99		397,99	2,35 %
Líquido Recte/Autor	16.013,16		16.013,16	94,38 %
INSS Empregador + Sat	91,54		91,54	0,54 %
INSS Terceiros	23,08		23,08	0,14 %
INSS Pacto Laboral			0,00	0,00 %
Prev. Privada Empregador			0,00	0,00 %
H. Assistenciais %	0,00		0,00	0,00 %
H. Advocatícios %			0,00	0,00 %
H. Periciais %			0,00	0,00 %
Custas Processuais	328,82		328,82	1,94 %
Custas Art.789-A - IX	82,21		82,21	0,48 %
Multas %			0,00	0,00 %
Diversos %			0,00	0,00 %
FGTS Depósito			0,00	0,00 %
		TOTAL	**16.966,65**	**100,00** %

** Liq. Recte = Total bruto(-) Inss Empregado(-) Prev. Privada(-) IRRF.*

DÉBITOS DO RECLAMANTE/AUTOR

	DÉBITOS PARCIAIS	VALORES PAGOS	DÉBITOS FINAIS	PERCENTUAL
H. Advocatícios %			0,00	%
H. Periciais %			0,00	%
Custas Processuais			0,00	%
Custas Art.789-A - IX			0,00	%
Multas %			0,00	%
Diversos %			0,00	%
VALORES ATUALIZADOS ATÉ: 31/05/2024		TOTAL	**0,00**	**100,00** %

BRASILIA ,31 de MAIO de 2024

MARCUS ANTONIO KIENTECA DE MELO

PJe Assinado eletronicamente por: MARCUS ANTONIO KIENTECA DE MELO - Juntado em: 31/05/2024 15:22:26 - e6ffada

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 06/06/2024 18:38:56 - 320391d

scjr_Detalhamento_Calculo

6ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF 001

R E S U M O D E C Á L C U L O

Atualização de Cálculos
TOTAL DE IMPOSTO DE RENDA

PROCESSO: 00508-1998-006-10-00-4

R$	260,00	- Imposto de Renda em 19/06/1998
(x)	1,53073347	- VARIAÇÃO TRABALHISTA
R$	397,99	- Imposto de Renda Corrigido em 31/05/2024

PJe Assinado eletronicamente por: MARCUS ANTONIO KIENTECA DE MELO - Juntado em: 31/05/2024 15:22:26 - e6ffada

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 06/06/2024 18:38:56 - 320391d

scjr_Detalhamento_Calculo

6ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF 001

R E S U M O D E C Á L C U L O

Atualização de Cálculos
TOTAL DO RECLAMANTE

PROCESSO: 00508-1998-006-10-00-4

R$	2.600,00	- Valor apurado em 19/06/1998
(x)	1,53073347	- VARIAÇÃO TRABALHISTA
R$	3.979,91	- Valor Corrigido em 31/05/2024
(+)	313,10%	- Juros de 27/04/1998 até 31/05/2024
R$	16.441,00	- Valor Atualizado em 31/05/2024

PJe Assinado eletronicamente por: MARCUS ANTONIO KIENTECA DE MELO - Juntado em: 31/05/2024 15:22:26 - e6ffada

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 06/06/2024 18:38:56 - 320391d

scjr_Det_Plurima

SECAL - SECRETARIA DE CÁLCULOS JUDICIAIS E ASS. ECONÔMICO 001

R E S U M O D E C Á L C U L O

Atualização de Cálculos
INSS DO RECLAMANTE

PROCESSO : 00508-1998-006-10-00-4
RECLAMANTE: JOÃO ANTÔNIO ROSA FILHO
RECLAMADO: -

R$	260,00	-	Valor apurado em 19/06/1998
(x)	1,53073347	-	VARIAÇÃO TRABALHISTA
R$	397,99	-	Valor Corrigido em 31/05/2024
R$	397,99	-	Base Proporcional(100%) do Reclamante em 31/0
R$	29,85	-	INSS empregado (7,50%)
R$	29,85	-	INSS EM 31/05/2024

Assinado eletronicamente por: MARCUS ANTONIO KIENTECA DE MELO - Juntado em: 31/05/2024 15:22:26 - e6ffada

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 06/06/2024 18:38:56 - 320391d

scjr_Det_Plurima

SECAL - SECRETARIA DE CÁLCULOS JUDICIAIS E ASS. ECONÔMICO 001

R E S U M O D E C Á L C U L O

Atualização de Cálculos
INSS DO EMPREGADOR

PROCESSO : 00508-1998-006-10-00-4
RECLAMANTE: JOÃO ANTÔNIO ROSA FILHO
RECLAMADO: -

R$	260,00	-	Base de Cálculo Apurada em 19/06/1998
(x)	1,53073347	-	VARIAÇÃO TRABALHISTA
R$	397,99	-	Base Atualizada em 31/05/2024
R$	397,99	-	Base de Cálculo do Reclamante em 31/05/2024
R$	79,60	-	INSS Empregador (20,00%)
R$	11,94	-	INSS SAT (3,00%)
R$	91,54	-	INSS EM 31/05/2024

Assinado eletronicamente por: MARCUS ANTONIO KIENTECA DE MELO - Juntado em: 31/05/2024 15:22:26 - e6ffada

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 06/06/2024 18:38:56 - 320391d

scjr_Det_Plurima

SECAL - SECRETARIA DE CÁLCULOS JUDICIAIS E ASS. ECONÔMICO 001

R E S U M O D E C Á L C U L O

Atualização de Cálculos
INSS TERCEIROS DO RECLAMANTE

PROCESSO : 00508-1998-006-10-00-4
RECLAMANTE: JOÃO ANTÔNIO ROSA FILHO
RECLAMADO: -

R$	260,00	-	Base de Cálculo Apurada em 19/06/1998
(x)	1,53073347	-	VARIAÇÃO TRABALHISTA
R$	397,99	-	Base Atualizada em 31/05/2024
R$	397,99	-	Base de Cálculo do Reclamante em 31/05/2024
R$	23,08	-	INSS Terceiros (5,80%)

Assinado eletronicamente por: MARCUS ANTONIO KIENTECA DE MELO - Juntado em: 31/05/2024 15:22:26 - e6ffada
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24053115222531200000041031857?instancia=1
Número do processo: 0050800-84.1998.5.10.0006
Número do documento: 24053115222531200000041031857

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 06/06/2024 18:38:56 - 320391d
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24060618385642200000041138438?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24060618385642200000041138438

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
SECRETARIA DE EXECUÇÕES ESPECIAIS E PESQUISA PATRIMONIAL
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS E OUTROS (1)
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA

INTIMAÇÃO

Fica a PGFN intimada do teor do despacho de **id: 8012536.**

BRASILIA/DF, 13 de junho de 2024. **ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI**,
Diretor de Secretaria

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 13/06/2024 15:39:02 - 7e45fc9
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24061315242898300000041247042?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24061315242898300000041247042

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
SECRETARIA DE EXECUÇÕES ESPECIAIS E PESQUISA PATRIMONIAL
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA

TERMO DE CONCLUSÃO

Conclusão ao Exmo. Juiz(a) do Trabalho feita pelo(a) servidor (a) ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI, no dia 04/06/2024.

DESPACHO

Vistos, etc.

Instaurado o Regime Especial de Execução Forçada - REEF, nos termos dos despachos ids 2468064 e ids c7f63fd , as executadas indicaram como forma de pagamento das execuções reunidas a venda, por meio de alienação por iniciativa particular, do imóvel de matrícula 3.951 (“Hotel Aracoara”), do 2º Registro de Imóveis do Distrito Federal, de propriedade da IRFASA CONSTRUÇÕES INDUSTRIA E COMÉRCIO S /A, avaliado em R$25.000.000,00, solicitando autorização para venda, para pagamento dos débitos trabalhistas e o remanescente direcionado ao juízo do inventário.

Preliminarmente à análise do pedido de alienação por iniciativa particular, oficiem-se aos credores hipotecários, Banco do Brasil S.A e o Banco de Brasília - BRB, com cópia da presente decisão e matrícula do imóvel, id f4783b5, solicitando informações acerca da atual situação das hipotecas registradas sobre o imóvel.

Intime-se, ainda, a PGFN, para ciência do requerimento de venda por iniciativa particular formulado nos presentes autos, tendo em vista que o imóvel supra foi dado como garantia no Termo de Transação individual, id 93eb062, solicitando, na oportunidade, o valor atualizado da dívida, objeto da transação.

Determina-se o cadastramento e habilitação dos advogados dos exequentes nos processos reunidos na pessoa fictícia “EXEQUENTES HABILITADOS NA PLANILHA CONSOLIDADA - ADVOGADOS" (1ª Vara do Trabalho de Brasília 0000194-03.2017.5.10.0001, 0000683-98.2021.5.10.0001 3ª Vara do Trabalho de Brasília 0085100-81.1998.5.10.0003, 6ª Vara do Trabalho de Brasília 0000330-24.2013.5.10.0006, 0050800-84.1998.5.10.0006, 0098600-11.1998.5.10.0006 0096700-56.1999.5.10.0006 0121600-30.2004.5.10.0006, 7ª Vara do Trabalho de Brasília 0015600-13.1998.5.10.0007, 8ª Vara do Trabalho de Brasília, 0128500-33.1998.5.10.0008

PJe Assinado eletronicamente por: ELAINE MARY ROSSI DE OLIVEIRA - Juntado em: 04/06/2024 17:45:36 - 8012536
PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 13/06/2024 15:39:02 - 36e242c

0000469-91.2018.5.10.0008, 11ª Vara do Trabalho de Brasília, 0000598-19.2020.5.10.0011 0114800-78.1998.5.10.0011, 13ª Vara do Trabalho de Brasília 0000876-19.2017.5.10.0013, 15ª Vara do Trabalho de Brasília 0000505-78.2019.5.10.0015, 19ª Vara do Trabalho de Brasília 0095000-64.2003.5.10.0019, 20ª Vara do Trabalho de Brasília 0000240-90.2021.5.10.0020, 22ª Vara do Trabalho de Brasília 0000563-60.2019.5.10.0022, 1ª Vara do Trabalho de Taguatinga 0129000-14.1998.5.10.0101).

Aguarde-se por 30 dias as respostas das diligências supra.

BRASILIA/DF, 04 de junho de 2024.

ELAINE MARY ROSSI DE OLIVEIRA
Juíza do Trabalho Titular

Assinado eletronicamente por: ELAINE MARY ROSSI DE OLIVEIRA - Juntado em: 04/06/2024 17:45:36 - 8012536
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24060416213403900000041084002?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24060416213403900000041084002

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 13/06/2024 15:39:02 - 36e242c
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24061315242905100000041247043?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24061315242905100000041247043

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

TERMO DE TRANSAÇÃO INDIVIDUAL

PLANO DE REGULARIZAÇÃO FISCAL GRUPO IRFASA

PREÂMBULO

A **UNIÃO,** representada nesse ato pelos Procuradores da Fazenda Nacional subscritores, habilitados nos termos do art. 131 da Constituição da República e da Lei Complementar nº 73/1993, doravante denominada "**FAZENDA NACIONAL**", e **IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S.A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.366.518/0001-43, com sede na Quadra SHN Quadra 5 Bloco C Sn Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70.705-000; **IRFASA S.A CONSTRUCOES INDUSTRIA E COMERCIO**, inscrita no CNPJ sob o nº 00.023.150/0001-10, com sede no IAS 03 930 PLANO PILOTO, Brasília/DF, CEP 70.310-500; **URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 00.474.841/0001-30, com sede em Loc Rodovia DF 150 Km 5 5 Sobradinho, Brasília/DF, CEP 73.001-970; **BETONMIX SERVICOS DE CONCRETAGEM EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº 00.446.443/0001-00, com sede em LOC SAA QUADRA 02 LOTES 10 A 200 PLANO PILOTO, Brasília/DF, CEP 70.310-500; **SABEP SAO BENTO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A**, inscrita no CNPJ sob nº 00.479.659/0001-72, com sede em LOC SIA TRECHO 04 930 ST IND ABASTECIMENT, Brasília/DF, CEP 70.310-500; **FAZENDAS DA PRATA S.A**, inscrita no CNPJ sob nº 23.537.210/0001-19, com sede na FAZENDA DA PRATA S N CAIXA POSTAL 35, PIRAPORA/MG, CEP 39.270-000; **Espólio de WAYNE DO CARMO FARIA**, inscrito no CPF sob nº 000.273.911-91, com domicílio fiscal sito à ST SIA TRECHO 4 LOTE 930 SIA, Brasília/DF, CEP 71.200-040, representadas por seus advogados abaixo identificados, aqui doravante denominados apenas como "**DEVEDORES**", na condição de "**partes**"; e **DIRECIONAL ENGENHARIA S/A**, inscrita no CNPJ sob o nº 16.614.075/0001-00, com sede em RUA DOS OTONI 177, SANTA EFIGÊNIA, BELO HORIZONTE,MG, CEP 30150-270, na condição de "**interveniente"**;

CONSIDERANDO que a legislação estimula a solução consensual de conflitos (CPC, art. 3º, §2º) e que as partes devem agir com boa-fé, cooperando mutuamente para chegarem a essa solução;

CONSIDERANDO que a Constituição da República assegura a todos a razoável duração do processo e os meios que garantam celeridade em sua tramitação (CR, art. 5º, LXXVIII);

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 13/06/2024 15:39:02 - f843c2d

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

CONSIDERANDO que dentre os princípios regentes da Administração Pública está a eficiência (CR, art. 37, *caput*);

CONSIDERANDO a aderência da proposta apresentada à atual situação econômico-fiscal do DEVEDORES e suas projeções de geração de resultados;

FIRMAM o presente **TERMO DE TRANSAÇÃO INDIVIDUAL** com fundamento no art. 171 do Código Tributário Nacional, na Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, nos arts. 190 e 191 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (CPC) e na Portaria PGFN nº 6.757, de 01 de agosto de 2022, arquivado no **processo SEI nº 12221.100219/2023-97,** que tem como objeto os débitos, as inscrições e as garantias relacionados nos ANEXOS deste documento, por meio do qual justo e acertado o disposto a seguir:

OBJETO

CLÁUSULA 1ª. A presente transação objetiva o equacionamento de débitos inscritos em dívida ativa da União e do FGTS em nome do DEVEDORES, de forma a equilibrar os seus interesses e os da FAZENDA NACIONAL, visando o encerramento dos litígios judiciais e a quitação integral dos referidos débitos, observadas as previsões descritas neste instrumento.

Parágrafo único. A transação versará sobre as seguintes concessões:
I - Oferecimento de descontos;
II - Possibilidade de parcelamento;
III - Flexibilização das regras para constrição ou alienação de bens;

CLÁUSULA 2ª. O passivo fiscal do DEVEDORES inscrito em dívida ativa da União e do FGTS, parte desta transação, é composto por todos os seus créditos fiscais relacionados no ANEXO I, que totalizam **R$ 71.331.623,01**, atualizado no mês de **maio de 2023**, assim composto (os débitos de FGTS estão atualizados para o MAR/2023):

DEMAS DÉBITOS	**R$ 36.912.679,03**
DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS	**R$ 31.644.041,26**
FGTS (MAR/2023)	**R$ 2.774.902,72**

Parágrafo único. A presente negociação é composta dos seguintes anexos:

ANEXO I	Débitos envolvidos com indicação das respectivas execuções fiscais e os juízos de tramitação

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 13/06/2024 15:39:02 - f843c2d

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

§1º Os descontos efetivos foram simulados de forma a respeitar a vedação de redução do montante principal, considerada cada Certidão de Dívida Ativa (CDA) individualmente.

§2º Os dados foram elaborados através das planilhas anexas, sendo que os números definitivos serão obtidos com a partir da inclusão do acordo no sistema de negociação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

OBRIGAÇÕES DO DEVEDORES

CLÁUSULA 3ª. O DEVEDORES aceitam as condições da presente transação e assumem os seguintes compromissos e obrigações:

I - Confessa, de forma irrevogável e irretratável, os débitos relacionados no ANEXO I, renovada a cada pagamento periódico;
II - Renunciam expressamente a quaisquer alegações de direito, atuais ou futuras, sobre as quais se fundem ações judiciais, incluídas as coletivas, ou recursos que tenham por objeto os créditos relacionados no ANEXO I;
III – Assumem o compromisso de manter a regularidade das obrigações de FGTS e tributárias federais correntes, vencidas a partir da data da assinatura da transação, inclusive as retenções legais, na condição de responsável tributário;
IV – Obrigam-se a regularizar os novos débitos inscritos em dívida ativa após a assinatura da transação, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, o mesmo se aplicando a eventuais novos débitos de FGTS, os quais deverão ser quitados ou parcelados junto à Caixa Econômica Federal, no mesmo prazo retromencionado;
V – Responsabilizam-se por manter a garantia oferecidas até o integral cumprimento das condições previstas na transação, salvo substituições de garantias com anuência da Fazenda Nacional;
VI – Assumem a obrigação de informar previamente à PGFN a alienação e/ou disposição de bens e direitos, inclusive o valor da operação, ainda que não oferecidos em garantia desta transação, bem como o recebimento de precatório e/ou o levantamento de depósito judicial;
VII - Obrigam-se a utilizar, como reforço do plano de amortização, créditos líquidos, certos e exigíveis que venham a apurar no curso deste pacto em desfavor da FAZENDA NACIONAL, como decorrência de litígio judicial, sempre respeitada a preferência dos credores prioritários, e nos termos da legislação de regência;
VIII - Obrigam-se a fornecer, sempre que solicitado, informações sobre bens, direitos, valores, transações, operações e demais atos que permitam à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional conhecer sua situação econômica ou eventuais fatos que impliquem a rescisão do acordo;

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 13/06/2024 15:39:02 - f843c2d

IX - comprometem-se a não constituir nova pessoa jurídica em benefício próprio ou de terceiros que possa representar a diminuição de garantias ou do valor de pagamentos convencionados no presente instrumento
X – Anuem com eventual modificação da competência relativa para a reunião de processos envolvidos na transação;
XI– Obrigam-se a efetuar tempestivamente os pagamentos referentes às amortizações mensais acordadas na transação.
XII - Obrigam-se a não utilizar a transação de forma abusiva ou com a finalidade de limitar, falsear ou prejudicar de qualquer forma a livre concorrência ou a livre iniciativa econômica;
XIII - Obrigam-se a não utilizar pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Pública Federal;
XIV - Declaram que não alienaram ou oneraram bens ou direitos com o propósito de frustrar a recuperação dos créditos inscritos;
XV - obrigam-se a não distribuir lucros enquanto não liquidado o presente ajuste, salvo a reserva legal de lucros conforme legislação de regência;
XVI - obrigam-se a notificar a FAZENDA NACIONAL sobre migração ou aquisição de suas atividades operacionais por pessoa jurídica outra, ficando condicionada a conclusão do negócio à anuência do empreendimento adquirente sobre a assunção da responsabilidade solidária ou por sucessão pelos créditos objeto da presente negociação, incluídos os do negócio jurídico processual que lhe é acessório.
XVII - informam anualmente a composição atual e a situação financeira da Carteira de Recebíveis dada em garantia, se for o caso.
XVIII - Autorizam a compensação, no momento da efetiva disponibilização financeira, de valores relativos a precatórios federais de que venha a ser credor;
XVIII- reconhecem o grupo econômico, incluindo todas as empresas relacionadas como “DEVEDORES”, na condição de “PARTES”, e concordam que todos os seus integrantes sejam inseridos como corresponsáveis pelos débitos relacionados no ANEXO I nos sistemas da dívida ativa, nos termos do art. 124, I, do CTN c/c artigo 54, §§3º e seguintes da Portaria PGFN 6.757/2022.

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 13/06/2024 15:39:02 - f843c2d

§1º. A confissão do *caput* produz os efeitos do art. 174, parágrafo único, IV, do Código Tributário Nacional, c/c art. 202, VI, do Código Civil, servindo para interromper e suspender o prazo prescricional em relação a todos os débitos objeto do acordo, enquanto vigente a presente transação, renovando-se a cada pagamento efetuado, ainda que a guia de arrecadação esteja vinculada a apenas uma das inscrições.

§2º. A celebração da transação não implica em renúncia de direito por parte da FAZENDA NACIONAL na indicação de outros responsáveis tributários para responderem pelos débitos do ANEXO I, em caso de rescisão do presente, com o prosseguimento das respectivas execuções fiscais, não correndo qualquer prazo prescricional durante a vigência desta transação, ressalvada a interveniente anuente, DIRECIONAL ENGENHARIA S/A, que fica expressamente exonerada nos termos da Cláusula 7ª deste instrumento.

§3º. Caso necessária alguma operação negocial, a FAZENDA NACIONAL deverá ser previamente consultada e manifestar sua anuência, momento em que haverá deliberação sobre novo tipo de garantia, sob pena de resolução contratual.

§4º. Cabe às DEVEDORES desistir das impugnações e recursos administrativos e das ações e incidentes judiciais que tenham por objeto os débitos relacionados no ANEXO I, peticionando nos respectivos processos judiciais e administrativos no prazo de 30 (trinta) dias contado da assinatura da transação, requerendo a extinção dos processos com resolução de mérito, nos termos da alínea "c", do inciso III, do *caput* do art. 487 do Código de Processo Civil.

§5º. As desistências e as renúncias de que trata o §4º não eximem as DEVEDORES dos ônus sucumbenciais eventualmente devidos.

§6º. Na proporção em que for amortizada a dívida transacionada, as DEVEDORES poderão, mediante requerimento administrativo dirigido à unidade da PGFN responsável pela transação, solicitar a desoneração das garantias oferecidas ou a sua substituição, ficando seu deferimento condicionado à análise da FAZENDA NACIONAL quanto à manutenção da idoneidade da garantia e da liquidez dos bens, nos termos do art. 11 da Lei nº 6.830/80 (LEF) e do art. 797 do CPC.

CLÁUSULA 4ª. Os DEVEDORES declaram que as informações cadastrais, patrimoniais e econômico-fiscais prestadas à administração tributária são verdadeiras e que não omitiram informações quanto à propriedade de bens, direitos e valores, que são do conhecimento da sua atual gestão.

PLANO DE AMORTIZAÇÃO

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 13/06/2024 15:39:02 - f843c2d

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

CLÁUSULA 5ª. O DEVEDORES se obrigam a amortizar os débitos relacionados no ANEXO I, cujo valor total, sem descontos, perfaz o importe de **R$ 71.331.623,01**, atualizado até **maio de 2023 (FGTS atualizado para MARÇO/2023)**.

§ 1º. Conforme autorizado pelo Art. 8ª, I, da Portaria PGFN nº 6.757/2022, a presente transação envolve a concessão de descontos limitados ao máximo de até 65% (sessenta e cinco por cento), vedada a incidência sobre o principal do débito, considerando a capacidade de pagamento do DEVEDORES, vez que as dívidas são consideradas de difícil recuperação pela PGFN (Rating D).

§2º. O prazo para pagamento dos débitos previdenciários e não previdenciários será de **60 (sessenta) meses**.

§3º. Os valores da dívida a ser transacionada, com descontos, e das parcelas base das modalidades de amortização são estimados, uma vez ser vedada a incidência de desconto sobre o principal do débito, bem como haver a atualização mensal dos débitos.

§4º. As Inscrições em Dívida Ativa do FGTS serão quitadas na modalidade de pagamento à vista, conforme a simulação disponibilizada pela Caixa Econômica Federal.

§5º. Para fins de pagamento e incidência do desconto, os débitos inscritos em DAU foram divididos em Previdenciário e Demais Débitos e serão quitados conforme o seguinte plano de amortização:

Modalidade	Dívida SEM desconto	Desconto máximo efetivo	Dívida COM desconto
Demais	R$ 36.912.679,03	64,22%	**R$ 13.205.688,78**
Previdenciário	R$ 31.644.041,26	63,52%	**R$ 11.545.298,56**
FGTS (MAR/23)	2.774.902,72	27,36%	**R$ 2.015.752,91**
Total	**R$ 74.020.338,01**	**62,48%**	**R$ 26.766.740,25**

PLANO DE AMORTIZAÇÃO

VALOR ATUALIZADOS PARA MAIO/2023

DEMAIS DÉBITOS	VALOR CONSOLIDADO	DESCONTO EFETIVO	VALOR COM DESCONTO
IFRATUR	R$7.962.523,30		R$ 3.070.831,87
IFRASA	R$6.418.925,89		R$ 2.246.624,09
UBRAS	R$21.113.440,03		R$ 7.392.006,38

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 13/06/2024 15:39:02 - f843c2d

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

BETONMIX	R$1.077.911,25		R$ 377.268,94
SABEP	R$70.246,53		R$ 24.586,29
FAZENDAS	R$158.941,60		R$ 55.629,56
ESPÓLIO WAYNE DO CARMO FARIA	R$110.690,43		R$ 38.741,65
TOTAL	**R$36.912.679,03**	**64,22%**	**R$ 13.205.688,78**

PLANO DE PAGAMENTO	PERCENTUAL ANO	VALOR A SER PAGO	QTA PARCELAS
PARCELA 1 - ENTRADA	20%	R$ 2.641.137,76	1
PARCELA 2 - ENTRADA	15%	R$ 1.980.853,32	11
ANO 2	16,25%	R$ 2.145.924,43	12
ANO 3	16,25%	R$ 2.145.924,43	12
ANO 4	16,25%	R$ 2.145.924,43	12
ANO 5	16,25%	R$ 2.145.924,43	12
TOTAL	**100,00%**	**R$ 13.205.688,78**	**60**

VALOR ATUALIZADOS PARA MAIO/2023

PREVIDENCIÁRIO	VALOR CONSOLIDADO	DESCONTO EFETIVO	VALOR COM DESCONTO
IFRATUR	R$ 11.046.339,04		R$4.281.603,68
IFRASA	R$2.470.252,45		R$ 919.050,94
UBRAS	R$ 17.864.973,40		R$6.252.777,21
BETONMIX	R$ 216.254,26		R$75.688,99
SABEP	R$-		R$-
FAZENDAS	R$46.222,11		R$16.177,74
TOTAL	**R$ 31.644.041,26**	**63,52%**	**R$ 11.545.298,56**

PLANO DE PAGAMENTO	PERCENTUAL	VALOR A SER PAGO	QTA PARCELAS
PARCELA 1 - ENTRADA	20%	R$ 2.309.059,71	1
PARCELA 2 - ENTRADA	15%	R$ 1.731.794,78	11
ANO 2	16,25%	R$ 1.876.111,02	12
ANO 3	16,25%	R$ 1.876.111,02	12

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 13/06/2024 15:39:02 - f843c2d

ANO 4	16,25%	R$ 1.876.111,02	12
ANO 5	16,25%	R$ 1.876.111,02	12
TOTAL	**100,00%**	**R$ 11.545.298,56**	**60**

VALOR ATUALIZADOS PARA MARÇO/2023

FGTS	VALOR CONSOLIDADO	DESCONTO EFETIVO	VALOR COM DESCONTO
IFRATUR	R$ 313.270,67		R$ 237.537,29
IFRASA	R$ 64.891,83		R$44.286,98
UBRAS	R$ 2.388.594,53		R$1.731.304,54
UBRAS CS	R$8.145,69		R$ 2.624,10
TOTAL	**R$ 2.774.902,72**	**27,36%**	**R$ 2.015.752,91**

CLÁUSULA 6ª. O valor total devido à Dívida Ativa do FGTS será pago em parcela única, com concessão de descontos; em conjunto com a parcela de entrada das modalidades DEMAIS DÉBITOS e PREVIDENCIÁRIO;

CLÁUSULA 7ª. O valor da entrada será de R$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais) oriunda do produto da venda dos seguintes imóveis, conforme descrito abaixo:

I -Primeira parcela da entrada: R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) advindos da Cessão dos Direitos de Posse da Fazenda Sobradinho, matrícula nº 11.126, do 7º Registro de Imóveis do Distrito Federal, com a intervenção da DIRECIONAL ENGENHARIA S/A, interveniente cessionária-adquirente.

§1º A negociação particular referida no inciso I ocorrerá por conta e risco dos envolvidos no acerto contratual, não tendo a FAZENDA NACIONAL qualquer participação, intervenção, conhecimento e/ou responsabilidade em relação ao negócio jurídico a ser entabulado.

§2º Ressalvada ulterior comprovação de má-fé, a Fazenda Nacional declara, em favor da interveniente cessionária-adquirente, que:

a) Anuí com liberação dos gravames sobre o referido imóvel, decorrente dos débitos relacionados no Anexo I do presente termo;

b) Admite, a inocorrência de sucessão, solidariedade ou subsidiariedade, decorrente da adjudicação e da cessão de direitos possessórios sobre a Fazenda Sobradinho, em relação aos débitos tributários e não tributários listados no ANEXO I;

c) Anuí com a transmissão da propriedade do imóvel à Direcional Engenharia S/A, empresa a ela coligada ou por ela controlada, de forma irrevogável e irretratável,

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 13/06/2024 15:39:02 - f843c2d

mesmo na hipótese de rescisão deste instrumento, desde que comprovado o pagamento da primeira parcela da entrada, no valor de R$ 7.000.000,00, nos termos do inciso I;

d) Reconhece, expressamente, o cancelamento e a consequente baixa dos gravames inscritos nas averbações de nºs 9 e 10 da matrícula nº 11.126, em razão do julgamento do Agravo de Instrumento nº 2009.00.2.015247-4, pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, que afastou a intervenção anômala da União nos autos do processo nº 26.404/95;

e) Renuncia, expressamente, a qualquer direito ou alegação fundada em eventual nulidade da adjudicação realizada nos autos da execução nº 26.404/95, à ANTARES ENGENHARIA LTDA e MIRA PARTICIPAÇÕES S/A, registrada no R.5 da matrícula 11.126 e posterior compra e venda feita à SOBRADINHO I DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA e SOBRADINHO II DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA.

II – Segunda parcela da entrada: R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), advindos da alienação judicial do imóvel "Fazenda da Prata", matrícula nº 1.060 do Cartório de Registro de Imóveis de Pirapora/MG, observados os seguintes termos:

a) A Fazenda Nacional, através do presente acordo, anui com a venda judicial do bem acima referido, nos autos das execuções judiciais em que se encontra penhorado, desde que respeitado o valor mínimo de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), inclusive em eventual segunda praça de hasta pública, conforme laudo oficial lavrado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

b) A venda judicial do bem imóvel não poderá seguir a disciplina da Portaria PGFN nº 74/2014, devendo eventual hasta pública, alienação por iniciativa particular ou parcelamento da arrematação seguir os trâmites próprios do juízo competente.

c) Os DEVEDORES deveram providenciar a venda judicial do referido bem e o efetivo recolhimento de guia de pagamento direcionada à presente negociação, no prazo peremptório de 11 (onze) meses, contados do primeiro pagamento relativo à negociação, prazo não prorrogável, sob nenhuma hipótese, ainda que a demora da venda judicial decorra de motivos inerentes ao mecanismo da Justiça;

d) Durante o período necessário à venda judicial e ao efetivo recolhimento do valor acima, desde que respeitado o prazo da alínea anterior, fica suspenso o dever de recolhimento da segunda parcela da entrada do presente acordo, sem prejuízo da regular incidência da Taxa SELIC sobre montante devido;

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 13/06/2024 15:39:02 - f843c2d

e) Caso não realizada a venda judicial do referido bem e o efetivo recolhimento do valor devido, os DEVEDORES deveram realizar o pagamento, imediatamente, obedecendo ao mesmo prazo acima previsto, da segunda parcela da entrada com os acréscimos legais devidos;

f) Caso não haja regularização no prazo acima previsto, o presente acordo será rescindido, implicando a exigibilidade imediata dos débitos sem descontos, devidamente atualizados e deduzidos os valores pagos, bem como a execução das garantias prestadas e a prática dos demais atos executórios do crédito, judiciais ou extrajudiciais.

g) Não eximirá os DEVEDORES da obrigação de adimplemento da entrada eventuais bloqueio/constrições judiciais, penhoras e/ou concurso de penhora ou quaisquer outros impedimentos que decorram da venda judicial do bem imóvel em questão ou de exercício de direitos preferenciais sobre o produto da alienação;

h) Caso necessário, a Fazenda Nacional celebrará com os DEVEDORES Negócio Jurídico Processual, na forma da Portaria PGFN nº 748/2018, para operacionalização do recolhimento da segunda parcela de entrada.

CLÁUSULA 8ª. As demais parcelas do acordo serão recolhidas mensalmente pelos DEVEDORES, com escalonamento previsto na tabela acima, até integral pagamento da dívida.

§1º O produto da alienação judicial do imóvel "Fazenda da Prata", de matrícula nº 1.060 do Cartório de Registro de Imóveis de Pirapora/MG, será utilizado para quitação da segunda parcela da entrada, nos termos acima, e das demais parcelas do acordo;

§2º Em caso de venda judicial à vista, o produto deve ser utilizado para imediata quitação das demais parcelas do acordo;

§3º Em caso de venda parcelada, o produto da venda será utilizado para o adimplemento mensal deste acordo, devendo as partes, caso necessário, celebrar Negócio Jurídico Processual, na forma da Portaria PGFN nº 748/2018 e da Cláusula 7ª, II, "h".

CORREÇÃO DOS DÉBITOS E PAGAMENTO

CLÁUSULA 9ª. A amortização mensal será acrescida de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, ou por outro índice que vier a substituí-la, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 13/06/2024 15:39:02 - f843c2d

subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

CLÁUSULA 10ª. Na hipótese de pagamento antecipado da amortização, os juros previstos na cláusula anterior apenas serão computados até a data do referido pagamento.

Parágrafo único. Os pagamentos antecipados amortizarão o saldo devdor transacionado em ordem crescente das parcelas vencidas e vincendas.

CLÁUSULA 11ª. Os valores serão quitados com o pagamento de documentos de arrecadação fiscal (DARF ou GPS) obtidos no sistema Regularize da PGFN, em conta de parcelamento formalizada para esta transação.

GARANTIAS

CLÁUSULA 12. Os DEVEDORES oferecem os imóveis de matrículas nºs 16.800 (“Imóvel SIA”), do 4º Registro de Imóveis do Distrito Federal; e 3.951 (“Hotel Aracoara”), do 2º Registro de Imóveis do Distrito Federal; com a finalidade de garantir a dívida confessada no presente acordo;

CLÁUSULA 13. O imóvel de matrícula nº 1.060 (“Fazenda da Prata”), do Cartório de Registro de Imóveis de Pirapora/MG, é ofertado em garantia do presente acordo, não se sujeitando às cláusulas abaixo e às regras de manutenção de gravames e garantias dos arts. 7º, II; e 45, da Portaria PGFN nº 6.757/22.

§1º No caso da venda judicial do imóvel, o produto da venda passa a ser garantia do presente acordo, devendo ser utilizado para seu integral adimplemento, conforme o disposto nas Cláusulas 7ª e 8ª;

§2º Fica convencionado que o instrumento de alienação judicial deve conter cláusula disciplinando que, em caso de parcelamento da venda, ficará o adquirente do imóvel obrigado a dirigir-se à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para dar em garantia ao presente acordo o referido imóvel até integral quitação do parcelamento de aquisição do bem.

§3º Caso o bem não seja alienado judicialmente, mas regularizado o acordo nos termos da Cláusula 7º, II, “e”; a garantia do presente imóvel passa a ser regida pelas cláusulas abaixo, cabendo aos DEVEDORES providenciar o registro da hipoteca no prazo da Cláusula 21, contado da referida regularização.

CLÁUSULA 14. Os proprietários dos imóveis admitem a hipoteca dos bens sobre os quais recaem a garantia, independentemente da ordem de preferência disposta no art. 655 do CPC e do art. 11 da Lei 6.830/80.

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 13/06/2024 15:39:02 - f843c2d

CLÁUSULA 15. Os proprietários dos imóveis obrigam-se, durante a vigência do presente acordo, a manter em dia o pagamento de todos os impostos e taxas federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel dado em garantia.

CLÁUSULA 16. Incidindo o DEVEDORES em alguma das hipóteses de rescisão do presente acordo, poderá a União requerer judicialmente adjudicação dos bens ou promover a alienação por sua própria iniciativa ou por intermédio de corretor ou leiloeiro público credenciado, nos termos do art. 880 do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA 17. No caso de desapropriação total ou parcial do imóvel dado em garantia, fica a FAZENDA NACIONAL, pela presente, nomeada e constituída procuradora do(s) respectivo(s) proprietário(s) para receber do poder desapropriante a indenização devida, aplicando-a na amortização ou liquidação da dívida, sendo que, se a indenização for inferior ao saldo da dívida, os DEVEDORES obrigam-se a pagar, imediatamente, a diferença existente. Fica, ainda a FAZENDA NACIONAL nomeada e constituída procuradora com poderes necessários para, se lhe convier, discutir amigável ou judicialmente o valor da indenização.

CLÁUSULA 18. Ocorrendo perecimento ou deterioração que cause redução significativa do valor do bem oferecido em garantia, comprometem-se os DEVEDORES a substituí-lo no prazo de 15 (quinze) dias da notificação, sob pena de rescisão do presente acordo de transação.

Parágrafo único. Considera-se redução significativa implicar em decréscimo de 20% do valor do bem. Ocorrendo deterioração inferior ao percentual previsto ou desvalorização do bem, comprometem-se os DEVEDORES a reforçar a garantia com outro bem.

CLÁUSULA 19. A hipoteca vigorará pelo prazo do acordo de transação avençado, se regularmente cumprido ou até o efetivo pagamento das dívidas.

CLÁUSULA 20. As despesas com lavratura deste instrumento e de sua averbação no Registro de Imóveis são de exclusiva responsabilidade dos DEVEDORES, que se obriga expressamente a promover junto aos registros públicos os atos previstos em Lei, sob pena de extinção do acordo, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA 21. Os DEVEDORES comprometem-se a efetuar no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da assinatura da transação o registro de hipoteca sobre o bem relacionado ofertado em garantia perante os órgãos de registro e controle respectivos.

Parágrafo único. Caso não seja possível realizar o registro de hipoteca perante os cartórios de imóveis competentes, o DEVEDORES se obrigam a substituir os bens dados em garantia por outros de igual valor livres e desimpedidos de ônus, penhora e quaisquer dívidas *propter*

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 13/06/2024 15:39:02 - f843c2d

rem que possam ferir a preferência creditícia da União, em até 10 (dez) dias a contar do vencimento do prazo disposto no *caput*.

PROCESSOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS

CLÁUSULA 22. Durante o período de vigência da transação, a FAZENDA NACIONAL não se oporá à suspensão processual das execuções fiscais relacionadas aos débitos acordados, em relação às quais não correrão quaisquer prazos para oferecimento de defesas, recursos, manifestações ou afins, permanecendo suspenso o prazo prescricional, que não correrá em prejuízo da União.

CLÁUSULA 23. Os DEVEDORES expressamente desistem das impugnações ou dos recursos administrativos e das ações judiciais que tenham por objeto os débitos relacionados no ANEXO I e renunciam a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundem as referidas impugnações e recursos ou ações judiciais, por meio de requerimento de extinção do respectivo processo e/ou recurso com resolução de mérito, nos termos da alínea "c" do inciso III do caput do art. 487 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil.

§ 1º. A desistência e a renúncia de que trata o *caput* não exime os DEVEDORES do pagamento dos honorários advocatícios e custas processuais eventualmente devidos.

§ 2º. Cabe aos DEVEDORES peticionar nos processos judiciais de que cuida esse ato, noticiando aos juízos a celebração do acordo de Transação Individual.

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL

CLÁUSULA 24. A partir do pagamento integral da entrada do presente acordo, as inscrições arroladas no ANEXO I não constituirão impedimento à emissão de certidão positiva com efeitos de negativa em favor dos DEVEDORES, desde que cumpridos os requisitos previstos nos artigos 205 e 206 do CTN e todos os compromissos, as condições e as obrigações acordadas nesta transação.

§1º. Nos casos previstos na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, na Portaria PGFN nº 486/2011 e/ou nas hipóteses de descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas estipuladas na transação poderá ocorrer o cancelamento da certidão de regularidade fiscal.

§2º. No caso de rescisão da Transação, o cancelamento da certidão poderá ser efetuado independentemente de publicação no Diário Oficial da União, devendo a unidade responsável encaminhar despacho de cancelamento, devidamente instruído, ao setor responsável.

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 13/06/2024 15:39:02 - f843c2d

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

HIPÓTESES DE RESCISÃO

CLÁUSULA 25. Implicará rescisão da transação, com a exigibilidade imediata da totalidade dos débitos confessados e imediata execução da garantia:

I - A falta de pagamento integral da entrada do parcelamento no prazo acordado;

II - A falta de pagamento de 2 (duas) amortizações mensais, consecutivas ou não, bem como a falta de pagamento de 1 (uma) amortização, estando pagas todas as demais.

III- A constatação, pela PGFN, de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial do sujeito passivo, incluindo-se a alienação de bens e direitos sem prévia comunicação.

IV - A constatação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, de divergências nas informações cadastrais, patrimoniais ou econômico-fiscais prestadas pelo sujeito passivos e consideradas para celebração da transação;

V - Ocorrência de dolo, de fraude, de simulação ou de erro essencial quanto a pessoa ou quanto ao objeto do conflito;

VI- A decretação de falência ou de outro mecanismo de liquidação judicial ou extrajudicial.

VII- a ausência de registro de hipoteca de primeiro grau a recair sobre o bem prestado em garantia, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da assinatura da Transação, ficando excepcionada a hipótese em que o retardamento da diligência é imputada exclusivamente à autoridade registral.

VIII- a ausência de substituição de garantias, na ocorrência de uma das hipóteses previstas nesse Termo.

IX- a não homologação judicial, quando for o caso.

X- a não regularização dos débitos inscritos na dívida ativa da União e do FGTS após a celebração do presente, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da vigência do acordo ou a contar da data de inscrição, se supervenientes à transação.

XI- a comprovação de que os DEVEDORES utilizam pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Pública Federal, após a lavratura da presente transação.

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 13/06/2024 15:39:02 - f843c2d

XII- a comprovação de que os DEVEDORES incorrem em fraude à execução, nos termos do art. 185 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e não reservou bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita após a lavratura da presente Transação.

XIII- a não desistência de ação ou recurso judicial ou administrativo que envolva discussão acerca dos débitos incluídos na transação, com renúncia a quaisquer alegações de direito, no prazo de 30 (trinta) dias contados da assinatura do acordo.

XIV- o descumprimento de quaisquer das condições, das cláusulas, das obrigações ou dos compromissos assumidos no presente termo de transação individual;

§1º. As parcelas pagas com até 30 (trinta) dias de atraso não configurarão inadimplência para fins do inciso II deste artigo.

§2º. A regularização prevista no inciso X inclui a manutenção da regularidade das obrigações de FGTS e tributárias federais após a adesão aos programas de conformidade fiscal, inclusive as suas prestações.

§3º Eventual rescisão da presente transação não afeta os direitos da terceira interveniente, DIRECIONAL ENGENHARIA S/A, desde cumprido o disposto na Cláusula nº 7ª, inciso I.

CLÁUSULA 26. A rescisão da Transação implicará a cobrança dos débitos, deduzidos os valores pagos, bem como autorizará a execução das garantias prestadas e a prática dos demais atos executórios do crédito, judiciais ou extrajudiciais.

CLÁUSULA 27. Os DEVEDORES serão previamente notificados sobre a incidência de alguma das hipóteses de rescisão da Transação.

§1º. Os DEVEDORES terão conhecimento das razões determinantes da rescisão e poderão regularizar o vício ou apresentar impugnação, ambos no prazo de 30 (trinta) dias, preservado em todos os seus termos a transação durante esse período.

§2º. A impugnação deverá ser apresentada exclusivamente pela plataforma REGULARIZE da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e deverá trazer todos os elementos que infirmem as hipóteses de rescisão, sendo possível a juntada de documentos. Apresentada a impugnação, todas as comunicações ulteriores serão realizadas por meio da plataforma REGULARIZE da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, cabendo ao interessado acompanhar a respectiva tramitação.

§3º. Enquanto não definitivamente julgada a impugnação à Transação, os DEVEDORES deverão permanecer cumprindo todas as exigências do acordo.

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 13/06/2024 15:39:02 - f843c2d

§4º. Rescindida esta transação, é vedada a formalização de nova transação pelos DEVEDORES, em qualquer modalidade, ainda que relativa a débitos distintos, pelo prazo de 2 anos, contados da data da rescisão.

CLÁUSULA 28. Incidindo os DEVEDORES em alguma das hipóteses de resolução da presente transação, o desfazimento desta não implicará a liberação das garantias dadas para assegurar o crédito e a União poderá requerer judicialmente a adjudicação dos bens, a alienação fiduciária, a sua expropriação ou promover a alienação por sua própria iniciativa ou por intermédio de corretor ou leiloeiro público credenciado, nos termos do art. 880 do CPC.

CLÁUSULA 29. Cessarão os efeitos desta Transação se, a qualquer tempo, houver descumprimento de suas cláusulas ou, ainda, se, nos termos do art. 190, parágrafo único, do Código de Processo Civil, o Poder Judiciário, em controle da validade do negócio, recusar-lhe aplicação, ressalvado os direitos da terceira interveniente, DIRECIONAL ENGENHARIA S/A, desde cumprido o disposto na Cláusula nº 7ª, inciso I.

Parágrafo único. Na hipótese da presente transação ser declarada parcialmente nula, a parte não nula será preservada em todos os seus efeitos.

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 30. A presente transação terá prazo de vigência de **até 60 (sessenta) meses.**

CLÁUSULA 31. A Transação produzirá efeitos mesmo enquanto pendente de homologação judicial, devendo os DEVEDORES promover as medidas necessárias à sua integral efetivação e cumprimento.

CLÁUSULA 32. Antes da sua assinatura, todos os termos e condições desta transação podem ser alterados unilateralmente pela União, não gerando ou representando direito adquirido ou expectativa de direito para os DEVEDORES.

CLÁUSULA 33. A presente Transação vincula e produz efeitos aos DEVEDORES, seus sucessores, adquirentes, a qualquer título, ainda que a União não tenha tido qualquer tipo de conhecimento de eventuais mudanças contratuais, societárias, sucessórias, sendo transmitido todos os direitos e obrigações do presente instrumento.

CLÁUSULA 34. A Transação, uma vez celebrada, está sujeita a ampla publicidade e transparência ativa, ressalvada a divulgação de informações protegidas por sigilo.

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 13/06/2024 15:39:02 - f843c2d

§1º. Ressalva-se da previsão do *caput*, a minuta, ou simples proposta de transação, assim como as informações, os termos e condições que lhe fazem parte, enquanto não assinado, estando todos acobertados por **sigilo fiscal** sendo vedado a divulgação, no todo ou em parte, sujeitando-se o infrator às penalidades cabíveis.

§2º. Nos mesmos termos previstos no *caput*, é igualmente vedada a utilização dos termos e condições previstos na presente Transação para demandar igualdade de condições ou proposta para outros DEVEDORES, pessoas físicas ou jurídicas, com débitos perante a União.

§3º. As previsões da presente transação igualmente importam em sigilo profissional e sua transgressão ensejam medidas disciplinares na respectiva entidade de classe.

§4º. Após a assinatura, as partes estabelecerão o conteúdo e disposições da presente transação que poderão ter a publicidade suprimida em razão de possível prejuízo comercial, industrial, comercial, negocial ou concorrencial, sendo sempre proibida a divulgação das informações acobertadas pelo sigilo fiscal.

CLÁUSULA 35. Visando atender aos princípios da eficiência e da cooperação entre as partes, a comunicação entre elas será efetivada pelos meios institucionais disponíveis (REGULARIZE/SICAR/e-mail institucional) entre procuradores e representantes legais do DEVEDORES e dos INTERVENIENTES ANUENTES, com confirmação de recebimento.

§1º Em caso de substituição dos procuradores/representantes, incumbe as partes o ônus de informar a ocorrência do fato, sob pena de se considerar válida eventual comunicação enviada ao procurador anterior.

§2º O simples recebimento do e-mail não importa aquiescência com o conteúdo por parte do destinatário.

CLÁUSULA 36. A celebração desta transação não dispensa o recolhimento das obrigações tributárias correntes devidas pelos DEVEDORES, nem mesmo o cumprimento das obrigações acessórias.

CLÁUSULA 37. Esta transação não interfere de modo algum em quaisquer outras inscrições no CADIN, Cadastro de Inadimplentes com o FGTS ou qualquer outro cadastro restritivo que porventura tenha ou venha a ter por questões alheias ao objeto da presente Transação.

Parágrafo único. Os débitos do ANEXO I, enquanto permanecerem transacionados ou garantidos, terão sua inscrição suspensa no CADIN.

CLÁUSULA. 38. A formalização do presente acordo de Transação implica manutenção automática dos gravames decorrentes de arrolamento de bens, de medida cautelar fiscal e das

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 13/06/2024 15:39:02 - f843c2d

garantias prestadas administrativamente ou nas ações de execução fiscal ou em qualquer outra ação judicial; ressalvados os imóveis objeto da presente transação que se destinam à Cessão de Direitos Possessórios e à venda judicial referidos nas Cláusulas 7ª e 13.

CLÁUSULA 39. O presente acordo poderá ser objeto de futuros aditamentos, alterações ou modificações após sua homologação por acordo mútuo entre as partes e desde que as alterações sejam expressamente autorizadas por lei e portaria da PGFN.

CLÁUSULA 40. É inválida qualquer interpretação das cláusulas que implique redução do montante dos créditos inscritos ou renúncia aos privilégios do crédito tributário e à garantia ofertada.

CLÁUSULA 41. Os casos omissos, especialmente os acobertados pela teoria da imprevisão, relativa à situação desconhecida pelas partes no presente momento, que possa futuramente gerar demasiado desequilíbrio contratual serão resolvidos de comum acordo entre as partes, e caso necessário, a questão posta em dúvida será submetida à apreciação e decisão do Juízo de homologação da presente transação.

CLÁUSULA 42. O presente termo, seus anexos e demais documentos utilizados para celebração da transação serão arquivados no **processo SEI nº 12221.100219/2023-97,** no qual também serão arquivados quaisquer requerimentos e documentos relativos a este instrumento.

CLÁUSULA 43. A presente transação começa a produzir efeitos na data de sua assinatura pelas partes, sob condição resolutiva do pagamento da entrada e das demais obrigações com prazos de cumprimento estabelecidos no acordo.

Firmam as partes o presente termo juntamente com o ANEXO I para que produzam os efeitos desejados.

Brasília, 26 de junho de 2023.

Pela Fazenda Nacional:

HERMES DE ALENCAR BENEVIDES NETO:65788559391
Assinado digitalmente por HERMES DE ALENCAR BENEVIDES NETO:65788559391
DN: cn=HERMES DE ALENCAR BENEVIDES NETO:65788559391, c=BR, o=ICP-Brasil, ou=RFB e-CPF A3, email=hermes.benevides-neto@pgfn.gov.br
Data: 2023.07.13 15:43:38 -03'00'

HERMES DE ALENCAR BENEVIDES NETO
Procurador da Fazenda Nacional

ASSINADO DIGITALMENTE
AMALIA CARVALHO CINTRA TRASEL
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em: http://serpro.gov.br/assinador-digital
SERPRO

AMÁLIA CARVALHO CINTRA TRÄSEL
Procuradora da Fazenda Nacional

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 13/06/2024 15:39:02 - f843c2d

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

ASSINADO DIGITALMENTE
TATIANA IRBER
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
http://serpro.gov.br/assinador-digital
SERPRO

TATIANA IRBER
Procuradora da Fazenda Nacional

RICARDO DA SILVEIRA FIGUEIRO:05030451609
Assinado digitalmente por RICARDO DA SILVEIRA FIGUEIRO:05030451609
Data: 2023.07.17 13:25:16 -03'00'

RICARDO DA SILVEIRA FIGUEIRÓ
Procurador-Chefe da Dívida Ativa - PRFN 1ª Região

Pelos Devedores:

ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Assinado de forma digital por ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Dados: 2023.07.10 10:46:42 -03'00'

IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S.A

ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Assinado de forma digital por ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Dados: 2023.07.10 10:47:03 -03'00'

IRFASA S.A CONSTRUCOES INDUSTRIA E COMERCIO

ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Assinado de forma digital por ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Dados: 2023.07.10 10:47:24 -03'00'

URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA

ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Assinado de forma digital por ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Dados: 2023.07.10 10:47:51 -03'00'

BETONMIX SERVICOS DE CONCRETAGEM EIRELI

ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Assinado de forma digital por ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Dados: 2023.07.10 10:48:14 -03'00'

SABEP SAO BENTO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A

ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Assinado de forma digital por ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Dados: 2023.07.10 10:48:36 -03'00'

FAZENDAS DA PRATA S.A

ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Assinado de forma digital por ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Dados: 2023.07.10 10:48:58 -03'00'

ESPÓLIO DE WAYNE DO CARMO FARIA

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 13/06/2024 15:39:02 - f843c2d

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

Pela Intervenientes Anuente:

RICARDO RIBEIRO VALADARES GONTIJO:05084399656
Assinado de forma digital por RICARDO RIBEIRO VALADARES GONTIJO:05084399656
Dados: 2023.07.10 08:18:04 -03'00'

DANILO PEREIRA AUCELIO:50418599149
Assinado de forma digital por DANILO PEREIRA AUCELIO:50418599149
Dados: 2023.07.10 08:17:25 -03'00'

DIRECIONAL ENGENHARIA S/A
Por:

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 13/06/2024 15:39:02 - f843c2d

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

ANEXO I

LISTA DE INSCRIÇÕES QUE COMPÕE O TERMO DE TRANSAÇÃO INDIVIDUAL COM INDICAÇÃO DAS RESPECTIVAS EXECUÇÕES FISCAIS E OS JUÍZOS DE TRAMITAÇÃO

INSCRIÇÕES SIDA - grupo IRFASA - Fazenda da Prata

CPF/CNPJ do DEVEDOR	Número Processo Judicial SAJ (completo)	Juízo	Número de Inscrição
00.023.150	00000200534000063593	19ª VARA FEDERAL	10 6 04 006338-67
00.023.150	00000200534000063593	19ª VARA FEDERAL	10 7 04 001215-10
00.023.150	00007603719984013400	11ª VARA FEDERAL	10 2 97 001046-27
00.023.150	00040464220064013400	18ª VARA FEDERAL	10 2 05 000019-87
00.023.150	00040464220064013400	18ª VARA FEDERAL	10 6 05 000037-92
00.023.150	00040464220064013400	18ª VARA FEDERAL	10 6 05 003429-02
00.023.150	00040464220064013400	18ª VARA FEDERAL	10 7 05 000943-96
00.023.150	00160077720064013400	11ª VARA FEDERAL	10 6 06 000084-35
00.023.150	00160077720064013400	11ª VARA FEDERAL	10 8 05 000056-17
00.023.150	121336020014013400	11ª VARA FEDERAL	10 8 99 000095-08
00.023.150	169948420044013400	18ª VARA FEDERAL	10 8 03 000014-05
00.023.150	200234000392899	18ª VARA FEDERAL	10 6 00 001575-53
00.023.150	200334000321534	11ª VARA FEDERAL	10 8 02 000203-51
00.023.150	200434000413872	18ª VARA FEDERAL	10 7 04 000717-42
00.023.150	200434000413872	18ª VARA FEDERAL	10 8 04 000087-97
00.023.150	200934000062075	18ª VARA FEDERAL	10 6 06 006494-90
00.023.150	200934000062075	18ª VARA FEDERAL	10 7 07 000001-15
00.023.150	200934000062075	18ª VARA FEDERAL	10 8 08 000012-85
00.023.150	249087320024013400	18ª VARA FEDERAL	10 8 01 000610-05
00.023.150	478009220104013400	11ª VARA FEDERAL	10 7 10 000037-56
00.023.150	51561820024013400	11ª VARA FEDERAL	10 8 01 000288-14
00.023.150	98185420044013400	11ª VARA FEDERAL	10 6 03 002513-93
00.023.150		Não se aplica	10 5 03 003618-33
00.023.150		Não se aplica	10 6 02 005334-27
00.023.150			
00.366.518	00068805220054013400	19ª VARA FEDERAL	10 2 04 003094-91
00.366.518	00068805220054013400	19ª VARA FEDERAL	10 6 04 006342-43
00.366.518	00068805220054013400	19ª VARA FEDERAL	10 6 04 006343-24
00.366.518	00068805220054013400	19ª VARA FEDERAL	10 7 04 001217-82
00.366.518	00116597920074013400	11ª VARA FEDERAL	10 6 06 006574-09

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 13/06/2024 15:39:02 - f843c2d

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

00.366.518	00250724319994013400	11ª VARA FEDERAL	10 7 99 000005-62
00.366.518	157004020174013400	11ª VARA FEDERAL	10 2 16 003737-10
00.366.518	157004020174013400	11ª VARA FEDERAL	10 6 16 007969-70
00.366.518	200434000064098	18ª VARA FEDERAL	10 6 03 000088-80
00.366.518	200534000104626	19ª VARA FEDERAL	10 2 05 000102-00
00.366.518	200534000104626	19ª VARA FEDERAL	10 6 05 000114-69
00.366.518	200534000104626	19ª VARA FEDERAL	10 6 05 000115-40
00.366.518	250732819994013400	11ª VARA FEDERAL	10 6 99 000010-49
00.366.518	313181120064013400	11ª VARA FEDERAL	10 7 06 000642-43
00.366.518	349562320044013400	19ª VARA FEDERAL	10 6 04 003323-10
00.366.518		Não se aplica	10 2 20 000435-55
00.366.518		Não se aplica	10 2 21 002975-08
00.366.518		Não se aplica	10 2 22 003004-11
00.366.518		Não se aplica	10 4 19 000013-83
00.366.518		Não se aplica	10 5 18 002295-17
00.366.518		Não se aplica	10 5 21 000458-10
00.366.518		Não se aplica	10 6 19 000981-60
00.366.518		Não se aplica	10 6 19 010823-73
00.366.518		Não se aplica	10 6 19 014010-61
00.366.518		Não se aplica	10 6 20 000989-95
00.366.518		Não se aplica	10 6 20 009159-50
00.366.518		Não se aplica	10 6 20 015204-70
00.366.518		Não se aplica	10 6 21 001718-56
00.366.518		Não se aplica	10 6 21 007283-62
00.366.518		Não se aplica	10 6 21 010078-39
00.366.518		Não se aplica	10 6 21 013090-96
00.366.518		Não se aplica	10 7 19 000442-11
00.366.518		Não se aplica	10 7 19 003318-90
00.366.518		Não se aplica	10 7 19 003751-61
00.366.518		Não se aplica	10 7 20 000237-04
00.366.518		Não se aplica	10 7 20 001819-54
00.366.518		Não se aplica	10 7 20 003107-89
00.366.518		Não se aplica	10 7 21 000512-62
00.366.518		Não se aplica	10 7 21 003077-55
00.366.518			
00.446.443	00124087719994013400	18ª VARA FEDERAL	10 6 98 002075-75
00.446.443	08248007020055100005	05ª Vara do Trabalho	10 5 03 000241-60
00.446.443	08249002520055100005	05ª Vara do Trabalho	10 5 03 000242-41
00.446.443	08250007720055100005	05ª Vara do Trabalho	10 5 03 000243-22
00.446.443	08251003220055100005	05ª Vara do Trabalho	10 5 03 000244-03
00.446.443	401966619994013400	18ª VARA FEDERAL	10 7 99 000014-53
00.446.443	401975119994013400	18ª VARA FEDERAL	10 6 99 000037-69

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 13/06/2024 15:39:02 - f843c2d

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

00.446.443	8109009520065100001	01ª Vara do Trabalho	10 5 02 001157-92
00.446.443	91939319994013400	11ª VARA FEDERAL	10 6 98 001905-83
00.446.443			
00.474.841	00069447620164013400	18ª VARA FEDERAL	10 5 15 000079-85
00.474.841	00069447620164013400	18ª VARA FEDERAL	10 5 15 000456-40
00.474.841	00069447620164013400	18ª VARA FEDERAL	10 5 15 000457-20
00.474.841	00069447620164013400	18ª VARA FEDERAL	10 5 15 000472-60
00.474.841	00069447620164013400	18ª VARA FEDERAL	10 5 15 000473-40
00.474.841	00069447620164013400	18ª VARA FEDERAL	91 5 00 003536-57
00.474.841	00069447620164013400	18ª VARA FEDERAL	91 5 00 003537-38
00.474.841	00069447620164013400	18ª VARA FEDERAL	91 5 01 001591-00
00.474.841	00069447620164013400	18ª VARA FEDERAL	91 5 02 002216-14
00.474.841	00069447620164013400	18ª VARA FEDERAL	91 5 02 002521-70
00.474.841	00069447620164013400	18ª VARA FEDERAL	91 5 99 001683-37
00.474.841	00182183319994013400	19ª VARA FEDERAL	10 6 98 005306-00
00.474.841	00182191819994013400	19ª VARA FEDERAL	10 6 98 005304-30
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 2 04 000001-21
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 2 04 000002-02
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 5 00 000341-44
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 5 00 000342-25
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 5 03 003452-00
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 6 03 005408-24
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 6 04 000016-31
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 6 04 000017-12
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 6 04 000018-01
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 7 03 002213-86
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 7 04 000001-36
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 7 04 000002-17
00.474.841	00514799020164013400	19ª VARA FEDERAL	10 2 16 001032-59
00.474.841	00883967920144013400	11ª VARA FEDERAL	10 2 14 003618-31
00.474.841	00883967920144013400	11ª VARA FEDERAL	10 4 14 011700-74
00.474.841	00883967920144013400	11ª VARA FEDERAL	10 6 14 007436-36
00.474.841	199934000181798	19ª VARA FEDERAL	10 6 98 005305-11
00.474.841	199934000251906	19ª VARA FEDERAL	10 7 98 000814-39
00.474.841	199934000402345	19ª VARA FEDERAL	10 2 98 003074-14
00.474.841	200334000251510	18ª VARA FEDERAL	10 5 02 002256-28
00.474.841	200334000376106	19ª VARA FEDERAL	10 6 02 005269-94
00.474.841	200934000169207	18ª VARA FEDERAL	10 2 05 000158-56
00.474.841	200934000169207	18ª VARA FEDERAL	10 6 05 000177-42
00.474.841	200934000169207	18ª VARA FEDERAL	10 6 08 000656-10
00.474.841	3840720155100010	10ª Vara do Trabalho	10 5 07 000372-35
00.474.841	3840720155100010	10ª Vara do Trabalho	10 5 11 001525-54

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 13/06/2024 15:39:02 - f843c2d

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

00.474.841	3840720155100010	10ª Vara do Trabalho	10 5 12 000866-93
00.474.841	3840720155100010	10ª Vara do Trabalho	10 5 14 001117-72
00.474.841	3840720155100010	10ª Vara do Trabalho	10 5 14 001118-53
00.474.841	3840720155100010	10ª Vara do Trabalho	10 5 14 001119-34
00.474.841	401654619994013400	19ª VARA FEDERAL	10 2 98 003075-03
00.474.841	8003003920075100014	14ª Vara do Trabalho	10 5 03 000855-42
00.474.841	8004200701410009	Juízo Conciliatório	10 5 03 000852-08
00.474.841	8005200701410003	Juízo Conciliatório	10 5 03 000856-23
00.474.841	8006200701410008	Juízo Conciliatório	10 5 03 000865-14
00.474.841	8007200701410002	Juízo Conciliatório	10 5 03 000864-33
00.474.841	8008200701410007	Juízo Conciliatório	10 5 03 000863-52
00.474.841	8009200701410001	Juízo Conciliatório	10 5 03 001231-42
00.474.841	8010200701410006	Juízo Conciliatório	10 5 03 001230-61
00.474.841	8011200701410000	Juízo Conciliatório	10 5 03 000857-04
00.474.841	8012200701410005	Juízo Conciliatório	10 5 03 000858-95
00.474.841	8013200701410000	Juízo Conciliatório	10 5 03 000860-00
00.474.841	8014200701410004	Juízo Conciliatório	10 5 03 000859-76
00.474.841	8015200701410009	Juízo Conciliatório	10 5 03 000861-90
00.474.841	8016200701410003	Juízo Conciliatório	10 5 03 000862-71
00.474.841	8033008620075100001	01ª Vara do Trabalho	10 5 04 002781-05
00.474.841	8033008620075100001	01ª Vara do Trabalho	10 5 04 002852-33
00.474.841	8033008620075100001	01ª Vara do Trabalho	10 5 04 002853-14
00.474.841	8033008620075100001	01ª Vara do Trabalho	10 5 04 002854-03
00.474.841	8033008620075100001	01ª Vara do Trabalho	10 5 04 002855-86
00.474.841	8033008620075100001	01ª Vara do Trabalho	10 5 06 000016-03
00.474.841	8033008620075100001	01ª Vara do Trabalho	10 5 06 000940-08
00.474.841	8120003120065100019	19ª Vara do Trabalho	10 5 01 000011-67
00.474.841	8266009720055100017	17ª Vara do Trabalho	10 5 00 000340-63
00.474.841	8277001420055100009	09ª Vara do Trabalho	10 5 03 000853-80
00.474.841	8278200500910000	09ª Vara do Trabalho	10 5 03 000854-61
00.474.841		Não se aplica	10 5 15 000906-02
00.474.841		Não se aplica	10 5 16 000057-04
00.474.841			
00.479.659	200934000199138	18ª VARA FEDERAL	10 6 08 000627-86
00.479.659	200934000199138	18ª VARA FEDERAL	10 6 08 000628-67
00.479.659			
23.537.210	00050920820024013400	19ª VARA FEDERAL	10 8 01 000353-57
000.273.911-91	330617020174013400	18ª VARA FEDERAL	10 1 16 016514-22

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 13/06/2024 15:39:02 - f843c2d

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

INSCRIÇÕES DÍVIDA - grupo IRFASA - Fazenda da Prata			
Páginas:			
PSFN/PFN Responsável: 1ª REGIÃO			
CPF/CNPJ do DEVEDORES Agregado	Número do Processo Judicial	Inscrição Previdenciária	**Juízo:**
00.023.150	10236613920224013400	189023600	19ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.023.150	10236613920224013400	189023619	
00.023.150	19913552018401340	364252529	11ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.023.150	19913552018401340	364252537	
00.023.150	73218562015401340	390332550	18ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.023.150	73218562015401340	390332569	
00.023.150	73218562015401340	400326795	
00.023.150	73218562015401340	400326809	
00.023.150	200334000382617	354038680	19ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.023.150	200334000382617	354038664	
00.023.150	0001561-07.1985.4.01.3400	307241858	
00.023.150	8600289629	302176314	
00.023.150	8600289629	302176454	
00.023.150	8600289629	307972941	
00.023.150	8600289629	307972950	
00.023.150	8600289629	307972976	
00.023.150	8600289629	307972984	
00.023.150	8600289629	307972992	
00.023.150	8600289629	307973000	
00.023.150	8600289629	307973018	
00.023.150	8600289629	307973026	
00.023.150	8600289629	307973034	
00.023.150	8600289629	307973042	
00.023.150	8600289629	307973050	

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 13/06/2024 15:39:02 - f843c2d

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

00.023.150	8600289629	307973069	
00.023.150	8600289629	307973077	
00.023.150	8600289629	307973085	
00.023.150	0001460-33.1986.4.01.3400	307975177	
00.023.150	0001460-33.1986.4.01.3400	307975185	
00.023.150	0001460-33.1986.4.01.3400	307975193	
00.023.150	0001460-33.1986.4.01.3400	307975207	
00.023.150	0001460-33.1986.4.01.3400	307975215	
00.023.150	0001460-33.1986.4.01.3400	307975223	11ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.023.150	8600499046	307985580	
00.023.150	8600502110	307980324	
00.023.150	8700037427	307984001	
00.023.150	8700037427	307984028	
00.023.150	8700037427	307985156	
00.023.150	8700037427	307985164	
00.023.150	8700037427	307985172	
00.023.150	8700037427	307985180	
00.023.150	8700037427	307985199	
00.023.150	8700037427	307985202	
00.023.150	8700037427	307985210	
00.023.150	8700037427	307985229	
00.023.150	8700037427	307985237	
00.023.150	8700037427	307985245	
00.023.150	8700037427	307985261	
00.023.150	9000052890	307994660	
00.023.150	200334000382617	354038672	
00.023.150	8700037427	307985253	19ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.023.150			
00.366.518		189026030	
00.366.518	10083362420224013400	163870101	18ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	10083362420224013400	171155556	
00.366.518	10083362420224013400	179206559	

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 13/06/2024 15:39:02 - f843c2d

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

00.366.518	10083362420224013400	179395785	
00.366.518	12328832017401340 0	133813568	19ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	12328832017401340 0	133813576	
00.366.518	14045962018401340 0	138573573	18ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	14045962018401340 0	139934189	
00.366.518	14045962018401340 0	144044269	
00.366.518	14064152012401340 0	365620505	11ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	14064152012401340 0	365620521	
00.366.518	14064152012401340 0	366959492	
00.366.518	14064152012401340 0	368340775	
00.366.518	14064152012401340 0	398667462	
00.366.518	19976802018013400	359865305	
00.366.518	19976802018013400	359865313	
00.366.518	19976802018013400	362206457	
00.366.518	19976802018013400	362895376	
00.366.518	19976802018013400	363423222	
00.366.518	19976802018013400	363423230	
00.366.518	19976802018013400	363539158	
00.366.518	19976802018013400	364255188	
00.366.518	19976802018013400	364255196	
00.366.518	19976802018013400	364799277	

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 13/06/2024 15:39:02 - f843c2d

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

00.366.518	19976802018013400	390401072	
00.366.518	30072572018401340 0	120763362	11ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	34614212018401340 0	150524170	19ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	56794022016401340 0	128462477	18ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	200334000385818	315430524	18ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	199734000199525	317893661	19ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	199834000017502	324976895	19ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	200334000385818	352800518	
00.366.518	200334000385818	352800526	
00.366.518	200334000385818	352800534	
00.366.518	200334000385818	352800542	
00.366.518	200334000385818	352800569	
00.366.518	200334000385818	353604089	
00.366.518	200334000385818	353604097	
00.366.518	200334000385818	353604100	18ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	200334000385818	353604119	
00.366.518	200634000163308	355889250	11ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	200834000096945	360229042	19ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	20093400041230	358527805	
00.366.518			
00.446.443	71502912015401340 0	390417718	11ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.446.443	71502912015401340 0	390417726	
00.446.443	199734000265472	316330132	18ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.446.443			
00.474.841		390424293	
00.474.841		390424307	
00.474.841	20030462018401340 0	316330671	
00.474.841	20030462018401340 0	414893395	11ª VARA FEDERAL - BRASILIA

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 13/06/2024 15:39:02 - f843c2d

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

00.474.841	2003046201840134 00	414893409	
00.474.841	6125874201340134 00	370321790	18ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.474.841	6207711201340134 00	370321804	19ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.474.841	200234000340681	352801360	19ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.474.841	200234000340681	352801379	
00.474.841	200234000340681	373816332	
00.474.841	200234000206213	352801409	
00.474.841	200234000206213	352801417	

FGTS

CPF/CNPJ	Inscrição FGTS	NUP	Juízo
00.023.150	CSDF200700127	200734000236841	11ª VARA FEDERAL
00.023.150	FGDF200700126	200734000236841	11ª VARA FEDERAL
00.366.518	FGDF202100131	10591386020214013400	11ª VARA FEDERAL
00.366.518	FGDF202200314	10137229820234013400	19ª VARA FEDERAL
00.474.841	FGDF199900270	9170520014013400	19ª VARA FEDERAL
00.474.841	FGDF200900142	372861720094013400	11ª VARA FEDERAL
00.474.841	FGDF202100126	10638681720214013400	18ª VARA FEDERAL

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24060416195934500000041083939?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24060416195934500000041083939

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 13/06/2024 15:39:02 - f843c2d
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24061315242906600000041247044?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24061315242906600000041247044

Despacho para cumprimento.

Guilherme do Amaral Amorim Casado <gaac.estagiario@trt10.jus.br>
Qui, 13/06/2024 15:06

Para:dijur@bb.com.br <dijur@bb.com.br>;relacionamentodtvm@brb.com.br <relacionamentodtvm@brb.com.br>; cejudinformacoes@brb.com.br <cejudinformacoes@brb.com.br>

2 anexos (9 MB)
Documento_8012536.pdf; Documento_8660397.pdf;

Prezado(a)
Segue em anexo Cópia despacho, matrícula imóvel.

De ordem, solicito informações da atual situação da HIPOTECA registrada do imóvel referido em anexo.

Atenciosamente
Guilherme Do Amaral Amorim Casado-
Estagiário- Secretaria de Execuções Especiais e Pesquisa Patrimonial, SEXEC.

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 18/06/2024 18:26:58 - e714edb
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24061814215176800000041320440?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24061814215176800000041320440

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
SECRETARIA DE EXECUÇÕES ESPECIAIS E PESQUISA PATRIMONIAL
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS E OUTROS (1)
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA

Certifico que juntei aos presentes autos, em sigilo, documento enviado pelo BRB em resposta ao ofício id e714edb.

BRASILIA/DF, 17 de julho de 2024.

ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
SECRETARIA DE EXECUÇÕES ESPECIAIS E PESQUISA PATRIMONIAL
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS E OUTROS (1)
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA

TERMO DE CONCLUSÃO

Conclusão ao Exmo. Juiz(a) do Trabalho feita pelo(a) servidor (a) ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI, no dia 16/07/2024.

DESPACHO COM FORÇA DE OFÍCIO SEXEC 91/2024

Vistos, etc.

Tendo em vista que a até a presente data o Banco do Brasil S.A. não apresentou resposta ao ofício, id e714edb , DOU FORÇA DE OFÍCIO AO PRESENTE DESPACHO a fim de renovar ao Banco do Brasil S.A pedido de informações acerca da atual situação da hipoteca registrada sobre o imóvel de matrícula 3.951 (“Hotel Aracoara”), do 2º Registro de Imóveis do Distrito Federal, de propriedade da IRFASA CONSTRUÇÕES INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A, ficando desde já intimado o credor hipotecário de que, não havendo manifestação no prazo de 30 dias, o bem será levado a leilão, sem garantia do valor da hipoteca registrada na respectiva matrícula, que deverá acompanhar o presente ofício (matrícula do imóvel -id f4783b5).

Encaminhe o presente ofício, por e-mail, solicitando a gentileza de acusar recebimento.

Cumpra-se.

BRASILIA/DF, 17 de julho de 2024.

FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA
Juiz do Trabalho Titular

Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 17/07/2024 16:24:15 - 764846c
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10 REGIAO:02011574000190
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24071618035773800000041807741?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24071618035773800000041807741

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região

Execução de Título Extrajudicial 0000204-17.2017.5.10.0011

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 23/02/2017
Valor da causa: R$ 11.000,00

Partes:

EXEQUENTE: PRISCILA DELMONDES CESAR
ADVOGADO: MARIANA VALERIO VILLAR DE QUEIROZ
ADVOGADO: MARILIA LUSTOSA FERREIRA
ADVOGADO: LEONARDO BARROSO DE OLIVEIRA BORGES
EXEQUENTE: EXEQUENTES HABILITADOS NA PLANILHA CONSOLIDADA
ADVOGADO: vinicius silva oliveira
ADVOGADO: JORDANA RIBEIRO DE OLIVEIRA
ADVOGADO: MARIANA VALERIO VILLAR DE QUEIROZ
ADVOGADO: MOZART DOS SANTOS BARRETO
EXECUTADO: HEDGE - ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA
ADVOGADO: LIVIA ALMEIDA ASSREUY
EXECUTADO: LUIS FRANCISCO FELIX
ADVOGADO: DANIEL FRANCISCO FELIX
TERCEIRO INTERESSADO: Varas do Trabalho do Rio de Janeiro

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 18/07/2024 13:30:48 - ad96c7a

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário 0000505-78.2019.5.10.0015

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 25/06/2019
Valor da causa: R$ 82.732,61

Partes:
RECLAMANTE: JOSE WILSON FERREIRA DE JESUS
ADVOGADO: William de Araujo Falcomer dos Santos
RECLAMADO: BETONMIX SERVICOS DE CONCRETAGEM LIMITADA
ADVOGADO: IAGO DE OLIVEIRA MARTINS
ADVOGADO: EDNA APARECIDA MARQUES
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
ADVOGADO: ELISA GUIMARAES MORAIS
ADVOGADO: LEANDRO PACIFICO SOUZA OLIVEIRA

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 12/07/2024 15:45:48 - 07f9c34

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 18/07/2024 13:30:48 - ad96c7a

PJe-Calc
Sistema de Cálculos Trabalhistas

Processo: 0000505-78.2019.5.10.0015
Cálculo: 136906

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante **JOSE WILSON FERREIRA DE JESUS**
Reclamado: **BETONMIX SERVICOS DE CONCRETAGEM LIMITADA**
Período do Cálculo: **02/01/2006 a 21/08/2019** Data Ajuizamento: **25/06/2019** Data Liquidação: **03/06/2024**

Resumo da Atualização do Cálculo

Descrição do Saldo Devedor por Credor	Valor
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	125.229,83
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE SALÁRIOS DEVIDOS	14.023,98
HONORÁRIOS LÍQUIDOS PARA WILLIAM DE ARAUJO FALCOMER DOS SANTOS	12.775,10
IRRF SOBRE HONORÁRIOS PARA WILLIAM DE ARAUJO FALCOMER DOS SANTOS	0,00
IRPF DEVIDO PELO RECLAMANTE	0,00
CUSTAS JUDICIAIS DEVIDAS PELO RECLAMADO	3.679,04
Total Devido Pelo Reclamado	**155.707,95**

Descrição do Saldo Devedor por Credor	Valor
HONORÁRIOS LÍQUIDOS PARA EDNA APARECIDA MARQUES	384,89
IRRF SOBRE HONORÁRIOS PARA EDNA APARECIDA MARQUES	0,00
Total Devido Pelo Reclamante	**384,89**

Não houve eventos no período compreendido entre a data de liquidação do cálculo e a data de liquidação da atualização.

Critério da Atualização e Fundamentação Legal

1. Valores corrigidos pelo índice 'Tabela JT Diária', acumulado a partir do mês subsequente ao vencimento, conforme súmula nº 381 do TST. Última taxa 'Tabela JT Diária' relativa a 31/05/2024.
2. Contribuições sociais sobre salários devidos calculadas conforme os itens IV e V da Súmula nº 368 do TST. Para salários devidos até 04/03/2009, inclusive, sem juros e multa de mora (art. 276, caput, do Decreto nº 3.048/1999). Para salários devidos a partir de 05/03/2009, com juros de mora à taxa SELIC desde a prestação do serviço (art. 43 da Lei nº 8.212/1991).

Assinado eletronicamente por: THAIS DE MEDEIROS ARAUJO - 03/06/2024 09:33:32 - 6b221f1
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=24060309333218900000041045089
Número do processo: 0000505-78.2019.5.10.0015
Número do documento: 24060309333218900000041045089
ID. 6b221f1 - Pág. 1
Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 12/07/2024 15:45:48 - 07f9c34
Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 18/07/2024 13:30:48 - ad96c7a

3. Imposto de renda apurado através da 'tabela progressiva acumulada' vigente no mês da liquidação (Art. 12-A da Lei nº 7.713/1988).
4. Juros simples de 1% a.m., pro rata die, a partir de 25/06/2019 (Art. 39 da Lei nº 8177/91).
5. Juros de mora sobre verbas apurados após a dedução da contribuição social devida pelo reclamante.

Assinado eletronicamente por: THAIS DE MEDEIROS ARAUJO - 03/06/2024 09:33:32 - 6b221f1
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=24060309333218900000041045089
Número do processo: 0000505-78.2019.5.10.0015
Número do documento: 24060309333218900000041045089
ID. 6b221f1 - Pág. 2
Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 12/07/2024 15:45:48 - 07f9c34
Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 18/07/2024 13:30:48 - ad96c7a

Processo: 0000505-78.2019.5.10.0015
Cálculo: 136906

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante **JOSE WILSON FERREIRA DE JESUS**
Reclamado: **BETONMIX SERVICOS DE CONCRETAGEM LIMITADA**
Período do Cálculo: **02/01/2006 a 21/08/2019** Data Ajuizamento: **25/06/2019** Data Liquidação: **03/06/2024**

Demonstrativo da Atualização do Cálculo

Saldo Devedor em 03/06/2024

Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Principal Corrigido	-	-	62.963,25	1,037998226	65.355,74	0,00	65.355,74
Juros de Mora até 30/08/2020	-	-	8.098,97	1,037998226	8.406,72	0,00	8.406,72
Juros de Mora de 31/08/2020 até 03/06/2024	62.834,56	45,1323%	-	-	28.358,68	0,00	28.358,68
FGTS	-	-	15.569,44	1,037998226	16.161,05	0,00	16.161,05
Juros de Mora até 30/08/2020	-	-	2.095,35	1,037998226	2.174,97	0,00	2.174,97
Juros de Mora de 31/08/2020 até 03/06/2024	16.161,05	45,1323%	-	-	7.293,85	0,00	7.293,85
Total Parcial					**127.751,01**	**0,00**	**127.751,01**

Descontar dos Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Desconto da Contribuição Social	-	-	2.428,89	1,037998226	2.521,18	0,00	2.521,18
Imposto de Renda devido pelo Reclamante	-	-	-	-	0,00	0,00	0,00
Total Parcial					**2.521,18**	**0,00**	**2.521,18**

Outros Débitos do Reclamado	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Contribuição Social sobre Salários Devidos	-	-	-	-	11.502,80	0,00	11.502,80
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS devidos para WILLIAM DE ARAUJO FALCOMER DOS SANTOS	127.751,01	10,0000%	-	-	12.775,10	0,00	12.775,10
Custas Judiciais devidas pelo Reclamado	-	-	-	-	3.679,04	0,00	3.679,04
Total Parcial					**27.956,94**	**0,00**	**27.956,94**

Assinado eletronicamente por: THAIS DE MEDEIROS ARAUJO - 03/06/2024 09:33:32 - 6b221f1
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=24060309333218900000041045089
Número do processo: 0000505-78.2019.5.10.0015
Número do documento: 24060309333218900000041045089
ID. 6b221f1 - Pág. 3
Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 12/07/2024 15:45:48 - 07f9c34
Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 18/07/2024 13:30:48 - ad96c7a

Débitos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS devidos para EDNA APARECIDA MARQUES	-	-	370,80	1,037998226	384,89	0,00	384,89
Total Parcial					**384,89**	**0,00**	**384,89**

Demonstrativo de Contribuição Social

Contribuição Social dos Salários Devidos

Contribuição Social dos Salários Devidos em: 03/06/2024 - Valor Pago: 0,00

Competência	Contrib.	Índice	Devido	Juros	Multa	Total	Valor Pago	Diferença	Juros	Multa	Total
4/2016	326,12	1,000000000	326,12	211,86	0,00	537,98	0,00	326,12	211,86	0,00	537,98
5/2016	326,12	1,000000000	326,12	208,08	0,00	534,20	0,00	326,12	208,08	0,00	534,20
6/2016	326,12	1,000000000	326,12	204,46	0,00	530,58	0,00	326,12	204,46	0,00	530,58
7/2016	326,12	1,000000000	326,12	200,49	0,00	526,61	0,00	326,12	200,49	0,00	526,61
8/2016	326,12	1,000000000	326,12	196,86	0,00	522,98	0,00	326,12	196,86	0,00	522,98
9/2016	326,12	1,000000000	326,12	193,44	0,00	519,56	0,00	326,12	193,44	0,00	519,56
10/2016	326,12	1,000000000	326,12	190,05	0,00	516,17	0,00	326,12	190,05	0,00	516,17
11/2016	326,12	1,000000000	326,12	186,39	0,00	512,51	0,00	326,12	186,39	0,00	512,51
12/2016	326,12	1,000000000	326,12	182,84	0,00	508,96	0,00	326,12	182,84	0,00	508,96
12/2016	375,04	1,000000000	375,04	214,35	0,00	589,39	0,00	375,04	214,35	0,00	589,39
1/2017	347,61	1,000000000	347,61	191,86	0,00	539,47	0,00	347,61	191,86	0,00	539,47
2/2017	347,61	1,000000000	347,61	188,22	0,00	535,83	0,00	347,61	188,22	0,00	535,83
3/2017	347,61	1,000000000	347,61	185,48	0,00	533,09	0,00	347,61	185,48	0,00	533,09
4/2017	347,61	1,000000000	347,61	182,24	0,00	529,85	0,00	347,61	182,24	0,00	529,85
5/2017	347,61	1,000000000	347,61	179,42	0,00	527,03	0,00	347,61	179,42	0,00	527,03
8/2018	358,39	1,000000000	358,39	153,77	0,00	512,16	0,00	358,39	153,77	0,00	512,16
9/2018	358,39	1,000000000	358,39	151,83	0,00	510,22	0,00	358,39	151,83	0,00	510,22
10/2018	358,39	1,000000000	358,39	150,08	0,00	508,47	0,00	358,39	150,08	0,00	508,47
11/2018	358,39	1,000000000	358,39	148,33	0,00	506,72	0,00	358,39	148,33	0,00	506,72

Assinado eletronicamente por: THAIS DE MEDEIROS ARAUJO - 03/06/2024 09:33:32 - 6b221f1
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=24060309333218900000041045089
Número do processo: 0000505-78.2019.5.10.0015
Número do documento: 24060309333218900000041045089

ID. 6b221f1 - Pág. 4

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 12/07/2024 15:45:48 - 07f9c34

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 18/07/2024 13:30:48 - ad96c7a

12/2018	358,39	1,000000000	358,39	146,39	0,00	504,78	0,00	358,39	146,39	0,00	504,78
12/2018	430,07	1,000000000	430,07	177,99	0,00	608,06	0,00	430,07	177,99	0,00	608,06
1/2019	371,65	1,000000000	371,65	149,98	0,00	521,63	0,00	371,65	149,98	0,00	521,63
2/2019	371,65	1,000000000	371,65	148,23	0,00	519,88	0,00	371,65	148,23	0,00	519,88
3/2019	371,65	1,000000000	371,65	146,30	0,00	517,95	0,00	371,65	146,30	0,00	517,95
4/2019	371,65	1,000000000	371,65	144,30	0,00	515,95	0,00	371,65	144,30	0,00	515,95
8/2019	312,19	1,000000000	312,19	114,96	0,00	427,15	0,00	312,19	114,96	0,00	427,15
8/2019	297,32	1,000000000	297,32	109,48	0,00	406,80	0,00	297,32	109,48	0,00	406,80
			9.366,30	**4.657,68**	**0,00**	**14.023,98**	**0,00**	**9.366,30**	**4.657,68**	**0,00**	**14.023,98**

Demonstrativo de Imposto de Renda

Imposto de Renda Devido sobre Saldo Devedor em: 03/06/2024

Rendimentos recebidos acumuladamente relativos a ano-calendário anterior ao do recebimento - 01/04/2016 a 21/08/2019

Nome: TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA

Verbas	Juros	Quant. de Meses	Contribuição Social	Previdência Privada	Pensão Alimentícia	Honorários	Dependentes	Aposentado > 65 anos	Base	Faixa	Alíquota	Dedução	Devido
31.514,62	0,00	27,00	2.521,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.993,44	0,00 à 60.998,40	0,00	0,00	0,00
												Total Devido	**0,00**

Assinado eletronicamente por: THAIS DE MEDEIROS ARAUJO - 03/06/2024 09:33:32 - 6b221f1
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=24060309333218900000041045089
Número do processo: 0000505-78.2019.5.10.0015
Número do documento: 24060309333218900000041045089

ID. 6b221f1 - Pág. 5

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 12/07/2024 15:45:48 - 07f9c34

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 18/07/2024 13:30:48 - ad96c7a

Demonstrativo de Custas Judiciais

Custas Judiciais devidas 03/06/2024

Custas pelo Reclamado

CUSTAS DE CONHECIMENTO

Ocorrência	Base	Taxa	Piso	Teto	Total
03/06/2024	152.028,91	2,0000%	10,64	31.144,08	3.040,58

CUSTAS DE LIQUIDAÇÃO

Ocorrência	Base	Taxa	Piso	Teto	Total
03/06/2024	152.028,91	0,5000%	-	638,46	638,46

DIFERENÇA DE CUSTAS DO RECLAMADO

Ocorrência	Valor Corr	Juros	Devido	Pago	Dif. Custas	Dif. Juros	Total
03/06/2024	3.679,04	0,00	3.679,04	0,00	3.679,04	0,00	3.679,04

Assinado eletronicamente por: THAIS DE MEDEIROS ARAUJO - 03/06/2024 09:33:32 - 6b221f1
https://pje.trt10.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=24060309333218900000041045089
Número do processo: 0000505-78.2019.5.10.0015
Número do documento: 24060309333218900000041045089
ID. 6b221f1 - Pág. 6

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 12/07/2024 15:45:48 - 07f9c34
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24071215454775500000041755475?instancia=1
Número do processo: 0000204-17.2017.5.10.0011
Número do documento: 24071215454775500000041755475

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 18/07/2024 13:30:48 - ad96c7a
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24071813302565600000041839462?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24071813302565600000041839462

Despacho

Junia Graciela Cardozo Dias <jgcd.estagiario@trt10.jus.br>

Qui, 25/07/2024 14:26

Para:PSO DF I - OFICIOS <pso4811.oficios@bb.com.br>

1 anexos (58 KB)

Documento_764846c.pdf;

De Ordem, envio cópia de despacho para cumprimento.
Solicito a gentileza de acusar recebimento.

Atenciosamente;
Junia Graciela Cardozo Dias
Estagiária da Secretaria de Execuções Especiais e Pesquisa Patrimonial, SEXEC.

Assinado eletronicamente por: JULIANA DE PAULA NARCISO ROCHA - Juntado em: 25/07/2024 14:49:33 - 38d01c6
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10 REGIAO:02011574000190
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24072514284166000000041946849?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24072514284166000000041946849

LUIZ DOMINGOS DA SILVA
Advogado OAB/CE 7.989

ESSINA Mª A. M. DOMINGOS DA SILVA
Advogada OAB/CE 20.447

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DA 03ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF

Beneficiário da Lei 12008/09 | Lei nº 12.008, de 29 de julho de 2009 Compartilhe Altera os arts. 1.211-A, 1.211-B e 1.211-C da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, e acrescenta o art. 69-A à Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, a fim de estender a prioridade na tramitação de procedimentos judiciais e administrativos às pessoas que especifica. Art. 1o O art. 1.211-A da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 1.211- A. Os procedimentos judiciais em que figure como parte ou interessado pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, ou portadora de doença.

PROCESSO Nº 0085100-81.1998.5.10.0003.

REQUERENTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS.

TERCEIROS INTERESSADOS/ASSISTENTES: REGIVAL LOPES FERREIRA - CPF: 310.352.803-53, NILDOMAR BARBOSA DA ROCHA - CPF: 538.044.733-34 E CARLOS ALBERTO BASTOS DE BARROS - CPF:281.132.175-68.

REF.: TERCEIROS INTERESSADOS/ASSISTENTES PEDEM A RESERVA DE CREDITO TRABALHISTA, CONFORME PLANILHA EM ANEXO.

Rua 24 de Maio, 1009, Sala 202 - Centro
Fone/Fax: (85) 3231.6666 / 8648.4260 / 9996.5555
Fortaleza - Ceará - CEP 60020-000
domingosadvogado@yahoo.com.br

PJe Assinado eletronicamente por: LUIZ DOMINGOS DA SILVA - Juntado em: 07/08/2024 14:45:19 - ce77830

REGIVAL LOPES FERREIRA - CPF: 310.352.803-53, NILDOMAR BARBOSA DA ROCHA - CPF: 538.044.733-34 E CARLOS ALBERTO BASTOS DE BARROS - CPF:281.132.175-68, já qualificados no processo em epígrafe, através dos seus procuradores abaixo assinado, vem respeitosamente, perante Vossa Excelência, expor e requerer o seguinte:

I – DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DA JUSTICA GRATUITA AO TERCEIRO INTERESSADO/ASSISTENTE.

Douto(a) Julgador(a), o gozo do benefício da justiça gratuita deve ser concedido apenas àqueles que com provem ser pobres, conforme prevê o artigo 4º da Lei 1. 060/ 50 e o artigo 1º da Lei 7. 115/ 83, que têm , respectivamente, as seguintes redações***: " a parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família "(GRIFEI)*** e ***" a declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interesse ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume e- se verdadeira "(GRIFEI)***

Logo, com base no alegado, os **TERCEIROS NTERESSADOS/ASSISTENTES** faz jus ao benefício em questão, pois, com provou a sua miserabilidade jurídica.

Diante do exposto, requer os **TERCEIROS INTERESSADOS/ ASSISTENTES** que se digne Vossa Excelência em acatar o pleito ora requerido em todos os seus termos.

II – DOS FATOS E DO DIREITO.

Ínclito(a) Julgador(a), as partes da presente manifestação são considerados **TERCEIROS INTERESSADOS** no deslinde do processo em questão, por serem credores das Reclamadas **(URBRAS URBANIZACAO E**

PJe Assinado eletronicamente por: LUIZ DOMINGOS DA SILVA - Juntado em: 07/08/2024 14:45:19 - ce77830

PREMOLDADOS LTDA - CNPJ: 00.474.841/0001-30,IRFATUR TURISMO E HOTELARIA SA - CNPJ: 00.366.518/0001-43,BETONMIX SERVICOS DE CONCRETAGEM LIMITADA - CNPJ: 00.446.443/0001-00,W S EMPREENDIMENTOS AGROPECUARIOS LTDA - CNPJ: 26.429.738/0001-62 E ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA - CPF: 145.751.831-72 E WAYNE DO CARMO FARIA - CPF: 000.273.911-91), por terem laborado na qualidade de Reclamantes, contudo, nada receberam de suas verbas trabalhista, ingressando assim com os processos, senão vejamos:

	PROCESSO	RECLAMANTE	VARA	
1	0003600-25.1999.5.07.0008	REGIVAL LOPES FERREIRA	8 ª	VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA
2	0091400-15.1999.5.07.0001	CARLOS ALBERTO BASTOS DE BARROS	1 ª	VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA
3	0117700-36.1998.5.07.0005	NILDOMAR BARBOSA DA ROCHA	5 ª	VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA

Logo, até a presente data, não obtiveram êxito na satisfação dos seus créditos, pois, todas as medidas executórias naqueles autos, restaram infrutífera.

Douto(a) Julgador(a), conforme procedimento instaurado de **Regime Especial de Execução Forçada – REEF**, consta apenas os processos em tramitação em Brasília-DF, ou seja, não foi acrescentado as execuções em tramitação na cidade de Fortaleza-CE e nem os devidos valores conforme determinado por este Honrado Juízo.

Ínclito(a) Julgador(a), diante dos fatos acima mencionados, não restou outra alternativa senão em requerer que sejam acrescido os débitos trabalhistas ora indicados, com seus devidos valores no presente **Regime Especial de Execução Forçada – REEF**, para que possam assim proceder com devido pagamento.

Douto(a) Julgador(a), o assistente, qual assim se intitulará os terceiros interessados, é parte legítima para atuar no processo em

PJe Assinado eletronicamente por: LUIZ DOMINGOS DA SILVA - Juntado em: 07/08/2024 14:45:19 - ce77830

questão, conforme assim atesta o **Art. 119 à 121, do CPC**, no qual assim atesta:

> **Art.119 .Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente Interessado em que a sentença seja favorável a um a delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre.**
>
> **Art.120. Não havendo impugnação no prazo de 15 (quinze) dias, o pedido do assistente será deferido, salvo se for caso de rejeição liminar. Parágrafo único. Se qualquer parte alegar que falta ao requerente interesse jurídico para intervir, o juiz decidirá o incidente, sem suspensão do processo.**
>
> **Art. 121. O assistente simples atuará com o auxiliar da parte principal, exercerá os mesmos poderes e sujeitar- se- á aos mesmos ônus processuais que o assistido. Parágrafo único. Sendo revel ou, de qualquer outro m odo, om isso o assistido, o assistente será considerado seu substituto processual.**
>
> **Art. 122. A assistência simples não obsta a que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação, renuncie ao direito sobre o que se funda a ação ou transija sobre direitos controvertidos.**

Dessa forma, legítima é a atuação dos senhores **REGIVAL LOPES FERREIRA - CPF: 310.352.803-53, NILDOMAR BARBOSA DA ROCHA - CPF: 538.044.733-34 E CARLOS ALBERTO BASTOS DE BARROS - CPF:281.132.175-68,** no presente autos.

Assim sendo, com base no alegado, os assistentes juntam cópia dos cálculos atualizados e planilha com as divisões dos valores, para que o seja acrescentado no **Regime Especial de Execução Forçada – REEF**, possa proceder a reserva dos valores acostado na planilha e consequentemente o pagamento das verbas trabalhistas.

PJe Assinado eletronicamente por: LUIZ DOMINGOS DA SILVA - Juntado em: 07/08/2024 14:45:19 - ce77830

Requer por fim, que todas as citações/notificações expedidas sejam endereçadas **EXCLUSIVAMENTE para LUIZ DOMINGOS DA SILVA, OAB-CE Nº. 7989, CPF: 906.528.788-49, com endereço profissional à Rua 24 de Maio, nº 1009, Sala 202, CEP: 60.020-000, Centro, Fortaleza-CE, fone: (85) 3231-6666/98686-5555, WHATSAPP: (85) 99996-5555, domingosadvogado@yahoo.com.br em conformidade com o disposto na Súmula 427 do TST., sob pena de nulidade**.

III – DOS PEDIDOS.

Ante ao exposto, requerem os ***ASSISTENTES/TERCEIROS INTERESSADOS***:

a) A prioridade legal estabelecida no **Art. 71 da Lei 10741/03;**

b) A concessão do pleito de benefício da Justiça Gratuita, conforme **artigo 4º da Lei 1.060/ 50 e o artigo 1º da Lei 7. 115/ 83;**

c) A sua inclusão no presente feito dos Requerentes como **TERCEIROS INTERESSADOS**, na modalidade **ASSISTENTE**, conforme **Art. 119 à 121,do CPC/15**;

d) A juntada dos cálculos atualizados e planilha com as divisões dos valores;

e) Que este Honrado Juízo determine a habilitação dos creditos dos Requerentes no **Regime Especial de Execução Forçada – REEF**, valores acostado na planilha em anexo.

PJe Assinado eletronicamente por: LUIZ DOMINGOS DA SILVA - Juntado em: 07/08/2024 14:45:19 - ce77830

Nestes Termos, Espera Deferimento.

Fortaleza, 07 de agosto de 2024.

LUIZ DOMINGOS DA SILVA
OAB-CE 7989.

ESSINA Mª A. M. DOMINGOS DA SILVA
OAB-CE 20.447.

CHRISTÓFANNY DOMINGOS M. DA SILVA
OAB-CE 28542.

GILLES VILLENEUVE F. DOMINGOS DA SILVA
BACHAREL EM DIREITO.

Assinado eletronicamente por: LUIZ DOMINGOS DA SILVA - Juntado em: 07/08/2024 14:45:19 - ce77830
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24080714425026800000042158850?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24080714425026800000042158850

P R O C U R A Ç Ã O

OUTORGANTE:

CARLOS ALBERTO BASTOS DE BARROS, brasileiro, divorciado, Mestre de Obra, portador da Cédula de Identidade RG. Nº, 1924076-90-SSP-CE-2ª VIA, CPF: 281.132.175-68, residente e domiciliado na Rua Professor Virgilio de Morais, 728, Autran Nunes, fone: 99936-0707, Fortaleza-CE.

OUTORGADO(S):

LUIZ DOMINGOS DA SILVA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB-CE, sob o nº 7989, CPF: 906.528.788-49, **ESSINA MARIA ALVES MENEZES DOMINGOS DA SILVA,** brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB-CE, sob o nº 20447, CPF: 575.326.213-91, **CHRISTÓFANNY DOMINGOS MOURA DA SILVA** brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB-CE, sob o Nº 28542, CPF: 006.716.713-67 **e GILLES VILLENEUVE FELIPE DOMINGOS DA SILVA**, brasileiro, solteiro, maior, Estagiário de Direito, CPF: 013.770.463-11, com escritório na rua 24 de maio, 1009, sala 202, Centro, CEP: 60020-000, Fortaleza-CE, (fax 85) 3231-6666/8686-5555, **WHATSAPP: 999965555, domingosadvogado@yahoo.com.br** onde receberão citações e intimações.

PODERES:

Da cláusula " AD JUDICIA ET EXTRA ", amplos para o foro em geral, podendo representar e defender os interesses da OUTORGANTE, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, perante a JUSTIÇA ESTADUAL, JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEL E CRIMINAL, JUSTIÇA FEDERAL, JUSTIÇA DO TRABALHO, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e RECEITA FEDERAL, agindo em conjunto ou separadamente, **PODERES ESPECIAIS PARA**: reconhecer procedência do pedido, renunciar, ao direito que se funda a ação, fazer acordo, receber e dar a respectiva quitação, reter valor para posterior acerto de contas, desistir de ações ou de créditos, transigir, discordar, proceder ao levantamento de **DEPÓSITO RECURSAL,** pedir extrato e receber **FGTS** depositado em nome de: **ALEXANDRE DE OLIVEIRA SANTOS,** junto a C.E.F., os advogados acima mencionados ficam **AUTORIZADOS A RECEBER QUAISQUER VALORES DEPOSITADOS EM MEU NOME, CUJOS VALORES PODERÃO SER TRANSFERIDOS PARA CONTA BANCÁRIA DOS REFERIDOS ADVOGADOS, PARA POSTERIOR ACERTO DE CONTAS, PODERES ESPECÍFICOS: PARA ASSINAR DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA E REQUERER EM MEU NOME OS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA NA FORMA DO ART. 105 DO NCPC/2015**, pelo que poderão assinar no banco depositário, fazer arrecadações e adjudicações, concordar ou não com cálculos e partilhas, abrir inventário e ou arrolamento, interpor os recursos legais, tratar de assuntos policiais e finalmente, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato, podendo, ainda, substabelecê-lo, com ou sem reserva de iguais poderes.

Fortaleza-CE, 18 de outubro de 2021

Assinatura: _____

Digitalizado com CamScanner

PJe Assinado eletronicamente por: LUIZ DOMINGOS DA SILVA - Juntado em: 07/08/2024 14:45:19 - 85d1e73

DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO ECONÔMICA/FINANCEIRA

Para os devidos fins que trata a Lei número 7.115, de 29 de Agosto de 1983 e Lei 13.105 de 2015, artigos 98 e 99 que dispõe sobre a prova documental para obtenção da JUSTIÇA GRATUITA, dentre outras, DECLARO que sou pobre e não posso custear quaisquer despesas processuais, ou mesmo verba honorária, posto que isto importaria, sem dúvida, no desfalque do necessário a meu sustento e de minha família, pelo que assumo inteira responsabilidade.

Fortaleza(CE), 18 de outubro de 2021.

Digitalizado com CamScanner

Assinado eletronicamente por: LUIZ DOMINGOS DA SILVA - Juntado em: 07/08/2024 14:45:19 - 85d1e73
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24080714434956100000042158875?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24080714434956100000042158875

PJe-Calc Cidadão
Sistema de Cálculos Trabalhistas

Processo: 0091400-15.1999.5.07.0001
Cálculo: 482

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante: **CARLOS ALBERTO BASTOS DE BARROS**
Reclamado: **URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA**
Data Últ. Atualização: **30/06/2013** Data Liquidação: **31/07/2024**

Resumo da Atualização do Cálculo

Descrição do Saldo Devedor por Credor	Valor
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	4.863,70
CUSTAS JUDICIAIS DEVIDAS PELO RECLAMADO	11,67
Total Devido Pelo Reclamado	**4.875,37**

Não houve eventos no período compreendido entre a data de liquidação do cálculo e a data de liquidação da atualização.

Critério da Atualização e Fundamentação Legal

1. Valores corrigidos pelo índice 'TR', acumulado a partir do mês subsequente ao vencimento, conforme súmula nº 381 do TST. Última taxa 'TR' relativa a 07/2024.
2. Contribuições sociais sobre salários devidos calculadas conforme os itens IV e V da Súmula no 368 do TST. Para salários devidos até 04/03/2009, inclusive, sem juros e multa de mora (art. 276, caput, do Decreto nº 3.048/1999). Para salários devidos a partir de 05/03/2009, com juros de mora à taxa SELIC desde a prestação do serviço (art. 43 da Lei nº 8.212/1991).
3. Multa e/ou indenização informada corrigida pelo índice "TR", acumulado a partir do mês subseqüente ao vencimento.
4. Juros simples de 1% a.m., pro rata die, a partir de 30/06/2013 (Art. 39 da Lei nº 8177/91).
5. Juros de mora sobre verbas apurados após a dedução da contribuição social devida pelo reclamante.

PJe Assinado eletronicamente por: LUIZ DOMINGOS DA SILVA - Juntado em: 07/08/2024 14:45:19 - 4b9996f

Processo: 0091400-15.1999.5.07.0001

Cálculo: 482

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante: **CARLOS ALBERTO BASTOS DE BARROS**

Reclamado: **URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA**

Data Últ. Atualização: **30/06/2013** Data Liquidação: **31/07/2024**

Demonstrativo da Atualização do Cálculo

Saldo Devedor em 31/07/2024

Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Principal Corrigido	-	-	443,87	1,096950783	486,90	0,00	486,90
Juros de Mora até 30/06/2013	-	-	710,34	1,096950783	779,21	0,00	779,21
Juros de Mora de 01/07/2013 até 31/07/2024	486,90	133,0000%	-	-	647,58	0,00	647,58
MULTA DE 100% devida pelo Reclamado	-	-	1.154,20	1,096950783	1.266,10	0,00	1.266,10
Juros de Mora de 01/07/2013 até 31/07/2024	1.266,10	133,0000%	-	-	1.683,91	0,00	1.683,91
Total Parcial					**4.863,70**	**0,00**	**4.863,70**

Outros Débitos do Reclamado	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Custas Judiciais devidas pelo Reclamado	-	-	-	-	11,67	0,00	11,67
Total Parcial					**11,67**	**0,00**	**11,67**

Demonstrativo de Custas Judiciais

PJe Assinado eletronicamente por: LUIZ DOMINGOS DA SILVA - Juntado em: 07/08/2024 14:45:19 - 4b9996f

Custas Judiciais devidas em: 31/07/2024

Custas pelo Reclamado

CUSTAS DE CONHECIMENTO

Ocorrência	Valor	Juros	Índice Corr.	Valor Corr.	Juros Corr.	Taxa	Juros	Total
30/06/2013	10,64	-	1,096950783	11,67	0,00	-	0,00	11,67

DIFERENÇA DE CUSTAS DO RECLAMADO

Ocorrência	Valor Corr	Juros	Devido	Pago	Dif. Custas	Dif. Juros	Total
31/07/2024	11,67	0,00	11,67	0,00	11,67	0,00	11,67

Assinado eletronicamente por: LUIZ DOMINGOS DA SILVA - Juntado em: 07/08/2024 14:45:19 - 4b9996f
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24080714434976800000042158876?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24080714434976800000042158876

Data: 27/01/20

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
1 ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO - FORTALEZA

ATA DE CONCILIAÇÃO

Processo:1 - 0914/1999
Juiz Presidente: **SINÉZIO BERNARDO DE OLIVEIRA**
Juiz Clas. Patronal: **FRANCISCO EDMAR FEITOSA CARVALHO**
Juiz Clas. Empregados: **JACIARA ALMEIDA CARNEIRO**

Reclamante: **CARLOS ALBERTO BASTOS DE BARROS**
Reclamado: **URBRAS - URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA**

Aos VINTE E SETE dias do mês de JANEIRO do ano de 2000 nesta cidade de FORTALEZA às 12:06 horas, estando aberta a audiência da 1 ª Junta de Conciliação e Julgamento, sita na AV.DUQUE DE CAXIAS,1150/1°.ANDAR , com a presença dos Exm°s. Srs. Juízes supra mencionados, foram, por ordem do Juiz apregoados os litigantes acima que entraram em acordo mediante o qual a(o) reclamada paga ao reclamante R$ ******350.00** , pondo fim a demanda no dia **28/02/2000 SEM** liberação do FGTS.

Satisfeitas as exigências legais, a Junta decide **SEM DIVERGÊNCIA** HOMOLOGAR o Acordo para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Não se verificando o pagamento no prazo ajustado, ficará a(o) reclamado compelida a pagar, também, **100.00 % de multa sobre o total do acordo.**

O VALOR DO PRESENTE ACORDO JÁ SE ENCONTRA PELO SEU LÍQUIDO, DEVENDO A RECLAMADA (CONSIGNANTE), 48 HORAS APÓS O PAGAMENTO, COMPROVAR, PERANTE ESTA JCJ, O RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, CONFORME LEGISLAÇÃO EM VIGOR.

O VALOR DO PRESENTE ACORDO ESTÁ ISENTO DO RECOLHIMENTO DO IMPOSTO DE RENDA CONFORME O ART. 27 DA LEI N°8.212/91 E ORIENTAÇÃO CONTIDA NO PROVIMENTO N°01/93 DO TST.
ACORDO REFERENTE AO PERÍODO TRABALHADO DE 07/10/1997 A 03/08/1998.
QUITAÇÃO GERAL.

O PAGAMENTO SERÁ REALIZADO ÀS 12:00 HS COM TOLERÂNCIA DE 30 MINUTOS.

Custas processuais de R$ ********7.00** ,calculadas sobre R$ ******350.00** a cargo da(o **RECLAMADO**

RECLAMANTE

RECLAMADO

Ana Helena R. Moreira
OAB- 12.240

JUIZ PRESIDENTE

JUIZ CLASSISTA DOS EMPREGADORES

JUIZ CLASSISTA DOS EMPREGADOS

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO PATRICIO PINHEIRO - Juntado em: 10/08/2022 13:00:21 - f942822

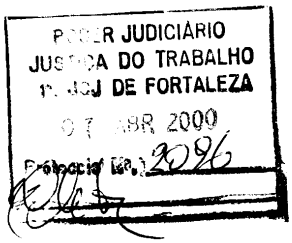
PJe Assinado eletronicamente por: LUIZ DOMINGOS DA SILVA - Juntado em: 07/08/2024 14:45:19 - 483df50
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24080714435002000000042158877?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24080714435002000000042158877

ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA

LUIZ DOMINGOS DA SILVA
OAB-CE 7989

41

EXCELENTISSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ TITULAR DA 1ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA-CE.



Processo Nº 01.914/1999.

CARLOS ALBERTO BASTOS DE BARROS, por seu procurador abaixo assinado, vem respeitosamente, perante Vossa Excelência, expor e requerer o seguinte:

Ínclito(a) Julgador(a), até a presente data, a Reclamada (URBRAS – URBANIZAÇÃO E PREMOLDADOS LTDA), não pagou o acordo pactuado entre as parte, vencido em 28/02/2000. Desta forma, requer o Reclamante e execução da quantia de R$ 350,00 + R$ 350,00 (cláusula penal) + atualização.

Ante o exposto, requer o Reclamante se digne Vossa Excelência, mandar expedir o competente MANDADO DE EXECUÇÃO, determinando a citação da Reclamada para efetuar o pagamento, sob as penalidades da lei.

Nestes Termos, pede Deferimento.

Fortaleza, 06 de Abril de 2.000.

LUIZ DOMINGOS DA SILVA
OAB-CE 7989

Rua Pedro Pereira, 905 sala 204 - Centro Fortaleza-CE. CEP 60035-001 (085) 2316666-2547514-9879765

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO PATRICIO PINHEIRO - Juntado em: 10/08/2022 13:00:21 - d8dd87a

PJe Assinado eletronicamente por: LUIZ DOMINGOS DA SILVA - Juntado em: 07/08/2024 14:45:19 - dc24b87
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24080714435026800000042158879?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24080714435026800000042158879

QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome Carlos Alberto Bastos de Barros

Loc. Nasc. Cond Est. BA Data 02.09.65

Filiação Hamilton Bastos de Barros e Antonia Maria da Conceição

Doc. nº RG. 1294078 90 SSPC Exp. 12.03.90

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em .../.../... Doc. Ident. nº

Exp. em .../.../... Estado

Obs. DRT

Data Emissão 06.10.93

DE VASCONCELOS
Funcionário

MINISTÉRIO DO TRABALHO

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE EMPREGO E SALÁRIO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO
DIVISÃO SOCIAL
EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Número 33825 Série 00007-a

2ª. VIA

ASSINATURA DO PORTADOR

Assinado eletronicamente por: LUIZ DOMINGOS DA SILVA - 17/02/2014 19:10:33 - ce3822a
https://pje.trt7.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=14021719103322900000001721642
Número do processo: 0000254-44.2014.5.07.0007 ID. ce3822a - Pág. 3
Número do documento: 14021719103322900000001721642

Assinado eletronicamente por: LUIZ DOMINGOS DA SILVA - Juntado em: 07/08/2024 14:45:19 - a34b754
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24080714435194000000042158881?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24080714435194000000042158881

PJe-Calc Cidadão
Sistema de Cálculos Trabalhistas

Processo: 0117700-36.1998.5.07.0005
Cálculo: 482

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante: **NILDOMAR BARBOSA DA ROCHA**
Reclamado: **URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA**
Data Últ. Atualização: **30/09/2013** Data Liquidação: **31/07/2024**

Resumo da Atualização do Cálculo

Descrição do Saldo Devedor por Credor	Valor
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	171.844,60
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE SALÁRIOS DEVIDOS	18.005,02
HONORÁRIOS LÍQUIDOS PARA LUIZ DOMINGOS DA SILVA	25.776,69
IRRF SOBRE HONORÁRIOS PARA LUIZ DOMINGOS DA SILVA	0,00
CUSTAS JUDICIAIS DEVIDAS PELO RECLAMADO	1.400,13
Total Devido Pelo Reclamado	**217.026,44**

Não houve eventos no período compreendido entre a data de liquidação do cálculo e a data de liquidação da atualização.

Critério da Atualização e Fundamentação Legal

1. Valores corrigidos pelo índice 'TR', acumulado a partir do mês subsequente ao vencimento, conforme súmula nº 381 do TST. Última taxa 'TR' relativa a 07/2024.
2. Contribuições sociais sobre salários devidos calculadas conforme os itens IV e V da Súmula no 368 do TST. Para salários devidos até 04/03/2009, inclusive, sem juros e multa de mora (art. 276, caput, do Decreto nº 3.048/1999). Para salários devidos a partir de 05/03/2009, com juros de mora à taxa SELIC desde a prestação do serviço (art. 43 da Lei nº 8.212/1991).
3. Juros simples de 1% a.m., pro rata die, a partir de 30/09/2013 (Art. 39 da Lei nº 8177/91).
4. Juros de mora sobre verbas apurados após a dedução da contribuição social devida pelo reclamante.

PJe Assinado eletronicamente por: LUIZ DOMINGOS DA SILVA - Juntado em: 07/08/2024 14:45:19 - e4bcab0

Processo: 0117700-36.1998.5.07.0005

Cálculo: 482

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante: **NILDOMAR BARBOSA DA ROCHA**

Reclamado: **URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA**

Data Últ. Atualização: **30/09/2013** Data Liquidação: **31/07/2024**

Demonstrativo da Atualização do Cálculo

Saldo Devedor em 31/07/2024

Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Principal Corrigido	-	-	37.875,06	1,096634934	41.535,11	0,00	41.535,11
Juros de Mora até 30/09/2013	-	-	69.589,11	1,096634934	76.313,85	0,00	76.313,85
Juros de Mora de 01/10/2013 até 31/07/2024	41.535,11	130,0000%	-	-	53.995,64	0,00	53.995,64
Total Parcial					**171.844,60**	**0,00**	**171.844,60**

Descontar dos Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Desconto da Contribuição Social	-	-	0,00	1,096634934	0,00	0,00	0,00
Total Parcial					**0,00**	**0,00**	**0,00**

Outros Débitos do Reclamado	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Contribuição Social sobre Salários Devidos	-	-	-	-	18.005,02	0,00	18.005,02
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS devidos para LUIZ DOMINGOS DA SILVA	171.844,60	15,0000%	-	-	25.776,69	0,00	25.776,69
Custas Judiciais devidas pelo Reclamado	-	-	-	-	1.400,13	0,00	1.400,13
Total Parcial					**45.181,84**	**0,00**	**45.181,84**

PJe Assinado eletronicamente por: LUIZ DOMINGOS DA SILVA - Juntado em: 07/08/2024 14:45:19 - e4bcab0

Demonstrativo de Contribuição Social

Contribuição Social dos Salários Devidos

Contribuição Social dos Salários Devidos em: 31/07/2024 - Valor Pago: 0,00

Competência	Contrib. Social	Índice	Devido	Juros	Multa	Total	Valor Pago	Diferença	Juros	Multa	Total
9/2013	16.418,43	1,096634934	18.005,02	0,00	0,00	18.005,02	0,00	18.005,02	0,00	0,00	18.005,02
			18.005,02	**0,00**	**0,00**	**18.005,02**	**0,00**	**18.005,02**	**0,00**	**0,00**	**18.005,02**

Demonstrativo de Custas Judiciais

Custas Judiciais devidas em: 31/07/2024

Custas pelo Reclamado

CUSTAS DE CONHECIMENTO

Ocorrência	Valor	Juros	Índice Corr.	Valor Corr.	Juros Corr.	Taxa	Juros	Total
30/09/2013	1.276,75	-	1,096634934	1.400,13	0,00	-	0,00	1.400,13

DIFERENÇA DE CUSTAS DO RECLAMADO

Ocorrência	Valor Corr	Juros	Devido	Pago	Dif. Custas	Dif. Juros	Total
31/07/2024	1.400,13	0,00	1.400,13	0,00	1.400,13	0,00	1.400,13

Atualização liquidada por offline na versão 2.10.2 em 31/07/2024 às 15:22:56.

PJe Assinado eletronicamente por: LUIZ DOMINGOS DA SILVA - Juntado em: 07/08/2024 14:45:19 - e4bcab0

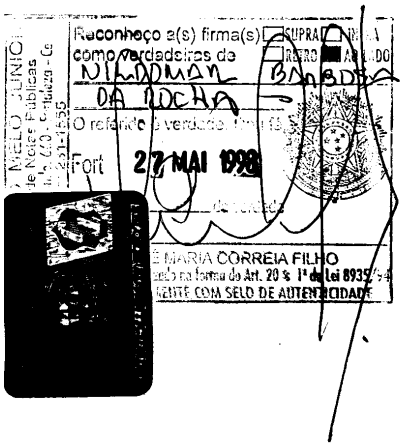
Assinado eletronicamente por: LUIZ DOMINGOS DA SILVA - Juntado em: 07/08/2024 14:45:19 - e4bcab0
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24080714450210300000042158911?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24080714450210300000042158911

P R O C U R A Ç Ã O

OUTORGANTE (S): NILDOMAR BARBOSA DA ROCHA, brasileiro, casado, Cabo de Turma de Pedreiro, portador da CTPS 91594-031, - residente na rua: Dr. Humberto Rodrigues, 30, B. novo Mondobim - Fortaleza-Ce.

OUTORGADO (S): LUIZ DOMINGOS DA SILVA, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil-Seção do Ceará, sob o nº 7989, - CPF/MF nº 906.528.788-49, residente e domiciliado nesta Capital, com Escritório na Rua Pedro Pereira, 905, sala 204 - CEP: 60035-001 - Centro - Fortaleza-Ce - Fone-Fax: (085) 231-66-66 / 254-75-14 / 987-97-65, onde receberá citações e intimações.

PODERES.....: Da cláusula " AD JUDICIA ET EXTRA ", amplos para o foro em geral, podendo representar e defender os interesses do (a) OUTORGANTE (s), em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, especialmente, perante A JUSTIÇA FEDERAL, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E RECEITA FEDERAL, agindo em conjunto ou separadamente, receber e dar a respectiva quitação, desistir de ações ou de créditos, transigir, discordar, firmar compromissos, pedir falência, interpor os recursos legais, assinar termo de inventariante, podendo receber, endossar ou assinar cheques, conferidos ao outorgante, tratar de assuntos policiais e finalmente, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato, podendo, ainda, substabelecê-lo, com ou sem reserva de iguais poderes.



Fortaleza(Ce), de 27 MAIO 1998 de 1998

Assinatura: Nildomar Barbosa da Rocha

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO PATRICIO PINHEIRO - Juntado em: 01/07/2021 10:37:05 - ca2d296

Assinado eletronicamente por: LUIZ DOMINGOS DA SILVA - Juntado em: 07/08/2024 14:45:19 - 7633f47
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24080714450238500000042158912?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24080714450238500000042158912

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO - 7.ª REGIÃO
5.ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA

Ata de Audiência no Processo de Reclamação N.º 1.177/98

Aos **10** dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e noventa e nove (1999), nesta cidade de Fortaleza, às **12:00** horas, estando aberta a audiência da 5.ª Vara do Trabalho de Fortaleza, na Sala de Audiências, na Av. Duque de Caxias N.º 1.150, Bairro Centro, em Fortaleza/CE, com a presença da Sra. Juíza do Trabalho Substituta, Dra. ROSSANA RAIA DOS SANTOS, do Juiz Classista Temporário, Representante dos Empregadores, Sr. NARCISO PHILOMENO GOMES CARNEIRO, e da Juíza Classista Temporária Representante dos Empregados, Sra. GERLENE CASTELO BRANCO COELHO, foram, por ordem da Sra. Juíza do Trabalho Substituta, apregoados os litigantes: NILDOMAR BARBOSA DA ROCHA, reclamante, e URBRAS URBANIZAÇÃO E PREMOLDADOS LTDA., reclamada.

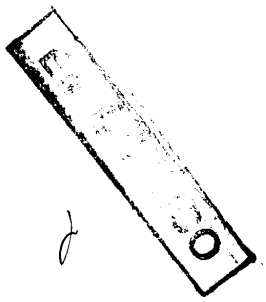
Ausentes as partes.

Em seguida, a Sra. Juíza do Trabalho Substituta da 5.ª Vara do Trabalho de Fortaleza, dirigindo-se aos Srs. Juízes Classistas Temporários, mantidos na composição deste Órgão Jurisdicional por força do art. 2.º, da Emenda Constitucional N.º 24, de 09 de dezembro de 1999, combinado com a Resolução Administrativa N.º 665, de 10 de dezembro de 1999, do Tribunal Superior do Trabalho, propôs-lhes a solução do Dissídio Individual de que se cuida e, após colher-lhes os votos, proferiu a seguinte sentença:

Vistos, etc.

NILDOMAR BARBOSA DA ROCHA, qualificado nos autos, ajuizou RECLAMAÇÃO TRABALHISTA contra a URBRAS – URBANIZAÇÃO E

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO PATRICIO PINHEIRO - Juntado em: 01/07/2021 10:37:06 - 987be57
PJe Assinado eletronicamente por: LUIZ DOMINGOS DA SILVA - Juntado em: 07/08/2024 14:45:19 - 69f342d



Assinado eletronicamente por: FRANCISCO PATRICIO PINHEIRO - Juntado em: 01/07/2021 10:37:06 - 987be57

Assinado eletronicamente por: LUIZ DOMINGOS DA SILVA - Juntado em: 07/08/2024 14:45:19 - 69f342d

PREMOLDADOS LTDA., alegando ter sido admitido pela reclamada em 20/06/1995, mas com CTPS anotada somente em 01/11/1995, na função de cabo de turma de pedreiro, vindo a ser demitido sem justa causa, em 17/04/1998, sem que lhe fossem pagas as verbas que ora postula. Juntou os documentos de fls. 05/12.

Em seguida, a Juíza Titular propôs às partes a solução amigável do feito, o que, entretanto, foi rejeitado.

Em defesa (fls. 15/17), aduziu a reclamada, em síntese, o seguinte: o reclamante iniciou suas atividades na reclamada efetivamente em 01/11/1995, mediante contrato de experiência, tendo sido demitido, sem justa causa, em 16/05/1998; o reclamante apresentou sua demissão à empresa, alegando que estava com proposta de trabalho mais vantajosa em outra empresa; o aviso prévio do reclamante foi cumprido em casa e, ao final, o reclamante não mais compareceu para os acertos rescisórios; o reclamante não trabalhava em horas extras e os domingos e feriados trabalhados eventualmente foram todos pagos; não tem o reclamante direito a aviso prévio, pois pediu demissão; impugna todas as demais verbas postuladas, inclusive honorários advocatícios. Pede, ao final, a improcedência da reclamatória. Juntou os documentos de fls. 18/ 26, 28/199 e 203/224..

Na audiência em continuação, foram colhidos os depoimentos pessoais e ouvidas três testemunhas para o reclamante duas da reclamada.

Encerrada a instrução.

Razões finais remissivas das partes litigantes, com memoriais pela reclamada.

Conciliação outra vez proposta, mas rejeitada pelas partes.

Autos conclusos para julgamento.

É o relatório.

RAZÕES DE DECIDIR

PERÍODO DO CONTRATO DE TRABALHO

Considera este Juízo como tendo sido o reconhecido pela empresa reclamada, é dizer, de 01/11/1995 a 16/05/1998, tendo em vista que o reclamante não logrou provar prestação de trabalho fora desse período.

HORAS EXTRAORDINÁRIAS

Dúvidas não restam que o reclamante trabalhava para a reclamada em horas extraordinárias. Iniciava a sua jornada diária às 07h00min e a encerrava às 22h30min, isto de segunda a sexta-feira, com duas (2) horas de intervalo. Aos sábados e em três (3) domingos mensais, trabalhava no horário de 07h00min às 18h00min, com huma (1) hora de intervalo. O trabalho aos domingos deve ser pago na forma prevista no Enunciado N.º 146, do Tribunal Superior do Trabalho, uma vez que não houve prova de compensação do trabalho realizado nesses dias. As demais horas extraordinárias devem ser pagas com o acréscimo de 50% (cinqüenta por cento), pois não indicou o reclamante o fundamento legal do acréscimo de 60% (sessenta por cento), por ele postulado.

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO PATRICIO PINHEIRO - Juntado em: 01/07/2021 10:37:06 - 987be57

PJe Assinado eletronicamente por: LUIZ DOMINGOS DA SILVA - Juntado em: 07/08/2024 14:45:19 - 69f342d



PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO PATRICIO PINHEIRO - Juntado em: 01/07/2021 10:37:06 - 987be57

PJe Assinado eletronicamente por: LUIZ DOMINGOS DA SILVA - Juntado em: 07/08/2024 14:45:19 - 69f342d

259

ESTABILIDADE PROVISÓRIA COMO MEMBRO DA CIPA

O documento de fl. 23 não é suficiente para provar a renúncia do reclamante à estabilidade provisória em decorrência de ser membro da CIPA. É que a renúncia à estabilidade provisória, por parte do empregado, somente é válida com a assistência do seu sindicato, o que não ocorreu no presente caso, pelo que prevalece, induvidosamente, a situação estabilitária do reclamante.

REFLEXOS DAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS

Devidos, em razão do reconhecimento do trabalho em sobrejornada, conforme consta em item anterior.

DIFERENÇA DE FGTS

Devida, em razão do reconhecimento do trabalho em sobrejornada, conforme consta em item anterior.

MULTAS DAS CLÁUSULAS 39.ª E 59.ª, DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

Indeferidas, uma vez que a convenção coletiva de trabalho vigente no momento da rescisão contratual do reclamante é a que foi apresentada pela empresa reclamada às fls. 208/223, e não a que apresentou o reclamante às fls. 07/12. Esta última, além de referir-se a outro período, ainda está incompleta. Na primeira convenção, não há previsão de qualquer multa.

FGTS SOBRE AS PARCELAS SALARIAIS + MULTA DE 40%

Devido em razão do reconhecimento dos direitos salariais do reclamante.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Ausentes os requisitos cumulativos (Pobreza legal e assistência da entidade sindical) do art. 14 da Lei nº 5584/70, e atentando-se para os Enunciados nºs 329 e 219 do T.S.T., indefere-se o pedido.

CONCLUSÃO

EX POSITIS, decide a Juíza do Trabalho Substituta da 5.ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA, tendo também votado, por força do art. 2.º, da Emenda Constitucional N.º 24, de 09 de dezembro de 1999, combinado com a Resolução Administrativa N.º665, de 10 de dezembro de 1999, do Tribunal Superior do Trabalho, os Srs. Juízes Classistas Temporários, que o fizeram no mesmo sentido, julgar

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO PATRICIO PINHEIRO - Juntado em: 01/07/2021 10:37:06 - 987be57

PJe Assinado eletronicamente por: LUIZ DOMINGOS DA SILVA - Juntado em: 07/08/2024 14:45:19 - 69f342d



PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO PATRICIO PINHEIRO - Juntado em: 01/07/2021 10:37:06 - 987be57

PJe Assinado eletronicamente por: LUIZ DOMINGOS DA SILVA - Juntado em: 07/08/2024 14:45:19 - 69f342d

PARCIALMENTE PROCEDENTE a RECLAMAÇÃO TRABALHISTA promovida por NILDOMAR BARBOSA DA ROCHA contra URBRAS URBANIZAÇÃO E PREMOLDADOS LTDA., condenando a reclamada a pagar ao reclamante, no prazo de quarenta e oito (48) horas após o trânsito em julgado e liquidação desta decisão, as seguintes verbas: a) Horas extraordinárias, em número de 4h30min por dia, de segunda a sexta-feira, e de duas (2) horas aos sábados, com o adicional legal; b) Onze (11) horas extraordinárias em três (3) domingos por mês, com o acréscimo de 100% (cem por cento), na forma do Enunciado N.° 146, do TST; c) Aviso prévio, com reflexos das horas extraordinárias; d) Diferença de 13.° salário pago sem reflexos das horas extras; e) Diferença de férias + 1/3 pagas sem reflexos das horas extras; f) 13.° salário proporcional/98 (5/12) + 1/3 e reflexos das horas extras; g) Férias vencidas (96/97) + 1/3 e com reflexos das horas extras; g) Férias proporcionais junho/97 a maio/98 + 1/3 com reflexos das horas extras; h) Salários dos meses de estabilidade provisória como membro da CIPA; i) 13.° salário sobre a estabilidade provisória (10/12); j) Diferença de FGTS não depositado; l) FGTS sobre as parcelas salariais; m) Multa fundiária (40%), tudo nos termos das razões de decidir anteriormente consignadas e tendo como remuneração base para o cálculo das verbas aqui deferidas o valor de R$ 402,00 (quatrocentos e dois reais).

Sobre a condenação, incidem juros e correção monetária (TST, Enunciado 200).

Custas de R$ 1.000,00, calculadas sobre R$ 50.000,00, valor atribuído à causa para esses fins, pela reclamada.

É a reclamada responsável pelos recolhimentos previdenciários e fiscais, onde cabíveis, a teor do disposto nos Provimentos N.°s 01/93 e 02/93, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, sob pena de execução, na forma do art. 114, § 3.°, da Constituição Federal de 1988.

Intimem-se as partes.

E, para constar, eu, , Secretário de Audiência, lavrei a presente ata, que vai assinada pelos Juízes, Presidente e Classistas, e pela Diretora de Secretaria.

ROSSANA RAIA DOS SANTOS
Juíza do Trabalho

NARCISO PHILOMENO GOMES CARNEIRO
Juiz Classista Representante dos Empregadores.

GERLENE CASTELO BRANCO COELHO
Juíza Classista Representante dos Empregados

IANE WEYNE LIMA
Diretora de Secretaria

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO PATRICIO PINHEIRO - Juntado em: 01/07/2021 10:37:06 - 987be57

PJe Assinado eletronicamente por: LUIZ DOMINGOS DA SILVA - Juntado em: 07/08/2024 14:45:19 - 69f342d
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24080714450291000000042158913?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24080714450291000000042158913

P R O C U R A Ç Ã O

OUTORGANTE:

REGIVAL LOPES FERREIRA, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG. 8904002020037-SSP-CE, CPF: 310.352.803-53, CTPS: 06476095 SERIE 001/0-CE, residente na residente na rua Alemanha, 176-A, Parque das Nações, Jurema, Caucaia-CE, fone: 992923301, Fortaleza-CE.

OUTORGADO(S):

LUIZ DOMINGOS DA SILVA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB-CE, sob o nº 7989, CPF: 906.528.788-49, **ESSINA MARIA ALVES MENEZES DOMINGOS DA SILVA,** brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB-CE, sob o nº 20447, CPF: 575.326.213-91, **CHRISTÓFANNY DOMINGOS MOURA DA SILVA** brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB-CE, sob o Nº 28542, CPF: 006.716.713-67 **e GILLES VILLENEUVE FELIPE DOMINGOS DA SILVA**, brasileiro, solteiro, maior, Estagiário de Direito, CPF: 013.770.463-11, com escritório na rua 24 de maio, 1009, sala 202, Centro, CEP: 60020-000, Fortaleza-CE, (fax 85) 3231-6666/8686-5555, **WHATSAPP: 999965555,** **domingosadvogado@yahoo.com.br** onde receberão citações e intimações.

PODERES:

Da cláusula " AD JUDICIA ET EXTRA ", amplos para o foro em geral, podendo representar e defender os interesses da OUTORGANTE, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, perante a JUSTIÇA ESTADUAL, JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEL E CRIMINAL, JUSTIÇA FEDERAL, JUSTIÇA DO TRABALHO, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e RECEITA FEDERAL, agindo em conjunto ou separadamente, **PODERES ESPECIAIS PARA**: reconhecer procedência do pedido, renunciar, ao direito que se funda a ação, fazer acordo, receber e dar a respectiva quitação, reter valor para posterior acerto de contas, desistir de ações ou de créditos, transigir, discordar, proceder ao levantamento de **DEPÓSITO RECURSAL,** pedir extrato e receber **FGTS** depositado em nome de: **REGIVAL LOPES FERREIRA,** junto a C.E.F., os advogados acima mencionados ficam **AUTORIZADOS A RECEBER QUAISQUER VALORES DEPOSITADOS EM MEU NOME, CUJOS VALORES PODERÃO SER TRANSFERIDOS PARA CONTA BANCÁRIA DOS REFERIDOS ADVOGADOS, PARA POSTERIOR ACERTO DE CONTAS, PODERES ESPECÍFICOS: PARA ASSINAR DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA E REQUERER EM MEU NOME OS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA NA FORMA DO ART. 105 DO NCPC/2015**, pelo que poderão assinar no banco depositário, fazer arrecadações e adjudicações, concordar ou não com cálculos e partilhas, abrir inventário e ou arrolamento, interpor os recursos legais, tratar de assuntos policiais e finalmente, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato, podendo, ainda, substabelecê-lo, com ou sem reserva de iguais poderes.

Fortaleza-CE, 22 de outubro de 2021

Assinatura: _____

Digitalizado com CamScanner

PJe Assinado eletronicamente por: LUIZ DOMINGOS DA SILVA - Juntado em: 07/08/2024 14:45:19 - c89e607

02 QUALIFICAÇÃO CIVIL

BRASILEIRO

NOME: REGIVAL LOPES FERREIRA

LOC. DE NASC.: FORTALEZA - CE 10/11/1967 NASCIMENTO

FILIAÇÃO: ANTONIO FERREIRA FILHO
ERENICE LOPES FERREIRA

DOC. APRESENTADO: R.G. 8904002020037 SSP CE

ESTADO CIVIL: SOLTEIRO

LEI Nº 9.049, DE 18 DE MAIO DE 1995.

RG: 8904002020037 CPF: 310.352.803-53

LOCAL DA EMISSÃO: DRT/CE
EMISSÃO: 09/01/2004

ASSINATURA DO EMISSOR

MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE EMPREGO E SALÁRIO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

170.31533.30-7

6476096 001-0 CE

POLÍCIA FEDERAL

Digitalizado com CamScanner

PJe Assinado eletronicamente por: LUIZ DOMINGOS DA SILVA - Juntado em: 07/08/2024 14:45:19 - c89e607

DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO ECONÔMICA/FINANCEIRA

Para os devidos fins que trata a Lei número 7.115, de 29 de Agosto de 1983 e Lei 13.105 de 2015, artigos 98 e 99 que dispõe sobre a prova documental para obtenção da JUSTIÇA GRATUITA, dentre outras, DECLARO que sou pobre e não posso custear quaisquer despesas processuais, ou mesmo verba honorária, posto que isto importaria, sem dúvida, no desfalque do necessário a meu sustento e de minha família, pelo que assumo inteira responsabilidade.

Fortaleza(CE), 22 de outubro de 2021.



Digitalizado com CamScanner

Assinado eletronicamente por: LUIZ DOMINGOS DA SILVA - Juntado em: 07/08/2024 14:45:19 - c89e607
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24080714450485200000042158919?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24080714450485200000042158919

PJe-Calc Cidadão
Sistema de Cálculos Trabalhistas

Processo: 0003600-25.1999.5.07.0008
Cálculo: 644

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante: **REGIVAL LOPES FERREIRA**
Reclamado: **URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA**
Período do Cálculo: **11/01/1999 a 18/10/2001** Data Ajuizamento: **11/01/1999** Data Liquidação: **31/07/2024**

Resumo da Atualização do Cálculo

Descrição do Saldo Devedor por Credor	Valor
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	74.788,14
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE SALÁRIOS DEVIDOS	16.532,20
CUSTAS JUDICIAIS DEVIDAS PELO RECLAMADO	624,00
Total Devido Pelo Reclamado	**91.944,34**

Eventos ocorridos: Pagamento em 16/03/2021 no valor de R$ 24.867,42; Pagamento em 05/11/2021 no valor de R$ 3.246,04.

Critério da Atualização e Fundamentação Legal

1. Valores corrigidos pelo índice 'Tabela JT Diária', acumulado a partir do mês subsequente ao vencimento, conforme súmula nº 381 do TST. Última taxa 'Tabela JT Diária' relativa a 31/07/2024.
2. Contribuições sociais sobre salários devidos com juros de mora à taxa SELIC e multa de mora a partir do dia dois do mês seguinte ao da liquidação, ocorrida em 18/10/2001 (art. 276, caput, do Decreto nº 3.048/1999).
3. Juros simples de 1% a.m., pro rata die, a partir de 11/01/1999 (Art. 39 da Lei nº 8177/91).
4. Juros de mora sobre verbas apurados antes da dedução da contribuição social devida pelo reclamante.

PJe Assinado eletronicamente por: LUIZ DOMINGOS DA SILVA - Juntado em: 07/08/2024 14:45:19 - 87b1e51

Processo: 0003600-25.1999.5.07.0008
Cálculo: 644

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante: **REGIVAL LOPES FERREIRA**
Reclamado: **URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA**
Período do Cálculo: **11/01/1999 a 18/10/2001** Data Ajuizamento: **11/01/1999** Data Liquidação: **31/07/2024**

Demonstrativo da Atualização do Cálculo

Atualização do Cálculo (Folha/ID não informado) até 16/03/2021, data do(s) evento(s) Pagamento (LEVANTAMENTO DE VALORES (ID. 014C5CE).

Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Principal Corrigido	-	-	25.722,45	1,000000000	25.722,45	6.791,38	18.931,07
Juros de Mora até 29/06/2020	-	-	66.264,07	1,000000000	66.264,07	17.495,41	48.768,66
Juros de Mora de 30/06/2020 até 16/03/2021	25.722,45	8,5495%	-	-	2.199,14	580,63	1.618,51
Total Parcial					**94.185,66**	**24.867,42**	**69.318,24**

Descontar dos Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Desconto da Contribuição Social	-	-	1.480,22	1,000000000	1.480,22	0,00	1.480,22
Total Parcial					**1.480,22**	**0,00**	**1.480,22**

Outros Débitos do Reclamado	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Contribuição Social sobre Salários Devidos	-	-	-	-	13.577,85	0,00	13.577,85
Custas Judiciais devidas pelo Reclamado	-	-	-	-	600,50	0,00	600,50
Total Parcial					**14.178,35**	**0,00**	**14.178,35**

Atualização do Cálculo (Folha/ID não informado) até 05/11/2021, data do(s) evento(s) Pagamento (LEVANTAMENTO DE ID. 3FDBCB1).

PJe Assinado eletronicamente por: LUIZ DOMINGOS DA SILVA - Juntado em: 07/08/2024 14:45:19 - 87b1e51

Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Principal Corrigido	-	-	18.931,07	1,000000000	18.931,07	868,36	18.062,71
Juros de Mora até 16/03/2021	-	-	50.387,17	1,000000000	50.387,17	2.311,25	48.075,92
Juros de Mora de 17/03/2021 até 05/11/2021	18.931,07	7,6505%	-	-	1.448,32	66,43	1.381,89
Total Parcial					**70.766,56**	**3.246,04**	**67.520,52**

Descontar dos Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Desconto da Contribuição Social	-	-	1.480,22	1,000000000	1.480,22	0,00	1.480,22
Total Parcial					**1.480,22**	**0,00**	**1.480,22**

Outros Débitos do Reclamado	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Contribuição Social sobre Salários Devidos	-	-	-	-	13.698,11	0,00	13.698,11
Custas Judiciais devidas pelo Reclamado	-	-	-	-	600,50	0,00	600,50
Total Parcial					**14.298,61**	**0,00**	**14.298,61**

Saldo Devedor em 31/07/2024

Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Principal Corrigido	-	-	18.062,71	1,039144456	18.769,76	0,00	18.769,76
Juros de Mora até 05/11/2021	-	-	49.457,81	1,039144456	51.393,81	0,00	51.393,81
Juros de Mora de 06/11/2021 até 31/07/2024	18.769,76	32,8333%	-	-	6.162,73	0,00	6.162,73
Total Parcial					**76.326,30**	**0,00**	**76.326,30**

Descontar dos Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Desconto da Contribuição Social	-	-	1.480,22	1,039144456	1.538,16	0,00	1.538,16
Total Parcial					**1.538,16**	**0,00**	**1.538,16**

Outros Débitos do Reclamado	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Contribuição Social sobre Salários Devidos	-	-	-	-	14.994,04	0,00	14.994,04
Custas Judiciais devidas pelo Reclamado	-	-	-	-	624,00	0,00	624,00

PJe Assinado eletronicamente por: LUIZ DOMINGOS DA SILVA - Juntado em: 07/08/2024 14:45:19 - 87b1e51

Total Parcial	15.618,04	0,00	15.618,04

Demonstrativo de Contribuição Social

Contribuição Social dos Salários Devidos

Contribuição Social dos Salários Devidos em: 16/03/2021 - Valor Pago: 0,00

Competência	Contrib. Social	Índice	Devido	Juros	Multa	Total	Valor Pago	Diferença	Juros	Multa	Total
10/2001	4.437,46	1,000000000	4.437,46	9.733,12	887,49	15.058,07	0,00	4.437,46	9.733,12	887,49	15.058,07
			4.437,46	**9.733,12**	**887,49**	**15.058,07**	**0,00**	**4.437,46**	**9.733,12**	**887,49**	**15.058,07**

Contribuição Social dos Salários Devidos em: 05/11/2021 - Valor Pago: 0,00

Competência	Contrib. Social	Índice	Devido	Juros	Multa	Total	Valor Pago	Diferença	Juros	Multa	Total
10/2001	4.437,46	1,000000000	4.437,46	9.853,38	887,49	15.178,33	0,00	4.437,46	9.853,38	887,49	15.178,33
			4.437,46	**9.853,38**	**887,49**	**15.178,33**	**0,00**	**4.437,46**	**9.853,38**	**887,49**	**15.178,33**

Contribuição Social dos Salários Devidos em: 31/07/2024 - Valor Pago: 0,00

Competência	Contrib. Social	Índice	Devido	Juros	Multa	Total	Valor Pago	Diferença	Juros	Multa	Total
10/2001	4.437,46	1,000000000	4.437,46	11.207,25	887,49	16.532,20	0,00	4.437,46	11.207,25	887,49	16.532,20
			4.437,46	**11.207,25**	**887,49**	**16.532,20**	**0,00**	**4.437,46**	**11.207,25**	**887,49**	**16.532,20**

PJe Assinado eletronicamente por: LUIZ DOMINGOS DA SILVA - Juntado em: 07/08/2024 14:45:19 - 87b1e51

Demonstrativo de Custas Judiciais

Custas Judiciais devidas em: 16/03/2021

Custas pelo Reclamado

CUSTAS DE CONHECIMENTO

Ocorrência	Valor	Juros	Índice Corr.	Valor Corr.	Juros Corr.	Taxa	Juros	Total
29/06/2020	548,26	-	1,000000000	548,26	0,00	-	0,00	548,26

CUSTAS DE LIQUIDAÇÃO

Ocorrência	Valor	Juros	Índice Corr.	Valor Corr.	Juros Corr.	Taxa	Juros	Total
29/06/2020	52,24	-	1,000000000	52,24	0,00	-	0,00	52,24

DIFERENÇA DE CUSTAS DO RECLAMADO

Ocorrência	Valor Corr	Juros	Devido	Pago	Dif. Custas	Dif. Juros	Total
16/03/2021	600,50	0,00	600,50	0,00	600,50	0,00	600,50

Custas Judiciais devidas em: 05/11/2021

Custas pelo Reclamado

PJe Assinado eletronicamente por: LUIZ DOMINGOS DA SILVA - Juntado em: 07/08/2024 14:45:19 - 87b1e51

CUSTAS DE CONHECIMENTO

Ocorrência	Valor	Juros	Índice Corr.	Valor Corr.	Juros Corr.	Taxa	Juros	Total
29/06/2020	548,26	-	1,000000000	548,26	0,00	-	0,00	548,26

CUSTAS DE LIQUIDAÇÃO

Ocorrência	Valor	Juros	Índice Corr.	Valor Corr.	Juros Corr.	Taxa	Juros	Total
29/06/2020	52,24	-	1,000000000	52,24	0,00	-	0,00	52,24

DIFERENÇA DE CUSTAS DO RECLAMADO

Ocorrência	Valor Corr	Juros	Devido	Pago	Dif. Custas	Dif. Juros	Total
05/11/2021	600,50	0,00	600,50	0,00	600,50	0,00	600,50

Custas Judiciais devidas em: 31/07/2024

Custas pelo Reclamado

CUSTAS DE CONHECIMENTO

Ocorrência	Valor	Juros	Índice Corr.	Valor Corr.	Juros Corr.	Taxa	Juros	Total
29/06/2020	548,26	-	1,039144456	569,72	0,00	-	0,00	569,72

CUSTAS DE LIQUIDAÇÃO

Ocorrência	Valor	Juros	Índice Corr.	Valor Corr.	Juros Corr.	Taxa	Juros	Total
29/06/2020	52,24	-	1,039144456	54,28	0,00	-	0,00	54,28

DIFERENÇA DE CUSTAS DO RECLAMADO

PJe Assinado eletronicamente por: LUIZ DOMINGOS DA SILVA - Juntado em: 07/08/2024 14:45:19 - 87b1e51

Ocorrência	Valor Corr	Juros	Devido	Pago	Dif. Custas	Dif. Juros	Total
31/07/2024	624,00	0,00	624,00	0,00	624,00	0,00	624,00

Assinado eletronicamente por: LUIZ DOMINGOS DA SILVA - Juntado em: 07/08/2024 14:45:19 - 87b1e51
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24080714450563800000042158921?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24080714450563800000042158921

LUIZ DOMINGOS DA SILVA
OAB-CE 7.989

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA 02ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE FORTALEZA-CE.

PROC: 0036/99
AUD: 31-05-99
AS 09:35HS

07.01.99

REGIVAL LOPES FERREIRA, brasileiro, solteiro, Encarregado de Obras, RG de Nº 8904002020037, residente na Rua: João XXIII, 1822, Granja Portugal, nesta capital, por seu procurador abaixo assinados, "UT" instrumento procuratório anexo, vem perante Vossa Excelência, apresentar Reclamatória Trabalhista contra: **URBRAS - URBANIZAÇÃO E PREMOLDADOS LTDA,** estabelecida na Av. Sargento Hermínio Sampaio, 4377 Bairro Padre Andrade, Fortaleza-CE, CEP- 60350-500, o que faz pelas razões de fato e de direito que passa à aduzir:

1º - preliminarmente, que a situação econômica do Reclamante não lhe permite demandar sem prejuízo de sustento próprio e de sua família pelo que requer o beneplácito da justiça Gratuita, em conformidade com as leis **1060/50, 7115/83** e **5584/70.**

2º - O Reclamante foi admitido pela Reclamada em 03/02/97, na função de Encarregado de Obras, sendo que a CTPS não foi registrada.

3º - O Reclamante trabalhava no horário de 07:00 às 12:00 horas e de 13:00 às 21:00 horas de segunda à sexta-feira, no Sábado de 07:00 às 17:00, desta forma, trabalhava 13 horas por dia x 30 dias = 390 horas - 220 horas normais = 170 horas extras por mês, com acréscimo de 60%, não pagas pela Reclamada.

4º – O Reclamante trabalhava 02 domingos por mês, no horário de 07:00 às 12:00 horas, porém, a reclamada não pagava pelos serviços prestados, assim, pede o pagamento dobrado na forma do Enunciado da Súmula 146 do TST.

Digitalizado com CamScanner

PJe Assinado eletronicamente por: LUIZ DOMINGOS DA SILVA - Juntado em: 07/08/2024 14:45:19 - d72a0fa

5º - O Reclamante foi injustamente demitido em 17/04/98, no entanto, até a presente data, não recebeu as verbas rescisórias, assim, faz jus a 240 dias de salário, como determina a Cláusula 39ª da Convenção Coletiva (cópia anexa).

6º- O Reclamante não recebeu as Guias do Seguro Desemprego, assim, deixou de receber o benefício concedido pelo Governo, desta forma, o Reclamado deverá responder pelos prejuízos causados ao referenciado, conforme lei 7998/90 e artigo 159 do C.C.B, assim, faz jus a 05 parcelas iguais de R$ 243,00 = R$ 1.215,00.

7º - Tratando-se de horas extras habituais e que assim tornam contratuais de forma substanciadas, hão de incidir para efeito dos pagamentos de férias, 13º salário, FGTS, Repousos Remunerados e Aviso Prévio, conforme artigo **142** parágrafo 5º da CLT., e Enunciados: **45, 63, 94, 151 e 172 do TST.**

8º - Requer o Reclamante, sob as penas do artigo **359** do CPC - c/c o artigo **769** da CLT., e Enunciado da súmula 338 do TST, sejam juntados aos autos com a defesa os cartões de ponto de outro documento de controle do horário.

9º - EXPOSITIS, é a presente para vindicar:
Base de cálculos.

R$ 800,00 - salário base.
R$ 989,00 - 170 horas extras por mês a 60%
R$ 1.789,00 - Total da remuneração.

a) 2.465 horas extras a 60% .....=R$ 14.321,00

b) Aviso prévio com reflexos de horas extras .....=R$ 1.789,00

c) 13º salário do período trabalhado com reflexos horas extras.....=R$ 2.236,00

d) Férias vencidas + 1/3 com reflexos .....=R$ 2.385,00

e) Férias proporcionais + 1/3 com reflexos .....=R$ 590,00

f) Seguro = Desemprego de 05 parcelas de R$ 243,00 cada.....=R$ 1.215,00

g) FGTS não depositado .....=R$ 928,00

h) Multa da Cláusula 39ª da Convenção Coletiva(240 dias de salário).....=R$ 872,00

i) Multa da Cláusula 59ª da Convenção Coletiva.....=R$ 164,00

j) 140 horas a 100% (domingos trabalhados).....=R$ 1.018,00

l) FGTS sobre parcelas salariais supra.....=R$ 1.467,00

R. PEDRO PEREIRA,905-S/204-CENTRO FORTALEZA-CE,(085)254-7514-987-9765-231-6666

Digitalizado com CamScanner

PJe Assinado eletronicamente por: LUIZ DOMINGOS DA SILVA - Juntado em: 07/08/2024 14:45:19 - d72a0fa

m) Multa de 40% sobre FGTS.....=R$ 958,00

Sub-total.....R$ 27.779,00

n) Honorários Advocatícios 15% conforme Artigo 133 da CF/88 e Súmula 450 do STF.....=R$ 4.166,00

Total geral .....=R$ 31.945,00

10º.–Requer o Reclamante anotações na CTPS, com as datas supra mencionadas, para todos os efeitos legais.

11º – Requer ainda, que seja oficiada a Delegacia Regional do Trabalho, para que efetue a cobrança da multa prevista no artigo 47 da CLT.

12º - Pede o Reclamante que sejam oficiados: INSS, Secretaria da Receita Federal e Caixa Econômica Federal no tocante a: INSS, Imposto de Renda na Fonte e FGTS.

13º - Diante do exposto, requer se digne Vossa Excelência, determinar a notificação da Reclamada no endereço supra, para, querendo, acompanhar até o final, sob as penas da lei, para afinal, ser a presente Reclamatória julgada procedente, nos termos da exordial, condenando a Reclamada a pagar ao Reclamante a quantia supra, acrescida de juros e correção monetária na forma da lei.

14º - Requer outrossim, que as parcelas incontroversas, sejam pagas na primeira audiência, sob pena de pagamento dobrado nos termos da Lei. Protesta provar o alegado, com os documentos juntos e por todos os meios de provas em direito permitidos, especialmente, pelo depoimento do Preposto da Reclamada e de testemunhas cujo rol ofertará oportunamente, Perícia Técnica e Contábil de necessária ao deslinde da questão, tudo por ser de **DIREITO E JUSTIÇA.**

Dá-se a causa o valor de: R$ 31.945,00 (Trinta e um mil, novecentos quarenta e cinco reais).

Nestes Termos, Pede Deferimento

Fortaleza(CE), 05 de Janeiro de 1999.

LUIZ DOMINGOS DA SILVA
OAB-CE 7.989

R. PEDRO PEREIRA,905-S/204-CENTRO FORTALEZA-CE,(085)254-7514-987-9765-231-6666

Digitalizado com CamScanner

Assinado eletronicamente por: LUIZ DOMINGOS DA SILVA - Juntado em: 07/08/2024 14:45:19 - d72a0fa
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24080714450795400000042158923?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24080714450795400000042158923

PROCESSO	RECLAMANTE	VARA DE TRAMITAÇÃO	CRÉDITO	CUSTAS	INSS	ADVOGADO DO RECLAMANTE	HONORÁRIOS
0003600-25.1999.5.07.0008	REGIVAL LOPES FERREIRA	8ª Vara do Trabalho de Fortaleza	R$ 74.788,1	R$ 624,00	R$ 16.532,20		
0091400-15.1999.5.07.0001	CARLOS ALBERTO BASTOS DE BARROS	1ª Vara do Trabalho de Fortaleza	R$ 4.863,70	R$ 11,67			
0117700-36.1998.5.07.0005	NILDOMAR BARBOSA DA ROCHA	5ª Vara do Trabalho de Fortaleza	R$ 171.844,60	R$ 1.400,13	R$ 18.005,02	LUIZ DOMINGOS DA SILVA	R$ 25.776,69
TOTAL			R$ 251.496,44	R$ 2.035,80	R$ 34.537,22		R$ 25.776,69

Assinado eletronicamente por: LUIZ DOMINGOS DA SILVA - Juntado em: 07/08/2024 14:45:19 - da6e5dd
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24080714450822200000042158924?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24080714450822200000042158924

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DO TRABALHO DO JUÍZO DE EXECUÇÕES ESPECIAIS E PESQUISA PATRIMONIAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

REF. SEI 5062-39.2024.5.10.8000
Processo piloto 0085100-81.1998.5.10.0003

URBRÁS Urbanização e Premoldados LTDA., CNPJ n. 00.474.841/0001-30;
SABEP São Bento Empreendimentos e Participações S/A, CNPJ n. 00.479.659/0001-72;
IRFATUR Turismo e Hotelaria S/A, CNPJ n. 00.366.518/0001-43;
IRFASA Construções Industria e Comércio S/A, CNPJ n. 00.023.150/0001-10;
Fazenda da Prata S/A, CNPJ n. 23.537.210/0001-19;
BETONMIX Serviços de Concretagem EIRELI, CNPJ n. 00.446.443/0001-00
Espólio de Wayne do Carmo Faria, pessoa física, inscrito em vida no CPF nº 000.273.911-91;
neste ato representadas por sua administrador/inventariante
Elayne Maria do Carmo Faria, pessoa física inscrita no CPF nº 145.751.831-72.

Todas já devidamente qualificadas vêm, por intermédio de seus advogados, em atenção de id. 764846c nos autos do processo em epígrafe, em que determinou esclarecimentos do Banco do Brasil em relação às hipotecas no imóvel de matrícula 3.951 (“HotelAracoara”), do 2º Registro de Imóveis do Distrito Federal, prestar os seguintes esclarecimentos:

As hipotecas indicadas no imóvel de matrícula 3.951 (“HotelAracoara”), do 2º Registro de Imóveis do Distrito Federal derivam do processo nº 0014143-98.1995.8.07.0001, ajuizada pelo Banco do Brasil em face da IRFASA, Antônio e Celme.

Cumpre esclarecer que, ao longo do processo, ocorreu a cessão de créditos e a substituição do polo ativo, deixando o Banco do Brasil de fazer parte da relação processual (documento em anexo).

As empresas ANTARES e MIRA foram admitidas no polo ativo.

As partes formularam acordo extrajudicial e solicitaram a baixa da hipoteca, o que foi deferido.

Cumpre ainda ressaltar que, tendo em vista o relevante decurso de tempo entre a data de constituição das hipotecas e a presente data, é importante se atentar ao disposto no art. 1.485 do Código Civil, que estipula o prazo de 30 (trinta) anos, contados da data do contrato, para que seja considerada válida a hipoteca. Caso esse seja ultrapassado sem que haja nova averbação requerida por ambas as partes, ocorrerá a perempção. Transcreve-se:

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 19/08/2024 18:14:15 - 73e7762

> Art. 1.485. Mediante simples averbação, requerida por ambas as partes, poderá prorrogar-se a hipoteca, até 30 (trinta) anos da data do contrato. Desde que perfaça esse prazo, só poderá subsistir o contrato de hipoteca reconstituindo-se por novo título e novo registro; e, nesse caso, lhe será mantida a precedência, que então lhe competir.

Considerando todo exposto e primando pela celeridade, entende-se desnecessário aguardar manifestação do Banco do Brasil em novo prazo concedido, visto haver, no momento, vários interessados na compra do imóvel via AIP, que poderão desistir do interesse no imóvel diante da demora, o que prejudicaria o pagamento dos créditos trabalhistas.

Brasília, 08 de agosto de 2024

Daniela Rodriguez Canhaci
OAB/DF 52.619

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 19/08/2024 18:14:15 - 73e7762
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24081918135429300000042357287?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24081918135429300000042357287

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
PJe - Processo Judicial Eletrônico

18/07/2024

Número: **0014143-98.1995.8.07.0001**

Classe: **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**
Órgão julgador: **2ª Vara Cível de Brasília**
Última distribuição : **02/05/2019**
Valor da causa: **R$ 179.503.017,47**
Processo referência: **0014143-98.1995.8.07.0001**
Assuntos: **Indenização por Dano Material**
Objeto do processo: **SISTJ**
Nível de Sigilo: **0 (Público)**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
MIRA PARTICIPACOES S/A (EXEQUENTE)	
	RODRIGO BARROS GUEDES NEVES DA SILVA (ADVOGADO) ATHANASIOS GEORGIOS FLESSAS (ADVOGADO)
ANTARES ENGENHARIA LTDA (EXEQUENTE)	
	RODRIGO BADARO ALMEIDA DE CASTRO (ADVOGADO) AVENIR GOMES RODRIGUES JUNIOR (ADVOGADO) JULIANO GOMES AVEIRO (ADVOGADO) DIEGO BARBOSA CAMPOS (ADVOGADO)
IRFASA SA CONSTRUCOES INDUSTRIA E COMERCIO (EXECUTADO)	
	MARCUS VINÍCIUS FERNANDES BASTOS (ADVOGADO) GUSTAVO HENRIQUE CAPUTO BASTOS (ADVOGADO) FELIPE ALVARENGA NEVES (ADVOGADO)
ANTONIO MORENO (EXECUTADO)	
	MARCOS DRUMMOND MALVAR (ADVOGADO)
CELME MARIA DE ARAUJO MORENO (EXECUTADO)	
WAYNE DO CARMO FARIA (EXECUTADO ESPÓLIO DE)	
	EDNA APARECIDA MARQUES (ADVOGADO) CPF/CNPJ (REPRESENTANTE LEGAL)

Documentos			
Id.	**Data da Assinatura**	**Documento**	**Tipo**
33342795	02/05/2019 17:31	Petição Inicial	Petição Inicial
33344166	02/05/2019 17:31	1802_Peticao	Petição
33344169	02/05/2019 17:31	1804_Documento de Comprovacao	Documento de Comprovação

Certifico que os autos digitalizados foram inseridos no sistema PJE em cumprimento à Portaria Conjunta nº 122 de 20/11/2018.

1547

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA - DF

Processo nº. 26.404/95
Ação de Execução

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SEGUNDA CÍVEL C.J. BRASÍLIA
27 MAR 2019
10:05

BANCO DO BRASIL S.A., nos autos da Ação de Execução nº 26.404/95 que move contra IRFASA S.A. CONSTRUÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO; ANTONIO MORENO; CELME MARIA DE ARAÚJO MORENO; WAYNE DO CARMO FARIA; FAZENDA DA PRATA S/A - FAPRASA e IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S.A., já qualificados; **ANTARES ENGENHARIA LTDA,** inscrita no CNPJ nº 05.653.530/0001-52, sediada na SHIS 705/905, Quadra 05, Bloco C, em Brasília-DF, e **MIRA PARTICIPAÇÕES S/A**, inscrita no CNPJ sob o n° 09.076.180/0001-60, sediada no SGCV Sul Lote 18, Sala 60, Guará, Brasília(DF), por seus respectivos advogados, conforme instrumentos procuratórios inclusos, vêm, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, para informar e requerer o que segue:

1. Que o **BANCO DO BRASIL S.A.**, na forma do incluso **CONTRATO PARTICULAR DE CESSÃO DE CRÉDITOS**, celebrado com **ANTARES ENGENHARIA LTDA** e **MIRA PARTICIPAÇÕES S/A**, cedeu a título oneroso os créditos objeto da presente ação de execução.

2. De conformidade com o previsto na Cláusula Primeira do referido Contrato de Cessão, as Cessionárias ficaram sub-rogadas em todos os direitos, ações, recursos, privilégios e garantias conferidos ao crédito cedido.

3. Desta forma, com fundamento no artigo 567 inciso II do Código de Processo Civil Brasileiro, requerem a admissão das Cessionárias no presente feito, na condição de substitutos processuais do exeqüente, com a conseqüente exclusão do BANCO DO BRASIL S.A. do pólo ativo da presente ação.

4. Lembram, por oportuno, ser desnecessária a intimação dos executados para se manifestarem quanto ao pedido de substituição processual, vez que não se aplica à espécie o disposto no artigo 42, § 1º do Código de Processo Civil, conforme já decidido pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça (STF-Pleno, RE 97.461-0-AgRg-RJ, rel. Min. Aldir Passarinho, j. 20.8.86, DJU 19.9.86, p. 17.143; STJ-1ª Turma, RESP 284.190-SP, rel. Min. José Delgado, j.

Este documento foi gerado pelo usuário 722.***.***-00 em 18/07/2024 14:53:43
Número do documento: 19050215343300000000031915572
https://pje.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19050215343300000000031915572
Assinado eletronicamente por: CRISTINA WEBSTER DE FREITAS DEETER - 02/05/2019 15:34:34

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 19/08/2024 18:14:15 - 01b623a

24.4.01, DJU 20.8.01, p. 354; STJ-3ª Turma, RESP 588.321 rel. Min. Nancy Andrighi, j. 4.8.05, DJU 5.9.05, p. 399).

5. Informam, outrossim, que notificaram os executados acerca da cessão realizada para os fins do artigo 290 do Código Civil, conforme comprovante incluso.

6. Requerem, assim, seja determinado à Serventia que providencie as necessárias alterações na distribuição e autuação do presente feito para exclusão do **BANCO DO BRASIL S.A**. e admissão das empresas **ANTARES ENGENHARIA LTDA** e **MIRA PARTICIPAÇÕES S/A** no pólo ativo da presente execução.

Nestes termos,
Pedem deferimento.

Brasília/DF, 28 de março de 2008.

ISRAEL PINHEIRO TORRES
OAB/DF 4257

JOSÉ MIRANDA DE SIQUEIRA
OAB/DF-10.332
CPF: 734.907.507-30

Este documento foi gerado pelo usuário 722.***.***-00 em 18/07/2024 14:53:43
Número do documento: 19050215343300000000031915572
https://pje.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19050215343300000000031915572
Assinado eletronicamente por: CRISTINA WEBSTER DE FREITAS DEETER - 02/05/2019 15:34:34

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 19/08/2024 18:14:15 - 01b623a

CONTRATO PARTICULAR DE CESSÃO DE CRÉDITOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM, NESTA E NA MELHOR FORMA DE DIREITO, O BANCO DO BRASIL S.A., ANTARES ENGENHARIA LTDA E MIRA PARTICIPAÇÕES S/A

BANCO DO BRASIL S.A., sociedade de economia mista, com sede em Brasília/DF, inscrito no CNPJ do Ministério da Fazenda sob o nº. 00.000.000/0001-91, neste ato representado pelo Sr. José Wagner Leonel Tavares, brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade nº. 98.015.001.319, expedida pela SSP/CE e inscrito no CPF/MF sob nº. 172.397.883-34, com endereço comercial na SEPN 515, Bloco "A", Edifício Sede V, Brasília/DF, administrador da Gerência de Reestruturação de Ativos Operacionais – Gerat – Brasília – DF, nos termos da procuração pública lavrada no Cartório do 3º Ofício de Notas e Protestos de Títulos de Brasília-DF, em 16.12.2005, livro 2146, fls 065 a 067 e substabelecimentos lavrados no livro 2216, fls 043, de 02.02.07 e livro 2224, fls 143, de 03.04.07, doravante designado "**CEDENTE**"; **ANTARES ENGENHARIA LTDA,** inscrita no CNPJ nº 05.653.530/0001-52, sediada na SGVC Sul, Lote 24, Prédio 2, Guará II-DF, CEP 71.215-100, representada de acordo com seu Estatuto Social por seu Sócio HEGEL ROBERTO NICOLAU MORHY, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 2361/D, expedida pelo CREA/DF, inscrito no CPF/MF sob nº 114.148.631-87, residente e domiciliado em Brasília (DF) e **MIRA PARTICIPAÇÕES S/A**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.076.180/0001-60, sediada no SGCV Sul Lote 18, Sala 60, Guará, Brasília(DF), representada de acordo com seu Estatuto Social por seu Sócio CONSTANTINO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 106147, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob nº 546.988.806-10, residente e domiciliado em Brasília (DF), doravante designadas "**CESSIONÁRIAS**", e em conjunto designados "**PARTES**", têm, entre si justo e acertado o presente **CONTRATO PARTICULAR DE CESSÃO DE CRÉDITOS**, doravante denominado simplesmente **"CONTRATO"** mediante as seguintes cláusulas, termos e condições, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DA CESSÃO — O **CEDENTE**, na qualidade de credor e legítimo titular dos créditos decorrentes do Instrumento Particular de Transação de Dívida nº 86/00094-2, celebrado em 10.10.1986 com **IRFASA S/A – CONSTRUÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO; ANTONIO MORENO; CELME MARIA DE ARAÚJO MORENO; WAYNE DO CARMO FARIA; FAZENDA DA PRATA S/A - FAPRASA** e **IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S.A.,** doravante denominados simplesmente "**DEVEDORES**", re-ratificado pelo Aditivo de Re-ratificação nº 90/01113-9, firmado em 11.05.1990, objeto da Ação de Execução, processo nº 26.404/95, em trâmite na 2ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília - DF, movida pelo **CEDENTE** contra os **DEVEDORES** retro mencionados, cede e transfere às **CESSIONÁRIAS**, de modo *pro soluto*, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do artigo 286 e seguintes do Código Civil e na forma autorizada pelo artigo 6º, da Resolução nº 2.836, do Banco Central do Brasil, de 30.05.2001, a totalidade dos créditos que detém sobre as referidas operações, compreendendo o principal, reajuste monetário, juros e demais acessórios, ficando, a partir da presente Cessão sub-rogadas em todos os direitos, ações, recursos, privilégios e garantias conferidos ao crédito cedidos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — Em razão da presente Cessão, ficam as **CESSIONÁRIAS,** a partir da assinatura do presente **CONTRATO**, investidas no direito de darem prosseguimento às ações judiciais empreendidas pelo **CEDENTE** e às ações incidentais correlatas aos créditos que lhes foram cedidos, bem como

Este documento foi gerado pelo usuário 722.***.***-00 em 18/07/2024 14:53:43
Número do documento: 19050215343400000000031915575
https://pje.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19050215343400000000031915575
Assinado eletronicamente por: CRISTINA WEBSTER DE FREITAS DEETER - 02/05/2019 15:34:34
Num. 33344169 - Pág. 1
Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 19/08/2024 18:14:15 - 01b623a

empreenderem a cobrança extrajudicial e receberem os créditos na forma avençadas nos documentos representativos dos créditos ou pela forma – valores e prazos – que lhes forem mais conveniente, independentemente da averbação da presente Cessão nos competentes Ofícios Cartorários.

PARÁGRAFO SEGUNDO — As **CESSIONÁRIAS** declaram assumir, a partir dessa Cessão, a responsabilidade exclusiva pela defesa, em juízo ou fora dele, dos créditos ora cedidos e, em caso de demanda judicial proposta pelos **DEVEDORES** dos créditos objeto dessa Cessão, em andamento ou pendentes de ajuizamento, a responderem integralmente pelos respectivos riscos decorrentes de eventual procedência dessas ações, inclusive de sucumbência, não cabendo ação regressiva contra o **CEDENTE**.

PARÁGRAFO TERCEIRO — As **CESSIONÁRIAS** se declaram cientes de que qualquer transação posterior envolvendo os créditos objeto da presente Cessão não acarretará retorno do risco, ainda que de forma indireta, para o **CEDENTE**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO DA CESSÃO — A presente Cessão é feita a título oneroso e por preço certo no valor de R$ 23.100.000,00 (vinte e três milhões e cem mil reais), que serão pagos pelas **CESSIONÁRIAS** em parcela única no ato da assinatura do presente **CONTRATO**, via depósito na Conta Corrente nº 31027490-7, Agência 3477-0, de titularidade do **CEDENTE**, que, uma vez confirmado o depósito, dá ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação.

CLÁUSULA TERCEIRA — O **CEDENTE** declara que os créditos objeto da presente Cessão são exclusivamente de sua propriedade, não tendo sido negociado junto a terceiros, e que não se encontram gravados, a qualquer título, podendo, portanto, serem objeto da presente Cessão onerosa, não se responsabilizando, porém, pela boa ou má liquidação que o crédito ora cedido venha a alcançar, na forma do artigo 296, do Código Civil, ficando convencionado que a presente Cessão de créditos se opera sem qualquer coobrigação ou retenção de risco, ainda que de forma indireta, para o **CEDENTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — O **CEDENTE** somente responde pela existência dos créditos cedidos até o momento da formalização da presente cessão.

PARÁGRAFO SEGUNDO — O **CEDENTE** não responderá, em hipótese alguma, por quaisquer obrigações decorrentes de atos a serem praticados ou que se exigirem no futuro com o intuito de aperfeiçoar a presente Cessão.

PARÁGRAFO TERCEIRO — Correm por conta exclusiva das **CESSIONÁRIAS** os riscos quanto à solvência dos **DEVEDORES**, assumindo as **CESSIONÁRIAS** todos os ônus e custos de eventual frustração do recebimento dos créditos, ficando cientes de que não dispõem de qualquer direito regressivo contra o **CEDENTE**.

CLÁUSULA QUARTA — As **CESSIONÁRIAS** declaram, expressamente, estarem cientes da situação dos créditos ora cedidos, em especial no que diz respeito à existência da Ação Anulatória cumulada com compensação de indébito e pedido de antecipação de tutela, processo nº 2002.01.1.016595-4, em curso perante a 2ª Vara Cível de Brasília-DF, movida por **IRFASA S/A – CONSTRUÇÕES INDÚSTRIA E**

Este documento foi gerado pelo usuário 722.***.***-00 em 18/07/2024 14:53:43
Número do documento: 19050215343400000000031915575
https://pje.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19050215343400000000031915575
Assinado eletronicamente por: CRISTINA WEBSTER DE FREITAS DEETER - 02/05/2019 15:34:34

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 19/08/2024 18:14:15 - 01b623a

COMÉRCIO em face do **CEDENTE**, que se encontra no Superior Tribunal de Justiça (3ª Turma) para julgamento de Recurso Especial – de ambas as partes – (RESP nº 885.624/DF), na qual busca a anulação de cláusulas contratuais dos títulos exeqüendos com a finalidade de reduzir os encargos financeiros pactuados e, em conseqüência, o valor dos créditos ora cedidos, bem como da Ação Anulatória nº 2003.01.1.036864-5, em curso junto a 2ª Vara Cível de Brasília-DF, também no STJ para apreciação de Recurso Especial (RESP nº 709.120/DF – 4ª Turma), assumindo integralmente os riscos de eventual procedência, ainda que parcial, das referidas Ações Anulatórias, bem como responsabilizando-se por eventuais ônus de sucumbência.

PARÁGRAFO ÚNICO — As **CESSIONÁRIAS**, neste ato, assumem a integral responsabilidade por todas as obrigações e riscos relacionados aos créditos ora cedidos, inclusive os que porventura venham a ser fixados em virtude de decisão judicial, isentando o **CEDENTE** de qualquer responsabilidade por eventual redução do valor do crédito cedido em decorrência do julgamento das Ações Anulatórias referidas no *caput* da presente Cláusula ou de qualquer outra ação que porventura venha a ser ajuizada em relação aos créditos cedidos, bem como de eventuais ônus com o processo como custas e honorários de sucumbência.

CLÁUSULA QUINTA — As **PARTES**, simultaneamente a assinatura do presente **CONTRATO** firmarão, de comum acordo, petições em conjunto dirigidas ao Juízo da 2ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF, noticiando a cessão ora formalizada e requerendo a substituição processual no processo de execução nº 26.404/95, nos termos do artigo 567, II, do CPC.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — A substituição processual também deverá ser requerida nas Ações Anulatórias movidas pelos **DEVEDORES** contra o **CEDENTE** (processos nºs. 2002.01.1.016595-4 e 2003.01.1.036864-5), com pedido para intimação dos **DEVEDORES** para que se manifestem nos termos do artigo 42, § 1º do CPC, salvo em caso de desistência das ações.

PARÁGRAFO SEGUNDO — Na hipótese de vir a ser indeferida a substituição processual em qualquer das ações, as **CESSIONÁRIAS** ingressarão nos respectivos feitos como assistentes litisconsorciais do **CEDENTE**, nos termos do previsto pelo artigo 42, § 2º, do CPC.

PARÁGRAFO TERCEIRO — Na eventualidade de o **CEDENTE** não ser excluído de qualquer das relações processuais, por discordância dos **DEVEDORES** ou por determinação judicial, e, por, conseguinte, se ver compelido a prosseguir na defesa e cobrança judicial dos créditos ora cedidos, as **CESSIONÁRIAS** se comprometem a ressarcir ao **CEDENTE** as despesas processuais correspondentes, a exemplo do pagamento de custas processuais e honorários periciais, mediante a apresentação dos respectivos comprovantes de pagamento.

PARÁGRAFO QUARTO — O reembolso das referidas despesas dar-se-á no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da entrega dos respectivos comprovantes às **CESSIONÁRIAS**.

Este documento foi gerado pelo usuário 722.***.***-00 em 18/07/2024 14:53:43
Número do documento: 19050215343400000000031915575
https://pje.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19050215343400000000031915575
Assinado eletronicamente por: CRISTINA WEBSTER DE FREITAS DEETER - 02/05/2019 15:34:34

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 19/08/2024 18:14:15 - 01b623a

PARÁGRAFO QUINTO — Na hipótese de virem a ser providos os Recursos Especiais referidos no *caput* da **CLÁUSULA QUARTA** do presente **CONTRATO**, as **CESSIONÁRIAS** assumem a total responsabilidade pelo pagamento de eventuais ônus de sucumbência, em especial honorários advocatícios que venham a ser fixados, obrigando-se, inclusive, a restituírem ao **CEDENTE** todo e qualquer valor porventura pago por este a esse título por força de decisão judicial transitada em julgado.

CLÁUSULA SEXTA — Sem prejuízo do disposto na **CLÁUSULA QUINTA** do presente **CONTRATO**, as **CESSIONÁRIAS** obrigam-se a **NOTIFICAR** os **DEVEDORES** das operações cedidas, acerca da presente Cessão de Créditos para os fins do artigo 290 do Código Civil.

CLÁUSULA SÉTIMA — As **CESSIONÁRIAS** registrarão o presente **CONTRATO** em Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Brasília-DF (LRP, art. 127-I, c/c art. 129-9º) correndo por sua conta exclusiva as despesas do registro e dos impostos, tarifas e taxas eventualmente devidas em razão da presente Cessão.

CLÁUSULA OITAVA — As **PARTES** declaram, umas às outras, que obtiveram todas as autorizações necessárias à assinatura deste **CONTRATO** e que os respectivos signatários estão investidos dos poderes exigidos por lei ou pelos seus respectivos atos societários para a celebração da presente Cessão.

CLÁUSULA NONA — As **PARTES** elegem o foro da Circunscrição de Brasília/DF, como o único e competente para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias quanto à interpretação e/ou execução derivadas do presente **CONTRATO**, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as **PARTES** firmam o presente **CONTRATO** em 03 (três) vias, de igual teor e para um só efeito, na presença das 02 (duas) testemunhas, abaixo-assinadas, que a tudo presenciaram, para que produza todos s efeitos jurídicos e legais.

Brasília/DF, 28 de março de 2008.

BANCO DO BRASIL S.A.
José Wagner Leonel Tavares

ANTARES ENGENHARIA LTDA
Hegel Roberto Nicolau Morhy

MIRA PARTICIPAÇÕES S/A
Constantino de Oliveira

Testemunhas:

1) Joaera M. Oliveira Rigobello
2380342 SSP-DF

2) Ana Carolina Ramalho Ramos
2735878 DF

Este documento foi gerado pelo usuário 722.***.***-00 em 18/07/2024 14:53:43
Número do documento: 19050215343400000000031915575
https://pje.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19050215343400000000031915575
Assinado eletronicamente por: CRISTINA WEBSTER DE FREITAS DEETER - 02/05/2019 15:34:34
Num. 33344169 - Pág. 4

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 19/08/2024 18:14:15 - 01b623a

TERMO DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente instrumento o BANCO DO BRASIL S/A, sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 00.000.000/001-91, com sede em Brasília/DF e Agência nesta Circunscrição Especial Judiciária, representado pelo administrador da Gerência Regional de Reestruturação de Ativos Operacionais – GERAT Brasília - DF, Sr. José Wagner Leonel Tavares, brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade nº. 98.015.001.319, expedida pela SSP/CE e inscrito no CPF/MF sob nº. 172.397.883-34, com endereço comercial na SEPN 515, Bloco "A", Edifício Sede V, Brasília/DF, titular dos créditos e direitos decorrentes da sentença homologatória de Instrumento Particular de Transação de Dívida celebrado com os DEVEDORES e do Aditivo de Re-ratificação (operação nº 90/01113-9), objeto da Ação de Execução processo nº 26.404/95, em trâmite na 2ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília - DF, movida pelo BANCO DO BRASIL, para os fins do contido no art. 290 do Código Civil, **NOTIFICA** os devedores/executados **IRFASA S/A – Construções Ind. e Comércio, Wayne do Carmo Faria, Antonio Moreno, Celme Maria de Araújo Moreno, Fazenda da Prata S/A – FAPRASA e IRFATUR - Turismo e Hotelaria S/A** já qualificados nos autos do processo acima referido (26.404/95),de que, por meio do CONTRATO PARTICULAR DE CESSÃO DE CRÉDITOS, celebrado em 28 de março de 2008, cópia anexa, nos termos do permissivo legal do art . 286 e seguintes do Código Civil e na forma autorizada pelo artigo 6º, da Resolução nº 2.836, do Banco Central do Brasil, de 30.05.2001, **CEDEU** a título oneroso os créditos acima referido às **ANTARES ENGENHARIA LTDA**), e **MIRA PARTICIPAÇÕES S/A**.

Brasília, 28 de março de 2008

Banco do Brasil S/A

Ciente da notificação e de acordo com a Cessão

IRFASA S/A – Construções Ind. e Comércio,

Wayne do Carmo Faria,

Antonio Moreno,

Celme Maria de Araújo Moreno

Fazenda da Prata S/A – FAPRASA

IRFATUR - Turismo e Hotelaria S/A

Este documento foi gerado pelo usuário 722.***.***-00 em 18/07/2024 14:53:43
Número do documento: 19050215343400000000031915575
https://pje.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19050215343400000000031915575
Assinado eletronicamente por: CRISTINA WEBSTER DE FREITAS DEETER - 02/05/2019 15:34:34

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 19/08/2024 18:14:15 - 01b623a
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24081918141498000000042357293?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24081918141498000000042357293

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
SECRETARIA DE EXECUÇÕES ESPECIAIS E PESQUISA PATRIMONIAL
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS E OUTROS (1)
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA

TERMO DE CONCLUSÃO

Conclusão ao Exmo. Juiz(a) do Trabalho feita pelo(a) servidor (a) ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI, no dia 20/08/2024.

DESPACHO

Vistos, etc.

REGIVAL LOPES FERREIRA, NILDOMAR BARBOSA DA ROCHA e ALBERTO BASTOS DE BARROS, por meio da petição id ce77830, pretendem que seus créditos trabalhistas em face dos executados sejam incluídos no presente Regime Especial de Execução Forçada, reservando-lhes os valores que lhes são devidos nas execuções em curso nas 8ª, 1ª e 5ª Varas do Trabalho de Fortaleza-CE.

Decido.

Inicialmente, cadastrem os requerentes como terceiros interessados.

Sobre o pedido, importante esclarecer que a instauração do Procedimento de Reunião de Execuções – PRE não tem o condão de converter a Secretaria de Execuções Especiais no "*juízo universal*" de todos os créditos eventualmente existentes em face da executada.

O alcance dessa reunião se limita às execuções trabalhistas em curso no âmbito do TRT-10 Região, na forma da Resolução Administrativa 33/2023 – TRT-10, salvo eventual acordo de cooperação celebrado com outro Regional, o que não se verifica na situação presente.

Evidentemente que há possibilidade de reserva de crédito para o caso de eventual valor sobejante, ou seja, após o pagamento das execuções reunidas na presente REEF, mas, para isso, revela-se imprescindível que haja a formalização de pedido pelos juízos das execuções em que os requerentes são credores.

Assim, na forma requerida, indefiro o pedido.

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 20/08/2024 11:48:12 - ac6fb63

Dê-se ciência aos requerentes.

Publique-se para ciência.

BRASILIA/DF, 20 de agosto de 2024.

FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA
Juiz do Trabalho Titular

Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 20/08/2024 11:48:12 - ac6fb63
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10 REGIAO:02011574000190
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24082010511892100000042367735?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24082010511892100000042367735

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
SECRETARIA DE EXECUÇÕES ESPECIAIS E PESQUISA PATRIMONIAL
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS E OUTROS (1)
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA

CERTIFICO E DOU FÉ que nesta data juntei aos autos mandado e auto de avaliação do imóvel matrícula 3951 do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis do DF (SHN quadra 5, bloco C, Hotel Aracoara - Setor Hoteleiro.

Certifico, ainda, que a avaliação do imóvel se deu por determinação da Exma. Juíza Naiana Carapeba Nery de Oliveira, em despacho proferido nos autos do SEI 12520-44.2023.5.10.8000, referente ao pedido da PEPT anteriormente formulado pelas executadas.

Era o que havia a certificar.

BRASILIA/DF, 22 de agosto de 2024.

ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI
Diretor de Secretaria

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO
SAS Quadra 1 Bloco D - Bairro Asa Sul - CEP 70097-900 - Brasília - DF - www.trt10.jus.br
Praça dos Tribunais Superiores

MANDADO DE AVALIAÇÃO

Endereço das diligências:

Lotes de nº 850, 860, 870, 880, 890, 900, 910, 920, 930, 940, 950, 960 e 970 do Trecho 4, do Setor de Indústria e Abastecimento (SIA) - matrícula nº 16.800 do Cartório do 4º Ofício de Registro de Imóveis do DF.

e

Imóvel de matrícula nº 3.951 do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis do DF (Hotel Aracoara) - item IX do Requerimento para PEPT (2385414).

A Juíza do Trabalho da JUÍZO DE EXECUÇÕES ESPECIAIS E PESQUISA PATRIMONIAL (SEXEC) **MANDA** que o Oficial de Justiça Avaliador Federal **AVALIE** os imóveis acima indicados, nos termos do Despacho 2400615.

Caso seja criado qualquer obstáculo ao cumprimento deste mandado, fica o Oficial de Justiça autorizado a requisitar força policial, bem como a proceder às diligências necessárias em qualquer dia ou hora (art. 770, Parágrafo Único, da CLT; art. 212, §§1º e 2º, do NCPC).

CUMPRA-SE NA FORMA DA LEI.

Assinado pelo(a) Diretor(a) de Secretaria, por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

Assinado digitalmente
GEORGE ANTÔNIO DE SOUSA ROSA
Secretário de Execuções Especiais e Pesquisa Patrimonial
SEXEC/TRT10

Documento assinado eletronicamente por **GEORGE ANTONIO DE SOUSA ROSA**, **Secretário de Execuções Especiais e Pesquisa Patrimonial**, em 31/01/2024, às 14:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.trt10.jus.br/validadorsei.htm informando o código verificador **2430544** e o código CRC **CFCCE38E**.

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 22/08/2024 14:28:20 - 939defc
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24082214273519300000042419168?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24082214273519300000042419168

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 10ª REGIÃO

JUÍZO DE EXECUÇÕES ESPECIAIS E PESQUISA PATRIMONIAL – SEXEC

AUTO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEL

Em 09/02/2024 avaliei o seguinte imóvel:

Matrícula nº 3.951 do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis do DF: SHN QUADRA 5, BLOCO C, HOTEL ARACOARA (Setor Hoteleiro Norte), em Brasília/DF.

Descrição do imóvel:.Lote do terreno designado pela letra C da quadra HN-5, do Setor Hoteleiro Norte, (SH/Norte), medindo 32,00m pelos lados norte e sul e 15,00m pelos lados leste e oeste, ou seja, a área de 480,00m2, limitando-se com logradouros públicos por todos os lados, e respectivo prédio nele edificado com a área total construída de 7.933,00m2. Externamente é possível observar que o edifício conta com doze andares.

Ocupação: Atualmente o hotel está desativado e fechado, o que impede o ingresso ao interior do imóvel.

Critério de Avaliação: Valor conforme pesquisa junto à Câmara de Valores Imobiliários, já que não há imóveis similares à venda na região para viabilizar a avaliação pelo método comparativo, e considerando que o imóvel é antigo, está fechado há bastante tempo e demandará várias reformas.

VALOR DA AVALIAÇÃO: R$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais).

CRISTIANE DE FREITAS PIPPI
Oficial de Justiça Avaliador Federal
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

Scanned with CamScanner

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 22/08/2024 14:28:20 - 81490d4
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24082214273533700000042419169?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24082214273533700000042419169

Decido.

Inicialmente, cadastrem os requerentes como terceiros interessados.
Sobre o pedido, importante esclarecer que a instauração do Procedimento de Reunião de Execuções – PRE não tem o condão de converter a Secretaria de Execuções Especiais no “ ” de todos os créditosjuízo universal eventualmente existentes em face da executada.

O alcance dessa reunião se limita às execuções trabalhistas em curso no âmbito do TRT-10 Região, na forma da Resolução Administrativa 33/2023 –TRT-10, salvo eventual acordo de cooperação celebrado com outro Regional, o que não se verifica na situação presente.

Evidentemente que há possibilidade de reserva de crédito para o caso de eventual valor sobejante, ou seja, após o pagamento das execuções reunidas na presente REEF, mas, para isso, revela-se imprescindível que haja a formalização de pedido pelos juízos das execuções em que os requerentes são credores.

Assim, na forma requerida, indefiro o pedido.

BRASILIA/DF, 22 de agosto de 2024. **ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI**,
Diretor de Secretaria

Decido.

Inicialmente, cadastrem os requerentes como terceiros interessados.
Sobre o pedido, importante esclarecer que a instauração do Procedimento de Reunião de Execuções – PRE não tem o condão de converter a Secretaria de Execuções Especiais no “ ” de todos os créditosjuízo universal eventualmente existentes em face da executada.

O alcance dessa reunião se limita às execuções trabalhistas em curso no âmbito do TRT-10 Região, na forma da Resolução Administrativa 33/2023 –TRT-10, salvo eventual acordo de cooperação celebrado com outro Regional, o que não se verifica na situação presente.

Evidentemente que há possibilidade de reserva de crédito para o caso de eventual valor sobejante, ou seja, após o pagamento das execuções reunidas na presente REEF, mas, para isso, revela-se imprescindível que haja a formalização de pedido pelos juízos das execuções em que os requerentes são credores.

Assim, na forma requerida, indefiro o pedido.

BRASILIA/DF, 22 de agosto de 2024. **ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI**,
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
SECRETARIA DE EXECUÇÕES ESPECIAIS E PESQUISA PATRIMONIAL
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS E OUTROS (1)
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA

CERTIDÃO

Certifico que, em virtude de consulta realizada no sistema Penhora Online - ONR, anexei ao presente processo a CRI atualizada do imóvel de matrícula n° 3.951 registrado no 2° Ofício de Registro de Imóveis de Brasília/DF.

BRASILIA/DF, 22 de agosto de 2024.

GEOVANNE MORAES ARAUJO RODRIGUES
Assessor

Cartório do 2.º Ofício do Registro de Imóveis

Brasília — Distrito Federal

LIVRO 2 — REGISTRO GERAL

matrícula -3951- ficha -1-

-1-

-3951-

MATRÍCULA DO IMÓVEL:-Lote de terreno designado pela letra "C", da Quadra HN-5, do Setor Hoteleiro Norte (SH/NORTE), medindo: 32,00m pelos lados Norte e Sul e 15,00m pelos lados Leste e Oeste, ou seja, a área de 480,00m2., limitando-se com logradouros públicos por todos os lados, e respectivo prédio nele edificado com a área total construida de 7.933,00m2...-.-.-.-.-.-.-.-
PROPRIETÁRIA:- IRFASA S/A- TURISMO, HOTÉIS E MOTEIS, com sede nesta Capital, CGC/MF-nº 00.366 518.-
REGISTRO ANTERIOR:-nº 5371, às fls.256, do Livro nº 3-F(antigo), deste Cartório.-.-.-.-.-.-.-
DOU FÉ.-Em 10 de dezembro de 1976.- OFICIAL, [assinatura]

==

AV.1/3951.-Certifico que, de acordo com Cédula de Crédito Industrial-CCI-74/07-BRB, emitida em 30/05/1974, nesta Capital, e Aditivo de 16/10/1975 e, ainda, averbação nº 2 feita à margem da inscrição nº 16, às fls.13, do livro nº 10(antigo), deste Cartório, foi inscrita a hipoteca em primeiro lugar e sem concorrência do imóvel objeto desta Matrícula, em que figuram: como credor, o BANCO REGIONAL DE BRASILIA S/A, com sede nesta Capital, CGC/MF-nº 00.000. 208/0001; como Devedora, IRFASA S/A-TURISMO, HOTÉIS E MOTEIS, com sede nesta Capital, CGC/MF-nº 00.366.518 e, como avalistas, IRFASA S/A-CONSTRUÇÕES, INDUSTRIA E COMÉRCIO, com sede nesta Capital,CGC/MF-nº 00.023.150; WAYNE DO CARMO FARIA; CIC-000.273.911; ANTONIO MORENO, CIC- nº 000.599.351 e DOUGLAS HECHT, CIC-nº 000.162.251, todos brasileiros, casados, industriais, residentes e domiciliados nesta Capital, sendo que o valor e as demais condições são as constantes do referido registro .-..-.
DOU FÉ.-Em 10/12/1976.-O Escrevente, [assinatura] [assinatura]

R.2/3951.-DEVEDORA:-IRFASA S/A-CONSTRUÇÕES, INDUSTRIA E COMÉRCIO, com sede nesta Capital,CGC 00.023.150.-CREDOR:-BANCO REGIONAL DE BRASILIA S/A, com sede nesta Capital, CGC/MF-00.000208/ 0001.-AVALISTAS: WAYNE DO CARMO FARIA; ANTONIO MORENO; DOUGLAS HECHT; EDUARDO DOGLIA AZAMBUJA JOSÉ NILSON RUAS GUIMARÃES e ALEIXO LUIZ GARCIA, todos brasileiros, casados, industriais, residentes e domiciliados nesta Capital, portadores dos CICs.nºs 000.273.911-91, 005.993.351-04 000.162.251-20, 033.714.767-15,090.584.351-72 e 000.071.451-87, respectivamente.-INTERVENIENTE GARANTE:- IRFASA S/A-TURISMO, HOTÉIS E MOTÉIS, com sede nesta Capital, CGC/MF-nº 00.366. 518.-TÍTULO:-Cédula de Crédito Industrial-CCI-76/055-BRB, emitida em 08/12/1976.-ÔNUS:-Hipoteca Cedular 2º Grau.-VALOR:-CR$15.000.000,00.VENCIMENTO:-09 de dezembro de 1977.-JUROS:- Os juros são devidos à taxa de 12% ao ano, a comissão à taxa de 18% ao ano, calculados sobre o s_aldo devedor e exigíveis no dia 09 de cada mês, e a Taxa de Procuradoria à razão de 0,5% sobre o valor das amortizações. Os pagamentos serão efetuados na praça de Brasília-DF.-FORMA DE PAGAMENTO:-Sem prejuizo do vencimento constante no início desta Cédula, a Devedora efetuará o pagamento do principal e encargos da dívida diretamente ou mediante a retenção sobre os faturamentos relativos a contratos de empreitadas de obras firmados com órgãos Públicos, a serem recebidos pelo Banco, na proporção necessária à liquidação do débito.-.-...-.-.-.-.-.-.-
DOU FÉ.-Em 10/12/1976.-O Escrevente, [assinatura] [assinatura]

Av.3/3951 - Certifico que, de acordo com Cédula de Crédito Industrial CCI-77/050-BRB de 29/6/ 1977, emitida por IRFASA S/A - CONSTRUÇÕES INDUSTRIA E COMÉRCIO, CGC 00.023.150 a favor do BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S/A, CGC 00.000.208/0001, foi deferido à Emitente, pelo Credor,um crédito no valor de CR$9.500.000,00 (nove milhões e quinhentos mil cruzeiros), para aplica -

(CONTINUA NO VERSO)

PJe Assinado eletronicamente por: GEOVANNE MORAES ARAUJO RODRIGUES - Juntado em: 22/08/2024 15:58:26 - 4b1a6fe

matrícula - 3951 -   ficha - 1 - verso

(CONTINUAÇÃO)... aplicação conforme ORÇAMENTO DE APLICAÇÃO - ANEXO I.- Compareceram como avalistas: Wayne do Carmo Faria, Antônio Moreno, Douglas Hecth, Eduardo Doglia Azambuja, José Nilson Ruas Guimarães e Aleixo Luiz Garcia, todos brasileiros, casados, industriais, residentes e domiciliados nesta Capital, portadores dos CICs nºs 000.273.911/91, 005.993.351/04, 000.162.251/20, 033.714.767/15, 090.584.351/72 e 000.071.451/87, respectivamente, comparecendo, ainda, como interveniente garante, constituindo hipoteca cedular em segundo grau (por extensão) do imóvel objeto desta Matrícula, IRFASA S/A - TURISMO HÓTEIS E MÓTEIS, com sede nesta Capital, CGC 00.366.518/001. O crédito deferido, será utilizado após esta averbação e de acordo com as condições de utilização do mesmo ANEXO I - ORÇAMENTO DE APLICAÇÃO, o qual faz parte integrante da cédula ora registrada até sua final liquidação. Os juros são devidos à taxa de 12% ao ano, a comissão à taxa de 18% ao ano, calculados sobre o saldo devedor e exigíveis no último dia útil de cada mês, a partir da data da liberação do crédito, e ainda no vencimento e na liquidação do débito, e a taxa de procuradoria à razão de 0,5% sobre o valor das prestações. Os pagamentos serão efetuados nesta Capital. Os bens vinculados, de propriedade da interveniente garante, obrigatoriamente segurados, já hipotecados em 1º e em 2º graus ao Banco Regional de Brasília S/A, livres e desembaraçados de quaisquer outros ônus, inclusive débitos fiscais e previdenciários, são os objetos desta Matrícula, por extensão das garantias constituídas na Cédula de Crédito Industrial nº 76/055-BRB, de 08/12/76 objeto do R.2/3951. Sem prejuízo do vencimento adiante mencionado, o pagamento do principal e encargos diretamente ou mediante retenção, em proporção a critério do Banco, sobre as importâncias provenientes dos recebimentos efetuados nos 6 (seis) primeiros meses de vigência da cédula, oriundos dos faturamentos dos contratos de empreitada de obras que a favorecida firmar com órgãos públicos, sociedades de economia mista ou fundações, para cujo recebimento outorgaram ao Banco procuração em caráter irrevogável e irretratável. De acordo com o andamento das obras reconheceram ao Banco a faculdade de, também a seu inteiro critério, dispensar a retenção parcial ou total sobre faturamentos recebidos de cada um dos primeiros meses acima fixados, transferindo-a para os faturamentos mensais imediatamente subsequentes, observados sempre o prazo máximo de 6 meses e o vencimento final, desde que a correspondente previsão de recebimento satisfaça o percentual estipulado pelo Banco. As importâncias recebidas serão levadas a crédito na conta de empréstimo, podendo o Banco transferir o valor total ou parcial, quando ocorrer retenções, para a conta de Depósitos na Agência Sia do Banco. Satisfeitas todas as obrigações decorrentes da cédula, o Banco terá direito da retenção sobre os valores recebidos em decorrência das procurações outorgadas, em garantia de qualquer outras obrigações, por outros instrumentos, para com o mesmo.- VENCIMENTO FINAL:- 30/06/1978.- CONDIÇÕES: obrigou-se a emitente pelas demais cláusulas do título.- DOU FÉ.- Em, 30/06/1977.- O Escrevente

R.4/3951 - DEVEDORA:- IRFASA S/A - CONSTRUÇÕES, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, com sede nesta Capital CGC 00.023.150/0001-10.- CREDOR:- BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S/A, com sede nesta Capital, CGC 00.000.208/0001-00.- INTERVENIENTE GARANTE:- IRFASA S/A - TURISMO, HOTEIS E MOTEIS, com sede nesta Capital, CGC 00.366.518/0001-43.- ÔNUS:- hipoteca em terceiro lugar e sem concorrência.- TÍTULO:- escritura pública de empréstimo com garantia hipotecária de 27/09/1977, lavrada às fls. 013, do Livro 350, do 2º Ofício de Notas local.- O Credor emprestará à Devedora

(CONTINUA NA FICHA Nº 2)

PJe Assinado eletronicamente por: GEOVANNE MORAES ARAUJO RODRIGUES - Juntado em: 22/08/2024 15:58:26 - 4b1a6fe

ficha - 2 -

matrícula - 3951 -

(CONTINUAÇÃO DO REGISTRO Nº 4/3951)... por repasse de acordo com a Resolução nº 63, de 21 de agosto de 1967, do Banco Central do Brasil, o valor, em cruzeiros, correspondente a US$500.000,00 (quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), ao Câmbio de compra do dólar dos Estados Unidos da América, na data em que for efetuado o crédito na conta-corrente da devedora, junto à Agência SIA do Banco, em Brasília,DF. O empréstimo será liquidado pela devedora em 02 (duas) parcelas iguais, semestrais e sucessivas, de valor em cruzeiros correspondente, em cada data de pagamento, a US$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), ao Câmbio de venda da referida moeda, vigente nas datas dos respectivos vencimentos, assim sempre respeitada a variação cambial, vencendo-se a primeira parcela no 180º dia, a contar da data em que o empréstimo for creditado à conta-corrente da devedora e a última no 360º daí, igualmente a contar da data do crédito do empréstimo na conta-corrente da devedora. A devedora pagará em cruzeiros, convertidos à taxa de venda do dólar dos Estados Unidos da América, vigente no dia em que forem exigíveis, respeitada, portanto, a variação cambial, juros ao Banco sobre o principal devido, da data do crédito à sua conta-corrente, até o pleno pagamento do empréstimo, pagáveis e exigíveis dois dias úteis antes do 180º dia a contar da data do crédito do valor do empréstimo e dois dias úteis antes do 360º dia, também a contar da data do crédito do empréstimo, à taxa igual, todo o tempo, a 2-1/4% dois e um quarto por cento) ao ano, acima da da "London Interbank Best Offering Rate" (Taxa LIBOR), de seis meses, reajustável pelas variações da taxa LIBOR de seis meses, sendo a antecipação de dois dias úteis,indicada, entendida pelas partes contraentes como imprescindível para a efetivação, pelo Banco, dos seus pagamentos ao Banco passador estrangeiro, nas datas devidas. A taxa LIBOR significa, com relação a cada período de juros, a taxa pela qual se oferecem depósitos em dólares dos Estados Unidos da América aos principais bancos no "London Interbank Market", às 11 (onze) horas da manhã (hora de Londres), dois dias úteis bancários Londrinos anteriores ao referido período de juros para um período igual ao do mencionado período de juros.- A devedora pagará ao Banco, em cruzeiros convertidos à taxa de venda do dólar dos Estados Unidos da América, vigente na data do crédito do empréstimo à sua conta-corrente, a comissão de 1% fixa, sobre o principal, comissão essa que será debitada na referida data do crédito do empréstimo. A devedora pagará ao Banco, em cruzeiros, convertidos à taxa de venda do dólar dos Estados Unidos da América, vigente nas datas em que for exigível, a comissão de repasse de 4% ao ano, pagável semestral e antecipadamente, sendo que a primeira parcela será debitada na data do crédito do empréstimo e a segunda no 180º dia, a contar da referida data do crédito do empréstimo.- Caso as datas de pagamento das parcelas do principal, dos juros e da comissão de repasse recaiam em dia não útil, a devedora se comprometeu a efetuar tais pagamentos no dia útil anterior a este dia não útil.- O calculo dos juros e da comissão de repasse será sempre feito à base de um ano de 360 dias para o número efetivo de dias decorridos. Os fundos do empréstimo contratado serão usados pela devedora para operações de seu objeto social. O pagamento de quaisquer obrigações da devedora referentes à escritura ora registrada, sejam parcelas do principal, juros, comissões e outras quaisquer obrigações, será procedido pelo seu valor prescrito, responsabilizando-se a devedora pelo encargo de pagar todos e quaisquer tributos federais, estaduais e municipais,

(CONTINUA NO VERSO)

PJe Assinado eletronicamente por: GEOVANNE MORAES ARAUJO RODRIGUES - Juntado em: 22/08/2024 15:58:26 - 4b1a6fe

matrícula - 3951 - ficha - 2 - verso

(CONTINUAÇÃO)... incidentes ou que venham a incidir, de futuro, correndo por conta exclusiva da mesma quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais ou não, sobretaxas, encargos financeiros, imponíveis ou que venham a ser exigidos, porquanto ficou entendido e acordado entre as partes que a devedora deverá entregar e o Banco deverá receber os cruzeiros bastantes para a compra dos dólares dos Estados Unidos da América, necessários para a amortização e remuneração efetiva do emprestador estrangeiro e do Banco, sem qualquer dedução, excetuando-se, exclusivamente, o encargo relativo ao imposto de renda no percentual de 25% unicamente sobre as parcelas devidas a títulos de juros, imposto esse que correrá por conta do emprestador estrangeiro, sendo que o incentivo fiscal, correspondente, na data da escritura ora registrada, a 85% sobre o valor do citado imposto, será repassado à devedora, ficando desde já esclarecido que, caso haja alteração na legislação atual sobre o imposto de renda, aumentando o percentual de 25%, a diferença será paga pela devedora, e que, se o incentivo fiscal de 85% for reduzido, o repasse acima mencionado terá como valor o novo percentual estabelecido, ou, se o citado incentivo fiscal for elevado, esse aumento beneficiará a devedora. Se qualquer dos fatos a seguir se efetivar, o Credor declarará todo o saldo devedor do principal, todos os juros e comissões e quaisquer outras obrigações, vencidos antecipadamente e, assim exigíveis imediatamente à devedora: a) a devedora não pagar qualquer parcela de amortização, quando devida, ou não pagar os juros e comissões, quando devidos; b) a devedora sustar ou interromper as suas atividades e c) a devedora for declarada falida, em concordata ou de qualquer forma insolvente. Em se verificando qualquer das hipóteses acima mencionadas, o Banco poderá excutir a hipoteca ora registrada, independentemente da inadimplência da devedora ou da interveniente garante nos contratos garantidos com hipotecas sobre o mesmo imóvel. Nenhum demora no exercício ou mesmo na utilização por parte do Credor de qualquer faculdade sua, por força da escritura ora registrada, será considerada como novação do que está disposto na referida escritura, podendo a qualquer tempo, ser esta faculdade exercitável, sendo, outrossim, as faculdades do Banco sempre cumulativas e não excludentes de quaisquer remédios processuais de Lei. Foi eleito o Foro desta Capital.- CONDIÇÕES:- obrigaram-se as partes pelas demais cláusulas do título.-

DOU FÉ.- Em, 30/09/1977.- O Escrevente

R.5/3951 - DEVEDORA:- IRFASA S/A - CONSTRUÇÕES, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, com sede nesta Capital, CGC 00.023.150/0001-10.- CREDOR:-BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S/A,com sede nesta Capital, CGC 00.000.208/0001-00.- INTERVENIENTE GARANTE:- IRFASA S/A - TURISMO HOTÉIS E MOTÉIS, com sede nesta Capital, CGC 00.366.518/001.- AVALISTAS:- WAYNE DO CARMO FARIA, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta Capital, CIC 000.273.911/91 e SABEP - SÃO BENTO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A, com sede nesta Capital, C.G.C. número 00.479.659/0001-72.- TÍTULO:- cédula de crédito industrial nº CCI-77/084-BRB, emitida nesta Capital em 14/12/1977, com vencimento final para 11/06/1978, pagável na mesma cidade.- ÔNUS:- hipoteca cedular em quarto grau.- VALOR:- CR$23.000.000,00, deferido para aplicação conforme Orçamento de Aplicação - ANEXO I e de acordo com as Condições de Utilização do mesmo ANEXO I- Orçamento de Aplicação, o qual fica fazendo parte integrante da cédula. Os juros são devidos à taxa de 30% ao ano, calculados sobre o saldo devedor e exigíveis no último dia útil de cada

(CONTINUA NA FICHA Nº 3)

Assinado eletronicamente por: GEOVANNE MORAES ARAUJO RODRIGUES - Juntado em: 22/08/2024 15:58:26 - 4b1a6fe

Cartório do 2.º Ofício do Registro de Imóveis

LIVRO 2 — REGISTRO GERAL

Brasília — Distrito Federal

matrícula - 3951 - ficha - 3 -

(CONTINUAÇÃO DO R.5/3951)... mês, no vencimento e na liquidação da cédula, sendo de 1% ao ano a comissão de fiscalização calculada sobre o saldo devedor e exigível com os juros.- CONDIÇÕES:- obrigaram-se as partes pelas demais cláusulas do título.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-. DOU FÉ.- Em, 20/12/1977.- O Escrevente

R.6/3951 - HIPOTECA 5º LUGAR - CREDOR:- BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S/A, sociedade de economia mista, com sede nesta Capital, CGC 00.000.208/0001-00, na qualidade de Agente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico - BNDE, para aplicação de recursos do "Programa de Operações Conjuntas", nos termos do Convênio celebrado em 30/09/1977.- BENEFICIÁRIA FINAL:- SABEP - SÃO BENTO EMPREEDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A, com sede nesta Capital, CGC 00479659/0001-72.- INTERVENIENTE:- URBRÁS - URBANIZAÇÃO E PREMOLDADOS LTDA, com sede nesta Capital, C.G.C. número 00.171.841/0001-30.- O credor abriu à beneficiária final, um crédito fixo até o limite de CR$7.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros), correspondente em Janeiro de 1978 a 29.372,30 ORTNs, considerando o valor unitário de CR$238,32 da ORTN, com recursos do contrato celebrado entre o credor e o BNDE em 03/11/77, destinado a integralização de 68,9% das quotas a serem subscritas pela Beneficiária Final, no aumento de Capital Social votante da Interveniente de CR$15.000.000,00 para CR$25.164.500,00 ao preço de emissão de CR$1,00 cada, objetivando a execução em Sobradinho-DF de projeto de ampliação da capacidade de produção de artefatos de concreto pre-moldado, elevando de 12.000m3/ano para 24.000m3/ano o volume de concreto a ser processado. O crédito será posto à disposição da Beneficiária Final, após cumprimento das condições suspensivas de utilização, parceladamente, em função das necessidades do projeto da Interveniente, respeitado o limite acima referido, em cruzeiros, observado o seguinte esquema de liberações: Primeira Parcela - até 5.035,25 ORTNs, respeitado o limite de CR$1.200.000,00, liberada até 30 dias após a assinatura do contrato; Segunda Parcela - até 5.035,25 ORTNs respeitado o limite de CR$1.200.000,00, liberado até 120 dias após a assinatura do contrato; Terceira Parcela - até 4.615,64 ORTNs, respeitado o limite de CR$1.100.000,00 liberado até 210 dias após a assinatura do contrato; Quarta Parcela - até 4.196,04 ORTNs, respeitado o limite de CR$1.000.000,00, liberada até 300 dias após a assinatura do contrato; Quinta Parcela - até 4.196,04 ORTNs, respeitado o limite de CR$1.000.000,00, liberada até 390 dias após a assinatura do contrato; Sexta Parcela - até 4.196,04 ORTNs, respeitado o limite de CR$1.000.000,00 , liberada até 480 dias após a assinatura do contrato; Sétima Parcela - até 2.098,04 ORTNs, respeitado o limite de CR$500.000,00, liberada até 570 dias após a assinatura do contrato.O principal da dívida da Beneficiária Final, vencerá juros de 9% ao ano, calculados sobre o saldo ' devedor expresso em ORTN contados a partir de cada liberação de recursos efetuados e exigíveis trimestralmente, inclusive durante o período de carência, no dia 10 dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano. A taxa será elevada de 1% ao ano na hipótese de inadimplemento de qualquer natureza sendo contados os juros com elevação da taxa sobre o saldo ' devedor, desde a data do vencimento da obrigação não cumprida até a data de regularização do contrato, se o Credor concordar com a purgação da mora e não preferir declarar vencido o contrato. A Beneficiária Final pagará ao Credor uma comissão de reserva de crédito, equivalente a 0,5% ao ano, sobre o saldo não utilizado de cada parcela do crédito, a partir, de 30 dias ' das disponibilidades dos recursos e até a data da utilização, importância essa que será deduzida da parcela a ser liberada . O principal da dívida decorrente do contrato ora registrado,

(CONTINUA NO VERSO)

- 3 -
- 3951 -

PJe Assinado eletronicamente por: GEOVANNE MORAES ARAUJO RODRIGUES - Juntado em: 22/08/2024 15:58:26 - 4b1a6fe

matrícula - 3951 - ficha - 3 - verso

(CONTINUAÇÃO)... será pago ao Credor pela Beneficiária Final, na proporção dos créditos concedidos, após o período de carência que vai até 10 de março de 1980, em 12 (doze) prestações trimestrais e sucessivas, cada uma no valor de 1/12 (hum doze avos) do principal do crédito, vencíveis no dia 10 dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, efetuada a conversão das ORTNs em cruzeiros da data do respectivo pagamento, vencendo-se a primeira prestação no dia 10 de junho de 1980, comprometendo-se a Beneficiária Final a liquidar com a última em 10/03/1983, todas as obrigações resultantes do contrato. CORREÇÃO MONETÁRIA - toda a dívida da Beneficiária Final decorrente do contrato será sempre expressa em ORTNs de que trata a Lei nº 4.357 de 16/07/1964, indicada sua equivalência em cruzeiros, sendo que a Beneficiária Final poderá fazer jus ao incentivo fiscal, nos termos do Dec.Lei nº 1.531 de 30/03/1977, desde que a Interveniente, na conformidade de seu contrato social, destine pelo menos 25% do lucro líquido de cada exercício a distribuição de lucros aos quotistas.Além das demais estipulações convencionadas, a Beneficiária Final obrigou-se especialmente: I - manter em seu nome, durante a vigência do contrato ora registrado, as quotas subscritas com os recursos provenientes do financiamento; II apresentar ao Credor, até 30 dias, após a utilização de cada parcela do crédito, a correspondente Alteração do Contrato Social da Interveniente, comprovando a integralização do aumento de Capital, em dinheiro, no valor mínimo da parcela liberada, acrescido do valor da parcela realizada com recursos próprios, conforme cronograma de "USOS E FONTES" III - aportar o projeto da Interveniente, sob a forma de integralização de Capital, em dinheiro, o valor mínimo de CR$3.164.500,00, além dos recursos provenientes do financiamento; IV - observar as Disposições Aplicáveis aos Contrato doBNDE, especialmente o artigo 32, com relação a Interveniente, aprovados pela Resolução nº 2, de 28/09/1973, do Conselho do BNDE, e publicados no Diário Oficial da União, Seção I, Parte II, de 04/02/1974, que a Beneficiária Final juntamente com o Sr. Wayne do Carmo Faria, seu acionista, abaixo qualificado, declararam conhecer e aceitar como parte integrante do título ora registrado, com a mesma força e efeito como se transcrito no título; V - promover o seguro dos bens dados em garantia ao Credor. VI- manter em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e outras de caráter social, inclusive o recolhimento das contribuições devidas ao Programa de Integralização Social - PIS, exibindo ao Credor os respectivos comprovantes sempre que lhes forem exigidos; VII - permitir ao BNDE, por seus representantes ou prepostos e ao Credor, o livre acesso a suas respectivas dependências, bem como a seus registros contábeis, para efeito de controle de aplicações; VIII - custear, na forma do disposto no artigo 30, parágrafo primeiro, das disposições a que se refere o ítem IV acima, serviços de auditoria externa, se o Credor a seu critério, decidir contratá-los diretamente; IX utilizar o crédito de cada parcela até 90 dias da data em que for liberada, sem prejuízo da faculdade conferida ao Credor, de ampliar esse prazo antes ou depois do seu término, sob as mesmas condições estabelecidas no contrato; X) apresentar ao Banco, quando solicitados, relatórios que permitam aferir claramente a aplicação dos recursos liberados; XI - não proceder a qualquer alteração do contrato social da Interveniente sem a prévia aprovação do Credor ou do BNDE; XII -não alienar ou onerar as quotas subscritas com recursos da operação ora registrada; A Beneficiária Final, autorizou, a Interveniente a utilizar diretamente os recursos provenientes do crédito aberto, lançando-os em conta especial de seu passivo a crédito da Beneficiária Final. O-

(CONTINUA NA FICHA Nº 4)

PJe Assinado eletronicamente por: GEOVANNE MORAES ARAUJO RODRIGUES - Juntado em: 22/08/2024 15:58:26 - 4b1a6fe

Cartório do 2.º Ofício do Registro de Imóveis
Brasília — Distrito Federal

LIVRO 2 — REGISTRO GERAL

matrícula - 3951 - | ficha - 4 -

ficha - 4 -
matrícula - 3951 -

(CONTINUAÇÃO DO R.6/3951)... Obrigou-se especialmente a Interveniente a: I - executar o projeto acima referido e sujeitar-se a plena fiscalização do Credor e do BNDE, observando no que couber, as "Disposições" de que trata o ítem IV acima; II - aceitar o previsto no Parágrafo Único supra mencionado, comprometendo-se a empregar na integralização das quotas subscritas pela Beneficiária Final os recursos recebidos e lançados a crédito da Beneficiária Final; III - realizar as alterações do seu Capital Social no prazo máximo de 30 dias após a liberação de cada parcela de recursos para, após a liberação da sétima parcela, elevar seu Capital Social de CR$15.000.000,00, para, no mínimo, CR$25.164.500,00, devendo tal aumento ser totalmente integralizado em dinheiro; IV - aplicar na execução do projeto os recursos recebidos em decorrência da integralização do aumento de capital referido no ítem III anterior; V - tomar medidas necessárias e convenientes para que os contratos de construção e de prestação de serviços, bem como a aquisição de quaisquer bens, concernentes a execução do projeto amparado, sejam feitos a custo de mercado, levando-se em conta os fatores de qualidade, eficiência e outros pertinentes; VI - cumprir todas as disposições constantes da Resolução nº 507/77 de 18/05/77 da Diretoria do BNDE homologada em 30/06/77. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS WAYNE DO CARMO FARIA, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta Capital, CIC 000.273.911/91,acionista da Beneficiária Final, obrigou-se a manter sob a forma nominativa as ações representativas de sua participação no capital social votante da Beneficiária Final, correspondente a no mínimo, 51% desse Capital; IRFASA S/A - CONSTRUÇÕES, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, maior quotista da Interveniente, se obrigou na qualidade de Fiadora solidária do instrumento ora registrado. Ficou assegurado ao Credor o direito de declarar vencido o contrato ora registrado, na hipótese de inadimplemento pela Beneficiária Final das obrigações previstas no artigo 32, da "DISPOSIÇÕES" do BNDE, com relação àInterveniente. Ficou facultado ao Credor a seu exclusivo critétio, considerar vencido o contrato antecipadamente, ocorrendo qualquer das hipoteses seguintes: a) se a Beneficiária Final ou a Interveniente deixar de aplicar os recursos acima referidos; b) se houver a transferência do controle do capital votante (51% desse Capital),de modo direto ou indireto, para pessoa estrangeira física ou jurídica, nos termos do artigo 116 da Lei 6.404 de 15/12/1976. Para garantia do pagamento da dívida que resultar, inclusive juros, comissão de reserva de capital, pena convencional, correção monetária, custas, despesas e demais obrigações estipuladas no instrumento a Beneficiária Final, com a Interveniência-Anuência dos respectivos proprietários, deu ao Credor em quinta e especial hipoteca, livre e desembaraçado de qualquer ônus, inclusive fiscais, o imóvel objeto desta Matrícula. INTERVENIENTE GARANTE - IRFASA S/A - TURISMO, HOTEIS E MOTEIS, com sede nesta Capital, CGC 00.366.518/0001-10.- TÍTULO:- escritura pública de abertura de crédito com garantia hipotecária de 04/05/1978, lavrada às fls. 59v, do Livro 185, do 2º Ofício de Notas local.- CONDIÇÕES:- obrigaram-se as partes pelas demais cláusulas do título.-.-.-.-.-.- DOU FÉ.- Em, 17/05/1978.- O Escrevente,

AV.7/3951 - Certifico que, por escritura pública de aditivo ao empréstimo com garantia hipotecária de 22/05/1978, lavrada às fls. 42v, do Livro nº 308, do 2º Ofício de Notas local, o credor, a devedora e a interveniente garante acordaram em aditar a escritura de 27/09/1977 e objeto do R.4/3951, no que se refere ao seguinte: fica prorrogado pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data do respectivo vencimento, o pagamento da primeira parcela do

(CONTINUA NO VERSO)

PJe Assinado eletronicamente por: GEOVANNE MORAES ARAUJO RODRIGUES - Juntado em: 22/08/2024 15:58:26 - 4b1a6fe

(CONTINUAÇÃO DA AV.7)... empréstimo, no valor de US250.000,00 (duzentos e cinquenta mil dólares), previsto na cláusula segunda do empréstimo ora aditado, nas mesmas condições ali previstas. Fica ratificada em todos os demais termos e condições a escritura de empréstimo aditada através do título ora averbado, passando os dois instrumentos a formar um todo único e indivisível.-.

DOU FÉ.- Em, 08/06/1978.- O Escrevente,

AV.8/3951.-Certifico que, de acordo com Aditivo de 28/06/1978, a IRFASA S/A-CONSTRUÇÕES,INDÚSTRIA E COMÉRCIO, na qualidade de financiada e o BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S/A-BRB, como financiador, acordaram em retificar e ratificar, na forma abaixo, a Cédula de Crédito Industrial nº 77/084-BRB, de 14.12.77, registrada sob o nº R.5/3951, nesta Matrícula e sob o número 207, às fls.80, do Livro 3-Registros Auxiliares,deste Cartório, em 20.12.77, no valor de CR$23.000.000,00, com vencimento para 11/06/1978: -PRORROGAÇÃO DO VENCIMENTO:-Fica prorrogado por 150 dias o prazo do financiamento, a contar da data do instrumento ora averbado,passando o vencimento da Cédula ora aditada para 28/11/1978. ELEVAÇÃO DA TAXA DE JUROS:- Ficam os juros elevados para 36% ao ano, calculados sobre o saldo devedor e exigíveis no último dia útil de cada mês, no vencimento e na liquidação da Cédula.-ALTERAÇÃO DA TAXA DE RETENÇÃO:-Fica elevada para 50% a taxa de retenção sobre os faturamentos relativos ao contrato caucionado, previstos para o período de julho a novembro de 1978. RATIFICAÇÃO.-A Cédula em referência fica ratificada em todos os seus termos e condições não expressamente alterados pelo instrumento ora averbado, que àquela se integra formando um todo único e indivisível para todos os fins de direito.-.-.-.-.-.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.

DOU FÉ.-Em 03/07/1978.-O Escrevente,

AV.9/3951.-Certifico que, de acordo com Escritura Pública de Aditivo de 06/11/1978, lavrada às fls.90v., do Livro nº 343, do 2º Ofício de Notas Local, o BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S/A, com sede nesta Capital, CGC/MF-nº 00.000.208/0001-00, na qualidade de credor e a IRFASA S/A-CONSTRUÇÕES, INDUSTRIA E COMÉRCIO, com sede nesta Capital, CGC/MF-nº 00.023.150/0001-10, na qualidade de devedora, acordaram em aditar a escritura de Empréstimo com Garantia Hipotecária de 27.09.1977, objeto do R.4/3951(hipoteca 3º lugar), já aditada por escritura de aditamento de 22/05/1978 e objeto da Av.7/3951, conforme cláusulas seguintes: CLÁUSULA PRIMEIRA O valor das parcelas do emprestimo e o vencimento das mesmas, constantes da cláusula segunda da escritura original e da cláusula primeira do aditivo de 22.5.78, ficam alterados para os fixados no instrumento ora averbado, a saber: O emprestimo será liquidado em 2 parcelas, de valor em cruzeiros correspondente, em cada data de pagamento, a primeira a U$83.333,33 e a segunda a U$416.666,67, à taxa de venda da referida moeda, vigente nas datas dos respectivos vencimentos, assim, sempre respeitada a variação cambial, vencendo-se a primeira parcela dois dias úteis antes do último dia do 30º mês, a contar da data do crédito do emprestimo à conta corrente da Devedora, isto é 14.10.77, e a segunda dois dias úteis antes do último dia do 36º mês, igualmente a contar de 14.10.77, sendo a antecipação de 2 dias úteis, aqui indicada, entendida pelas partes contraentes como imprescindível para a efetivação, pelo Banco, de seus pagamentos, ao banco passados estrangeiro, nas datas devidas. CLÁUSULA SEGUNDA:- A A cláusula terceira da escritura primitiva passa a ter a seguinte redação:-A devedora pagará ao Banco, em cruzeiros, à taxa de renda do dólar dos Estados Unidos da América, vigente nos

(CONTINUA NA FICHA nº 5)-

PJe Assinado eletronicamente por: GEOVANNE MORAES ARAUJO RODRIGUES - Juntado em: 22/08/2024 15:58:26 - 4b1a6fe

Cartório do 2.º Ofício do Registro de Imóveis
Brasília — Distrito Federal

LIVRO 2 — REGISTRO GERAL

matrícula -3951- ficha -5-

matrícula -3951- ficha -5-

(CONTINUAÇÃO DA AV.9/3951-F1.4)...vigente nos dias em que forem exigíveis, respeitada, portanto a variação cambial, juros sobre o principal, devido em moeda estrangeira, da data do crédito, à sua conta-corrente até o pleno pagamento do emprestimo, pagáveis e exigíveis '' dois dias úteis antes do último dia de cada período sucessivo de seis meses, a contar da data do crédito do emprestimo à sua conta corrente, ou seja, 14.10.77,à taxa de 2-1/4% ao ano, taxa bruta, nos primeiros seis meses de vigência do emprestimo, concordando expressamente a Devedora que a cada novo período de seis meses, o Banco emprestador estrangeiro poderá optar entre a manutenção da referida taxa bruta ou a aplicação da taxa líquida de 2-1/8% ao ano todas essas taxas acima da "London Interbank Best Offering Rate" taxa LIBOR' de seis meses, reajustável pelas variações da taxa LIBOR de seis meses, sendo a antecipação de dois dias úteis, aqui indicada, entendida pelas partes contraentes, como imprescindível para a efetivação, pelo Banco de seus pagamentos ao Banco passador estrangeiro, nas datas devidas. CLÁUSULA TERCEIRA:- Fica modificada a redação da cláusula sexta da escritura original, passando a vigorar os seguintes dizeres: A Devedora pagará ao Banco, em cruzeiros, convertidos à taxa de venda do dólar dos Estados Unidos da América, vigente nas datas em que for exigível, respeitada portanto, a variação cambial a comissão de repasse de 4% ao ano, sobre o principal devido em moeda estrangeira, pagável semestral e antecipadamente, da data do crédito do emprestimo à conta-corrente da devedora até o pleno pagamento do mesmo, sendo que a primeira parcela será debitada no dia em que for efetuado o referido crédito e as demais nas datas de vencimento dos juros, estabelecidos na cláusula segunda no início já descrita. CLÁUSULA QUARTA:- As partes contratantes modificam a cláusula decima primeira da escritura original, a qual passa a ser expressa nos seguintes termos:- O pagamento de quaisquer obrigações da devedora, nascidas do instrumento ora averbado, sejam parcelas do principal,juros, comissões e outras quaisquer obrigações, será procedido pelo seu valor prescrito, responsabilizando-se a devedora pelo encargo de pagar todos e quaisquer tributos federais, estaduais e municipais incidentes ou que venham a incidir, de futuro, correndo por conta exclusiva da mesma quaisquer impostos, taxas de contribuições fiscais ou não, sobretaxas, encargos financeiros, imponíveis ou que venham a ser exigidos, porquanto está entendido e acordado entre as partes que a devedora deverá entregar e o Banco deverá receber os cruzeiros bastantes para a compra dos dólares dos Estados Unidos da América, necessários para a amortização e remuneração efetiva do emprestador estrangeiro e do Banco, sem qualquer redução, excentuando-se, exclusivamente a eventualidade em que o empregador estrangeiro opte pela manutenção da taxa bruta de juros de 2-1/4% ao ano, hipótese em que o mesmo absorverá o encargo relativo ao imposto de renda no percentual de 25%, ficando esclarecido que tal absorção abrange unicamente, dito imposto sobre as parcelas devidas a título de juros, exclusive,portanto, aqueles inerentes a comissões, sendo que o incentivo fiscal, correspondente nesta data a 85% sobre o valor do citado imposto, será repassado à Devedora concordando esta, desde já, caso haja alteração da legislação atual sobre o imposto de renda, aumentando o percentual de 25%,a diferença será paga pela devedora, e que, se o incentivo fiscal de 85% for reduzido, o repasse acima mencionado terá como valor o novo percentual estabelecido, ou se o citado incentivo fiscal for elevado,esse aumento beneficiará a devedora .-CLÁUSULA QUINTA:- Compareceu no ato da assinatura do instrumento ora averbado, como Interveniente Garante, a

(CONTINUA NO VERSO)-

PJe Assinado eletronicamente por: GEOVANNE MORAES ARAUJO RODRIGUES - Juntado em: 22/08/2024 15:58:26 - 4b1a6fe

matrícula -3951- ficha -5- verso

(CONTINUAÇÃO)...a IRFASA S/A-TURISMO, HOTÉIS E MOTEIS, com sede nesta Capital, CGC/MF-número 00.366.518/0001-43 a qual manifestou a sua plena concordância com os termos do presente aditivo e declarou expressamente que permanecem válidas as garantias reais por ela constituidas em favor do Banco, constantes da cláusula decima-segunda da escritura original. Ainda com referência às garantias, a devedora entregou ao Banco Carta assinada pelos Srs.Wayne do Carmo Faria, Antonio Moreno, Douglas Hecht, Eduardo Doglia Azambuja e José Nilson Ruas Guimarães e respectivas esposas, em que ratificam a fiança prestada em favor do Banco, conforme carta fiança datada de 28.09.77.-CLÁUSULA SEXTA:-Ficam ratificados todos os demais termos, e condições da escritura original e do aditivo de 22.05.78, constituindo tais instrumentos e o presente aditivo, um todo único e indivisível.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.-.
DOU FÉ.-Em 24/11/1978-O Escrevente,

AV.10/3951.-Certifico que, de acordo com Aditivo de 12/12/1978, a IRFASA S/A-CONSTRUÇÕES, INDUSTRIA E COMÉRCIO, CGC/MF-nº 00.023.150/0001-10 na qualidade Financiada; o BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S/A, CGC/MF-nº 00.000.208/0001-00, como Favorecido; IRFASA S/A-TURISMO HOTÉIS, CGC/MF-nº 00.366.518/001, como Intervenidante-Garante e WAYNE DO CARMO FARIA e SABEP-São Bento Empreendimentos e Participações S/A, na qualidades de avalistas, acordaram em retificar e ratificar, na forma abaixo, a Cédula de Crédito Industrial nº 77/084-BRB, de 14.12.77, objeto do R.5/3951, registrada às fls.80, sob o nº 207, no Livro 3, deste Cartório, do seguinte modo:PRORROGAÇÃO DO VENCIMENTO.-Fica prorrogado o vencimento da cédula de Crédito Industrial, ora aditada, por mais 179 dias, a contar da data do instrumento ora averbado, ou seja, para 09/06/1979; REDUÇÃO NO VALOR DO MÚTUO:-O valor do Mútuo fica reduzido para ' CR$15.000.000,00; ELEVAÇÃO DA TAXA DE JUROS:-Ficam os juros elevados para 3,5% ao mês, calculados sobre o saldo devedor e exigíveis no último dia útil de cada mês, no vencimento e na liquidação da Cédula; VINCULAÇÃO DE NOVOS CONTRATOS E CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS:-Ficam vinculados à CCI ora aditada os contratos nºs 31/78 e 32/78, firmados entre a financiada e a Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda., para execução, sob regime de empreitada por preço global, de conformidade com a resolução 378/76-C.A e caderno de especificações e encargos, cronograma físico-financeiro e das Licitações nºs 04/78 e 03/78 da construção de 1.378 casas residenciais nos seguintes endereços: 688 casas no Setor P; 308 casas na QNP-14 e 382 casas na QNP-18, no Setor Norte de Taguatinga-DF, bem como os cronogramas ' físico-financeiros, correspondentes aos Contratos acima vinculados, para os periodos de dezembro de 1978 a maio de 1979 e dezembro de 1978 a abril de 1979, respectivamente, mediante a retenção de 30% sobre os faturamentos relativos aos contratos caucionados, entregues ao Banco, os quais passaram a fazer parte integrante do instrumento ora averbado.-RATIFICAÇÃO:-A Cédula em referência fica ratificada em todos os seus termos e condições não expressamente alterados,pelo instrumento ora averbado, que aquele se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins de direito.Obrigou-se a financiada pelas demais condições do título.-.-.--.--.--.--.-.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.-.
DOU FÉ.-Em 14/12/1978.-O Escrevente,

Av.11/3951 - Certifico que, por escritura de 06/08/1979, lavrada às fls. 53v, do Livro 421, do 2º Ofício de Notas local, o credor Banco Regional de Brasília S/A, autorizou o cancelamento das hipotecas feitas em 1º, 2º, 3º , 4º e 5º lugares, objeto da Av.1, dos R.2, R.3 ,

(CONTINUA NA FICHA Nº 6)

PJe Assinado eletronicamente por: GEOVANNE MORAES ARAUJO RODRIGUES - Juntado em: 22/08/2024 15:58:26 - 4b1a6fe

Cartório do 2.º Ofício do Registro de Imóveis

Brasília — Distrito Federal

LIVRO 2 — REGISTRO GERAL

matrícula - 3951 - ficha - 6 -

(CONTINUAÇÃO DA AV.11/3951)... R.4, R.5, R.6 e das Av.7, Av.8, Av.9 e Av.10, todas desta Matrícula, para que não produzam mais nenhum efeito de direito.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-
DOU FÉ.- Em, 07/08/1979.- O Escrevente,

R.12/3951 - CREDOR:- BANCO DO BRASIL S/A, com sede nesta Capital, CGC 00.000.000/0452-9.-DEVEDORA:- IRFASA S/A - CONSTRUÇÕES, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, com sede nesta Capital, C.G.C/MF nº 00.023.150/0001-10.- INTERVENIENTE GARANTE:- IRFASA S/A - TURISMO, HOTÉIS E MOTÉIS, com sede nesta Capital, CGC 00.366.518/0001-69.- ÔNUS:- hipoteca em primeiro lugar e sem concorrência TÍTULO:- escritura pública de garantia hipotecária de 06/08/1979, lavrada às fls. 53v, do Livro 421, do 2º Ofício de Notas local.- VALOR:- CR$50.000.000,00, destinado a reforço de capital de giro da devedora, que ela poderá dispor dentro de 15 dias da data da escritura ora registrada de uma só vez ou em parcelas, à medida de suas necessidades. As quantias fornecidas pelo Credora à Devedora, e as despesas por ele efetuadas, serão escrituradas em conta gráfica representativa do saldo da operação. Sobre os saldos devedores dessa conta serão devidos juros e comissão, calculados à taxa unificada de 3% ao mês, exigíveis no último dia de cada trimestre civil, no vencimento e na liquidação da dívida, podendo ser capitalizados, a critério do Credor. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO:- as importâncias fornecidas pelo Credor à Devedora e as que lhe forem devidas a título de despesas, até o respectivo reembolso, estarão sujeitas à taxa de administração de 1% ao mês, contados sobre o saldo devedor do empréstimo e exigível juntamente com os juros e a comissão. Vencida por qualquer motivo a dívida e não paga, os juros, de 3% ao mês acima referidos, serão elevados de 1% ou da taxa máxima que vier a ser admitida pelo Conselho Monetário Nacional, a título de mora, de pleno direito, independentemente de citação judicial ou de qualquer outro procedimento. O contrato ora registrado se vencerá dentro de 60 dias, obrigando-se a devedora a pagar em 05 de outubro de 1979 todas as responsabilidades dele oriundas, compreendidos principal, comissão, juros, taxa de administração, outros acessórios e quaisquer despesas. Se o Credor tiver de recorrer aos meios judiciais ainda que em processo administrativo, para cobrança de seu crédito, a Devedora pagará mais 10% de multa sobre o que dever de principal, juros, comissão, taxa de administração, outros acessórios e despesas. Foi eleito o Foro desta Capital.- CONDIÇÕES:- obrigaram-se as partes pelas demais cláusulas do título.-.
DOU FÉ.- Em, 07/08/1979.- O Escrevente,

AV.13/3951.-Certifico que, por escritura de 05/09/1979, lavrada às fls.034v., do Livro nº 422,do 2º Ofício de Notas Local, o credor hipotecário autorizou o cancelamento da hipoteca objeto do R.12/3951 supra,para que a mesma não produza mais nenhum efeito de direito.-.-.-.
DOU FÉ.-Em 10/09/1979.-O Escrevente,

R.14/3951.-HIPOTECA:-CREDOR:-BANCO DO BRASIL S/A, com sede nesta Capital, CGC/MF-nº 00.000.000/0452-90.-DEVEDORA:-IRFASA S/A-CONSTRUÇÕES, INDUSTRIA E COMÉRCIO, com sede nesta Capital CGC/MF-nº 00.023.150/0001-10.-INTERVENITENTE GARANTE:-IRFASA S/A-TURISMO, HOTÉIS E MOTEIS, com sede nesta Capital, CGC/MF-nº 00.366.518/0001-69.-FIADORES E PRINCIPAIS PAGADORES:-WAYNE DO CARMO FARIA,industrial e sua mulher,ELENITA DA VALE FARIA, dolar, brasileiros, residentes e domiciliados nesta Capital,CIC-.000-273-911-91 e ANTONIO MORENO, industrial,CIC-nº 000.599.351-20 e sua mulher,CELME MARIA DE ARAUJO MORENO, professora, CIC-023.605.861-49,-brasileiros, residentes e domiciliados nesta Capital, os quais renunciaram aos favores pre-

(CONTINUA NO VERSO)-

matrícula - 3951 - ficha - 6 -

PJe Assinado eletronicamente por: GEOVANNE MORAES ARAUJO RODRIGUES - Juntado em: 22/08/2024 15:58:26 - 4b1a6fe

matrícula -3951- ficha -6- verso

(CONTINUAÇÃO)...previstos nos artigos 1503 do Código Civil e 262 do Código Comercial.-TÍTULO Escritura Pública de Repasse de Emprestimos com Garantia de Hipoteca e Fiança de 05/09/1979 lavrada às fls.034v, do Livro nº 422, do 2º Ofício de Notas Local.-ÔNUS:- Hipoteca em 1º lugar e sem concorrência.-VALOR:-O Banco repassou à Devedora a quantia de US$5.400.000,00(cinco milhões e quatrocentos mil dólares), entregando-lhe os fundos provenientes da conversão desta quantia, em moeda nacional, no total de CR$149.850.000,00(cento e quarenta e nove milhões, oitocentos e cinquenta mil cruzeiros), apurada pela aplicação da taxa cambial da compra vigente na data do instrumento ora registrado, de CR$27,775(vinte e sete cruzeiros e setecentos e setenta e cinco centavos).-COMISSÃO DE COMPROMISSO:-Sobre o valor em dólares americanos do Crédito deferido,a Devedora pagará a comissão de compromisso de 0,5% ao ano; nos primeiros trinta dias e 3% ao ano a partir do 31º dia, a contar da data da comunicação do deferimento, até a data da efetiva utilização do crédito ou da desistência, quando ocorrer. DESISTENCIA- A não utilização do crédito dentro do prazo de 30(trinta) dias a contar da data do instrumento ora registrado, significará desistência da Devedora, que facultará ao Banco cancelar o financiamento. TAXA DE JUROS:- Os juros são devidos à taxa de 13,5% ao ano, exigíveis em 30(trinta) de junho e 31(trinta e um) de dezembro, no vencimento e na liquidação da dívida, podendo ser capitalizados. A taxa de juros poderá ser reajustada trimestralmente, em 1º de janeiro, 1º de abril, 1º de julho e 1º de outubro de cada ano, a critério do Banco, com base no custo para o Banco da captação de dinheiro no mercado financeiro internacional, ficando, porém desde já estabelecido que o "spread"(sobretaxa líquida), não excederá a 3 (três)pontos(3%). A vigência da nova taxa será informada pelo Banco através de carta sob registro postal. Ficou ainda estabelecido que o imposto de Renda correrá por conta do Banco. Além dos juros acima contratados a devedora pagará a taxa de procuradoria de 0,5% sobre o valor dos direitos creditórios caucionados, cujo recebimento for efetivado pelo Banco, a qual será exigível juntamente com os juros. PENA CONVENCIONAL:-10% do que a Devedora lhe dever de principal, juros, correção monetária, acessórios e despesas.-O principal da dívida que resultar do contrato ora registrado, será pago dentro de 02 anos, da data do instrumento, em cruzeiros, convertidos em dólares-americanos, segundo a taxa de venda de câmbio do dia do vencimento, em uma única prestação, obrigando-se a devedora a liquidar simultâneamente todas as responsabilidades pecuniárias decorrentes do contrato ora registrado.RISCO DE CÂMBIO:- O saldo devedor sofrerá reajuste, facultado pela Resolução nº 63, do Banco Central do Brasil, em proporção correspondente à variação da taxa cambial de venda. Assim, sempre que ocorrer qualquer alteração na taxa de câmbio do dólar-americano, o saldo devedor, em moeda nacional, será reajustado, a fim de manter-se paridade com essa moeda estrangeira. CONDIÇÕES:-Obrigaram-se as partes pelas demais cláusulas e condições do título ora registrado.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-. DOU FÉ.-Em 10/09/1979.-O Escrevente,

Av.15/3951.- Certifico que, de acordo com Petição de 06.03.1981, acompanhada de alteração contratual de 09.05.1979, devidamente arquivada na Junta Comercial do Distrito Federal sob o nº 8839, em 28.08.1970, a proprietária do imóvel objeto desta Matrícula, teve a sua Razão Social alterada para IRFATUR - TURISMO E HOTELARIA S/A, com sede nesta Capital,CGC.00.366. 518/0001-43.-.----------.----------.----------.----------.----------.----------.----------.

DOU FÉ.- Em, 28.04.1981.- Técnico Judiciário,

(CONTINUA NA FICHA nº 7)...

PJe Assinado eletronicamente por: GEOVANNE MORAES ARAUJO RODRIGUES - Juntado em: 22/08/2024 15:58:26 - 4b1a6fe

Cartório do 2.º Ofício do Registro de Imóveis
Brasília — Distrito Federal

LIVRO 2 — REGISTRO GERAL

matrícula -3951- ficha -7-

ficha -7-
matrícula -3951-

R.16/3951-HIPOTECA:- CREDOR:- BANCO DO BRASIL S/A, com sede nesta Capital, CGC/MF-nº 00000.000/0452-92.-DEVEDORA:-IRFASA S/A-CONSTRUÇÕES, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, com sede nesta Capital, CGC/MF-nº 00.023.150/0001-10.-INTERVENIENTE GARANTE:- IRFATUR-TURISMO E HOTELARIA S/A, com sede nesta Capital, CGC/MF-nº 00.366.518/0001-43.-FIADORES E PRINCIPAIS PAGADORES:-WAYNE DO CARMO FARIA, industrial e sua mulher, ELENITA DA VALE FARIA, do lar, brasileiros, residentes e domiciliados nesta Capital, CIC-000.273.911-91 e ANTONIO MORENO, industrial, CIC-número 000.599.351-20 e sua mulher, CELME MARIA DE ARAUJO MORENO, professora, CIC-023.605.861-49 brasileiros, residentes e domiciliados nesta Capital, os quais renunciaram aos favores previstos nos artigos 1503 do Código Civil e 262 do Código Comercial.TÍTULO.- Escritura Pública de Repasse de Emprestimo com Garantia de Hipoteca e Fiança de 10/02/1982, lavrada às fls. 46, do Livro nº 668, do 2º Ofício de Notas Local.ÔNUS:- Hipoteca em 2º grau e sem concorrência.-VALOR:-O Banco repassou à Devedora a quantia de US$8,616,000.00(oito milhões seiscentos e dezesseis mil dólares), no total de CR$1.172.379.120,00(hum bilhão, cento e setenta e dois milhões, trezentos e setenta e nove mil e cento e vinte cruzeiros), apurados pela aplicação da taxa de cambio de compra de CR$136,07, vigentes em 09.02.1982.A quantia ora repassada destina-se à liquidação do financiamento obtido pela devedora para reforço de giro, a saber: EIC-79/00.081-7, de US$5,400,000.00, contratado por escritura lavrada às fls.034-vº, do Livro nº 422, do 2º Ofício de Notas Local, em 05.09.79, vencido em 04.09.81. JUROS:-24,5% ao ano, exigíveis em 30 de junho e 31 de dezembro, no vencimento e na liquidação da dívida, podendo ser capitalizados.-A taxa de juros poderá ser reajustada trimestralmente, em 1º de janeiro; 1º de abril; 1º de Julho e 1º de outubro de cada ano, a critério do Banco, com base no custo para o Banco da captação de dinheiro no mercado financeiro internacional, ficando, porém, estabelecido que a "spread"(sobretaxa líquida) não poderá exceder de 3 ponto(3%). O principal da dívida que resultar do contrato ora registrado será pago em cruzeiros conversíveis em dólares dos Estados Unidos segundo a taxa de venda de câmbio do dia do vencimento ou da efetivação do pagamento, em 04 prestações, a saber: em 09.08.1983-US$2,154,000.00;Em 09.02.1984-US$2,154,000.00; em 09.08.1984-US$2,154,000.00 e, em 09.02.1985-US$2,154,000.00. PENA CONVENCIONAL:-10% do que a Devedora lhe dever de principal, juros, correção monetária, acessórios e despesas.CONDIÇÕES:- Obrigaram-se as partes pelas demais cláusulas e condições do título.---.--.--.---.--.--.--.--.--.-.--.--.-.-.--.--.-.--.--.--.--.--.--.--.--.-
DOU FÉ.-Em 25/02/1982.-Técnico Judiciário,

R.17/3951 - De acordo com Certidão expedida em 29/11/96, pela Diretora de Secretaria da 2ª Vara Cível, da Circunscrição Judiciária de Brasília-DF, extraída dos Autos do Processo nº 26.404/95, da Ação de Execução de Sentença, proposta pelo BANCO DO BRASIL S/A, com sede nesta Capital, CGC/MF nº 00.000.000/0452-91 contra IRFASA S/A - CONSTRUÇÕES, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, com sede nesta Capital, CGC/MF nº 00.023.150/0001-10, o imóvel objeto desta Matrícula foi PENHORADO, para cobrança da dívida no valor de R$118.944.768,66. A penhora foi efetuada por determinação do Dr. Fernando A. Habibe Pereira, MM. Juíz de Direito da referida Vara, tendo o imóvel ficado em mãos de Pedro Pinheiro Costa, Depositário Público Substituto. OBS: Os demais requisitos exigidos pelo art.239, da Lei 6015/73, não constaram da ordem judicial
DOU FÉ. Em, 13/01/1997. Escrevente,

(continua no verso)

PJe Assinado eletronicamente por: GEOVANNE MORAES ARAUJO RODRIGUES - Juntado em: 22/08/2024 15:58:26 - 4b1a6fe

matrícula -3951- | ficha -7- verso

R.18/3951 - De acordo com Mandado de Penhora, Avaliação, Intimação e Registro datado de 11.06.1997, expedido pelo Diretor de Secretaria da Oitava Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, acompanhado de Auto de Penhora, de 24.06.1997, extraídos dos autos da Ação de Execução Fiscal, Processo nº 58.422/95, movida pela FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, contra IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S/A, com sede nesta Capital, o imóvel desta Matrícula, foi PENHORADO, para cobrança da dívida no valor de R$44.215,90.-A Penhora foi efetuada por determinação do Dr. Aiston Henrique de Sousa, MM. Juíz de Direito da referida Vara, ficando o bem em mãos do Depositário Público.-Obs:- Os demais requisitos exigidos pelo Artigo 239, da Lei 6.015/73, não constaram da ordem judicial.----------
DOU FÉ.-Em, 23.07.97.-Escrevente,

R.19/3951 - De acordo com Mandado de Penhora, Avaliação e Registro de 14.08.1997, expedido pelo Diretor de Secretaria da 4a Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, acompanhado de Auto de Penhora e Depósito de 09.10.1997, extraídos dos autos do Processo nº 2.149/97, movido pela FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, contra IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S/A, o imóvel desta Matrícula foi PENHORADO, para garantia da dívida no valor de R$53.848,76.-A Penhora foi efetuada por determinação da Dra. Adelith Castro de Carvalho Lopes, MMa. Juíza de Direito da 4a Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, ficando o bem em mãos do Depositário Público, Antonio Hamilton Rodrigues de Lima.- Obs:- Os demais requisitos exigidos pelo Artigo 239, da Lei 6.015/73, não constaram da ordem judicial.----------
DOU FÉ.-Em, 09.12.97.-Escrevente,

R.20/3951 - De acordo com Mandado de Penhora e Avaliação datado de 01.10.1997, expedido pela Diretora de Secretaria da 18a Vara Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal, acompanhado de Auto de Avaliação e Penhora de 03.11.1997, extraídos da Ação de Execução Fiscal, Processo nº 1997.34.00.019952-5, movida pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS, contra IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S/A., com endereço nesta Capital, o imóvel desta Matrícula, foi PENHORADO, por determinação da Dra. Maria de Fátima de Paula Pessoa Costa, MMa. Juíza Federal da citada Vara, ficando o bem em mãos do Depositário, Wayne do Carmo Farias.-Obs:Os demais requisitos exigidos pelo Artigo 239, da Lei 6.015/73, não constaram da ordem judicial.-
DOU FÉ.-Em, 16.03.98.-Escrevente,

VID
Av.:

Av.21/3951 - De acordo com a parte final do parágrafo 1º, do Artigo 213, da Lei 6.015/73, fica aditado o R.20/3951, para consignar que o imóvel objeto desta Matrícula foi Penhorado, para cobrança da dívida no valor de R$969.162,17.- Ficam ratificados os demais termos do citado R.20/3951.----------
DOU FÉ.-Em, 16.03.98.-Escrevente,

R.22/3951 - De acordo com Mandado de Citação, Penhora e Avaliação de 09.03.1998, expedido pela Diretora de Secretaria da 11a Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, acompanhado de Auto de Penhora de 11.08.1998 e, de Certidão de 28.04.98, extraídos dos autos da Ação de Execução Fiscal nº 98.1750-2, movida pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, contra IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S/A, com endereço nesta Capital, o imóvel desta Matrícula foi PENHORADO, para cobrança da dívida no valor de R$555.686,43.- A Penhora foi efetuada por determinação do Dr. Hamilton de Sá Dantas, MM. Juíz Federal da citada Vara, ficando o bem em mãos de Wayne do Carmo Faria, C.I. 098 965/SEP/DF.-Obs:- Os demais requisitos exigidos pe-

(continua na ficha 08)

PJe Assinado eletronicamente por: GEOVANNE MORAES ARAUJO RODRIGUES - Juntado em: 22/08/2024 15:58:26 - 4b1a6fe

2.º Ofício do Registro de Imóveis
Brasília — Distrito Federal

LIVRO 2 — REGISTRO GERAL

matrícula -3951- | ficha -8-

(CONTINUAÇÃO DO R.22/3951, da ficha 07v?)....lo Artigo 239, da Lei 6.015/73, não constaram da ordem judicial.----------

DOU FÉ.-Em, 21.09.98.-Escrevente,

R.23/3951 - De acordo com Mandado de Penhora e Avaliação nº 481/99, datado de 16/06/99, expedido pelo Diretor de Secretaria da 18ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, acompanhado de Auto de Avaliação e Penhora datado de 08/07/99, extraídos dos Autos do Processo nº 99.11956-3 - Execução Fiscal - Classe 3100, movido pela UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL) contra IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S/A, CGC/MF nº 00.366.518/0001-43, o imóvel objeto desta Matrícula foi PENHORADO, para cobrança da dívida no valor de R$100.047,37. A penhora foi efetuada por determinação do Dr. José Pires da Cunha, MM. Juiz Federal Substituto da referida Vara. OBS: Os demais requisitos exigidos pelo Artigo 239, da Lei 6015/73, não constaram da ordem judicial.----------

DOU FÉ. Em, 02/08/1999. Escrevente,

R.24/3951 - De acordo com Mandado de Citação, Penhora e Avaliação datado de 30/08/99, expedido pelo Diretor de Secretaria da 11ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, acompanhado de Auto de Penhora datado de 26/11/99, extraídos dos Autos do Processo nº 99.025110-1 - Execução Fiscal - Classe 03100, movido pela UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL) contra IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S/A, com sede nesta Capital, o imóvel objeto desta Matrícula, foi PENHORADO, para cobrança da dívida no valor de R$34.283,28. A penhora foi efetuada por determinação do Dr. Hamilton de Sá Dantas, MM. Juíz Federal da referida Vara. OBS Os demais requisitos exigidos pelo Artigo 239, da Lei 6015/73, não constaram da ordem judicial.----------

DOU FÉ. Em, 07/01/2000. Escrevente,

R.25/3951 - De acordo com Mandado de Citação, Penhora e Avaliação nº 1291, de 09/11/2000, expedido pela Drª Naiana Borges Carapeba, MMª Juíza da 1ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, acompanhado de Auto de Penhora e Avaliação, datado de 27/11/2000, extraídos dos Autos do Processo nº 01ª Vara do Trabalho de Brasília-DF 122/00, movido por JOSÉ BERNARDINO DOS SANTOS contra IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S/A - HOTEL ARACOARA, com sede nesta Capital, o imóvel objeto desta Matrícula foi PENHORADO, para cobrança da dívida no valor de R$11.500,00. A penhora foi efetuada por determinação da Drª Naiana Borges Carapeba, MMª Juiza do Trabalho da referida Vara. OBS: Os demais requisitos exigidos pelo Artigo 239, da Lei 6.015/73, não constaram da ordem judicial.----------

DOU FÉ. Em, 07/02/2001. Escrevente,

R.26/3951 - De acordo com Mandado de Intimação nº 965/01, de 31.07.2001, expedido pelo Dr. Augusto César Alves de Souza Barreto, MM. Juíz Titular da 9ª Vara do Trabalho de Brasília,DF, acompanhado de Despacho datado de 23.07.2001, do referido Juíz de Direito; de Auto de Penhora e Avaliação de 11.07.2001 e, de Auto de Depósito de 21.08.2001, extraídos dos autos do Processo nº 9043/00, movido por JOSE CARLOS VIANA(oriunda da 1ª Vara do Trabalho de Florianópolis,SC), contra IRFATUR-TURISMO E HOTELARIA S/A(HOTEL ARAUCÁRIA), com endereço nesta Capital, o imóvel desta Matrícula foi **PENHORADO**, para garantia da dívida no valor de R$1.170,00.- A Penhora foi efetuada por determinação do Dr. Augusto César Alves de Souza Barreto,

(CONTINUA NO VERSO)

PJe Assinado eletronicamente por: GEOVANNE MORAES ARAUJO RODRIGUES - Juntado em: 22/08/2024 15:58:26 - 4b1a6fe

matrícula 3.951 | ficha 08 verso

MM. Juíz Titular da citada vara, ficando o bem em poder da depositária, Maria Gomes Otsuki, brasileira, casada, CIC 057.201.501-10, residente nesta Capital.- OBS: Os demais requisitos exigidos pelo Artigo 239, da Lei 6.015/73, não constaram da ordem judicial.----------
DOU FÉ.-Em, 19.09.2001.- Escrevente.

R.27/3951 - De acordo com Ofícios n°s 13.2.076/00, de 28.11.2000 e n° 13.1490/01, de 17.10.2001, expedidos pelo Diretor de Secretaria da 13ª Vara do Trabalho de Brasília,DF, acompanhado de Auto de Penhora e Avaliação de 24.11.2000, extraídos dos autos do Processo 13.0900/00, movido por RAIMUNDO NONATO ALVES DE SOUZA, brasileiro, casado, torneiro mecânico, CI. n° 1.244.873/SSP/DF, residente e domiciliado nesta Capital, contra URBRÁS URBANIZAÇÃO E PREMOLDADOS LTDA; IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S/A(HOTEL ARACOARA); IRFASA S/A - CONSTRUÇÕES INDUSTRIA E COMÉRCIO e SARANÃ AGROPECUÁRIA SÃO BENTO DO PARANÁ LTDA.,o imóvel desta Matrícula foi PENHORADO, para cobrança da dívida no valor de R$42.000,00, por determinação do MM. Juíz daquela Vara.- OBS: Os demais requisitos exigidos pelo Artigo 239, da Lei 6.015/73, não constaram da ordem judicial.--------
DOU FÉ.- Em, 09.11.2001.- Escrevente.

Certifico que, tendo em vista a implementação do novo sistema de computação necessário à organização e execução dos serviços, fica **ENCERRADA** a presente ficha, ao abrigo do artigo nº 41 da Lei nº 8.935, de 18/11/1994, sendo nesta data aberta a ficha nº 09.----------
DOU FÉ. Brasília,DF, em 22/01/2002. O F I C I A L,

PJe Assinado eletronicamente por: GEOVANNE MORAES ARAUJO RODRIGUES - Juntado em: 22/08/2024 15:58:26 - 4b1a6fe

2.º Ofício do Registro de Imóveis

Brasília — Distrito Federal

LIVRO 2 — REGISTRO GERAL

matrícula 3.951 | ficha 09

ficha - 9 -

matrícula - 3951 -

R.28/3951 - De acordo com Mandado de Citação, Penhora e Avaliação nº 427/01, de 30.05.2001, de Mandado de Averbação nº 1498/01, datado de 13/12/2001, expedidos, respectivamente, pelos Doutores Erasmo Messias de Moura Fé e Luiz Henrique Marques da Rocha, MMs. Juízes do Trabalho da 6ª Vara do Trabalho de Brasília,DF, acompanhado de Auto de Penhora e Avaliação de 23.07.2001, extraídos dos autos do Processo nº 409/2000, movido por VALTER PEREIRA DE CARVALHO, contra IRFATUR-TURISMO E HOTELARIA S/A(HOTEL ARACOARA)e outras, o imóvel desta Matrícula foi **PENHORADO**, para garantia da dívida no valor de R$17.757,45.- A Penhora foi efetuada por determinação do Dr.Erasmo Messias de Moura Fé, MM. Juíz do Trabalho da citada Vara. Foi nomeado fiel depositário WAYNE DO CARMO FARIA, Diretor Presidente da executada. OBS: Os demais requisitos exigidos pelo Artigo 239, da Lei 6.015/73, não constaram da ordem judicial.----------
DOU FÉ.-Em, 22/01/2002. Escrevente,

Av.29/3951 - De acordo com Ofício nº 609, de 20.02.2004, expedido pela Diretora de Secretaria da Quarta Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, acompanhado de Certidão datada de 21.03.2003, e, por ordem do Dr. Vitor Feltrim Barbosa, MM. Juíz de Direito daquela Vara, fica CANCELADA a Penhora, objeto do R.19/3951.----------
DOU FÉ.- Em, 16.07.2004.- Escrevente,

Av.30/3951 - De acordo com Ofício nº 130/2006, datado de 23/02/2006, expedido pelo Juízo de Direito da 1ªVara do Trabalho de Brasília, DF, fica CANCELADA a Penhora, objeto do R.25/3951.----------
DOU FÉ. Em, 13/03/2006. Escrevente,

R.31/3951 - De acordo com Mandado de Penhora, de 14/07/2008, expedido pelo Juízo de Direito da 19ª Vara Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, acompanhado de Auto de Penhora de 05/08/2008, extraídos dos autos da Ação de Execução Fiscal, Processo nº 2005.34.00.006881-1, movido pela UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL), contra IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S/A, CNPJ/MF nº 00.366.518/0001-43, o imóvel desta Matrícula foi **PENHORADO**, conforme determinação daquele Juízo Federal, para garantia da execução cujo débito exeqüendo até a data de 17/01/2008, importa no valor de R$2.339.117,00, a ser atualizado na data de sua quitação. OBS: Os demais requisitos exigidos pelo Artigo 239, da Lei 6.015/73, não constaram da ordem judicial.----------
DOU FÉ. Em, 05/09/2008. Escrevente,

R.32/3951 - PENHORA - De acordo com Ofício nº 118/2013, de 05.03.2013, acompanhado de Despacho de 05.03.2013; de Auto de Penhora de 05.08.2008; de Certidão de 28.08.2008; de Mandado de Intimação de 30.06.2010, de de Certidão de 13.08.2010, expedidos pelo Juízo Federal da 19ª Vara - Seção Judiciária do Distrito Federal, extraídos dos autos da Ação de Execução Fiscal, Processo nº 2005.34.00.006881-1 (6880-52.2005.4.01.3400), movida pela UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL), em desfavor de IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S/A, o imóvel desta Matrícula foi **PENHORADO**, em face da dívida no valor de R$2.339.117,00. A Penhora foi efetuada por determinação do Dr. RICARDO GONÇALVES DA ROCHA CASTRO, MM. Juiz Federal da citada Vara. Os demais requisitos exigidos pelo Artigo 239, da Lei 6.015/73, não constaram da ordem judicial.----------
DOU FÉ. Em, 26/03/2013. Escrevente,

Av.33/3951 - INDISPONIBILIDADE - Pela Ordem de Indisponibilidade protocolada em 28/06/2018, sob o número 201806.2815.00541870-IA-530, na Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB, foi decretada a INDISPONIBILIDADE de bens em nome de IRFASA S/A CONSTRUÇÕES INDUSTRIA E COMERCIO, CNPJ/MF nº 00.023.150/0001-10, nos autos do processo 01398009819985100102, da 2ª Vara do Trabalho de Taguatinga, DF, tornando INDISPONÍVEL o imóvel desta Matricula.----------

(CONTINUA NO VERSO)

PJe Assinado eletronicamente por: GEOVANNE MORAES ARAUJO RODRIGUES - Juntado em: 22/08/2024 15:58:26 - 4b1a6fe

matrícula 3.951 | ficha 09 verso

DOU FÉ. Em, 05/07/2018. Escrevente.

Av.34/3951 - CANCELAMENTO DE INDISPONIBILIDADE - De acordo com Ordem de Cancelamento de Indisponibilidade protocolada em 03/06/2020, sob o número 202006.0308.01167773-TA-580, na Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB, fica CANCELADA a indisponibilidade, objeto da Av.33/3951.----

DOU FÉ. Em, 11/04/2022. Escrevente,

Av.35/3951 - CANCELAMENTO DE PENHORA - De acordo com Despacho com força de Ofício, de 01/04/2022, proferido pela Drª Adriana Zveiter, MMª Juíza do Trabalho Substituto, da 6ª Vara do Trabalho de Brasília, DF, nos autos do processo nº 0040900-09.2000.5.10.0006, fica CANCELADA a Penhora, objeto do R.28/3951.----------

DOU FÉ. Em, 20/04/2022. Escrevente,

Av.36/3951 - CANCELAMENTO DE PENHORA - De acordo com Despacho com Força de Ofício, de 18/04/2022, expedido pelo Dr. Marcos Ulhoa Dani, MM. Juiz do Trabalho da 13ª Vara do Trabalho de Brasília, DF, fica CANCELADA a Penhora, objeto do R.27/3951.----------

DOU FÉ. Em, 05/05/2022. Escrevente,

Av.37/3951 - CANCELAMENTO DE PENHORA - De acordo com Ofício nº 1299, de 11/05/2022, expedido pelo Juízo de Direito da Oitava Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, fica CANCELADA a Penhora, objeto do R.18/3951, nos termos da Sentença de 28/05/2003, exarada pelo Dr. Max Abrahão Alves de Souza, MM. Juiz de Direito Substituto da referida Vara, nos autos da Ação de Execução Fiscal, processo nº 58422/95.----------

DOU FÉ. Em, 15/06/2022. Escrevente,

Av.38/3951 - CANCELAMENTO DE PENHORA - De acordo com Ofício nº 10037, de 20/06/2022, expedido pelo Juízo da 7ª Vara do Trabalho de Florianópolis, SC, extraído dos autos do Processo nº AT 07164-1998-037-12-00-1, fica CANCELADA a Penhora, objeto do R.26/3951.----------

DOU FÉ. Em, 05/07/2022. Escrevente,

R.39/3951 - PENHORA - De acordo com Termo de Penhora assinado eletronicamente em 06/07/2022, expedido pelo Juízo de Direito da 4ª Vara Cível de Brasília, DF, extraído dos autos da Ação de Cumprimento de Sentença, Processo número 0711036-91.2021.8.07.0001, movida por M.M DISTRIBUIDORA HORTIFRUTI LTDA EPP, CNPJ/MF nº 16.874.910/0001-33, em desfavor de IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S/A, CNPJ/MF nº 00.366.518/0001-43, o imóvel desta Matrícula foi PENHORADO, para garantia do pagamento da dívida no valor de R$18.250.57. A Penhora foi efetuada por determinação do Dr. Giordano Resende Costa, MM. Juiz de Direito da referida Vara, ficando o bem em poder da executada, na qualidade de Fiel Depositária. OBS: Os demais requisitos exigidos pelo Artigo 239, da Lei nº 6.015/1973, não constaram da ordem judicial.----------

DOU FÉ. Em, 03/08/2022. Escrevente,

Av.40/3951 - INDISPONIBILIDADE - Pela Ordem de Indisponibilidade protocolada em 02/02/2022, sob o número 202202.0210.01992072-IA-300, na Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB, foi decretada a INDISPONIBILIDADE de bens em nome de IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S/A, CNPJ/MF nº 00.366.518/0001-43, nos autos do processo 00036002519995070008, da 8ª Vara do Trabalho de Fortaleza, CE, tornando INDISPONÍVEL o imóvel desta Matricula.----------

DOU FÉ. Em, 11/08/2022. Escrevente,

Av.41/3951 - INDISPONIBILIDADE - Pela Ordem de Indisponibilidade protocolada em 09/10/2023, sob o número 202310.0914.02974885-IA-570, na Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB, foi decretada a INDISPONIBILIDADE de bens e direitos em nome de IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S/A, CNPJ/MF nº 00.366.518/0001-43, nos autos do processo 07518908220218070016, da 2ª Vara de Execução Fiscal do DF.----------

(CONTINUA NA FICHA 10)

PJe Assinado eletronicamente por: GEOVANNE MORAES ARAUJO RODRIGUES - Juntado em: 22/08/2024 15:58:26 - 4b1a6fe

CNM: 021022.2.0003951-73

2º. Ofício do Registro de Imóveis
Brasília - Distrito Federal

LIVRO 2 - REGISTRO GERAL

matrícula 3.951 | ficha 10

DOU FÉ. Em, 11/10/2023. Escrevente:

matrícula 3.951 | ficha 10

Assinado eletronicamente por: GEOVANNE MORAES ARAUJO RODRIGUES - Juntado em: 22/08/2024 15:58:26 - 4b1a6fe
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24082215570413200000042422513?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24082215570413200000042422513

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
SECRETARIA DE EXECUÇÕES ESPECIAIS E PESQUISA PATRIMONIAL
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS E OUTROS (1)
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA

Vistos, etc.

Inicialmente, **determino que sejam incluídos no polo passivo da execução todas as empresas que integram o mesmo grupo econômico da executada, bem o espólio de Wayne do Carmo Faria,** que formularam conjuntamente o requerimento de instauração do presente Regime Especial de Execuções Forçadas – REEF, conforme id 3b6bc74.

Cadastrem-se os advogados dos executados, conforme procuração id 6ª61e6b.

Desnecessária, no caso presente, a instauração de IDPJ para inclusão dos novos executados no polo passivo da ação, visto que o vínculo obrigacional entre todas as empresas e espólio, quanto aos créditos trabalhistas que integram a presente execução reunida, foi por todas expressamente reconhecido por meio da petição id 3b6bc74.

Prossigo.

Por meio da petição id 3b6bc74, os executados requereram a reuniões das execuções trabalhistas que correm contra elas nesta Especializada, na busca de uma solução conjunta.

A instauração do Regime Especial de Execução Forçada, como modalidade do Procedimento de Reunião de Execuções - PRE previsto na RA 33/2023 – TRT-10, foi autorizada por este juízo, conforme id 2468064.

O montante das execuções trabalhistas reunidas no presente processo piloto é de R$1.605.789,44, conforme planilhas de cálculos apresentadas pelas Varas.

As próprias executadas indicaram como garantia do juízo o imóvel sito na SHN QUADRA 5 BLOCO C, HOTEL ARACOARA, BRASÍLIA-DF, objeto da matrícula 3951 do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal.

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 22/08/2024 17:15:48 - 276154d

O referido bem foi avaliado em 09/02/2024, por oficial de justiça avaliador do TRT-10, em face de determinação judicial (certidão id 746ffe5) decorrente de um pedido anterior de PEPT que havia sido formulado pelas executadas, sendo fixado o seu valor em R$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), conforme auto de avaliação id 81490d4.

Pois bem.

A certidão atualizada da matrícula do imóvel foi juntada aos autos no id 4b1a6fe, figurando como proprietária a empresa IRFATUR – TURISMO E HOTELARIA S/A, CNPJ 00.366.518/0001-43, conforme AV 15/3951 da referida matrícula.

À luz do art. 838 c/c com o §1º do art. 845, ambos do CPC, **determino a efetivação da penhora *on line* do imóvel apontado, lavrando-se o respectivo Termo, na forma da lei, nomeando como depositária a inventariante do espólio de Wayne do Carmo Faria, sra. Elayne Maria do Carmo Faria (id 3b76a92), na forma do §2º do art. 840 do CPC, fixando como valor do bem o importe de R$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões e reais).**

Lavrado o Termo e registrada a penhora, determino:

1. intimação dos executados para os fins do art. 884 da CLT;
2. intimação dos exequentes para ciência;
3. expedição de ofício ao Juízo da 1ª Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília-DF, onde tem curso o processo de inventário nº 0008596-08.2017.8.07.0001 (id 3b76a92), dando-lhe ciência de todo o teor do presente despacho;
4. expedição de ofício à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para ciência dos termos do presente despacho, tendo em vista o Termo de Transação Individual contido no id 93eb062.

Decorrido o prazo do art. 884 da CLT, venham-me conclusos os autos.

Publique-se.

BRASILIA/DF, 22 de agosto de 2024.

FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA
Juiz do Trabalho Titular

Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 22/08/2024 17:15:48 - 276154d
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10 REGIAO:02011574000190
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24082217112984400000042425311?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24082217112984400000042425311

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
SECRETARIA DE EXECUÇÕES ESPECIAIS E PESQUISA PATRIMONIAL
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS E OUTROS (1)
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA E OUTROS (7)

TERMO DE PENHORA DE BEM IMÓVEL

Processo Piloto das Execuções Reunidas: **0085100-81.1998.5.10.0003**

Exequentes: **JOSÉ DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS** e outros

Executados: **URBRÁS URBANIZAÇÃO PREMOLDADOS LTDA, IFATUR – TURISMO E HOTELARIA S/A** e outros

No dia 23, do mês de agosto do ano de 2024, na cidade de Brasília-DF, por determinação do MM. Juízo da Secretaria de Execuções Especiais e Pesquisa Patrimonial – SEXEC, foi realizada a penhora *on line* do imóvel "**Lote de terreno designado pela letra "C", da Quadra HN-5, do Setor Hoteleiro Norte (SH /NORTE), medindo 32,00m pelos lados Norte e Sul e 15,00 m pelos lados Leste e Oeste, ou seja, a área de 480,00m2., limitando-se com logradouros públicos por todos os lados, e respectivo prédio nele edificado com a área total construída de 7.933,00m2**", objeto da matrícula 3951 do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Brasília Distrito Federal, de propriedade da executada IFATUR – TURISMO E HOTELARIA S/A , para pagamento dos créditos devidos aos exequentes que integram o polo credor nos diversos processos de execução reunidos no processo piloto em epigrafe.

Nomeado **depositário do bem** penhorado a inventariante do espólio de Wayne do Carmo Faria, sra. **Elayne Maria do Carmo Faria,** conforme determinação judicial.

Imóvel avaliado em R$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais).

E para constar, eu ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI, Diretora de Secretaria da SEXEC, lavro o presente termo de penhora, que deverá ser registrado pelo sistema de penhora *on line*.

BRASILIA/DF, 23 de agosto de 2024.

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 23/08/2024 14:42:57 - fd8338f

ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI
Diretor de Secretaria

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 23/08/2024 14:42:57 - fd8338f
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24082314144961900000042442507?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24082314144961900000042442507

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
SECRETARIA DE EXECUÇÕES ESPECIAIS E PESQUISA PATRIMONIAL
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS E OUTROS (1)
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA E OUTROS (7)

CERTIDÃO - JUNTADA DE DOCUMENTO

Certifico que, em atendimento à determinação judicial de id. 276154d, anexei ao presente processo o comprovante de remessa de penhora em relação ao imóvel de matrícula n° 3.951 registrado no 2° Ofício de Registro de Imóveis de Brasília /DF.

BRASILIA/DF, 23 de agosto de 2024.

GEOVANNE MORAES ARAUJO RODRIGUES
Assessor

Comprovante de Remessa de Penhora

O seu pedido de penhora foi registrado em nosso sistema.

Data da solicitação:	**23/08/2024**
Solicitante:	**GEOVANNE MORAES ARAUJO RODRIGUES**
Nº do Processo:	**0085100-81.1998.5.10.0003**
Natureza da Execução:	**Execução Trabalhista**

Protocolo	Cartório
PH000530071	BRASÍLIA - 02º Cartório

Assinado eletronicamente por: GEOVANNE MORAES ARAUJO RODRIGUES - Juntado em: 23/08/2024 15:43:39 - 68025a1
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24082315390220100000042445332?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24082315390220100000042445332

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
SECRETARIA DE EXECUÇÕES ESPECIAIS E PESQUISA PATRIMONIAL
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS E OUTROS (1)
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA E OUTROS (7)

TERMO DE CONCLUSÃO

Conclusão ao Exmo. Juiz(a) do Trabalho feita pelo(a) servidor (a) ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI, no dia 29/08/2024.

DESPACHO

Vistos, etc.

Intimem-se as partes para ciência da penhora id fd8338f e para os fins do art. 884 da CLT. Prazo de 5 dias.

BRASILIA/DF, 30 de agosto de 2024.

FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA
Juiz do Trabalho Titular

Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 30/08/2024 10:01:06 - 0c6dfd2
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10 REGIAO:02011574000190
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24082909541602400000042543051?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24082909541602400000042543051

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
SECRETARIA DE EXECUÇÕES ESPECIAIS E PESQUISA PATRIMONIAL
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS E OUTROS (1)
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA E OUTROS (7)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 0c6dfd2 proferido nos autos.

TERMO DE CONCLUSÃO

Conclusão ao Exmo. Juiz(a) do Trabalho feita pelo(a) servidor (a) ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI, no dia 29/08/2024.

DESPACHO

Vistos, etc.

Intimem-se as partes para ciência da penhora id fd8338f e para os fins do art. 884 da CLT. Prazo de 5 dias.

BRASILIA/DF, 30 de agosto de 2024.

FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA
Juiz do Trabalho Titular

Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 30/08/2024 10:02:06 - 9e6bb9a
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10 REGIAO:02011574000190
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24083010010666200000042569851?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24083010010666200000042569851

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
SECRETARIA DE EXECUÇÕES ESPECIAIS E PESQUISA PATRIMONIAL
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS E OUTROS (1)
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA E OUTROS (7)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 0c6dfd2 proferido nos autos.

TERMO DE CONCLUSÃO

Conclusão ao Exmo. Juiz(a) do Trabalho feita pelo(a) servidor (a) ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI, no dia 29/08/2024.

DESPACHO

Vistos, etc.

Intimem-se as partes para ciência da penhora id fd8338f e para os fins do art. 884 da CLT. Prazo de 5 dias.

BRASILIA/DF, 30 de agosto de 2024.

FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA
Juiz do Trabalho Titular

Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 30/08/2024 10:02:06 - 8573ed5
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10 REGIAO:02011574000190
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24083010010697000000042569852?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24083010010697000000042569852

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
SECRETARIA DE EXECUÇÕES ESPECIAIS E PESQUISA PATRIMONIAL
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS E OUTROS (1)
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA E OUTROS (7)

Secretaria de Execuções Especiais e Pesquisa Patrimonial
SEPN 513 BLOCO B, LOTE 2/3, FORO TRABALHISTA DE BRASÍLIA,ASA NORTE, BRASILIA /DF - CEP: 70760-522, sexec@trt10.jus.br
Atendimento ao público das 10h às 16h pelo Balcão Virtual:

https://www.trt10.jus.br/servicos/?pagina=balcao_virtual.php

OFICIO Nº116/2024 - SEXEC/TRT10

Exmo Sr Juiz da 1ª Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília - DF,

De ordem do Exmo. Juiz Coordenador da Secretaria de Execuções Especiais e Pesquisa Patrimonial - SEXEC/TRT10, venho por meio deste, cientificar Vossa Excelência, nos autos do processo de inventário 0008596-08.2017.8.07.0001, dos termos do despacho id - 276154d, ora anexado, proferido nos autos do processo 0085100-81.1998.5.10.0003, em tramitação nesta Unidade.

Eventuais questionamentos e o encaminhamento de resposta ao presente expediente deverão ser remetidos para o endereço de e-mail sexec@trt10.jus.br.

Atenciosamente,

Assinado pelo(a) Servidor(a) da Secretaria de Execuções Especiais e Pesquisa Patrimonial, de ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

BRASILIA/DF, 30 de agosto de 2024. **ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI**

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/08/2024 16:15:11 - 499a6b7
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24083016145427400000042581461?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24083016145427400000042581461

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário 0085100-81.1998.5.10.0003

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 28/07/1998
Valor da causa: R$ 0,01

Partes:

RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO: MARCELO RIBAS DE AZEVEDO BRAGA
RECLAMANTE: EXEQUENTES HABILITADOS NA PLANILHA CONSOLIDADA
ADVOGADO: VITAL DA COSTA GUIMARAES NETO
ADVOGADO: ADELVAIR PEGO CORDEIRO
ADVOGADO: PAULO AYRTON CAMPOS JUNIOR
ADVOGADO: VIRGILIO RODRIGUES BIJOS MORAIS
ADVOGADO: JAIRO RODRIGUES BIJOS
ADVOGADO: JOSEFINA SERRA DOS SANTOS
ADVOGADO: William de Araujo Falcomer dos Santos
ADVOGADO: ROBSON FREITAS MELO
ADVOGADO: MARCELLO FERREIRA MELO
ADVOGADO: SARA CICERA MENDES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: IVONE CRISPIM MOURA OGLIARI
REPRESENTANTE: CLAUDINEY FERNANDO NOGUEIRA
ADVOGADO: PAULO AYRTON CAMPOS
ADVOGADO: CLAUDINEY FERNANDO NOGUEIRA
ADVOGADO: MARCELO RIBAS DE AZEVEDO BRAGA
ADVOGADO: LUIZ PAULO FERREIRA
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA
ADVOGADO: JOAQUIM LIMA RIBEIRO
ADVOGADO: LEANDRO PACIFICO SOUZA OLIVEIRA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: SABEP SAO BENTO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES SA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: IRFATUR TURISMO E HOTELARIA SA

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/08/2024 16:15:11 - 87d5990

ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: IRFASA SA CONSTRUCOES INDUSTRIA E COMERCIO
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: FAZENDAS DA PRATA SA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: BETONMIX SERVICOS DE CONCRETAGEM LIMITADA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: WAYNE DO CARMO FARIA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
TERCEIRO INTERESSADO: UNIÃO FEDERAL (PGFN) - DF
TERCEIRO INTERESSADO: REGIVAL LOPES FERREIRA
ADVOGADO: LUIZ DOMINGOS DA SILVA
TERCEIRO INTERESSADO: CARLOS ALBERTO BASTOS DE BARROS
ADVOGADO: LUIZ DOMINGOS DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
SECRETARIA DE EXECUÇÕES ESPECIAIS E PESQUISA PATRIMONIAL
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS E OUTROS (1)
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA

Vistos, etc.

Inicialmente, **determino que sejam incluídos no polo passivo da execução todas as empresas que integram o mesmo grupo econômico da executada, bem o espólio de Wayne do Carmo Faria,** que formularam conjuntamente o requerimento de instauração do presente Regime Especial de Execuções Forçadas – REEF, conforme id 3b6bc74.

Cadastrem-se os advogados dos executados, conforme procuração id 6ª61e6b.

Desnecessária, no caso presente, a instauração de IDPJ para inclusão dos novos executados no polo passivo da ação, visto que o vínculo obrigacional entre todas as empresas e espólio, quanto aos créditos trabalhistas que integram a presente execução reunida, foi por todas expressamente reconhecido por meio da petição id 3b6bc74.

Prossigo.

Por meio da petição id 3b6bc74, os executados requereram a reuniões das execuções trabalhistas que correm contra elas nesta Especializada, na busca de uma solução conjunta.

A instauração do Regime Especial de Execução Forçada, como modalidade do Procedimento de Reunião de Execuções - PRE previsto na RA 33/2023 – TRT-10, foi autorizada por este juízo, conforme id 2468064.

O montante das execuções trabalhistas reunidas no presente processo piloto é de R$1.605.789,44, conforme planilhas de cálculos apresentadas pelas Varas.

As próprias executadas indicaram como garantia do juízo o imóvel sito na SHN QUADRA 5 BLOCO C, HOTEL ARACOARA, BRASÍLIA-DF, objeto da matrícula 3951 do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal.

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 22/08/2024 17:15:48 - 276154d
PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/08/2024 16:15:11 - 87d5990

O referido bem foi avaliado em 09/02/2024, por oficial de justiça avaliador do TRT-10, em face de determinação judicial (certidão id 746ffe5) decorrente de um pedido anterior de PEPT que havia sido formulado pelas executadas, sendo fixado o seu valor em R$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), conforme auto de avaliação id 81490d4.

Pois bem.

A certidão atualizada da matrícula do imóvel foi juntada aos autos no id 4b1a6fe, figurando como proprietária a empresa IRFATUR – TURISMO E HOTELARIA S/A, CNPJ 00.366.518/0001-43, conforme AV 15/3951 da referida matrícula.

À luz do art. 838 c/c com o §1º do art. 845, ambos do CPC, **determino a efetivação da penhora *on line* do imóvel apontado, lavrando-se o respectivo Termo, na forma da lei, nomeando como depositária a inventariante do espólio de Wayne do Carmo Faria, sra. Elayne Maria do Carmo Faria (id 3b76a92), na forma do §2º do art. 840 do CPC, fixando como valor do bem o importe de R$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões e reais).**

Lavrado o Termo e registrada a penhora, determino:

1. intimação dos executados para os fins do art. 884 da CLT;
2. intimação dos exequentes para ciência;
3. expedição de ofício ao Juízo da 1ª Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília-DF, onde tem curso o processo de inventário nº 0008596-08.2017.8.07.0001 (id 3b76a92), dando-lhe ciência de todo o teor do presente despacho;
4. expedição de ofício à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para ciência dos termos do presente despacho, tendo em vista o Termo de Transação Individual contido no id 93eb062.

Decorrido o prazo do art. 884 da CLT, venham-me conclusos os autos.

Publique-se.

BRASILIA/DF, 22 de agosto de 2024.

FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA
Juiz do Trabalho Titular

Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 22/08/2024 17:15:48 - 276154d
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10 REGIAO:02011574000190
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24082217112984400000042425311?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24082217112984400000042425311

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/08/2024 16:15:11 - 87d5990
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24083016145436400000042581462?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24083016145436400000042581462

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
SECRETARIA DE EXECUÇÕES ESPECIAIS E PESQUISA PATRIMONIAL
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS E OUTROS (1)
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA E OUTROS (7)

Secretaria de Execuções Especiais e Pesquisa Patrimonial
SEPN 513 BLOCO B, LOTE 2/3, FORO TRABALHISTA DE BRASÍLIA,ASA NORTE, BRASILIA /DF - CEP: 70760-522, sexec@trt10.jus.br
Atendimento ao público das 10h às 16h pelo Balcão Virtual:

https://www.trt10.jus.br/servicos/?pagina=balcao_virtual.php

OFICIO Nº 117/2024 - SEXEC/TRT10

Ilmo. Senhor(a) Procurador da Fazenda Nacional,

De ordem do Exmo. Juiz Coordenador da Secretaria de Execuções Especiais e Pesquisa Patrimonial - SEXEC/TRT10, cientifico Vossa Senhoria dos termos do despacho id 276154d proferido nos autos do processo 0085100-81.1998.5.10.0003, em tramitação nesta Unidade, tendo em vista a penhora de bem imóvel dado em garantia no Termo de Transação Individual ora anexado ao presente.

Eventuais questionamentos e o encaminhamento de resposta ao presente expediente deverão ser remetidos para o endereço de e-mail sexec@trt10.jus.br.

Atenciosamente,

Assinado pelo(a) Servidor(a) da Secretaria de Execuções Especiais e Pesquisa Patrimonial, de ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho.

BRASILIA/DF, 30 de agosto de 2024. **ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI**

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/08/2024 16:32:45 - 31ec586
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24083016295835300000042582013?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24083016295835300000042582013

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário 0085100-81.1998.5.10.0003

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 28/07/1998
Valor da causa: R$ 0,01

Partes:

RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO: MARCELO RIBAS DE AZEVEDO BRAGA
RECLAMANTE: EXEQUENTES HABILITADOS NA PLANILHA CONSOLIDADA
ADVOGADO: VITAL DA COSTA GUIMARAES NETO
ADVOGADO: ADELVAIR PEGO CORDEIRO
ADVOGADO: PAULO AYRTON CAMPOS JUNIOR
ADVOGADO: VIRGILIO RODRIGUES BIJOS MORAIS
ADVOGADO: JAIRO RODRIGUES BIJOS
ADVOGADO: JOSEFINA SERRA DOS SANTOS
ADVOGADO: William de Araujo Falcomer dos Santos
ADVOGADO: ROBSON FREITAS MELO
ADVOGADO: MARCELLO FERREIRA MELO
ADVOGADO: SARA CICERA MENDES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: IVONE CRISPIM MOURA OGLIARI
REPRESENTANTE: CLAUDINEY FERNANDO NOGUEIRA
ADVOGADO: PAULO AYRTON CAMPOS
ADVOGADO: CLAUDINEY FERNANDO NOGUEIRA
ADVOGADO: MARCELO RIBAS DE AZEVEDO BRAGA
ADVOGADO: LUIZ PAULO FERREIRA
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA
ADVOGADO: JOAQUIM LIMA RIBEIRO
ADVOGADO: LEANDRO PACIFICO SOUZA OLIVEIRA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: SABEP SAO BENTO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES SA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: IRFATUR TURISMO E HOTELARIA SA

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/08/2024 16:32:45 - 6338c46

ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: IRFASA SA CONSTRUCOES INDUSTRIA E COMERCIO
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: FAZENDAS DA PRATA SA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: BETONMIX SERVICOS DE CONCRETAGEM LIMITADA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: WAYNE DO CARMO FARIA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
TERCEIRO INTERESSADO: UNIÃO FEDERAL (PGFN) - DF
TERCEIRO INTERESSADO: REGIVAL LOPES FERREIRA
ADVOGADO: LUIZ DOMINGOS DA SILVA
TERCEIRO INTERESSADO: CARLOS ALBERTO BASTOS DE BARROS
ADVOGADO: LUIZ DOMINGOS DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
SECRETARIA DE EXECUÇÕES ESPECIAIS E PESQUISA PATRIMONIAL
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS E OUTROS (1)
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA

Vistos, etc.

Inicialmente, **determino que sejam incluídos no polo passivo da execução todas as empresas que integram o mesmo grupo econômico da executada, bem o espólio de Wayne do Carmo Faria,** que formularam conjuntamente o requerimento de instauração do presente Regime Especial de Execuções Forçadas – REEF, conforme id 3b6bc74.

Cadastrem-se os advogados dos executados, conforme procuração id 6ª61e6b.

Desnecessária, no caso presente, a instauração de IDPJ para inclusão dos novos executados no polo passivo da ação, visto que o vínculo obrigacional entre todas as empresas e espólio, quanto aos créditos trabalhistas que integram a presente execução reunida, foi por todas expressamente reconhecido por meio da petição id 3b6bc74.

Prossigo.

Por meio da petição id 3b6bc74, os executados requereram a reuniões das execuções trabalhistas que correm contra elas nesta Especializada, na busca de uma solução conjunta.

A instauração do Regime Especial de Execução Forçada, como modalidade do Procedimento de Reunião de Execuções - PRE previsto na RA 33/2023 – TRT-10, foi autorizada por este juízo, conforme id 2468064.

O montante das execuções trabalhistas reunidas no presente processo piloto é de R$1.605.789,44, conforme planilhas de cálculos apresentadas pelas Varas.

As próprias executadas indicaram como garantia do juízo o imóvel sito na SHN QUADRA 5 BLOCO C, HOTEL ARACOARA, BRASÍLIA-DF, objeto da matrícula 3951 do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal.

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 22/08/2024 17:15:48 - 276154d
PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/08/2024 16:32:45 - 6338c46

O referido bem foi avaliado em 09/02/2024, por oficial de justiça avaliador do TRT-10, em face de determinação judicial (certidão id 746ffe5) decorrente de um pedido anterior de PEPT que havia sido formulado pelas executadas, sendo fixado o seu valor em R$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), conforme auto de avaliação id 81490d4.

Pois bem.

A certidão atualizada da matrícula do imóvel foi juntada aos autos no id 4b1a6fe, figurando como proprietária a empresa IRFATUR – TURISMO E HOTELARIA S/A, CNPJ 00.366.518/0001-43, conforme AV 15/3951 da referida matrícula.

À luz do art. 838 c/c com o §1º do art. 845, ambos do CPC, **determino a efetivação da penhora *on line* do imóvel apontado, lavrando-se o respectivo Termo, na forma da lei, nomeando como depositária a inventariante do espólio de Wayne do Carmo Faria, sra. Elayne Maria do Carmo Faria (id 3b76a92), na forma do §2º do art. 840 do CPC, fixando como valor do bem o importe de R$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões e reais).**

Lavrado o Termo e registrada a penhora, determino:

1. intimação dos executados para os fins do art. 884 da CLT;
2. intimação dos exequentes para ciência;
3. expedição de ofício ao Juízo da 1ª Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília-DF, onde tem curso o processo de inventário nº 0008596-08.2017.8.07.0001 (id 3b76a92), dando-lhe ciência de todo o teor do presente despacho;
4. expedição de ofício à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para ciência dos termos do presente despacho, tendo em vista o Termo de Transação Individual contido no id 93eb062.

Decorrido o prazo do art. 884 da CLT, venham-me conclusos os autos.

Publique-se.

BRASILIA/DF, 22 de agosto de 2024.

FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA
Juiz do Trabalho Titular

Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 22/08/2024 17:15:48 - 276154d
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10 REGIAO:02011574000190
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24082217112984400000042425311?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24082217112984400000042425311

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/08/2024 16:32:45 - 6338c46
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24083016295842500000042582014?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24083016295842500000042582014

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário 0085100-81.1998.5.10.0003

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 28/07/1998
Valor da causa: R$ 0,01

Partes:

RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO: MARCELO RIBAS DE AZEVEDO BRAGA
RECLAMANTE: EXEQUENTES HABILITADOS NA PLANILHA CONSOLIDADA
ADVOGADO: VITAL DA COSTA GUIMARAES NETO
ADVOGADO: ADELVAIR PEGO CORDEIRO
ADVOGADO: PAULO AYRTON CAMPOS JUNIOR
ADVOGADO: VIRGILIO RODRIGUES BIJOS MORAIS
ADVOGADO: JAIRO RODRIGUES BIJOS
ADVOGADO: JOSEFINA SERRA DOS SANTOS
ADVOGADO: William de Araujo Falcomer dos Santos
ADVOGADO: ROBSON FREITAS MELO
ADVOGADO: MARCELLO FERREIRA MELO
ADVOGADO: SARA CICERA MENDES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: IVONE CRISPIM MOURA OGLIARI
REPRESENTANTE: CLAUDINEY FERNANDO NOGUEIRA
ADVOGADO: PAULO AYRTON CAMPOS
ADVOGADO: CLAUDINEY FERNANDO NOGUEIRA
ADVOGADO: MARCELO RIBAS DE AZEVEDO BRAGA
ADVOGADO: LUIZ PAULO FERREIRA
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA
ADVOGADO: JOAQUIM LIMA RIBEIRO
ADVOGADO: LEANDRO PACIFICO SOUZA OLIVEIRA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: SABEP SAO BENTO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES SA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: IRFATUR TURISMO E HOTELARIA SA

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/08/2024 16:32:45 - 1a94376

ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: IRFASA SA CONSTRUCOES INDUSTRIA E COMERCIO
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: FAZENDAS DA PRATA SA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: BETONMIX SERVICOS DE CONCRETAGEM LIMITADA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: WAYNE DO CARMO FARIA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
TERCEIRO INTERESSADO: UNIÃO FEDERAL (PGFN) - DF
TERCEIRO INTERESSADO: REGIVAL LOPES FERREIRA
ADVOGADO: LUIZ DOMINGOS DA SILVA
TERCEIRO INTERESSADO: CARLOS ALBERTO BASTOS DE BARROS
ADVOGADO: LUIZ DOMINGOS DA SILVA

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

TERMO DE TRANSAÇÃO INDIVIDUAL

PLANO DE REGULARIZAÇÃO FISCAL GRUPO IRFASA

PREÂMBULO

A **UNIÃO,** representada nesse ato pelos Procuradores da Fazenda Nacional subscritores, habilitados nos termos do art. 131 da Constituição da República e da Lei Complementar nº 73/1993, doravante denominada "**FAZENDA NACIONAL**", e **IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S.A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.366.518/0001-43, com sede na Quadra SHN Quadra 5 Bloco C Sn Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70.705-000; **IRFASA S.A CONSTRUCOES INDUSTRIA E COMERCIO**, inscrita no CNPJ sob o nº 00.023.150/0001-10, com sede no IAS 03 930 PLANO PILOTO, Brasília/DF, CEP 70.310-500; **URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 00.474.841/0001-30, com sede em Loc Rodovia DF 150 Km 5 5 Sobradinho, Brasília/DF, CEP 73.001-970; **BETONMIX SERVICOS DE CONCRETAGEM EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº 00.446.443/0001-00, com sede em LOC SAA QUADRA 02 LOTES 10 A 200 PLANO PILOTO, Brasília/DF, CEP 70.310-500; **SABEP SAO BENTO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A**, inscrita no CNPJ sob nº 00.479.659/0001-72, com sede em LOC SIA TRECHO 04 930 ST IND ABASTECIMENT, Brasília/DF, CEP 70.310-500; **FAZENDAS DA PRATA S.A**, inscrita no CNPJ sob nº 23.537.210/0001-19, com sede na FAZENDA DA PRATA S N CAIXA POSTAL 35, PIRAPORA/MG, CEP 39.270-000; **Espólio de WAYNE DO CARMO FARIA**, inscrito no CPF sob nº 000.273.911-91, com domicílio fiscal sito à ST SIA TRECHO 4 LOTE 930 SIA, Brasília/DF, CEP 71.200-040, representadas por seus advogados abaixo identificados, aqui doravante denominados apenas como "**DEVEDORES**", na condição de "**partes**"; e **DIRECIONAL ENGENHARIA S/A**, inscrita no CNPJ sob o nº 16.614.075/0001-00, com sede em RUA DOS OTONI 177, SANTA EFIGÊNIA, BELO HORIZONTE,MG, CEP 30150-270, na condição de "**interveniente"**;

CONSIDERANDO que a legislação estimula a solução consensual de conflitos (CPC, art. 3º, §2º) e que as partes devem agir com boa-fé, cooperando mutuamente para chegarem a essa solução;

CONSIDERANDO que a Constituição da República assegura a todos a razoável duração do processo e os meios que garantam celeridade em sua tramitação (CR, art. 5º, LXXVIII);

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/08/2024 16:32:45 - 1a94376

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

CONSIDERANDO que dentre os princípios regentes da Administração Pública está a eficiência (CR, art. 37, *caput*);

CONSIDERANDO a aderência da proposta apresentada à atual situação econômico-fiscal do DEVEDORES e suas projeções de geração de resultados;

FIRMAM o presente **TERMO DE TRANSAÇÃO INDIVIDUAL** com fundamento no art. 171 do Código Tributário Nacional, na Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, nos arts. 190 e 191 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (CPC) e na Portaria PGFN nº 6.757, de 01 de agosto de 2022, arquivado no **processo SEI nº 12221.100219/2023-97,** que tem como objeto os débitos, as inscrições e as garantias relacionados nos ANEXOS deste documento, por meio do qual justo e acertado o disposto a seguir:

OBJETO

CLÁUSULA 1ª. A presente transação objetiva o equacionamento de débitos inscritos em dívida ativa da União e do FGTS em nome do DEVEDORES, de forma a equilibrar os seus interesses e os da FAZENDA NACIONAL, visando o encerramento dos litígios judiciais e a quitação integral dos referidos débitos, observadas as previsões descritas neste instrumento.

Parágrafo único. A transação versará sobre as seguintes concessões:
I - Oferecimento de descontos;
II - Possibilidade de parcelamento;
III - Flexibilização das regras para constrição ou alienação de bens;

CLÁUSULA 2ª. O passivo fiscal do DEVEDORES inscrito em dívida ativa da União e do FGTS, parte desta transação, é composto por todos os seus créditos fiscais relacionados no ANEXO I, que totalizam **R$ 71.331.623,01**, atualizado no mês de **maio de 2023**, assim composto (os débitos de FGTS estão atualizados para o MAR/2023):

DEMAS DÉBITOS	**R$ 36.912.679,03**
DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS	**R$ 31.644.041,26**
FGTS (MAR/2023)	**R$ 2.774.902,72**

Parágrafo único. A presente negociação é composta dos seguintes anexos:

ANEXO I	Débitos envolvidos com indicação das respectivas execuções fiscais e os juízos de tramitação

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/08/2024 16:32:45 - 1a94376

§1º Os descontos efetivos foram simulados de forma a respeitar a vedação de redução do montante principal, considerada cada Certidão de Dívida Ativa (CDA) individualmente.

§2º Os dados foram elaborados através das planilhas anexas, sendo que os números definitivos serão obtidos com a partir da inclusão do acordo no sistema de negociação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

OBRIGAÇÕES DO DEVEDORES

CLÁUSULA 3ª. O DEVEDORES aceitam as condições da presente transação e assumem os seguintes compromissos e obrigações:

I - Confessa, de forma irrevogável e irretratável, os débitos relacionados no ANEXO I, renovada a cada pagamento periódico;
II - Renunciam expressamente a quaisquer alegações de direito, atuais ou futuras, sobre as quais se fundem ações judiciais, incluídas as coletivas, ou recursos que tenham por objeto os créditos relacionados no ANEXO I;
III – Assumem o compromisso de manter a regularidade das obrigações de FGTS e tributárias federais correntes, vencidas a partir da data da assinatura da transação, inclusive as retenções legais, na condição de responsável tributário;
IV – Obrigam-se a regularizar os novos débitos inscritos em dívida ativa após a assinatura da transação, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, o mesmo se aplicando a eventuais novos débitos de FGTS, os quais deverão ser quitados ou parcelados junto à Caixa Econômica Federal, no mesmo prazo retromencionado;
V – Responsabilizam-se por manter a garantia oferecidas até o integral cumprimento das condições previstas na transação, salvo substituições de garantias com anuência da Fazenda Nacional;
VI – Assumem a obrigação de informar previamente à PGFN a alienação e/ou disposição de bens e direitos, inclusive o valor da operação, ainda que não oferecidos em garantia desta transação, bem como o recebimento de precatório e/ou o levantamento de depósito judicial;
VII - Obrigam-se a utilizar, como reforço do plano de amortização, créditos líquidos, certos e exigíveis que venham a apurar no curso deste pacto em desfavor da FAZENDA NACIONAL, como decorrência de litígio judicial, sempre respeitada a preferência dos credores prioritários, e nos termos da legislação de regência;
VIII - Obrigam-se a fornecer, sempre que solicitado, informações sobre bens, direitos, valores, transações, operações e demais atos que permitam à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional conhecer sua situação econômica ou eventuais fatos que impliquem a rescisão do acordo;

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/08/2024 16:32:45 - 1a94376

IX - comprometem-se a não constituir nova pessoa jurídica em benefício próprio ou de terceiros que possa representar a diminuição de garantias ou do valor de pagamentos convencionados no presente instrumento
X – Anuem com eventual modificação da competência relativa para a reunião de processos envolvidos na transação;
XI– Obrigam-se a efetuar tempestivamente os pagamentos referentes às amortizações mensais acordadas na transação.
XII - Obrigam-se a não utilizar a transação de forma abusiva ou com a finalidade de limitar, falsear ou prejudicar de qualquer forma a livre concorrência ou a livre iniciativa econômica;
XIII - Obrigam-se a não utilizar pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Pública Federal;
XIV - Declaram que não alienaram ou oneraram bens ou direitos com o propósito de frustrar a recuperação dos créditos inscritos;
XV - obrigam-se a não distribuir lucros enquanto não liquidado o presente ajuste, salvo a reserva legal de lucros conforme legislação de regência;
XVI - obrigam-se a notificar a FAZENDA NACIONAL sobre migração ou aquisição de suas atividades operacionais por pessoa jurídica outra, ficando condicionada a conclusão do negócio à anuência do empreendimento adquirente sobre a assunção da responsabilidade solidária ou por sucessão pelos créditos objeto da presente negociação, incluídos os do negócio jurídico processual que lhe é acessório.
XVII - informam anualmente a composição atual e a situação financeira da Carteira de Recebíveis dada em garantia, se for o caso.
XVIII - Autorizam a compensação, no momento da efetiva disponibilização financeira, de valores relativos a precatórios federais de que venha a ser credor;
XVIII- reconhecem o grupo econômico, incluindo todas as empresas relacionadas como “DEVEDORES”, na condição de “PARTES”, e concordam que todos os seus integrantes sejam inseridos como corresponsáveis pelos débitos relacionados no ANEXO I nos sistemas da dívida ativa, nos termos do art. 124, I, do CTN c/c artigo 54, §§3º e seguintes da Portaria PGFN 6.757/2022.

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/08/2024 16:32:45 - 1a94376

§1º. A confissão do *caput* produz os efeitos do art. 174, parágrafo único, IV, do Código Tributário Nacional, c/c art. 202, VI, do Código Civil, servindo para interromper e suspender o prazo prescricional em relação a todos os débitos objeto do acordo, enquanto vigente a presente transação, renovando-se a cada pagamento efetuado, ainda que a guia de arrecadação esteja vinculada a apenas uma das inscrições.

§2º. A celebração da transação não implica em renúncia de direito por parte da FAZENDA NACIONAL na indicação de outros responsáveis tributários para responderem pelos débitos do ANEXO I, em caso de rescisão do presente, com o prosseguimento das respectivas execuções fiscais, não correndo qualquer prazo prescricional durante a vigência desta transação, ressalvada a interveniente anuente, DIRECIONAL ENGENHARIA S/A, que fica expressamente exonerada nos termos da Cláusula 7ª deste instrumento.

§3º. Caso necessária alguma operação negocial, a FAZENDA NACIONAL deverá ser previamente consultada e manifestar sua anuência, momento em que haverá deliberação sobre novo tipo de garantia, sob pena de resolução contratual.

§4º. Cabe às DEVEDORES desistir das impugnações e recursos administrativos e das ações e incidentes judiciais que tenham por objeto os débitos relacionados no ANEXO I, peticionando nos respectivos processos judiciais e administrativos no prazo de 30 (trinta) dias contado da assinatura da transação, requerendo a extinção dos processos com resolução de mérito, nos termos da alínea "c", do inciso III, do *caput* do art. 487 do Código de Processo Civil.

§5º. As desistências e as renúncias de que trata o §4º não eximem as DEVEDORES dos ônus sucumbenciais eventualmente devidos.

§6º. Na proporção em que for amortizada a dívida transacionada, as DEVEDORES poderão, mediante requerimento administrativo dirigido à unidade da PGFN responsável pela transação, solicitar a desoneração das garantias oferecidas ou a sua substituição, ficando seu deferimento condicionado à análise da FAZENDA NACIONAL quanto à manutenção da idoneidade da garantia e da liquidez dos bens, nos termos do art. 11 da Lei nº 6.830/80 (LEF) e do art. 797 do CPC.

CLÁUSULA 4ª. Os DEVEDORES declaram que as informações cadastrais, patrimoniais e econômico-fiscais prestadas à administração tributária são verdadeiras e que não omitiram informações quanto à propriedade de bens, direitos e valores, que são do conhecimento da sua atual gestão.

PLANO DE AMORTIZAÇÃO

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/08/2024 16:32:45 - 1a94376

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

CLÁUSULA 5ª. O DEVEDORES se obrigam a amortizar os débitos relacionados no ANEXO I, cujo valor total, sem descontos, perfaz o importe de **R$ 71.331.623,01**, atualizado até **maio de 2023 (FGTS atualizado para MARÇO/2023)**.

§ 1º. Conforme autorizado pelo Art. 8ª, I, da Portaria PGFN nº 6.757/2022, a presente transação envolve a concessão de descontos limitados ao máximo de até 65% (sessenta e cinco por cento), vedada a incidência sobre o principal do débito, considerando a capacidade de pagamento do DEVEDORES, vez que as dívidas são consideradas de difícil recuperação pela PGFN (Rating D).

§2º. O prazo para pagamento dos débitos previdenciários e não previdenciários será de **60 (sessenta) meses**.

§3º. Os valores da dívida a ser transacionada, com descontos, e das parcelas base das modalidades de amortização são estimados, uma vez ser vedada a incidência de desconto sobre o principal do débito, bem como haver a atualização mensal dos débitos.

§4º. As Inscrições em Dívida Ativa do FGTS serão quitadas na modalidade de pagamento à vista, conforme a simulação disponibilizada pela Caixa Econômica Federal.

§5º. Para fins de pagamento e incidência do desconto, os débitos inscritos em DAU foram divididos em Previdenciário e Demais Débitos e serão quitados conforme o seguinte plano de amortização:

Modalidade	Dívida SEM desconto	Desconto máximo efetivo	Dívida COM desconto
Demais	R$ 36.912.679,03	64,22%	**R$ 13.205.688,78**
Previdenciário	R$ 31.644.041,26	63,52%	**R$ 11.545.298,56**
FGTS (MAR/23)	2.774.902,72	27,36%	**R$ 2.015.752,91**
Total	**R$ 74.020.338,01**	**62,48%**	**R$ 26.766.740,25**

PLANO DE AMORTIZAÇÃO

VALOR ATUALIZADOS PARA MAIO/2023

DEMAIS DÉBITOS	VALOR CONSOLIDADO	DESCONTO EFETIVO	VALOR COM DESCONTO
IFRATUR	R$7.962.523,30		R$ 3.070.831,87
IFRASA	R$6.418.925,89		R$ 2.246.624,09
UBRAS	R$21.113.440,03		R$ 7.392.006,38

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/08/2024 16:32:45 - 1a94376

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

BETONMIX	R$1.077.911,25		R$ 377.268,94
SABEP	R$70.246,53		R$ 24.586,29
FAZENDAS	R$158.941,60		R$ 55.629,56
ESPÓLIO WAYNE DO CARMO FARIA	R$110.690,43		R$ 38.741,65
TOTAL	**R$36.912.679,03**	**64,22%**	**R$ 13.205.688,78**

PLANO DE PAGAMENTO	PERCENTUAL ANO	VALOR A SER PAGO	QTA PARCELAS
PARCELA 1 - ENTRADA	20%	R$ 2.641.137,76	1
PARCELA 2 - ENTRADA	15%	R$ 1.980.853,32	11
ANO 2	16,25%	R$ 2.145.924,43	12
ANO 3	16,25%	R$ 2.145.924,43	12
ANO 4	16,25%	R$ 2.145.924,43	12
ANO 5	16,25%	R$ 2.145.924,43	12
TOTAL	**100,00%**	**R$ 13.205.688,78**	**60**

VALOR ATUALIZADOS PARA MAIO/2023

PREVIDENCIÁRIO	VALOR CONSOLIDADO	DESCONTO EFETIVO	VALOR COM DESCONTO
IFRATUR	R$ 11.046.339,04		R$4.281.603,68
IFRASA	R$2.470.252,45		R$ 919.050,94
UBRAS	R$ 17.864.973,40		R$6.252.777,21
BETONMIX	R$ 216.254,26		R$75.688,99
SABEP	R$-		R$-
FAZENDAS	R$46.222,11		R$16.177,74
TOTAL	**R$ 31.644.041,26**	**63,52%**	**R$ 11.545.298,56**

PLANO DE PAGAMENTO	PERCENTUAL	VALOR A SER PAGO	QTA PARCELAS
PARCELA 1 - ENTRADA	20%	R$ 2.309.059,71	1
PARCELA 2 - ENTRADA	15%	R$ 1.731.794,78	11
ANO 2	16,25%	R$ 1.876.111,02	12
ANO 3	16,25%	R$ 1.876.111,02	12

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/08/2024 16:32:45 - 1a94376

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

ANO 4	16,25%	R$ 1.876.111,02	12
ANO 5	16,25%	R$ 1.876.111,02	12
TOTAL	**100,00%**	**R$ 11.545.298,56**	**60**

VALOR ATUALIZADOS PARA MARÇO/2023

FGTS	VALOR CONSOLIDADO	DESCONTO EFETIVO	VALOR COM DESCONTO
IFRATUR	R$ 313.270,67		R$ 237.537,29
IFRASA	R$ 64.891,83		R$44.286,98
UBRAS	R$ 2.388.594,53		R$1.731.304,54
UBRAS CS	R$8.145,69		R$ 2.624,10
TOTAL	**R$ 2.774.902,72**	**27,36%**	**R$ 2.015.752,91**

CLÁUSULA 6ª. O valor total devido à Dívida Ativa do FGTS será pago em parcela única, com concessão de descontos; em conjunto com a parcela de entrada das modalidades DEMAIS DÉBITOS e PREVIDENCIÁRIO;

CLÁUSULA 7ª. O valor da entrada será de R$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais) oriunda do produto da venda dos seguintes imóveis, conforme descrito abaixo:

I -Primeira parcela da entrada: R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) advindos da Cessão dos Direitos de Posse da Fazenda Sobradinho, matrícula nº 11.126, do 7º Registro de Imóveis do Distrito Federal, com a intervenção da DIRECIONAL ENGENHARIA S/A, interveniente cessionária-adquirente.

§1º A negociação particular referida no inciso I ocorrerá por conta e risco dos envolvidos no acerto contratual, não tendo a FAZENDA NACIONAL qualquer participação, intervenção, conhecimento e/ou responsabilidade em relação ao negócio jurídico a ser entabulado.

§2º Ressalvada ulterior comprovação de má-fé, a Fazenda Nacional declara, em favor da interveniente cessionária-adquirente, que:

a) Anuí com liberação dos gravames sobre o referido imóvel, decorrente dos débitos relacionados no Anexo I do presente termo;

b) Admite, a inocorrência de sucessão, solidariedade ou subsidiariedade, decorrente da adjudicação e da cessão de direitos possessórios sobre a Fazenda Sobradinho, em relação aos débitos tributários e não tributários listados no ANEXO I;

c) Anuí com a transmissão da propriedade do imóvel à Direcional Engenharia S/A, empresa a ela coligada ou por ela controlada, de forma irrevogável e irretratável,

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/08/2024 16:32:45 - 1a94376

mesmo na hipótese de rescisão deste instrumento, desde que comprovado o pagamento da primeira parcela da entrada, no valor de R$ 7.000.000,00, nos termos do inciso I;

d) Reconhece, expressamente, o cancelamento e a consequente baixa dos gravames inscritos nas averbações de nºs 9 e 10 da matrícula nº 11.126, em razão do julgamento do Agravo de Instrumento nº 2009.00.2.015247-4, pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, que afastou a intervenção anômala da União nos autos do processo nº 26.404/95;

e) Renuncia, expressamente, a qualquer direito ou alegação fundada em eventual nulidade da adjudicação realizada nos autos da execução nº 26.404/95, à ANTARES ENGENHARIA LTDA e MIRA PARTICIPAÇÕES S/A, registrada no R.5 da matrícula 11.126 e posterior compra e venda feita à SOBRADINHO I DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA e SOBRADINHO II DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA.

II – Segunda parcela da entrada: R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), advindos da alienação judicial do imóvel “Fazenda da Prata”, matrícula nº 1.060 do Cartório de Registro de Imóveis de Pirapora/MG, observados os seguintes termos:

a) A Fazenda Nacional, através do presente acordo, anui com a venda judicial do bem acima referido, nos autos das execuções judiciais em que se encontra penhorado, desde que respeitado o valor mínimo de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), inclusive em eventual segunda praça de hasta pública, conforme laudo oficial lavrado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

b) A venda judicial do bem imóvel não poderá seguir a disciplina da Portaria PGFN nº 74/2014, devendo eventual hasta pública, alienação por iniciativa particular ou parcelamento da arrematação seguir os trâmites próprios do juízo competente.

c) Os DEVEDORES deveram providenciar a venda judicial do referido bem e o efetivo recolhimento de guia de pagamento direcionada à presente negociação, no prazo peremptório de 11 (onze) meses, contados do primeiro pagamento relativo à negociação, prazo não prorrogável, sob nenhuma hipótese, ainda que a demora da venda judicial decorra de motivos inerentes ao mecanismo da Justiça;

d) Durante o período necessário à venda judicial e ao efetivo recolhimento do valor acima, desde que respeitado o prazo da alínea anterior, fica suspenso o dever de recolhimento da segunda parcela da entrada do presente acordo, sem prejuízo da regular incidência da Taxa SELIC sobre montante devido;

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/08/2024 16:32:45 - 1a94376

e) Caso não realizada a venda judicial do referido bem e o efetivo recolhimento do valor devido, os DEVEDORES deveram realizar o pagamento, imediatamente, obedecendo ao mesmo prazo acima previsto, da segunda parcela da entrada com os acréscimos legais devidos;

f) Caso não haja regularização no prazo acima previsto, o presente acordo será rescindido, implicando a exigibilidade imediata dos débitos sem descontos, devidamente atualizados e deduzidos os valores pagos, bem como a execução das garantias prestadas e a prática dos demais atos executórios do crédito, judiciais ou extrajudiciais.

g) Não eximirá os DEVEDORES da obrigação de adimplemento da entrada eventuais bloqueio/constrições judiciais, penhoras e/ou concurso de penhora ou quaisquer outros impedimentos que decorram da venda judicial do bem imóvel em questão ou de exercício de direitos preferenciais sobre o produto da alienação;

h) Caso necessário, a Fazenda Nacional celebrará com os DEVEDORES Negócio Jurídico Processual, na forma da Portaria PGFN nº 748/2018, para operacionalização do recolhimento da segunda parcela de entrada.

CLÁUSULA 8ª. As demais parcelas do acordo serão recolhidas mensalmente pelos DEVEDORES, com escalonamento previsto na tabela acima, até integral pagamento da dívida.

§1º O produto da alienação judicial do imóvel "Fazenda da Prata", de matrícula nº 1.060 do Cartório de Registro de Imóveis de Pirapora/MG, será utilizado para quitação da segunda parcela da entrada, nos termos acima, e das demais parcelas do acordo;

§2º Em caso de venda judicial à vista, o produto deve ser utilizado para imediata quitação das demais parcelas do acordo;

§3º Em caso de venda parcelada, o produto da venda será utilizado para o adimplemento mensal deste acordo, devendo as partes, caso necessário, celebrar Negócio Jurídico Processual, na forma da Portaria PGFN nº 748/2018 e da Cláusula 7ª, II, "h".

CORREÇÃO DOS DÉBITOS E PAGAMENTO

CLÁUSULA 9ª. A amortização mensal será acrescida de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, ou por outro índice que vier a substituí-la, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/08/2024 16:32:45 - 1a94376

subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

CLÁUSULA 10ª. Na hipótese de pagamento antecipado da amortização, os juros previstos na cláusula anterior apenas serão computados até a data do referido pagamento.

Parágrafo único. Os pagamentos antecipados amortizarão o saldo devdor transacionado em ordem crescente das parcelas vencidas e vincendas.

CLÁUSULA 11ª. Os valores serão quitados com o pagamento de documentos de arrecadação fiscal (DARF ou GPS) obtidos no sistema Regularize da PGFN, em conta de parcelamento formalizada para esta transação.

GARANTIAS

CLÁUSULA 12. Os DEVEDORES oferecem os imóveis de matrículas nºs 16.800 (“Imóvel SIA”), do 4º Registro de Imóveis do Distrito Federal; e 3.951 (“Hotel Aracoara”), do 2º Registro de Imóveis do Distrito Federal; com a finalidade de garantir a dívida confessada no presente acordo;

CLÁUSULA 13. O imóvel de matrícula nº 1.060 (“Fazenda da Prata”), do Cartório de Registro de Imóveis de Pirapora/MG, é ofertado em garantia do presente acordo, não se sujeitando às cláusulas abaixo e às regras de manutenção de gravames e garantias dos arts. 7º, II; e 45, da Portaria PGFN nº 6.757/22.

§1º No caso da venda judicial do imóvel, o produto da venda passa a ser garantia do presente acordo, devendo ser utilizado para seu integral adimplemento, conforme o disposto nas Cláusulas 7ª e 8ª;

§2º Fica convencionado que o instrumento de alienação judicial deve conter cláusula disciplinando que, em caso de parcelamento da venda, ficará o adquirente do imóvel obrigado a dirigir-se à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para dar em garantia ao presente acordo o referido imóvel até integral quitação do parcelamento de aquisição do bem.

§3º Caso o bem não seja alienado judicialmente, mas regularizado o acordo nos termos da Cláusula 7º, II, “e”; a garantia do presente imóvel passa a ser regida pelas cláusulas abaixo, cabendo aos DEVEDORES providenciar o registro da hipoteca no prazo da Cláusula 21, contado da referida regularização.

CLÁUSULA 14. Os proprietários dos imóveis admitem a hipoteca dos bens sobre os quais recaem a garantia, independentemente da ordem de preferência disposta no art. 655 do CPC e do art. 11 da Lei 6.830/80.

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/08/2024 16:32:45 - 1a94376

CLÁUSULA 15. Os proprietários dos imóveis obrigam-se, durante a vigência do presente acordo, a manter em dia o pagamento de todos os impostos e taxas federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel dado em garantia.

CLÁUSULA 16. Incidindo o DEVEDORES em alguma das hipóteses de rescisão do presente acordo, poderá a União requerer judicialmente adjudicação dos bens ou promover a alienação por sua própria iniciativa ou por intermédio de corretor ou leiloeiro público credenciado, nos termos do art. 880 do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA 17. No caso de desapropriação total ou parcial do imóvel dado em garantia, fica a FAZENDA NACIONAL, pela presente, nomeada e constituída procuradora do(s) respectivo(s) proprietário(s) para receber do poder desapropriante a indenização devida, aplicando-a na amortização ou liquidação da dívida, sendo que, se a indenização for inferior ao saldo da dívida, os DEVEDORES obrigam-se a pagar, imediatamente, a diferença existente. Fica, ainda a FAZENDA NACIONAL nomeada e constituída procuradora com poderes necessários para, se lhe convier, discutir amigável ou judicialmente o valor da indenização.

CLÁUSULA 18. Ocorrendo perecimento ou deterioração que cause redução significativa do valor do bem oferecido em garantia, comprometem-se os DEVEDORES a substituí-lo no prazo de 15 (quinze) dias da notificação, sob pena de rescisão do presente acordo de transação.

Parágrafo único. Considera-se redução significativa implicar em decréscimo de 20% do valor do bem. Ocorrendo deterioração inferior ao percentual previsto ou desvalorização do bem, comprometem-se os DEVEDORES a reforçar a garantia com outro bem.

CLÁUSULA 19. A hipoteca vigorará pelo prazo do acordo de transação avençado, se regularmente cumprido ou até o efetivo pagamento das dívidas.

CLÁUSULA 20. As despesas com lavratura deste instrumento e de sua averbação no Registro de Imóveis são de exclusiva responsabilidade dos DEVEDORES, que se obriga expressamente a promover junto aos registros públicos os atos previstos em Lei, sob pena de extinção do acordo, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA 21. Os DEVEDORES comprometem-se a efetuar no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da assinatura da transação o registro de hipoteca sobre o bem relacionado ofertado em garantia perante os órgãos de registro e controle respectivos.

Parágrafo único. Caso não seja possível realizar o registro de hipoteca perante os cartórios de imóveis competentes, o DEVEDORES se obrigam a substituir os bens dados em garantia por outros de igual valor livres e desimpedidos de ônus, penhora e quaisquer dívidas *propter*

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/08/2024 16:32:45 - 1a94376

rem que possam ferir a preferência creditícia da União, em até 10 (dez) dias a contar do vencimento do prazo disposto no *caput*.

PROCESSOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS

CLÁUSULA 22. Durante o período de vigência da transação, a FAZENDA NACIONAL não se oporá à suspensão processual das execuções fiscais relacionadas aos débitos acordados, em relação às quais não correrão quaisquer prazos para oferecimento de defesas, recursos, manifestações ou afins, permanecendo suspenso o prazo prescricional, que não correrá em prejuízo da União.

CLÁUSULA 23. Os DEVEDORES expressamente desistem das impugnações ou dos recursos administrativos e das ações judiciais que tenham por objeto os débitos relacionados no ANEXO I e renunciam a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundem as referidas impugnações e recursos ou ações judiciais, por meio de requerimento de extinção do respectivo processo e/ou recurso com resolução de mérito, nos termos da alínea "c" do inciso III do caput do art. 487 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil.

§ 1º. A desistência e a renúncia de que trata o *caput* não exime os DEVEDORES do pagamento dos honorários advocatícios e custas processuais eventualmente devidos.

§ 2º. Cabe aos DEVEDORES peticionar nos processos judiciais de que cuida esse ato, noticiando aos juízos a celebração do acordo de Transação Individual.

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL

CLÁUSULA 24. A partir do pagamento integral da entrada do presente acordo, as inscrições arroladas no ANEXO I não constituirão impedimento à emissão de certidão positiva com efeitos de negativa em favor dos DEVEDORES, desde que cumpridos os requisitos previstos nos artigos 205 e 206 do CTN e todos os compromissos, as condições e as obrigações acordadas nesta transação.

§1º. Nos casos previstos na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, na Portaria PGFN nº 486/2011 e/ou nas hipóteses de descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas estipuladas na transação poderá ocorrer o cancelamento da certidão de regularidade fiscal.

§2º. No caso de rescisão da Transação, o cancelamento da certidão poderá ser efetuado independentemente de publicação no Diário Oficial da União, devendo a unidade responsável encaminhar despacho de cancelamento, devidamente instruído, ao setor responsável.

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/08/2024 16:32:45 - 1a94376

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

HIPÓTESES DE RESCISÃO

CLÁUSULA 25. Implicará rescisão da transação, com a exigibilidade imediata da totalidade dos débitos confessados e imediata execução da garantia:

I - A falta de pagamento integral da entrada do parcelamento no prazo acordado;

II - A falta de pagamento de 2 (duas) amortizações mensais, consecutivas ou não, bem como a falta de pagamento de 1 (uma) amortização, estando pagas todas as demais.

III- A constatação, pela PGFN, de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial do sujeito passivo, incluindo-se a alienação de bens e direitos sem prévia comunicação.

IV - A constatação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, de divergências nas informações cadastrais, patrimoniais ou econômico-fiscais prestadas pelo sujeito passivos e consideradas para celebração da transação;

V - Ocorrência de dolo, de fraude, de simulação ou de erro essencial quanto a pessoa ou quanto ao objeto do conflito;

VI- A decretação de falência ou de outro mecanismo de liquidação judicial ou extrajudicial.

VII- a ausência de registro de hipoteca de primeiro grau a recair sobre o bem prestado em garantia, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da assinatura da Transação, ficando excepcionada a hipótese em que o retardamento da diligência é imputada exclusivamente à autoridade registral.

VIII- a ausência de substituição de garantias, na ocorrência de uma das hipóteses previstas nesse Termo.

IX- a não homologação judicial, quando for o caso.

X- a não regularização dos débitos inscritos na dívida ativa da União e do FGTS após a celebração do presente, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da vigência do acordo ou a contar da data de inscrição, se supervenientes à transação.

XI- a comprovação de que os DEVEDORES utilizam pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Pública Federal, após a lavratura da presente transação.

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/08/2024 16:32:45 - 1a94376

XII- a comprovação de que os DEVEDORES incorrem em fraude à execução, nos termos do art. 185 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e não reservou bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita após a lavratura da presente Transação.

XIII- a não desistência de ação ou recurso judicial ou administrativo que envolva discussão acerca dos débitos incluídos na transação, com renúncia a quaisquer alegações de direito, no prazo de 30 (trinta) dias contados da assinatura do acordo.

XIV- o descumprimento de quaisquer das condições, das cláusulas, das obrigações ou dos compromissos assumidos no presente termo de transação individual;

§1º. As parcelas pagas com até 30 (trinta) dias de atraso não configurarão inadimplência para fins do inciso II deste artigo.

§2º. A regularização prevista no inciso X inclui a manutenção da regularidade das obrigações de FGTS e tributárias federais após a adesão aos programas de conformidade fiscal, inclusive as suas prestações.

§3º Eventual rescisão da presente transação não afeta os direitos da terceira interveniente, DIRECIONAL ENGENHARIA S/A, desde cumprido o disposto na Cláusula nº 7ª, inciso I.

CLÁUSULA 26. A rescisão da Transação implicará a cobrança dos débitos, deduzidos os valores pagos, bem como autorizará a execução das garantias prestadas e a prática dos demais atos executórios do crédito, judiciais ou extrajudiciais.

CLÁUSULA 27. Os DEVEDORES serão previamente notificados sobre a incidência de alguma das hipóteses de rescisão da Transação.

§1º. Os DEVEDORES terão conhecimento das razões determinantes da rescisão e poderão regularizar o vício ou apresentar impugnação, ambos no prazo de 30 (trinta) dias, preservado em todos os seus termos a transação durante esse período.

§2º. A impugnação deverá ser apresentada exclusivamente pela plataforma REGULARIZE da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e deverá trazer todos os elementos que infirmem as hipóteses de rescisão, sendo possível a juntada de documentos. Apresentada a impugnação, todas as comunicações ulteriores serão realizadas por meio da plataforma REGULARIZE da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, cabendo ao interessado acompanhar a respectiva tramitação.

§3º. Enquanto não definitivamente julgada a impugnação à Transação, os DEVEDORES deverão permanecer cumprindo todas as exigências do acordo.

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/08/2024 16:32:45 - 1a94376

§4º. Rescindida esta transação, é vedada a formalização de nova transação pelos DEVEDORES, em qualquer modalidade, ainda que relativa a débitos distintos, pelo prazo de 2 anos, contados da data da rescisão.

CLÁUSULA 28. Incidindo os DEVEDORES em alguma das hipóteses de resolução da presente transação, o desfazimento desta não implicará a liberação das garantias dadas para assegurar o crédito e a União poderá requerer judicialmente a adjudicação dos bens, a alienação fiduciária, a sua expropriação ou promover a alienação por sua própria iniciativa ou por intermédio de corretor ou leiloeiro público credenciado, nos termos do art. 880 do CPC.

CLÁUSULA 29. Cessarão os efeitos desta Transação se, a qualquer tempo, houver descumprimento de suas cláusulas ou, ainda, se, nos termos do art. 190, parágrafo único, do Código de Processo Civil, o Poder Judiciário, em controle da validade do negócio, recusar-lhe aplicação, ressalvado os direitos da terceira interveniente, DIRECIONAL ENGENHARIA S/A, desde cumprido o disposto na Cláusula nº 7ª, inciso I.

Parágrafo único. Na hipótese da presente transação ser declarada parcialmente nula, a parte não nula será preservada em todos os seus efeitos.

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 30. A presente transação terá prazo de vigência de **até 60 (sessenta) meses.**

CLÁUSULA 31. A Transação produzirá efeitos mesmo enquanto pendente de homologação judicial, devendo os DEVEDORES promover as medidas necessárias à sua integral efetivação e cumprimento.

CLÁUSULA 32. Antes da sua assinatura, todos os termos e condições desta transação podem ser alterados unilateralmente pela União, não gerando ou representando direito adquirido ou expectativa de direito para os DEVEDORES.

CLÁUSULA 33. A presente Transação vincula e produz efeitos aos DEVEDORES, seus sucessores, adquirentes, a qualquer título, ainda que a União não tenha tido qualquer tipo de conhecimento de eventuais mudanças contratuais, societárias, sucessórias, sendo transmitido todos os direitos e obrigações do presente instrumento.

CLÁUSULA 34. A Transação, uma vez celebrada, está sujeita a ampla publicidade e transparência ativa, ressalvada a divulgação de informações protegidas por sigilo.

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/08/2024 16:32:45 - 1a94376

§1º. Ressalva-se da previsão do *caput*, a minuta, ou simples proposta de transação, assim como as informações, os termos e condições que lhe fazem parte, enquanto não assinado, estando todos acobertados por **sigilo fiscal** sendo vedado a divulgação, no todo ou em parte, sujeitando-se o infrator às penalidades cabíveis.

§2º. Nos mesmos termos previstos no *caput*, é igualmente vedada a utilização dos termos e condições previstos na presente Transação para demandar igualdade de condições ou proposta para outros DEVEDORES, pessoas físicas ou jurídicas, com débitos perante a União.

§3º. As previsões da presente transação igualmente importam em sigilo profissional e sua transgressão ensejam medidas disciplinares na respectiva entidade de classe.

§4º. Após a assinatura, as partes estabelecerão o conteúdo e disposições da presente transação que poderão ter a publicidade suprimida em razão de possível prejuízo comercial, industrial, comercial, negocial ou concorrencial, sendo sempre proibida a divulgação das informações acobertadas pelo sigilo fiscal.

CLÁUSULA 35. Visando atender aos princípios da eficiência e da cooperação entre as partes, a comunicação entre elas será efetivada pelos meios institucionais disponíveis (REGULARIZE/SICAR/e-mail institucional) entre procuradores e representantes legais do DEVEDORES e dos INTERVENIENTES ANUENTES, com confirmação de recebimento.

§1º Em caso de substituição dos procuradores/representantes, incumbe as partes o ônus de informar a ocorrência do fato, sob pena de se considerar válida eventual comunicação enviada ao procurador anterior.

§2º O simples recebimento do e-mail não importa aquiescência com o conteúdo por parte do destinatário.

CLÁUSULA 36. A celebração desta transação não dispensa o recolhimento das obrigações tributárias correntes devidas pelos DEVEDORES, nem mesmo o cumprimento das obrigações acessórias.

CLÁUSULA 37. Esta transação não interfere de modo algum em quaisquer outras inscrições no CADIN, Cadastro de Inadimplentes com o FGTS ou qualquer outro cadastro restritivo que porventura tenha ou venha a ter por questões alheias ao objeto da presente Transação.

Parágrafo único. Os débitos do ANEXO I, enquanto permanecerem transacionados ou garantidos, terão sua inscrição suspensa no CADIN.

CLÁUSULA. 38. A formalização do presente acordo de Transação implica manutenção automática dos gravames decorrentes de arrolamento de bens, de medida cautelar fiscal e das

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/08/2024 16:32:45 - 1a94376

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

garantias prestadas administrativamente ou nas ações de execução fiscal ou em qualquer outra ação judicial; ressalvados os imóveis objeto da presente transação que se destinam à Cessão de Direitos Possessórios e à venda judicial referidos nas Cláusulas 7ª e 13.

CLÁUSULA 39. O presente acordo poderá ser objeto de futuros aditamentos, alterações ou modificações após sua homologação por acordo mútuo entre as partes e desde que as alterações sejam expressamente autorizadas por lei e portaria da PGFN.

CLÁUSULA 40. É inválida qualquer interpretação das cláusulas que implique redução do montante dos créditos inscritos ou renúncia aos privilégios do crédito tributário e à garantia ofertada.

CLÁUSULA 41. Os casos omissos, especialmente os acobertados pela teoria da imprevisão, relativa à situação desconhecida pelas partes no presente momento, que possa futuramente gerar demasiado desequilíbrio contratual serão resolvidos de comum acordo entre as partes, e caso necessário, a questão posta em dúvida será submetida à apreciação e decisão do Juízo de homologação da presente transação.

CLÁUSULA 42. O presente termo, seus anexos e demais documentos utilizados para celebração da transação serão arquivados no **processo SEI nº 12221.100219/2023-97,** no qual também serão arquivados quaisquer requerimentos e documentos relativos a este instrumento.

CLÁUSULA 43. A presente transação começa a produzir efeitos na data de sua assinatura pelas partes, sob condição resolutiva do pagamento da entrada e das demais obrigações com prazos de cumprimento estabelecidos no acordo.

Firmam as partes o presente termo juntamente com o ANEXO I para que produzam os efeitos desejados.

Brasília, 26 de junho de 2023.

Pela Fazenda Nacional:

HERMES DE ALENCAR BENEVIDES NETO:65788559391
Assinado digitalmente por HERMES DE ALENCAR BENEVIDES NETO:65788559391
DN: cn=HERMES DE ALENCAR BENEVIDES NETO:65788559391, c=BR, o=ICP-Brasil, ou=RFB e-CPF A3, email=hermes.benevides-neto@pgfn.gov.br
Data: 2023.07.13 15:43:38 -03'00'

HERMES DE ALENCAR BENEVIDES NETO
Procurador da Fazenda Nacional

ASSINADO DIGITALMENTE
AMALIA CARVALHO CINTRA TRASEL
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em: http://serpro.gov.br/assinador-digital
SERPRO

AMÁLIA CARVALHO CINTRA TRÄSEL
Procuradora da Fazenda Nacional

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/08/2024 16:32:45 - 1a94376

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

ASSINADO DIGITALMENTE
TATIANA IRBER
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
http://serpro.gov.br/assinador-digital
SERPRO

TATIANA IRBER
Procuradora da Fazenda Nacional

RICARDO DA SILVEIRA FIGUEIRO:05030451609
Assinado digitalmente por RICARDO DA SILVEIRA FIGUEIRO:05030451609
Data: 2023.07.17 13:25:16 -03'00'

RICARDO DA SILVEIRA FIGUEIRÓ
Procurador-Chefe da Dívida Ativa - PRFN 1ª Região

Pelos Devedores:

ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Assinado de forma digital por ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Dados: 2023.07.10 10:46:42 -03'00'

IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S.A

ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Assinado de forma digital por ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Dados: 2023.07.10 10:47:03 -03'00'

IRFASA S.A CONSTRUCOES INDUSTRIA E COMERCIO

ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Assinado de forma digital por ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Dados: 2023.07.10 10:47:24 -03'00'

URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA

ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Assinado de forma digital por ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Dados: 2023.07.10 10:47:51 -03'00'

BETONMIX SERVICOS DE CONCRETAGEM EIRELI

ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Assinado de forma digital por ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Dados: 2023.07.10 10:48:14 -03'00'

SABEP SAO BENTO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A

ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Assinado de forma digital por ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Dados: 2023.07.10 10:48:36 -03'00'

FAZENDAS DA PRATA S.A

ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Assinado de forma digital por ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Dados: 2023.07.10 10:48:58 -03'00'

ESPÓLIO DE WAYNE DO CARMO FARIA

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/08/2024 16:32:45 - 1a94376

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

Pela Intervenientes Anuente:

RICARDO RIBEIRO VALADARES GONTIJO:05084399656
Assinado de forma digital por RICARDO RIBEIRO VALADARES GONTIJO:05084399656
Dados: 2023.07.10 08:18:04 -03'00'

DANILO PEREIRA AUCELIO:50418599149
Assinado de forma digital por DANILO PEREIRA AUCELIO:50418599149
Dados: 2023.07.10 08:17:25 -03'00'

DIRECIONAL ENGENHARIA S/A
Por:

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/08/2024 16:32:45 - 1a94376

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

ANEXO I

LISTA DE INSCRIÇÕES QUE COMPÕE O TERMO DE TRANSAÇÃO INDIVIDUAL COM INDICAÇÃO DAS RESPECTIVAS EXECUÇÕES FISCAIS E OS JUÍZOS DE TRAMITAÇÃO

INSCRIÇÕES SIDA - grupo IRFASA - Fazenda da Prata

CPF/CNPJ do DEVEDOR	Número Processo Judicial SAJ (completo)	Juízo	Número de Inscrição
00.023.150	00000200534000063593	19ª VARA FEDERAL	10 6 04 006338-67
00.023.150	00000200534000063593	19ª VARA FEDERAL	10 7 04 001215-10
00.023.150	00007603719984013400	11ª VARA FEDERAL	10 2 97 001046-27
00.023.150	00040464220064013400	18ª VARA FEDERAL	10 2 05 000019-87
00.023.150	00040464220064013400	18ª VARA FEDERAL	10 6 05 000037-92
00.023.150	00040464220064013400	18ª VARA FEDERAL	10 6 05 003429-02
00.023.150	00040464220064013400	18ª VARA FEDERAL	10 7 05 000943-96
00.023.150	00160077720064013400	11ª VARA FEDERAL	10 6 06 000084-35
00.023.150	00160077720064013400	11ª VARA FEDERAL	10 8 05 000056-17
00.023.150	121336020014013400	11ª VARA FEDERAL	10 8 99 000095-08
00.023.150	169948420044013400	18ª VARA FEDERAL	10 8 03 000014-05
00.023.150	200234000392899	18ª VARA FEDERAL	10 6 00 001575-53
00.023.150	200334000321534	11ª VARA FEDERAL	10 8 02 000203-51
00.023.150	200434000413872	18ª VARA FEDERAL	10 7 04 000717-42
00.023.150	200434000413872	18ª VARA FEDERAL	10 8 04 000087-97
00.023.150	200934000062075	18ª VARA FEDERAL	10 6 06 006494-90
00.023.150	200934000062075	18ª VARA FEDERAL	10 7 07 000001-15
00.023.150	200934000062075	18ª VARA FEDERAL	10 8 08 000012-85
00.023.150	249087320024013400	18ª VARA FEDERAL	10 8 01 000610-05
00.023.150	478099220104013400	11ª VARA FEDERAL	10 7 10 000037-56
00.023.150	51561820024013400	11ª VARA FEDERAL	10 8 01 000288-14
00.023.150	98185420044013400	11ª VARA FEDERAL	10 6 03 002513-93
00.023.150		Não se aplica	10 5 03 003618-33
00.023.150		Não se aplica	10 6 02 005334-27
00.023.150			
00.366.518	00068805220054013400	19ª VARA FEDERAL	10 2 04 003094-91
00.366.518	00068805220054013400	19ª VARA FEDERAL	10 6 04 006342-43
00.366.518	00068805220054013400	19ª VARA FEDERAL	10 6 04 006343-24
00.366.518	00068805220054013400	19ª VARA FEDERAL	10 7 04 001217-82
00.366.518	00116597920074013400	11ª VARA FEDERAL	10 6 06 006574-09

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/08/2024 16:32:45 - 1a94376

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

00.366.518	00250724319994013400	11ª VARA FEDERAL	10 7 99 000005-62
00.366.518	157004020174013400	11ª VARA FEDERAL	10 2 16 003737-10
00.366.518	157004020174013400	11ª VARA FEDERAL	10 6 16 007969-70
00.366.518	200434000064098	18ª VARA FEDERAL	10 6 03 000088-80
00.366.518	200534000104626	19ª VARA FEDERAL	10 2 05 000102-00
00.366.518	200534000104626	19ª VARA FEDERAL	10 6 05 000114-69
00.366.518	200534000104626	19ª VARA FEDERAL	10 6 05 000115-40
00.366.518	250732819994013400	11ª VARA FEDERAL	10 6 99 000010-49
00.366.518	313181120064013400	11ª VARA FEDERAL	10 7 06 000642-43
00.366.518	349562320044013400	19ª VARA FEDERAL	10 6 04 003323-10
00.366.518		Não se aplica	10 2 20 000435-55
00.366.518		Não se aplica	10 2 21 002975-08
00.366.518		Não se aplica	10 2 22 003004-11
00.366.518		Não se aplica	10 4 19 000013-83
00.366.518		Não se aplica	10 5 18 002295-17
00.366.518		Não se aplica	10 5 21 000458-10
00.366.518		Não se aplica	10 6 19 000981-60
00.366.518		Não se aplica	10 6 19 010823-73
00.366.518		Não se aplica	10 6 19 014010-61
00.366.518		Não se aplica	10 6 20 000989-95
00.366.518		Não se aplica	10 6 20 009159-50
00.366.518		Não se aplica	10 6 20 015204-70
00.366.518		Não se aplica	10 6 21 001718-56
00.366.518		Não se aplica	10 6 21 007283-62
00.366.518		Não se aplica	10 6 21 010078-39
00.366.518		Não se aplica	10 6 21 013090-96
00.366.518		Não se aplica	10 7 19 000442-11
00.366.518		Não se aplica	10 7 19 003318-90
00.366.518		Não se aplica	10 7 19 003751-61
00.366.518		Não se aplica	10 7 20 000237-04
00.366.518		Não se aplica	10 7 20 001819-54
00.366.518		Não se aplica	10 7 20 003107-89
00.366.518		Não se aplica	10 7 21 000512-62
00.366.518		Não se aplica	10 7 21 003077-55
00.366.518			
00.446.443	00124087719994013400	18ª VARA FEDERAL	10 6 98 002075-75
00.446.443	08248007020055100005	05ª Vara do Trabalho	10 5 03 000241-60
00.446.443	08249002520055100005	05ª Vara do Trabalho	10 5 03 000242-41
00.446.443	08250007720055100005	05ª Vara do Trabalho	10 5 03 000243-22
00.446.443	08251003220055100005	05ª Vara do Trabalho	10 5 03 000244-03
00.446.443	401966619994013400	18ª VARA FEDERAL	10 7 99 000014-53
00.446.443	401975119994013400	18ª VARA FEDERAL	10 6 99 000037-69

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/08/2024 16:32:45 - 1a94376

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

00.446.443	8109009520065100001	01ª Vara do Trabalho	10 5 02 001157-92
00.446.443	91939319994013400	11ª VARA FEDERAL	10 6 98 001905-83
00.446.443			
00.474.841	00069447620164013400	18ª VARA FEDERAL	10 5 15 000079-85
00.474.841	00069447620164013400	18ª VARA FEDERAL	10 5 15 000456-40
00.474.841	00069447620164013400	18ª VARA FEDERAL	10 5 15 000457-20
00.474.841	00069447620164013400	18ª VARA FEDERAL	10 5 15 000472-60
00.474.841	00069447620164013400	18ª VARA FEDERAL	10 5 15 000473-40
00.474.841	00069447620164013400	18ª VARA FEDERAL	91 5 00 003536-57
00.474.841	00069447620164013400	18ª VARA FEDERAL	91 5 00 003537-38
00.474.841	00069447620164013400	18ª VARA FEDERAL	91 5 01 001591-00
00.474.841	00069447620164013400	18ª VARA FEDERAL	91 5 02 002216-14
00.474.841	00069447620164013400	18ª VARA FEDERAL	91 5 02 002521-70
00.474.841	00069447620164013400	18ª VARA FEDERAL	91 5 99 001683-37
00.474.841	00182183319994013400	19ª VARA FEDERAL	10 6 98 005306-00
00.474.841	00182191819994013400	19ª VARA FEDERAL	10 6 98 005304-30
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 2 04 000001-21
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 2 04 000002-02
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 5 00 000341-44
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 5 00 000342-25
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 5 03 003452-00
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 6 03 005408-24
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 6 04 000016-31
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 6 04 000017-12
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 6 04 000018-01
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 7 03 002213-86
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 7 04 000001-36
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 7 04 000002-17
00.474.841	00514799020164013400	19ª VARA FEDERAL	10 2 16 001032-59
00.474.841	00883967920144013400	11ª VARA FEDERAL	10 2 14 003618-31
00.474.841	00883967920144013400	11ª VARA FEDERAL	10 4 14 011700-74
00.474.841	00883967920144013400	11ª VARA FEDERAL	10 6 14 007436-36
00.474.841	199934000181798	19ª VARA FEDERAL	10 6 98 005305-11
00.474.841	199934000251906	19ª VARA FEDERAL	10 7 98 000814-39
00.474.841	199934000402345	19ª VARA FEDERAL	10 2 98 003074-14
00.474.841	200334000251510	18ª VARA FEDERAL	10 5 02 002256-28
00.474.841	200334000376106	19ª VARA FEDERAL	10 6 02 005269-94
00.474.841	200934000169207	18ª VARA FEDERAL	10 2 05 000158-56
00.474.841	200934000169207	18ª VARA FEDERAL	10 6 05 000177-42
00.474.841	200934000169207	18ª VARA FEDERAL	10 6 08 000656-10
00.474.841	3840720155100010	10ª Vara do Trabalho	10 5 07 000372-35
00.474.841	3840720155100010	10ª Vara do Trabalho	10 5 11 001525-54

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/08/2024 16:32:45 - 1a94376

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

00.474.841	3840720155100010	10ª Vara do Trabalho	10 5 12 000866-93
00.474.841	3840720155100010	10ª Vara do Trabalho	10 5 14 001117-72
00.474.841	3840720155100010	10ª Vara do Trabalho	10 5 14 001118-53
00.474.841	3840720155100010	10ª Vara do Trabalho	10 5 14 001119-34
00.474.841	401654619994013400	19ª VARA FEDERAL	10 2 98 003075-03
00.474.841	8003003920075100014	14ª Vara do Trabalho	10 5 03 000855-42
00.474.841	8004200701410009	Juízo Conciliatório	10 5 03 000852-08
00.474.841	8005200701410003	Juízo Conciliatório	10 5 03 000856-23
00.474.841	8006200701410008	Juízo Conciliatório	10 5 03 000865-14
00.474.841	8007200701410002	Juízo Conciliatório	10 5 03 000864-33
00.474.841	8008200701410007	Juízo Conciliatório	10 5 03 000863-52
00.474.841	8009200701410001	Juízo Conciliatório	10 5 03 001231-42
00.474.841	8010200701410006	Juízo Conciliatório	10 5 03 001230-61
00.474.841	8011200701410000	Juízo Conciliatório	10 5 03 000857-04
00.474.841	8012200701410005	Juízo Conciliatório	10 5 03 000858-95
00.474.841	8013200701410000	Juízo Conciliatório	10 5 03 000860-00
00.474.841	8014200701410004	Juízo Conciliatório	10 5 03 000859-76
00.474.841	8015200701410009	Juízo Conciliatório	10 5 03 000861-90
00.474.841	8016200701410003	Juízo Conciliatório	10 5 03 000862-71
00.474.841	8033008620075100001	01ª Vara do Trabalho	10 5 04 002781-05
00.474.841	8033008620075100001	01ª Vara do Trabalho	10 5 04 002852-33
00.474.841	8033008620075100001	01ª Vara do Trabalho	10 5 04 002853-14
00.474.841	8033008620075100001	01ª Vara do Trabalho	10 5 04 002854-03
00.474.841	8033008620075100001	01ª Vara do Trabalho	10 5 04 002855-86
00.474.841	8033008620075100001	01ª Vara do Trabalho	10 5 06 000016-03
00.474.841	8033008620075100001	01ª Vara do Trabalho	10 5 06 000940-08
00.474.841	8120003120065100019	19ª Vara do Trabalho	10 5 01 000011-67
00.474.841	8266009720055100017	17ª Vara do Trabalho	10 5 00 000340-63
00.474.841	8277001420055100009	09ª Vara do Trabalho	10 5 03 000853-80
00.474.841	8278200500910000	09ª Vara do Trabalho	10 5 03 000854-61
00.474.841		Não se aplica	10 5 15 000906-02
00.474.841		Não se aplica	10 5 16 000057-04
00.474.841			
00.479.659	200934000199138	18ª VARA FEDERAL	10 6 08 000627-86
00.479.659	200934000199138	18ª VARA FEDERAL	10 6 08 000628-67
00.479.659			
23.537.210	00050920820024013400	19ª VARA FEDERAL	10 8 01 000353-57
000.273.911-91	330617020174013400	18ª VARA FEDERAL	10 1 16 016514-22

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/08/2024 16:32:45 - 1a94376

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

INSCRIÇÕES DÍVIDA - grupo IRFASA - Fazenda da Prata			
Páginas:			
PSFN/PFN Responsável: 1ª REGIÃO			
CPF/CNPJ do DEVEDORES Agregado	Número do Processo Judicial	Inscrição Previdenciária	**Juízo:**
00.023.150	10236613920224013400	189023600	19ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.023.150	10236613920224013400	189023619	
00.023.150	19913552018401340 0	364252529	11ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.023.150	19913552018401340 0	364252537	
00.023.150	73218562015401340 0	390332550	18ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.023.150	73218562015401340 0	390332569	
00.023.150	73218562015401340 0	400326795	
00.023.150	73218562015401340 0	400326809	
00.023.150	200334000382617	354038680	19ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.023.150	200334000382617	354038664	
00.023.150	0001561-07.1985.4.01.3400	307241858	
00.023.150	8600289629	302176314	
00.023.150	8600289629	302176454	
00.023.150	8600289629	307972941	
00.023.150	8600289629	307972950	
00.023.150	8600289629	307972976	
00.023.150	8600289629	307972984	
00.023.150	8600289629	307972992	
00.023.150	8600289629	307973000	
00.023.150	8600289629	307973018	
00.023.150	8600289629	307973026	
00.023.150	8600289629	307973034	
00.023.150	8600289629	307973042	
00.023.150	8600289629	307973050	

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/08/2024 16:32:45 - 1a94376

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

00.023.150	8600289629	307973069	
00.023.150	8600289629	307973077	
00.023.150	8600289629	307973085	
00.023.150	0001460-33.1986.4.01.3400	307975177	
00.023.150	0001460-33.1986.4.01.3400	307975185	
00.023.150	0001460-33.1986.4.01.3400	307975193	
00.023.150	0001460-33.1986.4.01.3400	307975207	
00.023.150	0001460-33.1986.4.01.3400	307975215	
00.023.150	0001460-33.1986.4.01.3400	307975223	11ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.023.150	8600499046	307985580	
00.023.150	8600502110	307980324	
00.023.150	8700037427	307984001	
00.023.150	8700037427	307984028	
00.023.150	8700037427	307985156	
00.023.150	8700037427	307985164	
00.023.150	8700037427	307985172	
00.023.150	8700037427	307985180	
00.023.150	8700037427	307985199	
00.023.150	8700037427	307985202	
00.023.150	8700037427	307985210	
00.023.150	8700037427	307985229	
00.023.150	8700037427	307985237	
00.023.150	8700037427	307985245	
00.023.150	8700037427	307985261	
00.023.150	9000052890	307994660	
00.023.150	200334000382617	354038672	
00.023.150	8700037427	307985253	19ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.023.150			
00.366.518		189026030	
00.366.518	10083362420224013400	163870101	18ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	10083362420224013400	171155556	
00.366.518	10083362420224013400	179206559	

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/08/2024 16:32:45 - 1a94376

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

00.366.518	10083362420224013400	179395785	
00.366.518	12328832017401340 0	133813568	19ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	12328832017401340 0	133813576	
00.366.518	14045962018401340 0	138573573	18ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	14045962018401340 0	139934189	
00.366.518	14045962018401340 0	144044269	
00.366.518	14064152012401340 0	365620505	11ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	14064152012401340 0	365620521	
00.366.518	14064152012401340 0	366959492	
00.366.518	14064152012401340 0	368340775	
00.366.518	14064152012401340 0	398667462	
00.366.518	19976802018013400	359865305	
00.366.518	19976802018013400	359865313	
00.366.518	19976802018013400	362206457	
00.366.518	19976802018013400	362895376	
00.366.518	19976802018013400	363423222	
00.366.518	19976802018013400	363423230	
00.366.518	19976802018013400	363539158	
00.366.518	19976802018013400	364255188	
00.366.518	19976802018013400	364255196	
00.366.518	19976802018013400	364799277	

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/08/2024 16:32:45 - 1a94376

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

00.366.518	19976802018013400	390401072	
00.366.518	30072572018401340 0	120763362	11ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	34614212018401340 0	150524170	19ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	56794022016401340 0	128462477	18ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	200334000385818	315430524	18ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	199734000199525	317893661	19ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	199834000017502	324976895	19ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	200334000385818	352800518	
00.366.518	200334000385818	352800526	
00.366.518	200334000385818	352800534	
00.366.518	200334000385818	352800542	
00.366.518	200334000385818	352800569	
00.366.518	200334000385818	353604089	
00.366.518	200334000385818	353604097	
00.366.518	200334000385818	353604100	18ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	200334000385818	353604119	
00.366.518	200634000163308	355889250	11ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	200834000096945	360229042	19ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	20093400041230	358527805	
00.366.518			
00.446.443	71502912015401340 0	390417718	11ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.446.443	71502912015401340 0	390417726	
00.446.443	199734000265472	316330132	18ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.446.443			
00.474.841		390424293	
00.474.841		390424307	
00.474.841	20030462018401340 0	316330671	
00.474.841	20030462018401340 0	414893395	11ª VARA FEDERAL - BRASILIA

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/08/2024 16:32:45 - 1a94376

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

00.474.841	2003046201840134 00	414893409	
00.474.841	6125874201340134 00	370321790	18ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.474.841	6207711201340134 00	370321804	19ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.474.841	200234000340681	352801360	19ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.474.841	200234000340681	352801379	
00.474.841	200234000340681	373816332	
00.474.841	200234000206213	352801409	
00.474.841	200234000206213	352801417	

FGTS

CPF/CNPJ	Inscrição FGTS	NUP	Juízo
00.023.150	CSDF200700127	200734000236841	11ª VARA FEDERAL
00.023.150	FGDF200700126	200734000236841	11ª VARA FEDERAL
00.366.518	FGDF202100131	10591386020214013400	11ª VARA FEDERAL
00.366.518	FGDF202200314	10137229820234013400	19ª VARA FEDERAL
00.474.841	FGDF199900270	9170520014013400	19ª VARA FEDERAL
00.474.841	FGDF200900142	372861720094013400	11ª VARA FEDERAL
00.474.841	FGDF202100126	10638681720214013400	18ª VARA FEDERAL

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 04/06/2024 16:19:59 - 93eb062
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24060416195934500000041083939?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24060416195934500000041083939

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/08/2024 16:32:45 - 1a94376
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24083016295844400000042582015?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24083016295844400000042582015

Poder Judiciário Malote Digital

Impresso em: 30/08/2024 ?s 16:31

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade:	510202424105876
Documento:	Documento_87d5990.pdf
Remetente:	SEXEC - Secretaria de Execuções Especiais e Pesquisa Patrimonial (GUILHERME DO AMARAL AMORIM CASADO)
Destinatário:	1ª Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília (TJDFT)
Data de Envio:	30/08/2024 16:28:40
Assunto:	Prezado(a, segue em anexo ofício para conhecimento.

Código de rastreabilidade:	510202424105875
Documento:	Documento_499a6b7.pdf
Remetente:	SEXEC - Secretaria de Execuções Especiais e Pesquisa Patrimonial (GUILHERME DO AMARAL AMORIM CASADO)
Destinatário:	1ª Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília (TJDFT)
Data de Envio:	30/08/2024 16:28:40
Assunto:	Prezado(a, segue em anexo ofício para conhecimento.

Imprimir

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/08/2024 16:33:21 - 67e34ca
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24083016315663700000042582060?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24083016315663700000042582060

2º
REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL

Oficial: Léa Emília Braune Portugal

Telefone: (61) 3224-8708
SCS Quadra 08 Bloco B-60 Sala 140-C
Venâncio Shopping, Asa Sul
CEP: 70.333-900 - Brasília, DF

Natureza do Título.....: Certidão
Prenotado em.....: 23/08/2024
Número do Protocolo...: 506.913
Selo Digital.....: TJDFT20240290055624TUZV
Outorgado..... : JOSE DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS

Atos Praticados

O 2º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal certifica a prática dos seguintes atos:
penhora - R.42 / 3951

Registro(s): R$ 0,00
Averbação(ões): R$ 0,00
Total de Emolumentos: R$ 0,00

Brasília, 10 de setembro de 2024

Léa Emília Braune Portugal

Assinado eletronicamente por: GEOVANNE MORAES ARAUJO RODRIGUES - Juntado em: 10/09/2024 14:16:59 - 43864e7
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24091014165637900000042756383?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24091014165637900000042756383

Assinado eletronicamente por: ABADIO FERREIRA DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 14:43:24 - 5bd0dc4
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24091014432113100000042757385?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24091014432113100000042757385

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DO TRABALHO DO JUÍZO DE EXECUÇÕES ESPECIAIS E PESQUISA PATRIMONIAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

Processo piloto 0085100-81.1998.5.10.0003

URBRÁS Urbanização e Premoldados LTDA., SABEP São Bento Empreendimentos e Participações S/A, IRFATUR Turismo e Hotelaria S/A; IRFASA Construções Industria e Comércio S/A; Fazenda da Prata S/A, BETONMIX Serviços de Concretagem EIRELI, Espólio de Wayne do Carmo Faria, todas já devidamente qualificadas vêm, por intermédio de seus advogados apresentar

MANIFESTAÇÃO

Conforme exposto no pedido de Reunião das Execuções Trabalhistas, houve a solicitação de alienação de iniciativa particular do imóvel de matrícula 3.951 ("HotelAracoara"), do 2º Registro de Imóveis do Distrito Federal para que seja disponibilizado valor suficiente de pagamento das execuções tratadas.

Verifica-se na certidão de matrícula do imóvel apresentada em ID. 315ffdb a existência de alguns registros e averbações. Dessa forma, apresenta-se esclarecimentos quanto a esses gravames.

I. MATRÍCULA E SEUS ÔNUS REAIS

Reúne-se abaixo todos os registros existentes na matrícula do Hotel Aracoara, assim como seus credores e as respectivas averbações que cancelam as penhoras averbadas e o motivo do registro na matrícula:

PJe Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - a9e94de

N° do registro	Motivo	Credor	Valor averbado	Cancelamento
AV. 1	Hipoteca em 1°	BRB	--	Cancelada pela AV-11
R. 2	Hipoteca em 2°	BRB	CR$ 15.000.000,00	Cancelada pela AV-11
AV. 3	Extensão da hipoteca em 2°	BRB	--	Cancelada pela AV-11
R. 4	Hipoteca em 3°	BRB	US$ 500.000,00	Cancelada pela AV-11
R. 5	Hipoteca em 4°	BRB	CR$ 23.000.000,00	Cancelada pela AV-11
R. 6	Hipoteca em 5°	BRB	CR$ 7.000.000,00	Cancelada pela AV-11
AV. 7	Aditamento à garantia hipotecária de 3°	BRB	--	Cancelada pela AV-11
AV. 8	Retificação da R-5	BRB	--	Cancelada pela AV-11
AV. 9	Aditamento à garantia hipotecária de 3°	BRB	--	Cancelada pela AV-11
AV. 10	Retificação da R-5	BRB	--	Cancelada pela AV-11
AV. 11	Cancelamento das 10 penhoras anteriores	BRB	--	--
R-12	Hipoteca em 1°	BRB	--	Cancelada pela AV 13
AV. 13	Cancelamento da R. 12	BRB	--	--
R-14	Hipoteca em 1°	Banco do Brasil	U$ 5.400.00,00	Discutido no processo nº 0014143-98.1995.8.07.0001

PJe Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - a9e94de

AV. 15	Averbação de alteração do contrato social	-	-	-
AV. 16	Hipoteca em 2°	Banco do Brasil	U$ 8.616.000,00	Discutido no processo nº 0014143-98.1995.8.07.0001
R. 17	Penhora	Banco do Brasil	R$ 118.944.768,66	Discutido no processo nº 0014143-98.1995.8.07.0001
R. 18	Penhora	DF	R$ 44.215,90	Cancelada pela AV-37
R. 19	Penhora	DF	R$ 53.848,76	Cancelada pela AV-29
R. 20	Penhora	INSS	R$ 969.162,17	Aditada pela AV-21
AV. 21	Aditamento da R.20	-	-	-
R.22	Penhora	INSS	R$ 555.686,43	Processo nº 0001746-88.1998.4.01.3400 (resolvido com a Transação junto à PGFN)
R. 23	Penhora	União	R$ 100.047,37	Processo nº 0011935-91.1999.4.01.3400 (resolvido com a Transação junto à PGFN)
R. 24	Penhora	União	R$ 34.283,28	Processo nº 0025072-43.1999.4.01.3400 (resolvido com a Transação junto à PGFN)
R. 25	Penhora	José Bernadino	R$ 11.500,00	Cancelada pela AV-30
R. 26	Penhora	José Carlos	R$ 1.170,00	Cancelada pela AV-38

PJe Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - a9e94de

R. 27	Penhora	Raimundo Nonato	R$ 42.000,00	Cancelada pela AV-36
R. 28	Penhora	Valter Pereira	R$ 17.757,45	Cancelada pela AV-35
AV. 29	Cancelamento da Penhora R. 19	--	--	--
AV. 30	Cancelamento da Penhora R. 25	--	--	--
R. 31	Penhora	União	R$ 2.339.117,00	Processo nº 0006880-52.2005.4.01.3400 (resolvido com a Transação junto à PGFN). Penhora em duplicidade com a R-32
R. 32	Penhora	União	R$ 2.339.117,00	Processo nº 0006880-52.2005.4.01.3400 (resolvido com a Transação junto à PGFN). Penhora em duplicidade com a R-31
AV. 33	Indisponibilidade	Ricardo Soares	--	Cancelada pela AV-34
AV. 34	Cancelamento da indisponibilidade AV 33	--	--	--
AV. 35	Cancelamento da penhora R-28	--	--	--
AV. 36	Cancelamento de penhora R-27	--	--	--
AV. 37	Cancelamento de penhora R-18	--	--	--

PJe Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - a9e94de

AV. 38	Cancelaamento da penhora R-26	--	--	--
R. 39	Penhora	M.M Distribuidora Hortifruti LTDA	R$ 18.250,57	Processo nº 0711036-91.2021.8.07.0001 (processo suspenso)
AV. 40	Indisponiblidade	8ª Vara do Trabalho de Fortaleza-CE	--	Pagamento a ser feito pela AIP.
AV. 41	Indisponiblidade	Distrito Federal	R$ 790.340,05	Processo nº 0751890-82.2021.8.07.00016

II. RESUMO DOS ÔNUS EXISTENTES NA MATRÍCULA DO IMÓVEL

Conforme se observa no resumo da matrícula do imóvel, há 10 penhoras que ainda se encontram ativas, sendo que uma delas se encontra em duplicidade (R-31 e R-32), e 1 indisponibilidade de bens da empresa IRFATUR pela Justiça do Trabalho de Fortaleza-CE. Nesse ínterim, descreve-se abaixo a situação atual de cada uma dessas penhoras.

II.1 – DÍVIDAS JUNTO À UNIÃO

Existem, junto à matrícula do imóvel, 6 penhoras de titularidade da União, sendo que uma delas foi registrada em dobro, devendo se considerar somente as seguintes: R-20 a R-24, e R-31. Todos esses valores foram objeto de transação tributária de grupo econômico.

Conforme já informado anteriormente e aqui frisado, as requerentes negociaram com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) a Transação Individual de Grupo Empresarial nº 20220167968 (TTI) (Doc. 1). Tal transação objetiva o equacionamento de débitos inscritos em dívida ativa da União e do FGTS em nome dos devedores, de forma a equilibrar os seus interesses e os da Fazenda Nacional, visando o encerramento dos litígios judiciais e a quitação integral dos referidos débitos, observadas as previsões descritas neste instrumento.

Dessa forma, as penhoras mencionadas se referem a débitos das requerentes com a União, que serão sanados com a conclusão da transação.

PJe Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - a9e94de

Consta no TTI a necessidade de AIP de um imóvel em Pirapora/MG, que será utilizado para pagamento dos débitos com a união. Conforme decisão anexa proferida nos autos do processo n. 0008243-44.2002.8.13.0512, já foi realizada a AIP do imóvel e o pagamento realizado (Doc. 2). Dessa forma, tais penhoras não são óbices para o prosseguimento da presente REF e tampouco para satisfação dos créditos trabalhistas.

II.2 – PENHORAS DO BANCO DO BRASIL

A empresa IRFATUR figurou em negócio jurídico firmado entre a empresa IRFASA e o Banco do Brasil como interveniente garante (R-16). Após o inadimplemento da hipoteca firmada, foi originada a ação n.º 0014143-98.1995.8.07.0001, a qual, em fase executiva, visando ao adimplemento de débito reconhecido por acordo homologado por sentença e seu posterior aditamento, realizado de forma extrajudicial, originou o registro R-17.

As hipotecas indicadas no imóvel de matrícula 3.951 (“Hotel Aracoara”), do 2º Registro de Imóveis do Distrito Federal derivam do processo nº 0014143-98.1995.8.07.0001, ajuizada pelo Banco do Brasil em face da IRFASA, Antônio e Celme.

Cumpre esclarecer que, ao longo do processo, ocorreu a cessão de créditos e a substituição do polo ativo, deixando o Banco do Brasil de fazer parte da relação processual (Doc. 3).

As empresas ANTARES e MIRA foram admitidas no polo ativo.

As partes formularam acordo extrajudicial e solicitaram a baixa da hipoteca, o que foi deferido.

Cumpre ainda ressaltar que, tendo em vista o relevante decurso de tempo entre a data de constituição das hipotecas e a presente data, é importante se atentar ao disposto no art. 1.485 do Código Civil, que estipula o prazo de 30 (trinta) anos, contados da data do contrato, para que seja considerada válida a hipoteca. Caso esse seja ultrapassado sem que haja nova averbação requerida por ambas as partes, ocorrerá a perempção. Transcreve-se:

> Art. 1.485. Mediante simples averbação, requerida por ambas as partes, poderá prorrogar-se a hipoteca, até 30 (trinta) anos da data do contrato. Desde que perfaça esse prazo, só poderá subsistir o contrato de hipoteca reconstituindo-se por novo título e novo registro; e, nesse caso, lhe será mantida a precedência, que então lhe competir.

PJe Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - a9e94de

Nesse sentido, verifica-se que as R-14 e V-16 já não mais subsistem.

Esclarece-se que a penhora R-17 se encontra no mesmo contexto. Conforme sentença anexa proferida nos autos do processo n. 0014143-98.1995.8.07.0001 (Doc. 4), já houve determinação para baixa da penhora, após o trânsito em julgado. Isso porque, verificou-se que a obrigação já foi satisfeita, não havendo que se falar em garantia do crédito. Vejamos trechos da sentença que atestam o aqui trazido:

> Sobre o pedido para baixa das demais penhoras, considerando a satisfação da obrigação, tenho pelo deferimento.

> Desconstituo as penhoras outrora deferida nos IDs 33339640 e 33339837.
>
> Este documento foi gerado pelo usuário 031.***.***-09 em 10/09/2024 17:59:52
> Número do documento: 24042116352000000000174539085
> https://pje.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24042116352000000000174539085
> Assinado eletronicamente por: CARLOS EDUARDO BATISTA DOS SANTOS - 21/04/2024 16:35:20 Num. 190817462 - Pág.
>
> Transitada em julgado, OFICIE-SE aos respectivos Cartórios de Registro de Imóveis para baixa das anotações de penhora relativamente aos presentes autos (numeração antiga – 26.404/95). Eventuais custas e emolumentos tocará a parte interessada/executada.

Veja-se que já foi determinada a baixa da penhora, o que não foi efetivada uma vez que ainda não houve o trânsito em julgado.

Aguarda-se, portanto, o referido momento para que sejam baixadas. Contudo, conforme exposto, já não há razão para subsistirem, visto o Banco do Brasil sequer fazer parte do processo. Além disso, ainda que assim não o fosse, o valor de R$ 118.944.768,66 é superior à própria quantia hoje discutida. Verificou-se, também em sentença, que a obrigação já foi satisfeita.

PJe Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - a9e94de

Diante do exposto, resta claro que tal penhora tampouco subsiste, estando ainda na matrícula do imóvel por questões meramente procedimentais. Dessa forma, não merece ser considerada para fins de evitar a AIP.

III. 3 – AVERBAÇÃO 41

Em relação à averbação 41 cumpre esclarecer que se trata de CDA objeto da ExFis n. 0751890-82.2021.8.07.0016**,** proposta pela PGDF em 29.09.2021, de dívida de 2005. Nesse sentido, teria a Fazenda Pública 5(cinco) anos para proceder com o lançamento, tendo mais 5(cinco) anos para executar, isto é, até o ano 2015.

Dessa forma, nos termos do arts. 173 e 174 do CTN, o direito de constituir o crédito decaiu, mas, ainda que não tivesse decaído, estaria prescrito, razão pela qual, não mais subsiste.

III. CONCLUSÃO

Pelo exposto, verifica-se que os ônus gravados na matrícula do imóvel não se mostram como óbices para a efetivação da alienação por iniciativa particular. Razão pela qual reforça-se o pedido para o prosseguimento da AIP.

Requer, outrossim, que das publicações conste o nome do advogado Luis Gustavo Freitas da Silva, OAB/DF 23.371.

Nesses termos, pede deferimento.

Brasília/DF, 10 de setembro de 2024.

LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
OAB/DF 23.371

LEANDRO PACÍFICO SOUZA OLIVEIRA
OAB/DF 66.348

DANIELA RODRIGUEZ CANHACI
OAB/DF 52.619

Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - a9e94de
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24091019145717700000042767031?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24091019145717700000042767031

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

TERMO DE TRANSAÇÃO INDIVIDUAL

PLANO DE REGULARIZAÇÃO FISCAL GRUPO IRFASA

PREÂMBULO

A **UNIÃO,** representada nesse ato pelos Procuradores da Fazenda Nacional subscritores, habilitados nos termos do art. 131 da Constituição da República e da Lei Complementar nº 73/1993, doravante denominada "**FAZENDA NACIONAL**", e **IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S.A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.366.518/0001-43, com sede na Quadra SHN Quadra 5 Bloco C Sn Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70.705-000; **IRFASA S.A CONSTRUCOES INDUSTRIA E COMERCIO**, inscrita no CNPJ sob o nº 00.023.150/0001-10, com sede no IAS 03 930 PLANO PILOTO, Brasília/DF, CEP 70.310-500; **URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 00.474.841/0001-30, com sede em Loc Rodovia DF 150 Km 5 5 Sobradinho, Brasília/DF, CEP 73.001-970; **BETONMIX SERVICOS DE CONCRETAGEM EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº 00.446.443/0001-00, com sede em LOC SAA QUADRA 02 LOTES 10 A 200 PLANO PILOTO, Brasília/DF, CEP 70.310-500; **SABEP SAO BENTO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A**, inscrita no CNPJ sob nº 00.479.659/0001-72, com sede em LOC SIA TRECHO 04 930 ST IND ABASTECIMENT, Brasília/DF, CEP 70.310-500; **FAZENDAS DA PRATA S.A**, inscrita no CNPJ sob nº 23.537.210/0001-19, com sede na FAZENDA DA PRATA S N CAIXA POSTAL 35, PIRAPORA/MG, CEP 39.270-000; **Espólio de WAYNE DO CARMO FARIA**, inscrito no CPF sob nº 000.273.911-91, com domicílio fiscal sito à ST SIA TRECHO 4 LOTE 930 SIA, Brasília/DF, CEP 71.200-040, representadas por seus advogados abaixo identificados, aqui doravante denominados apenas como "**DEVEDORES**", na condição de "**partes**"; e **DIRECIONAL ENGENHARIA S/A**, inscrita no CNPJ sob o nº 16.614.075/0001-00, com sede em RUA DOS OTONI 177, SANTA EFIGÊNIA, BELO HORIZONTE,MG, CEP 30150-270, na condição de "**interveniente"**;

CONSIDERANDO que a legislação estimula a solução consensual de conflitos (CPC, art. 3º, §2º) e que as partes devem agir com boa-fé, cooperando mutuamente para chegarem a essa solução;

CONSIDERANDO que a Constituição da República assegura a todos a razoável duração do processo e os meios que garantam celeridade em sua tramitação (CR, art. 5º, LXXVIII);

PJe Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - 43b7acb

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

CONSIDERANDO que dentre os princípios regentes da Administração Pública está a eficiência (CR, art. 37, *caput*);

CONSIDERANDO a aderência da proposta apresentada à atual situação econômico-fiscal do DEVEDORES e suas projeções de geração de resultados;

FIRMAM o presente **TERMO DE TRANSAÇÃO INDIVIDUAL** com fundamento no art. 171 do Código Tributário Nacional, na Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, nos arts. 190 e 191 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (CPC) e na Portaria PGFN nº 6.757, de 01 de agosto de 2022, arquivado no **processo SEI nº 12221.100219/2023-97,** que tem como objeto os débitos, as inscrições e as garantias relacionados nos ANEXOS deste documento, por meio do qual justo e acertado o disposto a seguir:

OBJETO

CLÁUSULA 1ª. A presente transação objetiva o equacionamento de débitos inscritos em dívida ativa da União e do FGTS em nome do DEVEDORES, de forma a equilibrar os seus interesses e os da FAZENDA NACIONAL, visando o encerramento dos litígios judiciais e a quitação integral dos referidos débitos, observadas as previsões descritas neste instrumento.

Parágrafo único. A transação versará sobre as seguintes concessões:
I - Oferecimento de descontos;
II - Possibilidade de parcelamento;
III - Flexibilização das regras para constrição ou alienação de bens;

CLÁUSULA 2ª. O passivo fiscal do DEVEDORES inscrito em dívida ativa da União e do FGTS, parte desta transação, é composto por todos os seus créditos fiscais relacionados no ANEXO I, que totalizam **R$ 71.331.623,01**, atualizado no mês de **maio de 2023**, assim composto (os débitos de FGTS estão atualizados para o MAR/2023):

DEMAS DÉBITOS	**R$ 36.912.679,03**
DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS	**R$ 31.644.041,26**
FGTS (MAR/2023)	**R$ 2.774.902,72**

Parágrafo único. A presente negociação é composta dos seguintes anexos:

ANEXO I	Débitos envolvidos com indicação das respectivas execuções fiscais e os juízos de tramitação

PJe Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - 43b7acb

§1º Os descontos efetivos foram simulados de forma a respeitar a vedação de redução do montante principal, considerada cada Certidão de Dívida Ativa (CDA) individualmente.

§2º Os dados foram elaborados através das planilhas anexas, sendo que os números definitivos serão obtidos com a partir da inclusão do acordo no sistema de negociação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

OBRIGAÇÕES DO DEVEDORES

CLÁUSULA 3ª. O DEVEDORES aceitam as condições da presente transação e assumem os seguintes compromissos e obrigações:

I - Confessa, de forma irrevogável e irretratável, os débitos relacionados no ANEXO I, renovada a cada pagamento periódico;
II - Renunciam expressamente a quaisquer alegações de direito, atuais ou futuras, sobre as quais se fundem ações judiciais, incluídas as coletivas, ou recursos que tenham por objeto os créditos relacionados no ANEXO I;
III – Assumem o compromisso de manter a regularidade das obrigações de FGTS e tributárias federais correntes, vencidas a partir da data da assinatura da transação, inclusive as retenções legais, na condição de responsável tributário;
IV – Obrigam-se a regularizar os novos débitos inscritos em dívida ativa após a assinatura da transação, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, o mesmo se aplicando a eventuais novos débitos de FGTS, os quais deverão ser quitados ou parcelados junto à Caixa Econômica Federal, no mesmo prazo retromencionado;
V – Responsabilizam-se por manter a garantia oferecidas até o integral cumprimento das condições previstas na transação, salvo substituições de garantias com anuência da Fazenda Nacional;
VI – Assumem a obrigação de informar previamente à PGFN a alienação e/ou disposição de bens e direitos, inclusive o valor da operação, ainda que não oferecidos em garantia desta transação, bem como o recebimento de precatório e/ou o levantamento de depósito judicial;
VII - Obrigam-se a utilizar, como reforço do plano de amortização, créditos líquidos, certos e exigíveis que venham a apurar no curso deste pacto em desfavor da FAZENDA NACIONAL, como decorrência de litígio judicial, sempre respeitada a preferência dos credores prioritários, e nos termos da legislação de regência;
VIII - Obrigam-se a fornecer, sempre que solicitado, informações sobre bens, direitos, valores, transações, operações e demais atos que permitam à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional conhecer sua situação econômica ou eventuais fatos que impliquem a rescisão do acordo;

Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - 43b7acb

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

IX - comprometem-se a não constituir nova pessoa jurídica em benefício próprio ou de terceiros que possa representar a diminuição de garantias ou do valor de pagamentos convencionados no presente instrumento
X – Anuem com eventual modificação da competência relativa para a reunião de processos envolvidos na transação;
XI– Obrigam-se a efetuar tempestivamente os pagamentos referentes às amortizações mensais acordadas na transação.
XII - Obrigam-se a não utilizar a transação de forma abusiva ou com a finalidade de limitar, falsear ou prejudicar de qualquer forma a livre concorrência ou a livre iniciativa econômica;
XIII - Obrigam-se a não utilizar pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Pública Federal;
XIV - Declaram que não alienaram ou oneraram bens ou direitos com o propósito de frustrar a recuperação dos créditos inscritos;
XV - obrigam-se a não distribuir lucros enquanto não liquidado o presente ajuste, salvo a reserva legal de lucros conforme legislação de regência;
XVI - obrigam-se a notificar a FAZENDA NACIONAL sobre migração ou aquisição de suas atividades operacionais por pessoa jurídica outra, ficando condicionada a conclusão do negócio à anuência do empreendimento adquirente sobre a assunção da responsabilidade solidária ou por sucessão pelos créditos objeto da presente negociação, incluídos os do negócio jurídico processual que lhe é acessório.
XVII - informam anualmente a composição atual e a situação financeira da Carteira de Recebíveis dada em garantia, se for o caso.
XVIII - Autorizam a compensação, no momento da efetiva disponibilização financeira, de valores relativos a precatórios federais de que venha a ser credor;
XVIII- reconhecem o grupo econômico, incluindo todas as empresas relacionadas como “DEVEDORES”, na condição de “PARTES”, e concordam que todos os seus integrantes sejam inseridos como corresponsáveis pelos débitos relacionados no ANEXO I nos sistemas da dívida ativa, nos termos do art. 124, I, do CTN c/c artigo 54, §§3º e seguintes da Portaria PGFN 6.757/2022.

PJe Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - 43b7acb

§1º. A confissão do *caput* produz os efeitos do art. 174, parágrafo único, IV, do Código Tributário Nacional, c/c art. 202, VI, do Código Civil, servindo para interromper e suspender o prazo prescricional em relação a todos os débitos objeto do acordo, enquanto vigente a presente transação, renovando-se a cada pagamento efetuado, ainda que a guia de arrecadação esteja vinculada a apenas uma das inscrições.

§2º. A celebração da transação não implica em renúncia de direito por parte da FAZENDA NACIONAL na indicação de outros responsáveis tributários para responderem pelos débitos do ANEXO I, em caso de rescisão do presente, com o prosseguimento das respectivas execuções fiscais, não correndo qualquer prazo prescricional durante a vigência desta transação, ressalvada a interveniente anuente, DIRECIONAL ENGENHARIA S/A, que fica expressamente exonerada nos termos da Cláusula 7ª deste instrumento.

§3º. Caso necessária alguma operação negocial, a FAZENDA NACIONAL deverá ser previamente consultada e manifestar sua anuência, momento em que haverá deliberação sobre novo tipo de garantia, sob pena de resolução contratual.

§4º. Cabe às DEVEDORES desistir das impugnações e recursos administrativos e das ações e incidentes judiciais que tenham por objeto os débitos relacionados no ANEXO I, peticionando nos respectivos processos judiciais e administrativos no prazo de 30 (trinta) dias contado da assinatura da transação, requerendo a extinção dos processos com resolução de mérito, nos termos da alínea "c", do inciso III, do *caput* do art. 487 do Código de Processo Civil.

§5º. As desistências e as renúncias de que trata o §4º não eximem as DEVEDORES dos ônus sucumbenciais eventualmente devidos.

§6º. Na proporção em que for amortizada a dívida transacionada, as DEVEDORES poderão, mediante requerimento administrativo dirigido à unidade da PGFN responsável pela transação, solicitar a desoneração das garantias oferecidas ou a sua substituição, ficando seu deferimento condicionado à análise da FAZENDA NACIONAL quanto à manutenção da idoneidade da garantia e da liquidez dos bens, nos termos do art. 11 da Lei nº 6.830/80 (LEF) e do art. 797 do CPC.

CLÁUSULA 4ª. Os DEVEDORES declaram que as informações cadastrais, patrimoniais e econômico-fiscais prestadas à administração tributária são verdadeiras e que não omitiram informações quanto à propriedade de bens, direitos e valores, que são do conhecimento da sua atual gestão.

PLANO DE AMORTIZAÇÃO

Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - 43b7acb

CLÁUSULA 5ª. O DEVEDORES se obrigam a amortizar os débitos relacionados no ANEXO I, cujo valor total, sem descontos, perfaz o importe de **R$ 71.331.623,01**, atualizado até **maio de 2023 (FGTS atualizado para MARÇO/2023)**.

§ 1º. Conforme autorizado pelo Art. 8ª, I, da Portaria PGFN nº 6.757/2022, a presente transação envolve a concessão de descontos limitados ao máximo de até 65% (sessenta e cinco por cento), vedada a incidência sobre o principal do débito, considerando a capacidade de pagamento do DEVEDORES, vez que as dívidas são consideradas de difícil recuperação pela PGFN (Rating D).

§2º. O prazo para pagamento dos débitos previdenciários e não previdenciários será de **60 (sessenta) meses**.

§3º. Os valores da dívida a ser transacionada, com descontos, e das parcelas base das modalidades de amortização são estimados, uma vez ser vedada a incidência de desconto sobre o principal do débito, bem como haver a atualização mensal dos débitos.

§4º. As Inscrições em Dívida Ativa do FGTS serão quitadas na modalidade de pagamento à vista, conforme a simulação disponibilizada pela Caixa Econômica Federal.

§5º. Para fins de pagamento e incidência do desconto, os débitos inscritos em DAU foram divididos em Previdenciário e Demais Débitos e serão quitados conforme o seguinte plano de amortização:

Modalidade	Dívida SEM desconto	Desconto máximo efetivo	Dívida COM desconto
Demais	R$ 36.912.679,03	64,22%	**R$ 13.205.688,78**
Previdenciário	R$ 31.644.041,26	63,52%	**R$ 11.545.298,56**
FGTS (MAR/23)	2.774.902,72	27,36%	**R$ 2.015.752,91**
Total	**R$ 74.020.338,01**	**62,48%**	**R$ 26.766.740,25**

PLANO DE AMORTIZAÇÃO

VALOR ATUALIZADOS PARA MAIO/2023

DEMAIS DÉBITOS	VALOR CONSOLIDADO	DESCONTO EFETIVO	VALOR COM DESCONTO
IFRATUR	R$7.962.523,30		R$ 3.070.831,87
IFRASA	R$6.418.925,89		R$ 2.246.624,09
UBRAS	R$21.113.440,03		R$ 7.392.006,38

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

PJe Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - 43b7acb

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

BETONMIX	R$1.077.911,25		R$ 377.268,94
SABEP	R$70.246,53		R$ 24.586,29
FAZENDAS	R$158.941,60		R$ 55.629,56
ESPÓLIO WAYNE DO CARMO FARIA	R$110.690,43		R$ 38.741,65
TOTAL	**R$36.912.679,03**	**64,22%**	**R$ 13.205.688,78**

PLANO DE PAGAMENTO	PERCENTUAL ANO	VALOR A SER PAGO	QTA PARCELAS
PARCELA 1 - ENTRADA	20%	R$ 2.641.137,76	1
PARCELA 2 - ENTRADA	15%	R$ 1.980.853,32	11
ANO 2	16,25%	R$ 2.145.924,43	12
ANO 3	16,25%	R$ 2.145.924,43	12
ANO 4	16,25%	R$ 2.145.924,43	12
ANO 5	16,25%	R$ 2.145.924,43	12
TOTAL	**100,00%**	**R$ 13.205.688,78**	**60**

VALOR ATUALIZADOS PARA MAIO/2023

PREVIDENCIÁRIO	VALOR CONSOLIDADO	DESCONTO EFETIVO	VALOR COM DESCONTO
IFRATUR	R$ 11.046.339,04		R$4.281.603,68
IFRASA	R$2.470.252,45		R$ 919.050,94
UBRAS	R$ 17.864.973,40		R$6.252.777,21
BETONMIX	R$ 216.254,26		R$75.688,99
SABEP	R$-		R$-
FAZENDAS	R$46.222,11		R$16.177,74
TOTAL	**R$ 31.644.041,26**	**63,52%**	**R$ 11.545.298,56**

PLANO DE PAGAMENTO	PERCENTUAL	VALOR A SER PAGO	QTA PARCELAS
PARCELA 1 - ENTRADA	20%	R$ 2.309.059,71	1
PARCELA 2 - ENTRADA	15%	R$ 1.731.794,78	11
ANO 2	16,25%	R$ 1.876.111,02	12
ANO 3	16,25%	R$ 1.876.111,02	12

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

PJe Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - 43b7acb

ANO 4	16,25%	R$ 1.876.111,02	12
ANO 5	16,25%	R$ 1.876.111,02	12
TOTAL	**100,00%**	**R$ 11.545.298,56**	**60**

VALOR ATUALIZADOS PARA MARÇO/2023

FGTS	VALOR CONSOLIDADO	DESCONTO EFETIVO	VALOR COM DESCONTO
IFRATUR	R$ 313.270,67		R$ 237.537,29
IFRASA	R$ 64.891,83		R$44.286,98
UBRAS	R$ 2.388.594,53		R$1.731.304,54
UBRAS CS	R$8.145,69		R$ 2.624,10
TOTAL	**R$ 2.774.902,72**	**27,36%**	**R$ 2.015.752,91**

CLÁUSULA 6ª. O valor total devido à Dívida Ativa do FGTS será pago em parcela única, com concessão de descontos; em conjunto com a parcela de entrada das modalidades DEMAIS DÉBITOS e PREVIDENCIÁRIO;

CLÁUSULA 7ª. O valor da entrada será de R$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais) oriunda do produto da venda dos seguintes imóveis, conforme descrito abaixo:

I -Primeira parcela da entrada: R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) advindos da Cessão dos Direitos de Posse da Fazenda Sobradinho, matrícula nº 11.126, do 7º Registro de Imóveis do Distrito Federal, com a intervenção da DIRECIONAL ENGENHARIA S/A, interveniente cessionária-adquirente.

§1º A negociação particular referida no inciso I ocorrerá por conta e risco dos envolvidos no acerto contratual, não tendo a FAZENDA NACIONAL qualquer participação, intervenção, conhecimento e/ou responsabilidade em relação ao negócio jurídico a ser entabulado.

§2º Ressalvada ulterior comprovação de má-fé, a Fazenda Nacional declara, em favor da interveniente cessionária-adquirente, que:

a) Anuí com liberação dos gravames sobre o referido imóvel, decorrente dos débitos relacionados no Anexo I do presente termo;

b) Admite, a inocorrência de sucessão, solidariedade ou subsidiariedade, decorrente da adjudicação e da cessão de direitos possessórios sobre a Fazenda Sobradinho, em relação aos débitos tributários e não tributários listados no ANEXO I;

c) Anuí com a transmissão da propriedade do imóvel à Direcional Engenharia S/A, empresa a ela coligada ou por ela controlada, de forma irrevogável e irretratável,

PJe Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - 43b7acb

mesmo na hipótese de rescisão deste instrumento, desde que comprovado o pagamento da primeira parcela da entrada, no valor de R$ 7.000.000,00, nos termos do inciso I;

d) Reconhece, expressamente, o cancelamento e a consequente baixa dos gravames inscritos nas averbações de nºs 9 e 10 da matrícula nº 11.126, em razão do julgamento do Agravo de Instrumento nº 2009.00.2.015247-4, pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, que afastou a intervenção anômala da União nos autos do processo nº 26.404/95;

e) Renuncia, expressamente, a qualquer direito ou alegação fundada em eventual nulidade da adjudicação realizada nos autos da execução nº 26.404/95, à ANTARES ENGENHARIA LTDA e MIRA PARTICIPAÇÕES S/A, registrada no R.5 da matrícula 11.126 e posterior compra e venda feita à SOBRADINHO I DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA e SOBRADINHO II DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA.

II – Segunda parcela da entrada: R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), advindos da alienação judicial do imóvel "Fazenda da Prata", matrícula nº 1.060 do Cartório de Registro de Imóveis de Pirapora/MG, observados os seguintes termos:

a) A Fazenda Nacional, através do presente acordo, anui com a venda judicial do bem acima referido, nos autos das execuções judiciais em que se encontra penhorado, desde que respeitado o valor mínimo de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), inclusive em eventual segunda praça de hasta pública, conforme laudo oficial lavrado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

b) A venda judicial do bem imóvel não poderá seguir a disciplina da Portaria PGFN nº 74/2014, devendo eventual hasta pública, alienação por iniciativa particular ou parcelamento da arrematação seguir os trâmites próprios do juízo competente.

c) Os DEVEDORES deveram providenciar a venda judicial do referido bem e o efetivo recolhimento de guia de pagamento direcionada à presente negociação, no prazo peremptório de 11 (onze) meses, contados do primeiro pagamento relativo à negociação, prazo não prorrogável, sob nenhuma hipótese, ainda que a demora da venda judicial decorra de motivos inerentes ao mecanismo da Justiça;

d) Durante o período necessário à venda judicial e ao efetivo recolhimento do valor acima, desde que respeitado o prazo da alínea anterior, fica suspenso o dever de recolhimento da segunda parcela da entrada do presente acordo, sem prejuízo da regular incidência da Taxa SELIC sobre montante devido;

PJe Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - 43b7acb

e) Caso não realizada a venda judicial do referido bem e o efetivo recolhimento do valor devido, os DEVEDORES deveram realizar o pagamento, imediatamente, obedecendo ao mesmo prazo acima previsto, da segunda parcela da entrada com os acréscimos legais devidos;

f) Caso não haja regularização no prazo acima previsto, o presente acordo será rescindido, implicando a exigibilidade imediata dos débitos sem descontos, devidamente atualizados e deduzidos os valores pagos, bem como a execução das garantias prestadas e a prática dos demais atos executórios do crédito, judiciais ou extrajudiciais.

g) Não eximirá os DEVEDORES da obrigação de adimplemento da entrada eventuais bloqueio/constrições judiciais, penhoras e/ou concurso de penhora ou quaisquer outros impedimentos que decorram da venda judicial do bem imóvel em questão ou de exercício de direitos preferenciais sobre o produto da alienação;

h) Caso necessário, a Fazenda Nacional celebrará com os DEVEDORES Negócio Jurídico Processual, na forma da Portaria PGFN nº 748/2018, para operacionalização do recolhimento da segunda parcela de entrada.

CLÁUSULA 8ª. As demais parcelas do acordo serão recolhidas mensalmente pelos DEVEDORES, com escalonamento previsto na tabela acima, até integral pagamento da dívida.

§1º O produto da alienação judicial do imóvel "Fazenda da Prata", de matrícula nº 1.060 do Cartório de Registro de Imóveis de Pirapora/MG, será utilizado para quitação da segunda parcela da entrada, nos termos acima, e das demais parcelas do acordo;

§2º Em caso de venda judicial à vista, o produto deve ser utilizado para imediata quitação das demais parcelas do acordo;

§3º Em caso de venda parcelada, o produto da venda será utilizado para o adimplemento mensal deste acordo, devendo as partes, caso necessário, celebrar Negócio Jurídico Processual, na forma da Portaria PGFN nº 748/2018 e da Cláusula 7ª, II, "h".

CORREÇÃO DOS DÉBITOS E PAGAMENTO

CLÁUSULA 9ª. A amortização mensal será acrescida de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, ou por outro índice que vier a substituí-la, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês

PJe Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - 43b7acb

subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

CLÁUSULA 10ª. Na hipótese de pagamento antecipado da amortização, os juros previstos na cláusula anterior apenas serão computados até a data do referido pagamento.

Parágrafo único. Os pagamentos antecipados amortizarão o saldo devdor transacionado em ordem crescente das parcelas vencidas e vincendas.

CLÁUSULA 11ª. Os valores serão quitados com o pagamento de documentos de arrecadação fiscal (DARF ou GPS) obtidos no sistema Regularize da PGFN, em conta de parcelamento formalizada para esta transação.

GARANTIAS

CLÁUSULA 12. Os DEVEDORES oferecem os imóveis de matrículas nºs 16.800 (“Imóvel SIA”), do 4º Registro de Imóveis do Distrito Federal; e 3.951 (“Hotel Aracoara”), do 2º Registro de Imóveis do Distrito Federal; com a finalidade de garantir a dívida confessada no presente acordo;

CLÁUSULA 13. O imóvel de matrícula nº 1.060 (“Fazenda da Prata”), do Cartório de Registro de Imóveis de Pirapora/MG, é ofertado em garantia do presente acordo, não se sujeitando às cláusulas abaixo e às regras de manutenção de gravames e garantias dos arts. 7º, II; e 45, da Portaria PGFN nº 6.757/22.

§1º No caso da venda judicial do imóvel, o produto da venda passa a ser garantia do presente acordo, devendo ser utilizado para seu integral adimplemento, conforme o disposto nas Cláusulas 7ª e 8ª;

§2º Fica convencionado que o instrumento de alienação judicial deve conter cláusula disciplinando que, em caso de parcelamento da venda, ficará o adquirente do imóvel obrigado a dirigir-se à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para dar em garantia ao presente acordo o referido imóvel até integral quitação do parcelamento de aquisição do bem.

§3º Caso o bem não seja alienado judicialmente, mas regularizado o acordo nos termos da Cláusula 7º, II, “e”; a garantia do presente imóvel passa a ser regida pelas cláusulas abaixo, cabendo aos DEVEDORES providenciar o registro da hipoteca no prazo da Cláusula 21, contado da referida regularização.

CLÁUSULA 14. Os proprietários dos imóveis admitem a hipoteca dos bens sobre os quais recaem a garantia, independentemente da ordem de preferência disposta no art. 655 do CPC e do art. 11 da Lei 6.830/80.

Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - 43b7acb

CLÁUSULA 15. Os proprietários dos imóveis obrigam-se, durante a vigência do presente acordo, a manter em dia o pagamento de todos os impostos e taxas federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel dado em garantia.

CLÁUSULA 16. Incidindo o DEVEDORES em alguma das hipóteses de rescisão do presente acordo, poderá a União requerer judicialmente adjudicação dos bens ou promover a alienação por sua própria iniciativa ou por intermédio de corretor ou leiloeiro público credenciado, nos termos do art. 880 do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA 17. No caso de desapropriação total ou parcial do imóvel dado em garantia, fica a FAZENDA NACIONAL, pela presente, nomeada e constituída procuradora do(s) respectivo(s) proprietário(s) para receber do poder desapropriante a indenização devida, aplicando-a na amortização ou liquidação da dívida, sendo que, se a indenização for inferior ao saldo da dívida, os DEVEDORES obrigam-se a pagar, imediatamente, a diferença existente. Fica, ainda a FAZENDA NACIONAL nomeada e constituída procuradora com poderes necessários para, se lhe convier, discutir amigável ou judicialmente o valor da indenização.

CLÁUSULA 18. Ocorrendo perecimento ou deterioração que cause redução significativa do valor do bem oferecido em garantia, comprometem-se os DEVEDORES a substituí-lo no prazo de 15 (quinze) dias da notificação, sob pena de rescisão do presente acordo de transação.

Parágrafo único. Considera-se redução significativa implicar em decréscimo de 20% do valor do bem. Ocorrendo deterioração inferior ao percentual previsto ou desvalorização do bem, comprometem-se os DEVEDORES a reforçar a garantia com outro bem.

CLÁUSULA 19. A hipoteca vigorará pelo prazo do acordo de transação avençado, se regularmente cumprido ou até o efetivo pagamento das dívidas.

CLÁUSULA 20. As despesas com lavratura deste instrumento e de sua averbação no Registro de Imóveis são de exclusiva responsabilidade dos DEVEDORES, que se obriga expressamente a promover junto aos registros públicos os atos previstos em Lei, sob pena de extinção do acordo, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA 21. Os DEVEDORES comprometem-se a efetuar no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da assinatura da transação o registro de hipoteca sobre o bem relacionado ofertado em garantia perante os órgãos de registro e controle respectivos.

Parágrafo único. Caso não seja possível realizar o registro de hipoteca perante os cartórios de imóveis competentes, o DEVEDORES se obrigam a substituir os bens dados em garantia por outros de igual valor livres e desimpedidos de ônus, penhora e quaisquer dívidas *propter*

Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - 43b7acb

rem que possam ferir a preferência creditícia da União, em até 10 (dez) dias a contar do vencimento do prazo disposto no *caput*.

PROCESSOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS

CLÁUSULA 22. Durante o período de vigência da transação, a FAZENDA NACIONAL não se oporá à suspensão processual das execuções fiscais relacionadas aos débitos acordados, em relação às quais não correrão quaisquer prazos para oferecimento de defesas, recursos, manifestações ou afins, permanecendo suspenso o prazo prescricional, que não correrá em prejuízo da União.

CLÁUSULA 23. Os DEVEDORES expressamente desistem das impugnações ou dos recursos administrativos e das ações judiciais que tenham por objeto os débitos relacionados no ANEXO I e renunciam a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundem as referidas impugnações e recursos ou ações judiciais, por meio de requerimento de extinção do respectivo processo e/ou recurso com resolução de mérito, nos termos da alínea "c" do inciso III do caput do art. 487 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil.

§ 1º. A desistência e a renúncia de que trata o *caput* não exime os DEVEDORES do pagamento dos honorários advocatícios e custas processuais eventualmente devidos.

§ 2º. Cabe aos DEVEDORES peticionar nos processos judiciais de que cuida esse ato, noticiando aos juízos a celebração do acordo de Transação Individual.

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL

CLÁUSULA 24. A partir do pagamento integral da entrada do presente acordo, as inscrições arroladas no ANEXO I não constituirão impedimento à emissão de certidão positiva com efeitos de negativa em favor dos DEVEDORES, desde que cumpridos os requisitos previstos nos artigos 205 e 206 do CTN e todos os compromissos, as condições e as obrigações acordadas nesta transação.

§1º. Nos casos previstos na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, na Portaria PGFN nº 486/2011 e/ou nas hipóteses de descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas estipuladas na transação poderá ocorrer o cancelamento da certidão de regularidade fiscal.

§2º. No caso de rescisão da Transação, o cancelamento da certidão poderá ser efetuado independentemente de publicação no Diário Oficial da União, devendo a unidade responsável encaminhar despacho de cancelamento, devidamente instruído, ao setor responsável.

Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - 43b7acb

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

HIPÓTESES DE RESCISÃO

CLÁUSULA 25. Implicará rescisão da transação, com a exigibilidade imediata da totalidade dos débitos confessados e imediata execução da garantia:

I - A falta de pagamento integral da entrada do parcelamento no prazo acordado;

II - A falta de pagamento de 2 (duas) amortizações mensais, consecutivas ou não, bem como a falta de pagamento de 1 (uma) amortização, estando pagas todas as demais.

III- A constatação, pela PGFN, de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial do sujeito passivo, incluindo-se a alienação de bens e direitos sem prévia comunicação.

IV - A constatação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, de divergências nas informações cadastrais, patrimoniais ou econômico-fiscais prestadas pelo sujeito passivos e consideradas para celebração da transação;

V - Ocorrência de dolo, de fraude, de simulação ou de erro essencial quanto a pessoa ou quanto ao objeto do conflito;

VI- A decretação de falência ou de outro mecanismo de liquidação judicial ou extrajudicial.

VII- a ausência de registro de hipoteca de primeiro grau a recair sobre o bem prestado em garantia, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da assinatura da Transação, ficando excepcionada a hipótese em que o retardamento da diligência é imputada exclusivamente à autoridade registral.

VIII- a ausência de substituição de garantias, na ocorrência de uma das hipóteses previstas nesse Termo.

IX- a não homologação judicial, quando for o caso.

X- a não regularização dos débitos inscritos na dívida ativa da União e do FGTS após a celebração do presente, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da vigência do acordo ou a contar da data de inscrição, se supervenientes à transação.

XI- a comprovação de que os DEVEDORES utilizam pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Pública Federal, após a lavratura da presente transação.

PJe Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - 43b7acb

XII- a comprovação de que os DEVEDORES incorrem em fraude à execução, nos termos do art. 185 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e não reservou bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita após a lavratura da presente Transação.

XIII- a não desistência de ação ou recurso judicial ou administrativo que envolva discussão acerca dos débitos incluídos na transação, com renúncia a quaisquer alegações de direito, no prazo de 30 (trinta) dias contados da assinatura do acordo.

XIV- o descumprimento de quaisquer das condições, das cláusulas, das obrigações ou dos compromissos assumidos no presente termo de transação individual;

§1º. As parcelas pagas com até 30 (trinta) dias de atraso não configurarão inadimplência para fins do inciso II deste artigo.

§2º. A regularização prevista no inciso X inclui a manutenção da regularidade das obrigações de FGTS e tributárias federais após a adesão aos programas de conformidade fiscal, inclusive as suas prestações.

§3º Eventual rescisão da presente transação não afeta os direitos da terceira interveniente, DIRECIONAL ENGENHARIA S/A, desde cumprido o disposto na Cláusula nº 7ª, inciso I.

CLÁUSULA 26. A rescisão da Transação implicará a cobrança dos débitos, deduzidos os valores pagos, bem como autorizará a execução das garantias prestadas e a prática dos demais atos executórios do crédito, judiciais ou extrajudiciais.

CLÁUSULA 27. Os DEVEDORES serão previamente notificados sobre a incidência de alguma das hipóteses de rescisão da Transação.

§1º. Os DEVEDORES terão conhecimento das razões determinantes da rescisão e poderão regularizar o vício ou apresentar impugnação, ambos no prazo de 30 (trinta) dias, preservado em todos os seus termos a transação durante esse período.

§2º. A impugnação deverá ser apresentada exclusivamente pela plataforma REGULARIZE da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e deverá trazer todos os elementos que infirmem as hipóteses de rescisão, sendo possível a juntada de documentos. Apresentada a impugnação, todas as comunicações ulteriores serão realizadas por meio da plataforma REGULARIZE da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, cabendo ao interessado acompanhar a respectiva tramitação.

§3º. Enquanto não definitivamente julgada a impugnação à Transação, os DEVEDORES deverão permanecer cumprindo todas as exigências do acordo.

PJe Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - 43b7acb

§4º. Rescindida esta transação, é vedada a formalização de nova transação pelos DEVEDORES, em qualquer modalidade, ainda que relativa a débitos distintos, pelo prazo de 2 anos, contados da data da rescisão.

CLÁUSULA 28. Incidindo os DEVEDORES em alguma das hipóteses de resolução da presente transação, o desfazimento desta não implicará a liberação das garantias dadas para assegurar o crédito e a União poderá requerer judicialmente a adjudicação dos bens, a alienação fiduciária, a sua expropriação ou promover a alienação por sua própria iniciativa ou por intermédio de corretor ou leiloeiro público credenciado, nos termos do art. 880 do CPC.

CLÁUSULA 29. Cessarão os efeitos desta Transação se, a qualquer tempo, houver descumprimento de suas cláusulas ou, ainda, se, nos termos do art. 190, parágrafo único, do Código de Processo Civil, o Poder Judiciário, em controle da validade do negócio, recusar-lhe aplicação, ressalvado os direitos da terceira interveniente, DIRECIONAL ENGENHARIA S/A, desde cumprido o disposto na Cláusula nº 7ª, inciso I.

Parágrafo único. Na hipótese da presente transação ser declarada parcialmente nula, a parte não nula será preservada em todos os seus efeitos.

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 30. A presente transação terá prazo de vigência de **até 60 (sessenta) meses.**

CLÁUSULA 31. A Transação produzirá efeitos mesmo enquanto pendente de homologação judicial, devendo os DEVEDORES promover as medidas necessárias à sua integral efetivação e cumprimento.

CLÁUSULA 32. Antes da sua assinatura, todos os termos e condições desta transação podem ser alterados unilateralmente pela União, não gerando ou representando direito adquirido ou expectativa de direito para os DEVEDORES.

CLÁUSULA 33. A presente Transação vincula e produz efeitos aos DEVEDORES, seus sucessores, adquirentes, a qualquer título, ainda que a União não tenha tido qualquer tipo de conhecimento de eventuais mudanças contratuais, societárias, sucessórias, sendo transmitido todos os direitos e obrigações do presente instrumento.

CLÁUSULA 34. A Transação, uma vez celebrada, está sujeita a ampla publicidade e transparência ativa, ressalvada a divulgação de informações protegidas por sigilo.

PJe Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - 43b7acb

§1º. Ressalva-se da previsão do *caput*, a minuta, ou simples proposta de transação, assim como as informações, os termos e condições que lhe fazem parte, enquanto não assinado, estando todos acobertados por **sigilo fiscal** sendo vedado a divulgação, no todo ou em parte, sujeitando-se o infrator às penalidades cabíveis.

§2º. Nos mesmos termos previstos no *caput*, é igualmente vedada a utilização dos termos e condições previstos na presente Transação para demandar igualdade de condições ou proposta para outros DEVEDORES, pessoas físicas ou jurídicas, com débitos perante a União.

§3º. As previsões da presente transação igualmente importam em sigilo profissional e sua transgressão ensejam medidas disciplinares na respectiva entidade de classe.

§4º. Após a assinatura, as partes estabelecerão o conteúdo e disposições da presente transação que poderão ter a publicidade suprimida em razão de possível prejuízo comercial, industrial, comercial, negocial ou concorrencial, sendo sempre proibida a divulgação das informações acobertadas pelo sigilo fiscal.

CLÁUSULA 35. Visando atender aos princípios da eficiência e da cooperação entre as partes, a comunicação entre elas será efetivada pelos meios institucionais disponíveis (REGULARIZE/SICAR/e-mail institucional) entre procuradores e representantes legais do DEVEDORES e dos INTERVENIENTES ANUENTES, com confirmação de recebimento.

§1º Em caso de substituição dos procuradores/representantes, incumbe as partes o ônus de informar a ocorrência do fato, sob pena de se considerar válida eventual comunicação enviada ao procurador anterior.

§2º O simples recebimento do e-mail não importa aquiescência com o conteúdo por parte do destinatário.

CLÁUSULA 36. A celebração desta transação não dispensa o recolhimento das obrigações tributárias correntes devidas pelos DEVEDORES, nem mesmo o cumprimento das obrigações acessórias.

CLÁUSULA 37. Esta transação não interfere de modo algum em quaisquer outras inscrições no CADIN, Cadastro de Inadimplentes com o FGTS ou qualquer outro cadastro restritivo que porventura tenha ou venha a ter por questões alheias ao objeto da presente Transação.

Parágrafo único. Os débitos do ANEXO I, enquanto permanecerem transacionados ou garantidos, terão sua inscrição suspensa no CADIN.

CLÁUSULA. 38. A formalização do presente acordo de Transação implica manutenção automática dos gravames decorrentes de arrolamento de bens, de medida cautelar fiscal e das

Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - 43b7acb

garantias prestadas administrativamente ou nas ações de execução fiscal ou em qualquer outra ação judicial; ressalvados os imóveis objeto da presente transação que se destinam à Cessão de Direitos Possessórios e à venda judicial referidos nas Cláusulas 7ª e 13.

CLÁUSULA 39. O presente acordo poderá ser objeto de futuros aditamentos, alterações ou modificações após sua homologação por acordo mútuo entre as partes e desde que as alterações sejam expressamente autorizadas por lei e portaria da PGFN.

CLÁUSULA 40. É inválida qualquer interpretação das cláusulas que implique redução do montante dos créditos inscritos ou renúncia aos privilégios do crédito tributário e à garantia ofertada.

CLÁUSULA 41. Os casos omissos, especialmente os acobertados pela teoria da imprevisão, relativa à situação desconhecida pelas partes no presente momento, que possa futuramente gerar demasiado desequilíbrio contratual serão resolvidos de comum acordo entre as partes, e caso necessário, a questão posta em dúvida será submetida à apreciação e decisão do Juízo de homologação da presente transação.

CLÁUSULA 42. O presente termo, seus anexos e demais documentos utilizados para celebração da transação serão arquivados no **processo SEI nº 12221.100219/2023-97,** no qual também serão arquivados quaisquer requerimentos e documentos relativos a este instrumento.

CLÁUSULA 43. A presente transação começa a produzir efeitos na data de sua assinatura pelas partes, sob condição resolutiva do pagamento da entrada e das demais obrigações com prazos de cumprimento estabelecidos no acordo.

Firmam as partes o presente termo juntamente com o ANEXO I para que produzam os efeitos desejados.

Brasília, 26 de junho de 2023.

Pela Fazenda Nacional:

HERMES DE ALENCAR BENEVIDES NETO:65788559391

Assinado digitalmente por HERMES DE ALENCAR BENEVIDES NETO:65788559391
DN: cn=HERMES DE ALENCAR BENEVIDES NETO:65788559391, c=BR, o=ICP-Brasil, ou=RFB e-CPF A3, email=hermes.benevides-neto@pgfn.gov.br
Data: 2023.07.13 15:43:38 -03'00'

HERMES DE ALENCAR BENEVIDES NETO
Procurador da Fazenda Nacional

ASSINADO DIGITALMENTE
AMALIA CARVALHO CINTRA TRASEL
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
http://serpro.gov.br/assinador-digital
SERPRO

AMÁLIA CARVALHO CINTRA TRÄSEL
Procuradora da Fazenda Nacional

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

PJe Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - 43b7acb

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

ASSINADO DIGITALMENTE
TATIANA IRBER
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
http://serpro.gov.br/assinador-digital
SERPRO

TATIANA IRBER
Procuradora da Fazenda Nacional

RICARDO DA SILVEIRA FIGUEIRO:05030451609
Assinado digitalmente por RICARDO DA SILVEIRA FIGUEIRO:05030451609
Data: 2023.07.17 13:25:16 -03'00'

RICARDO DA SILVEIRA FIGUEIRÓ
Procurador-Chefe da Dívida Ativa - PRFN 1ª Região

Pelos Devedores:

ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Assinado de forma digital por ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Dados: 2023.07.10 10:46:42 -03'00'

IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S.A

ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Assinado de forma digital por ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Dados: 2023.07.10 10:47:03 -03'00'

IRFASA S.A CONSTRUCOES INDUSTRIA E COMERCIO

ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Assinado de forma digital por ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Dados: 2023.07.10 10:47:24 -03'00'

URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA

ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Assinado de forma digital por ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Dados: 2023.07.10 10:47:51 -03'00'

BETONMIX SERVICOS DE CONCRETAGEM EIRELI

ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Assinado de forma digital por ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Dados: 2023.07.10 10:48:14 -03'00'

SABEP SAO BENTO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A

ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Assinado de forma digital por ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Dados: 2023.07.10 10:48:36 -03'00'

FAZENDAS DA PRATA S.A

ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Assinado de forma digital por ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA:14575183172
Dados: 2023.07.10 10:48:58 -03'00'

ESPÓLIO DE WAYNE DO CARMO FARIA

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

PJe Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - 43b7acb

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

Pela Intervenientes Anuente:

RICARDO RIBEIRO VALADARES GONTIJO:05084399656

Assinado de forma digital por RICARDO RIBEIRO VALADARES GONTIJO:05084399656
Dados: 2023.07.10 08:18:04 -03'00'

DANILO PEREIRA AUCELIO:50418599149

Assinado de forma digital por DANILO PEREIRA AUCELIO:50418599149
Dados: 2023.07.10 08:17:25 -03'00'

DIRECIONAL ENGENHARIA S/A
Por:

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

PJe Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - 43b7acb

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

ANEXO I

LISTA DE INSCRIÇÕES QUE COMPÕE O TERMO DE TRANSAÇÃO INDIVIDUAL COM INDICAÇÃO DAS RESPECTIVAS EXECUÇÕES FISCAIS E OS JUÍZOS DE TRAMITAÇÃO

INSCRIÇÕES SIDA - grupo IRFASA - Fazenda da Prata

CPF/CNPJ do DEVEDOR	Número Processo Judicial SAJ (completo)	Juízo	Número de Inscrição
00.023.150	00000200534000063593	19ª VARA FEDERAL	10 6 04 006338-67
00.023.150	00000200534000063593	19ª VARA FEDERAL	10 7 04 001215-10
00.023.150	00007603719984013400	11ª VARA FEDERAL	10 2 97 001046-27
00.023.150	00040464220064013400	18ª VARA FEDERAL	10 2 05 000019-87
00.023.150	00040464220064013400	18ª VARA FEDERAL	10 6 05 000037-92
00.023.150	00040464220064013400	18ª VARA FEDERAL	10 6 05 003429-02
00.023.150	00040464220064013400	18ª VARA FEDERAL	10 7 05 000943-96
00.023.150	00160077720064013400	11ª VARA FEDERAL	10 6 06 000084-35
00.023.150	00160077720064013400	11ª VARA FEDERAL	10 8 05 000056-17
00.023.150	121336020014013400	11ª VARA FEDERAL	10 8 99 000095-08
00.023.150	169948420044013400	18ª VARA FEDERAL	10 8 03 000014-05
00.023.150	200234000392899	18ª VARA FEDERAL	10 6 00 001575-53
00.023.150	200334000321534	11ª VARA FEDERAL	10 8 02 000203-51
00.023.150	200434000413872	18ª VARA FEDERAL	10 7 04 000717-42
00.023.150	200434000413872	18ª VARA FEDERAL	10 8 04 000087-97
00.023.150	200934000062075	18ª VARA FEDERAL	10 6 06 006494-90
00.023.150	200934000062075	18ª VARA FEDERAL	10 7 07 000001-15
00.023.150	200934000062075	18ª VARA FEDERAL	10 8 08 000012-85
00.023.150	249087320024013400	18ª VARA FEDERAL	10 8 01 000610-05
00.023.150	478009220104013400	11ª VARA FEDERAL	10 7 10 000037-56
00.023.150	51561820024013400	11ª VARA FEDERAL	10 8 01 000288-14
00.023.150	98185420044013400	11ª VARA FEDERAL	10 6 03 002513-93
00.023.150		Não se aplica	10 5 03 003618-33
00.023.150		Não se aplica	10 6 02 005334-27
00.023.150			
00.366.518	00068805220054013400	19ª VARA FEDERAL	10 2 04 003094-91
00.366.518	00068805220054013400	19ª VARA FEDERAL	10 6 04 006342-43
00.366.518	00068805220054013400	19ª VARA FEDERAL	10 6 04 006343-24
00.366.518	00068805220054013400	19ª VARA FEDERAL	10 7 04 001217-82
00.366.518	00116597920074013400	11ª VARA FEDERAL	10 6 06 006574-09

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

PJe Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - 43b7acb

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

00.366.518	00250724319994013400	11ª VARA FEDERAL	10 7 99 000005-62
00.366.518	157004020174013400	11ª VARA FEDERAL	10 2 16 003737-10
00.366.518	157004020174013400	11ª VARA FEDERAL	10 6 16 007969-70
00.366.518	200434000064098	18ª VARA FEDERAL	10 6 03 000088-80
00.366.518	200534000104626	19ª VARA FEDERAL	10 2 05 000102-00
00.366.518	200534000104626	19ª VARA FEDERAL	10 6 05 000114-69
00.366.518	200534000104626	19ª VARA FEDERAL	10 6 05 000115-40
00.366.518	250732819994013400	11ª VARA FEDERAL	10 6 99 000010-49
00.366.518	313181120064013400	11ª VARA FEDERAL	10 7 06 000642-43
00.366.518	349562320044013400	19ª VARA FEDERAL	10 6 04 003323-10
00.366.518		Não se aplica	10 2 20 000435-55
00.366.518		Não se aplica	10 2 21 002975-08
00.366.518		Não se aplica	10 2 22 003004-11
00.366.518		Não se aplica	10 4 19 000013-83
00.366.518		Não se aplica	10 5 18 002295-17
00.366.518		Não se aplica	10 5 21 000458-10
00.366.518		Não se aplica	10 6 19 000981-60
00.366.518		Não se aplica	10 6 19 010823-73
00.366.518		Não se aplica	10 6 19 014010-61
00.366.518		Não se aplica	10 6 20 000989-95
00.366.518		Não se aplica	10 6 20 009159-50
00.366.518		Não se aplica	10 6 20 015204-70
00.366.518		Não se aplica	10 6 21 001718-56
00.366.518		Não se aplica	10 6 21 007283-62
00.366.518		Não se aplica	10 6 21 010078-39
00.366.518		Não se aplica	10 6 21 013090-96
00.366.518		Não se aplica	10 7 19 000442-11
00.366.518		Não se aplica	10 7 19 003318-90
00.366.518		Não se aplica	10 7 19 003751-61
00.366.518		Não se aplica	10 7 20 000237-04
00.366.518		Não se aplica	10 7 20 001819-54
00.366.518		Não se aplica	10 7 20 003107-89
00.366.518		Não se aplica	10 7 21 000512-62
00.366.518		Não se aplica	10 7 21 003077-55
00.366.518			
00.446.443	00124087719994013400	18ª VARA FEDERAL	10 6 98 002075-75
00.446.443	08248007020055100005	05ª Vara do Trabalho	10 5 03 000241-60
00.446.443	08249002520055100005	05ª Vara do Trabalho	10 5 03 000242-41
00.446.443	08250007720055100005	05ª Vara do Trabalho	10 5 03 000243-22
00.446.443	08251003220055100005	05ª Vara do Trabalho	10 5 03 000244-03
00.446.443	401966619994013400	18ª VARA FEDERAL	10 7 99 000014-53
00.446.443	401975119994013400	18ª VARA FEDERAL	10 6 99 000037-69

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

PJe Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - 43b7acb

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

00.446.443	8109009520065100001	01ª Vara do Trabalho	10 5 02 001157-92
00.446.443	91939319994013400	11ª VARA FEDERAL	10 6 98 001905-83
00.446.443			
00.474.841	00069447620164013400	18ª VARA FEDERAL	10 5 15 000079-85
00.474.841	00069447620164013400	18ª VARA FEDERAL	10 5 15 000456-40
00.474.841	00069447620164013400	18ª VARA FEDERAL	10 5 15 000457-20
00.474.841	00069447620164013400	18ª VARA FEDERAL	10 5 15 000472-60
00.474.841	00069447620164013400	18ª VARA FEDERAL	10 5 15 000473-40
00.474.841	00069447620164013400	18ª VARA FEDERAL	91 5 00 003536-57
00.474.841	00069447620164013400	18ª VARA FEDERAL	91 5 00 003537-38
00.474.841	00069447620164013400	18ª VARA FEDERAL	91 5 01 001591-00
00.474.841	00069447620164013400	18ª VARA FEDERAL	91 5 02 002216-14
00.474.841	00069447620164013400	18ª VARA FEDERAL	91 5 02 002521-70
00.474.841	00069447620164013400	18ª VARA FEDERAL	91 5 99 001683-37
00.474.841	00182183319994013400	19ª VARA FEDERAL	10 6 98 005306-00
00.474.841	00182191819994013400	19ª VARA FEDERAL	10 6 98 005304-30
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 2 04 000001-21
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 2 04 000002-02
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 5 00 000341-44
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 5 00 000342-25
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 5 03 003452-00
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 6 03 005408-24
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 6 04 000016-31
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 6 04 000017-12
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 6 04 000018-01
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 7 03 002213-86
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 7 04 000001-36
00.474.841	00252268520044013400	19ª VARA FEDERAL	10 7 04 000002-17
00.474.841	00514799020164013400	19ª VARA FEDERAL	10 2 16 001032-59
00.474.841	00883967920144013400	11ª VARA FEDERAL	10 2 14 003618-31
00.474.841	00883967920144013400	11ª VARA FEDERAL	10 4 14 011700-74
00.474.841	00883967920144013400	11ª VARA FEDERAL	10 6 14 007436-36
00.474.841	199934000181798	19ª VARA FEDERAL	10 6 98 005305-11
00.474.841	199934000251906	19ª VARA FEDERAL	10 7 98 000814-39
00.474.841	199934000402345	19ª VARA FEDERAL	10 2 98 003074-14
00.474.841	200334000251510	18ª VARA FEDERAL	10 5 02 002256-28
00.474.841	200334000376106	19ª VARA FEDERAL	10 6 02 005269-94
00.474.841	200934000169207	18ª VARA FEDERAL	10 2 05 000158-56
00.474.841	200934000169207	18ª VARA FEDERAL	10 6 05 000177-42
00.474.841	200934000169207	18ª VARA FEDERAL	10 6 08 000656-10
00.474.841	3840720155100010	10ª Vara do Trabalho	10 5 07 000372-35
00.474.841	3840720155100010	10ª Vara do Trabalho	10 5 11 001525-54

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

PJe Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - 43b7acb

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

00.474.841	3840720155100010	10ª Vara do Trabalho	10 5 12 000866-93
00.474.841	3840720155100010	10ª Vara do Trabalho	10 5 14 001117-72
00.474.841	3840720155100010	10ª Vara do Trabalho	10 5 14 001118-53
00.474.841	3840720155100010	10ª Vara do Trabalho	10 5 14 001119-34
00.474.841	401654619994013400	19ª VARA FEDERAL	10 2 98 003075-03
00.474.841	8003003920075100014	14ª Vara do Trabalho	10 5 03 000855-42
00.474.841	8004200701410009	Juízo Conciliatório	10 5 03 000852-08
00.474.841	8005200701410003	Juízo Conciliatório	10 5 03 000856-23
00.474.841	8006200701410008	Juízo Conciliatório	10 5 03 000865-14
00.474.841	8007200701410002	Juízo Conciliatório	10 5 03 000864-33
00.474.841	8008200701410007	Juízo Conciliatório	10 5 03 000863-52
00.474.841	8009200701410001	Juízo Conciliatório	10 5 03 001231-42
00.474.841	8010200701410006	Juízo Conciliatório	10 5 03 001230-61
00.474.841	8011200701410000	Juízo Conciliatório	10 5 03 000857-04
00.474.841	8012200701410005	Juízo Conciliatório	10 5 03 000858-95
00.474.841	8013200701410000	Juízo Conciliatório	10 5 03 000860-00
00.474.841	8014200701410004	Juízo Conciliatório	10 5 03 000859-76
00.474.841	8015200701410009	Juízo Conciliatório	10 5 03 000861-90
00.474.841	8016200701410003	Juízo Conciliatório	10 5 03 000862-71
00.474.841	8033008620075100001	01ª Vara do Trabalho	10 5 04 002781-05
00.474.841	8033008620075100001	01ª Vara do Trabalho	10 5 04 002852-33
00.474.841	8033008620075100001	01ª Vara do Trabalho	10 5 04 002853-14
00.474.841	8033008620075100001	01ª Vara do Trabalho	10 5 04 002854-03
00.474.841	8033008620075100001	01ª Vara do Trabalho	10 5 04 002855-86
00.474.841	8033008620075100001	01ª Vara do Trabalho	10 5 06 000016-03
00.474.841	8033008620075100001	01ª Vara do Trabalho	10 5 06 000940-08
00.474.841	8120003120065100019	19ª Vara do Trabalho	10 5 01 000011-67
00.474.841	8266009720055100017	17ª Vara do Trabalho	10 5 00 000340-63
00.474.841	8277001420055100009	09ª Vara do Trabalho	10 5 03 000853-80
00.474.841	8278200500910000	09ª Vara do Trabalho	10 5 03 000854-61
00.474.841		Não se aplica	10 5 15 000906-02
00.474.841		Não se aplica	10 5 16 000057-04
00.474.841			
00.479.659	200934000199138	18ª VARA FEDERAL	10 6 08 000627-86
00.479.659	200934000199138	18ª VARA FEDERAL	10 6 08 000628-67
00.479.659			
23.537.210	00050920820024013400	19ª VARA FEDERAL	10 8 01 000353-57
000.273.911-91	330617020174013400	18ª VARA FEDERAL	10 1 16 016514-22

PJe Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - 43b7acb

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

INSCRIÇÕES DÍVIDA - grupo IRFASA - Fazenda da Prata			
Páginas:			
PSFN/PFN Responsável: 1ª REGIÃO			
CPF/CNPJ do DEVEDORES Agregado	Número do Processo Judicial	Inscrição Previdenciária	**Juízo:**
00.023.150	10236613920224013400	189023600	
00.023.150	10236613920224013400	189023619	19ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.023.150	19913552018401340 0	364252529	
00.023.150	19913552018401340 0	364252537	11ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.023.150	73218562015401340 0	390332550	
00.023.150	73218562015401340 0	390332569	
00.023.150	73218562015401340 0	400326795	
00.023.150	73218562015401340 0	400326809	18ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.023.150	200334000382617	354038680	
00.023.150	200334000382617	354038664	
00.023.150	0001561-07.1985.4.01.3400	307241858	
00.023.150	8600289629	302176314	
00.023.150	8600289629	302176454	
00.023.150	8600289629	307972941	
00.023.150	8600289629	307972950	
00.023.150	8600289629	307972976	
00.023.150	8600289629	307972984	
00.023.150	8600289629	307972992	
00.023.150	8600289629	307973000	
00.023.150	8600289629	307973018	
00.023.150	8600289629	307973026	
00.023.150	8600289629	307973034	19ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.023.150	8600289629	307973042	
00.023.150	8600289629	307973050	

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

PJe Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - 43b7acb

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

00.023.150	8600289629	307973069	
00.023.150	8600289629	307973077	
00.023.150	8600289629	307973085	
00.023.150	0001460-33.1986.4.01.3400	307975177	
00.023.150	0001460-33.1986.4.01.3400	307975185	
00.023.150	0001460-33.1986.4.01.3400	307975193	
00.023.150	0001460-33.1986.4.01.3400	307975207	
00.023.150	0001460-33.1986.4.01.3400	307975215	
00.023.150	0001460-33.1986.4.01.3400	307975223	11ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.023.150	8600499046	307985580	
00.023.150	8600502110	307980324	
00.023.150	8700037427	307984001	
00.023.150	8700037427	307984028	
00.023.150	8700037427	307985156	
00.023.150	8700037427	307985164	
00.023.150	8700037427	307985172	
00.023.150	8700037427	307985180	
00.023.150	8700037427	307985199	
00.023.150	8700037427	307985202	
00.023.150	8700037427	307985210	
00.023.150	8700037427	307985229	
00.023.150	8700037427	307985237	
00.023.150	8700037427	307985245	
00.023.150	8700037427	307985261	
00.023.150	9000052890	307994660	
00.023.150	200334000382617	354038672	
00.023.150	8700037427	307985253	19ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.023.150			
00.366.518		189026030	
00.366.518	10083362420224013400	163870101	18ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	10083362420224013400	171155556	
00.366.518	10083362420224013400	179206559	

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

PJe Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - 43b7acb

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

00.366.518	10083362420224013400	179395785	
00.366.518	12328832017401340 0	133813568	19ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	12328832017401340 0	133813576	
00.366.518	14045962018401340 0	138573573	18ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	14045962018401340 0	139934189	
00.366.518	14045962018401340 0	144044269	
00.366.518	14064152012401340 0	365620505	11ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	14064152012401340 0	365620521	
00.366.518	14064152012401340 0	366959492	
00.366.518	14064152012401340 0	368340775	
00.366.518	14064152012401340 0	398667462	
00.366.518	19976802018013400	359865305	
00.366.518	19976802018013400	359865313	
00.366.518	19976802018013400	362206457	
00.366.518	19976802018013400	362895376	
00.366.518	19976802018013400	363423222	
00.366.518	19976802018013400	363423230	
00.366.518	19976802018013400	363539158	
00.366.518	19976802018013400	364255188	
00.366.518	19976802018013400	364255196	
00.366.518	19976802018013400	364799277	

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

PJe Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - 43b7acb

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

00.366.518	19976802018013400	390401072	
00.366.518	30072572018401340 0	120763362	11ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	34614212018401340 0	150524170	19ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	56794022016401340 0	128462477	18ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	200334000385818	315430524	18ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	199734000199525	317893661	19ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	199834000017502	324976895	19ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	200334000385818	352800518	
00.366.518	200334000385818	352800526	
00.366.518	200334000385818	352800534	
00.366.518	200334000385818	352800542	
00.366.518	200334000385818	352800569	
00.366.518	200334000385818	353604089	
00.366.518	200334000385818	353604097	
00.366.518	200334000385818	353604100	18ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	200334000385818	353604119	
00.366.518	200634000163308	355889250	11ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	200834000096945	360229042	19ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.366.518	20093400041230	358527805	
00.366.518			
00.446.443	71502912015401340 0	390417718	11ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.446.443	71502912015401340 0	390417726	
00.446.443	199734000265472	316330132	18ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.446.443			
00.474.841		390424293	
00.474.841		390424307	
00.474.841	20030462018401340 0	316330671	
00.474.841	20030462018401340 0	414893395	11ª VARA FEDERAL - BRASILIA

Processo Administrativo º **SEI nº 12221.100219/2023-97**
Requerimento Sicar nº 20220167968 (Protocolo: 01327532022)

PJe Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - 43b7acb

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 1ª REGIÃO
NEGOCIA1

00.474.841	2003046201840134 00	414893409	
00.474.841	6125874201340134 00	370321790	18ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.474.841	6207711201340134 00	370321804	19ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.474.841	200234000340681	352801360	19ª VARA FEDERAL - BRASILIA
00.474.841	200234000340681	352801379	
00.474.841	200234000340681	373816332	
00.474.841	200234000206213	352801409	
00.474.841	200234000206213	352801417	

FGTS

CPF/CNPJ	Inscrição FGTS	NUP	Juízo
00.023.150	CSDF200700127	200734000236841	11ª VARA FEDERAL
00.023.150	FGDF200700126	200734000236841	11ª VARA FEDERAL
00.366.518	FGDF202100131	10591386020214013400	11ª VARA FEDERAL
00.366.518	FGDF202200314	10137229820234013400	19ª VARA FEDERAL
00.474.841	FGDF199900270	9170520014013400	19ª VARA FEDERAL
00.474.841	FGDF200900142	372861720094013400	11ª VARA FEDERAL
00.474.841	FGDF202100126	10638681720214013400	18ª VARA FEDERAL

Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - 43b7acb
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24091019154496200000042767054?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24091019154496200000042767054

Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
PJe - Processo Judicial Eletrônico

10/09/2024

Número: **0008243-44.2002.8.13.0512**

Classe: **[CÍVEL] EXECUÇÃO FISCAL**
Órgão julgador: **1ª Vara Cível e de Família da Comarca de Pirapora**
Última distribuição : **25/11/2021**
Valor da causa: **R$ 36.192,61**
Processo referência: **0008243-44.2002.8.13.0512**
Assuntos: **Contribuições Especiais**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
União (EXEQUENTE)	
FAZENDAS DA PRATA SA (EXECUTADO(A))	
	LEANDRO PACIFICO SOUZA OLIVEIRA (ADVOGADO) **LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA (ADVOGADO)**

Outros participantes	
INST. NAC. COLON. REFORMA AGRARIA - INCRA (TERCEIRO INTERESSADO)	

Documentos

Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
10279843731	05/08/2024 18:32	Decisão	Decisão

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de Pirapora / 1ª Vara Cível e de Família da Comarca de Pirapora

Avenida Tiradentes, 300, Centro, Pirapora - MG - CEP: 39270-000

PROCESSO Nº: 0008243-44.2002.8.13.0512

CLASSE: [CÍVEL] EXECUÇÃO FISCAL (1116)

ASSUNTO: [Contribuições Especiais]

União CPF: não informado

FAZENDAS DA PRATA SA CPF: 23.537.210/0001-19

DECISÃO

1. Considerando que a proposta do INCRA continua manifestamente mais vantajosa (proposta de pagamento à vista – em parcela única, que inclusive já foi devidamente depositada - ID 10277861575), atende precipuamente aos interesses coletivos como forma de avançar com a demanda possessória que aflige o local por cerca de duas décadas, que ambos os litigantes concordaram com a proposta, entendo por rejeitar a proposta de ID 10276588032.

Ora, a proposta apresentada no ID 10276588032 de R$23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais) a ser pago através de uma entrada de 20% (vinte por cento) e o restante em cinquenta parcelas é manifestamente desvantajosa. Soma-se que não se trata de leilão e sim alienação por iniciativa particular, não se prestando o procedimento para fins especulativos, sendo o INCRA manifestamente solvente (tanto que já depositou a quantia), enquanto o mesmo não se pode dizer a empresa proponente, cujo lastro se desconhece (sequer contrato social foi anexado).

Sendo assim, considerando que o pagamento à vista deve ser levado em consideração por ser mais vantajoso que o recebimento em cinquenta parcelas, **rejeito a proposta apresentada** por GREENSPAN Agropecuária Ltda. e **mantendo incólume** a decisão de ID 10272366390.

2. Ante o pagamento do preço pelo INCRA, **cumpra-se** na íntegra o determinado no ID 10272366390.

3. **Intimem-se** as partes para ciência e manifestação quanto a pagamento de ID 10277861575.

I.Cumpra-se.

Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - 15fa866

Pirapora, data da assinatura eletrônica.

FELIPE ZANOTTO

Juiz de Direito

1ª Vara Cível e de Família da Comarca de Pirapora

Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - 15fa866
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24091019154524300000042767055?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24091019154524300000042767055

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
PJe - Processo Judicial Eletrônico

18/07/2024

Número: **0014143-98.1995.8.07.0001**

Classe: **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**
Órgão julgador: **2ª Vara Cível de Brasília**
Última distribuição : **02/05/2019**
Valor da causa: **R$ 179.503.017,47**
Processo referência: **0014143-98.1995.8.07.0001**
Assuntos: **Indenização por Dano Material**
Objeto do processo: **SISTJ**
Nível de Sigilo: **0 (Público)**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
MIRA PARTICIPACOES S/A (EXEQUENTE)	
	RODRIGO BARROS GUEDES NEVES DA SILVA (ADVOGADO) ATHANASIOS GEORGIOS FLESSAS (ADVOGADO)
ANTARES ENGENHARIA LTDA (EXEQUENTE)	
	RODRIGO BADARO ALMEIDA DE CASTRO (ADVOGADO) AVENIR GOMES RODRIGUES JUNIOR (ADVOGADO) JULIANO GOMES AVEIRO (ADVOGADO) DIEGO BARBOSA CAMPOS (ADVOGADO)
IRFASA SA CONSTRUCOES INDUSTRIA E COMERCIO (EXECUTADO)	
	MARCUS VINÍCIUS FERNANDES BASTOS (ADVOGADO) GUSTAVO HENRIQUE CAPUTO BASTOS (ADVOGADO) FELIPE ALVARENGA NEVES (ADVOGADO)
ANTONIO MORENO (EXECUTADO)	
	MARCOS DRUMMOND MALVAR (ADVOGADO)
CELME MARIA DE ARAUJO MORENO (EXECUTADO)	
WAYNE DO CARMO FARIA (EXECUTADO ESPÓLIO DE)	
	EDNA APARECIDA MARQUES (ADVOGADO) CPF/CNPJ (REPRESENTANTE LEGAL)

Documentos			
Id.	**Data da Assinatura**	**Documento**	**Tipo**
33342795	02/05/2019 17:31	Petição Inicial	Petição Inicial
33344166	02/05/2019 17:31	1802_Peticao	Petição
33344169	02/05/2019 17:31	1804_Documento de Comprovacao	Documento de Comprovação

Certifico que os autos digitalizados foram inseridos no sistema PJE em cumprimento à Portaria Conjunta nº 122 de 20/11/2018.

Este documento foi gerado pelo usuário 722.***.***-00 em 18/07/2024 14:53:43
Número do documento: 19050215335500000000031914234
https://pje.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19050215335500000000031914234
Assinado eletronicamente por: CRISTINA WEBSTER DE FREITAS DEETER - 02/05/2019 15:33:55

Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - a5ab35d

1547

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA - DF

Processo nº. 26.404/95
Ação de Execução

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SEGUNDA CÍVEL C.J. BRASÍLIA
27 MAR 2002
10:05

BANCO DO BRASIL S.A., nos autos da Ação de Execução nº 26.404/95 que move contra IRFASA S.A. CONSTRUÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO; ANTONIO MORENO; CELME MARIA DE ARAÚJO MORENO; WAYNE DO CARMO FARIA; FAZENDA DA PRATA S/A - FAPRASA e IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S.A., já qualificados; **ANTARES ENGENHARIA LTDA,** inscrita no CNPJ nº 05.653.530/0001-52, sediada na SHIS 705/905, Quadra 05, Bloco C, em Brasília-DF, e **MIRA PARTICIPAÇÕES S/A**, inscrita no CNPJ sob o n° 09.076.180/0001-60, sediada no SGCV Sul Lote 18, Sala 60, Guará, Brasília(DF), por seus respectivos advogados, conforme instrumentos procuratórios inclusos, vêm, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, para informar e requerer o que segue:

1. Que o **BANCO DO BRASIL S.A.**, na forma do incluso **CONTRATO PARTICULAR DE CESSÃO DE CRÉDITOS**, celebrado com **ANTARES ENGENHARIA LTDA** e **MIRA PARTICIPAÇÕES S/A**, cedeu a título oneroso os créditos objeto da presente ação de execução.

2. De conformidade com o previsto na Cláusula Primeira do referido Contrato de Cessão, as Cessionárias ficaram sub-rogadas em todos os direitos, ações, recursos, privilégios e garantias conferidos ao crédito cedido.

3. Desta forma, com fundamento no artigo 567 inciso II do Código de Processo Civil Brasileiro, requerem a admissão das Cessionárias no presente feito, na condição de substitutos processuais do exeqüente, com a conseqüente exclusão do BANCO DO BRASIL S.A. do pólo ativo da presente ação.

4. Lembram, por oportuno, ser desnecessária a intimação dos executados para se manifestarem quanto ao pedido de substituição processual, vez que não se aplica à espécie o disposto no artigo 42, § 1º do Código de Processo Civil, conforme já decidido pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça (STF-Pleno, RE 97.461-0-AgRg-RJ, rel. Min. Aldir Passarinho, j. 20.8.86, DJU 19.9.86, p. 17.143; STJ-1ª Turma, RESP 284.190-SP, rel. Min. José Delgado, j.

Este documento foi gerado pelo usuário 722.***.***-00 em 18/07/2024 14:53:43
Número do documento: 19050215343300000000031915572
https://pje.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19050215343300000000031915572
Assinado eletronicamente por: CRISTINA WEBSTER DE FREITAS DEETER - 02/05/2019 15:34:34

PJe Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - a5ab35d

24.4.01, DJU 20.8.01, p. 354; STJ-3ª Turma, RESP 588.321 rel. Min. Nancy Andrighi, j. 4.8.05, DJU 5.9.05, p. 399).

5. Informam, outrossim, que notificaram os executados acerca da cessão realizada para os fins do artigo 290 do Código Civil, conforme comprovante incluso.

6. Requerem, assim, seja determinado à Serventia que providencie as necessárias alterações na distribuição e autuação do presente feito para exclusão do **BANCO DO BRASIL S.A**. e admissão das empresas **ANTARES ENGENHARIA LTDA** e **MIRA PARTICIPAÇÕES S/A** no pólo ativo da presente execução.

Nestes termos,
Pedem deferimento.

Brasília/DF, 28 de março de 2008.

ISRAEL PINHEIRO TORRES
OAB/DF 4257

JOSÉ MIRANDA DE SIQUEIRA
OAB/DF-10.332
CPF: 734.907.507-30

Este documento foi gerado pelo usuário 722.***.***-00 em 18/07/2024 14:53:43
Número do documento: 19050215343300000000031915572
https://pje.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19050215343300000000031915572
Assinado eletronicamente por: CRISTINA WEBSTER DE FREITAS DEETER - 02/05/2019 15:34:34

Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - a5ab35d

CONTRATO PARTICULAR DE CESSÃO DE CRÉDITOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM, NESTA E NA MELHOR FORMA DE DIREITO, O BANCO DO BRASIL S.A., ANTARES ENGENHARIA LTDA E MIRA PARTICIPAÇÕES S/A

BANCO DO BRASIL S.A., sociedade de economia mista, com sede em Brasília/DF, inscrito no CNPJ do Ministério da Fazenda sob o nº. 00.000.000/0001-91, neste ato representado pelo Sr. José Wagner Leonel Tavares, brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade nº. 98.015.001.319, expedida pela SSP/CE e inscrito no CPF/MF sob nº. 172.397.883-34, com endereço comercial na SEPN 515, Bloco "A", Edifício Sede V, Brasília/DF, administrador da Gerência de Reestruturação de Ativos Operacionais – Gerat – Brasília – DF, nos termos da procuração pública lavrada no Cartório do 3º Ofício de Notas e Protestos de Títulos de Brasília-DF, em 16.12.2005, livro 2146, fls 065 a 067 e substabelecimentos lavrados no livro 2216, fls 043, de 02.02.07 e livro 2224, fls 143, de 03.04.07, doravante designado "**CEDENTE**"; **ANTARES ENGENHARIA LTDA,** inscrita no CNPJ nº 05.653.530/0001-52, sediada na SGVC Sul, Lote 24, Prédio 2, Guará II-DF, CEP 71.215-100, representada de acordo com seu Estatuto Social por seu Sócio HEGEL ROBERTO NICOLAU MORHY, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 2361/D, expedida pelo CREA/DF, inscrito no CPF/MF sob nº 114.148.631-87, residente e domiciliado em Brasília (DF) e **MIRA PARTICIPAÇÕES S/A**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.076.180/0001-60, sediada no SGCV Sul Lote 18, Sala 60, Guará, Brasília(DF), representada de acordo com seu Estatuto Social por seu Sócio CONSTANTINO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 106147, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob nº 546.988.806-10, residente e domiciliado em Brasília (DF), doravante designadas "**CESSIONÁRIAS**", e em conjunto designados "**PARTES**", têm, entre si justo e acertado o presente **CONTRATO PARTICULAR DE CESSÃO DE CRÉDITOS**, doravante denominado simplesmente **"CONTRATO"** mediante as seguintes cláusulas, termos e condições, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DA CESSÃO — O **CEDENTE**, na qualidade de credor e legítimo titular dos créditos decorrentes do Instrumento Particular de Transação de Dívida nº 86/00094-2, celebrado em 10.10.1986 com **IRFASA S/A – CONSTRUÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO; ANTONIO MORENO; CELME MARIA DE ARAÚJO MORENO; WAYNE DO CARMO FARIA; FAZENDA DA PRATA S/A - FAPRASA** e **IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S.A.,** doravante denominados simplesmente "**DEVEDORES**", re-ratificado pelo Aditivo de Re-ratificação nº 90/01113-9, firmado em 11.05.1990, objeto da Ação de Execução, processo nº 26.404/95, em trâmite na 2ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília - DF, movida pelo **CEDENTE** contra os **DEVEDORES** retro mencionados, cede e transfere às **CESSIONÁRIAS**, de modo *pro soluto*, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do artigo 286 e seguintes do Código Civil e na forma autorizada pelo artigo 6º, da Resolução nº 2.836, do Banco Central do Brasil, de 30.05.2001, a totalidade dos créditos que detém sobre as referidas operações, compreendendo o principal, reajuste monetário, juros e demais acessórios, ficando, a partir da presente Cessão sub-rogadas em todos os direitos, ações, recursos, privilégios e garantias conferidos ao crédito cedidos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — Em razão da presente Cessão, ficam as **CESSIONÁRIAS,** a partir da assinatura do presente **CONTRATO**, investidas no direito de darem prosseguimento às ações judiciais empreendidas pelo **CEDENTE** e às ações incidentais correlatas aos créditos que lhes foram cedidos, bem como

Este documento foi gerado pelo usuário 722.***.***-00 em 18/07/2024 14:53:43
Número do documento: 19050215343400000000031915575
https://pje.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19050215343400000000031915575
Assinado eletronicamente por: CRISTINA WEBSTER DE FREITAS DEETER - 02/05/2019 15:34:34
Num. 33344169 - Pág. 1
Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - a5ab35d

empreenderem a cobrança extrajudicial e receberem os créditos na forma avençadas nos documentos representativos dos créditos ou pela forma – valores e prazos – que lhes forem mais conveniente, independentemente da averbação da presente Cessão nos competentes Ofícios Cartorários.

PARÁGRAFO SEGUNDO — As **CESSIONÁRIAS** declaram assumir, a partir dessa Cessão, a responsabilidade exclusiva pela defesa, em juízo ou fora dele, dos créditos ora cedidos e, em caso de demanda judicial proposta pelos **DEVEDORES** dos créditos objeto dessa Cessão, em andamento ou pendentes de ajuizamento, a responderem integralmente pelos respectivos riscos decorrentes de eventual procedência dessas ações, inclusive de sucumbência, não cabendo ação regressiva contra o **CEDENTE**.

PARÁGRAFO TERCEIRO — As **CESSIONÁRIAS** se declaram cientes de que qualquer transação posterior envolvendo os créditos objeto da presente Cessão não acarretará retorno do risco, ainda que de forma indireta, para o **CEDENTE**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO DA CESSÃO — A presente Cessão é feita a título oneroso e por preço certo no valor de R$ 23.100.000,00 (vinte e três milhões e cem mil reais), que serão pagos pelas **CESSIONÁRIAS** em parcela única no ato da assinatura do presente **CONTRATO**, via depósito na Conta Corrente nº 31027490-7, Agência 3477-0, de titularidade do **CEDENTE**, que, uma vez confirmado o depósito, dá ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação.

CLÁUSULA TERCEIRA — O **CEDENTE** declara que os créditos objeto da presente Cessão são exclusivamente de sua propriedade, não tendo sido negociado junto a terceiros, e que não se encontram gravados, a qualquer título, podendo, portanto, serem objeto da presente Cessão onerosa, não se responsabilizando, porém, pela boa ou má liquidação que o crédito ora cedido venha a alcançar, na forma do artigo 296, do Código Civil, ficando convencionado que a presente Cessão de créditos se opera sem qualquer coobrigação ou retenção de risco, ainda que de forma indireta, para o **CEDENTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — O **CEDENTE** somente responde pela existência dos créditos cedidos até o momento da formalização da presente cessão.

PARÁGRAFO SEGUNDO — O **CEDENTE** não responderá, em hipótese alguma, por quaisquer obrigações decorrentes de atos a serem praticados ou que se exigirem no futuro com o intuito de aperfeiçoar a presente Cessão.

PARÁGRAFO TERCEIRO — Correm por conta exclusiva das **CESSIONÁRIAS** os riscos quanto à solvência dos **DEVEDORES**, assumindo as **CESSIONÁRIAS** todos os ônus e custos de eventual frustração do recebimento dos créditos, ficando cientes de que não dispõem de qualquer direito regressivo contra o **CEDENTE**.

CLÁUSULA QUARTA — As **CESSIONÁRIAS** declaram, expressamente, estarem cientes da situação dos créditos ora cedidos, em especial no que diz respeito à existência da Ação Anulatória cumulada com compensação de indébito e pedido de antecipação de tutela, processo nº 2002.01.1.016595-4, em curso perante a 2ª Vara Cível de Brasília-DF, movida por **IRFASA S/A – CONSTRUÇÕES INDÚSTRIA E**

Este documento foi gerado pelo usuário 722.***.***-00 em 18/07/2024 14:53:43
Número do documento: 19050215343400000000031915575
https://pje.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19050215343400000000031915575
Assinado eletronicamente por: CRISTINA WEBSTER DE FREITAS DEETER - 02/05/2019 15:34:34

PJe Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - a5ab35d

COMÉRCIO em face do **CEDENTE**, que se encontra no Superior Tribunal de Justiça (3ª Turma) para julgamento de Recurso Especial – de ambas as partes – (RESP nº 885.624/DF), na qual busca a anulação de cláusulas contratuais dos títulos exeqüendos com a finalidade de reduzir os encargos financeiros pactuados e, em conseqüência, o valor dos créditos ora cedidos, bem como da Ação Anulatória nº 2003.01.1.036864-5, em curso junto a 2ª Vara Cível de Brasília-DF, também no STJ para apreciação de Recurso Especial (RESP nº 709.120/DF – 4ª Turma), assumindo integralmente os riscos de eventual procedência, ainda que parcial, das referidas Ações Anulatórias, bem como responsabilizando-se por eventuais ônus de sucumbência.

PARÁGRAFO ÚNICO — As **CESSIONÁRIAS**, neste ato, assumem a integral responsabilidade por todas as obrigações e riscos relacionados aos créditos ora cedidos, inclusive os que porventura venham a ser fixados em virtude de decisão judicial, isentando o **CEDENTE** de qualquer responsabilidade por eventual redução do valor do crédito cedido em decorrência do julgamento das Ações Anulatórias referidas no *caput* da presente Cláusula ou de qualquer outra ação que porventura venha a ser ajuizada em relação aos créditos cedidos, bem como de eventuais ônus com o processo como custas e honorários de sucumbência.

CLÁUSULA QUINTA — As **PARTES**, simultaneamente a assinatura do presente **CONTRATO** firmarão, de comum acordo, petições em conjunto dirigidas ao Juízo da 2ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF, noticiando a cessão ora formalizada e requerendo a substituição processual no processo de execução nº 26.404/95, nos termos do artigo 567, II, do CPC.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — A substituição processual também deverá ser requerida nas Ações Anulatórias movidas pelos **DEVEDORES** contra o **CEDENTE** (processos nºs. 2002.01.1.016595-4 e 2003.01.1.036864-5), com pedido para intimação dos **DEVEDORES** para que se manifestem nos termos do artigo 42, § 1º do CPC, salvo em caso de desistência das ações.

PARÁGRAFO SEGUNDO — Na hipótese de vir a ser indeferida a substituição processual em qualquer das ações, as **CESSIONÁRIAS** ingressarão nos respectivos feitos como assistentes litisconsorciais do **CEDENTE**, nos termos do previsto pelo artigo 42, § 2º, do CPC.

PARÁGRAFO TERCEIRO — Na eventualidade de o **CEDENTE** não ser excluído de qualquer das relações processuais, por discordância dos **DEVEDORES** ou por determinação judicial, e, por, conseguinte, se ver compelido a prosseguir na defesa e cobrança judicial dos créditos ora cedidos, as **CESSIONÁRIAS** se comprometem a ressarcir ao **CEDENTE** as despesas processuais correspondentes, a exemplo do pagamento de custas processuais e honorários periciais, mediante a apresentação dos respectivos comprovantes de pagamento.

PARÁGRAFO QUARTO — O reembolso das referidas despesas dar-se-á no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da entrega dos respectivos comprovantes às **CESSIONÁRIAS**.

Este documento foi gerado pelo usuário 722.***.***-00 em 18/07/2024 14:53:43
Número do documento: 19050215343400000000031915575
https://pje.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19050215343400000000031915575
Assinado eletronicamente por: CRISTINA WEBSTER DE FREITAS DEETER - 02/05/2019 15:34:34

PJe Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - a5ab35d

CONTRATO PARTICULAR DE CESSÃO DE CRÉDITOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM, NESTA E NA MELHOR FORMA DE DIREITO, O BANCO DO BRASIL S.A., ANTARES ENGENHARIA LTDA E MIRA PARTICIPAÇÕES S/A

PARÁGRAFO QUINTO — Na hipótese de virem a ser providos os Recursos Especiais referidos no *caput* da **CLÁUSULA QUARTA** do presente **CONTRATO**, as **CESSIONÁRIAS** assumem a total responsabilidade pelo pagamento de eventuais ônus de sucumbência, em especial honorários advocatícios que venham a ser fixados, obrigando-se, inclusive, a restituírem ao **CEDENTE** todo e qualquer valor porventura pago por este a esse título por força de decisão judicial transitada em julgado.

CLÁUSULA SEXTA — Sem prejuízo do disposto na **CLÁUSULA QUINTA** do presente **CONTRATO**, as **CESSIONÁRIAS** obrigam-se a **NOTIFICAR** os **DEVEDORES** das operações cedidas, acerca da presente Cessão de Créditos para os fins do artigo 290 do Código Civil.

CLÁUSULA SÉTIMA — As **CESSIONÁRIAS** registrarão o presente **CONTRATO** em Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Brasília-DF (LRP, art. 127-I, c/c art. 129-9º) correndo por sua conta exclusiva as despesas do registro e dos impostos, tarifas e taxas eventualmente devidas em razão da presente Cessão.

CLÁUSULA OITAVA — As **PARTES** declaram, umas às outras, que obtiveram todas as autorizações necessárias à assinatura deste **CONTRATO** e que os respectivos signatários estão investidos dos poderes exigidos por lei ou pelos seus respectivos atos societários para a celebração da presente Cessão.

CLÁUSULA NONA — As **PARTES** elegem o foro da Circunscrição de Brasília/DF, como o único e competente para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias quanto à interpretação e/ou execução derivadas do presente **CONTRATO**, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as **PARTES** firmam o presente **CONTRATO** em 03 (três) vias, de igual teor e para um só efeito, na presença das 02 (duas) testemunhas, abaixo-assinadas, que a tudo presenciaram, para que produza todos s efeitos jurídicos e legais.

Brasília/DF, 28 de março de 2008.

BANCO DO BRASIL S.A.
José Wagner Leonel Tavares

ANTARES ENGENHARIA LTDA
Hegel Roberto Nicolau Morhy

MIRA PARTICIPAÇÕES S/A
Constantino de Oliveira

Testemunhas:

1) Joaera M. Oliveira Rigobello
2380342 SSP-DF

2) Ana Carolina Ramalho Ramos
2735878 DF

Este documento foi gerado pelo usuário 722.***.***-00 em 18/07/2024 14:53:43
Número do documento: 19050215343400000000031915575
https://pje.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19050215343400000000031915575
Assinado eletronicamente por: CRISTINA WEBSTER DE FREITAS DEETER - 02/05/2019 15:34:34
Num. 33344169 - Pág. 4
Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - a5ab35d

TERMO DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente instrumento o BANCO DO BRASIL S/A, sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 00.000.000/001-91, com sede em Brasília/DF e Agência nesta Circunscrição Especial Judiciária, representado pelo administrador da Gerência Regional de Reestruturação de Ativos Operacionais – GERAT Brasília - DF, Sr. José Wagner Leonel Tavares, brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade nº. 98.015.001.319, expedida pela SSP/CE e inscrito no CPF/MF sob nº. 172.397.883-34, com endereço comercial na SEPN 515, Bloco "A", Edifício Sede V, Brasília/DF, titular dos créditos e direitos decorrentes da sentença homologatória de Instrumento Particular de Transação de Dívida celebrado com os DEVEDORES e do Aditivo de Re-ratificação (operação nº 90/01113-9), objeto da Ação de Execução processo nº 26.404/95, em trâmite na 2ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília - DF, movida pelo BANCO DO BRASIL, para os fins do contido no art. 290 do Código Civil, **NOTIFICA** os devedores/executados **IRFASA S/A – Construções Ind. e Comércio, Wayne do Carmo Faria, Antonio Moreno, Celme Maria de Araújo Moreno, Fazenda da Prata S/A – FAPRASA e IRFATUR - Turismo e Hotelaria S/A** já qualificados nos autos do processo acima referido (26.404/95),de que, por meio do CONTRATO PARTICULAR DE CESSÃO DE CRÉDITOS, celebrado em 28 de março de 2008, cópia anexa, nos termos do permissivo legal do art . 286 e seguintes do Código Civil e na forma autorizada pelo artigo 6º, da Resolução nº 2.836, do Banco Central do Brasil, de 30.05.2001, **CEDEU** a título oneroso os créditos acima referido às **ANTARES ENGENHARIA LTDA**), e **MIRA PARTICIPAÇÕES S/A**.

Brasília, 28 de março de 2008

Banco do Brasil S/A

Ciente da notificação e de acordo com a Cessão

IRFASA S/A – Construções Ind. e Comércio,

Wayne do Carmo Faria,

Antonio Moreno,

Celme Maria de Araújo Moreno

Fazenda da Prata S/A – FAPRASA

IRFATUR - Turismo e Hotelaria S/A

Este documento foi gerado pelo usuário 722.***.***-00 em 18/07/2024 14:53:43
Número do documento: 19050215343400000000031915575
https://pje.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19050215343400000000031915575
Assinado eletronicamente por: CRISTINA WEBSTER DE FREITAS DEETER - 02/05/2019 15:34:34

Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - a5ab35d
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24091019154570100000042767056?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24091019154570100000042767056

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
PJe - Processo Judicial Eletrônico

10/09/2024

Número: **0014143-98.1995.8.07.0001**

Classe: **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**
Órgão julgador: **2ª Vara Cível de Brasília**
Última distribuição : **02/05/2019**
Valor da causa: **R$ 179.503.017,47**
Processo referência: **0014143-98.1995.8.07.0001**
Assuntos: **Indenização por Dano Material**
Objeto do processo: **SISTJ**
Nível de Sigilo: **0 (Público)**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
MIRA PARTICIPACOES S/A (EXEQUENTE)	
	RODRIGO BARROS GUEDES NEVES DA SILVA (ADVOGADO) ATHANASIOS GEORGIOS FLESSAS (ADVOGADO) MARCELO JUNQUEIRA DE OLIVEIRA (ADVOGADO)
ANTARES ENGENHARIA LTDA (EXEQUENTE)	
	RODRIGO BADARO ALMEIDA DE CASTRO (ADVOGADO) AVENIR GOMES RODRIGUES JUNIOR (ADVOGADO) JULIANO GOMES AVEIRO (ADVOGADO) DIEGO BARBOSA CAMPOS (ADVOGADO)
IRFASA SA CONSTRUCOES INDUSTRIA E COMERCIO (EXECUTADO)	
	MARCUS VINÍCIUS FERNANDES BASTOS (ADVOGADO) GUSTAVO HENRIQUE CAPUTO BASTOS (ADVOGADO) FELIPE ALVARENGA NEVES (ADVOGADO)
ANTONIO MORENO (EXECUTADO)	
	MARCOS DRUMMOND MALVAR (ADVOGADO)
CELME MARIA DE ARAUJO MORENO (EXECUTADO)	
WAYNE DO CARMO FARIA (EXECUTADO ESPÓLIO DE)	
	EDNA APARECIDA MARQUES (ADVOGADO) CPF/CNPJ (REPRESENTANTE LEGAL)

Documentos			
Id.	**Data da Assinatura**	**Documento**	**Tipo**
190817462	21/04/2024 16:35	Sentença	Sentença

Número do processo: 0014143-98.1995.8.07.0001

Classe judicial: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)

EXEQUENTE: MIRA PARTICIPACOES S/A, ANTARES ENGENHARIA LTDA

EXECUTADO: ANTONIO MORENO, CELME MARIA DE ARAUJO MORENO, IRFASA SA CONSTRUCOES INDUSTRIA E COMERCIO
EXECUTADO ESPÓLIO DE: WAYNE DO CARMO FARIA
REPRESENTANTE LEGAL: LINA JOSEFINA DE CASTRO ALMENDRA

S E N T E N Ç A

Cuida-se de processo de execução que se desenvolveu entre as partes epigrafadas.

Rememoro que foi proferida sentença, extinguindo o feito executivo, por se reputar ausente título executivo líquido, certo e exigível, em decorrência do julgamento havido no feito de n. 2010.01.1.211715-4 (ID 33354012). Em sede recursal, houve provimento do recurso, para cassar a sentença, determinando o retorno dos autos ao Juízo de origem para o regular processamento do feito executivo quanto ao montante incontroverso do débito exequendo (ID 176695641). Em complemento, no Acórdão de ID 176695641, houve provimento do recurso de embargos de declaração opostos apenas para corrigir o erro material, para constar no v. acórdão que a embargada/executada não apresentou impugnação ao cumprimento de sentença, não ocorrendo a preclusão sobre o tema. No ID 176698549 houve negativa de provimento ao recurso, determinando o retorno dos autos ao Juízo de origem para o regular processamento do feito executivo quanto ao montante incontroverso do débito exequendo, de modo que as partes deverão ser intimadas para se manifestarem acerca do cumprimento do julgado da ação nº

2010.01.1.211715-4, que limitou o valor da dívida, mantendo-se os atos executórios já praticados para satisfação da execução.

Sobre o imóvel penhorado e adjudicado em favor das exequentes nominado "Fazenda Sobradinho", consta o julgamento do Recurso Especial, com parcial provimento para reformar o Acórdão recorrido e não conhecer do agravo de instrumento interposto pela União (Fazenda Nacional), assim como determinação de expedição de Ofício ao 7º Cartório do Registro de Imóveis do Distrito Federal, para que em relação ao Imóvel matriculado sob o nº 11.126 proceda ao cancelamento dos registros de Av-9-11.126 e Av-10-11.126 e o restabelecimento dos registros R.5-11.126 e R.8-11.126. (ID 176698657).

Quando do retorno dos autos, os credores foram intimados para juntar planilha atualizada do indicado "montante incontroverso do débito exequendo" (ID 176788735).

A exequente ANTARES apresentou planilha no ID 180027309, apontado o valor de R$ 179.503.017,47 (atualizado até 29/11/2023), referente a ambas as exequentes (ID 181553687).

Intimada a parte executada para pagamento (ID 181758551).

A exequente MIRA apresentou divergência ao pleito da co-credora, sinalizando que deve ser considerada a adjudicação perfectibilizada (ID 182533907).

A parte executada apesentou impugnação suscitando que, com a adjudicação, houve quitação do débito. Verbera que "*à época da adjudicação (9/9/2008), ocorrida apenas 5 meses após a data fixada para o termo inicial da correção monetária (28/3/2008), as exequentes adquiriram, via adjudicação do imóvel 'Fazenda Sobradinho', patrimônio cujo valor superava – e muito - a dívida.*

Simples cálculo elaborado pela calculadora do TJDFT revela que o débito histórico, atualizado até a data da adjudicação, chegava a R$ 23.993.749,62. Ou seja, a exequente se apropriou, à época, de um excedente de R$ 4.155.000,38.". Alude a ocorrência de litigância de má-fé. Argumenta, ainda, que sobre o valor de R$ 23.100.000,00, fixado no bojo dos autos de n. 2010.01.1.211715-4, não seriam devidos juros de mora, bem como bate-se pelo abatimento do valor da multa penal fixada também naquela demanda. Pugna, ainda, pela liberação sobre a constrição sobre os demais bens penhorados.

Oportunizado o contraditório, a credora MIRA reitera o petitório de ID 182533907, concorda com a extinção da execução, repele a ocorrência de excesso e não se opõe a baixa das contrições (ID 186525705); a credora ANTARES, por sua vez, dita que apenas atendeu a determinação do Juízo, para oferta da planilha. Defende que adjudicação somente poderia ser considerada para os fins de satisfação do débito a partir do ano de 2023, quando foi reestabelecida na Certidão de Ônus do imóvel. Defende a incidência dos juros de mora, tendo como termo inicial a data da cessão (28/03/2008). Repele o pleito para abatimento do valor da cláusula penal. Pede, ainda, a realização de nova avaliação do valor de mercado Fazenda Sobradinho até a data do reestabelecimento da adjudicação — 01/02/2023.

Em petitório de ID 190530368, a parte executada alude, novamente, a ocorrência de violação da boa-fé processual, defende que a data da adjudicação a ser considerada é 9 de setembro de 2008 e reitera o afastamento dos juros de mora, bem como da compensação com o valor da multa.

É o relato do necessário. D E C I D O.

Nesse passo, vê-se divergência entre a exequente ANTARES e a parte executada.

Inicialmente, quanto ao valor do débito, não remanesce dúvida ou controvérsia no tocante as limitações impostas em razão do julgado nos autos de n. 2010.01.1.211715-4, onde delineado que a dívida objeto da presente execução é limitada ao valor de R$ 23.100.000,00 (vinte e três milhões e cem mil reais).

A divergência se dá quanto aos critérios de atualização do montante.

Nesse ponto, a parte dispositiva do Acórdão assim disciplinou:

> *"Ante o exposto, dou parcial provimento ao recurso dos autores, para reformar a sentença guerreada e: declarar que a dívida da IRFASA junto aos réus Antares e Mira está limitada ao valor de R$ 23.100.000,00 (vinte e três milhões e cem mil reais), inclusive para efeitos da cessão de crédito efetivada com o Banco do Brasil S/A, corrigidos monetariamente desde a data do desembolso, até o efetivo ressarcimento;"*

Como se lê, há menção apenas a correção monetária, ausente fixação de juros de mora. Não olvido do entendimento segundo o qual os juros moratórios são consectários lógicos e "*ex lege*" da condenação – "*mutatis mutandis*", entendimento constante de enunciado sumular do Supremo Tribunal Federal (Súmula 254) –, contudo, ressalte-se que se cuidou de pronunciamento declaratório (e não condenatório). Ademais, colhe-se o seguinte trecho do voto condutor do Acórdão, da lavra da Eminente Desembargadora Relatora Carmelita Brasil:

> *"Diante do impasse, é evidente a inadimplência da Antares em relação à obrigação de fornecer a quantia necessária à quitação do débito da IRFASA junto ao Banco do Brasil, fato que desaguou na impossibilidade absoluta de cumprir as demais obrigações assumidas na celebração do negócio jurídico.*

Este documento foi gerado pelo usuário 031.***.***-09 em 10/09/2024 17:59:52
Número do documento: 24042116352000000000174539085
https://pje.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24042116352000000000174539085
Assinado eletronicamente por: CARLOS EDUARDO BATISTA DOS SANTOS - 21/04/2024 16:35:20

Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - 5bafcf2

Assim, evidenciada a inadimplência em relação à obrigação de fornecer a quantia para quitação do débito da IRFASA, certo é que resta configurada a inadimplência absoluta, espécie de inadimplemento em que o cumprimento da obrigação torna-se definitivamente impossível.

Isso porque o imóvel objeto da promessa de compra e venda foi adquirido pelas empresas Sobradinho I e Sobradinho II, inexistindo a possibilidade de cumprimento do acordo de implementação do projeto habitacional "Jardins São Bento".

Não se controverte que o objeto principal do contrato é a promessa de compra e venda da Fazenda Sobradinho, tal como consta expressamente na cláusula primeira da avença. Todavia, a ausência de realização do empréstimo para pagamento do débito da IRFASA, bem como a celebração da cessão de crédito realizada pelo Banco do Brasil, MIRA e Antares, e posterior venda da Fazenda Sobradinho às empresas Sobradinho I e Sobradinho II, resultam, inegavelmente na inadimplência absoluta da obrigação, tornando seu cumprimento impossível.

Na hipótese, é de clareza solar o inadimplemento absoluto. A própria cadeia de acontecimentos mostra a impossibilidade de cumprimento da avença, a partir da não efetivação do empréstimo da Antares para pagamento do débito junto ao Banco do Brasil. Some-se a isso a ultimação da cessão de crédito pela instituição financeira e a própria compra e venda da Fazenda Sobradinho."

Assim, a mora reconhecida foi em relação à ANTARES (exequente nestes autos) e não da ora executada (IRFASA), de modo que seria contrassenso a incidência de juros moratórios em desfavor da IRFASA.

No tocante ao termo da correção monetária, não diviso divergência entre partes para com a data de 28/3/2008 (IDs 180027312 e 183022523).

Este documento foi gerado pelo usuário 031.***.***-09 em 10/09/2024 17:59:52
Número do documento: 24042116352000000000174539085
https://pje.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24042116352000000000174539085
Assinado eletronicamente por: CARLOS EDUARDO BATISTA DOS SANTOS - 21/04/2024 16:35:20

Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - 5bafcf2

Outro embate ocorre em relação ao termo final, considerando a arrematação. Nessa senda, constata-se que houve a perfectibilização, como sumariado no ID 176698657.

Nesse ponto, tenho pelo indeferimento de realização de nova avaliação do valor de mercado Fazenda Sobradinho até a data do reestabelecimento da adjudicação — 01/02/2023, porquanto já efetivada a adjudicação, quando da lavratura da carta, pelo valor de R$ 28.148.750,00 (ID 33344365), de modo que não se pode rever atos processuais já alcançados pela preclusão. De mais a mais, o argumento de que apenas com o reestabelecimento de registros, realizado em 01/02/2023 e presente no “Av.16-11126” da Certidão de Ônus, a adjudicação passou a surtir qualquer efeito sobre a quitação do débito objeto da execução, não prospera, na medida em que a parte credora dispôs do bem, tendo, inclusive, alienado-o a terceiros após a averbação da carta no fólio do imóvel (ID 176698626).

Diante disso, tenho que o valor deva ser atualizado até o dia 9/9/2008 (ID 33344365), como realizado pelo executado no ID 183022523, p. 3, chegando-se ao valor de R$ 23.993.749,62.

Sobre a pretensão de compensação, anoto que o Código de Processo Civil dispõe que, na adjudicação, se o valor do crédito for inferior ao dos bens, o requerente da adjudicação depositará de imediato a diferença, que ficará à disposição do executado (art. 876, §4°, inc. I, do CPC/15 – art. 685-A, §1°, do CPC/73). Assim, constatado que o valor da execução até a data da adjudicação é inferior ao do valor da avaliação, tem-se crédito do ora executado da diferença.

Sobre o crédito a ser compensado decorrente dos autos de n. 2010.01.1.211715-4, a parte dispositiva constou: “*condenar a Antares Engenharia Ltda e os devedores solidários descritos na cláusula décima terceira da avença, ao pagamento de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) em cumprimento à cláusula penal, em razão do inadimplemento absoluto verificado, quantia a ser corrigida*

monetariamente desde celebração do contrato de promessa de compra e venda e outras avenças, e com incidência de juros legais a partir da citação".

Assim, considerando que as exequentes devem restituir o valor excedente da adjudicação e sendo a exequente ANTARES devedora da executada de valor é líquido, vencido e fungível, admite-se a compensação (art. 369 do CC).

Insta consignar que "*a compensação é direito potestativo extintivo e, no direito brasileiro, opera por força de lei no momento da coexistência das dívidas*". (REsp n. 1.982.647/SP, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 7/6/2022, DJe de 13/6/2022.), de modo que não depende de aceitação pelas partes.

No caso, a parte apresentou o valor atualizado da multa de R$ 12.185.200,15 (ID 183022523, p. 8), bem como não houve impugnação especificada neste particular pela exequente.

Conclui-se, pois, que o imóvel foi adjudicado pelo valor de R$ 28.148.750,00 e o valor do débito, até aquela data (9/9/2008), era de R$ 23.993.749,62. Tocava, pois, a parte credora depositar a quantia de R$ 4.155.000,38, concernente à diferença. Considerando o crédito existente em favor da ora executada IRFASA em desfavor da ora exequente ANTARES, extinguem-se os créditos/débitos até onde se compensam (art. 368 do CC), de modo que houve a satisfação da obrigação perseguida nos presentes autos.

No mais, sobre a litigância de má-fé, não verifico prática de conduta dolosa, manifestada de forma intencional e temerária em clara e indiscutível violação dos princípios da boa-fé e da lealdade processual. Com efeito, notório o grau de litigiosidade entre as partes, bem como o alongado decurso da tramitação dos presentes autos. Contudo, cada qual das partes apresentou suas alegações e teses jurídicas. As questões eram controvertidas e foram acima debatidas, o que não revela situação de abuso de direito. Diante disso, não restou demonstrada conduta

que se subsumir em quaisquer das hipóteses legais tipificadoras de litigância de má-fé (art. 80 do CPC).

Noutro giro, diante das peculiaridades do caso concreto, não vislumbro circunstância que enseje condenação da exequente ANTARES em honorários, em razão excesso. Isto porque, quando da intimação promovida no ID 180076265, pendia definição no tocante aos critérios para atualização do valor, sobretudo se considerado que a limitação decorreu do pronunciamento havido nos autos de n. 2010.01.1.211715-4. A definição no tocante a adjudicação também não foi percebida por ocasião da intimação para pagamento de ID 181758551.

Anoto que a exequente MIRA não se opôs a extinção pelo pagamento (ID 186525705).

Sobre o pedido para baixa das demais penhoras, considerando a satisfação da obrigação, tenho pelo deferimento.

Ante o exposto, ACOLHO a impugnação de ID 183022523, para fixar o valor do débito até a data da adjudicação (9/9/2008), no valor de R$ 23.993.749,62 (vinte e três milhões novecentos e noventa e três mil setecentos e quarenta e nove reais e sessenta e dois centavos), bem como deferir o pleito de compensação com o crédito constituído nos autos de n° 2010.01.1.211715-4, até o limite do valor da diferença entre o valor do débito dos presentes autos e o valor do imóvel adjudicado (R$ 4.155.000,38), ao passo que DECRETO A EXTINÇÃO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, pela satisfação da obrigação, com apoio no art. 924, II, do CPC.

Custas finais pelo executado. Sem nova disposição sobre honorários sucumbenciais.

Desconstituo as penhoras outrora deferida nos IDs 33339640 e 33339837.

Este documento foi gerado pelo usuário 031.***.***-09 em 10/09/2024 17:59:52
Número do documento: 24042116352000000000174539085
https://pje.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24042116352000000000174539085
Assinado eletronicamente por: CARLOS EDUARDO BATISTA DOS SANTOS - 21/04/2024 16:35:20

Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - 5bafcf2

Transitada em julgado, OFICIE-SE aos respectivos Cartórios de Registro de Imóveis para baixa das anotações de penhora relativamente aos presentes autos (numeração antiga – 26.404/95). Eventuais custas e emolumentos tocará a parte interessada/executada.

Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos com as providências de estilo.

Sentença registrada eletronicamente. Publique-se. Intimem-se.

CARLOS EDUARDO BATISTA DOS SANTOS

Juiz de Direito

Documento datado e assinado eletronicamente

Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - 5bafcf2
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24091019154591000000042767057?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24091019154591000000042767057

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
PJe - Processo Judicial Eletrônico

10/09/2024

Número: **0014143-98.1995.8.07.0001**

Classe: **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**
Órgão julgador: **2ª Vara Cível de Brasília**
Última distribuição : **02/05/2019**
Valor da causa: **R$ 179.503.017,47**
Processo referência: **0014143-98.1995.8.07.0001**
Assuntos: **Indenização por Dano Material**
Objeto do processo: **SISTJ**
Nível de Sigilo: **0 (Público)**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
MIRA PARTICIPACOES S/A (EXEQUENTE)	
	RODRIGO BARROS GUEDES NEVES DA SILVA (ADVOGADO) ATHANASIOS GEORGIOS FLESSAS (ADVOGADO) MARCELO JUNQUEIRA DE OLIVEIRA (ADVOGADO)
ANTARES ENGENHARIA LTDA (EXEQUENTE)	
	RODRIGO BADARO ALMEIDA DE CASTRO (ADVOGADO) AVENIR GOMES RODRIGUES JUNIOR (ADVOGADO) JULIANO GOMES AVEIRO (ADVOGADO) DIEGO BARBOSA CAMPOS (ADVOGADO)
IRFASA SA CONSTRUCOES INDUSTRIA E COMERCIO (EXECUTADO)	
	MARCUS VINÍCIUS FERNANDES BASTOS (ADVOGADO) GUSTAVO HENRIQUE CAPUTO BASTOS (ADVOGADO) FELIPE ALVARENGA NEVES (ADVOGADO)
ANTONIO MORENO (EXECUTADO)	
	MARCOS DRUMMOND MALVAR (ADVOGADO)
CELME MARIA DE ARAUJO MORENO (EXECUTADO)	
WAYNE DO CARMO FARIA (EXECUTADO ESPÓLIO DE)	
	EDNA APARECIDA MARQUES (ADVOGADO) CPF/CNPJ (REPRESENTANTE LEGAL)

Documentos			
Id.	**Data da Assinatura**	**Documento**	**Tipo**
33339837	02/05/2019 17:31	323_Auto de Penhora	Auto de Penhora

AUTO DE PENHORA E DEPÓSITO NA FORMA ABAIXO:

Fls. 89 239

Aos NOVE dias do mês de ABRIL do ano de mil novecentos e NOVENTA E SEIS nesta cidade de Brasília, Capital da República Federativa do Brasil, as DEZESSEIS HORAS (16:00) ——— x ——— x ———.

Eu Oficial de justiça deste juízo abaixo assinado, em cumprimento ao mandado anexo, expedido pelo juízo de Direito da SEGUNDA Vara Cível do Distrito Federal, requerido por BANCO DO BRASIL S.A. ——— x ——— contra IRFASA S.A. CONSTRUÇÕES, INDÚSTRIA E COMÉRCIO para o pagamento da quantia de ~~Cz$~~ R$ 118.944.768,66 (CENTO E DEZOITO MILHÕES, NOVECENTOS E QUARENTA E QUATRO MIL, SETECENTOS E SESSENTA E OITO REAIS E SESSENTA E SEIS CENTAVOS) e demais cominações legais, ai, depois de preenchidas as formalidades legais, procedi à(o) PENHORA do (s) bem (s) adiante caracterizado (s): 01 IMÓVEL - FAZENDA SOBRADINHO - DUAS GLEBAS DE TERRAS, TOTALIZANDO A ÁREA DE 101,64 ha, BEM COMO BENFEITORIAS E EDIFICAÇÕES EXISTENTES SOBRE O REFERIDO TERRENO, REGISTRADO SOB A MATRÍCULA Nº 1936 (CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DO DF); 01 IMÓVEL SITUADO NO SIA TRECHO 04, LOTES Nº 850, 860, 870, 880, 890, 900, 910, 920, 930, 940, 950, 960 E 970 MEDINDO UMA ÁREA TOTAL DE 19.500 M², INCLUSIVE EDIFICAÇÕES E BENFEITORIAS EXISTENTES NO REFERIDO TERRENO, REGISTRADO SOB A MATRÍCULA Nº 22802 (CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DO DF); 01 IMÓVEL SITUADO NO LOTE C, QUADRA HN-5 SETOR HOTELEIRO NORTE COM UMA ÁREA TOTAL DE 480 M² BEM COMO O PRÉDIO DE ALVENARIA EDIFICADO NO REFERIDO TERRENO, REGISTRADO SOB A MATRÍCULA Nº 3951 (CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DO DF) - CÓPIAS DAS MATRÍCULAS DOS IMÓVEIS SUPRA-CITADOS VÃO EM ANEXO -

Feita a (o) PENHORA ordenada deixei o bem(s) em mãos e poder do DEPOSITÁRIO PÚBLICO DO TJDF ——— x ——— x ——— a (a) qual na qualidade de fiel depositário deste juízo, obrigou-se a não abrir mãos do (s) mesmo (s) sem prévia autorização deste juízo, sob as penas da Lei. Do que, para constar e fins de direito, lavrei o presente auto que assino juntamente com o depositário.

9/4/96

Renata Andrea Carvalho de Melo
OFICIAL DE JUSTIÇA Nº 234
Renata Andrea Carvalho de Melo
Oficiala de Justiça - Mat. 309553
IJDF

DEPOSITÁRIO
Pedro Pinheiro Costa
Depositário Público Substituto

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, ainda em cumprimento ao respeitável mandado anexo intimei, da (o) ~~efetuado~~ a (o) ..... , para que o mesmo possa oferecer, querendo, Embargos no Prazo de Lei.

Brasília, ... de ..... de 19 .....

OFICIAL DE JUSTIÇA

JUSTIÇA DO D F. 1,052

Este documento foi gerado pelo usuário 031.***.***-09 em 10/09/2024 18:00:55
Número do documento: 19050215202600000000031911385
https://pje.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19050215202600000000031911385
Assinado eletronicamente por: CRISTINA WEBSTER DE FREITAS DEETER - 02/05/2019 15:20:26
Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - 7a172b6

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

JUÍZO DE DIREITO DA SEGUNDA VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASILIA - DISTRITO FEDERAL

LAUDO DE AVALIAÇÃO

EXEQÜENTE - BANCO DO BRASIL S/A
EXECUTADO - IRFASA S/A

Apresento à Avaliação dos bens abaixo discriminados, nos Autos da Ação de Execução de Sentença, processo nº26.404/95.

1. LOCALIZAÇÃO DA FAZENDA SOBRADINHO

O imóvel localiza-se a cerca de 17 Km do Plano Piloto, às margens da DF-150 e a 5,0 Km de Sobradinho-DF , com acesso pela DF-425 e 420, das quais dista cerca de 1,5 Km.

2. ACESSO

O acesso, partindo-se de Brasilia, dá-se pelo balão do Posto Colorado, seguindo-se pela DF-150, por cerca de 5,5 Km. A fazenda é cortada pela rodovia.

3. DIMENSSÃO

Área total de 101,64 ha (área escriturada).

4. MELHORAMENTOS PÚBLICO

A fazenda dispões de energia elétrica da CEB e conta, em suas proximidades, com todas as melhorias, ou seja, escolas, postos de saúde, hospital, telefones públicos, etc.

Este documento foi gerado pelo usuário 031.***.***-09 em 10/09/2024 18:00:55
Número do documento: 19050215202600000000031911385
https://pje.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19050215202600000000031911385
Assinado eletronicamente por: CRISTINA WEBSTER DE FREITAS DEETER - 02/05/2019 15:20:26
Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - 7a172b6

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

FL-02

5. **BENFEITORIAS**

GUARITA, em alvenaria, cobertura em te - lhas de cimento-amianto, piso em cimento 6,00 m2; **PRÉDIO P/ADMI-NISTRAÇÃO,** em alvenaria, píso em cerâmica, forrado, cobertura em telhas de cimento-amianto 110 m2; **VESTIÁRIO,** em alvenaria, piso-de cerâmica, cobertura em telhas de cimento-amianto 82 m2; **CANTI NA;** EM ALVENARIA; piso em cerâmica, telhas de cimento-amianto - 340 m2; **ALOJAMENTO,** em alvenaria, piso de cerâmica, cobertura de telhas de cimento amianto, 360 m2; **ALMOXARIFADO,** em alvenaria pi so de cerâmica, cobertura em telhas de cimento-amianto, 40 m2 ; **PRÉDIO DE ADMINISTRAÇÃO,** em alvenaria, piso em cerâmica, cobertu ra em telhas de cimento-amianto, 600m2; **ABRIGO PARA BALANÇA,** em alvenaria, cobertura em telhas de cimento-amianto, 13 m2; **GAL-PÕES,** em madeira cobertura em telhas de cimento-amianto, 420 m2 cada; **GALPÕES,** com estrutura metálica e telhas metálicas 1.110m2 cada; **SERRARIA,** com estrutura metálicas e em telhas metálicas - 770 m2; **PRÉDIO PARA ADMINISTRAÇÃO DA USINA DE ASFALTO,** em alvena ria, cobertura em telhas de cimento-amianto, 60 m2; **SUBESTAÇÃO - ELÉTRIA,** com potencia de 200 KVA; **5,0 Km** de cercas de arame far pado, parte em madeira branca e parte em poste de cimento.

6. **PRESSUPOSTOS**

O Imóvel avaliado, está registrado, sob o número 1.936, do Livro 02 do Registro Geral no Cartório de Regis tro de Imóveis do 3º Ofício do Distrito Federal.

A V A L I A Ç Ã O.....R$ 422.441,00

(quatrocentos e vinte e dois mil, quatrocentos e quarenta e hum - reais).

7. O valor desta Avaliação referi-se a Terras e benfeitorias.

Cont...

Este documento foi gerado pelo usuário 031.***.***-09 em 10/09/2024 18:00:55
Número do documento: 19050215202600000000031911385
https://pje.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19050215202600000000031911385
Assinado eletronicamente por: CRISTINA WEBSTER DE FREITAS DEETER - 02/05/2019 15:20:26
Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - 7a172b6

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

LOCALIAÇÃO DOS IMÓVEIS

FL-03

SIA - Setor de indústria e abastecimento.

1. **DESCRIÇÃO DO IMÓVEL**

TERRENOS : Lotes nºs 850, 870,880,890,900,910,920 930 940, 950,960, 970, e 860.

2. **CONSTRUÇÃO**, sobre os terrenos 910, 920,930, 940, 950, 960 e 970 existem as seguintes - edificações:

3. **PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO**, edificação de dois pavimentos, sem elavador, com área de construção de 630,00 m2 com estrutura de concreto armado, paredes de alvenaria, com rebo co e pintura tipo de PVC, cobertura com laje e telhas de fibroci mento sobre estrutura de madeira, esquadrias de alumínio, divisó rias de madeira na separação das salas, pavimentação granito nas circulações, carpetes nasa salas de trabalho, cerâmica e mármore nos banheiros e pafiflex na copa:**PRÉDIO DE SERVIÇOS GERAIS**, com área construida de 980 m2, compõe-se de dois pavimentos sendo - que o térreo e ocupado por salão com dois sanitários coletivos , sala com sanitário individual, posto de lavagem e lubrificação , no segundo pavimento salão para refeitório de funcionários, com dois sanitários coletivos e uma copa, sala para refeitório da di retoria, com sanitário privativo, cozinha, sala para ambulatório médico, com sanitário privativo, cinco salas para escritório , dois sanitários e depósito para material de limpeza;**GALPÃO**, com a área construida de 1.462 m2, compoẽ-se de dois saloẽs para escritório e sanitários, no nível inferior, semi-enterrado, galpão industrial com cobertura de telhas de fibra cimento, com estrutu ra metálica e um reservatório de agua com capacidade para armaze namento de 200.000 litros; **GALPÃO PARA CARPINTARIA**, com área construida de 1.503 m2, com caracteristicas semelhante as descri tas no galpão acima; **ÁREA DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS**, aos fun dos do terreno, uma simples edificação, com piso cimentado fecha mento em alvenaria rebocada, e pintada com tinta á base de PVA;

Cont...

TJDF – 2002

Este documento foi gerado pelo usuário 031.***.***-09 em 10/09/2024 18:00:55
Número do documento: 19050215202600000000031911385
https://pje.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19050215202600000000031911385
Assinado eletronicamente por: CRISTINA WEBSTER DE FREITAS DEETER - 02/05/2019 15:20:26

Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - 7a172b6

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

FL-04

4. **GUARITA,** com aproximadamente 26 m2, de alvenaria, rebocada e pintada á base de PVA, coberta com telhas de fibrocimento, com estrutura em madeira, esquadrias de ferro e piso em granito; **OUTRAS BENFEITORIAS,** reservatório elevado, estrutura em concreto armado, com a capacidade para o armazenamento de 90.000 litros de água; **PÁTIO EXTERNO,** pavimentados com blocrete em a proximandamente 7.880 m2;**FECHAMENTO DOS MUROS,** muros divisórios de 2,00m de altura, e alambrado de metálico.

PRESUPOSTOS

O imóvel avaliado, esta registrado sob o número 22.802, do Cartório do 1º Oficio do Registro de Imóveis do Distrito Federal.

A V A L I A Ç Ã O.....R$ 2.765.750,00

(dois milhões, setecentos e sessenta e cinco mil, setecentos e cinquenta reais).

1. **IMÓVEL,** situado no Lote "C", da quadra HN-5 do setor Hoteleiro Norte com área total de 480 m2, e nele edificado um prédio próprio para Hotel, onde funciona o Hotel Araco ara, com área construida de 7.933,00 m2, em construção de luxo, composto de sub-solo, andar térreo, sobre-loja, 12 andares tipo e um de cobertura, totalizando 16 pavimentos, com os seguintes compartimentos; **SUB-SOLO,** portaria de serviço e pessoal, fefeitório dos funcionários, sla de ponto, sala da central telefônica , almoxarifado, lavanderia, sla das caldeiras, despensa, câmara frigoríficas, sala de costura, oficina de reparos gerais, vestiários masculino e feminino, com respectivos sanitários, rouparia, casas de bombas de água potável e de esgostos, sla dos medidores de energia elétrica e geração de emergência de energia elétrica, bar, restaurante, copa, cozinha, lavabo, sala de equipamentos de ar condicionado; **11 PAVIMENTOS TIPO,** 119 apartamentos con vestí-

Cont...

Este documento foi gerado pelo usuário 031.***.***-09 em 10/09/2024 18:00:55
Número do documento: 19050215202600000000031911385
https://pje.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19050215202600000000031911385
Assinado eletronicamente por: CRISTINA WEBSTER DE FREITAS DEETER - 02/05/2019 15:20:26
Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - 7a172b6

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

FL-05

bulo, quarto e banheiro e 22 suites, com sala quarto e banheiro; **12º PAVIMENTO**, dois apartamentos da gerência, bar, sala de leitura, salão de rcepção, salão de belsa, barbearia, copa, sanitários masculino feminino, hall social, hall de serviço; **COBERTURA** , casas de máquinas dos elevadores, reservatórios de água fria, de 30.000 litros, água quante de 23.00 litros e torres de refrigaração do sistema de ar condicionado central.**SISTEMA DE TRANSPORTE VERTICAL**, consta de três elevadores; **SISTEMA DE COMUNICAÇÃO** , uma central telefônica com capacidade inicial de 20 troncos e - 270 ramais; **SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO**, consta três centrais de ar condicionado para atender o andar térreo, a sobre-loja e o 12º - pavimento, sendo as demais unidades atendidas por aparelhos individuais de ar condicionado; **SISTEMA DE AQUECIMENTO**, é central por caldeira movida a óleo diesel destinado ao aquecimento de água e produção de vapor; **CLASSIFICAÇÃO JUNTO A EMBRATUR**, o Hotel Araco ara tem a classificação 4 Estrela.

2. **PRESSUPOSTOS**

O imóvel avaliado, está registrado, sob o número 3951, no Cartório do 2º Ofício do Registro de imóveis do Distrito Federal.

A V A L I A Ç Ã O.....R$ 4.959.900,00 (quatro milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, novecentos - reais).

Importa a presente Avaliação em R$ 8.148.091,00 - (oito milhões, cento e quarente e oito mil e noventa e hum reais).

7. **METODOLOGIA**, esta Avaliação levou-se em conta os preços comparados, no mercado imobiliário, preço por metro quadrado, no Sindicato da Construção Civil, Câmara de valo -

Cont...

Este documento foi gerado pelo usuário 031.***.***-09 em 10/09/2024 18:00:55
Número do documento: 19050215202600000000031911385
https://pje.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19050215202600000000031911385
Assinado eletronicamente por: CRISTINA WEBSTER DE FREITAS DEETER - 02/05/2019 15:20:26
Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - 7a172b6

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

FL-06

res imobiliários, valor real de venda. Do que para constar e fins de Direito lavramos o presente Laudo. BSB.,17-09-98.x.x.x.x

JONES MENDES DE VASCONCELOS
OFICIAL DE JUSTIÇA
AVALIADOR

FRANCISCA ARYSLENE DA SILVA
OFICIAL DE JUSTIÇA
AVALIADOR

TJDF - 2002

Este documento foi gerado pelo usuário 031.***.***-09 em 10/09/2024 18:00:55
Número do documento: 19050215202600000000031911385
https://pje.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19050215202600000000031911385
Assinado eletronicamente por: CRISTINA WEBSTER DE FREITAS DEETER - 02/05/2019 15:20:26

Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA - Juntado em: 10/09/2024 19:18:26 - 7a172b6
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24091019154621200000042767058?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24091019154621200000042767058

Excelentíssimo Juiz do Trabalho da Secretaria de Execuções Especiais e Pesquisa Patrimonial

Processo nº: 0085100-81.1998.5.10.0003

A União (Fazenda Nacional), presentada pelo Procurador da Fazenda Nacional que abaixo subscreve, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, informar que o meio de recebimento de documentação para inscrição de crédito dos órgãos judiciários como dívida ativa da União é pelo sistema informatizado SEI, de acordo com a orientação interna da PGFN, por questões de controle e segurança.

A Procuradoria está regionalizada no âmbito da 1ª Região, unificando todos os Estados das regiões Norte, Centro-Oeste e a Bahia, tornando inviável o recebimento de documentação avulsa por e-mail das centenas de órgãos do Poder Judiciário Federal, Trabalhista e Eleitoral, Ministério Público Federal e Defensoria Pública da União. Há vários endereços da PGFN que confluem para este, administrado juntamente com toda atividade de inscrição manual residual e outras afins. Por esse motivo, foi necessário alterar e unificar a sistemática de recebimento dos pedidos de inscrição, de modo que não haja pedido não atendido ou analisado em duplicidade, com risco seja para não realização da inscrição, seja para a efetivação em duplicidade ou com documentação incompleta ou errada.

A unidade central atende a todas as Seções e Subseções Judiciárias do TRF1, todas as Zonas eleitorais dos TREs e todas as Varas do Trabalho dos TRTs de todos os Estados do Norte, Centro-Oeste e da Bahia, Todas as Varas do TJDF, ao MPU, MPT, DPU nesse mister, para os quais não foi possível ainda a utilização do sistema Inscreve Fácil, que foi desenvolvido já com vistas a otimização do serviço, que é prestado através dele de modo célere e seguro.

A atividade de inscrição dos créditos da União como dívida ativa é de natureza administrativa a cargo da PGFN, com previsão legal para o recebimento das solicitações de diversas origens.

É necessário fazer o cadastro como usuário externo, caso não possua, para o protocolo de processo administrativo no qual será tratada a demanda. É necessário o Demonstrativo de débito para inscrição (dados devedor, debito – valor, vencimento e fundamento legal- e da notificação para pagamento), além das peças mínimas de comprovação da constituição do crédito, decisão definitva administrativa ou judicial, notificação do devedor para pagamento, forma e data de efetiva ciência.

Para informações sobre este cadastro, acessar https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/sei/usuario-externo-1.

Feito o cadastro, basta acessar o sistema e fazer o peticionamento eletrônico, no qual poderão ser anexados os documentos que instruem o pedido de inscrição.

Caso a dívida apurada seja inferior ao limite em tela, deve ser a mesma mantida sob a administração do órgão de origem, observando o devido quanto à atualização e incidência de juros, até que o valor atinja importe superior a R$ 1.000,00 (mil reais), quando deve ser, então, encaminhada à PGFN para a inscrição em dívida ativa da União.

Quanto às contribuições previdenciárias, cumpre informar que eventual execução de contribuições previdenciárias nestes autos há que ser movida exclusivamente pela Procuradoria-Geral Federal, nos termos do art. 16, § 3º, II, da Lei nº 11.457/2007 e Portaria PGF/PGFN nº 433/2007.

Agradecemos a compreensão com a situação atual no âmbito da PRFN1 e estamos à disposição para maiores esclarecimentos, se necessário.

Brasília-DF, 17/09/2024.

RAFAEL CRUZ BASTOS

Procurador da Fazenda Nacional

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
SECRETARIA DE EXECUÇÕES ESPECIAIS E PESQUISA PATRIMONIAL
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS E OUTROS (1)
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA E OUTROS (7)

CERTIFICO E DOU FÉ que juntei aos presentes autos a matrícula atualizada do imóvel penhorado nos presentes autos.

BRASILIA/DF, 17 de setembro de 2024.

ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI
Diretor de Secretaria

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 17/09/2024 16:07:30 - 37df589
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24091716045348000000042887115?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24091716045348000000042887115

Cartório do 2.º Ofício do Registro de Imóveis

Brasília — Distrito Federal

LIVRO 2 — REGISTRO GERAL

matrícula -3951- ficha -1-

-1- -3951-

MATRÍCULA DO IMÓVEL:-Lote de terreno designado pela letra "C", da Quadra HN-5, do Setor Hoteleiro Norte (SH/NORTE), medindo: 32,00m pelos lados Norte e Sul e 15,00m pelos lados Leste e Oeste, ou seja, a área de 480,00m2., limitando-se com logradouros públicos por todos os lados, e respectivo prédio nele edificado com a área total construida de 7.933,00m2...-.-.-.-.-.-.-.-
PROPRIETÁRIA:- IRFASA S/A- TURISMO, HOTÉIS E MOTEIS, com sede nesta Capital, CGC/MF-nº 00.366.518.-
REGISTRO ANTERIOR:-nº 5371, às fls.256, do Livro nº 3-F(antigo), deste Cartório.-.-.-.-.-.-.-
DOU FÉ.-Em 10 de dezembro de 1976.- OFICIAL,

AV.1/3951.-Certifico que, de acordo com Cédula de Crédito Industrial-CCI-74/07-BRB, emitida em 30/05/1974, nesta Capital, e Aditivo de 16/10/1975 e, ainda, averbação nº 2 feita à margem da inscrição nº 16, às fls.13, do livro nº 10(antigo), deste Cartório, foi inscrita a hipoteca em primeiro lugar e sem concorrência do imóvel objeto desta Matrícula, em que figuram: como credor, o BANCO REGIONAL DE BRASILIA S/A, com sede nesta Capital, CGC/MF-nº 00.000.208/0001; como Devedora, IRFASA S/A-TURISMO, HOTÉIS E MOTEIS, com sede nesta Capital, CGC/MF-nº 00.366.518 e, como avalistas, IRFASA S/A-CONSTRUÇÕES, INDUSTRIA E COMÉRCIO, com sede nesta Capital,CGC/MF-nº 00.023.150; WAYNE DO CARMO FARIA; CIC-000.273.911; ANTONIO MORENO, CIC- nº 000.599.351 e DOUGLAS HECHT, CIC-nº 000.162.251, todos brasileiros, casados, industriais, residentes e domiciliados nesta Capital, sendo que o valor e as demais condições são as constantes do referido registro .-..
DOU FÉ.-Em 10/12/1976.-O Escrevente,

R.2/3951.-DEVEDORA:-IRFASA S/A-CONSTRUÇÕES, INDUSTRIA E COMÉRCIO, com sede nesta Capital,CGC 00.023.150.-CREDOR:-BANCO REGIONAL DE BRASILIA S/A, com sede nesta Capital, CGC/MF-00.000208/0001.-AVALISTAS: WAYNE DO CARMO FARIA; ANTONIO MORENO; DOUGLAS HECHT; EDUARDO DOGLIA AZAMBUJA JOSÉ NILSON RUAS GUIMARÃES e ALEIXO LUIZ GARCIA, todos brasileiros, casados, industriais, residentes e domiciliados nesta Capital, portadores dos CICs.nºs 000.273.911-91, 005.993.351-04 000.162.251-20, 033.714.767-15,090.584.351-72 e 000.071.451-87, respectivamente.-INTERVENIENTE GARANTE:- IRFASA S/A-TURISMO, HOTÉIS E MOTÉIS, com sede nesta Capital, CGC/MF-nº 00.366.518.-TÍTULO:-Cédula de Crédito Industrial-CCI-76/055-BRB, emitida em 08/12/1976.-ÔNUS:-Hipoteca Cedular 2º Grau.-VALOR:-CR$15.000.000,00.VENCIMENTO:-09 de dezembro de 1977.-JUROS:- Os juros são devidos à taxa de 12% ao ano, a comissão à taxa de 18% ao ano, calculados sobre o saldo devedor e exigíveis no dia 09 de cada mês, e a Taxa de Procuradoria à razão de 0,5% sobre o valor das amortizações. Os pagamentos serão efetuados na praça de Brasília-DF.-FORMA DE PAGAMENTO:-Sem prejuizo do vencimento constante no início desta Cédula, a Devedora efetuará o pagamento do principal e encargos da dívida diretamente ou mediante a retenção sobre os faturamentos relativos a contratos de empreitadas de obras firmados com órgãos Públicos, a serem recebidos pelo Banco, na proporção necessária à liquidação do débito.-.-..-.-.-.-.-.-.-
DOU FÉ.-Em 10/12/1976.-O Escrevente,

Av.3/3951 - Certifico que, de acordo com Cédula de Crédito Industrial CCI-77/050-BRB de 29/6/1977, emitida por IRFASA S/A - CONSTRUÇÕES INDUSTRIA E COMÉRCIO, CGC 00.023.150 a favor do BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S/A, CGC 00.000.208/0001, foi deferido à Emitente, pelo Credor,um crédito no valor de CR$9.500.000,00 (nove milhões e quinhentos mil cruzeiros), para aplica -

(CONTINUA NO VERSO)

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 17/09/2024 16:07:30 - 3bc2a72

matrícula - 3951 - | ficha - 1 - verso

(CONTINUAÇÃO)... aplicação conforme ORÇAMENTO DE APLICAÇÃO - ANEXO I.- Compareceram como avalistas: Wayne do Carmo Faria, Antônio Moreno, Douglas Hecth, Eduardo Doglia Azambuja, José Nilson Ruas Guimarães e Aleixo Luiz Garcia, todos brasileiros, casados, industriais, residentes e domiciliados nesta Capital, portadores dos CICs nºs 000.273.911/91, 005.993.351/04, 000.162.251/20, 033.714.767/15, 090.584.351/72 e 000.071.451/87, respectivamente, comparecendo, ainda, como interveniente garante, constituindo hipoteca cedular em segundo grau (por extensão) do imóvel objeto desta Matrícula, IRFASA S/A - TURISMO HÓTEIS E MÓTEIS, com sede nesta Capital, CGC 00.366.518/001. O crédito deferido, será utilizado após esta averbação e de acordo com as condições de utilização do mesmo ANEXO I - ORÇAMENTO DE APLICAÇÃO, o qual faz parte integrante da cédula ora registrada até sua final liquidação. Os juros são devidos à taxa de 12% ao ano, a comissão à taxa de 18% ao ano, calculados sobre o saldo devedor e exigíveis no último dia útil de cada mês, a partir da data da liberação do crédito, e ainda no vencimento e na liquidação do débito, e a taxa de procuradoria à razão de 0,5% sobre o valor das prestações. Os pagamentos serão efetuados nesta Capital. Os bens vinculados, de propriedade da interveniente garante, obrigatoriamente segurados, já hipotecados em 1º e em 2º graus ao Banco Regional de Brasília S/A, livres e desembaraçados de quaisquer outros ônus, inclusive débitos fiscais e previdenciários, são os objetos desta Matrícula, por extensão das garantias constituídas na Cédula de Crédito Industrial nº 76/055-BRB, de 08/12/76 objeto do R.2/3951. Sem prejuízo do vencimento adiante mencionado, o pagamento do principal e encargos diretamente ou mediante retenção, em proporção a critério do Banco, sobre as importâncias provenientes dos recebimentos efetuados nos 6 (seis) primeiros meses de vigência da cédula, oriundos dos faturamentos dos contratos de empreitada de obras que a favorecida firmar com órgãos públicos, sociedades de economia mista ou fundações, para cujo recebimento outorgaram ao Banco procuração em caráter irrevogável e irretratável. De acordo com o andamento das obras reconheceram ao Banco a faculdade de, também a seu inteiro critério, dispensar a retenção parcial ou total sobre faturamentos recebidos de cada um dos primeiros meses acima fixados, transferindo-a para os faturamentos mensais imediatamente subsequentes, observados sempre o prazo máximo de 6 meses e o vencimento final, desde que a correspondente previsão de recebimento satisfaça o percentual estipulado pelo Banco. As importâncias recebidas serão levadas a crédito na conta de empréstimo, podendo o Banco transferir o valor total ou parcial, quando ocorrer retenções, para a conta de Depósitos na Agência Sia do Banco. Satisfeitas todas as obrigações decorrentes da cédula, o Banco terá direito da retenção sobre os valores recebidos em decorrência das procurações outorgadas, em garantia de qualquer outras obrigações, por outros instrumentos, para com o mesmo.- VENCIMENTO FINAL:- 30/06/1978.- CONDIÇÕES: obrigou-se a emitente pelas demais cláusulas do título.- DOU FÉ.- Em, 30/06/1977.- O Escrevente

R.4/3951 - DEVEDORA:- IRFASA S/A - CONSTRUÇÕES, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, com sede nesta Capital CGC 00.023.150/0001-10.- CREDOR:- BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S/A, com sede nesta Capital,CGC 00.000.208/0001-00.- INTERVENIENTE GARANTE:- IRFASA S/A - TURISMO, HOTEIS E MOTEIS, com sede nesta Capital, CGC 00.366.518/0001-43.- ÔNUS:- hipoteca em terceiro lugar e sem concorrência.- TÍTULO:- escritura pública de empréstimo com garantia hipotecária de 27/09/1977,lavrada às fls. 013, do Livro 350, do 2º Ofício de Notas local.- O Credor emprestará à Devedora

(CONTINUA NA FICHA Nº 2)

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 17/09/2024 16:07:30 - 3bc2a72

Cartório do 2.º Ofício do Registro de Imóveis
Brasília — Distrito Federal

LIVRO 2 — REGISTRO GERAL

matrícula - 3951 - | ficha - 2 -

matrícula - 3951 - | ficha - 2 -

(CONTINUAÇÃO DO REGISTRO Nº 4/3951)... por repasse de acordo com a Resolução nº 63, de 21 de agosto de 1967, do Banco Central do Brasil, o valor, em cruzeiros, correspondente a US$500.000,00 (quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), ao Câmbio de compra do dólar dos Estados Unidos da América, na data em que for efetuado o crédito na conta-corrente da devedora, junto à Agência SIA do Banco, em Brasília,DF. O empréstimo será liquidado pela devedora em 02 (duas) parcelas iguais, semestrais e sucessivas, de valor em cruzeiros correspondente, em cada data de pagamento, a US$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), ao Câmbio de venda da referida moeda, vigente nas datas dos respectivos vencimentos, assim sempre respeitada a variação cambial, vencendo-se a primeira parcela no 180º dia, a contar da data em que o empréstimo for creditado à conta-corrente da devedora e a última no 360º daí, igualmente a contar da data do crédito do empréstimo na conta-corrente da devedora. A devedora pagará em cruzeiros, convertidos à taxa de venda do dólar dos Estados Unidos da América, vigente no dia em que forem exigíveis, respeitada, portanto, a variação cambial, juros ao Banco sobre o principal devido, da data do crédito à sua conta-corrente, até o pleno pagamento do empréstimo, pagáveis e exigíveis dois dias úteis antes do 180º dia a contar da data do crédito do valor do empréstimo e dois dias úteis antes do 360º dia, também a contar da data do crédito do empréstimo, à taxa igual, todo o tempo, a 2-1/4% dois e um quarto por cento) ao ano, acima da da "London Interbank Best Offering Rate" (Taxa LIBOR), de seis meses, reajustável pelas variações da taxa LIBOR de seis meses, sendo a antecipação de dois dias úteis,indicada, entendida pelas partes contraentes como imprescindível para a efetivação, pelo Banco, dos seus pagamentos ao Banco passador estrangeiro, nas datas devidas. A taxa LIBOR significa, com relação a cada período de juros, a taxa pela qual se oferecem depósitos em dólares dos Estados Unidos da América aos principais bancos no "London Interbank Market", às 11 (onze) horas da manhã (hora de Londres), dois dias úteis bancários Londrinos anteriores ao referido período de juros para um período igual ao do mencionado período de juros.- A devedora pagará ao Banco, em cruzeiros convertidos à taxa de venda do dólar dos Estados Unidos da América, vigente na data do crédito do empréstimo à sua conta-corrente, a comissão de 1% fixa, sobre o principal, comissão essa que será debitada na referida data do crédito do empréstimo. A devedora pagará ao Banco, em cruzeiros, convertidos à taxa de venda do dólar dos Estados Unidos da América, vigente nas datas em que for exigível, a comissão de repasse de 4% ao ano, pagável semestral e antecipadamente, sendo que a primeira parcela será debitada na data do crédito do empréstimo e a segunda no 180º dia, a contar da referida data do crédito do empréstimo.- Caso as datas de pagamento das parcelas do principal, dos juros e da comissão de repasse recaiam em dia não útil, a devedora se comprometeu a efetuar tais pagamentos no dia útil anterior a este dia não útil.- O cálculo dos juros e da comissão de repasse será sempre feito à base de um ano de 360 dias para o número efetivo de dias decorridos. Os fundos do empréstimo contratado serão usados pela devedora para operações de seu objeto social. O pagamento de quaisquer obrigações da devedora referentes à escritura ora registrada, sejam parcelas do principal, juros, comissões e outras quaisquer obrigações, será procedido pelo seu valor prescrito, responsabilizando-se a devedora pelo encargo de pagar todos e quaisquer tributos federais, estaduais e municipais,

(CONTINUA NO VERSO)

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 17/09/2024 16:07:30 - 3bc2a72

matrícula - 3951 - | ficha - 2 - verso

(CONTINUAÇÃO)... incidentes ou que venham a incidir, de futuro, correndo por conta exclusiva da mesma quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais ou não, sobretaxas, encargos financeiros, imponíveis ou que venham a ser exigidos, porquanto ficou entendido e acordado entre as partes que a devedora deverá entregar e o Banco deverá receber os cruzeiros bastantes para a compra dos dólares dos Estados Unidos da América, necessários para a amortização e remuneração efetiva do emprestador estrangeiro e do Banco, sem qualquer dedução, excetuando-se, exclusivamente, o encargo relativo ao imposto de renda no percentual de 25% unicamente sobre as parcelas devidas a títulos de juros, imposto esse que correrá por conta do emprestador estrangeiro, sendo que o incentivo fiscal, correspondente, na data da escritura ora registrada, a 85% sobre o valor do citado imposto, será repassado à devedora, ficando desde já esclarecido que, caso haja alteração na legislação atual sobre o imposto de renda, aumentando o percentual de 25%, a diferença será paga pela devedora, e que, se o incentivo fiscal de 85% for reduzido, o repasse acima mencionado terá como valor o novo percentual estabelecido, ou, se o citado incentivo fiscal for elevado, esse aumento beneficiará a devedora. Se qualquer dos fatos a seguir se efetivar, o Credor declarará todo o saldo devedor do principal, todos os juros e comissões e quaisquer outras obrigações, vencidos antecipadamente e, assim exigíveis imediatamente à devedora: a) a devedora não pagar qualquer parcela de amortização, quando devida, ou não pagar os juros e comissões, quando devidos; b) a devedora sustar ou interromper as suas atividades e c) a devedora for declarada falida, em concordata ou de qualquer forma insolvente. Em se verificando qualquer das hipóteses acima mencionadas, o Banco poderá excutir a hipoteca ora registrada, independentemente da inadimplência da devedora ou da interveniente garante nos contratos garantidos com hipotecas sobre o mesmo imóvel. Nenhum demora no exercício ou mesmo na utilização por parte do Credor de qualquer faculdade sua, por força da escritura ora registrada, será considerada como novação do que está disposto na referida escritura, podendo a qualquer tempo, ser esta faculdade exercitável, sendo, outrossim, as faculdades do Banco sempre cumulativas e não excludentes de quaisquer remédios processuais de Lei. Foi eleito o Foro desta Capital.- CONDIÇÕES:- obrigaram-se as partes pelas demais cláusulas do título.-.

DOU FÉ.- Em, 30/09/1977.- O Escrevente

R.5/3951 - DEVEDORA:- IRFASA S/A - CONSTRUÇÕES, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, com sede nesta Capital, CGC 00.023.150/0001-10.- CREDOR:-BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S/A,com sede nesta Capital, CGC 00.000.208/0001-00.- INTERVENIENTE GARANTE:- IRFASA S/A - TURISMO HOTÉIS E MOTÉIS, com sede nesta Capital, CGC 00.366.518/001.- AVALISTAS:- WAYNE DO CARMO FARIA, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta Capital, CIC 000.273.911/91 e SABEP - SÃO BENTO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A, com sede nesta Capital, C.G.C. número 00.479.659/0001-72.- TÍTULO:- cédula de crédito industrial nº CCI-77/084-BRB, emitida nesta Capital em 14/12/1977, com vencimento final para 11/06/1978, pagável na mesma cidade.- ÔNUS:- hipoteca cedular em quarto grau.- VALOR:- CR$23.000.000,00, deferido para aplicação conforme Orçamento de Aplicação - ANEXO I e de acordo com as Condições de Utilização do mesmo ANEXO I- Orçamento de Aplicação, o qual fica fazendo parte integrante da cédula. Os juros são devidos à taxa de 30% ao ano, calculados sobre o saldo devedor e exigíveis no último dia útil de cada

(CONTINUA NA FICHA Nº 3)

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 17/09/2024 16:07:30 - 3bc2a72

Cartório do 2.º Ofício do Registro de Imóveis

LIVRO 2 — REGISTRO GERAL

Brasília — Distrito Federal

matrícula - 3951 - ficha - 3 -

(CONTINUAÇÃO DO R.5/3951)... mês, ~~no vencimento e na liquidação~~ da cédula, sendo de 1% ao ano a comissão de fiscalização calculada sobre o saldo devedor e exigível com os juros.- CONDIÇÕES:- obrigaram-se as partes pelas demais cláusulas do título.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-. DOU FÉ.- Em, 20/12/1977.- O Escrevente.

R.6/3951 - HIPOTECA 5º LUGAR - CREDOR:- BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S/A, sociedade de economia mista, com sede nesta Capital, CGC 00.000.208/0001-00, na qualidade de Agente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico - BNDE, para aplicação de recursos do "Programa de Operações Conjuntas", nos termos do Convênio celebrado em 30/09/1977.- BENEFICIÁRIA FINAL:- SABEP - SÃO BENTO EMPREEDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A, com sede nesta Capital, CGC 00479659/0001-72.- INTERVENIENTE:- URBRÁS - URBANIZAÇÃO E PREMOLDADOS LTDA, com sede nesta Capital, C.G.C. número 00.171.841/0001-30.- O credor abriu à beneficiária final, um crédito fixo até o limite de CR$7.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros), correspondente em Janeiro de 1978 a 29.372,30 ORTNs, considerando o valor unitário de CR$238,32 da ORTN, com recursos do contrato celebrado entre o credor e o BNDE em 03/11/77, destinado a integralização de 68,9% das quotas a serem subscritas pela Beneficiária Final, no aumento de Capital Social votante da Interveniente de CR$15.000.000,00 para CR$25.164.500,00 ao preço de emissão de CR$1,00 cada, objetivando a execução em Sobradinho-DF de projeto de ampliação da capacidade de produção de artefatos de concreto pre-moldado, elevando de 12.000m3/ano para 24.000m3/ano o volume de concreto a ser processado. O crédito será posto à disposição da Beneficiária Final, após cumprimento das condições suspensivas de utilização, parceladamente, em função das necessidades do projeto da Interveniente,respeitado o limite acima referido, em cruzeiros, observado o seguinte esquema de liberações: Primeira Parcela - até 5.035,25 ORTNs, respeitado o limite de CR$1.200.000,00,liberada até 30 dias após a assinatura do contrato; Segunda Parcela - até 5.035,25 ORTNs respeitado o limite de CR$1.200.000,00, liberado até 120 dias após a assinatura do contrato; Terceira Parcela - até 4.615,64 ORTNs, respeitado o limite de CR$1.100.000,00 liberado até 210 dias após a assinatura do contrato; Quarta Parcela - até 4.196,04 ORTNs, respeitado o limite de CR$1.000.000,00, liberada até 300 dias após a assinatura do contrato; Quinta Parcela - até 4.196,04 ORTNs, respeitado o limite de CR$1.000.000,00, liberada até 390 dias após a assinatura do contrato; Sexta Parcela - até 4.196,04 ORTNs, respeitado o limite de CR$1.000.000,00 , liberada até 480 dias após a assinatura do contrato; Sétima Parcela - até 2.098,04 ORTNs, respeitado o limite de CR$500.000,00, liberada até 570 dias após a assinatura do contrato.O principal da dívida da Beneficiária Final, vencerá juros de 9% ao ano, calculados sobre o saldo ' devedor expresso em ORTN contados a partir de cada liberação de recursos efetuados e exigíveis trimestralmente, inclusive durante o período de carência, no dia 10 dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano. A taxa será elevada de 1% ao ano na hipótese de inadimplemento de qualquer natureza sendo contados os juros com elevação da taxa sobre o saldo ' devedor, desde a data do vencimento da obrigação não cumprida até a data de regularização do contrato, se o Credor concordar com a purgação da mora e não preferir declarar vencido o contrato. A Beneficiária Final pagará ao Credor uma comissão de reserva de crédito, equivalente a 0,5% ao ano, sobre o saldo não utilizado de cada parcela do crédito, a partir, de 30 dias ' das disponibilidades dos recursos e até a data da utilização, importância essa que será deduzida da parcela a ser liberada . O principal da dívida decorrente do contrato ora registrado,

(CONTINUA NO VERSO)

matrícula - 3951 - ficha - 3 -

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 17/09/2024 16:07:30 - 3bc2a72

matrícula - 3951 - ficha - 3 - verso

(CONTINUAÇÃO)... será pago ao Credor pela Beneficiária Final, na proporção dos créditos concedidos, após o período de carência que vai até 10 de março de 1980, em 12 (doze) prestações trimestrais e sucessivas, cada uma no valor de 1/12 (hum doze avos) do principal do crédito, vencíveis no dia 10 dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, efetuada a conversão das ORTNs em cruzeiros da data do respectivo pagamento, vencendo-se a primeira prestação no dia 10 de junho de 1980, comprometendo-se a Beneficiária Final a liquidar com a última em 10/03/1983, todas as obrigações resultantes do contrato. CORREÇÃO MONETÁRIA - toda a dívida da Beneficiária Final decorrente do contrato será sempre expressa em ORTNs de que trata a Lei nº 4.357 de 16/07/1964, indicada sua equivalência em cruzeiros, sendo que a Beneficiária Final poderá fazer jus ao incentivo fiscal, nos termos do Dec.Lei nº 1.531 de 30/03/1977, desde que a Interveniente, na conformidade de seu contrato social, destine pelo menos 25% do lucro líquido de cada exercício a distribuição de lucros aos quotistas.Além das demais estipulações convencionadas, a Beneficiária Final obrigou-se especialmente: I - manter em seu nome, durante a vigência do contrato ora registrado, as quotas subscritas com os recursos provenientes do financiamento; II apresentar ao Credor, até 30 dias, após a utilização de cada parcela do crédito, a correspondente Alteração do Contrato Social da Interveniente, comprovando a integralização do aumento de Capital, em dinheiro, no valor mínimo da parcela liberada, acrescido do valor da parcela realizada com recursos próprios, conforme cronograma de "USOS E FONTES" III - aportar o projeto da Interveniente, sob a forma de integralização de Capital, em dinheiro, o valor mínimo de CR$3.164.500,00, além dos recursos provenientes do financiamento; IV - observar as Disposições Aplicáveis aos Contrato doBNDE, especialmente o artigo 32, com relação a Interveniente, aprovados pela Resolução nº 2, de 28/09/1973, do Conselho do BNDE, e publicados no Diário Oficial da União, Seção I, Parte II, de 04/02/1974, que a Beneficiária Final juntamente com o Sr. Wayne do Carmo Faria, seu acionista, abaixo qualificado, declararam conhecer e aceitar como parte integrante do título ora registrado, com a mesma força e efeito como se transcrito no título; V - promover o seguro dos bens dados em garantia ao Credor. VI- manter em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e outras de caráter social, inclusive o recolhimento das contribuições devidas ao Programa de Integralização Social - PIS, exibindo ao Credor os respectivos comprovantes sempre que lhes forem exigidos; VII - permitir ao BNDE, por seus representantes ou prepostos e ao Credor, o livre acesso a suas respectivas dependências, bem como a seus registros contábeis, para efeito de controle de aplicações; VIII - custear, na forma do disposto no artigo 30, parágrafo primeiro, das disposições a que se refere o ítem IV acima, serviços de auditoria externa, se o Credor a seu critério, decidir contratá-los diretamente; IX utilizar o crédito de cada parcela até 90 dias da data em que for liberada, sem prejuízo da faculdade conferida ao Credor, de ampliar esse prazo antes ou depois do seu término, sob as mesmas condições estabelecidas no contrato; X) apresentar ao Banco, quando solicitados, relatórios que permitam aferir claramente a aplicação dos recursos liberados; XI - não proceder a qualquer alteração do contrato social da Interveniente sem a prévia aprovação do Credor ou do BNDE; XII -não alienar ou onerar as quotas subscritas com recursos da operação ora registrada; A Beneficiária Final, autorizou, a Interveniente a utilizar diretamente os recursos provenientes do crédito aberto, lançando-os em conta especial de seu passivo a crédito da Beneficiária Final. O-

(CONTINUA NA FICHA Nº 4)

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 17/09/2024 16:07:30 - 3bc2a72

Cartório do 2.º Ofício do Registro de Imóveis
Brasília — Distrito Federal

LIVRO 2 — REGISTRO GERAL

matrícula - 3951 - | ficha - 4 -

ficha - 4 -
matrícula - 3951 -

(CONTINUAÇÃO DO R.6/3951)... Obrigou-se especialmente a Interveniente a: I - executar o projeto acima referido e sujeitar-se a plena fiscalização do Credor e do BNDE, observando no que couber, as "Disposições" de que trata o ítem IV acima; II - aceitar o previsto no Parágrafo Único supra mencionado, comprometendo-se a empregar na integralização das quotas subscritas pela Beneficiária Final os recursos recebidos e lançados a crédito da Beneficiária Final; III - realizar as alterações do seu Capital Social no prazo máximo de 30 dias após a liberação de cada parcela de recursos para, após a liberação da sétima parcela, elevar seu ' Capital Social de CR$15.000.000,00, para, no mínimo, CR$25.164.500,00, devendo tal aumento ' ser totalmente integralizado em dinheiro; IV - aplicar na execução do projeto os recursos ' recebidos em decorrência da integralização do aumento de capital referido no ítem III anterior; V - tomar medidas necessárias e convenientes para que os contratos de construção e de prestação de serviços, bem como a aquisição de quaisquer bens, concernentes a execução do ' projeto amparado, sejam feitos a custo de mercado, levando-se em conta os fatores de qualidade, eficiência e outros pertinentes; VI - cumprir todas as disposições constantes da Resolução nº 507/77 de 18/05/77 da Diretoria do BNDE homologada em 30/06/77. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS WAYNE DO CARMO FARIA, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta Capital, CIC 000.273.911/91,acionista da Beneficiária Final, obrigou-se a manter sob a forma nominativa as ações representativas de sua participação no capital social votante da Beneficiária Final, correspondente a no mínimo, 51% desse Capital; IRFASA S/A - CONSTRUÇÕES, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, maior quotista da Interveniente, se obrigou na qualidade de Fiadora solidária do instrumento ora registrado. Ficou assegurado ao Credor o direito de declarar vencido o contrato ora registrado, na hipótese de inadimplemento pela Beneficiária Final das obrigações previstas no artigo 32, da "DISPOSIÇÕES" do BNDE, com relação àInterveniente. Ficou facultado ao Credor a seu exclusivo critétio, considerar vencido o contrato antecipadamente, ocorrendo ' qualquer das hipoteses seguintes: a) se a Beneficiária Final ou a Interveniente deixar de aplicar os recursos acima referidos; b) se houver a transferência do controle do capital votante (51% desse Capital),de modo direto ou indireto, para pessoa estrangeira física ou jurídica, nos termos do artigo 116 da Lei 6.404 de 15/12/1976. Para garantia do pagamento da dívida que resultar, inclusive juros, comissão de reserva de capital, pena convencional, correção monetária, custas, despesas e demais obrigações estipuladas no instrumento a Beneficiária Final, com a Interveniência-Anuência dos respectivos proprietários, deu ao Credor em quinta e especial hipoteca, livre e desembaraçado de qualquer ônus, inclusive fiscais, o imóvel objeto desta Matrícula. INTERVENIENTE GARANTE - IRFASA S/A - TURISMO, HOTEIS E MOTEIS, com sede nesta Capital, CGC 00.366.518/0001-10.- TÍTULO:- escritura pública de abertura de crédito com garantia hipotecária de 04/05/1978, lavrada às fls. 59v, do Livro 185, do 2º Ofício de Notas local.- CONDIÇÕES:- obrigaram-se as partes pelas demais cláusulas do título.-.-.-.-.-.- DOU FÉ.- Em, 17/05/1978.- O Escrevente,

AV.7/3951 - Certifico que, por escritura pública de aditivo ao empréstimo com garantia hipotecária de 22/05/1978, lavrada às fls. 42v, do Livro nº 308, do 2º Ofício de Notas local, o credor, a devedora e a interveniente garante acordaram em aditar a escritura de 27/09/1977 e objeto do R.4/3951, no que se refere ao seguinte: fica prorrogado pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data do respectivo vencimento, o pagamento da primeira parcela do

(CONTINUA NO VERSO)

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 17/09/2024 16:07:30 - 3bc2a72

matrícula - 3951 -   ficha - 4 - verso

(CONTINUAÇÃO DA AV.7)... empréstimo, no valor de US250.000,00 (duzentos e cinquenta mil dólares), previsto na cláusula segunda do empréstimo ora aditado, nas mesmas condições ali previstas. Fica ratificada em todos os demais termos e condições a escritura de empréstimo aditada através do título ora averbado, passando os dois instrumentos a formar um todo único e indivisível.-.

DOU FÉ.- Em, 08/06/1978.- O Escrevente,

AV.8/3951.-Certifico que, de acordo com Aditivo de 28/06/1978, a IRFASA S/A-CONSTRUÇÕES,INDÚSTRIA E COMÉRCIO, na qualidade de financiada e o BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S/A-BRB, como financiador, acordaram em retificar e ratificar, na forma abaixo, a Cédula de Crédito Industrial nº 77/084-BRB, de 14.12.77, registrada sob o nº R.5/3951, nesta Matrícula e sob o número 207, às fls.80, do Livro 3-Registros Auxiliares,deste Cartório, em 20.12.77, no valor de CR$23.000.000,00, com vencimento para 11/06/1978: -PRORROGAÇÃO DO VENCIMENTO:-Fica prorrogado por 150 dias o prazo do financiamento, a contar da data do instrumento ora averbado,passando o vencimento da Cédula ora aditada para 28/11/1978. ELEVAÇÃO DA TAXA DE JUROS:- Ficam os juros elevados para 36% ao ano, calculados sobre o saldo devedor e exigíveis no último dia útil de cada mês, no vencimento e na liquidação da Cédula.-ALTERAÇÃO DA TAXA DE RETENÇÃO:-Fica elevada para 50% a taxa de retenção sobre os faturamentos relativos ao contrato caucionado, previstos para o período de julho a novembro de 1978. RATIFICAÇÃO.-A Cédula em referência fica ratificada em todos os seus termos e condições não expressamente alterados pelo instrumento ora averbado, que àquela se integra formando um todo único e indivisível para todos os fins de direito.-.-.-.-.-.--.-.-.-.-.--.--.--.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.--.--.--.--.--.

DOU FÉ.-Em 03/07/1978.-O Escrevente,

AV.9/3951.-Certifico que, de acordo com Escritura Pública de Aditivo de 06/11/1978, lavrada às fls.90v., do Livro nº 343, do 2º Ofício de Notas Local, o BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S/A, com sede nesta Capital, CGC/MF-nº 00.000.208/0001-00, na qualidade de credor e a IRFASA S/A-CONSTRUÇÕES, INDUSTRIA E COMÉRCIO, com sede nesta Capital, CGC/MF-nº 00.023.150/0001-10, na qualidade de devedora, acordaram em aditar a escritura de Empréstimo com Garantia Hipotecária de 27.09.1977, objeto do R.4/3951(hipoteca 3º lugar), já aditada por escritura de aditamento de 22/05/1978 e objeto da Av.7/3951, conforme cláusulas seguintes: CLÁUSULA PRIMEIRA O valor das parcelas do emprestimo e o vencimento das mesmas, constantes da cláusula segunda da escritura original e da cláusula primeira do aditivo de 22.5.78, ficam alterados para os fixados no instrumento ora averbado, a saber: O emprestimo será liquidado em 2 parcelas, de valor em cruzeiros correspondente, em cada data de pagamento, a primeira a U$83.333,33 e a segunda a U$416.666,67, à taxa de venda da referida moeda, vigente nas datas dos respectivos vencimentos, assim, sempre respeitada a variação cambial, vencendo-se a primeira parcela dois dias úteis antes do último dia do 30º mês, a contar da data do crédito do emprestimo à conta corrente da Devedora, isto é 14.10.77, e a segunda dois dias úteis antes do último dia do 36º mês, igualmente a contar de 14.10.77, sendo a antecipação de 2 dias úteis, aqui indicada, entendida pelas partes contraentes como imprescindível para a efetivação, pelo Banco, de seus pagamentos, ao banco passados estrangeiro, nas datas devidas. CLÁUSULA SEGUNDA:- A A cláusula terceira da escritura primitiva passa a ter a seguinte redação:-A devedora pagará ao Banco, em cruzeiros, à taxa de renda do dólar dos Estados Unidos da América, vigente nos

(CONTINUA NA FICHA nº 5)-

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 17/09/2024 16:07:30 - 3bc2a72

matrícula -3951- ficha -5-

(CONTINUAÇÃO DA AV.9/3951-F1.4)...vigente nos dias em que forem exigíveis, respeitada, portanto a variação cambial, juros sobre o principal, devido em moeda estrangeira, da data do crédito, à sua conta-corrente até o pleno pagamento do emprestimo, pagáveis e exigíveis '' dois dias úteis antes do último dia de cada período sucessivo de seis meses, a contar da data do crédito do emprestimo à sua conta corrente, ou seja, 14.10.77,à taxa de 2-1/4% ao ano, taxa bruta, nos primeiros seis meses de vigência do emprestimo, concordando expressamente a Devedora que a cada novo período de seis meses, o Banco emprestador estrangeiro poderá optar entre a manutenção da referida taxa bruta ou a aplicação da taxa líquida de 2-1/8% ao ano todas essas taxas acima da "London Interbank Best Offering Rate" taxa LIBOR' de seis meses, reajustável pelas variações da taxa LIBOR de seis meses, sendo a antecipação de dois dias úteis, aqui indicada, entendida pelas partes contraentes, como imprescindível para a efetivação, pelo Banco de seus pagamentos ao Banco passador estrangeiro, nas datas devidas. CLÁUSULA TERCEIRA:- Fica modificada a redação da cláusula sexta da escritura original, passando a vigorar os seguintes dizeres: A Devedora pagará ao Banco, em cruzeiros, convertidos à taxa de venda do dólar dos Estados Unidos da América, vigente nas datas em que for exigível, respeitada portanto, a variação cambial a comissão de repasse de 4% ao ano, sobre o principal devido em moeda estrangeira, pagável semestral e antecipadamente, da data do crédito do emprestimo à conta-corrente da devedora até o pleno pagamento do mesmo, sendo que a primeira parcela será debitada no dia em que for efetuado o referido crédito e as demais nas datas de vencimento dos juros, estabelecidos na cláusula segunda no início já descrita. CLÁUSULA QUARTA:- As partes contratantes modificam a cláusula decima primeira da escritura original, a qual passa a ser expressa nos seguintes termos:- O pagamento de quaisquer obrigações da devedora, nascidas do instrumento ora averbado, sejam parcelas do principal,juros, comissões e outras quaisquer obrigações, será procedido pelo seu valor prescrito, responsabilizando-se a devedora pelo encargo de pagar todos e quaisquer tributos federais, estaduais e municipais incidentes ou que venham a incidir, de futuro, correndo por conta exclusiva da mesma quaisquer impostos, taxas de contribuições fiscais ou não, sobretaxas, encargos financeiros, imponíveis ou que venham a ser exigidos, porquanto está entendido e acordado entre as partes que a devedora deverá entregar e o Banco deverá receber os cruzeiros bastantes para a compra dos dólares dos Estados Unidos da América, necessários para a amortização e remuneração efetiva do emprestador estrangeiro e do Banco, sem qualquer redução, excentuando-se, exclusivamente a eventualidade em que o empregador estrangeiro opte pela manutenção da taxa bruta de juros de 2-1/4% ao ano, hipótese em que o mesmo absorverá o encargo relativo ao imposto de renda no percentual de 25%, ficando esclarecido que tal absorção abrange unicamente, dito imposto sobre as parcelas devidas a título de juros, exclusive,portanto, aqueles inerentes a comissões, sendo que o incentivo fiscal, correspondente nesta data a 85% sobre o valor do citado imposto, será repassado à Devedora concordando esta, desde já, caso haja alteração da legislação atual sobre o imposto de renda, aumentando o percentual de 25%,a diferença será paga pela devedora, e que, se o incentivo fiscal de 85% for reduzido, o repasse acima mencionado terá como valor o novo percentual estabelecido, ou se o citado incentivo fiscal for elevado,esse aumento beneficiará a devedora .-CLÁUSULA QUINTA:- Compareceu no ato da assinatura do instrumento ora averbado, como Interveniente Garante, a

(CONTINUA NO VERSO)-

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 17/09/2024 16:07:30 - 3bc2a72

matrícula -3951- ficha -5- verso

(CONTINUAÇÃO)...a IRFASA S/A-TURISMO, HOTÉIS E MOTEIS, com sede nesta Capital, CGC/MF-número 00.366.518/0001-43 a qual manifestou a sua plena concordância com os termos do presente aditivo e declarou expressamente que permanecem válidas as garantias reais por ela constituidas em favor do Banco, constantes da cláusula decima-segunda da escritura original. Ainda com referência às garantias, a devedora entregou ao Banco Carta assinada pelos Srs.Wayne do Carmo Faria, Antonio Moreno, Douglas Hecht, Eduardo Doglia Azambuja e José Nilson Ruas Guimarães e respectivas esposas, em que ratificam a fiança prestada em favor do Banco, conforme carta fiança datada de 28.09.77.-CLÁUSULA SEXTA:-Ficam ratificados todos os demais termos, e condições da escritura original e do aditivo de 22.05.78, constituindo tais instrumentos e o presente aditivo, um todo único e indivisível.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.-.
DOU FÉ.-Em 24/11/1978-O Escrevente,

AV.10/3951.-Certifico que, de acordo com Aditivo de 12/12/1978, a IRFASA S/A-CONSTRUÇÕES, INDUSTRIA E COMÉRCIO, CGC/MF-nº 00.023.150/0001-10 na qualidade Financiada; o BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S/A, CGC/MF-nº 00.000.208/0001-00, como Favorecido; IRFASA S/A-TURISMO HOTÉIS, CGC/MF-nº 00.366.518/001, como Intervenidante-Garante e WAYNE DO CARMO FARIA e SABEP-São Bento Empreendimentos e Participações S/A, na qualidades de avalistas, acordaram em retificar e ratificar, na forma abaixo, a Cédula de Crédito Industrial nº 77/084-BRB, de 14.12.77, objeto do R.5/3951, registrada às fls.80, sob o nº 207, no Livro 3, deste Cartório, do seguinte modo:PRORROGAÇÃO DO VENCIMENTO.-Fica prorrogado o vencimento da cédula de Crédito Industrial, ora aditada, por mais 179 dias, a contar da data do instrumento ora averbado, ou seja, para 09/06/1979; REDUÇÃO NO VALOR DO MÚTUO:-O valor do Mútuo fica reduzido para ' CR$15.000.000,00; ELEVAÇÃO DA TAXA DE JUROS:-Ficam os juros elevados para 3,5% ao mês, calculados sobre o saldo devedor e exigíveis no último dia útil de cada mês, no vencimento e na liquidação da Cédula; VINCULAÇÃO DE NOVOS CONTRATOS E CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS:-Ficam vinculados à CCI ora aditada os contratos nºs 31/78 e 32/78, firmados entre a financiada e a Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda., para execução, sob regime de empreitada por preço global, de conformidade com a resolução 378/76-C.A e caderno de especificações e encargos, cronograma físico-financeiro e das Licitações nºs 04/78 e 03/78 da construção de 1.378 casas residenciais nos seguintes endereços: 688 casas no Setor P; 308 casas na QNP-14 e 382 casas na QNP-18, no Setor Norte de Taguatinga-DF, bem como os cronogramas ' físico-financeiros, correspondentes aos Contratos acima vinculados, para os periodos de dezembro de 1978 a maio de 1979 e dezembro de 1978 a abril de 1979, respectivamente, mediante a retenção de 30% sobre os faturamentos relativos aos contratos caucionados, entregues ao Banco, os quais passaram a fazer parte integrante do instrumento ora averbado.-RATIFICAÇÃO:-A Cédula em referência fica ratificada em todos os seus termos e condições não expressamente alterados,pelo instrumento ora averbado, que aquele se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins de direito.Obrigou-se a financiada pelas demais condições do título.-.-.--.--.--.--.-.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.-.
DOU FÉ.-Em 14/12/1978.-O Escrevente,

Av.11/3951 - Certifico que, por escritura de 06/08/1979, lavrada às fls. 53v, do Livro 421, do 2º Ofício de Notas local, o credor Banco Regional de Brasília S/A, autorizou o cancelamento das hipotecas feitas em 1º, 2º, 3º , 4º e 5º lugares, objeto da Av.1, dos R.2, R.3 ,

(CONTINUA NA FICHA Nº 6)

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 17/09/2024 16:07:30 - 3bc2a72

(CONTINUAÇÃO DA AV.11/3951)... R.4, R.5, R.6 e das Av.7, Av.8, Av.9 e Av.10, todas desta Matrícula, para que não produzam mais nenhum efeito de direito.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-
DOU FÉ.- Em, 07/08/1979.- O Escrevente,

R.12/3951 - CREDOR:- BANCO DO BRASIL S/A, com sede nesta Capital, CGC 00.000.000/0452-9.-DEVEDORA:- IRFASA S/A - CONSTRUÇÕES, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, com sede nesta Capital, C.G.C/MF nº 00.023.150/0001-10.- INTERVENIENTE GARANTE:- IRFASA S/A - TURISMO, HOTÉIS E MOTÉIS, com sede nesta Capital, CGC 00.366.518/0001-69.- ÔNUS:- hipoteca em primeiro lugar e sem concorrência TÍTULO:- escritura pública de garantia hipotecária de 06/08/1979, lavrada às fls. 53v, do Livro 421, do 2º Ofício de Notas local.- VALOR:- CR$50.000.000,00, destinado a reforço de capital de giro da devedora, que ela poderá dispor dentro de 15 dias da data da escritura ora registrada de uma só vez ou em parcelas, à medida de suas necessidades. As quantias fornecidas pelo Credora à Devedora, e as despesas por ele efetuadas, serão escrituradas em conta gráfica representativa do saldo da operação. Sobre os saldos devedores dessa conta serão devidos juros e comissão, calculados à taxa unificada de 3% ao mês, exigíveis no último dia de cada trimestre civil, no vencimento e na liquidação da dívida, podendo ser capitalizados, a critério do Credor. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO:- as importâncias fornecidas pelo Credor à Devedora e as que lhe forem devidas a título de despesas, até o respectivo reembolso, estarão sujeitas à taxa de administração de 1% ao mês, contados sobre o saldo devedor do empréstimo e exigível juntamente com os juros e a comissão. Vencida por qualquer motivo a dívida e não paga, os juros, de 3% ao mês acima referidos, serão elevados de 1% ou da taxa máxima que vier a ser admitida pelo Conselho Monetário Nacional, a título de mora, de pleno direito, independentemente de citação judicial ou de qualquer outro procedimento. O contrato ora registrado se vencerá dentro de 60 dias, obrigando-se a devedora a pagar em 05 de outubro de 1979 todas as responsabilidades dele oriundas, compreendidos principal, comissão, juros, taxa de administração, outros acessórios e quaisquer despesas. Se o Credor tiver de recorrer aos meios judiciais ainda que em processo administrativo, para cobrança de seu crédito, a Devedora pagará mais 10% de multa sobre o que dever de principal, juros, comissão, taxa de administração, outros acessórios e despesas. Foi eleito o Foro desta Capital.- CONDIÇÕES:- obrigaram-se as partes pelas demais cláusulas do título.-.
DOU FÉ.- Em, 07/08/1979.- O Escrevente,

AV.13/3951.-Certifico que, por escritura de 05/09/1979, lavrada às fls.034v, do Livro nº 422,do 2º Ofício de Notas Local, o credor hipotecário autorizou o cancelamento da hipoteca objeto do R.12/3951 supra,para que a mesma não produza mais nenhum efeito de direito.-.-.-.
DOU FÉ.-Em 10/09/1979.-O Escrevente,

R.14/3951.-HIPOTECA:-CREDOR:-BANCO DO BRASIL S/A, com sede nesta Capital, CGC/MF-nº 00.000.000/0452-90.-DEVEDORA:-IRFASA S/A-CONSTRUÇÕES, INDUSTRIA E COMÉRCIO, com sede nesta Capital CGC/MF-nº 00.023.150/0001-10.-INTERVENITENTE GARANTE:-IRFASA S/A-TURISMO, HOTÉIS E MOTEIS, com sede nesta Capital, CGC/MF-nº 00.366.518/0001-69.-FIADORES E PRINCIPAIS PAGADORES:-WAYNE DO CARMO FARIA,industrial e sua mulher,ELENITA DA VALE FARIA, dolar, brasileiros, residentes e domiciliados nesta Capital,CIC-.000-273-911-91 e ANTONIO MORENO, industrial,CIC-nº 000.599.351-20 e sua mulher,CELME MARIA DE ARAUJO MORENO, professora, CIC-023.605.861-49,- brasileiros, residentes e domiciliados nesta Capital, os quais renunciaram aos favores pre-

(CONTINUA NO VERSO)-

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 17/09/2024 16:07:30 - 3bc2a72

matrícula -3951- | ficha -6- verso

(CONTINUAÇÃO)...previstos nos artigos 1503 do Código Civil e 262 do Código Comercial.-TÍTULO Escritura Pública de Repasse de Emprestimos com Garantia de Hipoteca e Fiança de 05/09/1979 lavrada às fls.034v, do Livro nº 422, do 2º Ofício de Notas Local.-ÔNUS:- Hipoteca em 1º lugar e sem concorrência.-VALOR:-O Banco repassou à Devedora a quantia de US$5.400.000,00(cinco milhões e quatrocentos mil dólares), entregando-lhe os fundos provenientes da conversão desta quantia, em moeda nacional, no total de CR$149.850.000,00(cento e quarenta e nove milhões, oitocentos e cinquenta mil cruzeiros), apurada pela aplicação da taxa cambial da compra vigente na data do instrumento ora registrado, de CR$27,775(vinte e sete cruzeiros e setecentos e setenta e cinco centavos).-COMISSÃO DE COMPROMISSO:-Sobre o valor em dólares americanos do Crédito deferido,a Devedora pagará a comissão de compromisso de 0,5% ao ano; nos primeiros trinta dias e 3% ao ano a partir do 31º dia, a contar da data da comunicação do deferimento, até a data da efetiva utilização do crédito ou da desistência, quando ocorrer. DESISTENCIA- A não utilização do crédito dentro do prazo de 30(trinta) dias a contar da data do instrumento ora registrado, significará desistência da Devedora, que facultará ao Banco cancelar o financiamento. TAXA DE JUROS:- Os juros são devidos à taxa de 13,5% ao ano, exigíveis em 30(trinta) de junho e 31(trinta e um) de dezembro, no vencimento e na liquidação da dívida, podendo ser capitalizados. A taxa de juros poderá ser reajustada trimestralmente, em 1º de janeiro, 1º de abril, 1º de julho e 1º de outubro de cada ano, a critério do Banco, com base no custo para o Banco da captação de dinheiro no mercado financeiro internacional, ficando, porém desde já estabelecido que o "spread"(sobretaxa líquida), não excederá a 3 (três)pontos(3%). A vigência da nova taxa será informada pelo Banco através de carta sob registro postal. Ficou ainda estabelecido que o imposto de Renda correrá por conta do Banco. Além dos juros acima contratados a devedora pagará a taxa de procuradoria de 0,5% sobre o valor dos direitos creditórios caucionados, cujo recebimento for efetivado pelo Banco, a qual será exigível juntamente com os juros. PENA CONVENCIONAL:-10% do que a Devedora lhe dever de principal, juros, correção monetária, acessórios e despesas.-O principal da dívida que resultar do contrato ora registrado, será pago dentro de 02 anos, da data do instrumento, em cruzeiros, convertidos em dólares-americanos, segundo a taxa de venda de câmbio do dia do vencimento, em uma única prestação, obrigando-se a devedora a liquidar simultâneamente todas as responsabilidades pecuniárias decorrentes do contrato ora registrado.RISCO DE CÂMBIO:- O saldo devedor sofrerá reajuste, facultado pela Resolução nº 63, do Banco Central do Brasil, em proporção correspondente à variação da taxa cambial de venda. Assim, sempre que ocorrer qualquer alteração na taxa de câmbio do dólar-americano, o saldo devedor, em moeda nacional, será reajustado, a fim de manter-se paridade com essa moeda estrangeira. CONDIÇÕES:-Obrigaram-se as partes pelas demais cláusulas e condições do título ora registrado.-.-.-.-.-.-.-.-.-. DOU FÉ.-Em 10/09/1979.-O Escrevente, [signature]

Av.15/3951.- Certifico que, de acordo com Petição de 06.03.1981, acompanhada de alteração contratual de 09.05.1979, devidamente arquivada na Junta Comercial do Distrito Federal sob o nº 8839, em 28.08.1970, a proprietária do imóvel objeto desta Matrícula, teve a sua Razão Social alterada para IRFATUR - TURISMO E HOTELARIA S/A, com sede nesta Capital,CGC.00.366. 518/0001-43.-.----------.----------.----------.----------.----------.----------.----------.----------.

DOU FÉ.- Em, 28.04.1981.- Técnico Judiciário, [signature]

(CONTINUA NA FICHA nº 7)...

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 17/09/2024 16:07:30 - 3bc2a72

Cartório do 2.º Ofício do Registro de Imóveis
Brasília — Distrito Federal

LIVRO 2 — REGISTRO GERAL

matrícula -3951- ficha -7-

ficha -7-
matrícula -3951-

R.16/3951-HIPOTECA:- CREDOR:- BANCO DO BRASIL S/A, com sede nesta Capital, CGC/MF-nº 00000.000/0452-92.-DEVEDORA:-IRFASA S/A-CONSTRUÇÕES, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, com sede nesta Capital, CGC/MF-nº 00.023.150/0001-10.-INTERVENIENTE GARANTE:- IRFATUR-TURISMO E HOTELARIA S/A, com sede nesta Capital, CGC/MF-nº 00.366.518/0001-43.-FIADORES E PRINCIPAIS PAGADORES:-WAYNE DO CARMO FARIA, industrial e sua mulher, ELENITA DA VALE FARIA, do lar, brasileiros, residentes e domiciliados nesta Capital, CIC-000.273.911-91 e ANTONIO MORENO, industrial, CIC-número 000.599.351-20 e sua mulher, CELME MARIA DE ARAUJO MORENO, professora, CIC-023.605.861-49 brasileiros, residentes e domiciliados nesta Capital, os quais renunciaram aos favores previstos nos artigos 1503 do Código Civil e 262 do Código Comercial.TÍTULO.- Escritura Pública de Repasse de Emprestimo com Garantia de Hipoteca e Fiança de 10/02/1982, lavrada às fls. 46, do Livro nº 668, do 2º Ofício de Notas Local.ÔNUS:- Hipoteca em 2º grau e sem concorrência.-VALOR:-O Banco repassou à Devedora a quantia de US$8,616,000.00(oito milhões seiscentos e dezesseis mil dólares), no total de CR$1.172.379.120,00(hum bilhão, cento e setenta e dois milhões, trezentos e setenta e nove mil e cento e vinte cruzeiros), apurados pela aplicação da taxa de cambio de compra de CR$136,07, vigentes em 09.02.1982.A quantia ora repassada destina-se à liquidação do financiamento obtido pela devedora para reforço de giro, a saber: EIC-79/00.081-7, de US$5,400,000.00, contratado por escritura lavrada às fls.034-vº, do Livro nº 422, do 2º Ofício de Notas Local, em 05.09.79, vencido em 04.09.81. JUROS:-24,5% ao ano, exigíveis em 30 de junho e 31 de dezembro, no vencimento e na liquidação da dívida, podendo ser capitalizados.-A taxa de juros poderá ser reajustada trimestralmente, em 1º de janeiro; 1º de abril; 1º de Julho e 1º de outubro de cada ano, a critério do Banco, com base no custo para o Banco da captação de dinheiro no mercado financeiro internacional, ficando, porém, estabelecido que a "spread"(sobretaxa líquida) não poderá exceder de 3 ponto(3%). O principal da dívida que resultar do contrato ora registrado será pago em cruzeiros conversíveis em dólares dos Estados Unidos segundo a taxa de venda de câmbio do dia do vencimento ou da efetivação do pagamento, em 04 prestações, a saber: em 09.08.1983-US$2,154,000.00;Em 09.02.1984-US$2,154,000.00; em 09.08.1984-US$2,154,000.00 e, em 09.02.1985-US$2,154,000.00. PENA CONVENCIONAL:-10% do que a Devedora lhe dever de principal, juros, correção monetária, acessórios e despesas.CONDIÇÕES:- Obrigaram-se as partes pelas demais cláusulas e condições do título.---.--.--.---.--.--.--.--.--.-.--.--.-.-.--.--.-.--.--.--.--.--.--.--.--.--.-
DOU FÉ.-Em 25/02/1982.-Técnico Judiciário,

R.17/3951 - De acordo com Certidão expedida em 29/11/96, pela Diretora de Secretaria da 2ª Vara Cível, da Circunscrição Judiciária de Brasília-DF, extraída dos Autos do Processo nº 26.404/95, da Ação de Execução de Sentença, proposta pelo BANCO DO BRASIL S/A, com sede nesta Capital, CGC/MF nº 00.000.000/0452-91 contra IRFASA S/A - CONSTRUÇÕES, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, com sede nesta Capital, CGC/MF nº 00.023.150/0001-10, o imóvel objeto desta Matrícula foi PENHORADO, para cobrança da dívida no valor de R$118.944.768,66. A penhora foi efetuada por determinação do Dr. Fernando A. Habibe Pereira, MM. Juíz de Direito da referida Vara, tendo o imóvel ficado em mãos de Pedro Pinheiro Costa, Depositário Público Substituto. OBS: Os demais requisitos exigidos pelo art.239, da Lei 6015/73, não constaram da ordem judicial
DOU FÉ. Em, 13/01/1997. Escrevente,

(continua no verso)

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 17/09/2024 16:07:30 - 3bc2a72

matrícula -3951- | ficha -7- verso

R.18/3951 - De acordo com Mandado de Penhora, Avaliação, Intimação e Registro datado de 11.06.1997, expedido pelo Diretor de Secretaria da Oitava Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, acompanhado de Auto de Penhora, de 24.06.1997, extraídos dos autos da Ação de Execução Fiscal, Processo nº 58.422/95, movida pela FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, contra IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S/A, com sede nesta Capital, o imóvel desta Matrícula, foi PENHORADO, para cobrança da dívida no valor de R$44.215,90.-A Penhora foi efetuada por determinação do Dr. Aiston Henrique de Sousa, MM. Juíz de Direito da referida Vara, ficando o bem em mãos do Depositário Público.-Obs:- Os demais requisitos exigidos pelo Artigo 239, da Lei 6.015/73, não constaram da ordem judicial.----------
DOU FÉ.-Em, 23.07.97.-Escrevente,

R.19/3951 - De acordo com Mandado de Penhora, Avaliação e Registro de 14.08.1997, expedido pelo Diretor de Secretaria da 4a Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, acompanhado de Auto de Penhora e Depósito de 09.10.1997, extraídos dos autos do Processo nº 2.149/97, movido pela FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, contra IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S/A, o imóvel desta Matrícula foi PENHORADO, para garantia da dívida no valor de R$53.848,76.-A Penhora foi efetuada por determinação da Dra. Adelith Castro de Carvalho Lopes, MMa. Juíza de Direito da 4a Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, ficando o bem em mãos do Depositário Público, Antonio Hamilton Rodrigues de Lima.- Obs:- Os demais requisitos exigidos pelo Artigo 239, da Lei 6.015/73, não constaram da ordem judicial.----------
DOU FÉ.-Em, 09.12.97.-Escrevente,

R.20/3951 - De acordo com Mandado de Penhora e Avaliação datado de 01.10.1997, expedido pela Diretora de Secretaria da 18a Vara Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal, acompanhado de Auto de Avaliação e Penhora de 03.11.1997, extraídos da Ação de Execução Fiscal, Processo nº 1997.34.00.019952-5, movida pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS, contra IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S/A., com endereço nesta Capital, o imóvel desta Matrícula, foi PENHORADO, por determinação da Dra. Maria de Fátima de Paula Pessoa Costa, MMa. Juíza Federal da citada Vara, ficando o bem em mãos do Depositário, Wayne do Carmo Farias.-Obs:Os demais requisitos exigidos pelo Artigo 239, da Lei 6.015/73, não constaram da ordem judicial.-
DOU FÉ.-Em, 16.03.98.-Escrevente,

VID
Av.:

Av.21/3951 - De acordo com a parte final do parágrafo 1º, do Artigo 213, da Lei 6.015/73, fica aditado o R.20/3951, para consignar que o imóvel objeto desta Matrícula foi Penhorado, para cobrança da dívida no valor de R$969.162,17.- Ficam ratificados os demais termos do citado R.20/3951.----------
DOU FÉ.-Em, 16.03.98.-Escrevente,

R.22/3951 - De acordo com Mandado de Citação, Penhora e Avaliação de 09.03.1998, expedido pela Diretora de Secretaria da 11a Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, acompanhado de Auto de Penhora de 11.08.1998 e, de Certidão de 28.04.98, extraídos dos autos da Ação de Execução Fiscal nº 98.1750-2, movida pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, contra IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S/A, com endereço nesta Capital, o imóvel desta Matrícula foi PENHORADO, para cobrança da dívida no valor de R$555.686,43.- A Penhora foi efetuada por determinação do Dr. Hamilton de Sá Dantas, MM. Juíz Federal da citada Vara, ficando o bem em mãos de Wayne do Carmo Faria, C.I. 098 965/SEP/DF.-Obs:- Os demais requisitos exigidos pe-

(continua na ficha 08)

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 17/09/2024 16:07:30 - 3bc2a72

2.º Ofício do Registro de Imóveis
Brasília — Distrito Federal

LIVRO 2 — REGISTRO GERAL

matrícula -3951- | ficha -8-

(CONTINUAÇÃO DO R.22/3951, da ficha 07v?)....lo Artigo 239, da Lei 6.015/73, não constaram da ordem judicial.----------

DOU FÉ.-Em, 21.09.98.-Escrevente,

R.23/3951 - De acordo com Mandado de Penhora e Avaliação nº 481/99, datado de 16/06/99, expedido pelo Diretor de Secretaria da 18ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, acompanhado de Auto de Avaliação e Penhora datado de 08/07/99, extraídos dos Autos do Processo nº 99.11956-3 - Execução Fiscal - Classe 3100, movido pela UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL) contra IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S/A, CGC/MF nº 00.366.518/0001-43, o imóvel objeto desta Matrícula foi PENHORADO, para cobrança da dívida no valor de R$100.047,37. A penhora foi efetuada por determinação do Dr. José Pires da Cunha, MM. Juiz Federal Substituto da referida Vara. OBS: Os demais requisitos exigidos pelo Artigo 239, da Lei 6015/73, não constaram da ordem judicial.----------

DOU FÉ. Em, 02/08/1999. Escrevente,

R.24/3951 - De acordo com Mandado de Citação, Penhora e Avaliação datado de 30/08/99, expedido pelo Diretor de Secretaria da 11ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, acompanhado de Auto de Penhora datado de 26/11/99, extraídos dos Autos do Processo nº 99.025110-1 - Execução Fiscal - Classe 03100, movido pela UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL) contra IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S/A, com sede nesta Capital, o imóvel objeto desta Matrícula, foi PENHORADO, para cobrança da dívida no valor de R$34.283,28. A penhora foi efetuada por determinação do Dr. Hamilton de Sá Dantas, MM. Juíz Federal da referida Vara. OBS Os demais requisitos exigidos pelo Artigo 239, da Lei 6015/73, não constaram da ordem judicial.----------

DOU FÉ. Em, 07/01/2000. Escrevente,

R.25/3951 - De acordo com Mandado de Citação, Penhora e Avaliação nº 1291, de 09/11/2000, expedido pela Drª Naiana Borges Carapeba, MMª Juíza da 1ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, acompanhado de Auto de Penhora e Avaliação, datado de 27/11/2000, extraídos dos Autos do Processo nº 01ª Vara do Trabalho de Brasília-DF 122/00, movido por JOSÉ BERNARDINO DOS SANTOS contra IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S/A - HOTEL ARACOARA, com sede nesta Capital, o imóvel objeto desta Matrícula foi PENHORADO, para cobrança da dívida no valor de R$11.500,00. A penhora foi efetuada por determinação da Drª Naiana Borges Carapeba, MMª Juiza do Trabalho da referida Vara. OBS: Os demais requisitos exigidos pelo Artigo 239, da Lei 6.015/73, não constaram da ordem judicial.----------

DOU FÉ. Em, 07/02/2001. Escrevente,

R.26/3951 - De acordo com Mandado de Intimação nº 965/01, de 31.07.2001, expedido pelo Dr. Augusto César Alves de Souza Barreto, MM. Juíz Titular da 9ª Vara do Trabalho de Brasília,DF, acompanhado de Despacho datado de 23.07.2001, do referido Juíz de Direito; de Auto de Penhora e Avaliação de 11.07.2001 e, de Auto de Depósito de 21.08.2001, extraídos dos autos do Processo nº 9043/00, movido por JOSE CARLOS VIANA(oriunda da 4ª Vara do Trabalho de Florianópolis,SC), contra IRFATUR-TURISMO E HOTELARIA S/A(HOTEL ARAUCÁRIA), com endereço nesta Capital, o imóvel desta Matrícula foi **PENHORADO**, para garantia da dívida no valor de R$1.170,00.- A Penhora foi efetuada por determinação do Dr. Augusto César Alves de Souza Barreto,

(CONTINUA NO VERSO)

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 17/09/2024 16:07:30 - 3bc2a72

matrícula 3.951 | ficha 08 verso

MM. Juíz Titular da citada vara, ficando o bem em poder da depositária, Maria Gomes Otsuki, brasileira, casada, CIC 057.201.501-10, residente nesta Capital.- OBS: Os demais requisitos exigidos pelo Artigo 239, da Lei 6.015/73, não constaram da ordem judicial.----------
DOU FÉ.-Em, 19.09.2001.- Escrevente.

R.27/3951 - De acordo com Ofícios n°s 13.2.076/00, de 28.11.2000 e n° 13.1490/01, de 17.10.2001, expedidos pelo Diretor de Secretaria da 13ª Vara do Trabalho de Brasília,DF, acompanhado de Auto de Penhora e Avaliação de 24.11.2000, extraídos dos autos do Processo 13.0900/00, movido por RAIMUNDO NONATO ALVES DE SOUZA, brasileiro, casado, torneiro mecânico, CI. n° 1.244.873/SSP/DF, residente e domiciliado nesta Capital, contra URBRÁS URBANIZAÇÃO E PREMOLDADOS LTDA; IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S/A(HOTEL ARACOARA); IRFASA S/A - CONSTRUÇÕES INDUSTRIA E COMÉRCIO e SARANÃ AGROPECUÁRIA SÃO BENTO DO PARANÁ LTDA.,o imóvel desta Matrícula foi PENHORADO, para cobrança da dívida no valor de R$42.000,00, por determinação do MM. Juíz daquela Vara.- OBS: Os demais requisitos exigidos pelo Artigo 239, da Lei 6.015/73, não constaram da ordem judicial.--------
DOU FÉ.- Em, 09.11.2001.- Escrevente.

Certifico que, tendo em vista a implementação do novo sistema de computação necessário à organização e execução dos serviços, fica **ENCERRADA** a presente ficha, ao abrigo do artigo nº 41 da Lei nº 8.935, de 18/11/1994, sendo nesta data aberta a ficha nº 09.----------
DOU FÉ. Brasília,DF, em 22/01/2002. O F I C I A L,

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 17/09/2024 16:07:30 - 3bc2a72

2.º Ofício do Registro de Imóveis

Brasília — Distrito Federal

LIVRO 2 — REGISTRO GERAL

matrícula 3.951 | ficha 09

ficha - 9 -

matrícula - 3951 -

R.28/3951 - De acordo com Mandado de Citação, Penhora e Avaliação nº 427/01, de 30.05.2001, de Mandado de Averbação nº 1498/01, datado de 13/12/2001, expedidos, respectivamente, pelos Doutores Erasmo Messias de Moura Fé e Luiz Henrique Marques da Rocha, MMs. Juízes do Trabalho da 6ª Vara do Trabalho de Brasília,DF, acompanhado de Auto de Penhora e Avaliação de 23.07.2001, extraídos dos autos do Processo nº 409/2000, movido por VALTER PEREIRA DE CARVALHO, contra IRFATUR-TURISMO E HOTELARIA S/A(HOTEL ARACOARA)e outras, o imóvel desta Matrícula foi **PENHORADO**, para garantia da dívida no valor de R$17.757,45.- A Penhora foi efetuada por determinação do Dr.Erasmo Messias de Moura Fé, MM. Juíz do Trabalho da citada Vara. Foi nomeado fiel depositário WAYNE DO CARMO FARIA, Diretor Presidente da executada. OBS: Os demais requisitos exigidos pelo Artigo 239, da Lei 6.015/73, não constaram da ordem judicial.----------
DOU FÉ.-Em, 22/01/2002. Escrevente,

Av.29/3951 - De acordo com Ofício nº 609, de 20.02.2004, expedido pela Diretora de Secretaria da Quarta Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, acompanhado de Certidão datada de 21.03.2003, e, por ordem do Dr. Vitor Feltrim Barbosa, MM. Juíz de Direito daquela Vara, fica CANCELADA a Penhora, objeto do R.19/3951.----------
DOU FÉ.- Em, 16.07.2004.- Escrevente,

Av.30/3951 - De acordo com Ofício nº 130/2006, datado de 23/02/2006, expedido pelo Juízo de Direito da 1ªVara do Trabalho de Brasília, DF, fica CANCELADA a Penhora, objeto do R.25/3951.----------
DOU FÉ. Em, 13/03/2006. Escrevente,

R.31/3951 - De acordo com Mandado de Penhora, de 14/07/2008, expedido pelo Juízo de Direito da 19ª Vara Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, acompanhado de Auto de Penhora de 05/08/2008, extraídos dos autos da Ação de Execução Fiscal, Processo nº 2005.34.00.006881-1, movido pela UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL), contra IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S/A, CNPJ/MF nº 00.366.518/0001-43, o imóvel desta Matrícula foi **PENHORADO**, conforme determinação daquele Juízo Federal, para garantia da execução cujo débito exeqüendo até a data de 17/01/2008, importa no valor de R$2.339.117,00, a ser atualizado na data de sua quitação. OBS: Os demais requisitos exigidos pelo Artigo 239, da Lei 6.015/73, não constaram da ordem judicial.----------
DOU FÉ. Em, 05/09/2008. Escrevente,

R.32/3951 - PENHORA - De acordo com Ofício nº 118/2013, de 05.03.2013, acompanhado de Despacho de 05.03.2013; de Auto de Penhora de 05.08.2008; de Certidão de 28.08.2008; de Mandado de Intimação de 30.06.2010, de de Certidão de 13.08.2010, expedidos pelo Juízo Federal da 19ª Vara - Seção Judiciária do Distrito Federal, extraídos dos autos da Ação de Execução Fiscal, Processo nº 2005.34.00.006881-1 (6880-52.2005.4.01.3400), movida pela UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL), em desfavor de IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S/A, o imóvel desta Matrícula foi **PENHORADO**, em face da dívida no valor de R$2.339.117,00. A Penhora foi efetuada por determinação do Dr. RICARDO GONÇALVES DA ROCHA CASTRO, MM. Juiz Federal da citada Vara. Os demais requisitos exigidos pelo Artigo 239, da Lei 6.015/73, não constaram da ordem judicial.----------
DOU FÉ. Em, 26/03/2013. Escrevente,

Av.33/3951 - INDISPONIBILIDADE - Pela Ordem de Indisponibilidade protocolada em 28/06/2018, sob o número 201806.2815.00541870-IA-530, na Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB, foi decretada a INDISPONIBILIDADE de bens em nome de IRFASA S/A CONSTRUÇÕES INDUSTRIA E COMERCIO, CNPJ/MF nº 00.023.150/0001-10, nos autos do processo 01398009819985100102, da 2ª Vara do Trabalho de Taguatinga, DF, tornando INDISPONÍVEL o imóvel desta Matricula.----------

(CONTINUA NO VERSO)

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 17/09/2024 16:07:30 - 3bc2a72

matrícula 3.951 | ficha 09 verso

DOU FÉ. Em, 05/07/2018. Escrevente.

Av.34/3951 - CANCELAMENTO DE INDISPONIBILIDADE - De acordo com Ordem de Cancelamento de Indisponibilidade protocolada em 03/06/2020, sob o número 202006.0308.01167773-TA-580, na Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB, fica CANCELADA a indisponibilidade, objeto da Av.33/3951.----

DOU FÉ. Em, 11/04/2022. Escrevente,

Av.35/3951 - CANCELAMENTO DE PENHORA - De acordo com Despacho com força de Ofício, de 01/04/2022, proferido pela Drª Adriana Zveiter, MMª Juíza do Trabalho Substituto, da 6ª Vara do Trabalho de Brasília, DF, nos autos do processo nº 0040900-09.2000.5.10.0006, fica CANCELADA a Penhora, objeto do R.28/3951.----------

DOU FÉ. Em, 20/04/2022. Escrevente,

Av.36/3951 - CANCELAMENTO DE PENHORA - De acordo com Despacho com Força de Ofício, de 18/04/2022, expedido pelo Dr. Marcos Ulhoa Dani, MM. Juiz do Trabalho da 13ª Vara do Trabalho de Brasília, DF, fica CANCELADA a Penhora, objeto do R.27/3951.----------

DOU FÉ. Em, 05/05/2022. Escrevente,

Av.37/3951 - CANCELAMENTO DE PENHORA - De acordo com Ofício nº 1299, de 11/05/2022, expedido pelo Juízo de Direito da Oitava Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, fica CANCELADA a Penhora, objeto do R.18/3951, nos termos da Sentença de 28/05/2003, exarada pelo Dr. Max Abrahão Alves de Souza, MM. Juiz de Direito Substituto da referida Vara, nos autos da Ação de Execução Fiscal, processo nº 58422/95.----------

DOU FÉ. Em, 15/06/2022. Escrevente,

Av.38/3951 - CANCELAMENTO DE PENHORA - De acordo com Ofício nº 10037, de 20/06/2022, expedido pelo Juízo da 7ª Vara do Trabalho de Florianópolis, SC, extraído dos autos do Processo nº AT 07164-1998-037-12-00-1, fica CANCELADA a Penhora, objeto do R.26/3951.----------

DOU FÉ. Em, 05/07/2022. Escrevente,

R.39/3951 - PENHORA - De acordo com Termo de Penhora assinado eletronicamente em 06/07/2022, expedido pelo Juízo de Direito da 4ª Vara Cível de Brasília, DF, extraído dos autos da Ação de Cumprimento de Sentença, Processo número 0711036-91.2021.8.07.0001, movida por M.M DISTRIBUIDORA HORTIFRUTI LTDA EPP, CNPJ/MF nº 16.874.910/0001-33, em desfavor de IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S/A, CNPJ/MF nº 00.366.518/0001-43, o imóvel desta Matrícula foi PENHORADO, para garantia do pagamento da dívida no valor de R$18.250.57. A Penhora foi efetuada por determinação do Dr. Giordano Resende Costa, MM. Juiz de Direito da referida Vara, ficando o bem em poder da executada, na qualidade de Fiel Depositária. OBS: Os demais requisitos exigidos pelo Artigo 239, da Lei nº 6.015/1973, não constaram da ordem judicial.----------

DOU FÉ. Em, 03/08/2022. Escrevente,

Av.40/3951 - INDISPONIBILIDADE - Pela Ordem de Indisponibilidade protocolada em 02/02/2022, sob o número 202202.0210.01992072-IA-300, na Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB, foi decretada a INDISPONIBILIDADE de bens em nome de IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S/A, CNPJ/MF nº 00.366.518/0001-43, nos autos do processo 00036002519995070008, da 8ª Vara do Trabalho de Fortaleza, CE, tornando INDISPONÍVEL o imóvel desta Matricula.----------

DOU FÉ. Em, 11/08/2022. Escrevente,

Av.41/3951 - INDISPONIBILIDADE - Pela Ordem de Indisponibilidade protocolada em 09/10/2023, sob o número 202310.0914.02974885-IA-570, na Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB, foi decretada a INDISPONIBILIDADE de bens e direitos em nome de IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S/A, CNPJ/MF nº 00.366.518/0001-43, nos autos do processo 07518908220218070016, da 2ª Vara de Execução Fiscal do DF.----------

(CONTINUA NA FICHA 10)

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 17/09/2024 16:07:30 - 3bc2a72

2º. Ofício do Registro de Imóveis
Brasília - Distrito Federal

LIVRO 2 - REGISTRO GERAL

matrícula 3.951 | ficha 10

DOU FÉ. Em, 11/10/2023. Escreventes.

R.42/3951 - PENHORA - De acordo com Certidão de 23/08/2024, expedida pelo Tribunal Regional do Trabalho 10ª Região, extraída dos Autos do Processo nº 0085100-81.1998.5.10.0003, movido por JOSE DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS, CPF/MF nº 418.727.895-87, contra IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S/A, CNPJ/MF nº 00.366.518/0001-43, o imóvel desta Matrícula foi PENHORADO, para garantia do pagamento da dívida no valor de R$1.605.789,44, ficando o bem em poder de ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA, na qualidade de Fiel Depositária. OBS: Os demais requisitos exigidos pelo Artigo 239 da Lei 6.015/1973, não constaram da ordem judicial.----------

DOU FÉ. Em, 10/09/2024. Escreventes.

ficha 10

matrícula 3.951

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 17/09/2024 16:07:30 - 3bc2a72
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24091716072388500000042887242?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24091716072388500000042887242

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo
Código de rastreabilidade: 507202424267824
Nome original: 0003600-25.1999.5.07.0008 - Despacho ID.d185e9b e Planilha ID.cca2866.
pdf
Data: 30/09/2024 14:28:01
Remetente:
Clarisse Vasconcelos Cordeiro
08ª Vara do Trabalho de Fortaleza
Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região
Documento: não assinado.
Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para conhecimento.
Assunto: Despacho de ID.d185e9b do PROCESSO Nº 0003600-25.1999.5.07.0008: solicita reserva de crédito nos autos do PROCESSO PILOTO Nº 0085100-81.1998.5.10.0003.

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/09/2024 17:20:41 - aeeafd3

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
8ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA
ATOrd 0003600-25.1999.5.07.0008
RECLAMANTE: REGIVAL LOPES FERREIRA
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA E OUTROS (4)

DESPACHO

Diante do teor do expediente da 3ª Vara do Trabalho de Brasília-DF de #id:f56d183, atualize-se, **com urgência,** o crédito exequendo.

Em seguida, oficie-se ao Juízo da 2ª Vara da Fazenda Pública do DF solicitando reserva de crédito nos autos do processo: **0002537-34.1999.8.07.0001**, que tem como parte requerida à empresa URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA (CNPJ: 00.474.841/0001-30), até o limite deste crédito trabalhista (anexar planilha de cálculo atualizada), depositando o montante em conta judicial do Banco do Brasil (Ag.0008) ou da Caixa Econômica Federal (Ag.2015) vinculada a esta reclamatória e à disposição deste Juízo.

Paralelamente, oficie-se, também, à SECRETARIA DE EXECUÇÕES ESPECIAIS E PESQUISA PATRIMONIAL do TRT10, conforme determinado no despacho de Id 48d0fdd, solicitando reserva de crédito nos autos do processo piloto: **0085100-81.1998.5.10.0003**, até o limite deste débito (anexar planilha atualizada).

No tocante a manifestação dos executados de Id 6050232, no qual postulam a expropriação do veículo Fiat Doblo Attractive 1.4, placa JIY4383, que se encontra sob custódia do Departamento de Trânsito do Distrito Federal (DETRAN/DF), **indefiro**, tendo em vista que o referido bem não está penhorado neste feito, bem como, o reclamante não aceitou a indicação do veículo, ao argumento, em suma, de que não houve observância da gradação legal e que o veículo em questão encontra-se totalmente danificado #id:f0caff6.

Assim, determino o cancelamento imediato da restrição imposta por este juízo no veículo de placa JIY4383, em relação a presente ação, via RENAJUD.

Após, fiquem os autos na tarefa de sobrestamento aguardando o efeito da reserva de crédito supra.

FORTALEZA/CE, 30 de setembro de 2024.

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/09/2024 17:20:41 - aeeafd3

KONRAD SARAIVA MOTA
Juiz do Trabalho Titular

Fls.: 976

Assinado eletronicamente por: KONRAD SARAIVA MOTA - Juntado em: 30/09/2024 10:53:59 - d185e9b

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/09/2024 17:20:41 - aeeafd3

https://pje.trt7.jus.br/pjekz/validacao/24092609373256800000039888151?instancia=1
Número do processo: 0003600-25.1999.5.07.0008
Número do documento: 24092609373256800000039888151

PJe-Calc
Sistema de Cálculos Trabalhistas

Processo: 0003600-25.1999.5.07.0008
Cálculo: 95116

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante **REGIVAL LOPES FERREIRA**
Reclamado: **URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA**
Período do Cálculo: **11/01/1999 a 18/10/2001** Data Ajuizamento: **11/01/1999** Data Liquidação: **30/09/2024**

Resumo da Atualização do Cálculo

Descrição do Saldo Devedor por Credor	Valor
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	75.267,45
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE SALÁRIOS DEVIDOS	16.611,19
CUSTAS JUDICIAIS DEVIDAS PELO RECLAMADO	624,87
Total Devido Pelo Reclamado	**92.503,51**

Eventos ocorridos: Pagamento em 16/03/2021 no valor de R$ 24.867,42; Pagamento em 05/11/2021 no valor de R$ 3.246,04.

MAISPJE: ATUALIZAÇÃO RÁPIDA

Critério da Atualização e Fundamentação Legal

1. Valores corrigidos pelo índice 'Tabela JT Diária', acumulado a partir do mês subsequente ao vencimento, conforme súmula nº 381 do TST. Última taxa 'Tabela JT Diária' relativa a 30/09/2024.
2. Contribuições sociais sobre salários devidos com juros de mora à taxa SELIC e multa de mora a partir do dia dois do mês seguinte ao da liquidação, ocorrida em 18/10/2001 (art. 276, caput, do Decreto nº 3.048/1999).
3. Juros simples de 1% a.m., pro rata die, a partir de 11/01/1999 (Art. 39 da Lei nº 8177/91).
4. Juros de mora sobre verbas apurados antes da dedução da contribuição social devida pelo reclamante.

PJe Assinado eletronicamente por: YONE ASSUNCAO DE MEDEIROS - Juntado em: 30/09/2024 10:56:44 - cca2866

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/09/2024 17:20:41 - aeeafd3

Processo: 0003600-25.1999.5.07.0008
Cálculo: 95116

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante **REGIVAL LOPES FERREIRA**
Reclamado: **URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA**
Período do Cálculo: **11/01/1999 a 18/10/2001** Data Ajuizamento: **11/01/1999** Data Liquidação: **30/09/2024**

Demonstrativo da Atualização do Cálculo

Atualização do Cálculo (Folha/ID não informado) até 16/03/2021, data do(s) evento(s) Pagamento (LEVANTAMENTO DE VALORES (ID. 014C5CE).

Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Principal Corrigido	-	-	25.722,45	1,000000000	25.722,45	6.791,38	18.931,07
Juros de Mora até 29/06/2020	-	-	66.264,07	1,000000000	66.264,07	17.495,41	48.768,66
Juros de Mora de 30/06/2020 até 16/03/2021	25.722,45	8,5495%	-	-	2.199,14	580,63	1.618,51
Total Parcial					**94.185,66**	**24.867,42**	**69.318,24**

Descontar dos Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Desconto da Contribuição Social	-	-	1.480,22	1,000000000	1.480,22	0,00	1.480,22
Total Parcial					**1.480,22**	**0,00**	**1.480,22**

Outros Débitos do Reclamado	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Contribuição Social sobre Salários Devidos	-	-	-	-	13.577,85	0,00	13.577,85
Custas Judiciais devidas pelo Reclamado	-	-	-	-	600,50	0,00	600,50
Total Parcial					**14.178,35**	**0,00**	**14.178,35**

Atualização do Cálculo (Folha/ID não informado) até 05/11/2021, data do(s) evento(s) Pagamento (LEVANTAMENTO DE ID. 3FDBCB1).

PJe Assinado eletronicamente por: YONE ASSUNCAO DE MEDEIROS - Juntado em: 30/09/2024 10:56:44 - cca2866

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/09/2024 17:20:41 - aeeafd3

Fls.: 981

Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Principal Corrigido	-	-	18.931,07	1,000000000	18.931,07	868,36	18.062,71
Juros de Mora até 16/03/2021	-	-	50.387,17	1,000000000	50.387,17	2.311,25	48.075,92
Juros de Mora de 17/03/2021 até 05/11/2021	18.931,07	7,6505%	-	-	1.448,32	66,43	1.381,89
Total Parcial					**70.766,56**	**3.246,04**	**67.520,52**

Descontar dos Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Desconto da Contribuição Social	-	-	1.480,22	1,000000000	1.480,22	0,00	1.480,22
Total Parcial					**1.480,22**	**0,00**	**1.480,22**

Outros Débitos do Reclamado	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Contribuição Social sobre Salários Devidos	-	-	-	-	13.698,11	0,00	13.698,11
Custas Judiciais devidas pelo Reclamado	-	-	-	-	600,50	0,00	600,50
Total Parcial					**14.298,61**	**0,00**	**14.298,61**

Saldo Devedor em 30/09/2024

Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Principal Corrigido	-	-	18.062,71	1,040581050	18.795,71	0,00	18.795,71
Juros de Mora até 05/11/2021	-	-	49.457,81	1,040581050	51.464,86	0,00	51.464,86
Juros de Mora de 06/11/2021 até 30/09/2024	18.795,71	34,8333%	-	-	6.547,17	0,00	6.547,17
Total Parcial					**76.807,74**	**0,00**	**76.807,74**

Descontar dos Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Desconto da Contribuição Social	-	-	1.480,22	1,040581050	1.540,29	0,00	1.540,29
Total Parcial					**1.540,29**	**0,00**	**1.540,29**

Outros Débitos do Reclamado	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Contribuição Social sobre Salários Devidos	-	-	-	-	15.070,90	0,00	15.070,90
Custas Judiciais devidas pelo Reclamado	-	-	-	-	624,87	0,00	624,87

PJe Assinado eletronicamente por: YONE ASSUNCAO DE MEDEIROS - Juntado em: 30/09/2024 10:56:44 - cca2866

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/09/2024 17:20:41 - aeeafd3

Total Parcial	15.695,77	0,00	15.695,77

Demonstrativo de Contribuição Social

Contribuição Social dos Salários Devidos

Contribuição Social dos Salários Devidos em: 16/03/2021 - Valor Pago: 0,00

Competência	Contrib.	Índice	Devido	Juros	Multa	Total	Valor Pago	Diferença	Juros	Multa	Total
10/2001	4.437,46	1,000000000	4.437,46	9.733,12	887,49	15.058,07	0,00	4.437,46	9.733,12	887,49	15.058,07
			4.437,46	**9.733,12**	**887,49**	**15.058,07**	**0,00**	**4.437,46**	**9.733,12**	**887,49**	**15.058,07**

Contribuição Social dos Salários Devidos em: 05/11/2021 - Valor Pago: 0,00

Competência	Contrib.	Índice	Devido	Juros	Multa	Total	Valor Pago	Diferença	Juros	Multa	Total
10/2001	4.437,46	1,000000000	4.437,46	9.853,38	887,49	15.178,33	0,00	4.437,46	9.853,38	887,49	15.178,33
			4.437,46	**9.853,38**	**887,49**	**15.178,33**	**0,00**	**4.437,46**	**9.853,38**	**887,49**	**15.178,33**

Contribuição Social dos Salários Devidos em: 30/09/2024 - Valor Pago: 0,00

Competência	Contrib.	Índice	Devido	Juros	Multa	Total	Valor Pago	Diferença	Juros	Multa	Total
10/2001	4.437,46	1,000000000	4.437,46	11.286,24	887,49	16.611,19	0,00	4.437,46	11.286,24	887,49	16.611,19
			4.437,46	**11.286,24**	**887,49**	**16.611,19**	**0,00**	**4.437,46**	**11.286,24**	**887,49**	**16.611,19**

PJe Assinado eletronicamente por: YONE ASSUNCAO DE MEDEIROS - Juntado em: 30/09/2024 10:56:44 - cca2866

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/09/2024 17:20:41 - aeeafd3

eSocial - Evento S-2501

Contribuição Social

Contribuição Social relativa ao pagamento realizado em 16/03/2021.
(*) a segunda ocorrência de dezembro de cada ano e do mês/ano da rescisão, se houver, refere-se ao 13º Salário.

Competência	Base Contrib.	% Empresa	Contrib. Empresa	% SAT	Contrib. SAT	% Terceiros	Contrib. Terceiros	% Segurado	Contrib. Segurado
10/2001	3.779,37	20,0000	755,87	3,0000	113,38	0,0000	0,00	8,00	302,35
10/2001	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
11/2001	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
12/2001	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
01/2002	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
02/2002	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
03/2002	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
04/2002	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
05/2002	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
06/2002	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
07/2002	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
08/2002	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
09/2002	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
10/2002	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
11/2002	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
12/2002	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
01/2003	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
02/2003	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
03/2003	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
04/2003	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
05/2003	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
06/2003	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
07/2003	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
08/2003	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
09/2003	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
10/2003	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00

PJe Assinado eletronicamente por: YONE ASSUNCAO DE MEDEIROS - Juntado em: 30/09/2024 10:56:44 - cca2866

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/09/2024 17:20:41 - aeeafd3

Competência	Base Contrib.	% Empresa	Contrib. Empresa	% SAT	Contrib. SAT	% Terceiros	Contrib. Terceiros	% Segurado	Contrib. Segurado
11/2003	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
12/2003	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
01/2004	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
02/2004	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
03/2004	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
04/2004	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
05/2004	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
06/2004	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
07/2004	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
08/2004	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
09/2004	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
10/2004	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
11/2004	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
12/2004	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
01/2005	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
02/2005	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
03/2005	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
04/2005	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
05/2005	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
06/2005	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
07/2005	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
08/2005	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
09/2005	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
10/2005	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
11/2005	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
12/2005	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
01/2006	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
02/2006	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
03/2006	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
04/2006	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
05/2006	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
06/2006	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
07/2006	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
08/2006	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
09/2006	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00

PJe Assinado eletronicamente por: YONE ASSUNCAO DE MEDEIROS - Juntado em: 30/09/2024 10:56:44 - cca2866

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/09/2024 17:20:41 - aeeafd3

Fls.: 985

Competência	Base Contrib.	% Empresa	Contrib. Empresa	% SAT	Contrib. SAT	% Terceiros	Contrib. Terceiros	% Segurado	Contrib. Segurado
10/2006	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
11/2006	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
12/2006	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
01/2007	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
02/2007	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
03/2007	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
04/2007	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
05/2007	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
06/2007	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
07/2007	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
08/2007	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
09/2007	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
10/2007	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
11/2007	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
12/2007	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
01/2008	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
02/2008	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
03/2008	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
04/2008	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
05/2008	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
06/2008	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
07/2008	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
08/2008	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
09/2008	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
10/2008	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
11/2008	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
12/2008	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
01/2009	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
02/2009	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
03/2009	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
04/2009	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
05/2009	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
06/2009	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
07/2009	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
08/2009	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00

PJe Assinado eletronicamente por: YONE ASSUNCAO DE MEDEIROS - Juntado em: 30/09/2024 10:56:44 - cca2866

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/09/2024 17:20:41 - aeeafd3

Fls.: 986

Competência	Base Contrib.	% Empresa	Contrib. Empresa	% SAT	Contrib. SAT	% Terceiros	Contrib. Terceiros	% Segurado	Contrib. Segurado
09/2009	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
10/2009	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
11/2009	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
12/2009	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
01/2010	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
02/2010	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
03/2010	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
04/2010	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
05/2010	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
06/2010	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
07/2010	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
08/2010	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
09/2010	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
10/2010	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
11/2010	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
12/2010	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
01/2011	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
02/2011	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
03/2011	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
04/2011	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
05/2011	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
06/2011	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
07/2011	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
08/2011	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
09/2011	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
10/2011	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
11/2011	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
12/2011	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
01/2012	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
02/2012	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
03/2012	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
04/2012	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
05/2012	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
06/2012	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
07/2012	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00

PJe Assinado eletronicamente por: YONE ASSUNCAO DE MEDEIROS - Juntado em: 30/09/2024 10:56:44 - cca2866

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/09/2024 17:20:41 - aeeafd3

Fls.: 987

Competência	Base Contrib.	% Empresa	Contrib. Empresa	% SAT	Contrib. SAT	% Terceiros	Contrib. Terceiros	% Segurado	Contrib. Segurado
08/2012	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
09/2012	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
10/2012	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
11/2012	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
12/2012	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
01/2013	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
02/2013	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
03/2013	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
04/2013	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
05/2013	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
06/2013	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
07/2013	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
08/2013	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
09/2013	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
10/2013	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
11/2013	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
12/2013	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
01/2014	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
02/2014	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
03/2014	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
04/2014	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
05/2014	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
06/2014	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
07/2014	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
08/2014	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
09/2014	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
10/2014	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
11/2014	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
12/2014	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
01/2015	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
02/2015	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
03/2015	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
04/2015	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
05/2015	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
06/2015	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00

PJe Assinado eletronicamente por: YONE ASSUNCAO DE MEDEIROS - Juntado em: 30/09/2024 10:56:44 - cca2866

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/09/2024 17:20:41 - aeeafd3

Fls.: 988

Competência	Base Contrib.	% Empresa	Contrib. Empresa	% SAT	Contrib. SAT	% Terceiros	Contrib. Terceiros	% Segurado	Contrib. Segurado
07/2015	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
08/2015	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
09/2015	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
10/2015	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
11/2015	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
12/2015	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
01/2016	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
02/2016	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
03/2016	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
04/2016	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
05/2016	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
06/2016	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
07/2016	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
08/2016	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
09/2016	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
10/2016	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
11/2016	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
12/2016	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
01/2017	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
02/2017	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
03/2017	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
04/2017	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
05/2017	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
06/2017	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
07/2017	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
08/2017	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
09/2017	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
10/2017	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
11/2017	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
12/2017	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
01/2018	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
02/2018	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
03/2018	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
04/2018	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
05/2018	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00

PJe Assinado eletronicamente por: YONE ASSUNCAO DE MEDEIROS - Juntado em: 30/09/2024 10:56:44 - cca2866

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/09/2024 17:20:41 - aeeafd3

Competência	Base Contrib.	% Empresa	Contrib. Empresa	% SAT	Contrib. SAT	% Terceiros	Contrib. Terceiros	% Segurado	Contrib. Segurado
06/2018	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
07/2018	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
08/2018	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
09/2018	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
10/2018	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
11/2018	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
12/2018	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
01/2019	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
02/2019	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
03/2019	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
04/2019	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
05/2019	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
06/2019	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
07/2019	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
08/2019	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
09/2019	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
10/2019	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
11/2019	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
12/2019	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
01/2020	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
02/2020	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
03/2020	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
04/2020	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
05/2020	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
06/2020	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00

Contribuição Social relativa ao pagamento realizado em 05/11/2021.
(*) a segunda ocorrência de dezembro de cada ano e do mês/ano da rescisão, se houver, refere-se ao 13º Salário.

Competência	Base Contrib.	% Empresa	Contrib. Empresa	% SAT	Contrib. SAT	% Terceiros	Contrib. Terceiros	% Segurado	Contrib. Segurado
10/2001	483,24	20,0000	96,65	3,0000	14,50	0,0000	0,00	8,00	38,66
10/2001	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
11/2001	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
12/2001	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
01/2002	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00

PJe Assinado eletronicamente por: YONE ASSUNCAO DE MEDEIROS - Juntado em: 30/09/2024 10:56:44 - cca2866

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/09/2024 17:20:41 - aeeafd3

Fls.: 990

Competência	Base Contrib.	% Empresa	Contrib. Empresa	% SAT	Contrib. SAT	% Terceiros	Contrib. Terceiros	% Segurado	Contrib. Segurado
02/2002	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
03/2002	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
04/2002	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
05/2002	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
06/2002	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
07/2002	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
08/2002	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
09/2002	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
10/2002	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
11/2002	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
12/2002	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
01/2003	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
02/2003	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
03/2003	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
04/2003	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
05/2003	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
06/2003	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
07/2003	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
08/2003	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
09/2003	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
10/2003	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
11/2003	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
12/2003	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
01/2004	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
02/2004	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
03/2004	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
04/2004	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
05/2004	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
06/2004	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
07/2004	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
08/2004	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
09/2004	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
10/2004	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
11/2004	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
12/2004	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00

PJe Assinado eletronicamente por: YONE ASSUNCAO DE MEDEIROS - Juntado em: 30/09/2024 10:56:44 - cca2866

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/09/2024 17:20:41 - aeeafd3

Fls.: 991

Competência	Base Contrib.	% Empresa	Contrib. Empresa	% SAT	Contrib. SAT	% Terceiros	Contrib. Terceiros	% Segurado	Contrib. Segurado
01/2005	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
02/2005	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
03/2005	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
04/2005	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
05/2005	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
06/2005	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
07/2005	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
08/2005	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
09/2005	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
10/2005	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
11/2005	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
12/2005	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
01/2006	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
02/2006	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
03/2006	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
04/2006	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
05/2006	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
06/2006	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
07/2006	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
08/2006	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
09/2006	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
10/2006	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
11/2006	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
12/2006	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
01/2007	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
02/2007	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
03/2007	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
04/2007	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
05/2007	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
06/2007	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
07/2007	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
08/2007	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
09/2007	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
10/2007	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
11/2007	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00

PJe Assinado eletronicamente por: YONE ASSUNCAO DE MEDEIROS - Juntado em: 30/09/2024 10:56:44 - cca2866

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/09/2024 17:20:41 - aeeafd3

Fls.: 992

Competência	Base Contrib.	% Empresa	Contrib. Empresa	% SAT	Contrib. SAT	% Terceiros	Contrib. Terceiros	% Segurado	Contrib. Segurado
12/2007	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
01/2008	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
02/2008	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
03/2008	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
04/2008	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
05/2008	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
06/2008	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
07/2008	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
08/2008	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
09/2008	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
10/2008	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
11/2008	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
12/2008	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
01/2009	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
02/2009	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
03/2009	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
04/2009	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
05/2009	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
06/2009	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
07/2009	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
08/2009	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
09/2009	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
10/2009	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
11/2009	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
12/2009	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
01/2010	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
02/2010	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
03/2010	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
04/2010	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
05/2010	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
06/2010	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
07/2010	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
08/2010	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
09/2010	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
10/2010	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00

PJe Assinado eletronicamente por: YONE ASSUNCAO DE MEDEIROS - Juntado em: 30/09/2024 10:56:44 - cca2866

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/09/2024 17:20:41 - aeeafd3

Competência	Base Contrib.	% Empresa	Contrib. Empresa	% SAT	Contrib. SAT	% Terceiros	Contrib. Terceiros	% Segurado	Contrib. Segurado
11/2010	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
12/2010	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
01/2011	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
02/2011	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
03/2011	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
04/2011	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
05/2011	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
06/2011	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
07/2011	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
08/2011	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
09/2011	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
10/2011	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
11/2011	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
12/2011	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
01/2012	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
02/2012	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
03/2012	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
04/2012	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
05/2012	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
06/2012	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
07/2012	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
08/2012	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
09/2012	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
10/2012	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
11/2012	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
12/2012	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
01/2013	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
02/2013	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
03/2013	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
04/2013	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
05/2013	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
06/2013	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
07/2013	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
08/2013	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
09/2013	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00

PJe Assinado eletronicamente por: YONE ASSUNCAO DE MEDEIROS - Juntado em: 30/09/2024 10:56:44 - cca2866

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/09/2024 17:20:41 - aeeafd3

Fls.: 994

Competência	Base Contrib.	% Empresa	Contrib. Empresa	% SAT	Contrib. SAT	% Terceiros	Contrib. Terceiros	% Segurado	Contrib. Segurado
10/2013	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
11/2013	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
12/2013	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
01/2014	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
02/2014	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
03/2014	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
04/2014	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
05/2014	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
06/2014	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
07/2014	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
08/2014	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
09/2014	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
10/2014	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
11/2014	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
12/2014	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
01/2015	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
02/2015	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
03/2015	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
04/2015	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
05/2015	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
06/2015	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
07/2015	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
08/2015	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
09/2015	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
10/2015	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
11/2015	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
12/2015	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
01/2016	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
02/2016	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
03/2016	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
04/2016	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
05/2016	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
06/2016	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
07/2016	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
08/2016	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00

PJe Assinado eletronicamente por: YONE ASSUNCAO DE MEDEIROS - Juntado em: 30/09/2024 10:56:44 - cca2866

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/09/2024 17:20:41 - aeeafd3

Fls.: 995

Competência	Base Contrib.	% Empresa	Contrib. Empresa	% SAT	Contrib. SAT	% Terceiros	Contrib. Terceiros	% Segurado	Contrib. Segurado
09/2016	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
10/2016	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
11/2016	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
12/2016	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
01/2017	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
02/2017	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
03/2017	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
04/2017	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
05/2017	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
06/2017	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
07/2017	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
08/2017	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
09/2017	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
10/2017	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
11/2017	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
12/2017	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
01/2018	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
02/2018	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
03/2018	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
04/2018	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
05/2018	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
06/2018	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
07/2018	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
08/2018	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
09/2018	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
10/2018	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
11/2018	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
12/2018	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
01/2019	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
02/2019	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
03/2019	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
04/2019	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
05/2019	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
06/2019	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
07/2019	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00

PJe Assinado eletronicamente por: YONE ASSUNCAO DE MEDEIROS - Juntado em: 30/09/2024 10:56:44 - cca2866

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/09/2024 17:20:41 - aeeafd3

Competência	Base Contrib.	% Empresa	Contrib. Empresa	% SAT	Contrib. SAT	% Terceiros	Contrib. Terceiros	% Segurado	Contrib. Segurado
08/2019	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
09/2019	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
10/2019	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
11/2019	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
12/2019	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
01/2020	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
02/2020	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
03/2020	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
04/2020	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
05/2020	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
06/2020	0,00	20,0000	0,00	3,0000	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00

Demonstrativo de Custas Judiciais

Custas Judiciais devidas **16/03/2021**

Custas pelo Reclamado

CUSTAS DE CONHECIMENTO

Ocorrência	Valor	Juros	Índice Corr.	Valor Corr.	Juros Corr.	Taxa	Juros	Total
29/06/2020	548,26	-	1,000000000	548,26	0,00	-	0,00	548,26

CUSTAS DE LIQUIDAÇÃO

Ocorrência	Valor	Juros	Índice Corr.	Valor Corr.	Juros Corr.	Taxa	Juros	Total
29/06/2020	52,24	-	1,000000000	52,24	0,00	-	0,00	52,24

PJe Assinado eletronicamente por: YONE ASSUNCAO DE MEDEIROS - Juntado em: 30/09/2024 10:56:44 - cca2866

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/09/2024 17:20:41 - aeeafd3

DIFERENÇA DE CUSTAS DO RECLAMADO

Ocorrência	Valor Corr	Juros	Devido	Pago	Dif. Custas	Dif. Juros	Total
16/03/2021	600,50	0,00	600,50	0,00	600,50	0,00	600,50

Custas Judiciais devidas 05/11/2021

Custas pelo Reclamado

CUSTAS DE CONHECIMENTO

Ocorrência	Valor	Juros	Índice Corr.	Valor Corr.	Juros Corr.	Taxa	Juros	Total
29/06/2020	548,26	-	1,000000000	548,26	0,00	-	0,00	548,26

CUSTAS DE LIQUIDAÇÃO

Ocorrência	Valor	Juros	Índice Corr.	Valor Corr.	Juros Corr.	Taxa	Juros	Total
29/06/2020	52,24	-	1,000000000	52,24	0,00	-	0,00	52,24

DIFERENÇA DE CUSTAS DO RECLAMADO

Ocorrência	Valor Corr	Juros	Devido	Pago	Dif. Custas	Dif. Juros	Total
05/11/2021	600,50	0,00	600,50	0,00	600,50	0,00	600,50

PJe Assinado eletronicamente por: YONE ASSUNCAO DE MEDEIROS - Juntado em: 30/09/2024 10:56:44 - cca2866

PJe Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/09/2024 17:20:41 - aeeafd3

Custas Judiciais devidas 30/09/2024

Custas pelo Reclamado

CUSTAS DE CONHECIMENTO

Ocorrência	Valor	Juros	Índice Corr.	Valor Corr.	Juros Corr.	Taxa	Juros	Total
29/06/2020	548,26	-	1,040581050	570,51	0,00	-	0,00	570,51

CUSTAS DE LIQUIDAÇÃO

Ocorrência	Valor	Juros	Índice Corr.	Valor Corr.	Juros Corr.	Taxa	Juros	Total
29/06/2020	52,24	-	1,040581050	54,36	0,00	-	0,00	54,36

DIFERENÇA DE CUSTAS DO RECLAMADO

Ocorrência	Valor Corr	Juros	Devido	Pago	Dif. Custas	Dif. Juros	Total
30/09/2024	624,87	0,00	624,87	0,00	624,87	0,00	624,87

Assinado eletronicamente por: YONE ASSUNCAO DE MEDEIROS - Juntado em: 30/09/2024 10:56:44 - cca2866
https://pje.trt7.jus.br/pjekz/validacao/24093010564403600000039928788?instancia=1
Número do processo: 0003600-25.1999.5.07.0008
Número do documento: 24093010564403600000039928788

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/09/2024 17:20:41 - aeeafd3

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 30/09/2024 17:20:41 - aeeafd3
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24093017204087500000043116450?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24093017204087500000043116450

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
SECRETARIA DE EXECUÇÕES ESPECIAIS E PESQUISA PATRIMONIAL
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS E OUTROS (1)
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA E OUTROS (7)

TERMO DE CONCLUSÃO

Conclusão ao Exmo. Juiz(a) do Trabalho feita pelo(a) servidor (a) ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI, no dia 30/09/2024.

DESPACHO

Vistos, etc.

Defere-se o pedido de reserva de crédito formulado pela 8ª Vara do Trabalho de Fortaleza - CE (processo 3600-25.1999.5.07.0008).

Defere-se.

Inclua-se o valor do crédito na planilha consolidada vinculada aos presentes autos.

BRASILIA/DF, 01 de outubro de 2024.

FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA
Juiz do Trabalho Titular

Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 01/10/2024 13:49:07 - 3f8a080
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10 REGIAO:02011574000190
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24093017214339100000043116486?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24093017214339100000043116486

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
SECRETARIA DE EXECUÇÕES ESPECIAIS E PESQUISA PATRIMONIAL
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS E OUTROS (1)
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA E OUTROS (7)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID c55f701 proferido nos autos.

TERMO DE CONCLUSÃO

Conclusão ao Exmo. Juiz(a) do Trabalho feita pelo(a) servidor (a) ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI, no dia 01/10/2024.

DESPACHO

Vistos, etc.

Trata-se o presente de Regime Especial de Execução Forçada – REEF, instaurado conforme despacho id 2468064, em face de solicitação oriunda dos próprios executados (id 3b6bc74), por meio do qual se busca a venda do bem imóvel de matrícula 3.951 (“Hotel Aracoara”), do 2º Registro de Imóveis do Distrito Federal, de propriedade da IRFASA CONSTRUÇÕES INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A para fins de pagamento das execuções em trâmite neste e em outros Regionais.

Registre-se, primeiramente que, embora a executada informe a existência de ações de execução vinculadas a tribunais diversos, a reunião das ações instaurada por este juízo vincula apenas as Varas do Trabalho do Distrito Federal, considerando o âmbito de competência territorial, bem com o disposto na RA 33/2023 – TRT-10.

À luz da Resolução 350/2020 do CNJ, impõe-se que se estabeleça, no caso presente, atos de cooperação judiciária, de modo que a alienação por este juízo do bem imóvel indicado pelos executados, penhorado no presente processo piloto, alcance a quitação de todas as execuções reunidas e também daquelas em curso em tribunais diversos, observando-se, evidentemente, a ordem de prioridade legal, bem como as reservas de crédito devidamente formalizadas nos presentes autos.

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 01/10/2024 14:43:03 - 8de5941

Esclarece-se, no entanto, que os débitos trabalhistas existentes em outros regionais, que não possuem penhora incidente sobre o bem indicado, somente poderão ser beneficiados com o produto de eventual venda, em caso de requerimento de reserva de crédito, regulamente formalizada pelos respectivos Juízos nos presentes autos.

O bem imóvel indicado pelos executados foi penhorado nos presentes autos, conforme id fd8338f e id 68025a1.

A matrícula atualizada foi juntada aos autos, id 3bc2a72.

O montante das execuções trabalhistas reunidas no presente processo piloto é de R$1.605.789,44, conforme tabela a seguir:

VARA	PROCESSO	TOTAL DEVIDO
1ª VTB	0000194-03.2017.5.10.0001	R$ 120.657,45
1ª VTB	0000683-98.2021.5.10.0001	R$ 522.027,54
3ª VTB	0085100-81.1998.5.10.0003 PROCE	R$3.620,91

	SSO PIL OTO	
6ª VTB	0000330-24.2013.5.10.0006	R$ 30.020,69
6ª VTB	0050800-84.1998.5.10.0006	R$ 16.966,65
6ª VTB	0098600-11.1998.5.10.0006	R$ 7.490,52
6ª VTB	0096700-56.1999.5.10.0006	R$ 32.129,74
7ª VTB	0015600-13.1998.5.10.0007	R$ 6.683,49
	0128500-33.19	R$ 7.18

8ª VTB	98.5.10.0008	6,04
8ª VTB	0000469-91.2018.5.10.0008	R$ 107.445,91
11ª VTB	0000598-19.2020.5.10.0011	R$ 10.076,42
11ª VTB	0114800-78.1998.5.10.0011	R$ 16.126,09
13ª VTB	0000876-19.2017.5.10.0013	R$ 95.758,77
15ª VTB	0000505-78.2019.5.10.0015	R$ 155.707,95
	0095000-64.20	R$ 94.9

19ª VTB	03.5.10.0019	30,76
20ª VTB	0000240-90.2021.5.10.0020	R$ 14.347,46
22ª VTB	0000563-60.2019.5.10.0022	R$ 363.263,89
1ª VTTAG	0129000-14.1998.5.10.0101	R$ 1.351,36

O bem imóvel foi avaliado em R$25.000.000,00 (id 81490d4).

À análise da matricula do imóvel, verifica-se que se encontram registrados os seguintes gravames:

REGISTRO	PROCESSO	INTERESSADO	VALOR
R. 16	HIPOTECA	BANCO	U$ 8.646.000,00

		DO BRASIL	
R-17	Proc. 26404.95	2ª Vara Cível Brasília-DF	R$ 118.944.768,66
R-20	Proc. 1997.34.00.019952-5	18ª Vara Federal DF	R$ 969.162,17
R-22	Proc. 98.1750-2	11ª Vara Federal DF	R$ 555.686,43
R-23	Proc. 99.1956-3	18ª Vara Federal DF	R$ 100.047,37
R-24	Proc. 99.025110-1	11ª Vara Federal DF	R$ 34.283,28
R-31	Proc. 2005.34.00.006881-1	19ª Vara Federal DF	R$ 2.339.117,00
R-39	Proc.71	4ª Vara	R$ 18.2

	1039-91.2021.8.07.0001	Cível de Brasília-DF	50,57
AV-40	Proc.0003600-25.1999.5.07.0008	8ª Vara do Trabalho de Fortaleza-CE	R$ 81.975,48
AV-41	Proc.0751890-82.2021.8.07.0016	2ª Vara de Execuções Fiscais	Sem valor indicado

Afirmam os executados, por meio da manifestação id – a9e94de, que os gravames R-16 e R-17, registrados na matrícula do imóvel, não mais subsistem, nos termos da decisão proferida nos autos do processo nº 14143-98.1995.07.0001, em tramitação perante a 2ª Vara Cível de Brasília e, ainda, que a referida hipoteca foi registrada há mais de 30 anos, incidindo à espécie o disposto no art. 1.485 do CCB.

De fato, os documentos ids a5ab35d e 5bafcf2 demonstram que a hipoteca registrada pelo Banco do Brasil S.A (R-16) possui a mesma origem da penhora R-17, objeto do processo 14143-98.1995.07.0001, no qual foi determinada a baixa do gravame, tendo em vista a realização de acordo entre as partes interessadas, aguardando-se, apenas, o trânsito em julgado para efetivação das respectivas baixas.

Ademais, tratando-se de hipoteca registrada em 25/2/1982, incide à espécie o disposto no art. 1485 do CCB.

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 01/10/2024 14:43:03 - 8de5941

Com relação aos gravames registrados pelas Varas Federais do DF, R-20 a R-24 e R-31, alegam os executados que se referem a créditos da UNIÃO, já objeto de transação realizada junto à PGFN, conforme TTI juntado aos autos.

O documento id 43b7acb demonstra a veracidade das alegações dos executados. Ademais, a PGFN foi regularmente intimada para se manifestar nos autos, não apresentando qualquer oposição quanto à venda do bem.

Por fim, alegam os executados que o gravame registrado sob o R-41 decorre de execução fiscal proposta em 29/9/2021, sem lançamento há mais de 5 anos, incidindo à espécie o instituto da decadência previsto nos arts. 173 e 174 do CTN.

Não obstante a plausibilidade jurídica das alegações dos executados, a tese deve ser suscitada nos autos da execução fiscal que registrou a penhora, não competindo a esse Juízo analisar a incidência de eventual decadência do crédito fiscal. Nesse cenário, enquanto não baixado o gravame, há que se considerá-lo como subsistente.

Verifica-se, ainda, que, embora não regularizadas as baixas dos gravames, conforme exposto supra, a executada informou que os débitos referentes aos registros R-16, R-17, R-20 a R-24 e R-31 já se encontram quitados.

Assim, verifica-se que pendem sobre o bem imóvel dado em garantia para pagamento das execuções reunidas, apenas os gravames R-39, R-40 e R-41.

Destes, apenas a R-40 decorre de indisponibilidade registrada por Juízo Trabalhista nos autos do processo 0003600-25.1999.5.07.0008, em trâmite na 8ª Vara do Trabalho de Fortaleza-CE.

Tendo em vista a natureza privilegiada do crédito trabalhista objeto da presente execução reunida, não há que subsistir a preferência das penhoras anteriores, salvo a indisponibilidade registrada pela 8ª Vara do Trabalho de Fortaleza-CE.

Registre-se, por oportuno, que o valor da avaliação do bem penhorado é superior ao montante necessário para garantir a quitação das execuções reunidas e da execução trabalhista com registro de indisponibilidade.

Feitas tais considerações, não vislumbra esse Juízo qualquer óbice ao deferimento do pedido de alienação do bem nos presentes autos.

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 01/10/2024 14:43:03 - 8de5941

Esclarece-se, no entanto, que o saldo sobejante do produto da alienação deverá atender às reservas de crédito trabalhista requeridas nos presente autos, às penhoras antecedentes registradas na matrícula do imóvel e, por fim, a destinação de eventual saldo remanescente ao Juízo do inventário onde o bem encontra-se arrolado.

Especificamente em relação ao fato do bem penhorado fazer parte do **espólio de Wayne do Carmo Faria, que integra o polo passivo da presente execução, arrolado no processo de inventário em curso perante o Juízo da 1ª Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília-DF (processo nº 0008596-08.2017.8.07.0001 - id 3b76a92)**, há que se esclarecer que, à luz do art. 1997 do CCB, a herança responde pelas dívidas do falecido, desde que sejam vencidas e exigíveis, como no caso presente.

A despeito do procedimento ordinário do processo civil, em se tratando de crédito trabalhista, a execução tem curso diretamente no processo trabalhista, não havendo atração para o juízo universal do inventário.

A Lei n. 6.830/80 (lei de execução fiscal) dispõe em seu art. 29 que a cobrança de dívida ativa da fazenda pública não se sujeita ao concurso de credores e ao juízo universal do inventário. E ao processo de execução trabalhista aplica-se subsidiariamente a lei dos executivos fiscais, consoante dispõe o art. 889 da CLT.

O colendo STJ já consolidou a sua jurisprudência nesse mesmo sentido:

> *"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA DO TRABALHO E JUÍZO COMUM ESTADUAL. EXECUÇÃO TRABALHISTA. PENHORA DE BEM INTEGRANTE DO INVENTÁRIO. HABILITAÇÃO DO CRÉDITO. DESNECESSIDADE. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO NO FORO ONDE SE ENCONTRA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTE ESPECÍFICO DA SEGUNDA SEÇÃO DO STJ (CC 96.042/AC, MIN. MASSAMI UYEDA, DJE DE 21/10/2010), QUE DECIDIU QUESTÃO IDÊNTICA SUSCITADA PELO MESMO ESPÓLIO ORA AGRAVANTE. CONFLITO CONHECIDO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO PARA O PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO TRABALHISTA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.* (AgRg no CC n. 115.478/AC, Relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Segunda Seção, julgado em 11/6/2014, DJe de 17/6/2014.)

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 01/10/2024 14:43:03 - 8de5941

Pois bem.

Não obstante se trate o pedido de alienação por iniciativa particular a ser promovido pela própria executada, a medida não se revela a mais adequada para o melhor aproveitamento da venda em favor dos credores e dos próprios executados.

À luz do art. 880 da CLT, a alienação deve ser promovida pelos leiloeiros credenciados perante a Justiça do Trabalho, propiciando a obtenção de valores maiores, observado o preço mínimo da avaliação.

Diante do exposto, DECIDO:

- autorizar a expedição de **Edital para Alienação por Iniciativa Particular**, por meio dos leiloeiros credenciados neste Regional, do bem imóvel de matrícula 3.951 ("Hotel Aracoara"), do 2º Registro de Imóveis do Distrito Federal, de propriedade da IRFASA CONSTRUÇÕES INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A;

- determinar que, expedido o edital, seja **oficiado à 8ª Vara do Trabalho de Fortaleza-CE**, nos autos do processo 0003600-25.1999.5.07.0008, que possui indisponibilidade registrada sob o R -40 da matrícula do imóvel, dando-lhe ciência do presente despacho e do edital de alienação por iniciativa particular, notadamente do ato de cooperação judiciária para a quitação da referida execução por meio da venda do imóvel, solicitando-lhe, desde já, a remessa a esse Juízo dos cálculos de sua execução devidamente atualizados;

- determinar a expedição de **ofício à 2ª Vara Cível de Brasília**, nos autos do processo nº 14143-98.1995.07.0001, dando-lhe ciência do presente despacho e do edital de alienação por iniciativa particular, solicitando-lhe informações a respeito da baixa da penhora sobre o imóvel de matrícula 3.951 ("Hotel Aracoara"), do 2º Registro de Imóveis do Distrito Federal, de propriedade da IRFASA CONSTRUÇÕES INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A, objeto do Edital de Alienação;

- determinar a expedição de **ofício ao Juízo da 1ª Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília-DF,** onde se encontra em curso o processo de inventário nº 0008596-08.2017.8.07.0001 (id 3b76a92), dando-lhe ciência de todo o teor do presente despacho e do edital de Alienação por Iniciativa Particular, inclusive de que o eventual saldo sobejante, após a quitação das dívidas, serão destinados ao juízo universal do Inventário, **rogando-lhe, por fim, que dê ciência todos os inventariantes de todos os termos da presente decisão e do edital de alienação expedido;**

- determinar a expedição de **ofício à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional** para ciência dos termos do presente despacho, tendo em vista o Termo de Transação Individual contido no id 93eb062.

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 01/10/2024 14:43:03 - 8de5941

Publique-se para ciência de todas as partes.

BRASILIA/DF, 01 de outubro de 2024.

FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA
Juiz do Trabalho Titular

Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 01/10/2024 14:43:03 - 8de5941
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10 REGIAO:02011574000190
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24100114420437500000043132724?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24100114420437500000043132724

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
SECRETARIA DE EXECUÇÕES ESPECIAIS E PESQUISA PATRIMONIAL
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS E OUTROS (1)
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA E OUTROS (7)

TERMO DE CONCLUSÃO

Conclusão ao Exmo. Juiz(a) do Trabalho feita pelo(a) servidor (a) ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI, no dia 01/10/2024.

DESPACHO

Vistos, etc.

Trata-se o presente de Regime Especial de Execução Forçada – REEF, instaurado conforme despacho id 2468064, em face de solicitação oriunda dos próprios executados (id 3b6bc74), por meio do qual se busca a venda do bem imóvel de matrícula 3.951 (“Hotel Aracoara”), do 2º Registro de Imóveis do Distrito Federal, de propriedade da IRFASA CONSTRUÇÕES INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A para fins de pagamento das execuções em trâmite neste e em outros Regionais.

Registre-se, primeiramente que, embora a executada informe a existência de ações de execução vinculadas a tribunais diversos, a reunião das ações instaurada por este juízo vincula apenas as Varas do Trabalho do Distrito Federal, considerando o âmbito de competência territorial, bem com o disposto na RA 33/2023 – TRT-10.

À luz da Resolução 350/2020 do CNJ, impõe-se que se estabeleça, no caso presente, atos de cooperação judiciária, de modo que a alienação por este juízo do bem imóvel indicado pelos executados, penhorado no presente processo piloto, alcance a quitação de todas as execuções reunidas e também daquelas em curso em tribunais diversos, observando-se, evidentemente, a ordem de prioridade legal, bem como as reservas de crédito devidamente formalizadas nos presentes autos.

Esclarece-se, no entanto, que os débitos trabalhistas existentes em outros regionais, que não possuem penhora incidente sobre o bem indicado, somente poderão ser beneficiados com o produto de eventual venda, em caso de requerimento de reserva de crédito, regulamente formalizada pelos respectivos Juízos nos presentes autos.

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 01/10/2024 16:14:00 - f897f9e

O bem imóvel indicado pelos executados foi penhorado nos presentes autos, conforme id fd8338f e id 68025a1.

A matrícula atualizada foi juntada aos autos, id 3bc2a72.

O montante das execuções trabalhistas reunidas no presente processo piloto é de R$1.605.789,44, conforme tabela a seguir:

VARA	PROCESSO	TOTAL DEVIDO
1ª VTB	0000194-03.2017.5.10.0001	R$ 120.657,45
1ª VTB	0000683-98.2021.5.10.0001	R$ 522.027,54
3ª VTB	0085100-81.1998.5.10.0003	R$3.620,91
6ª VTB	0000330-24.2013.5.10.0006	R$ 30.020,69
6ª VTB	0050800-84.1998.5.10.0006	R$ 16.966,65
6ª VTB	0098600-11.1998.5.10.0006	R$ 7.490,52
6ª VTB	0096700-56.1999.5.10.0006	R$ 32.129,74
7ª VTB	0015600-13.1998.5.10.0007	R$ 6.683,49
8ª VTB	0128500-33.1998.5.10.0008	R$ 7.186,04
8ª VTB	0000469-91.2018.5.10.0008	R$ 107.445,91
11ª VTB	0000598-19.2020.5.10.0011	R$ 10.076,42
11ª VTB	0114800-78.1998.5.10.0011	R$ 16.126,09

13ª VTB	0000876-19.2017.5.10.0013	R$ 95.758,77
15ª VTB	0000505-78.2019.5.10.0015	R$ 155.707,95
19ª VTB	0095000-64.2003.5.10.0019	R$ 94.930,76
20ª VTB	0000240-90.2021.5.10.0020	R$ 14.347,46
22ª VTB	0000563-60.2019.5.10.0022	R$ 363.263,89
1ª VTTAG	0129000-14.1998.5.10.0101	R$ 1.351,36

O bem imóvel foi avaliado em R$25.000.000,00 (id 81490d4).

À análise da matricula do imóvel, verifica-se que se encontram registrados os seguintes gravames:

REGISTRO	PROCESSO	INTERESSADO	VALOR
R-16	HIPOTECA	Banco do Brasil S.A.	U$8.646.000,00
R-17	Proc. 26404.95	2ª Vara Cível Brasília-DF	R$ 118.944.768,66
R-20	Proc. 1997.34.00.019952-5	18ª Vara Federal DF	R$ 969.162,17
R-22	Proc. 98.1750-2	11ª Vara Federal DF	R$ 555.686,43
R-23	Proc. 99.1956-3	18ª Vara Federal DF	R$ 100.047,37

R-24	Proc. 99.025110-1	11ª Vara Federal DF	R$ 34.283,28
R-31	Proc. 2005.34.00.006881-1	19ª Vara Federal DF	R$ 2.339.117,00
R-39	Proc. 711039-91.2021.8.07.0001	4ª Vara Cível de Brasília-DF	R$ 18.250,57
AV-40	Proc. 0003600-25.1999.5.07.0008	8ª Vara do Trabalho de Fortaleza-CE	R$ 81.975,48
AV-41	Proc. 0751890-82.2021.8.07.00016	2ª Vara de Execuções Fiscais	Sem valor indicado

Afirmam os executados, por meio da manifestação id – a9e94de, que os gravames R-16 e R-17, registrados na matrícula do imóvel, não mais subsistem, nos termos da decisão proferida nos autos do processo nº 14143-98.1995.07.0001, em tramitação perante a 2ª Vara Cível de Brasília e, ainda, que a referida hipoteca foi registrada há mais de 30 anos, incidindo à espécie o disposto no art. 1.485 do CCB.

De fato, os documentos ids a5ab35d e 5bafcf2 demonstram que a hipoteca registrada pelo Banco do Brasil S.A (R-16) possui a mesma origem da penhora R-17, objeto do processo 14143-98.1995.07.0001, no qual foi determinada a baixa do gravame, tendo em vista a realização de acordo entre as partes interessadas, aguardando-se, apenas, o trânsito em julgado para efetivação das respectivas baixas.

Ademais, tratando-se de hipoteca registrada em 25/2/1982, incide à espécie o disposto no art. 1485 do CCB.

Com relação aos gravames registrados pelas Varas Federais do DF, R-20 a R-24 e R-31, alegam os executados que se referem a créditos da UNIÃO, já objeto de transação realizada junto à PGFN, conforme TTI juntado aos autos.

O documento id 43b7acb demonstra a veracidade das alegações dos executados. Ademais, a PGFN foi regularmente intimada para se manifestar nos autos, não apresentando qualquer oposição quanto à venda do bem.

Por fim, alegam os executados que o gravame registrado sob o R-41 decorre de execução fiscal proposta em 29/9/2021, sem lançamento há mais de 5 anos, incidindo à espécie o instituto da decadência previsto nos arts. 173 e 174 do CTN.

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 01/10/2024 16:14:00 - f897f9e

Não obstante a plausibilidade jurídica das alegações dos executados, a tese deve ser suscitada nos autos da execução fiscal que registrou a penhora, não competindo a esse Juízo analisar a incidência de eventual decadência do crédito fiscal. Nesse cenário, enquanto não baixado o gravame, há que se considerá-lo como subsistente.

Verifica-se, ainda, que, embora não regularizadas as baixas dos gravames, conforme exposto supra, a executada informou que os débitos referentes aos registros R-16, R-17, R-20 a R-24 e R-31 já se encontram quitados.

Assim, verifica-se que pendem sobre o bem imóvel dado em garantia para pagamento das execuções reunidas, apenas os gravames R-39, R-40 e R-41.

Destes, apenas a R-40 decorre de indisponibilidade registrada por Juízo Trabalhista nos autos do processo 0003600-25.1999.5.07.0008, em trâmite na 8ª Vara do Trabalho de Fortaleza-CE.

Tendo em vista a natureza privilegiada do crédito trabalhista objeto da presente execução reunida, não há que subsistir a preferência das penhoras anteriores, salvo a indisponibilidade registrada pela 8ª Vara do Trabalho de Fortaleza-CE.

Registre-se, por oportuno, que o valor da avaliação do bem penhorado é superior ao montante necessário para garantir a quitação das execuções reunidas e da execução trabalhista com registro de indisponibilidade.

Feitas tais considerações, não vislumbra esse Juízo qualquer óbice ao deferimento do pedido de alienação do bem nos presentes autos.

Esclarece-se, no entanto, que o saldo sobejante do produto da alienação deverá atender às reservas de crédito trabalhista requeridas nos presente autos, às penhoras antecedentes registradas na matrícula do imóvel e, por fim, a destinação de eventual saldo remanescente ao Juízo do inventário onde o bem encontra-se arrolado.

Especificamente em relação ao fato do bem penhorado fazer parte do espólio de Wayne do Carmo Faria, que integra o polo passivo da presente execução, arrolado no processo de inventário em curso perante o Juízo da 1ª Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília-DF (processo nº 0008596-08.2017.8.07.0001 - id 3b76a92), há que se esclarecer que, à luz do art. 1997 do CCB, a herança responde pelas dívidas do falecido, desde que sejam vencidas e exigíveis, como no caso presente.

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 01/10/2024 16:14:00 - f897f9e

A despeito do procedimento ordinário do processo civil, em se tratando de crédito trabalhista, a execução tem curso diretamente no processo trabalhista, não havendo atração para o juízo universal do inventário.

A Lei n. 6.830/80 (lei de execução fiscal) dispõe em seu art. 29 que a cobrança de dívida ativa da fazenda pública não se sujeita ao concurso de credores e ao juízo universal do inventário. E ao processo de execução trabalhista aplica-se subsidiariamente a lei dos executivos fiscais, consoante dispõe o art. 889 da CLT.

O colendo STJ já consolidou a sua jurisprudência nesse mesmo sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA DO TRABALHO E JUÍZO COMUM ESTADUAL. EXECUÇÃO TRABALHISTA. PENHORA DE BEM INTEGRANTE DO INVENTÁRIO. HABILITAÇÃO DO CRÉDITO. DESNECESSIDADE. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO NO FORO ONDE SE ENCONTRA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTE ESPECÍFICO DA SEGUNDA SEÇÃO DO STJ (CC 96.042/AC, MIN. MASSAMI UYEDA, DJE DE 21/10/2010), QUE DECIDIU QUESTÃO IDÊNTICA SUSCITADA PELO MESMO ESPÓLIO ORA AGRAVANTE. CONFLITO CONHECIDO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO PARA O PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO TRABALHISTA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. (AgRg no CC n. 115.478/AC, Relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Segunda Seção, julgado em 11/6/2014, DJe de 17/6/2014.)

Pois bem.

Não obstante se trate o pedido de alienação por iniciativa particular a ser promovido pela própria executada, a medida não se revela a mais adequada para o melhor aproveitamento da venda em favor dos credores e dos próprios executados.

À luz do art. 880 da CLT, a alienação deve ser promovida pelos leiloeiros credenciados perante a Justiça do Trabalho, propiciando a obtenção de valores maiores, observado o preço mínimo da avaliação.

Diante do exposto, DECIDO:

- autorizar a expedição de Edital para Alienação por Iniciativa Particular, por meio dos leiloeiros credenciados neste Regional, do bem imóvel de matrícula 3.951 ("Hotel Aracoara"), do 2º Registro de Imóveis do Distrito Federal, de propriedade da IRFASA CONSTRUÇÕES INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A;

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 01/10/2024 16:14:00 - f897f9e

- determinar que, expedido o edital, seja oficiado à 8ª Vara do Trabalho de Fortaleza-CE, nos autos do processo 0003600-25.1999.5.07.0008, que possui indisponibilidade registrada sob o R -40 da matrícula do imóvel, dando-lhe ciência do presente despacho e do edital de alienação por iniciativa particular, notadamente do ato de cooperação judiciária para a quitação da referida execução por meio da venda do imóvel, solicitando-lhe, desde já, a remessa a esse Juízo dos cálculos de sua execução devidamente atualizados;

- determinar a expedição de ofício à 2ª Vara Cível de Brasília nos autos do processo nº 14143-98.1995.07.0001, dando-lhe ciência do presente despacho e do edital de alienação por iniciativa particular, solicitando-lhe informações a respeito da baixa da penhora sobre o imóvel de matrícula 3.951 (“Hotel Aracoara”), do 2º Registro de Imóveis do Distrito Federal, de propriedade da IRFASA CONSTRUÇÕES INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A, objeto do Edital de Alienação;

- determinar a expedição de ofício ao Juízo da 1ª Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília-DF, onde se encontra em curso o processo de inventário nº0008596-08.2017.8.07.0001 (id 3b76a92), dando-lhe ciência de todo o teor do presente despacho e do edital de Alienação por Iniciativa Particular, inclusive de que o eventual saldo sobejante, após a quitação das dívidas, serão destinados ao juízo universal do Inventário rogando-lhe, por fim, que dê ciência todos os inventariantes de todos os termos da presente decisão e do edital de alienação expedido;

- determinar a expedição de ofício à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para ciência dos termos do presente despacho, tendo em vista o Termo de Transação Individual contido no id 93eb062.

Publique-se para ciência de todas as partes.

BRASILIA/DF, 01 de outubro de 2024.

FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA
Juiz do Trabalho Titular

Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 01/10/2024 16:14:00 - f897f9e
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10 REGIAO:02011574000190
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24100115353387300000043134607?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24100115353387300000043134607

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
SECRETARIA DE EXECUÇÕES ESPECIAIS E PESQUISA PATRIMONIAL
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS E OUTROS (1)
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA E OUTROS (7)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID f897f9e proferido nos autos.

TERMO DE CONCLUSÃO

Conclusão ao Exmo. Juiz(a) do Trabalho feita pelo(a) servidor (a) ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI, no dia 01/10/2024.

DESPACHO

Vistos, etc.

Trata-se o presente de Regime Especial de Execução Forçada – REEF, instaurado conforme despacho id 2468064, em face de solicitação oriunda dos próprios executados (id 3b6bc74), por meio do qual se busca a venda do bem imóvel de matrícula 3.951 (“Hotel Aracoara”), do 2º Registro de Imóveis do Distrito Federal, de propriedade da IRFASA CONSTRUÇÕES INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A para fins de pagamento das execuções em trâmite neste e em outros Regionais.

Registre-se, primeiramente que, embora a executada informe a existência de ações de execução vinculadas a tribunais diversos, a reunião das ações instaurada por este juízo vincula apenas as Varas do Trabalho do Distrito Federal, considerando o âmbito de competência territorial, bem com o disposto na RA 33/2023 – TRT-10.

À luz da Resolução 350/2020 do CNJ, impõe-se que se estabeleça, no caso presente, atos de cooperação judiciária, de modo que a alienação por este juízo do bem imóvel indicado pelos executados, penhorado no presente processo piloto, alcance a quitação de todas as execuções reunidas e também daquelas em curso em tribunais diversos, observando-se, evidentemente, a ordem de prioridade legal, bem como as reservas de crédito devidamente formalizadas nos presentes autos.

Esclarece-se, no entanto, que os débitos trabalhistas existentes em outros regionais, que não possuem penhora incidente sobre o bem indicado,

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 01/10/2024 16:15:00 - 95fe953

somente poderão ser beneficiados com o produto de eventual venda, em caso de requerimento de reserva de crédito, regulamente formalizada pelos respectivos Juízos nos presentes autos.

O bem imóvel indicado pelos executados foi penhorado nos presentes autos, conforme id fd8338f e id 68025a1.

A matrícula atualizada foi juntada aos autos, id 3bc2a72.

O montante das execuções trabalhistas reunidas no presente processo piloto é de R$1.605.789,44, conforme tabela a seguir:

VARA	PROCESSO	TOTAL DEVIDO
1ª VTB	0000194-03.2017.5.10.0001	R$ 120.657,45
1ª VTB	0000683-98.2021.5.10.0001	R$ 522.027,54
3ª VTB	0085100-81.1998.5.10.0003	R$3.620,91
6ª VTB	0000330-24.2013.5.10.0006	R$ 30.020,69
6ª VTB	0050800-84.1998.5.10.0006	R$ 16.966,65
6ª VTB	0098600-11.1998.5.10.0006	R$ 7.490,52
6ª VTB	0096700-56.1999.5.10.0006	R$ 32.129,74
7ª VTB	0015600-13.1998.5.10.0007	R$ 6.683,49
8ª VTB	0128500-33.1998.5.10.0008	R$ 7.186,04
8ª VTB	0000469-91.2018.5.10.0008	R$ 107.445,91

11ª VTB	0000598-19.2020.5.10.0011	R$ 10.076,42
11ª VTB	0114800-78.1998.5.10.0011	R$ 16.126,09
13ª VTB	0000876-19.2017.5.10.0013	R$ 95.758,77
15ª VTB	0000505-78.2019.5.10.0015	R$ 155.707,95
19ª VTB	0095000-64.2003.5.10.0019	R$ 94.930,76
20ª VTB	0000240-90.2021.5.10.0020	R$ 14.347,46
22ª VTB	0000563-60.2019.5.10.0022	R$ 363.263,89
1ª VTTAG	0129000-14.1998.5.10.0101	R$ 1.351,36

O bem imóvel foi avaliado em R$25.000.000,00 (id 81490d4).

À análise da matricula do imóvel, verifica-se que se encontram registrados os seguintes gravames:

REGISTRO	PROCESSO	INTERESSADO	VALOR
R-16	HIPOTECA	Banco do Brasil S.A.	U$8.646.000,00
R-17	Proc. 26404.95	2ª Vara Cível Brasília-DF	R$ 118.944.768,66
R-20	Proc. 1997.34.00.019952-5	18ª Vara Federal DF	R$ 969.162,17
R-22	Proc. 98.1750-2	11ª Vara Federal DF	R$ 555.686,43

R-23	Proc. 99.1956-3	18ª Vara Federal DF	R$ 100.047,37
R-24	Proc. 99.025110-1	11ª Vara Federal DF	R$ 34.283,28
R-31	Proc. 2005.34.00.006881-1	19ª Vara Federal DF	R$ 2.339.117,00
R-39	Proc. 711039-91.2021.8.07.0001	4ª Vara Cível de Brasília-DF	R$ 18.250,57
AV-40	Proc. 0003600-25.1999.5.07.0008	8ª Vara do Trabalho de Fortaleza-CE	R$ 81.975,48
AV-41	Proc. 0751890-82.2021.8.07.00016	2ª Vara de Execuções Fiscais	Sem valor indicado

Afirmam os executados, por meio da manifestação id – a9e94de, que os gravames R-16 e R-17, registrados na matrícula do imóvel, não mais subsistem, nos termos da decisão proferida nos autos do processo nº 14143-98.1995.07.0001, em tramitação perante a 2ª Vara Cível de Brasília e, ainda, que a referida hipoteca foi registrada há mais de 30 anos, incidindo à espécie o disposto no art. 1.485 do CCB.

De fato, os documentos ids a5ab35d e 5bafcf2 demonstram que a hipoteca registrada pelo Banco do Brasil S.A (R-16) possui a mesma origem da penhora R-17, objeto do processo 14143-98.1995.07.0001, no qual foi determinada a baixa do gravame, tendo em vista a realização de acordo entre as partes interessadas, aguardando-se, apenas, o trânsito em julgado para efetivação das respectivas baixas.

Ademais, tratando-se de hipoteca registrada em 25/2/1982, incide à espécie o disposto no art. 1485 do CCB.

Com relação aos gravames registrados pelas Varas Federais do DF, R-20 a R-24 e R-31, alegam os executados que se referem a créditos da UNIÃO, já objeto de transação realizada junto à PGFN, conforme TTI juntado aos autos.

O documento id 43b7acb demonstra a veracidade das alegações dos executados. Ademais, a PGFN foi regularmente intimada para se manifestar nos autos, não apresentando qualquer oposição quanto à venda do bem.

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 01/10/2024 16:15:00 - 95fe953

Por fim, alegam os executados que o gravame registrado sob o R-41 decorre de execução fiscal proposta em 29/9/2021, sem lançamento há mais de 5 anos, incidindo à espécie o instituto da decadência previsto nos arts. 173 e 174 do CTN.

Não obstante a plausibilidade jurídica das alegações dos executados, a tese deve ser suscitada nos autos da execução fiscal que registrou a penhora, não competindo a esse Juízo analisar a incidência de eventual decadência do crédito fiscal. Nesse cenário, enquanto não baixado o gravame, há que se considerá-lo como subsistente.

Verifica-se, ainda, que, embora não regularizadas as baixas dos gravames, conforme exposto supra, a executada informou que os débitos referentes aos registros R-16, R-17, R-20 a R-24 e R-31 já se encontram quitados.

Assim, verifica-se que pendem sobre o bem imóvel dado em garantia para pagamento das execuções reunidas, apenas os gravames R-39, R-40 e R-41.

Destes, apenas a R-40 decorre de indisponibilidade registrada por Juízo Trabalhista nos autos do processo 0003600-25.1999.5.07.0008, em trâmite na 8ª Vara do Trabalho de Fortaleza-CE.

Tendo em vista a natureza privilegiada do crédito trabalhista objeto da presente execução reunida, não há que subsistir a preferência das penhoras anteriores, salvo a indisponibilidade registrada pela 8ª Vara do Trabalho de Fortaleza-CE.

Registre-se, por oportuno, que o valor da avaliação do bem penhorado é superior ao montante necessário para garantir a quitação das execuções reunidas e da execução trabalhista com registro de indisponibilidade.

Feitas tais considerações, não vislumbra esse Juízo qualquer óbice ao deferimento do pedido de alienação do bem nos presentes autos.

Esclarece-se, no entanto, que o saldo sobejante do produto da alienação deverá atender às reservas de crédito trabalhista requeridas nos presente autos, às penhoras antecedentes registradas na matrícula do imóvel e, por fim, a destinação de eventual saldo remanescente ao Juízo do inventário onde o bem encontra-se arrolado.

Especificamente em relação ao fato do bem penhorado fazer parte do espólio de Wayne do Carmo Faria, que integra o polo passivo da presente execução, arrolado no processo de inventário em curso perante o Juízo da 1ª Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília-DF (processo nº 0008596-08.2017.8.07.0001 - id

3b76a92), há que se esclarecer que, à luz do art. 1997 do CCB, a herança responde pelas dívidas do falecido, desde que sejam vencidas e exigíveis, como no caso presente.

A despeito do procedimento ordinário do processo civil, em se tratando de crédito trabalhista, a execução tem curso diretamente no processo trabalhista, não havendo atração para o juízo universal do inventário.

A Lei n. 6.830/80 (lei de execução fiscal) dispõe em seu art. 29 que a cobrança de dívida ativa da fazenda pública não se sujeita ao concurso de credores e ao juízo universal do inventário. E ao processo de execução trabalhista aplica-se subsidiariamente a lei dos executivos fiscais, consoante dispõe o art. 889 da CLT.

O colendo STJ já consolidou a sua jurisprudência nesse mesmo sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA DO TRABALHO E JUÍZO COMUM ESTADUAL. EXECUÇÃO TRABALHISTA. PENHORA DE BEM INTEGRANTE DO INVENTÁRIO. HABILITAÇÃO DO CRÉDITO. DESNECESSIDADE. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO NO FORO ONDE SE ENCONTRA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTE ESPECÍFICO DA SEGUNDA SEÇÃO DO STJ (CC 96.042/AC, MIN. MASSAMI UYEDA, DJE DE 21/10/2010), QUE DECIDIU QUESTÃO IDÊNTICA SUSCITADA PELO MESMO ESPÓLIO ORA AGRAVANTE. CONFLITO CONHECIDO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO PARA O PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO TRABALHISTA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. (AgRg no CC n. 115.478/AC, Relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Segunda Seção, julgado em 11/6/2014, DJe de 17/6/2014.)

Pois bem.

Não obstante se trate o pedido de alienação por iniciativa particular a ser promovido pela própria executada, a medida não se revela a mais adequada para o melhor aproveitamento da venda em favor dos credores e dos próprios executados.

À luz do art. 880 da CLT, a alienação deve ser promovida pelos leiloeiros credenciados perante a Justiça do Trabalho, propiciando a obtenção de valores maiores, observado o preço mínimo da avaliação.

Diante do exposto, DECIDO:

- autorizar a expedição de Edital para Alienação por Iniciativa Particular, por meio dos leiloeiros credenciados neste Regional, do bem imóvel de

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 01/10/2024 16:15:00 - 95fe953

matrícula 3.951 (“Hotel Aracoara”), do 2º Registro de Imóveis do Distrito Federal, de propriedade da IRFASA CONSTRUÇÕES INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A;

- determinar que, expedido o edital, seja oficiado à 8ª Vara do Trabalho de Fortaleza-CE, nos autos do processo 0003600-25.1999.5.07.0008, que possui indisponibilidade registrada sob o R -40 da matrícula do imóvel, dando-lhe ciência do presente despacho e do edital de alienação por iniciativa particular, notadamente do ato de cooperação judiciária para a quitação da referida execução por meio da venda do imóvel, solicitando-lhe, desde já, a remessa a esse Juízo dos cálculos de sua execução devidamente atualizados;

- determinar a expedição de ofício à 2ª Vara Cível de Brasília nos autos do processo nº 14143-98.1995.07.0001, dando-lhe ciência do presente despacho e do edital de alienação por iniciativa particular, solicitando-lhe informações a respeito da baixa da penhora sobre o imóvel de matrícula 3.951 (“Hotel Aracoara”), do 2º Registro de Imóveis do Distrito Federal, de propriedade da IRFASA CONSTRUÇÕES INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A, objeto do Edital de Alienação;

- determinar a expedição de ofício ao Juízo da 1ª Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília-DF, onde se encontra em curso o processo de inventário nº0008596-08.2017.8.07.0001 (id 3b76a92), dando-lhe ciência de todo o teor do presente despacho e do edital de Alienação por Iniciativa Particular, inclusive de que o eventual saldo sobejante, após a quitação das dívidas, serão destinados ao juízo universal do Inventário rogando-lhe, por fim, que dê ciência todos os inventariantes de todos os termos da presente decisão e do edital de alienação expedido;

- determinar a expedição de ofício à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para ciência dos termos do presente despacho, tendo em vista o Termo de Transação Individual contido no id 93eb062.

Publique-se para ciência de todas as partes.

BRASILIA/DF, 01 de outubro de 2024.

FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA
Juiz do Trabalho Titular

Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 01/10/2024 16:15:00 - 95fe953
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10 REGIAO:02011574000190
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24100116140010100000043135886?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24100116140010100000043135886

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
SECRETARIA DE EXECUÇÕES ESPECIAIS E PESQUISA PATRIMONIAL
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS E OUTROS (1)
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA E OUTROS (7)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID f897f9e proferido nos autos.

TERMO DE CONCLUSÃO

Conclusão ao Exmo. Juiz(a) do Trabalho feita pelo(a) servidor (a) ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI, no dia 01/10/2024.

DESPACHO

Vistos, etc.

Trata-se o presente de Regime Especial de Execução Forçada – REEF, instaurado conforme despacho id 2468064, em face de solicitação oriunda dos próprios executados (id 3b6bc74), por meio do qual se busca a venda do bem imóvel de matrícula 3.951 (“Hotel Aracoara”), do 2º Registro de Imóveis do Distrito Federal, de propriedade da IRFASA CONSTRUÇÕES INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A para fins de pagamento das execuções em trâmite neste e em outros Regionais.

Registre-se, primeiramente que, embora a executada informe a existência de ações de execução vinculadas a tribunais diversos, a reunião das ações instaurada por este juízo vincula apenas as Varas do Trabalho do Distrito Federal, considerando o âmbito de competência territorial, bem com o disposto na RA 33/2023 – TRT-10.

À luz da Resolução 350/2020 do CNJ, impõe-se que se estabeleça, no caso presente, atos de cooperação judiciária, de modo que a alienação por este juízo do bem imóvel indicado pelos executados, penhorado no presente processo piloto, alcance a quitação de todas as execuções reunidas e também daquelas em curso em tribunais diversos, observando-se, evidentemente, a ordem de prioridade legal, bem como as reservas de crédito devidamente formalizadas nos presentes autos.

Esclarece-se, no entanto, que os débitos trabalhistas existentes em outros regionais, que não possuem penhora incidente sobre o bem indicado,

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 01/10/2024 16:15:00 - 1e78a1b

somente poderão ser beneficiados com o produto de eventual venda, em caso de requerimento de reserva de crédito, regulamente formalizada pelos respectivos Juízos nos presentes autos.

O bem imóvel indicado pelos executados foi penhorado nos presentes autos, conforme id fd8338f e id 68025a1.

A matrícula atualizada foi juntada aos autos, id 3bc2a72.

O montante das execuções trabalhistas reunidas no presente processo piloto é de R$1.605.789,44, conforme tabela a seguir:

VARA	PROCESSO	TOTAL DEVIDO
1ª VTB	0000194-03.2017.5.10.0001	R$ 120.657,45
1ª VTB	0000683-98.2021.5.10.0001	R$ 522.027,54
3ª VTB	0085100-81.1998.5.10.0003	R$3.620,91
6ª VTB	0000330-24.2013.5.10.0006	R$ 30.020,69
6ª VTB	0050800-84.1998.5.10.0006	R$ 16.966,65
6ª VTB	0098600-11.1998.5.10.0006	R$ 7.490,52
6ª VTB	0096700-56.1999.5.10.0006	R$ 32.129,74
7ª VTB	0015600-13.1998.5.10.0007	R$ 6.683,49
8ª VTB	0128500-33.1998.5.10.0008	R$ 7.186,04
8ª VTB	0000469-91.2018.5.10.0008	R$ 107.445,91

11ª VTB	0000598-19.2020.5.10.0011	R$ 10.076,42
11ª VTB	0114800-78.1998.5.10.0011	R$ 16.126,09
13ª VTB	0000876-19.2017.5.10.0013	R$ 95.758,77
15ª VTB	0000505-78.2019.5.10.0015	R$ 155.707,95
19ª VTB	0095000-64.2003.5.10.0019	R$ 94.930,76
20ª VTB	0000240-90.2021.5.10.0020	R$ 14.347,46
22ª VTB	0000563-60.2019.5.10.0022	R$ 363.263,89
1ª VTTAG	0129000-14.1998.5.10.0101	R$ 1.351,36

O bem imóvel foi avaliado em R$25.000.000,00 (id 81490d4).

À análise da matricula do imóvel, verifica-se que se encontram registrados os seguintes gravames:

REGISTRO	PROCESSO	INTERESSADO	VALOR
R-16	HIPOTECA	Banco do Brasil S.A.	U$8.646.000,00
R-17	Proc. 26404.95	2ª Vara Cível Brasília-DF	R$ 118.944.768,66
R-20	Proc. 1997.34.00.019952-5	18ª Vara Federal DF	R$ 969.162,17
R-22	Proc. 98.1750-2	11ª Vara Federal DF	R$ 555.686,43

R-23	Proc. 99.1956-3	18ª Vara Federal DF	R$ 100.047,37
R-24	Proc. 99.025110-1	11ª Vara Federal DF	R$ 34.283,28
R-31	Proc. 2005.34.00.006881-1	19ª Vara Federal DF	R$ 2.339.117,00
R-39	Proc. 711039-91.2021.8.07.0001	4ª Vara Cível de Brasília-DF	R$ 18.250,57
AV-40	Proc. 0003600-25.1999.5.07.0008	8ª Vara do Trabalho de Fortaleza-CE	R$ 81.975,48
AV-41	Proc. 0751890-82.2021.8.07.00016	2ª Vara de Execuções Fiscais	Sem valor indicado

Afirmam os executados, por meio da manifestação id – a9e94de, que os gravames R-16 e R-17, registrados na matrícula do imóvel, não mais subsistem, nos termos da decisão proferida nos autos do processo nº 14143-98.1995.07.0001, em tramitação perante a 2ª Vara Cível de Brasília e, ainda, que a referida hipoteca foi registrada há mais de 30 anos, incidindo à espécie o disposto no art. 1.485 do CCB.

De fato, os documentos ids a5ab35d e 5bafcf2 demonstram que a hipoteca registrada pelo Banco do Brasil S.A (R-16) possui a mesma origem da penhora R-17, objeto do processo 14143-98.1995.07.0001, no qual foi determinada a baixa do gravame, tendo em vista a realização de acordo entre as partes interessadas, aguardando-se, apenas, o trânsito em julgado para efetivação das respectivas baixas.

Ademais, tratando-se de hipoteca registrada em 25/2/1982, incide à espécie o disposto no art. 1485 do CCB.

Com relação aos gravames registrados pelas Varas Federais do DF, R-20 a R-24 e R-31, alegam os executados que se referem a créditos da UNIÃO, já objeto de transação realizada junto à PGFN, conforme TTI juntado aos autos.

O documento id 43b7acb demonstra a veracidade das alegações dos executados. Ademais, a PGFN foi regularmente intimada para se manifestar nos autos, não apresentando qualquer oposição quanto à venda do bem.

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 01/10/2024 16:15:00 - 1e78a1b

Por fim, alegam os executados que o gravame registrado sob o R-41 decorre de execução fiscal proposta em 29/9/2021, sem lançamento há mais de 5 anos, incidindo à espécie o instituto da decadência previsto nos arts. 173 e 174 do CTN.

Não obstante a plausibilidade jurídica das alegações dos executados, a tese deve ser suscitada nos autos da execução fiscal que registrou a penhora, não competindo a esse Juízo analisar a incidência de eventual decadência do crédito fiscal. Nesse cenário, enquanto não baixado o gravame, há que se considerá-lo como subsistente.

Verifica-se, ainda, que, embora não regularizadas as baixas dos gravames, conforme exposto supra, a executada informou que os débitos referentes aos registros R-16, R-17, R-20 a R-24 e R-31 já se encontram quitados.

Assim, verifica-se que pendem sobre o bem imóvel dado em garantia para pagamento das execuções reunidas, apenas os gravames R-39, R-40 e R-41.

Destes, apenas a R-40 decorre de indisponibilidade registrada por Juízo Trabalhista nos autos do processo 0003600-25.1999.5.07.0008, em trâmite na 8ª Vara do Trabalho de Fortaleza-CE.

Tendo em vista a natureza privilegiada do crédito trabalhista objeto da presente execução reunida, não há que subsistir a preferência das penhoras anteriores, salvo a indisponibilidade registrada pela 8ª Vara do Trabalho de Fortaleza-CE.

Registre-se, por oportuno, que o valor da avaliação do bem penhorado é superior ao montante necessário para garantir a quitação das execuções reunidas e da execução trabalhista com registro de indisponibilidade.

Feitas tais considerações, não vislumbra esse Juízo qualquer óbice ao deferimento do pedido de alienação do bem nos presentes autos.

Esclarece-se, no entanto, que o saldo sobejante do produto da alienação deverá atender às reservas de crédito trabalhista requeridas nos presente autos, às penhoras antecedentes registradas na matrícula do imóvel e, por fim, a destinação de eventual saldo remanescente ao Juízo do inventário onde o bem encontra-se arrolado.

Especificamente em relação ao fato do bem penhorado fazer parte do espólio de Wayne do Carmo Faria, que integra o polo passivo da presente execução, arrolado no processo de inventário em curso perante o Juízo da 1ª Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília-DF (processo nº 0008596-08.2017.8.07.0001 - id

3b76a92), há que se esclarecer que, à luz do art. 1997 do CCB, a herança responde pelas dívidas do falecido, desde que sejam vencidas e exigíveis, como no caso presente.

A despeito do procedimento ordinário do processo civil, em se tratando de crédito trabalhista, a execução tem curso diretamente no processo trabalhista, não havendo atração para o juízo universal do inventário.

A Lei n. 6.830/80 (lei de execução fiscal) dispõe em seu art. 29 que a cobrança de dívida ativa da fazenda pública não se sujeita ao concurso de credores e ao juízo universal do inventário. E ao processo de execução trabalhista aplica-se subsidiariamente a lei dos executivos fiscais, consoante dispõe o art. 889 da CLT.

O colendo STJ já consolidou a sua jurisprudência nesse mesmo sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA DO TRABALHO E JUÍZO COMUM ESTADUAL. EXECUÇÃO TRABALHISTA. PENHORA DE BEM INTEGRANTE DO INVENTÁRIO. HABILITAÇÃO DO CRÉDITO. DESNECESSIDADE. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO NO FORO ONDE SE ENCONTRA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTE ESPECÍFICO DA SEGUNDA SEÇÃO DO STJ (CC 96.042/AC, MIN. MASSAMI UYEDA, DJE DE 21/10/2010), QUE DECIDIU QUESTÃO IDÊNTICA SUSCITADA PELO MESMO ESPÓLIO ORA AGRAVANTE. CONFLITO CONHECIDO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO PARA O PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO TRABALHISTA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. (AgRg no CC n. 115.478/AC, Relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Segunda Seção, julgado em 11/6/2014, DJe de 17/6/2014.)

Pois bem.

Não obstante se trate o pedido de alienação por iniciativa particular a ser promovido pela própria executada, a medida não se revela a mais adequada para o melhor aproveitamento da venda em favor dos credores e dos próprios executados.

À luz do art. 880 da CLT, a alienação deve ser promovida pelos leiloeiros credenciados perante a Justiça do Trabalho, propiciando a obtenção de valores maiores, observado o preço mínimo da avaliação.

Diante do exposto, DECIDO:

- autorizar a expedição de Edital para Alienação por Iniciativa Particular, por meio dos leiloeiros credenciados neste Regional, do bem imóvel de

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 01/10/2024 16:15:00 - 1e78a1b

matrícula 3.951 (“Hotel Aracoara”), do 2º Registro de Imóveis do Distrito Federal, de propriedade da IRFASA CONSTRUÇÕES INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A;

- determinar que, expedido o edital, seja oficiado à 8ª Vara do Trabalho de Fortaleza-CE, nos autos do processo 0003600-25.1999.5.07.0008, que possui indisponibilidade registrada sob o R -40 da matrícula do imóvel, dando-lhe ciência do presente despacho e do edital de alienação por iniciativa particular, notadamente do ato de cooperação judiciária para a quitação da referida execução por meio da venda do imóvel, solicitando-lhe, desde já, a remessa a esse Juízo dos cálculos de sua execução devidamente atualizados;

- determinar a expedição de ofício à 2ª Vara Cível de Brasília nos autos do processo nº 14143-98.1995.07.0001, dando-lhe ciência do presente despacho e do edital de alienação por iniciativa particular, solicitando-lhe informações a respeito da baixa da penhora sobre o imóvel de matrícula 3.951 (“Hotel Aracoara”), do 2º Registro de Imóveis do Distrito Federal, de propriedade da IRFASA CONSTRUÇÕES INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A, objeto do Edital de Alienação;

- determinar a expedição de ofício ao Juízo da 1ª Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília-DF, onde se encontra em curso o processo de inventário nº0008596-08.2017.8.07.0001 (id 3b76a92), dando-lhe ciência de todo o teor do presente despacho e do edital de Alienação por Iniciativa Particular, inclusive de que o eventual saldo sobejante, após a quitação das dívidas, serão destinados ao juízo universal do Inventário rogando-lhe, por fim, que dê ciência todos os inventariantes de todos os termos da presente decisão e do edital de alienação expedido;

- determinar a expedição de ofício à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para ciência dos termos do presente despacho, tendo em vista o Termo de Transação Individual contido no id 93eb062.

Publique-se para ciência de todas as partes.

BRASILIA/DF, 01 de outubro de 2024.

FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA
Juiz do Trabalho Titular

Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 01/10/2024 16:15:00 - 1e78a1b
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10 REGIAO:02011574000190
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24100116140043300000043135887?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24100116140043300000043135887

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
SECRETARIA DE EXECUÇÕES ESPECIAIS E PESQUISA PATRIMONIAL
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS E OUTROS (1)
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA E OUTROS (7)

TERMO DE CONCLUSÃO

Conclusão ao Exmo. Juiz(a) do Trabalho feita pelo(a) servidor (a) ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI, no dia 01/10/2024.

DESPACHO COM FORÇA DE EDITAL

DE ALIENAÇÃO POR INICIATIVA PARTICULAR

O Excelentíssimo Juiz do JUÍZO DE EXECUÇÕES ESPECIAIS E PESQUISA PATRIMONIAL (SEXEC) faz saber a todos aqueles que virem ou dele notícia tiverem, que com a publicação deste **despacho com força de edital** fica aberto o procedimento de **ALIENAÇÃO JUDICIAL** destinada à VENDA de imóvel na modalidade **ALIENAÇÃO JUDICIAL POR INICIATIVA PARTICULAR**, nos termos dos arts. 879, inciso I, 880 e seguintes do CPC, bem como do art. 110 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (CGJT/CSJT) e do artigo 172, inciso III, e 220 do Provimento Geral Consolidado da Corregedoria Regional nº 1/2021.

Por este EDITAL ficam todos os credores devidamente intimados da abertura do presente procedimento de alienação na modalidade por iniciativa particular do bem imóvel abaixo especificado.

Dessa forma, autorizo os leiloeiros e corretores credenciados neste Regional a promoverem a alienação por iniciativa particular (art. 880 do CPC combinado com o art. 172, inciso III, do Provimento Geral Consolidado do TRT10), com prazo de **30 dias** corridos para recebimento de propostas, a contar do dia **7/10/2024**, observados o valor da avaliação, além da comissão do leiloeiro, e as seguintes condições de pagamento, garantias e comissão de corretagem:

A) INFORMAÇÕES GERAIS

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 02/10/2024 10:24:19 - 85e7093

Descrição do bem: Lote de terreno designado pela letra “C”, da Quadra HN-5, do Setor Hoteleiro Norte (SH/NORTE), medindo: 32,00m pelos lados Norte e Sul e 15,00m pelos lados leste e oeste, ou seja, a área de 480m2, limitando-se com logradouros públicos por todos os lados, e respectivo prédio nele edificado com a área total construída de 7.933,00m2, denominado como “HOTEL ARACOARA”.

Matrícula e cartório de registro: matrícula 3.951 do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis do DF

Ocupação: Atualmente o imóvel está desativado e fechado.

Valor da Avaliação: R$25.000.00,00 (vinte e cinco milhões de reais)

Data da Avaliação: 9/2/2024 (id 81490d4)

Hipoteca/ônus/penhora sobre o bem: SIM

REGISTRO	PROCESSO	INTERESSADO	VALOR
R-16	HIPOTECA	BANCO DO BRASIL S.A.	U$8.646.000,00
R-17	Proc. 26404.95	2ª Vara Cível Brasília-DF	R$ 118.944.768,66
R-20	Proc. 1997.34.00.019952-5	18ª Vara Federal DF	R$ 969.162,17
R-22	Proc. 98.1750-2	11ª Vara Federal DF	R$ 555.686,43
R-23	Proc. 99.1956-3	18ª Vara Federal DF	R$ 100.047,37
R-24	Proc. 99.025110-1	11ª Vara Federal DF	R$ 34.283,28
R-31	Proc. 2005.34.00.006881-1	19ª Vara Federal DF	R$ 2.339.117,00

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 02/10/2024 10:24:19 - 85e7093

R-39	Proc. 711039-91.2021.8.07.0001	4ª Vara Cível de Brasília-DF	R$ 18.250,57
AV-40	Proc. 0003600-25.1999.5.07.0008	8ª Vara do Trabalho de Fortaleza-CE	R$ 81.975,48
AV-41	Proc. 0751890-82.2021.8.07.00016	2ª Vara de Execuções Fiscais	Sem valor indicado

Com relação à **hipoteca R16 e penhora R17**, os executados informaram nos autos que não mais subsistem, nos termos da decisão proferida nos autos do processo nº 14143-98.1995.07.0001, em tramitação perante a 2ª Vara Cível de Brasília e, ainda, que a referida hipoteca foi registrada há mais de 30 anos, incidindo à espécie o disposto no art. 1.485 do CCB.

Com relação aos gravames registrados pelas Varas Federais do DF, **R-20, R-22, R-23 e R-24 e R-31**, alegam os executados que se referem a créditos da UNIÃO, já objeto de transação realizada junto à PGFN, conforme TTI juntado aos autos.

Analise dos gravames no id. f897f9e.

Comissão do Leiloeiro: 5% do valor da alienação, a cargo do adquirente.

Modalidade: ALIENAÇÃO POR INICIATIVA PARTICULAR

Local de apresentação das propostas: (site dos leiloeiros)

Data de início do recebimento das propostas (exclusivamente eletrônico): **dia 7/10/2024** .

Data do término do recebimento das propostas (exclusivamente eletrônico): **5/11/2024**, inclusive.

Os débitos de IPTU, água e energia serão desvinculados do imóvel, na forma do art. 130, parágrafo único, do CTN, ao passo que os débitos de condomínio e outros decorrentes de direito real de garantia serão quitados com o valor arrecadado com a alienação;

Caberá ao adquirente pagar os emolumentos e demais valores decorrentes da baixa das anotações e averbações, inclusive dos registros de penhoras e indisponibilidades pendentes e de cancelamentos dessas, bem como os

emolumentos decorrentes do registro da alienação judicial, na forma do caput do art. 14 da Lei de Registro Públicos.

B) HABILITAÇÃO

Serão admitidos como lançadores pessoas físicas ou jurídicas, domiciliadas ou estabelecidas em qualquer localidade do território nacional que, nos termos do art. 890 do CPC, estiverem na livre administração de seus bens, à exceção dos tutores, curadores, testamenteiros, administradores, síndicos ou liquidantes (quanto aos bens confiados a sua guarda e responsabilidade), os mandatários (quanto aos bens de cuja administração ou alienação estejam encarregados), os membros do Poder Judiciário, os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública, os escrivães e os demais servidores e auxiliares da Justiça (em relação aos bens e direitos objeto de alienação na localidade onde servirem ou a que se estender a sua autoridade).

A identificação das pessoas físicas que se habilitarem como proponentes será atestada através de documento de Identidade (RG) ou qualquer documento oficial de identificação civil com foto.

As pessoas jurídicas serão representadas por quem os estatutos indicarem, devendo apresentar, no ato da aquisição, cópia do contrato social com sua última alteração, estatuto atualizado e comprovante de CNPJ.

Estão impedidas de participar da alienação por iniciativa particular as pessoas físicas e jurídicas que deixaram de cumprir suas obrigações em alienações judiciais anteriores, inclusive o não pagamento integral do valor do lanço; aquelas que criaram embaraços como arrematantes, em processo de quaisquer das Varas do Trabalho do TRT10; magistrados, servidores e prestadores de serviços do TRT10, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou dependentes; além daquelas definidas na lei.

Poderão ser exigidas do adquirente outras garantias como fiança bancária ou garantia real, a critério do juízo da execução.

Caberá ao adquirente tomar as providências e arcar com os custos da desocupação do bem caso o mesmo esteja ocupado, adotando todas as providências e arcando com todos os custos para a transferência do bem junto aos órgãos competentes, inclusive os tributos eventualmente incidentes sobre a arrematação e transferência do bem, inclusive, mas não somente, ICMS, ITBI, IRPF ou IRPJ, taxas de transferência, dentre outros.

C) DO OFERECIMENTO DE PROPOSTAS

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 02/10/2024 10:24:19 - 85e7093

O interessado deverá apresentar a proposta contendo: seus dados pessoais, endereço completo e telefone para eventual contato. A proposta será apresentada pela internet, por meio do endereço eletrônico do leiloeiro/corretor nomeado, no período assinado no presente despacho, e deverá observar os parâmetros seguintes:

C.1) Do valor da proposta

Apenas propostas com valor igual ou superior ao valor da avaliação (R$25.000.000,00 – vinte e cinco milhões de reais) serão aceitas na fase de alienação por iniciativa particular.

C.2) Do sinal

Os interessados deverão garantir a sua oferta mediante depósito do sinal correspondente a 20% (vinte por cento) do seu valor (art. 888, § 2º, CLT), integralizando-o em 24h do dia útil subsequente ao da homologação da alienação, sob pena de perder o sinal em benefício da execução (art. 888, § 4º, da CLT).

C.3) Do parcelamento de bens

Não será admitido parcelamento da proposta, devendo o valor ser pago À VISTA.

C.4) Da forma de apresentação das propostas

A proposta apresentada pelo licitante, pessoa física ou jurídica, deverá conter:

I. Nome, CPF/CNPJ, endereço e telefone do licitante;

II. Preço total ofertado, expresso em algarismo e por extenso, em moeda corrente do país, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas que possam levar a dúbias interpretações. Na eventual divergência entre os preços, será considerado o valor por extenso;

III. Declaração expressa da forma de pagamento;

IV. Declaração expressa de que tem conhecimento do estado físico do bem móvel ou imóvel, bem como de que correrão por sua conta e risco as despesas e as providências visando à alteração do seu estado de conservação;

V. Declaração expressa de que o licitante se submete a todas as condições deste edital de alienação por iniciativa particular;

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 02/10/2024 10:24:19 - 85e7093

VI. Local, data e assinatura do licitante ou do seu procurador;

VII. No caso de proposta de pessoa física assinada por procurador, a procuração deve ser outorgada em instrumento público e anexada a proposta;

VIII. No caso de proposta de pessoa jurídica assinada por procurador, a procuração outorgada em instrumento público e o documento que comprove que a outorga da procuração foi feita por quem detém poderes para fazê-lo devem ser anexados à proposta;

IX. No caso de proposta de pessoa jurídica, deve ser anexado à proposta o ato constitutivo que comprove a condição de representante legal do licitante.

C.5) Da desclassificação das propostas

Serão desclassificadas as propostas que:

I. Não estiverem corretamente preenchidas, conforme estipulado neste edital;

II. Não atendam às exigências deste edital;

III. Forem apresentadas fora do prazo e do horário estipulados neste edital;

IV. Condicionarem suas ofertas a quaisquer outras condições não previstas neste edital, ou a outras propostas ou fatores também não previstos;

V. Apresentarem o valor total da proposta inferior ao valor de venda constante do item “C.1” deste edital:

VI. Apresentarem dúvidas na modalidade de pagamento: se à vista ou por meio de parcelamento;

VII. Contenham divergência de números, dados ou valores, bem como rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas em suas partes essenciais, que possam acarretar dúbias interpretações;

VIII. Forem apresentadas sem assinatura física ou digital;

IX. Tenham sido preenchidas de forma ilegível.

C.6) Das penalidades

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 02/10/2024 10:24:19 - 85e7093

Aquele que desistir da proposta pendente de homologação perderá o sinal em benefício da execução, sendo automaticamente excluído do cadastro de arrematantes pelo prazo de 3 (três) anos, além de poder ser responsabilizado penalmente, conforme o disciplinado no artigo 358 do Código Penal.

D) DA REMIÇÃO

A(s) parte(s) executada(s) poderá(ão) remir a execução antes de adjudicado(s) ou alienado(s) o(s) bem(ns), na forma do artigo 13 da Lei nº 5.584/70 e art. 826 do CPC, mediante comprovação do pagamento do débito atualizado de toda a dívida trabalhista reunida neste processo piloto, acrescido dos honorários e das despesas do leiloeiro.

E) DA ADJUDICAÇÃO

O(s) exequente(s) poderá(ão), durante o período assinado para alienação, adjudicar o(s) bem(ns) oferecendo preço não inferior ao da avaliação, nos termos dos arts. 888 e 889 da CLT, art. 24, inciso II, da Lei nº 6.830/80 combinado com o art. 876 do CPC.

Idêntico direito poderá ser exercido por aqueles indicados no art. 889, incisos II a VIII, do CPC, pelos credores concorrentes que hajam penhorado o mesmo bem, pelo cônjuge, pelo companheiro, pelos descendentes ou pelos ascendentes do executado (art. 876, § 5º do CPC).

O exequente que não adjudicar os bens antes do leilão poderá exercer o direito de preferência em adjudicá-lo pelo valor do maior lance (art. 888, § 1º, da CLT, combinado com o art. 24, inciso II, da Lei nº 6.830/80), desde que o requeira até o término do prazo do recebimento das propostas, independentemente de intimação. Nesta hipótese a comissão do leiloeiro ficará a cargo do executado, nos termos do artigo 180, § 4º, do Provimento da Corregedoria nº 1/2021 (Provimento Geral Consolidado).

F) DOS ÔNUS

Nos termos do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, e do art. 908, § 1º, do CPC, o(a) Adquirente receberá o bem livre de quaisquer ônus tributários, inclusive débitos de IPTU e IPVA, uma vez que estes se sub-rogarão no preço da hasta, bem como não responderá por eventuais débitos, tais como água, luz, multas e outros, acaso existente(s), inscritos ou não na dívida pública, gerados até a data da homologação - esses encargos não serão transferidos ao Adquirente em razão da forma originária de aquisição da propriedade que exsurge da arrematação /alienação judicial (REsp 1446249/SP - STJ).

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 02/10/2024 10:24:19 - 85e7093

Ao adquirente não é dado o direito à devolução do bem móvel ou imóvel, sob a alegação de vícios não aparentes (redibitórios).

Também não será transferido ao adquirente eventual ônus relativo à hipoteca sobre o bem imóvel, conforme art. 1.499, inciso VI, do Código Civil.

Caberá ao adquirente pagar os emolumentos e demais valores decorrentes da baixa das anotações e averbações, inclusive dos registros de penhoras e indisponibilidades e de cancelamentos dessas, bem como os emolumentos decorrentes do registro da alienação judicial, na forma do caput do art. 14 da Lei de Registro Públicos.

As despesas de transferência do bem penhorado, tais como custo de registro no Cartório de Registro de Imóveis, transferência junto a órgão de trânsito, entre outras, correrão por conta do adquirente.

O bem ofertado à venda por intermédio do presente edital será alienado no estado em que se encontra, não cabendo à Justiça do Trabalho qualquer responsabilidade quanto a consertos, encargos sociais ou encargos de transferência patrimonial, ônus estes que ficarão a cargo do adquirente.

O adquirente também arcará com as despesas para averbação de eventuais benfeitorias não registradas e todas as demais especificadas no edital.

O imóvel é ofertado à venda como coisa certa e determinada (venda “ad corpus”), sendo apenas enunciativas as referências neste edital.

Nenhuma diferença porventura comprovada nas dimensões /descrição do imóvel poderá ser invocada, a qualquer tempo, como motivo para desistência, anulação da compra, compensações ou modificações no preço ou nas condições de pagamento, ficando a sua regularização e despesas decorrentes a cargo do adquirente.

Não caberá, ainda, a alegação de evicção, sendo exclusiva atribuição do adquirente a prévia verificação do estado de conservação e das especificações dos bens oferecidos por meio do presente edital.

G) DA ATUAÇÃO DOS LEILOEIROS E CORRETORES

Os leiloeiros e corretores estão autorizados a vistoriar os bens objeto deste edital que não estejam na sua posse, ou designar procurador para tanto, inclusive fazendo-se acompanhar de eventuais interessados na aquisição, podendo requisitar escolta policial caso julgue necessário.

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 02/10/2024 10:24:19 - 85e7093

A Secretaria da SEXEC cientificará, preferencialmente por meio eletrônico, as pessoas que a lei definam como de intimação necessária para ciência dos leilões designados (artigo 889 do CPC), juntando aos autos as respectivas comprovações.

H) DA REMUNERAÇÃO DO LEILOEIRO/CORRETOR

O leiloeiro/corretor receberá comissão de 5% do valor da alienação do bem, a cargo do adquirente, além do ressarcimento das despesas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, na forma da lei e do § 1º do art. 180 do Provimento da Corregedoria nº 1/2021 (Provimento Geral Consolidado).

A homologação do acordo, o deferimento do pedido de remição ou de arrematação ficarão condicionados ao integral pagamento de todos os valores devidos ao leiloeiro, nos termos do § 5º do art. 180 do Provimento da Corregedoria nº 1 /2021 (Provimento Geral Consolidado).

A comissão não será devida nas demais hipóteses em que a venda não seja efetivada, ainda que em razão de anulação, ineficácia ou desistência.

Os honorários do leiloeiro, a cargo do adquirente, deverão ser pagos em conta judicial própria no prazo da integralização do valor oferecido pelo bem, conforme item C.2 deste edital, observando-se o pagamento proporcional de honorários na hipótese de parcelamento e nos mesmos moldes deste.

I) DAS DEMAIS PROVIDÊNCIAS

Os leiloeiros e corretores credenciados ficam autorizados a anunciar os bens em sites de venda de produtos on line, deixando expresso tratar-se de alienação judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com registro do número do processo.

A fim de se garantir o sigilo das propostas, estas deverão ser juntadas nestes autos pelos leiloeiros e corretores no primeiro dia útil após o término do prazo assinado no edital e delas devem constar os requisitos previstos no item C.4 deste edital.

Findo o prazo para apresentação de propostas, o juízo homologará a de maior valor, determinando o seu depósito no prazo de 24 horas do dia útil subsequente.

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 02/10/2024 10:24:19 - 85e7093

Somente serão aceitas propostas à VISTA. Caso haja mais de uma proposta de pagamento, prefere-se a de maior valor e, em relação àquelas em iguais condições, a preferência é da proposta formulada em primeiro lugar.

Todo e qualquer valor deverá ser depositado em conta judicial à disposição do juízo, **junto à Caixa Econômica Federal - Agência 3920, vinculada ao presente processo,** sendo vedado aos leiloeiros e corretores receberem valores diretamente dos proponentes.

Casos omissos serão resolvidos por este Juízo da Execução.

Publique-se para ciência das partes.

Dê-se ciência aos credores hipotecários, aos Juízos com penhoras antecedentes e ao Juízo da 1ª Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília-DF, onde se encontra em curso o processo de inventário nº0008596-08.2017.8.07.0001, para os fins e temos definidos no despacho id f8979e.

BRASILIA/DF, 02 de outubro de 2024.

FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA
Juiz do Trabalho Titular

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
SECRETARIA DE EXECUÇÕES ESPECIAIS E PESQUISA PATRIMONIAL
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS E OUTROS (1)
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA E OUTROS (7)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 85e7093 proferido nos autos.

TERMO DE CONCLUSÃO

Conclusão ao Exmo. Juiz(a) do Trabalho feita pelo(a) servidor (a) ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI, no dia 01/10/2024.

DESPACHO COM FORÇA DE EDITAL

DE ALIENAÇÃO POR INICIATIVA PARTICULAR

O Excelentíssimo Juiz do JUÍZO DE EXECUÇÕES ESPECIAIS E PESQUISA PATRIMONIAL (SEXEC) faz saber a todos aqueles que virem ou dele notícia tiverem, que com a publicação deste **despacho com força de edital** fica aberto o procedimento de **ALIENAÇÃO JUDICIAL** destinada à VENDA de imóvel na modalidade **ALIENAÇÃO JUDICIAL POR INICIATIVA PARTICULAR**, nos termos dos arts. 879, inciso I, 880 e seguintes do CPC, bem como do art. 110 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (CGJT/CSJT) e do artigo 172, inciso III, e 220 do Provimento Geral Consolidado da Corregedoria Regional nº 1/2021.

Por este EDITAL ficam todos os credores devidamente intimados da abertura do presente procedimento de alienação na modalidade por iniciativa particular do bem imóvel abaixo especificado.

Dessa forma, autorizo os leiloeiros e corretores credenciados neste Regional a promoverem a alienação por iniciativa particular (art. 880 do CPC combinado com o art. 172, inciso III, do Provimento Geral Consolidado do TRT10), com prazo de **30 dias** corridos para recebimento de propostas, a contar do dia **7/10/2024**, observados o valor da avaliação, além da comissão do leiloeiro, e as seguintes condições de pagamento, garantias e comissão de corretagem:

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 02/10/2024 10:25:19 - f2c2e26

A) INFORMAÇÕES GERAIS

Descrição do bem: Lote de terreno designado pela letra “C”, da Quadra HN-5, do Setor Hoteleiro Norte (SH/NORTE), medindo: 32,00m pelos lados Norte e Sul e 15,00m pelos lados leste e oeste, ou seja, a área de 480m2, limitando-se com logradouros públicos por todos os lados, e respectivo prédio nele edificado com a área total construída de 7.933,00m2, denominado como “HOTEL ARACOARA”.

Matrícula e cartório de registro: matrícula 3.951 do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis do DF

Ocupação: Atualmente o imóvel está desativado e fechado.

Valor da Avaliação: R$25.000.00,00 (vinte e cinco milhões de reais)

Data da Avaliação: 9/2/2024 (id 81490d4)

Hipoteca/ônus/penhora sobre o bem: SIM

REGISTRO	PROCESSO	INTERESSADO	VALOR
R-16	HIPOTECA	BANCO DO BRASIL S.A.	U$8.646.000,00
R-17	Proc. 26404.95	2ª Vara Cível Brasília-DF	R$ 118.944.768,66
R-20	Proc. 1997.34.00.019952-5	18ª Vara Federal DF	R$ 969.162,17
R-22	Proc. 98.1750-2	11ª Vara Federal DF	R$ 555.686,43
R-23	Proc. 99.1956-3	18ª Vara Federal DF	R$ 100.047,37
R-24	Proc. 99.025110-1	11ª Vara Federal DF	R$ 34.283,28
R-31	Proc. 2005.34.00.006881-1	19ª Vara Federal DF	R$ 2.339.117,00

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 02/10/2024 10:25:19 - f2c2e26

R-39	Proc. 711039-91.2021.8.07.0001	4ª Vara Cível de Brasília-DF	R$ 18.250,57
AV-40	Proc. 0003600-25.1999.5.07.0008	8ª Vara do Trabalho de Fortaleza-CE	R$ 81.975,48
AV-41	Proc. 0751890-82.2021.8.07.00016	2ª Vara de Execuções Fiscais	Sem valor indicado

Com relação à **hipoteca R16 e penhora R17**, os executados informaram nos autos que não mais subsistem, nos termos da decisão proferida nos autos do processo nº 14143-98.1995.07.0001, em tramitação perante a 2ª Vara Cível de Brasília e, ainda, que a referida hipoteca foi registrada há mais de 30 anos, incidindo à espécie o disposto no art. 1.485 do CCB.

Com relação aos gravames registrados pelas Varas Federais do DF, **R-20, R-22, R-23 e R-24 e R-31**, alegam os executados que se referem a créditos da UNIÃO, já objeto de transação realizada junto à PGFN, conforme TTI juntado aos autos.

Analise dos gravames no id. f897f9e.

Comissão do Leiloeiro: 5% do valor da alienação, a cargo do adquirente.

Modalidade: ALIENAÇÃO POR INICIATIVA PARTICULAR

Local de apresentação das propostas: (site dos leiloeiros)

Data de início do recebimento das propostas (exclusivamente eletrônico): **dia 7/10/2024** .

Data do término do recebimento das propostas (exclusivamente eletrônico): **5/11/2024**, inclusive.

Os débitos de IPTU, água e energia serão desvinculados do imóvel, na forma do art. 130, parágrafo único, do CTN, ao passo que os débitos de condomínio e outros decorrentes de direito real de garantia serão quitados com o valor arrecadado com a alienação;

Caberá ao adquirente pagar os emolumentos e demais valores decorrentes da baixa das anotações e averbações, inclusive dos registros de penhoras

e indisponibilidades pendentes e de cancelamentos dessas, bem como os emolumentos decorrentes do registro da alienação judicial, na forma do caput do art. 14 da Lei de Registro Públicos.

B) HABILITAÇÃO

Serão admitidos como lançadores pessoas físicas ou jurídicas, domiciliadas ou estabelecidas em qualquer localidade do território nacional que, nos termos do art. 890 do CPC, estiverem na livre administração de seus bens, à exceção dos tutores, curadores, testamenteiros, administradores, síndicos ou liquidantes (quanto aos bens confiados a sua guarda e responsabilidade), os mandatários (quanto aos bens de cuja administração ou alienação estejam encarregados), os membros do Poder Judiciário, os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública, os escrivães e os demais servidores e auxiliares da Justiça (em relação aos bens e direitos objeto de alienação na localidade onde servirem ou a que se estender a sua autoridade).

A identificação das pessoas físicas que se habilitarem como proponentes será atestada através de documento de Identidade (RG) ou qualquer documento oficial de identificação civil com foto.

As pessoas jurídicas serão representadas por quem os estatutos indicarem, devendo apresentar, no ato da aquisição, cópia do contrato social com sua última alteração, estatuto atualizado e comprovante de CNPJ.

Estão impedidas de participar da alienação por iniciativa particular as pessoas físicas e jurídicas que deixaram de cumprir suas obrigações em alienações judiciais anteriores, inclusive o não pagamento integral do valor do lanço; aquelas que criaram embaraços como arrematantes, em processo de quaisquer das Varas do Trabalho do TRT10; magistrados, servidores e prestadores de serviços do TRT10, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou dependentes; além daquelas definidas na lei.

Poderão ser exigidas do adquirente outras garantias como fiança bancária ou garantia real, a critério do juízo da execução.

Caberá ao adquirente tomar as providências e arcar com os custos da desocupação do bem caso o mesmo esteja ocupado, adotando todas as providências e arcando com todos os custos para a transferência do bem junto aos órgãos competentes, inclusive os tributos eventualmente incidentes sobre a arrematação e transferência do bem, inclusive, mas não somente, ICMS, ITBI, IRPF ou IRPJ, taxas de transferência, dentre outros.

C) DO OFERECIMENTO DE PROPOSTAS

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 02/10/2024 10:25:19 - f2c2e26

O interessado deverá apresentar a proposta contendo: seus dados pessoais, endereço completo e telefone para eventual contato. A proposta será apresentada pela internet, por meio do endereço eletrônico do leiloeiro/corretor nomeado, no período assinado no presente despacho, e deverá observar os parâmetros seguintes:

C.1) Do valor da proposta

Apenas propostas com valor igual ou superior ao valor da avaliação (R$25.000.000,00 – vinte e cinco milhões de reais) serão aceitas na fase de alienação por iniciativa particular.

C.2) Do sinal

Os interessados deverão garantir a sua oferta mediante depósito do sinal correspondente a 20% (vinte por cento) do seu valor (art. 888, § 2º, CLT), integralizando-o em 24h do dia útil subsequente ao da homologação da alienação, sob pena de perder o sinal em benefício da execução (art. 888, § 4º, da CLT).

C.3) Do parcelamento de bens

Não será admitido parcelamento da proposta, devendo o valor ser pago À VISTA.

C.4) Da forma de apresentação das propostas

A proposta apresentada pelo licitante, pessoa física ou jurídica, deverá conter:

I. Nome, CPF/CNPJ, endereço e telefone do licitante;

II. Preço total ofertado, expresso em algarismo e por extenso, em moeda corrente do país, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas que possam levar a dúbias interpretações. Na eventual divergência entre os preços, será considerado o valor por extenso;

III. Declaração expressa da forma de pagamento;

IV. Declaração expressa de que tem conhecimento do estado físico do bem móvel ou imóvel, bem como de que correrão por sua conta e risco as despesas e as providências visando à alteração do seu estado de conservação;

V. Declaração expressa de que o licitante se submete a todas as condições deste edital de alienação por iniciativa particular;

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 02/10/2024 10:25:19 - f2c2e26

VI. Local, data e assinatura do licitante ou do seu procurador;

VII. No caso de proposta de pessoa física assinada por procurador, a procuração deve ser outorgada em instrumento público e anexada a proposta;

VIII. No caso de proposta de pessoa jurídica assinada por procurador, a procuração outorgada em instrumento público e o documento que comprove que a outorga da procuração foi feita por quem detém poderes para fazê-lo devem ser anexados à proposta;

IX. No caso de proposta de pessoa jurídica, deve ser anexado à proposta o ato constitutivo que comprove a condição de representante legal do licitante.

C.5) Da desclassificação das propostas

Serão desclassificadas as propostas que:

I. Não estiverem corretamente preenchidas, conforme estipulado neste edital;

II. Não atendam às exigências deste edital;

III. Forem apresentadas fora do prazo e do horário estipulados neste edital;

IV. Condicionarem suas ofertas a quaisquer outras condições não previstas neste edital, ou a outras propostas ou fatores também não previstos;

V. Apresentarem o valor total da proposta inferior ao valor de venda constante do item “C.1” deste edital:

VI. Apresentarem dúvidas na modalidade de pagamento: se à vista ou por meio de parcelamento;

VII. Contenham divergência de números, dados ou valores, bem como rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas em suas partes essenciais, que possam acarretar dúbias interpretações;

VIII. Forem apresentadas sem assinatura física ou digital;

IX. Tenham sido preenchidas de forma ilegível.

C.6) Das penalidades

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 02/10/2024 10:25:19 - f2c2e26

Aquele que desistir da proposta pendente de homologação perderá o sinal em benefício da execução, sendo automaticamente excluído do cadastro de arrematantes pelo prazo de 3 (três) anos, além de poder ser responsabilizado penalmente, conforme o disciplinado no artigo 358 do Código Penal.

D) DA REMIÇÃO

A(s) parte(s) executada(s) poderá(ão) remir a execução antes de adjudicado(s) ou alienado(s) o(s) bem(ns), na forma do artigo 13 da Lei nº 5.584/70 e art. 826 do CPC, mediante comprovação do pagamento do débito atualizado de toda a dívida trabalhista reunida neste processo piloto, acrescido dos honorários e das despesas do leiloeiro.

E) DA ADJUDICAÇÃO

O(s) exequente(s) poderá(ão), durante o período assinado para alienação, adjudicar o(s) bem(ns) oferecendo preço não inferior ao da avaliação, nos termos dos arts. 888 e 889 da CLT, art. 24, inciso II, da Lei nº 6.830/80 combinado com o art. 876 do CPC.

Idêntico direito poderá ser exercido por aqueles indicados no art. 889, incisos II a VIII, do CPC, pelos credores concorrentes que hajam penhorado o mesmo bem, pelo cônjuge, pelo companheiro, pelos descendentes ou pelos ascendentes do executado (art. 876, § 5º do CPC).

O exequente que não adjudicar os bens antes do leilão poderá exercer o direito de preferência em adjudicá-lo pelo valor do maior lance (art. 888, § 1º, da CLT, combinado com o art. 24, inciso II, da Lei nº 6.830/80), desde que o requeira até o término do prazo do recebimento das propostas, independentemente de intimação. Nesta hipótese a comissão do leiloeiro ficará a cargo do executado, nos termos do artigo 180, § 4º, do Provimento da Corregedoria nº 1/2021 (Provimento Geral Consolidado).

F) DOS ÔNUS

Nos termos do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, e do art. 908, § 1º, do CPC, o(a) Adquirente receberá o bem livre de quaisquer ônus tributários, inclusive débitos de IPTU e IPVA, uma vez que estes se sub-rogarão no preço da hasta, bem como não responderá por eventuais débitos, tais como água, luz, multas e outros, acaso existente(s), inscritos ou não na dívida pública, gerados até a data da homologação - esses encargos não serão transferidos ao Adquirente em razão da forma originária de aquisição da propriedade que exsurge da arrematação /alienação judicial (REsp 1446249/SP - STJ).

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 02/10/2024 10:25:19 - f2c2e26

Ao adquirente não é dado o direito à devolução do bem móvel ou imóvel, sob a alegação de vícios não aparentes (redibitórios).

Também não será transferido ao adquirente eventual ônus relativo à hipoteca sobre o bem imóvel, conforme art. 1.499, inciso VI, do Código Civil.

Caberá ao adquirente pagar os emolumentos e demais valores decorrentes da baixa das anotações e averbações, inclusive dos registros de penhoras e indisponibilidades e de cancelamentos dessas, bem como os emolumentos decorrentes do registro da alienação judicial, na forma do caput do art. 14 da Lei de Registro Públicos.

As despesas de transferência do bem penhorado, tais como custo de registro no Cartório de Registro de Imóveis, transferência junto a órgão de trânsito, entre outras, correrão por conta do adquirente.

O bem ofertado à venda por intermédio do presente edital será alienado no estado em que se encontra, não cabendo à Justiça do Trabalho qualquer responsabilidade quanto a consertos, encargos sociais ou encargos de transferência patrimonial, ônus estes que ficarão a cargo do adquirente.

O adquirente também arcará com as despesas para averbação de eventuais benfeitorias não registradas e todas as demais especificadas no edital.

O imóvel é ofertado à venda como coisa certa e determinada (venda “ad corpus”), sendo apenas enunciativas as referências neste edital.

Nenhuma diferença porventura comprovada nas dimensões /descrição do imóvel poderá ser invocada, a qualquer tempo, como motivo para desistência, anulação da compra, compensações ou modificações no preço ou nas condições de pagamento, ficando a sua regularização e despesas decorrentes a cargo do adquirente.

Não caberá, ainda, a alegação de evicção, sendo exclusiva atribuição do adquirente a prévia verificação do estado de conservação e das especificações dos bens oferecidos por meio do presente edital.

G) DA ATUAÇÃO DOS LEILOEIROS E CORRETORES

Os leiloeiros e corretores estão autorizados a vistoriar os bens objeto deste edital que não estejam na sua posse, ou designar procurador para tanto, inclusive fazendo-se acompanhar de eventuais interessados na aquisição, podendo requisitar escolta policial caso julgue necessário.

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 02/10/2024 10:25:19 - f2c2e26

A Secretaria da SEXEC cientificará, preferencialmente por meio eletrônico, as pessoas que a lei definam como de intimação necessária para ciência dos leilões designados (artigo 889 do CPC), juntando aos autos as respectivas comprovações.

H) DA REMUNERAÇÃO DO LEILOEIRO/CORRETOR

O leiloeiro/corretor receberá comissão de 5% do valor da alienação do bem, a cargo do adquirente, além do ressarcimento das despesas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, na forma da lei e do § 1º do art. 180 do Provimento da Corregedoria nº 1/2021 (Provimento Geral Consolidado).

A homologação do acordo, o deferimento do pedido de remição ou de arrematação ficarão condicionados ao integral pagamento de todos os valores devidos ao leiloeiro, nos termos do § 5º do art. 180 do Provimento da Corregedoria nº 1 /2021 (Provimento Geral Consolidado).

A comissão não será devida nas demais hipóteses em que a venda não seja efetivada, ainda que em razão de anulação, ineficácia ou desistência.

Os honorários do leiloeiro, a cargo do adquirente, deverão ser pagos em conta judicial própria no prazo da integralização do valor oferecido pelo bem, conforme item C.2 deste edital, observando-se o pagamento proporcional de honorários na hipótese de parcelamento e nos mesmos moldes deste.

I) DAS DEMAIS PROVIDÊNCIAS

Os leiloeiros e corretores credenciados ficam autorizados a anunciar os bens em sites de venda de produtos on line, deixando expresso tratar-se de alienação judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com registro do número do processo.

A fim de se garantir o sigilo das propostas, estas deverão ser juntadas nestes autos pelos leiloeiros e corretores no primeiro dia útil após o término do prazo assinado no edital e delas devem constar os requisitos previstos no item C.4 deste edital.

Findo o prazo para apresentação de propostas, o juízo homologará a de maior valor, determinando o seu depósito no prazo de 24 horas do dia útil subsequente.

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 02/10/2024 10:25:19 - f2c2e26

Somente serão aceitas propostas à VISTA. Caso haja mais de uma proposta de pagamento, prefere-se a de maior valor e, em relação àquelas em iguais condições, a preferência é da proposta formulada em primeiro lugar.

Todo e qualquer valor deverá ser depositado em conta judicial à disposição do juízo, **junto à Caixa Econômica Federal - Agência 3920, vinculada ao presente processo,** sendo vedado aos leiloeiros e corretores receberem valores diretamente dos proponentes.

Casos omissos serão resolvidos por este Juízo da Execução.

Publique-se para ciência das partes.

Dê-se ciência aos credores hipotecários, aos Juízos com penhoras antecedentes e ao Juízo da 1ª Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília-DF, onde se encontra em curso o processo de inventário nº0008596-08.2017.8.07.0001, para os fins e temos definidos no despacho id f8979e.

BRASILIA/DF, 02 de outubro de 2024.

FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA
Juiz do Trabalho Titular

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
SECRETARIA DE EXECUÇÕES ESPECIAIS E PESQUISA PATRIMONIAL
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS E OUTROS (1)
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA E OUTROS (7)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 85e7093 proferido nos autos.

TERMO DE CONCLUSÃO

Conclusão ao Exmo. Juiz(a) do Trabalho feita pelo(a) servidor (a) ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI, no dia 01/10/2024.

DESPACHO COM FORÇA DE EDITAL

DE ALIENAÇÃO POR INICIATIVA PARTICULAR

O Excelentíssimo Juiz do JUÍZO DE EXECUÇÕES ESPECIAIS E PESQUISA PATRIMONIAL (SEXEC) faz saber a todos aqueles que virem ou dele notícia tiverem, que com a publicação deste **despacho com força de edital** fica aberto o procedimento de **ALIENAÇÃO JUDICIAL** destinada à VENDA de imóvel na modalidade **ALIENAÇÃO JUDICIAL POR INICIATIVA PARTICULAR**, nos termos dos arts. 879, inciso I, 880 e seguintes do CPC, bem como do art. 110 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (CGJT/CSJT) e do artigo 172, inciso III, e 220 do Provimento Geral Consolidado da Corregedoria Regional nº 1/2021.

Por este EDITAL ficam todos os credores devidamente intimados da abertura do presente procedimento de alienação na modalidade por iniciativa particular do bem imóvel abaixo especificado.

Dessa forma, autorizo os leiloeiros e corretores credenciados neste Regional a promoverem a alienação por iniciativa particular (art. 880 do CPC combinado com o art. 172, inciso III, do Provimento Geral Consolidado do TRT10), com prazo de **30 dias** corridos para recebimento de propostas, a contar do dia **7/10/2024**, observados o valor da avaliação, além da comissão do leiloeiro, e as seguintes condições de pagamento, garantias e comissão de corretagem:

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 02/10/2024 10:25:19 - dd3de9f

A) INFORMAÇÕES GERAIS

Descrição do bem: Lote de terreno designado pela letra “C”, da Quadra HN-5, do Setor Hoteleiro Norte (SH/NORTE), medindo: 32,00m pelos lados Norte e Sul e 15,00m pelos lados leste e oeste, ou seja, a área de 480m2, limitando-se com logradouros públicos por todos os lados, e respectivo prédio nele edificado com a área total construída de 7.933,00m2, denominado como “HOTEL ARACOARA”.

Matrícula e cartório de registro: matrícula 3.951 do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis do DF

Ocupação: Atualmente o imóvel está desativado e fechado.

Valor da Avaliação: R$25.000.00,00 (vinte e cinco milhões de reais)

Data da Avaliação: 9/2/2024 (id 81490d4)

Hipoteca/ônus/penhora sobre o bem: SIM

REGISTRO	PROCESSO	INTERESSADO	VALOR
R-16	HIPOTECA	BANCO DO BRASIL S.A.	U$8.646.000,00
R-17	Proc. 26404.95	2ª Vara Cível Brasília-DF	R$ 118.944.768,66
R-20	Proc. 1997.34.00.019952-5	18ª Vara Federal DF	R$ 969.162,17
R-22	Proc. 98.1750-2	11ª Vara Federal DF	R$ 555.686,43
R-23	Proc. 99.1956-3	18ª Vara Federal DF	R$ 100.047,37
R-24	Proc. 99.025110-1	11ª Vara Federal DF	R$ 34.283,28
R-31	Proc. 2005.34.00.006881-1	19ª Vara Federal DF	R$ 2.339.117,00

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 02/10/2024 10:25:19 - dd3de9f

R-39	Proc. 711039-91.2021.8.07.0001	4ª Vara Cível de Brasília-DF	R$ 18.250,57
AV-40	Proc. 0003600-25.1999.5.07.0008	8ª Vara do Trabalho de Fortaleza-CE	R$ 81.975,48
AV-41	Proc. 0751890-82.2021.8.07.00016	2ª Vara de Execuções Fiscais	Sem valor indicado

Com relação à **hipoteca R16 e penhora R17**, os executados informaram nos autos que não mais subsistem, nos termos da decisão proferida nos autos do processo nº 14143-98.1995.07.0001, em tramitação perante a 2ª Vara Cível de Brasília e, ainda, que a referida hipoteca foi registrada há mais de 30 anos, incidindo à espécie o disposto no art. 1.485 do CCB.

Com relação aos gravames registrados pelas Varas Federais do DF, **R-20, R-22, R-23 e R-24 e R-31**, alegam os executados que se referem a créditos da UNIÃO, já objeto de transação realizada junto à PGFN, conforme TTI juntado aos autos.

Analise dos gravames no id. f897f9e.

Comissão do Leiloeiro: 5% do valor da alienação, a cargo do adquirente.

Modalidade: ALIENAÇÃO POR INICIATIVA PARTICULAR

Local de apresentação das propostas: (site dos leiloeiros)

Data de início do recebimento das propostas (exclusivamente eletrônico): **dia 7/10/2024** .

Data do término do recebimento das propostas (exclusivamente eletrônico): **5/11/2024**, inclusive.

Os débitos de IPTU, água e energia serão desvinculados do imóvel, na forma do art. 130, parágrafo único, do CTN, ao passo que os débitos de condomínio e outros decorrentes de direito real de garantia serão quitados com o valor arrecadado com a alienação;

Caberá ao adquirente pagar os emolumentos e demais valores decorrentes da baixa das anotações e averbações, inclusive dos registros de penhoras

e indisponibilidades pendentes e de cancelamentos dessas, bem como os emolumentos decorrentes do registro da alienação judicial, na forma do caput do art. 14 da Lei de Registro Públicos.

B) HABILITAÇÃO

Serão admitidos como lançadores pessoas físicas ou jurídicas, domiciliadas ou estabelecidas em qualquer localidade do território nacional que, nos termos do art. 890 do CPC, estiverem na livre administração de seus bens, à exceção dos tutores, curadores, testamenteiros, administradores, síndicos ou liquidantes (quanto aos bens confiados a sua guarda e responsabilidade), os mandatários (quanto aos bens de cuja administração ou alienação estejam encarregados), os membros do Poder Judiciário, os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública, os escrivães e os demais servidores e auxiliares da Justiça (em relação aos bens e direitos objeto de alienação na localidade onde servirem ou a que se estender a sua autoridade).

A identificação das pessoas físicas que se habilitarem como proponentes será atestada através de documento de Identidade (RG) ou qualquer documento oficial de identificação civil com foto.

As pessoas jurídicas serão representadas por quem os estatutos indicarem, devendo apresentar, no ato da aquisição, cópia do contrato social com sua última alteração, estatuto atualizado e comprovante de CNPJ.

Estão impedidas de participar da alienação por iniciativa particular as pessoas físicas e jurídicas que deixaram de cumprir suas obrigações em alienações judiciais anteriores, inclusive o não pagamento integral do valor do lanço; aquelas que criaram embaraços como arrematantes, em processo de quaisquer das Varas do Trabalho do TRT10; magistrados, servidores e prestadores de serviços do TRT10, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou dependentes; além daquelas definidas na lei.

Poderão ser exigidas do adquirente outras garantias como fiança bancária ou garantia real, a critério do juízo da execução.

Caberá ao adquirente tomar as providências e arcar com os custos da desocupação do bem caso o mesmo esteja ocupado, adotando todas as providências e arcando com todos os custos para a transferência do bem junto aos órgãos competentes, inclusive os tributos eventualmente incidentes sobre a arrematação e transferência do bem, inclusive, mas não somente, ICMS, ITBI, IRPF ou IRPJ, taxas de transferência, dentre outros.

C) DO OFERECIMENTO DE PROPOSTAS

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 02/10/2024 10:25:19 - dd3de9f

O interessado deverá apresentar a proposta contendo: seus dados pessoais, endereço completo e telefone para eventual contato. A proposta será apresentada pela internet, por meio do endereço eletrônico do leiloeiro/corretor nomeado, no período assinado no presente despacho, e deverá observar os parâmetros seguintes:

C.1) Do valor da proposta

Apenas propostas com valor igual ou superior ao valor da avaliação (R$25.000.000,00 – vinte e cinco milhões de reais) serão aceitas na fase de alienação por iniciativa particular.

C.2) Do sinal

Os interessados deverão garantir a sua oferta mediante depósito do sinal correspondente a 20% (vinte por cento) do seu valor (art. 888, § 2º, CLT), integralizando-o em 24h do dia útil subsequente ao da homologação da alienação, sob pena de perder o sinal em benefício da execução (art. 888, § 4º, da CLT).

C.3) Do parcelamento de bens

Não será admitido parcelamento da proposta, devendo o valor ser pago À VISTA.

C.4) Da forma de apresentação das propostas

A proposta apresentada pelo licitante, pessoa física ou jurídica, deverá conter:

I. Nome, CPF/CNPJ, endereço e telefone do licitante;

II. Preço total ofertado, expresso em algarismo e por extenso, em moeda corrente do país, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas que possam levar a dúbias interpretações. Na eventual divergência entre os preços, será considerado o valor por extenso;

III. Declaração expressa da forma de pagamento;

IV. Declaração expressa de que tem conhecimento do estado físico do bem móvel ou imóvel, bem como de que correrão por sua conta e risco as despesas e as providências visando à alteração do seu estado de conservação;

V. Declaração expressa de que o licitante se submete a todas as condições deste edital de alienação por iniciativa particular;

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 02/10/2024 10:25:19 - dd3de9f

VI. Local, data e assinatura do licitante ou do seu procurador;

VII. No caso de proposta de pessoa física assinada por procurador, a procuração deve ser outorgada em instrumento público e anexada a proposta;

VIII. No caso de proposta de pessoa jurídica assinada por procurador, a procuração outorgada em instrumento público e o documento que comprove que a outorga da procuração foi feita por quem detém poderes para fazê-lo devem ser anexados à proposta;

IX. No caso de proposta de pessoa jurídica, deve ser anexado à proposta o ato constitutivo que comprove a condição de representante legal do licitante.

C.5) Da desclassificação das propostas

Serão desclassificadas as propostas que:

I. Não estiverem corretamente preenchidas, conforme estipulado neste edital;

II. Não atendam às exigências deste edital;

III. Forem apresentadas fora do prazo e do horário estipulados neste edital;

IV. Condicionarem suas ofertas a quaisquer outras condições não previstas neste edital, ou a outras propostas ou fatores também não previstos;

V. Apresentarem o valor total da proposta inferior ao valor de venda constante do item “C.1” deste edital:

VI. Apresentarem dúvidas na modalidade de pagamento: se à vista ou por meio de parcelamento;

VII. Contenham divergência de números, dados ou valores, bem como rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas em suas partes essenciais, que possam acarretar dúbias interpretações;

VIII. Forem apresentadas sem assinatura física ou digital;

IX. Tenham sido preenchidas de forma ilegível.

C.6) Das penalidades

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 02/10/2024 10:25:19 - dd3de9f

Aquele que desistir da proposta pendente de homologação perderá o sinal em benefício da execução, sendo automaticamente excluído do cadastro de arrematantes pelo prazo de 3 (três) anos, além de poder ser responsabilizado penalmente, conforme o disciplinado no artigo 358 do Código Penal.

D) DA REMIÇÃO

A(s) parte(s) executada(s) poderá(ão) remir a execução antes de adjudicado(s) ou alienado(s) o(s) bem(ns), na forma do artigo 13 da Lei nº 5.584/70 e art. 826 do CPC, mediante comprovação do pagamento do débito atualizado de toda a dívida trabalhista reunida neste processo piloto, acrescido dos honorários e das despesas do leiloeiro.

E) DA ADJUDICAÇÃO

O(s) exequente(s) poderá(ão), durante o período assinado para alienação, adjudicar o(s) bem(ns) oferecendo preço não inferior ao da avaliação, nos termos dos arts. 888 e 889 da CLT, art. 24, inciso II, da Lei nº 6.830/80 combinado com o art. 876 do CPC.

Idêntico direito poderá ser exercido por aqueles indicados no art. 889, incisos II a VIII, do CPC, pelos credores concorrentes que hajam penhorado o mesmo bem, pelo cônjuge, pelo companheiro, pelos descendentes ou pelos ascendentes do executado (art. 876, § 5º do CPC).

O exequente que não adjudicar os bens antes do leilão poderá exercer o direito de preferência em adjudicá-lo pelo valor do maior lance (art. 888, § 1º, da CLT, combinado com o art. 24, inciso II, da Lei nº 6.830/80), desde que o requeira até o término do prazo do recebimento das propostas, independentemente de intimação. Nesta hipótese a comissão do leiloeiro ficará a cargo do executado, nos termos do artigo 180, § 4º, do Provimento da Corregedoria nº 1/2021 (Provimento Geral Consolidado).

F) DOS ÔNUS

Nos termos do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, e do art. 908, § 1º, do CPC, o(a) Adquirente receberá o bem livre de quaisquer ônus tributários, inclusive débitos de IPTU e IPVA, uma vez que estes se sub-rogarão no preço da hasta, bem como não responderá por eventuais débitos, tais como água, luz, multas e outros, acaso existente(s), inscritos ou não na dívida pública, gerados até a data da homologação - esses encargos não serão transferidos ao Adquirente em razão da forma originária de aquisição da propriedade que exsurge da arrematação /alienação judicial (REsp 1446249/SP - STJ).

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 02/10/2024 10:25:19 - dd3de9f

Ao adquirente não é dado o direito à devolução do bem móvel ou imóvel, sob a alegação de vícios não aparentes (redibitórios).

Também não será transferido ao adquirente eventual ônus relativo à hipoteca sobre o bem imóvel, conforme art. 1.499, inciso VI, do Código Civil.

Caberá ao adquirente pagar os emolumentos e demais valores decorrentes da baixa das anotações e averbações, inclusive dos registros de penhoras e indisponibilidades e de cancelamentos dessas, bem como os emolumentos decorrentes do registro da alienação judicial, na forma do caput do art. 14 da Lei de Registro Públicos.

As despesas de transferência do bem penhorado, tais como custo de registro no Cartório de Registro de Imóveis, transferência junto a órgão de trânsito, entre outras, correrão por conta do adquirente.

O bem ofertado à venda por intermédio do presente edital será alienado no estado em que se encontra, não cabendo à Justiça do Trabalho qualquer responsabilidade quanto a consertos, encargos sociais ou encargos de transferência patrimonial, ônus estes que ficarão a cargo do adquirente.

O adquirente também arcará com as despesas para averbação de eventuais benfeitorias não registradas e todas as demais especificadas no edital.

O imóvel é ofertado à venda como coisa certa e determinada (venda “ad corpus”), sendo apenas enunciativas as referências neste edital.

Nenhuma diferença porventura comprovada nas dimensões /descrição do imóvel poderá ser invocada, a qualquer tempo, como motivo para desistência, anulação da compra, compensações ou modificações no preço ou nas condições de pagamento, ficando a sua regularização e despesas decorrentes a cargo do adquirente.

Não caberá, ainda, a alegação de evicção, sendo exclusiva atribuição do adquirente a prévia verificação do estado de conservação e das especificações dos bens oferecidos por meio do presente edital.

G) DA ATUAÇÃO DOS LEILOEIROS E CORRETORES

Os leiloeiros e corretores estão autorizados a vistoriar os bens objeto deste edital que não estejam na sua posse, ou designar procurador para tanto, inclusive fazendo-se acompanhar de eventuais interessados na aquisição, podendo requisitar escolta policial caso julgue necessário.

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 02/10/2024 10:25:19 - dd3de9f

A Secretaria da SEXEC cientificará, preferencialmente por meio eletrônico, as pessoas que a lei definam como de intimação necessária para ciência dos leilões designados (artigo 889 do CPC), juntando aos autos as respectivas comprovações.

H) DA REMUNERAÇÃO DO LEILOEIRO/CORRETOR

O leiloeiro/corretor receberá comissão de 5% do valor da alienação do bem, a cargo do adquirente, além do ressarcimento das despesas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, na forma da lei e do § 1º do art. 180 do Provimento da Corregedoria nº 1/2021 (Provimento Geral Consolidado).

A homologação do acordo, o deferimento do pedido de remição ou de arrematação ficarão condicionados ao integral pagamento de todos os valores devidos ao leiloeiro, nos termos do § 5º do art. 180 do Provimento da Corregedoria nº 1 /2021 (Provimento Geral Consolidado).

A comissão não será devida nas demais hipóteses em que a venda não seja efetivada, ainda que em razão de anulação, ineficácia ou desistência.

Os honorários do leiloeiro, a cargo do adquirente, deverão ser pagos em conta judicial própria no prazo da integralização do valor oferecido pelo bem, conforme item C.2 deste edital, observando-se o pagamento proporcional de honorários na hipótese de parcelamento e nos mesmos moldes deste.

I) DAS DEMAIS PROVIDÊNCIAS

Os leiloeiros e corretores credenciados ficam autorizados a anunciar os bens em sites de venda de produtos on line, deixando expresso tratar-se de alienação judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com registro do número do processo.

A fim de se garantir o sigilo das propostas, estas deverão ser juntadas nestes autos pelos leiloeiros e corretores no primeiro dia útil após o término do prazo assinado no edital e delas devem constar os requisitos previstos no item C.4 deste edital.

Findo o prazo para apresentação de propostas, o juízo homologará a de maior valor, determinando o seu depósito no prazo de 24 horas do dia útil subsequente.

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 02/10/2024 10:25:19 - dd3de9f

Somente serão aceitas propostas à VISTA. Caso haja mais de uma proposta de pagamento, prefere-se a de maior valor e, em relação àquelas em iguais condições, a preferência é da proposta formulada em primeiro lugar.

Todo e qualquer valor deverá ser depositado em conta judicial à disposição do juízo, **junto à Caixa Econômica Federal - Agência 3920, vinculada ao presente processo,** sendo vedado aos leiloeiros e corretores receberem valores diretamente dos proponentes.

Casos omissos serão resolvidos por este Juízo da Execução.

Publique-se para ciência das partes.

Dê-se ciência aos credores hipotecários, aos Juízos com penhoras antecedentes e ao Juízo da 1ª Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília-DF, onde se encontra em curso o processo de inventário nº0008596-08.2017.8.07.0001, para os fins e temos definidos no despacho id f8979e.

BRASILIA/DF, 02 de outubro de 2024.

FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA
Juiz do Trabalho Titular

Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 02/10/2024 10:25:19 - dd3de9f
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24100210241951000000043145987?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24100210241951000000043145987

Outlook

EDITAL ALIENAÇÃO POR INICIATIVA PARTICULAR Processo 85100-81.1998.5.10.0003

De sexec <sexec@trt10.jus.br>
Data Qua, 02/10/2024 16:58
Para judicial@hoppeleiloes.com.br <judicial@hoppeleiloes.com.br>; contato@leiloesjudiciaisdf.com.br <contato@leiloesjudiciaisdf.com.br>; andersondepaula@e-leiloeiro.com.br <andersondepaula@e-leiloeiro.com.br>; diretoria@satoleiloes.com.br <diretoria@satoleiloes.com.br>; administrativo@infinityleiloes.com.br <administrativo@infinityleiloes.com.br>; Federal Leilões <federalleiloes@gmail.com>; contato@dgleiloes.com.br <contato@dgleiloes.com.br>; contato@grupolance.com.br <contato@grupolance.com.br>; daniel@danieloliveiraleiloes.com.br <daniel@danieloliveiraleiloes.com.br>; danyllodf@dmleiloesjudiciais.com.br <danyllodf@dmleiloesjudiciais.com.br>; comercial@clicleiloes.com.br <comercial@clicleiloes.com.br>; fabio@fabioleiloes.com.br <fabio@fabioleiloes.com.br>; secretario8@fernandoleiloeiro.com.br <secretario8@fernandoleiloeiro.com.br>; contato@fredericoleiloes.com.br <contato@fredericoleiloes.com.br>; gian@braggio.com.br <gian@braggio.com.br>; contato@gustavomorettoleiloeiro.com.br <contato@gustavomorettoleiloeiro.com.br>; jonasleiloeiro@yahoo.com.br <jonasleiloeiro@yahoo.com.br>; jogfrancisco@hotmail.com <jogfrancisco@hotmail.com>; José Luiz <joseluiz@flexleiloes.com.br>; contato@jussiaraleiloes.com <contato@jussiaraleiloes.com>

1 anexos (114 KB)
Documento_85e7093.pdf;

Prezados leiloeiros,

Encaminho, em anexo, edital de alienação por iniciativa particular relativo ao imóvel "Lote de terreno designado pela letra “C”, da Quadra HN-5, do Setor Hoteleiro Norte (SH/NORTE), medindo: 32,00m pelos lados Norte e Sul e 15,00m pelos lados leste e oeste, ou seja, a área de 480m2, limitando-se com logradouros públicos por todos os lados, e respectivo prédio nele edificado com a área total construída de 7.933,00m2, denominado como “HOTEL ARACOARA”."

Data de início do recebimento das propostas 7/10/2024
Data do término do recebimento das propostas 5/11/2024
Lance mínimo Valor da Avaliação (25.000.000,00 - vinte e cinco milhoes de reais)
A fim de se garantir o sigilo das propostas, estas deverão ser juntadas nestes autos pelos leiloeiros e corretores no primeiro dia útil após o término do prozo assinado no edital.

Atenciosamente,

ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI
Secretária de Execuções Especiais e Pesquisa Patrimonial
SEXEC/TRT10

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 02/10/2024 16:59:38 - 12b03a5
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24100216593747500000043157257?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24100216593747500000043157257

Outlook

intimação credor hipotecario EDITAL ALIENAÇÃO INICIATIVA PARTICULAR

De sexec <sexec@trt10.jus.br>
Data Qua, 02/10/2024 17:06
Para dijur@bb.com.br <dijur@bb.com.br>

2 anexos (1 MB)
Documento_3bc2a72.pdf; Documento_85e7093.pdf;

Prezados,
encaminho, em anexo, para ciência do credor hipotecário edital de Alienação por iniciativa particular do imóvel de matrícula 3951 do Cartório do 2ª Ofício de Registro de Imóveis do DF, sobre o qual encontra-se gravada hipoteca em desfavor de Banco do Brasil S.A., conforme matrícula, que também segue anexada ao presente.
Solicita-se a gentileza de acusar o recebimento.

Atenciosamente,

ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI
Secretária de Execuções Especiais e Pesquisa Patrimonial
SEXEC/TRT10 - Ramal 1765

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 02/10/2024 17:07:46 - 298da8b
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24100217074673800000043157516?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24100217074673800000043157516

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
SECRETARIA DE EXECUÇÕES ESPECIAIS E PESQUISA PATRIMONIAL
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS E OUTROS (1)
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA E OUTROS (7)

Certifico e dou fé que a 8ª Vara do Trabalho de Fortaleza-CE encaminhou, via malote digital, os cálculos atualizados do processo 00036-25.1999.5.07.0008, já registrados como reserva de crédito na planilha consolidada, conforme consignado no despacho id 3f8a080, restando, pois, cumprida a determinação constante do despacho id f897f9e, no particular.

BRASILIA/DF, 02 de outubro de 2024.

ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI
Diretor de Secretaria

Assinado eletronicamente por: ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI - Juntado em: 02/10/2024 17:27:35 - bcf4ee5
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24100217250184100000043158168?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24100217250184100000043158168

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
SECRETARIA DE EXECUÇÕES ESPECIAIS E PESQUISA PATRIMONIAL
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS E OUTROS (1)
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA E OUTROS (7)

Secretaria de Execuções Especiais e Pesquisa Patrimonial
SEPN 513 BLOCO B, LOTE 2/3, FORO TRABALHISTA DE BRASÍLIA,ASA NORTE, BRASILIA /DF - CEP: 70760-522, sexec@trt10.jus.br
Atendimento ao público das 10h às 16h pelo Balcão Virtual:

https://www.trt10.jus.br/servicos/?pagina=balcao_virtual.php

OFICIO Nº139/2024- SEXEC/TRT10

Ref. Processo 14143-98.1995.07.0001 (número antigo 26404.95)

Exmo Sr Juiz da 2ª Vara Cível de Brasília,

Venho por meio deste, cientificar Vossa Excelência, dos termos do despacho id f897f9e e Edital de Alienação por Iniciativa Particular (id 85e7093), expedido nos presentes autos (85100-81.1998.5.10.0003), para fins de alienação do imóvel de matrícula 3.951 do Cartório do 2ª Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, sob o qual consta penhora registrada em sua matrícula sob a R-17 referente aos autos do processo 14143-98.1995.07.0001 (número antigo 26404.95).

Na oportunidade, solicita-se informações acerca da determinação de baixa da penhora sobre o referido imóvel de matrícula 3.951, noticiada nos presentes autos pela executada.

Eventuais questionamentos e o encaminhamento de resposta ao presente expediente deverão ser remetidos para o endereço de e-mail sexec@trt10.jus.br.

Atenciosamente,

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 03/10/2024 08:23:27 - aabe0ae

FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA

JUIZ COORDENADOR DA SECRETARIA DE EXECUÇÕES ESPECIAIS E PESQUISA PATRIMONIAL - SEXEC

BRASILIA/DF, 03 de outubro de 2024. **FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA**, Magistrado

Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 03/10/2024 08:23:27 - aabe0ae
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10 REGIAO:02011574000190
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24100218073322000000043159324?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24100218073322000000043159324

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário 0085100-81.1998.5.10.0003

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 28/07/1998
Valor da causa: R$ 0,01

Partes:

RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO: MARCELO RIBAS DE AZEVEDO BRAGA
ADVOGADO: ABADIO FERREIRA DA SILVA
RECLAMANTE: EXEQUENTES HABILITADOS NA PLANILHA CONSOLIDADA
ADVOGADO: VITAL DA COSTA GUIMARAES NETO
ADVOGADO: ADELVAIR PEGO CORDEIRO
ADVOGADO: PAULO AYRTON CAMPOS JUNIOR
ADVOGADO: VIRGILIO RODRIGUES BIJOS MORAIS
ADVOGADO: JAIRO RODRIGUES BIJOS
ADVOGADO: JOSEFINA SERRA DOS SANTOS
ADVOGADO: William de Araujo Falcomer dos Santos
ADVOGADO: ROBSON FREITAS MELO
ADVOGADO: MARCELLO FERREIRA MELO
ADVOGADO: SARA CICERA MENDES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: IVONE CRISPIM MOURA OGLIARI
REPRESENTANTE: CLAUDINEY FERNANDO NOGUEIRA
ADVOGADO: PAULO AYRTON CAMPOS
ADVOGADO: CLAUDINEY FERNANDO NOGUEIRA
ADVOGADO: MARCELO RIBAS DE AZEVEDO BRAGA
ADVOGADO: LUIZ PAULO FERREIRA
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA
ADVOGADO: JOAQUIM LIMA RIBEIRO
ADVOGADO: LEANDRO PACIFICO SOUZA OLIVEIRA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: SABEP SAO BENTO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES SA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 03/10/2024 08:23:27 - f69cf58

RECLAMADO: IRFATUR TURISMO E HOTELARIA SA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: IRFASA SA CONSTRUCOES INDUSTRIA E COMERCIO
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: FAZENDAS DA PRATA SA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: BETONMIX SERVICOS DE CONCRETAGEM LIMITADA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: WAYNE DO CARMO FARIA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
TERCEIRO INTERESSADO: UNIÃO FEDERAL (PGFN) - DF
TERCEIRO INTERESSADO: REGIVAL LOPES FERREIRA
ADVOGADO: LUIZ DOMINGOS DA SILVA
TERCEIRO INTERESSADO: CARLOS ALBERTO BASTOS DE BARROS
ADVOGADO: LUIZ DOMINGOS DA SILVA

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 03/10/2024 08:23:27 - f69cf58

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
SECRETARIA DE EXECUÇÕES ESPECIAIS E PESQUISA PATRIMONIAL
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS E OUTROS (1)
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA E OUTROS (7)

TERMO DE CONCLUSÃO

Conclusão ao Exmo. Juiz(a) do Trabalho feita pelo(a) servidor (a) ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI, no dia 01/10/2024.

DESPACHO

Vistos, etc.

Trata-se o presente de Regime Especial de Execução Forçada – REEF, instaurado conforme despacho id 2468064, em face de solicitação oriunda dos próprios executados (id 3b6bc74), por meio do qual se busca a venda do bem imóvel de matrícula 3.951 (“Hotel Aracoara”), do 2º Registro de Imóveis do Distrito Federal, de propriedade da IRFASA CONSTRUÇÕES INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A para fins de pagamento das execuções em trâmite neste e em outros Regionais.

Registre-se, primeiramente que, embora a executada informe a existência de ações de execução vinculadas a tribunais diversos, a reunião das ações instaurada por este juízo vincula apenas as Varas do Trabalho do Distrito Federal, considerando o âmbito de competência territorial, bem com o disposto na RA 33/2023 – TRT-10.

À luz da Resolução 350/2020 do CNJ, impõe-se que se estabeleça, no caso presente, atos de cooperação judiciária, de modo que a alienação por este juízo do bem imóvel indicado pelos executados, penhorado no presente processo piloto, alcance a quitação de todas as execuções reunidas e também daquelas em curso em tribunais diversos, observando-se, evidentemente, a ordem de prioridade legal, bem como as reservas de crédito devidamente formalizadas nos presentes autos.

Esclarece-se, no entanto, que os débitos trabalhistas existentes em outros regionais, que não possuem penhora incidente sobre o bem indicado, somente poderão ser beneficiados com o produto de eventual venda, em caso de requerimento de reserva de crédito, regulamente formalizada pelos respectivos Juízos nos presentes autos.

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 01/10/2024 16:14:00 - f897f9e
PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 03/10/2024 08:23:27 - f69cf58

O bem imóvel indicado pelos executados foi penhorado nos presentes autos, conforme id fd8338f e id 68025a1.

A matrícula atualizada foi juntada aos autos, id 3bc2a72.

O montante das execuções trabalhistas reunidas no presente processo piloto é de R$1.605.789,44, conforme tabela a seguir:

VARA	PROCESSO	TOTAL DEVIDO
1ª VTB	0000194-03.2017.5.10.0001	R$ 120.657,45
1ª VTB	0000683-98.2021.5.10.0001	R$ 522.027,54
3ª VTB	0085100-81.1998.5.10.0003	R$3.620,91
6ª VTB	0000330-24.2013.5.10.0006	R$ 30.020,69
6ª VTB	0050800-84.1998.5.10.0006	R$ 16.966,65
6ª VTB	0098600-11.1998.5.10.0006	R$ 7.490,52
6ª VTB	0096700-56.1999.5.10.0006	R$ 32.129,74
7ª VTB	0015600-13.1998.5.10.0007	R$ 6.683,49
8ª VTB	0128500-33.1998.5.10.0008	R$ 7.186,04
8ª VTB	0000469-91.2018.5.10.0008	R$ 107.445,91
11ª VTB	0000598-19.2020.5.10.0011	R$ 10.076,42
11ª VTB	0114800-78.1998.5.10.0011	R$ 16.126,09

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 01/10/2024 16:14:00 - f897f9e
PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 03/10/2024 08:23:27 - f69cf58

13ª VTB	0000876-19.2017.5.10.0013	R$ 95.758,77
15ª VTB	0000505-78.2019.5.10.0015	R$ 155.707,95
19ª VTB	0095000-64.2003.5.10.0019	R$ 94.930,76
20ª VTB	0000240-90.2021.5.10.0020	R$ 14.347,46
22ª VTB	0000563-60.2019.5.10.0022	R$ 363.263,89
1ª VTTAG	0129000-14.1998.5.10.0101	R$ 1.351,36

O bem imóvel foi avaliado em R$25.000.000,00 (id 81490d4).

À análise da matricula do imóvel, verifica-se que se encontram registrados os seguintes gravames:

REGISTRO	PROCESSO	INTERESSADO	VALOR
R-16	HIPOTECA	Banco do Brasil S.A.	U$8.646.000,00
R-17	Proc. 26404.95	2ª Vara Cível Brasília-DF	R$ 118.944.768,66
R-20	Proc. 1997.34.00.019952-5	18ª Vara Federal DF	R$ 969.162,17
R-22	Proc. 98.1750-2	11ª Vara Federal DF	R$ 555.686,43
R-23	Proc. 99.1956-3	18ª Vara Federal DF	R$ 100.047,37

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 01/10/2024 16:14:00 - f897f9e
PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 03/10/2024 08:23:27 - f69cf58

R-24	Proc. 99.025110-1	11ª Vara Federal DF	R$ 34.283,28
R-31	Proc. 2005.34.00.006881-1	19ª Vara Federal DF	R$ 2.339.117,00
R-39	Proc. 711039-91.2021.8.07.0001	4ª Vara Cível de Brasília-DF	R$ 18.250,57
AV-40	Proc. 0003600-25.1999.5.07.0008	8ª Vara do Trabalho de Fortaleza-CE	R$ 81.975,48
AV-41	Proc. 0751890-82.2021.8.07.00016	2ª Vara de Execuções Fiscais	Sem valor indicado

Afirmam os executados, por meio da manifestação id – a9e94de, que os gravames R-16 e R-17, registrados na matrícula do imóvel, não mais subsistem, nos termos da decisão proferida nos autos do processo nº 14143-98.1995.07.0001, em tramitação perante a 2ª Vara Cível de Brasília e, ainda, que a referida hipoteca foi registrada há mais de 30 anos, incidindo à espécie o disposto no art. 1.485 do CCB.

De fato, os documentos ids a5ab35d e 5bafcf2 demonstram que a hipoteca registrada pelo Banco do Brasil S.A (R-16) possui a mesma origem da penhora R-17, objeto do processo 14143-98.1995.07.0001, no qual foi determinada a baixa do gravame, tendo em vista a realização de acordo entre as partes interessadas, aguardando-se, apenas, o trânsito em julgado para efetivação das respectivas baixas.

Ademais, tratando-se de hipoteca registrada em 25/2/1982, incide à espécie o disposto no art. 1485 do CCB.

Com relação aos gravames registrados pelas Varas Federais do DF, R-20 a R-24 e R-31, alegam os executados que se referem a créditos da UNIÃO, já objeto de transação realizada junto à PGFN, conforme TTI juntado aos autos.

O documento id 43b7acb demonstra a veracidade das alegações dos executados. Ademais, a PGFN foi regularmente intimada para se manifestar nos autos, não apresentando qualquer oposição quanto à venda do bem.

Por fim, alegam os executados que o gravame registrado sob o R-41 decorre de execução fiscal proposta em 29/9/2021, sem lançamento há mais de 5 anos, incidindo à espécie o instituto da decadência previsto nos arts. 173 e 174 do CTN.

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 01/10/2024 16:14:00 - f897f9e
PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 03/10/2024 08:23:27 - f69cf58

Não obstante a plausibilidade jurídica das alegações dos executados, a tese deve ser suscitada nos autos da execução fiscal que registrou a penhora, não competindo a esse Juízo analisar a incidência de eventual decadência do crédito fiscal. Nesse cenário, enquanto não baixado o gravame, há que se considerá-lo como subsistente.

Verifica-se, ainda, que, embora não regularizadas as baixas dos gravames, conforme exposto supra, a executada informou que os débitos referentes aos registros R-16, R-17, R-20 a R-24 e R-31 já se encontram quitados.

Assim, verifica-se que pendem sobre o bem imóvel dado em garantia para pagamento das execuções reunidas, apenas os gravames R-39, R-40 e R-41.

Destes, apenas a R-40 decorre de indisponibilidade registrada por Juízo Trabalhista nos autos do processo 0003600-25.1999.5.07.0008, em trâmite na 8ª Vara do Trabalho de Fortaleza-CE.

Tendo em vista a natureza privilegiada do crédito trabalhista objeto da presente execução reunida, não há que subsistir a preferência das penhoras anteriores, salvo a indisponibilidade registrada pela 8ª Vara do Trabalho de Fortaleza-CE.

Registre-se, por oportuno, que o valor da avaliação do bem penhorado é superior ao montante necessário para garantir a quitação das execuções reunidas e da execução trabalhista com registro de indisponibilidade.

Feitas tais considerações, não vislumbra esse Juízo qualquer óbice ao deferimento do pedido de alienação do bem nos presentes autos.

Esclarece-se, no entanto, que o saldo sobejante do produto da alienação deverá atender às reservas de crédito trabalhista requeridas nos presente autos, às penhoras antecedentes registradas na matrícula do imóvel e, por fim, a destinação de eventual saldo remanescente ao Juízo do inventário onde o bem encontra-se arrolado.

Especificamente em relação ao fato do bem penhorado fazer parte do espólio de Wayne do Carmo Faria, que integra o polo passivo da presente execução, arrolado no processo de inventário em curso perante o Juízo da 1ª Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília-DF (processo nº 0008596-08.2017.8.07.0001 - id 3b76a92), há que se esclarecer que, à luz do art. 1997 do CCB, a herança responde pelas dívidas do falecido, desde que sejam vencidas e exigíveis, como no caso presente.

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 01/10/2024 16:14:00 - f897f9e

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 03/10/2024 08:23:27 - f69cf58

A despeito do procedimento ordinário do processo civil, em se tratando de crédito trabalhista, a execução tem curso diretamente no processo trabalhista, não havendo atração para o juízo universal do inventário.

A Lei n. 6.830/80 (lei de execução fiscal) dispõe em seu art. 29 que a cobrança de dívida ativa da fazenda pública não se sujeita ao concurso de credores e ao juízo universal do inventário. E ao processo de execução trabalhista aplica-se subsidiariamente a lei dos executivos fiscais, consoante dispõe o art. 889 da CLT.

O colendo STJ já consolidou a sua jurisprudência nesse mesmo sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA DO TRABALHO E JUÍZO COMUM ESTADUAL. EXECUÇÃO TRABALHISTA. PENHORA DE BEM INTEGRANTE DO INVENTÁRIO. HABILITAÇÃO DO CRÉDITO. DESNECESSIDADE. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO NO FORO ONDE SE ENCONTRA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTE ESPECÍFICO DA SEGUNDA SEÇÃO DO STJ (CC 96.042/AC, MIN. MASSAMI UYEDA, DJE DE 21/10/2010), QUE DECIDIU QUESTÃO IDÊNTICA SUSCITADA PELO MESMO ESPÓLIO ORA AGRAVANTE. CONFLITO CONHECIDO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO PARA O PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO TRABALHISTA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. (AgRg no CC n. 115.478/AC, Relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Segunda Seção, julgado em 11/6/2014, DJe de 17/6/2014.)

Pois bem.

Não obstante se trate o pedido de alienação por iniciativa particular a ser promovido pela própria executada, a medida não se revela a mais adequada para o melhor aproveitamento da venda em favor dos credores e dos próprios executados.

À luz do art. 880 da CLT, a alienação deve ser promovida pelos leiloeiros credenciados perante a Justiça do Trabalho, propiciando a obtenção de valores maiores, observado o preço mínimo da avaliação.

Diante do exposto, DECIDO:

- autorizar a expedição de Edital para Alienação por Iniciativa Particular, por meio dos leiloeiros credenciados neste Regional, do bem imóvel de matrícula 3.951 ("Hotel Aracoara"), do 2º Registro de Imóveis do Distrito Federal, de propriedade da IRFASA CONSTRUÇÕES INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A;

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 01/10/2024 16:14:00 - f897f9e
PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 03/10/2024 08:23:27 - f69cf58

- determinar que, expedido o edital, seja oficiado à 8ª Vara do Trabalho de Fortaleza-CE, nos autos do processo 0003600-25.1999.5.07.0008, que possui indisponibilidade registrada sob o R -40 da matrícula do imóvel, dando-lhe ciência do presente despacho e do edital de alienação por iniciativa particular, notadamente do ato de cooperação judiciária para a quitação da referida execução por meio da venda do imóvel, solicitando-lhe, desde já, a remessa a esse Juízo dos cálculos de sua execução devidamente atualizados;

- determinar a expedição de ofício à 2ª Vara Cível de Brasília nos autos do processo nº 14143-98.1995.07.0001, dando-lhe ciência do presente despacho e do edital de alienação por iniciativa particular, solicitando-lhe informações a respeito da baixa da penhora sobre o imóvel de matrícula 3.951 (“Hotel Aracoara”), do 2º Registro de Imóveis do Distrito Federal, de propriedade da IRFASA CONSTRUÇÕES INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A, objeto do Edital de Alienação;

- determinar a expedição de ofício ao Juízo da 1ª Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília-DF, onde se encontra em curso o processo de inventário nº0008596-08.2017.8.07.0001 (id 3b76a92), dando-lhe ciência de todo o teor do presente despacho e do edital de Alienação por Iniciativa Particular, inclusive de que o eventual saldo sobejante, após a quitação das dívidas, serão destinados ao juízo universal do Inventário rogando-lhe, por fim, que dê ciência todos os inventariantes de todos os termos da presente decisão e do edital de alienação expedido;

- determinar a expedição de ofício à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para ciência dos termos do presente despacho, tendo em vista o Termo de Transação Individual contido no id 93eb062.

Publique-se para ciência de todas as partes.

BRASILIA/DF, 01 de outubro de 2024.

FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA
Juiz do Trabalho Titular

Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 01/10/2024 16:14:00 - f897f9e
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10 REGIAO:02011574000190
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24100115353387300000043134607?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24100115353387300000043134607

Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 03/10/2024 08:23:27 - f69cf58
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10 REGIAO:02011574000190
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24100218073329300000043159325?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24100218073329300000043159325

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário 0085100-81.1998.5.10.0003

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 28/07/1998
Valor da causa: R$ 0,01

Partes:

RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO: MARCELO RIBAS DE AZEVEDO BRAGA
ADVOGADO: ABADIO FERREIRA DA SILVA
RECLAMANTE: EXEQUENTES HABILITADOS NA PLANILHA CONSOLIDADA
ADVOGADO: VITAL DA COSTA GUIMARAES NETO
ADVOGADO: ADELVAIR PEGO CORDEIRO
ADVOGADO: PAULO AYRTON CAMPOS JUNIOR
ADVOGADO: VIRGILIO RODRIGUES BIJOS MORAIS
ADVOGADO: JAIRO RODRIGUES BIJOS
ADVOGADO: JOSEFINA SERRA DOS SANTOS
ADVOGADO: William de Araujo Falcomer dos Santos
ADVOGADO: ROBSON FREITAS MELO
ADVOGADO: MARCELLO FERREIRA MELO
ADVOGADO: SARA CICERA MENDES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: IVONE CRISPIM MOURA OGLIARI
REPRESENTANTE: CLAUDINEY FERNANDO NOGUEIRA
ADVOGADO: PAULO AYRTON CAMPOS
ADVOGADO: CLAUDINEY FERNANDO NOGUEIRA
ADVOGADO: MARCELO RIBAS DE AZEVEDO BRAGA
ADVOGADO: LUIZ PAULO FERREIRA
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA
ADVOGADO: JOAQUIM LIMA RIBEIRO
ADVOGADO: LEANDRO PACIFICO SOUZA OLIVEIRA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: SABEP SAO BENTO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES SA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 03/10/2024 08:23:27 - 5308156

RECLAMADO: IRFATUR TURISMO E HOTELARIA SA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: IRFASA SA CONSTRUCOES INDUSTRIA E COMERCIO
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: FAZENDAS DA PRATA SA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: BETONMIX SERVICOS DE CONCRETAGEM LIMITADA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: WAYNE DO CARMO FARIA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
TERCEIRO INTERESSADO: UNIÃO FEDERAL (PGFN) - DF
TERCEIRO INTERESSADO: REGIVAL LOPES FERREIRA
ADVOGADO: LUIZ DOMINGOS DA SILVA
TERCEIRO INTERESSADO: CARLOS ALBERTO BASTOS DE BARROS
ADVOGADO: LUIZ DOMINGOS DA SILVA

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 03/10/2024 08:23:27 - 5308156

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
SECRETARIA DE EXECUÇÕES ESPECIAIS E PESQUISA PATRIMONIAL
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS E OUTROS (1)
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA E OUTROS (7)

TERMO DE CONCLUSÃO

Conclusão ao Exmo. Juiz(a) do Trabalho feita pelo(a) servidor (a) ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI, no dia 01/10/2024.

DESPACHO COM FORÇA DE EDITAL

DE ALIENAÇÃO POR INICIATIVA PARTICULAR

O Excelentíssimo Juiz do JUÍZO DE EXECUÇÕES ESPECIAIS E PESQUISA PATRIMONIAL (SEXEC) faz saber a todos aqueles que virem ou dele notícia tiverem, que com a publicação deste **despacho com força de edital** fica aberto o procedimento de **ALIENAÇÃO JUDICIAL** destinada à VENDA de imóvel na modalidade **ALIENAÇÃO JUDICIAL POR INICIATIVA PARTICULAR**, nos termos dos arts. 879, inciso I, 880 e seguintes do CPC, bem como do art. 110 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (CGJT/CSJT) e do artigo 172, inciso III, e 220 do Provimento Geral Consolidado da Corregedoria Regional nº 1/2021.

Por este EDITAL ficam todos os credores devidamente intimados da abertura do presente procedimento de alienação na modalidade por iniciativa particular do bem imóvel abaixo especificado.

Dessa forma, autorizo os leiloeiros e corretores credenciados neste Regional a promoverem a alienação por iniciativa particular (art. 880 do CPC combinado com o art. 172, inciso III, do Provimento Geral Consolidado do TRT10), com prazo de **30 dias** corridos para recebimento de propostas, a contar do dia **7/10/2024**, observados o valor da avaliação, além da comissão do leiloeiro, e as seguintes condições de pagamento, garantias e comissão de corretagem:

A) INFORMAÇÕES GERAIS

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 02/10/2024 10:24:19 - 85e7093
PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 03/10/2024 08:23:27 - 5308156

Descrição do bem: Lote de terreno designado pela letra “C”, da Quadra HN-5, do Setor Hoteleiro Norte (SH/NORTE), medindo: 32,00m pelos lados Norte e Sul e 15,00m pelos lados leste e oeste, ou seja, a área de 480m2, limitando-se com logradouros públicos por todos os lados, e respectivo prédio nele edificado com a área total construída de 7.933,00m2, denominado como “HOTEL ARACOARA”.

Matrícula e cartório de registro: matrícula 3.951 do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis do DF

Ocupação: Atualmente o imóvel está desativado e fechado.

Valor da Avaliação: R$25.000.00,00 (vinte e cinco milhões de reais)

Data da Avaliação: 9/2/2024 (id 81490d4)

Hipoteca/ônus/penhora sobre o bem: SIM

REGISTRO	PROCESSO	INTERESSADO	VALOR
R-16	HIPOTECA	BANCO DO BRASIL S.A.	U$8.646.000,00
R-17	Proc. 26404.95	2ª Vara Cível Brasília-DF	R$ 118.944.768,66
R-20	Proc. 1997.34.00.019952-5	18ª Vara Federal DF	R$ 969.162,17
R-22	Proc. 98.1750-2	11ª Vara Federal DF	R$ 555.686,43
R-23	Proc. 99.1956-3	18ª Vara Federal DF	R$ 100.047,37
R-24	Proc. 99.025110-1	11ª Vara Federal DF	R$ 34.283,28
R-31	Proc. 2005.34.00.006881-1	19ª Vara Federal DF	R$ 2.339.117,00

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 02/10/2024 10:24:19 - 85e7093
PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 03/10/2024 08:23:27 - 5308156

R-39	Proc. 711039-91.2021.8.07.0001	4ª Vara Cível de Brasília-DF	R$ 18.250,57
AV-40	Proc. 0003600-25.1999.5.07.0008	8ª Vara do Trabalho de Fortaleza-CE	R$ 81.975,48
AV-41	Proc. 0751890-82.2021.8.07.00016	2ª Vara de Execuções Fiscais	Sem valor indicado

Com relação à **hipoteca R16 e penhora R17**, os executados informaram nos autos que não mais subsistem, nos termos da decisão proferida nos autos do processo nº 14143-98.1995.07.0001, em tramitação perante a 2ª Vara Cível de Brasília e, ainda, que a referida hipoteca foi registrada há mais de 30 anos, incidindo à espécie o disposto no art. 1.485 do CCB.

Com relação aos gravames registrados pelas Varas Federais do DF, **R-20, R-22, R-23 e R-24 e R-31**, alegam os executados que se referem a créditos da UNIÃO, já objeto de transação realizada junto à PGFN, conforme TTI juntado aos autos.

Analise dos gravames no id. f897f9e.

Comissão do Leiloeiro: 5% do valor da alienação, a cargo do adquirente.

Modalidade: ALIENAÇÃO POR INICIATIVA PARTICULAR

Local de apresentação das propostas: (site dos leiloeiros)

Data de início do recebimento das propostas (exclusivamente eletrônico): **dia 7/10/2024** .

Data do término do recebimento das propostas (exclusivamente eletrônico): **5/11/2024**, inclusive.

Os débitos de IPTU, água e energia serão desvinculados do imóvel, na forma do art. 130, parágrafo único, do CTN, ao passo que os débitos de condomínio e outros decorrentes de direito real de garantia serão quitados com o valor arrecadado com a alienação;

Caberá ao adquirente pagar os emolumentos e demais valores decorrentes da baixa das anotações e averbações, inclusive dos registros de penhoras e indisponibilidades pendentes e de cancelamentos dessas, bem como os

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 02/10/2024 10:24:19 - 85e7093
PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 03/10/2024 08:23:27 - 5308156

emolumentos decorrentes do registro da alienação judicial, na forma do caput do art. 14 da Lei de Registro Públicos.

B) HABILITAÇÃO

Serão admitidos como lançadores pessoas físicas ou jurídicas, domiciliadas ou estabelecidas em qualquer localidade do território nacional que, nos termos do art. 890 do CPC, estiverem na livre administração de seus bens, à exceção dos tutores, curadores, testamenteiros, administradores, síndicos ou liquidantes (quanto aos bens confiados a sua guarda e responsabilidade), os mandatários (quanto aos bens de cuja administração ou alienação estejam encarregados), os membros do Poder Judiciário, os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública, os escrivães e os demais servidores e auxiliares da Justiça (em relação aos bens e direitos objeto de alienação na localidade onde servirem ou a que se estender a sua autoridade).

A identificação das pessoas físicas que se habilitarem como proponentes será atestada através de documento de Identidade (RG) ou qualquer documento oficial de identificação civil com foto.

As pessoas jurídicas serão representadas por quem os estatutos indicarem, devendo apresentar, no ato da aquisição, cópia do contrato social com sua última alteração, estatuto atualizado e comprovante de CNPJ.

Estão impedidas de participar da alienação por iniciativa particular as pessoas físicas e jurídicas que deixaram de cumprir suas obrigações em alienações judiciais anteriores, inclusive o não pagamento integral do valor do lanço; aquelas que criaram embaraços como arrematantes, em processo de quaisquer das Varas do Trabalho do TRT10; magistrados, servidores e prestadores de serviços do TRT10, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou dependentes; além daquelas definidas na lei.

Poderão ser exigidas do adquirente outras garantias como fiança bancária ou garantia real, a critério do juízo da execução.

Caberá ao adquirente tomar as providências e arcar com os custos da desocupação do bem caso o mesmo esteja ocupado, adotando todas as providências e arcando com todos os custos para a transferência do bem junto aos órgãos competentes, inclusive os tributos eventualmente incidentes sobre a arrematação e transferência do bem, inclusive, mas não somente, ICMS, ITBI, IRPF ou IRPJ, taxas de transferência, dentre outros.

C) DO OFERECIMENTO DE PROPOSTAS

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 02/10/2024 10:24:19 - 85e7093

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 03/10/2024 08:23:27 - 5308156

O interessado deverá apresentar a proposta contendo: seus dados pessoais, endereço completo e telefone para eventual contato. A proposta será apresentada pela internet, por meio do endereço eletrônico do leiloeiro/corretor nomeado, no período assinado no presente despacho, e deverá observar os parâmetros seguintes:

C.1) Do valor da proposta

Apenas propostas com valor igual ou superior ao valor da avaliação (R$25.000.000,00 – vinte e cinco milhões de reais) serão aceitas na fase de alienação por iniciativa particular.

C.2) Do sinal

Os interessados deverão garantir a sua oferta mediante depósito do sinal correspondente a 20% (vinte por cento) do seu valor (art. 888, § 2º, CLT), integralizando-o em 24h do dia útil subsequente ao da homologação da alienação, sob pena de perder o sinal em benefício da execução (art. 888, § 4º, da CLT).

C.3) Do parcelamento de bens

Não será admitido parcelamento da proposta, devendo o valor ser pago À VISTA.

C.4) Da forma de apresentação das propostas

A proposta apresentada pelo licitante, pessoa física ou jurídica, deverá conter:

I. Nome, CPF/CNPJ, endereço e telefone do licitante;

II. Preço total ofertado, expresso em algarismo e por extenso, em moeda corrente do país, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas que possam levar a dúbias interpretações. Na eventual divergência entre os preços, será considerado o valor por extenso;

III. Declaração expressa da forma de pagamento;

IV. Declaração expressa de que tem conhecimento do estado físico do bem móvel ou imóvel, bem como de que correrão por sua conta e risco as despesas e as providências visando à alteração do seu estado de conservação;

V. Declaração expressa de que o licitante se submete a todas as condições deste edital de alienação por iniciativa particular;

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 02/10/2024 10:24:19 - 85e7093

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 03/10/2024 08:23:27 - 5308156

VI. Local, data e assinatura do licitante ou do seu procurador;

VII. No caso de proposta de pessoa física assinada por procurador, a procuração deve ser outorgada em instrumento público e anexada a proposta;

VIII. No caso de proposta de pessoa jurídica assinada por procurador, a procuração outorgada em instrumento público e o documento que comprove que a outorga da procuração foi feita por quem detém poderes para fazê-lo devem ser anexados à proposta;

IX. No caso de proposta de pessoa jurídica, deve ser anexado à proposta o ato constitutivo que comprove a condição de representante legal do licitante.

C.5) Da desclassificação das propostas

Serão desclassificadas as propostas que:

I. Não estiverem corretamente preenchidas, conforme estipulado neste edital;

II. Não atendam às exigências deste edital;

III. Forem apresentadas fora do prazo e do horário estipulados neste edital;

IV. Condicionarem suas ofertas a quaisquer outras condições não previstas neste edital, ou a outras propostas ou fatores também não previstos;

V. Apresentarem o valor total da proposta inferior ao valor de venda constante do item “C.1” deste edital:

VI. Apresentarem dúvidas na modalidade de pagamento: se à vista ou por meio de parcelamento;

VII. Contenham divergência de números, dados ou valores, bem como rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas em suas partes essenciais, que possam acarretar dúbias interpretações;

VIII. Forem apresentadas sem assinatura física ou digital;

IX. Tenham sido preenchidas de forma ilegível.

C.6) Das penalidades

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 02/10/2024 10:24:19 - 85e7093

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 03/10/2024 08:23:27 - 5308156

Aquele que desistir da proposta pendente de homologação perderá o sinal em benefício da execução, sendo automaticamente excluído do cadastro de arrematantes pelo prazo de 3 (três) anos, além de poder ser responsabilizado penalmente, conforme o disciplinado no artigo 358 do Código Penal.

D) DA REMIÇÃO

A(s) parte(s) executada(s) poderá(ão) remir a execução antes de adjudicado(s) ou alienado(s) o(s) bem(ns), na forma do artigo 13 da Lei nº 5.584/70 e art. 826 do CPC, mediante comprovação do pagamento do débito atualizado de toda a dívida trabalhista reunida neste processo piloto, acrescido dos honorários e das despesas do leiloeiro.

E) DA ADJUDICAÇÃO

O(s) exequente(s) poderá(ão), durante o período assinado para alienação, adjudicar o(s) bem(ns) oferecendo preço não inferior ao da avaliação, nos termos dos arts. 888 e 889 da CLT, art. 24, inciso II, da Lei nº 6.830/80 combinado com o art. 876 do CPC.

Idêntico direito poderá ser exercido por aqueles indicados no art. 889, incisos II a VIII, do CPC, pelos credores concorrentes que hajam penhorado o mesmo bem, pelo cônjuge, pelo companheiro, pelos descendentes ou pelos ascendentes do executado (art. 876, § 5º do CPC).

O exequente que não adjudicar os bens antes do leilão poderá exercer o direito de preferência em adjudicá-lo pelo valor do maior lance (art. 888, § 1º, da CLT, combinado com o art. 24, inciso II, da Lei nº 6.830/80), desde que o requeira até o término do prazo do recebimento das propostas, independentemente de intimação. Nesta hipótese a comissão do leiloeiro ficará a cargo do executado, nos termos do artigo 180, § 4º, do Provimento da Corregedoria nº 1/2021 (Provimento Geral Consolidado).

F) DOS ÔNUS

Nos termos do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, e do art. 908, § 1º, do CPC, o(a) Adquirente receberá o bem livre de quaisquer ônus tributários, inclusive débitos de IPTU e IPVA, uma vez que estes se sub-rogarão no preço da hasta, bem como não responderá por eventuais débitos, tais como água, luz, multas e outros, acaso existente(s), inscritos ou não na dívida pública, gerados até a data da homologação - esses encargos não serão transferidos ao Adquirente em razão da forma originária de aquisição da propriedade que exsurge da arrematação /alienação judicial (REsp 1446249/SP - STJ).

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 02/10/2024 10:24:19 - 85e7093

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 03/10/2024 08:23:27 - 5308156

Ao adquirente não é dado o direito à devolução do bem móvel ou imóvel, sob a alegação de vícios não aparentes (redibitórios).

Também não será transferido ao adquirente eventual ônus relativo à hipoteca sobre o bem imóvel, conforme art. 1.499, inciso VI, do Código Civil.

Caberá ao adquirente pagar os emolumentos e demais valores decorrentes da baixa das anotações e averbações, inclusive dos registros de penhoras e indisponibilidades e de cancelamentos dessas, bem como os emolumentos decorrentes do registro da alienação judicial, na forma do caput do art. 14 da Lei de Registro Públicos.

As despesas de transferência do bem penhorado, tais como custo de registro no Cartório de Registro de Imóveis, transferência junto a órgão de trânsito, entre outras, correrão por conta do adquirente.

O bem ofertado à venda por intermédio do presente edital será alienado no estado em que se encontra, não cabendo à Justiça do Trabalho qualquer responsabilidade quanto a consertos, encargos sociais ou encargos de transferência patrimonial, ônus estes que ficarão a cargo do adquirente.

O adquirente também arcará com as despesas para averbação de eventuais benfeitorias não registradas e todas as demais especificadas no edital.

O imóvel é ofertado à venda como coisa certa e determinada (venda “ad corpus”), sendo apenas enunciativas as referências neste edital.

Nenhuma diferença porventura comprovada nas dimensões /descrição do imóvel poderá ser invocada, a qualquer tempo, como motivo para desistência, anulação da compra, compensações ou modificações no preço ou nas condições de pagamento, ficando a sua regularização e despesas decorrentes a cargo do adquirente.

Não caberá, ainda, a alegação de evicção, sendo exclusiva atribuição do adquirente a prévia verificação do estado de conservação e das especificações dos bens oferecidos por meio do presente edital.

G) DA ATUAÇÃO DOS LEILOEIROS E CORRETORES

Os leiloeiros e corretores estão autorizados a vistoriar os bens objeto deste edital que não estejam na sua posse, ou designar procurador para tanto, inclusive fazendo-se acompanhar de eventuais interessados na aquisição, podendo requisitar escolta policial caso julgue necessário.

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 02/10/2024 10:24:19 - 85e7093

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 03/10/2024 08:23:27 - 5308156

A Secretaria da SEXEC cientificará, preferencialmente por meio eletrônico, as pessoas que a lei definam como de intimação necessária para ciência dos leilões designados (artigo 889 do CPC), juntando aos autos as respectivas comprovações.

H) DA REMUNERAÇÃO DO LEILOEIRO/CORRETOR

O leiloeiro/corretor receberá comissão de 5% do valor da alienação do bem, a cargo do adquirente, além do ressarcimento das despesas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, na forma da lei e do § 1º do art. 180 do Provimento da Corregedoria nº 1/2021 (Provimento Geral Consolidado).

A homologação do acordo, o deferimento do pedido de remição ou de arrematação ficarão condicionados ao integral pagamento de todos os valores devidos ao leiloeiro, nos termos do § 5º do art. 180 do Provimento da Corregedoria nº 1 /2021 (Provimento Geral Consolidado).

A comissão não será devida nas demais hipóteses em que a venda não seja efetivada, ainda que em razão de anulação, ineficácia ou desistência.

Os honorários do leiloeiro, a cargo do adquirente, deverão ser pagos em conta judicial própria no prazo da integralização do valor oferecido pelo bem, conforme item C.2 deste edital, observando-se o pagamento proporcional de honorários na hipótese de parcelamento e nos mesmos moldes deste.

I) DAS DEMAIS PROVIDÊNCIAS

Os leiloeiros e corretores credenciados ficam autorizados a anunciar os bens em sites de venda de produtos on line, deixando expresso tratar-se de alienação judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com registro do número do processo.

A fim de se garantir o sigilo das propostas, estas deverão ser juntadas nestes autos pelos leiloeiros e corretores no primeiro dia útil após o término do prazo assinado no edital e delas devem constar os requisitos previstos no item C.4 deste edital.

Findo o prazo para apresentação de propostas, o juízo homologará a de maior valor, determinando o seu depósito no prazo de 24 horas do dia útil subsequente.

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 02/10/2024 10:24:19 - 85e7093

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 03/10/2024 08:23:27 - 5308156

Somente serão aceitas propostas à VISTA. Caso haja mais de uma proposta de pagamento, prefere-se a de maior valor e, em relação àquelas em iguais condições, a preferência é da proposta formulada em primeiro lugar.

Todo e qualquer valor deverá ser depositado em conta judicial à disposição do juízo, **junto à Caixa Econômica Federal - Agência 3920, vinculada ao presente processo,** sendo vedado aos leiloeiros e corretores receberem valores diretamente dos proponentes.

Casos omissos serão resolvidos por este Juízo da Execução.

Publique-se para ciência das partes.

Dê-se ciência aos credores hipotecários, aos Juízos com penhoras antecedentes e ao Juízo da 1ª Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília-DF, onde se encontra em curso o processo de inventário nº0008596-08.2017.8.07.0001, para os fins e temos definidos no despacho id f8979e.

BRASILIA/DF, 02 de outubro de 2024.

FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA
Juiz do Trabalho Titular

Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 02/10/2024 10:24:19 - 85e7093
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24100116185294600000043136197?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24100116185294600000043136197

Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 03/10/2024 08:23:27 - 5308156
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10 REGIAO:02011574000190
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24100218073330700000043159326?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24100218073330700000043159326

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
SECRETARIA DE EXECUÇÕES ESPECIAIS E PESQUISA PATRIMONIAL
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS E OUTROS (1)
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA E OUTROS (7)

Secretaria de Execuções Especiais e Pesquisa Patrimonial
SEPN 513 BLOCO B, LOTE 2/3, FORO TRABALHISTA DE BRASÍLIA,ASA NORTE, BRASILIA /DF - CEP: 70760-522, sexec@trt10.jus.br
Atendimento ao público das 10h às 16h pelo Balcão Virtual:

https://www.trt10.jus.br/servicos/?pagina=balcao_virtual.php

OFICIO Nº140/2024 - SEXEC/TRT10

Ref. Processo 0008596-08.2017.8.07.000

Exmo Sr Juiz de Direito da 1ª Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília - DF,

Tem o presente a finalidade de comunicar a V.Exa que, nos autos do processo piloto 85100-81.1998.5.10.0003, que reúne as execuções trabalhistas contra as empresas URBRÀS – URBANIZAÇÃO E PREMOLDADOS LTDA, IRFASA CONSTRUÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A, IRFASA TURISMO E HOTELARIA S /A, ESPÓLIO DE WEYNE DO CARMO FARIA, ELAINE MARIA DO CARMO FARIA e outros, houve a expedição de edital para fins de alienação por iniciativa particular do bem imóvel de matrícula 3.951 (“Hotel Aracoara”), do 2º Registro de Imóveis do Distrito Federal, de propriedade da IRFASA CONSTRUÇÕES INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A, conforme os termos do despacho (id f897f9e) e do edital (id 85e7093) que acompanham o presente ofício.

Informo, ainda, que o valor eventualmente arrecadado com a venda do bem será utilizado para quitação das dívidas trabalhistas objeto das execuções reunidas, pagamento das execuções que tiveram penhoras anteriores

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 03/10/2024 11:34:12 - 10e6084

devidamente registradas na matrícula do imóvel e atendimento de eventuais reservas de crédito formalizadas nos autos, sendo o saldo sobejante transferido para este Juízo do Inventário.

Solicito a V.Exa. os seus bons préstimos, em juízo de cooperação, para dar ciência a todos os herdeiros e inventariante que integram o processo de inventário dos termos do presente ofício, bem como do despacho e do edital que seguem em anexo.

Eventuais questionamentos e o encaminhamento de resposta ao presente expediente poderão ser remetidos para o endereço de e-mail sexec@trt10.jus.br.

Atenciosamente,

FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA

Juiz do Trabalho

Coordenador da Secretaria de Execuções Especiais e Pesquisa Patrimonial

SEXEC

BRASILIA/DF, 03 de outubro de 2024. **FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA**, Magistrado

Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 03/10/2024 11:34:12 - 10e6084
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10 REGIAO:02011574000190
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24100311280549100000043169063?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24100311280549100000043169063

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário 0085100-81.1998.5.10.0003

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 28/07/1998
Valor da causa: R$ 0,01

Partes:

RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO: MARCELO RIBAS DE AZEVEDO BRAGA
ADVOGADO: ABADIO FERREIRA DA SILVA
RECLAMANTE: EXEQUENTES HABILITADOS NA PLANILHA CONSOLIDADA
ADVOGADO: VITAL DA COSTA GUIMARAES NETO
ADVOGADO: ADELVAIR PEGO CORDEIRO
ADVOGADO: PAULO AYRTON CAMPOS JUNIOR
ADVOGADO: VIRGILIO RODRIGUES BIJOS MORAIS
ADVOGADO: JAIRO RODRIGUES BIJOS
ADVOGADO: JOSEFINA SERRA DOS SANTOS
ADVOGADO: William de Araujo Falcomer dos Santos
ADVOGADO: ROBSON FREITAS MELO
ADVOGADO: MARCELLO FERREIRA MELO
ADVOGADO: SARA CICERA MENDES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: IVONE CRISPIM MOURA OGLIARI
REPRESENTANTE: CLAUDINEY FERNANDO NOGUEIRA
ADVOGADO: PAULO AYRTON CAMPOS
ADVOGADO: CLAUDINEY FERNANDO NOGUEIRA
ADVOGADO: MARCELO RIBAS DE AZEVEDO BRAGA
ADVOGADO: LUIZ PAULO FERREIRA
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA
ADVOGADO: JOAQUIM LIMA RIBEIRO
ADVOGADO: LEANDRO PACIFICO SOUZA OLIVEIRA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: SABEP SAO BENTO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES SA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 03/10/2024 11:34:12 - 24e58ca

RECLAMADO: IRFATUR TURISMO E HOTELARIA SA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: IRFASA SA CONSTRUCOES INDUSTRIA E COMERCIO
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: FAZENDAS DA PRATA SA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: BETONMIX SERVICOS DE CONCRETAGEM LIMITADA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: WAYNE DO CARMO FARIA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
TERCEIRO INTERESSADO: UNIÃO FEDERAL (PGFN) - DF
TERCEIRO INTERESSADO: REGIVAL LOPES FERREIRA
ADVOGADO: LUIZ DOMINGOS DA SILVA
TERCEIRO INTERESSADO: CARLOS ALBERTO BASTOS DE BARROS
ADVOGADO: LUIZ DOMINGOS DA SILVA

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 03/10/2024 11:34:12 - 24e58ca

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
SECRETARIA DE EXECUÇÕES ESPECIAIS E PESQUISA PATRIMONIAL
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS E OUTROS (1)
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA E OUTROS (7)

TERMO DE CONCLUSÃO

Conclusão ao Exmo. Juiz(a) do Trabalho feita pelo(a) servidor (a) ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI, no dia 01/10/2024.

DESPACHO COM FORÇA DE EDITAL

DE ALIENAÇÃO POR INICIATIVA PARTICULAR

O Excelentíssimo Juiz do JUÍZO DE EXECUÇÕES ESPECIAIS E PESQUISA PATRIMONIAL (SEXEC) faz saber a todos aqueles que virem ou dele notícia tiverem, que com a publicação deste **despacho com força de edital** fica aberto o procedimento de **ALIENAÇÃO JUDICIAL** destinada à VENDA de imóvel na modalidade **ALIENAÇÃO JUDICIAL POR INICIATIVA PARTICULAR**, nos termos dos arts. 879, inciso I, 880 e seguintes do CPC, bem como do art. 110 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (CGJT/CSJT) e do artigo 172, inciso III, e 220 do Provimento Geral Consolidado da Corregedoria Regional nº 1/2021.

Por este EDITAL ficam todos os credores devidamente intimados da abertura do presente procedimento de alienação na modalidade por iniciativa particular do bem imóvel abaixo especificado.

Dessa forma, autorizo os leiloeiros e corretores credenciados neste Regional a promoverem a alienação por iniciativa particular (art. 880 do CPC combinado com o art. 172, inciso III, do Provimento Geral Consolidado do TRT10), com prazo de **30 dias** corridos para recebimento de propostas, a contar do dia **7/10/2024**, observados o valor da avaliação, além da comissão do leiloeiro, e as seguintes condições de pagamento, garantias e comissão de corretagem:

A) INFORMAÇÕES GERAIS

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 02/10/2024 10:24:19 - 85e7093
PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 03/10/2024 11:34:12 - 24e58ca

Descrição do bem: Lote de terreno designado pela letra “C”, da Quadra HN-5, do Setor Hoteleiro Norte (SH/NORTE), medindo: 32,00m pelos lados Norte e Sul e 15,00m pelos lados leste e oeste, ou seja, a área de 480m2, limitando-se com logradouros públicos por todos os lados, e respectivo prédio nele edificado com a área total construída de 7.933,00m2, denominado como “HOTEL ARACOARA”.

Matrícula e cartório de registro: matrícula 3.951 do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis do DF

Ocupação: Atualmente o imóvel está desativado e fechado.

Valor da Avaliação: R$25.000.00,00 (vinte e cinco milhões de reais)

Data da Avaliação: 9/2/2024 (id 81490d4)

Hipoteca/ônus/penhora sobre o bem: SIM

REGISTRO	PROCESSO	INTERESSADO	VALOR
R-16	HIPOTECA	BANCO DO BRASIL S.A.	U$8.646.000,00
R-17	Proc. 26404.95	2ª Vara Cível Brasília-DF	R$ 118.944.768,66
R-20	Proc. 1997.34.00.019952-5	18ª Vara Federal DF	R$ 969.162,17
R-22	Proc. 98.1750-2	11ª Vara Federal DF	R$ 555.686,43
R-23	Proc. 99.1956-3	18ª Vara Federal DF	R$ 100.047,37
R-24	Proc. 99.025110-1	11ª Vara Federal DF	R$ 34.283,28
R-31	Proc. 2005.34.00.006881-1	19ª Vara Federal DF	R$ 2.339.117,00

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 02/10/2024 10:24:19 - 85e7093
PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 03/10/2024 11:34:12 - 24e58ca

R-39	Proc. 711039-91.2021.8.07.0001	4ª Vara Cível de Brasília-DF	R$ 18.250,57
AV-40	Proc. 0003600-25.1999.5.07.0008	8ª Vara do Trabalho de Fortaleza-CE	R$ 81.975,48
AV-41	Proc. 0751890-82.2021.8.07.00016	2ª Vara de Execuções Fiscais	Sem valor indicado

Com relação à **hipoteca R16 e penhora R17**, os executados informaram nos autos que não mais subsistem, nos termos da decisão proferida nos autos do processo nº 14143-98.1995.07.0001, em tramitação perante a 2ª Vara Cível de Brasília e, ainda, que a referida hipoteca foi registrada há mais de 30 anos, incidindo à espécie o disposto no art. 1.485 do CCB.

Com relação aos gravames registrados pelas Varas Federais do DF, **R-20, R-22, R-23 e R-24 e R-31**, alegam os executados que se referem a créditos da UNIÃO, já objeto de transação realizada junto à PGFN, conforme TTI juntado aos autos.

Analise dos gravames no id. f897f9e.

Comissão do Leiloeiro: 5% do valor da alienação, a cargo do adquirente.

Modalidade: ALIENAÇÃO POR INICIATIVA PARTICULAR

Local de apresentação das propostas: (site dos leiloeiros)

Data de início do recebimento das propostas (exclusivamente eletrônico): **dia 7/10/2024** .

Data do término do recebimento das propostas (exclusivamente eletrônico): **5/11/2024**, inclusive.

Os débitos de IPTU, água e energia serão desvinculados do imóvel, na forma do art. 130, parágrafo único, do CTN, ao passo que os débitos de condomínio e outros decorrentes de direito real de garantia serão quitados com o valor arrecadado com a alienação;

Caberá ao adquirente pagar os emolumentos e demais valores decorrentes da baixa das anotações e averbações, inclusive dos registros de penhoras e indisponibilidades pendentes e de cancelamentos dessas, bem como os

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 02/10/2024 10:24:19 - 85e7093
PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 03/10/2024 11:34:12 - 24e58ca

emolumentos decorrentes do registro da alienação judicial, na forma do caput do art. 14 da Lei de Registro Públicos.

B) HABILITAÇÃO

Serão admitidos como lançadores pessoas físicas ou jurídicas, domiciliadas ou estabelecidas em qualquer localidade do território nacional que, nos termos do art. 890 do CPC, estiverem na livre administração de seus bens, à exceção dos tutores, curadores, testamenteiros, administradores, síndicos ou liquidantes (quanto aos bens confiados a sua guarda e responsabilidade), os mandatários (quanto aos bens de cuja administração ou alienação estejam encarregados), os membros do Poder Judiciário, os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública, os escrivães e os demais servidores e auxiliares da Justiça (em relação aos bens e direitos objeto de alienação na localidade onde servirem ou a que se estender a sua autoridade).

A identificação das pessoas físicas que se habilitarem como proponentes será atestada através de documento de Identidade (RG) ou qualquer documento oficial de identificação civil com foto.

As pessoas jurídicas serão representadas por quem os estatutos indicarem, devendo apresentar, no ato da aquisição, cópia do contrato social com sua última alteração, estatuto atualizado e comprovante de CNPJ.

Estão impedidas de participar da alienação por iniciativa particular as pessoas físicas e jurídicas que deixaram de cumprir suas obrigações em alienações judiciais anteriores, inclusive o não pagamento integral do valor do lanço; aquelas que criaram embaraços como arrematantes, em processo de quaisquer das Varas do Trabalho do TRT10; magistrados, servidores e prestadores de serviços do TRT10, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou dependentes; além daquelas definidas na lei.

Poderão ser exigidas do adquirente outras garantias como fiança bancária ou garantia real, a critério do juízo da execução.

Caberá ao adquirente tomar as providências e arcar com os custos da desocupação do bem caso o mesmo esteja ocupado, adotando todas as providências e arcando com todos os custos para a transferência do bem junto aos órgãos competentes, inclusive os tributos eventualmente incidentes sobre a arrematação e transferência do bem, inclusive, mas não somente, ICMS, ITBI, IRPF ou IRPJ, taxas de transferência, dentre outros.

C) DO OFERECIMENTO DE PROPOSTAS

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 02/10/2024 10:24:19 - 85e7093

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 03/10/2024 11:34:12 - 24e58ca

O interessado deverá apresentar a proposta contendo: seus dados pessoais, endereço completo e telefone para eventual contato. A proposta será apresentada pela internet, por meio do endereço eletrônico do leiloeiro/corretor nomeado, no período assinado no presente despacho, e deverá observar os parâmetros seguintes:

C.1) Do valor da proposta

Apenas propostas com valor igual ou superior ao valor da avaliação (R$25.000.000,00 – vinte e cinco milhões de reais) serão aceitas na fase de alienação por iniciativa particular.

C.2) Do sinal

Os interessados deverão garantir a sua oferta mediante depósito do sinal correspondente a 20% (vinte por cento) do seu valor (art. 888, § 2º, CLT), integralizando-o em 24h do dia útil subsequente ao da homologação da alienação, sob pena de perder o sinal em benefício da execução (art. 888, § 4º, da CLT).

C.3) Do parcelamento de bens

Não será admitido parcelamento da proposta, devendo o valor ser pago À VISTA.

C.4) Da forma de apresentação das propostas

A proposta apresentada pelo licitante, pessoa física ou jurídica, deverá conter:

I. Nome, CPF/CNPJ, endereço e telefone do licitante;

II. Preço total ofertado, expresso em algarismo e por extenso, em moeda corrente do país, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas que possam levar a dúbias interpretações. Na eventual divergência entre os preços, será considerado o valor por extenso;

III. Declaração expressa da forma de pagamento;

IV. Declaração expressa de que tem conhecimento do estado físico do bem móvel ou imóvel, bem como de que correrão por sua conta e risco as despesas e as providências visando à alteração do seu estado de conservação;

V. Declaração expressa de que o licitante se submete a todas as condições deste edital de alienação por iniciativa particular;

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 02/10/2024 10:24:19 - 85e7093

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 03/10/2024 11:34:12 - 24e58ca

VI. Local, data e assinatura do licitante ou do seu procurador;

VII. No caso de proposta de pessoa física assinada por procurador, a procuração deve ser outorgada em instrumento público e anexada a proposta;

VIII. No caso de proposta de pessoa jurídica assinada por procurador, a procuração outorgada em instrumento público e o documento que comprove que a outorga da procuração foi feita por quem detém poderes para fazê-lo devem ser anexados à proposta;

IX. No caso de proposta de pessoa jurídica, deve ser anexado à proposta o ato constitutivo que comprove a condição de representante legal do licitante.

C.5) Da desclassificação das propostas

Serão desclassificadas as propostas que:

I. Não estiverem corretamente preenchidas, conforme estipulado neste edital;

II. Não atendam às exigências deste edital;

III. Forem apresentadas fora do prazo e do horário estipulados neste edital;

IV. Condicionarem suas ofertas a quaisquer outras condições não previstas neste edital, ou a outras propostas ou fatores também não previstos;

V. Apresentarem o valor total da proposta inferior ao valor de venda constante do item “C.1” deste edital:

VI. Apresentarem dúvidas na modalidade de pagamento: se à vista ou por meio de parcelamento;

VII. Contenham divergência de números, dados ou valores, bem como rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas em suas partes essenciais, que possam acarretar dúbias interpretações;

VIII. Forem apresentadas sem assinatura física ou digital;

IX. Tenham sido preenchidas de forma ilegível.

C.6) Das penalidades

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 02/10/2024 10:24:19 - 85e7093

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 03/10/2024 11:34:12 - 24e58ca

Aquele que desistir da proposta pendente de homologação perderá o sinal em benefício da execução, sendo automaticamente excluído do cadastro de arrematantes pelo prazo de 3 (três) anos, além de poder ser responsabilizado penalmente, conforme o disciplinado no artigo 358 do Código Penal.

D) DA REMIÇÃO

A(s) parte(s) executada(s) poderá(ão) remir a execução antes de adjudicado(s) ou alienado(s) o(s) bem(ns), na forma do artigo 13 da Lei nº 5.584/70 e art. 826 do CPC, mediante comprovação do pagamento do débito atualizado de toda a dívida trabalhista reunida neste processo piloto, acrescido dos honorários e das despesas do leiloeiro.

E) DA ADJUDICAÇÃO

O(s) exequente(s) poderá(ão), durante o período assinado para alienação, adjudicar o(s) bem(ns) oferecendo preço não inferior ao da avaliação, nos termos dos arts. 888 e 889 da CLT, art. 24, inciso II, da Lei nº 6.830/80 combinado com o art. 876 do CPC.

Idêntico direito poderá ser exercido por aqueles indicados no art. 889, incisos II a VIII, do CPC, pelos credores concorrentes que hajam penhorado o mesmo bem, pelo cônjuge, pelo companheiro, pelos descendentes ou pelos ascendentes do executado (art. 876, § 5º do CPC).

O exequente que não adjudicar os bens antes do leilão poderá exercer o direito de preferência em adjudicá-lo pelo valor do maior lance (art. 888, § 1º, da CLT, combinado com o art. 24, inciso II, da Lei nº 6.830/80), desde que o requeira até o término do prazo do recebimento das propostas, independentemente de intimação. Nesta hipótese a comissão do leiloeiro ficará a cargo do executado, nos termos do artigo 180, § 4º, do Provimento da Corregedoria nº 1/2021 (Provimento Geral Consolidado).

F) DOS ÔNUS

Nos termos do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, e do art. 908, § 1º, do CPC, o(a) Adquirente receberá o bem livre de quaisquer ônus tributários, inclusive débitos de IPTU e IPVA, uma vez que estes se sub-rogarão no preço da hasta, bem como não responderá por eventuais débitos, tais como água, luz, multas e outros, acaso existente(s), inscritos ou não na dívida pública, gerados até a data da homologação - esses encargos não serão transferidos ao Adquirente em razão da forma originária de aquisição da propriedade que exsurge da arrematação /alienação judicial (REsp 1446249/SP - STJ).

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 02/10/2024 10:24:19 - 85e7093

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 03/10/2024 11:34:12 - 24e58ca

Ao adquirente não é dado o direito à devolução do bem móvel ou imóvel, sob a alegação de vícios não aparentes (redibitórios).

Também não será transferido ao adquirente eventual ônus relativo à hipoteca sobre o bem imóvel, conforme art. 1.499, inciso VI, do Código Civil.

Caberá ao adquirente pagar os emolumentos e demais valores decorrentes da baixa das anotações e averbações, inclusive dos registros de penhoras e indisponibilidades e de cancelamentos dessas, bem como os emolumentos decorrentes do registro da alienação judicial, na forma do caput do art. 14 da Lei de Registro Públicos.

As despesas de transferência do bem penhorado, tais como custo de registro no Cartório de Registro de Imóveis, transferência junto a órgão de trânsito, entre outras, correrão por conta do adquirente.

O bem ofertado à venda por intermédio do presente edital será alienado no estado em que se encontra, não cabendo à Justiça do Trabalho qualquer responsabilidade quanto a consertos, encargos sociais ou encargos de transferência patrimonial, ônus estes que ficarão a cargo do adquirente.

O adquirente também arcará com as despesas para averbação de eventuais benfeitorias não registradas e todas as demais especificadas no edital.

O imóvel é ofertado à venda como coisa certa e determinada (venda “ad corpus”), sendo apenas enunciativas as referências neste edital.

Nenhuma diferença porventura comprovada nas dimensões /descrição do imóvel poderá ser invocada, a qualquer tempo, como motivo para desistência, anulação da compra, compensações ou modificações no preço ou nas condições de pagamento, ficando a sua regularização e despesas decorrentes a cargo do adquirente.

Não caberá, ainda, a alegação de evicção, sendo exclusiva atribuição do adquirente a prévia verificação do estado de conservação e das especificações dos bens oferecidos por meio do presente edital.

G) DA ATUAÇÃO DOS LEILOEIROS E CORRETORES

Os leiloeiros e corretores estão autorizados a vistoriar os bens objeto deste edital que não estejam na sua posse, ou designar procurador para tanto, inclusive fazendo-se acompanhar de eventuais interessados na aquisição, podendo requisitar escolta policial caso julgue necessário.

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 02/10/2024 10:24:19 - 85e7093

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 03/10/2024 11:34:12 - 24e58ca

A Secretaria da SEXEC cientificará, preferencialmente por meio eletrônico, as pessoas que a lei definam como de intimação necessária para ciência dos leilões designados (artigo 889 do CPC), juntando aos autos as respectivas comprovações.

H) DA REMUNERAÇÃO DO LEILOEIRO/CORRETOR

O leiloeiro/corretor receberá comissão de 5% do valor da alienação do bem, a cargo do adquirente, além do ressarcimento das despesas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, na forma da lei e do § 1º do art. 180 do Provimento da Corregedoria nº 1/2021 (Provimento Geral Consolidado).

A homologação do acordo, o deferimento do pedido de remição ou de arrematação ficarão condicionados ao integral pagamento de todos os valores devidos ao leiloeiro, nos termos do § 5º do art. 180 do Provimento da Corregedoria nº 1 /2021 (Provimento Geral Consolidado).

A comissão não será devida nas demais hipóteses em que a venda não seja efetivada, ainda que em razão de anulação, ineficácia ou desistência.

Os honorários do leiloeiro, a cargo do adquirente, deverão ser pagos em conta judicial própria no prazo da integralização do valor oferecido pelo bem, conforme item C.2 deste edital, observando-se o pagamento proporcional de honorários na hipótese de parcelamento e nos mesmos moldes deste.

I) DAS DEMAIS PROVIDÊNCIAS

Os leiloeiros e corretores credenciados ficam autorizados a anunciar os bens em sites de venda de produtos on line, deixando expresso tratar-se de alienação judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com registro do número do processo.

A fim de se garantir o sigilo das propostas, estas deverão ser juntadas nestes autos pelos leiloeiros e corretores no primeiro dia útil após o término do prazo assinado no edital e delas devem constar os requisitos previstos no item C.4 deste edital.

Findo o prazo para apresentação de propostas, o juízo homologará a de maior valor, determinando o seu depósito no prazo de 24 horas do dia útil subsequente.

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 02/10/2024 10:24:19 - 85e7093

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 03/10/2024 11:34:12 - 24e58ca

Somente serão aceitas propostas à VISTA. Caso haja mais de uma proposta de pagamento, prefere-se a de maior valor e, em relação àquelas em iguais condições, a preferência é da proposta formulada em primeiro lugar.

Todo e qualquer valor deverá ser depositado em conta judicial à disposição do juízo, **junto à Caixa Econômica Federal - Agência 3920, vinculada ao presente processo,** sendo vedado aos leiloeiros e corretores receberem valores diretamente dos proponentes.

Casos omissos serão resolvidos por este Juízo da Execução.

Publique-se para ciência das partes.

Dê-se ciência aos credores hipotecários, aos Juízos com penhoras antecedentes e ao Juízo da 1ª Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília-DF, onde se encontra em curso o processo de inventário nº0008596-08.2017.8.07.0001, para os fins e temos definidos no despacho id f8979e.

BRASILIA/DF, 02 de outubro de 2024.

FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA
Juiz do Trabalho Titular

Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 02/10/2024 10:24:19 - 85e7093
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24100116185294600000043136197?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24100116185294600000043136197

Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 03/10/2024 11:34:12 - 24e58ca
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10 REGIAO:02011574000190
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24100311313438100000043169158?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24100311313438100000043169158

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário 0085100-81.1998.5.10.0003

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 28/07/1998
Valor da causa: R$ 0,01

Partes:

RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO: MARCELO RIBAS DE AZEVEDO BRAGA
ADVOGADO: ABADIO FERREIRA DA SILVA
RECLAMANTE: EXEQUENTES HABILITADOS NA PLANILHA CONSOLIDADA
ADVOGADO: VITAL DA COSTA GUIMARAES NETO
ADVOGADO: ADELVAIR PEGO CORDEIRO
ADVOGADO: PAULO AYRTON CAMPOS JUNIOR
ADVOGADO: VIRGILIO RODRIGUES BIJOS MORAIS
ADVOGADO: JAIRO RODRIGUES BIJOS
ADVOGADO: JOSEFINA SERRA DOS SANTOS
ADVOGADO: William de Araujo Falcomer dos Santos
ADVOGADO: ROBSON FREITAS MELO
ADVOGADO: MARCELLO FERREIRA MELO
ADVOGADO: SARA CICERA MENDES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: IVONE CRISPIM MOURA OGLIARI
REPRESENTANTE: CLAUDINEY FERNANDO NOGUEIRA
ADVOGADO: PAULO AYRTON CAMPOS
ADVOGADO: CLAUDINEY FERNANDO NOGUEIRA
ADVOGADO: MARCELO RIBAS DE AZEVEDO BRAGA
ADVOGADO: LUIZ PAULO FERREIRA
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA
ADVOGADO: JOAQUIM LIMA RIBEIRO
ADVOGADO: LEANDRO PACIFICO SOUZA OLIVEIRA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: SABEP SAO BENTO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES SA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 03/10/2024 11:34:12 - 18e8b4f

RECLAMADO: IRFATUR TURISMO E HOTELARIA SA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: IRFASA SA CONSTRUCOES INDUSTRIA E COMERCIO
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: FAZENDAS DA PRATA SA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: BETONMIX SERVICOS DE CONCRETAGEM LIMITADA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: WAYNE DO CARMO FARIA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
RECLAMADO: ELAYNE MARIA DO CARMO FARIA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO FREITAS DA SILVA
TERCEIRO INTERESSADO: UNIÃO FEDERAL (PGFN) - DF
TERCEIRO INTERESSADO: REGIVAL LOPES FERREIRA
ADVOGADO: LUIZ DOMINGOS DA SILVA
TERCEIRO INTERESSADO: CARLOS ALBERTO BASTOS DE BARROS
ADVOGADO: LUIZ DOMINGOS DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A REGIAO
SECRETARIA DE EXECUÇÕES ESPECIAIS E PESQUISA PATRIMONIAL
ATOrd 0085100-81.1998.5.10.0003
RECLAMANTE: JOSE DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS E OUTROS (1)
RECLAMADO: URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA E OUTROS (7)

TERMO DE CONCLUSÃO

Conclusão ao Exmo. Juiz(a) do Trabalho feita pelo(a) servidor (a) ALESSANDRA CARVALHO FERESIN GODLEWSKI, no dia 01/10/2024.

DESPACHO

Vistos, etc.

Trata-se o presente de Regime Especial de Execução Forçada – REEF, instaurado conforme despacho id 2468064, em face de solicitação oriunda dos próprios executados (id 3b6bc74), por meio do qual se busca a venda do bem imóvel de matrícula 3.951 (“Hotel Aracoara”), do 2º Registro de Imóveis do Distrito Federal, de propriedade da IRFASA CONSTRUÇÕES INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A para fins de pagamento das execuções em trâmite neste e em outros Regionais.

Registre-se, primeiramente que, embora a executada informe a existência de ações de execução vinculadas a tribunais diversos, a reunião das ações instaurada por este juízo vincula apenas as Varas do Trabalho do Distrito Federal, considerando o âmbito de competência territorial, bem com o disposto na RA 33/2023 – TRT-10.

À luz da Resolução 350/2020 do CNJ, impõe-se que se estabeleça, no caso presente, atos de cooperação judiciária, de modo que a alienação por este juízo do bem imóvel indicado pelos executados, penhorado no presente processo piloto, alcance a quitação de todas as execuções reunidas e também daquelas em curso em tribunais diversos, observando-se, evidentemente, a ordem de prioridade legal, bem como as reservas de crédito devidamente formalizadas nos presentes autos.

Esclarece-se, no entanto, que os débitos trabalhistas existentes em outros regionais, que não possuem penhora incidente sobre o bem indicado, somente poderão ser beneficiados com o produto de eventual venda, em caso de requerimento de reserva de crédito, regulamente formalizada pelos respectivos Juízos nos presentes autos.

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 01/10/2024 16:14:00 - f897f9e
PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 03/10/2024 11:34:12 - 18e8b4f

O bem imóvel indicado pelos executados foi penhorado nos presentes autos, conforme id fd8338f e id 68025a1.

A matrícula atualizada foi juntada aos autos, id 3bc2a72.

O montante das execuções trabalhistas reunidas no presente processo piloto é de R$1.605.789,44, conforme tabela a seguir:

VARA	PROCESSO	TOTAL DEVIDO
1ª VTB	0000194-03.2017.5.10.0001	R$ 120.657,45
1ª VTB	0000683-98.2021.5.10.0001	R$ 522.027,54
3ª VTB	0085100-81.1998.5.10.0003	R$3.620,91
6ª VTB	0000330-24.2013.5.10.0006	R$ 30.020,69
6ª VTB	0050800-84.1998.5.10.0006	R$ 16.966,65
6ª VTB	0098600-11.1998.5.10.0006	R$ 7.490,52
6ª VTB	0096700-56.1999.5.10.0006	R$ 32.129,74
7ª VTB	0015600-13.1998.5.10.0007	R$ 6.683,49
8ª VTB	0128500-33.1998.5.10.0008	R$ 7.186,04
8ª VTB	0000469-91.2018.5.10.0008	R$ 107.445,91
11ª VTB	0000598-19.2020.5.10.0011	R$ 10.076,42
11ª VTB	0114800-78.1998.5.10.0011	R$ 16.126,09

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 01/10/2024 16:14:00 - f897f9e
PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 03/10/2024 11:34:12 - 18e8b4f

13ª VTB	0000876-19.2017.5.10.0013	R$ 95.758,77
15ª VTB	0000505-78.2019.5.10.0015	R$ 155.707,95
19ª VTB	0095000-64.2003.5.10.0019	R$ 94.930,76
20ª VTB	0000240-90.2021.5.10.0020	R$ 14.347,46
22ª VTB	0000563-60.2019.5.10.0022	R$ 363.263,89
1ª VTTAG	0129000-14.1998.5.10.0101	R$ 1.351,36

O bem imóvel foi avaliado em R$25.000.000,00 (id 81490d4).

À análise da matricula do imóvel, verifica-se que se encontram registrados os seguintes gravames:

REGISTRO	PROCESSO	INTERESSADO	VALOR
R-16	HIPOTECA	Banco do Brasil S.A.	U$8.646.000,00
R-17	Proc. 26404.95	2ª Vara Cível Brasília-DF	R$ 118.944.768,66
R-20	Proc. 1997.34.00.019952-5	18ª Vara Federal DF	R$ 969.162,17
R-22	Proc. 98.1750-2	11ª Vara Federal DF	R$ 555.686,43
R-23	Proc. 99.1956-3	18ª Vara Federal DF	R$ 100.047,37

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 01/10/2024 16:14:00 - f897f9e
PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 03/10/2024 11:34:12 - 18e8b4f

R-24	Proc. 99.025110-1	11ª Vara Federal DF	R$ 34.283,28
R-31	Proc. 2005.34.00.006881-1	19ª Vara Federal DF	R$ 2.339.117,00
R-39	Proc. 711039-91.2021.8.07.0001	4ª Vara Cível de Brasília-DF	R$ 18.250,57
AV-40	Proc. 0003600-25.1999.5.07.0008	8ª Vara do Trabalho de Fortaleza-CE	R$ 81.975,48
AV-41	Proc. 0751890-82.2021.8.07.00016	2ª Vara de Execuções Fiscais	Sem valor indicado

Afirmam os executados, por meio da manifestação id – a9e94de, que os gravames R-16 e R-17, registrados na matrícula do imóvel, não mais subsistem, nos termos da decisão proferida nos autos do processo nº 14143-98.1995.07.0001, em tramitação perante a 2ª Vara Cível de Brasília e, ainda, que a referida hipoteca foi registrada há mais de 30 anos, incidindo à espécie o disposto no art. 1.485 do CCB.

De fato, os documentos ids a5ab35d e 5bafcf2 demonstram que a hipoteca registrada pelo Banco do Brasil S.A (R-16) possui a mesma origem da penhora R-17, objeto do processo 14143-98.1995.07.0001, no qual foi determinada a baixa do gravame, tendo em vista a realização de acordo entre as partes interessadas, aguardando-se, apenas, o trânsito em julgado para efetivação das respectivas baixas.

Ademais, tratando-se de hipoteca registrada em 25/2/1982, incide à espécie o disposto no art. 1485 do CCB.

Com relação aos gravames registrados pelas Varas Federais do DF, R-20 a R-24 e R-31, alegam os executados que se referem a créditos da UNIÃO, já objeto de transação realizada junto à PGFN, conforme TTI juntado aos autos.

O documento id 43b7acb demonstra a veracidade das alegações dos executados. Ademais, a PGFN foi regularmente intimada para se manifestar nos autos, não apresentando qualquer oposição quanto à venda do bem.

Por fim, alegam os executados que o gravame registrado sob o R-41 decorre de execução fiscal proposta em 29/9/2021, sem lançamento há mais de 5 anos, incidindo à espécie o instituto da decadência previsto nos arts. 173 e 174 do CTN.

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 01/10/2024 16:14:00 - f897f9e
PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 03/10/2024 11:34:12 - 18e8b4f

Não obstante a plausibilidade jurídica das alegações dos executados, a tese deve ser suscitada nos autos da execução fiscal que registrou a penhora, não competindo a esse Juízo analisar a incidência de eventual decadência do crédito fiscal. Nesse cenário, enquanto não baixado o gravame, há que se considerá-lo como subsistente.

Verifica-se, ainda, que, embora não regularizadas as baixas dos gravames, conforme exposto supra, a executada informou que os débitos referentes aos registros R-16, R-17, R-20 a R-24 e R-31 já se encontram quitados.

Assim, verifica-se que pendem sobre o bem imóvel dado em garantia para pagamento das execuções reunidas, apenas os gravames R-39, R-40 e R-41.

Destes, apenas a R-40 decorre de indisponibilidade registrada por Juízo Trabalhista nos autos do processo 0003600-25.1999.5.07.0008, em trâmite na 8ª Vara do Trabalho de Fortaleza-CE.

Tendo em vista a natureza privilegiada do crédito trabalhista objeto da presente execução reunida, não há que subsistir a preferência das penhoras anteriores, salvo a indisponibilidade registrada pela 8ª Vara do Trabalho de Fortaleza-CE.

Registre-se, por oportuno, que o valor da avaliação do bem penhorado é superior ao montante necessário para garantir a quitação das execuções reunidas e da execução trabalhista com registro de indisponibilidade.

Feitas tais considerações, não vislumbra esse Juízo qualquer óbice ao deferimento do pedido de alienação do bem nos presentes autos.

Esclarece-se, no entanto, que o saldo sobejante do produto da alienação deverá atender às reservas de crédito trabalhista requeridas nos presente autos, às penhoras antecedentes registradas na matrícula do imóvel e, por fim, a destinação de eventual saldo remanescente ao Juízo do inventário onde o bem encontra-se arrolado.

Especificamente em relação ao fato do bem penhorado fazer parte do espólio de Wayne do Carmo Faria, que integra o polo passivo da presente execução, arrolado no processo de inventário em curso perante o Juízo da 1ª Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília-DF (processo nº 0008596-08.2017.8.07.0001 - id 3b76a92), há que se esclarecer que, à luz do art. 1997 do CCB, a herança responde pelas dívidas do falecido, desde que sejam vencidas e exigíveis, como no caso presente.

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 01/10/2024 16:14:00 - f897f9e

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 03/10/2024 11:34:12 - 18e8b4f

A despeito do procedimento ordinário do processo civil, em se tratando de crédito trabalhista, a execução tem curso diretamente no processo trabalhista, não havendo atração para o juízo universal do inventário.

A Lei n. 6.830/80 (lei de execução fiscal) dispõe em seu art. 29 que a cobrança de dívida ativa da fazenda pública não se sujeita ao concurso de credores e ao juízo universal do inventário. E ao processo de execução trabalhista aplica-se subsidiariamente a lei dos executivos fiscais, consoante dispõe o art. 889 da CLT.

O colendo STJ já consolidou a sua jurisprudência nesse mesmo sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA DO TRABALHO E JUÍZO COMUM ESTADUAL. EXECUÇÃO TRABALHISTA. PENHORA DE BEM INTEGRANTE DO INVENTÁRIO. HABILITAÇÃO DO CRÉDITO. DESNECESSIDADE. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO NO FORO ONDE SE ENCONTRA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTE ESPECÍFICO DA SEGUNDA SEÇÃO DO STJ (CC 96.042/AC, MIN. MASSAMI UYEDA, DJE DE 21/10/2010), QUE DECIDIU QUESTÃO IDÊNTICA SUSCITADA PELO MESMO ESPÓLIO ORA AGRAVANTE. CONFLITO CONHECIDO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO PARA O PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO TRABALHISTA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. (AgRg no CC n. 115.478/AC, Relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Segunda Seção, julgado em 11/6/2014, DJe de 17/6/2014.)

Pois bem.

Não obstante se trate o pedido de alienação por iniciativa particular a ser promovido pela própria executada, a medida não se revela a mais adequada para o melhor aproveitamento da venda em favor dos credores e dos próprios executados.

À luz do art. 880 da CLT, a alienação deve ser promovida pelos leiloeiros credenciados perante a Justiça do Trabalho, propiciando a obtenção de valores maiores, observado o preço mínimo da avaliação.

Diante do exposto, DECIDO:

- autorizar a expedição de Edital para Alienação por Iniciativa Particular, por meio dos leiloeiros credenciados neste Regional, do bem imóvel de matrícula 3.951 ("Hotel Aracoara"), do 2º Registro de Imóveis do Distrito Federal, de propriedade da IRFASA CONSTRUÇÕES INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A;

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 01/10/2024 16:14:00 - f897f9e

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 03/10/2024 11:34:12 - 18e8b4f

- determinar que, expedido o edital, seja oficiado à 8ª Vara do Trabalho de Fortaleza-CE, nos autos do processo 0003600-25.1999.5.07.0008, que possui indisponibilidade registrada sob o R -40 da matrícula do imóvel, dando-lhe ciência do presente despacho e do edital de alienação por iniciativa particular, notadamente do ato de cooperação judiciária para a quitação da referida execução por meio da venda do imóvel, solicitando-lhe, desde já, a remessa a esse Juízo dos cálculos de sua execução devidamente atualizados;

- determinar a expedição de ofício à 2ª Vara Cível de Brasília nos autos do processo nº 14143-98.1995.07.0001, dando-lhe ciência do presente despacho e do edital de alienação por iniciativa particular, solicitando-lhe informações a respeito da baixa da penhora sobre o imóvel de matrícula 3.951 (“Hotel Aracoara”), do 2º Registro de Imóveis do Distrito Federal, de propriedade da IRFASA CONSTRUÇÕES INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A, objeto do Edital de Alienação;

- determinar a expedição de ofício ao Juízo da 1ª Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília-DF, onde se encontra em curso o processo de inventário nº0008596-08.2017.8.07.0001 (id 3b76a92), dando-lhe ciência de todo o teor do presente despacho e do edital de Alienação por Iniciativa Particular, inclusive de que o eventual saldo sobejante, após a quitação das dívidas, serão destinados ao juízo universal do Inventário rogando-lhe, por fim, que dê ciência todos os inventariantes de todos os termos da presente decisão e do edital de alienação expedido;

- determinar a expedição de ofício à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para ciência dos termos do presente despacho, tendo em vista o Termo de Transação Individual contido no id 93eb062.

Publique-se para ciência de todas as partes.

BRASILIA/DF, 01 de outubro de 2024.

FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA
Juiz do Trabalho Titular

Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 01/10/2024 16:14:00 - f897f9e
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10 REGIAO:02011574000190
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24100115353387300000043134607?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24100115353387300000043134607

Assinado eletronicamente por: FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juntado em: 03/10/2024 11:34:12 - 18e8b4f
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10 REGIAO:02011574000190
https://pje.trt10.jus.br/pjekz/validacao/24100311315633900000043169174?instancia=1
Número do processo: 0085100-81.1998.5.10.0003
Número do documento: 24100311315633900000043169174

SUMÁRIO

Documentos			
Id.	**Data da Assinatura**	**Documento**	**Tipo**
054b6cd	06/11/2020 08:48	Termo de Abertura de Execução	Termo de Abertura de Execução
4b1cc02	10/11/2020 11:38	Projeto 100% Digital	Certidão
7a93de3	20/06/2022 13:44	Peças Processuais Extraídas dos Autos Físicos	Certidão
b739c54	20/06/2022 13:44	1.Petição Inicial	Documento Diverso
619f570	20/06/2022 13:44	2. Contestaçâo	Documento Diverso
f74ae44	20/06/2022 13:44	3. Réplica	Documento Diverso
8ea030e	20/06/2022 13:44	4. Sentença	Documento Diverso
977d0e1	20/06/2022 13:44	5. Impugnação	Documento Diverso
7bdffb6	20/06/2022 13:44	6. Manifestação Reclamante	Documento Diverso
b82c1ac	20/06/2022 13:44	7. Cálculo	Documento Diverso
9881b03	20/06/2022 13:44	8. Execução	Documento Diverso
4c6d4a0	20/06/2022 13:44	9. Certidão	Documento Diverso
55d8f8b	20/06/2022 22:14	Inclusão no BNDT	Decisão
bf9cc81	24/06/2022 15:39	do exequente	Intimação
8a5ecd9	28/06/2022 15:14	petição	Manifestação
fa4f7ad	28/06/2022 15:14	Planilha de Cálculos	Planilha de Cálculos
4c9681b	04/07/2022 15:01	Despacho	Despacho
a404c56	13/07/2022 16:57	Despacho	Despacho
43e031c	28/07/2022 10:39	Certidão	Certidão
a5ee6fa	28/07/2022 10:39	851.1998.003	Documento Diverso
b7f880f	28/07/2022 10:39	EMAIL VARA	Documento Diverso
a6fcaa1	05/08/2022 16:52	Solicitação de Bloqueio no SISBAJUD	Certidão
eef2572	30/08/2022 09:46	Petição de habilitação	Solicitação de Habilitação
8d34095	30/08/2022 09:46	Petição de habilitação	Procuração
3b801f3	30/08/2022 09:46	Procuração	Procuração
db71a8f	30/08/2022 09:46	Registro na Junta Comercial - URBRAS	Registro na Junta Comercial
c3e1caf	30/08/2022 09:48	Petição de extinção do feito	Manifestação
db68526	30/08/2022 09:48	Certidão de andamentos processuais.	Documento Diverso
7d034d4	01/09/2022 17:00	Resultado Negativo no Sisbajud	Certidão
3687084	01/09/2022 17:05	Sobre o Andamento do SAP	Certidão
cd2c5bc	01/09/2022 17:19	Despacho	Despacho
2df71c5	01/09/2022 17:20	Intimação	Intimação
e8e5a17	13/09/2022 15:37	IMPUGNAÇÃO	Manifestação

af62ecb	15/09/2022 20:50	Despacho	Despacho
0189096	22/09/2022 16:45	Pedido de reconsideração.	Manifestação
d153c1c	23/09/2022 17:37	Procuração	Certidão
6b614c4	27/09/2022 22:33	Despacho	Despacho
e3f7b9e	27/09/2022 22:34	Intimação	Intimação
8dda44d	18/10/2022 10:05	PEDID DE PENHORA	Manifestação
fbe9201	25/10/2022 10:23	Despacho	Despacho
1a30c95	14/11/2022 14:52	Atualização	Planilha de Atualização de Cálculos
588c21e	14/11/2022 14:52	Atualização	Planilha de Atualização de Cálculos
cb37a0e	14/11/2022 14:54	Solicitação de Bloqueio no SISBAJUD	Sisbajud (bloqueio)
b592484	15/12/2022 14:39	Resultado Negativo no Sisbajud	Certidão
2b49536	07/02/2023 16:35	Nova Solicitação de Bloqueio no SISBAJUD	Sisbajud (bloqueio)
68243f2	29/03/2023 16:15	Resultado Negativo no Sisbajud	Certidão
b991de8	14/04/2023 15:16	Renajud Negativo	Renajud (consulta)
93f47ff	21/05/2024 18:45	despacho da SEXEC	Documento Diverso
e810d21	22/05/2024 18:42	Despacho	Despacho
0963d2c	04/06/2024 11:37	Atualização	Planilha de Atualização de Cálculos
3b6bc74	04/06/2024 15:38	Peticao___Requerimento_REEF_1	Documento Diverso
6a61e6b	04/06/2024 15:39	procuração	Documento Diverso
968a3d9	04/06/2024 15:40	proposta AIP	Documento Diverso
3b76a92	04/06/2024 15:41	invetário	Documento Diverso
2468064	04/06/2024 15:42	deferimento REEF	Despacho (cópia)
c7f63fd	04/06/2024 15:46	despacho corregedor	Documento Diverso
d5ebd8a	04/06/2024 15:52	Planilha de Atualização de Cálculos	Planilha de Atualização de Cálculos
e536a76	04/06/2024 15:53	Planilha de Atualização de Cálculos	Planilha de Atualização de Cálculos
357687f	04/06/2024 15:53	Planilha de Atualização de Cálculos	Planilha de Atualização de Cálculos
25cdd3b	04/06/2024 15:54	Planilha de Atualização de Cálculos	Planilha de Atualização de Cálculos
8660397	04/06/2024 16:11	Certidao atualizada Hotel Aracoara	Documento Diverso
f4783b5	04/06/2024 16:11	Certidao atualizada Hotel Aracoara 2	Documento Diverso
93eb062	04/06/2024 16:19	termo de transação PGFN	Documento Diverso
8012536	04/06/2024 17:45	Despacho	Despacho
320391d	06/06/2024 18:38	50800-84.1998.5.10.0006	Planilha de Atualização de Cálculos
7e45fc9	13/06/2024 15:39	Intimação	Intimação
36e242c	13/06/2024 15:39	Documento_8012536	Intimação
f843c2d	13/06/2024 15:39	Documento_93eb062	Intimação

e714edb	18/06/2024 18:26	Email enviado ao BRB e BANCO DO BRASIL	Certidão
4f5b8c4	17/07/2024 13:30	hipoteca BRB cancelada	Certidão
764846c	17/07/2024 16:24	Despacho	Despacho
ad96c7a	18/07/2024 13:30	calculo 15 vtb	Planilha de Atualização de Cálculos
38d01c6	25/07/2024 14:49	E-mail enviado ao Banco	Certidão
ce77830	07/08/2024 14:45	Peticionamento Avulso	Manifestação
85d1e73	07/08/2024 14:45	PROCURAÇÃO+FINANCEIRO	Procuração
4b9996f	07/08/2024 14:45	CARLOS ALBERTO BASTOS DE BARROS - CALCULO	Documento Diverso
483df50	07/08/2024 14:45	ACORDO	Documento Diverso
dc24b87	07/08/2024 14:45	EXECUÇÃO ACORDO	Documento Diverso
a34b754	07/08/2024 14:45	CNH CARLOS ALBERTO	Documento Diverso
e4bcab0	07/08/2024 14:45	NILDOMAR BARBOSA DA ROCHA - CALCULO	Documento Diverso
7633f47	07/08/2024 14:45	PROCURAÇÃO	Procuração
69f342d	07/08/2024 14:45	SENTENÇA	Documento Diverso
c89e607	07/08/2024 14:45	PROCURAÇÃO+FINANCEIRO+CTPS	Procuração
87b1e51	07/08/2024 14:45	REGIVAL LOPES FERREIRA - CALCULO	Documento Diverso
d72a0fa	07/08/2024 14:45	SENTENÇA (2)	Documento Diverso
da6e5dd	07/08/2024 14:45	URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA	Planilha de Cálculos
73e7762	19/08/2024 18:14	petição baixa hipoteca BB	Documento Diverso
01b623a	19/08/2024 18:14	Cessão BB e Antares - 0014143-98.1995.8.07.0001	Documento Diverso
ac6fb63	20/08/2024 11:48	Despacho (reserva de crédito Fortaleza)	Despacho
746ffe5	22/08/2024 14:28	avaliação imóvel	Certidão
939defc	22/08/2024 14:28	Mandado_de_Avaliacao	Documento Diverso
81490d4	22/08/2024 14:28	AUTO DE AVALIAÇÃO SEXEC URBRAS	Documento Diverso
e55b422	22/08/2024 14:58	Intimação	Intimação
9a9bd7b	22/08/2024 14:58	Intimação	Intimação
315ffdb	22/08/2024 15:58	CRI Atualizada - Imóvel	Certidão
4b1a6fe	22/08/2024 15:58	Matrícula 3.951	Documento Diverso
276154d	22/08/2024 17:15	Despacho	Despacho
fd8338f	23/08/2024 14:42	Termo de Penhora	Certidão
667b642	23/08/2024 15:43	Penhora	Certidão
68025a1	23/08/2024 15:43	Protocolo - Remessa de Penhora	Documento Diverso
0c6dfd2	30/08/2024 10:01	Despacho	Despacho
9e6bb9a	30/08/2024 10:02	Intimação	Intimação
8573ed5	30/08/2024 10:02	Intimação	Intimação
499a6b7	30/08/2024 16:15	Ofício	Ofício
87d5990	30/08/2024 16:15	Documento_276154d	Ofício
31ec586	30/08/2024 16:32	Ofício	Ofício

6338c46	30/08/2024 16:32	Documento_276154d	Ofício
1a94376	30/08/2024 16:32	Documento_93eb062	Ofício
67e34ca	30/08/2024 16:33	Ofício enviado para 1ª Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília	Certidão
43864e7	10/09/2024 14:16	Registro de Penhora - Matrícula 3951	Certidão
5bd0dc4	10/09/2024 14:43	Habilitação	Solicitação de Habilitação
a9e94de	10/09/2024 19:18	Manifestação	Manifestação
43b7acb	10/09/2024 19:18	Doc. 1 - TTI	Documento Diverso
15fa866	10/09/2024 19:18	Doc. 2 - 0008243-44.2002.8.13.0512-decisao	Documento Diverso
a5ab35d	10/09/2024 19:18	Doc. 3 - Cessão BB e Antares - 0014143-98.1995.8.07.0001	Documento Diverso
5bafcf2	10/09/2024 19:18	Doc. 4 - 0014143-98.1995.8.07.0001 -sentenca	Documento Diverso
7a172b6	10/09/2024 19:18	Doc. 4.1 - 0014143-98.1995.8.07.0001-1726002055212-357704-323_auto de penhora	Documento Diverso
7986ec7	17/09/2024 15:58	Procedimento acerca das custas	Manifestação
37df589	17/09/2024 16:07	Certidão	Certidão
3bc2a72	17/09/2024 16:07	CRI - MATRÍCULA 3.951	Documento Diverso
aeeafd3	30/09/2024 17:20	reserva de crédito 8 VTFortaleza	Correspondência ou Mensagem Eletrônica/E-mail
3f8a080	01/10/2024 13:49	Despacho	Despacho
8de5941	01/10/2024 14:43	Intimação	Intimação
f897f9e	01/10/2024 16:14	Despacho	Despacho
95fe953	01/10/2024 16:15	Intimação	Intimação
1e78a1b	01/10/2024 16:15	Intimação	Intimação
85e7093	02/10/2024 10:24	Despacho (Edital AIP)	Despacho
f2c2e26	02/10/2024 10:25	Intimação	Intimação
dd3de9f	02/10/2024 10:25	Intimação	Intimação
12b03a5	02/10/2024 16:59	leiloeiros	Correspondência ou Mensagem Eletrônica/E-mail
298da8b	02/10/2024 17:07	credor hipotecario bb	Correspondência ou Mensagem Eletrônica/E-mail
bcf4ee5	02/10/2024 17:27	calculos atualizados 8ª Vara Fortaleza	Certidão
aabe0ae	03/10/2024 08:23	Ofício	Ofício
f69cf58	03/10/2024 08:23	Documento_f897f9e	Ofício
5308156	03/10/2024 08:23	Documento_85e7093	Ofício
10e6084	03/10/2024 11:34	Ofício	Ofício
24e58ca	03/10/2024 11:34	Documento_85e7093	Ofício
18e8b4f	03/10/2024 11:34	Documento_f897f9e	Ofício